REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVIII – SUP. "D" AO Nº 39 – TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,69)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (85,88)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,67)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1

João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Inácio Arruda (90,101)
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (25,71,92)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,96)
Anibal Diniz (27,97)
Paulo Paim (98)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,94)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (68,100)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (90,101)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44,65,102)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,77)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)

Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)

Vice-Líderes
Wilder Morais (103)
Ataídes Oliveira (104)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,63)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46,78)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PERMANENTES

1.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

10ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2012 04

11ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 e 11 de julho de 2012 07

5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2012 20

12ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 e 8 de agosto de 2012 60

6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 e 5 de setembro de 2012 62

7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 e 19 de setembro de 2012 63

8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2012 80

13ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 e 17 de outubro de 2012 111

5ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 30 de outubro de 2012 115

9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 e 31 de outubro de 2012 136

14ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 e 7 de novembro de 2012 148

15ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2012 149

16ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2012 151

2ª Reunião, Conjunta, de Audiência Pública, realizada em 22 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com CFT, CDEIC, CFFC, da Câmara dos Deputados; CAE e CMA, do Senado Federal) 162

6ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 27 e 28 de novembro de 2012 175

17ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 205

7ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 28 de novembro de 2012 206

18ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 a 6 de dezembro de 2012 227

19ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 e 12 de dezembro de 2012 228

1.1.2 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas –CMMC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013 308

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de março de 2013 317

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Ata da Décima Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,realizada em 3 de julho de 2012.

Aos três dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 15. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Luciano Castro, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Paulo Paim, Romero Jucá e Vicentinho Alves; – Deputados Suplentes: Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; – Senadores Suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Parlamentar não membro presente: Deputado Gilmar Machado. Deixaram de comparecer: – Deputados titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, havendo número regimental para abertura da reunião, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos e anunciou que não houve acordo para apreciação das matérias da pauta, após a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Dessa forma, afirmou que iria encerrar a reunião sem que houvesse apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Colocou a palavra à disposição e fizeram uso dela os Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira e Toninho Pereira. Os dois primeiros falaram sobre as dificuldades causadas para elaboração de acordos sem um representante da Liderança do Governo na CMO ainda a ser indicado. Além disso, mencionaram reportagem da revista *Veja* em que o Presidente é citado e manifestaram posicionamento contrário ao expresso nessa matéria. O Deputado Toninho Pinheiro usou a palavra para expressar insatisfação com a baixa execução orçamentária para a área da saúde. **ENCERRAMENTO:** o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e dezesseis minutos. Antes, cancelou reunião extraordinária marcada para 3 de julho, às dezoito horas, e alertou para as reuniões previamente convocadas para o dia 4 de julho, às 14h30 e 18h, ambas em caráter extraordinário. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 15, de 2012.

Em virtude da inexistência de acordo para deliberação das matérias e em razão da discussão, no Colégio de Líderes, das representações das bancadas da Câmara e do Senado nesta Comissão, não teremos condições políticas de enfrentar os temas constantes da Ordem do Dia.

Quero aqui publicamente manifestar uma preocupação. Hoje já é dia 3, amanhã estaremos praticamente a uma semana do prazo limite para deliberarmos nesta Comissão a fim de que a LDO vá a plenário antes do dia 17 de julho.

Do ponto de vista institucional, temos feito todo o esforço para que as votações ocorram. No entanto, frente à inexistência de acordo, dentro daquilo que nós havíamos conversado para que na semana passada fossem votadas as Medidas Provisórias nº 566 e nº 569, não me resta outra alternativa senão encerrar esta reunião sem colocar os temas da Ordem do Dia em debate.

A palavra está à disposição dos Srs. Parlamentares para seus registros.

Com a palavra o Ilustre Coordenador da bancada do Democratas, Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores assessores, amigos que estão prestigiando esta reunião da Comissão de Orçamento, apoio as palavras de V.Exa., Sr. Presidente. Estamos a uma semana do prazo regimental para a aprovação da LDO, mas o diálogo com o Governo não tem prosperado, razão pela qual não temos ambiente político favorável para nos debruçar-

mos sobre a pauta, recheada de matérias importantes para o País. Temos 16 PLNs, três medidas provisórias... Na apreciação de uma delas teremos de travar um profundo debate quanto a seu conteúdo. Refiro-me à Medida Provisória nº 573, que foge a qualquer previsão constitucional. No momento oportuno trataremos dessa matéria, bem assim do texto da LDO.

Conforme determinação constitucional, se a LDO não for aprovada até o dia 17, o Congresso Nacional não poderá entrar em recesso. Por essa razão apelo aos interlocutores com o Palácio do Planalto e à Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para que haja isonomia no tratamento dispensado aos partidos – tratamentos iguais ou, pelo menos, parecidos.

Quero deixar claro nesta reunião que não há, de forma nenhuma, comportamento intransigente dos partidos de oposição, muito menos tentativa de tornar improdutivos os trabalhos desta Comissão. Se existe esse espírito, não é dos partidos de oposição. E demonstrações disso foram dadas em diversas oportunidades, inclusive na última semana, quando aqui aprovamos as Medidas Provisórias nº 566 e nº 569 e mais um requerimento para realização de audiência pública com a presença do Ministro das Cidades, se não me engano, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, Coordenador da bancada do PSDB, e uma retificação de emendas.

Então, neste momento em que nos aproximamos da data limite para a aprovação da LDO, peço o empenho dos Deputados e Coordenadores. Na verdade,, coordenador não existe. Eu elogiei a postura de V.Exa. na semana passada, Sr. Presidente, porque tem servido de Coordenador do Governo nesta Comissão. Acho estranho, inclusive, uma revista de grande circulação criticar a postura de V.Exa. de dialogar com os partidos de oposição, como se Governo e Oposição não devessem dialogar, como se esse diálogo não fosse produtivo para os nossos trabalhos. V.Exa. tem uma responsabilidade muito grande com o Brasil. Não tenha dúvida de que é com o diálogo entre Governo e Oposição que os trabalhos vão deslanchar. Só assim os nós serão desatados

O que me preocupa é o fato de alguns questionarem um diálogo que, tenho certeza, é produtivo para o trabalho desta Casa e da CMO.

Mas minhas palavras são para deixar claro que não existe, em nenhum momento, de nenhuma forma, a intenção dos partidos de Oposição de não produzir nesta Comissão; existe, sim, o protesto dos partidos de oposição em relação ao tratamento que vem sendo dispensado pelo Governo Federal em todos os sentidos, não só no diálogo, mas também na execução do Orçamento em comparação com os partidos da base governista. Eu acho que todos são iguais perante a lei e devem receber tratamento isonômico. Caso contrário, estaríamos aqui denunciando a prática de crime de responsabilidade pelo Palácio do Planalto.

Era isso, Sr. Presidente. Esperamos poder ter um diálogo mais produtivo com o Palácio do Planalto e que amanhã possamos voltar a deliberar as matérias constantes da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Pimenta; Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, todos nós reconhecemos o esforço do Presidente Paulo Pimenta para conciliar os entendimentos na busca de ensejar a apreciação das matérias, sua respectiva discussão e deliberação no plenário desta Comissão.

Temos em pauta, quero crer, 16 PLNs e a LDO aguardando a apresentação do parecer do Relator, Senador Antônio Carlos Valadares. E há o prazo, dia 17 de julho, para o início do recesso. O que me chama a atenção é que, na data da apresentação, pelo Relator, do seu relatório, teremos que observar o prazo regimental de 3 dias úteis para a matéria poder ser apreciada no plenário desta Comissão.

Da parte do Governo, estamos notando um descaso, até então, sobre várias situações. A primeira, pela não designação, até agora, dia 3 de julho, de um interlocutor formal na Comissão Mista de Orçamento. Não há um Vice-Líder do Governo designado e também não há a manifestação do Líder do Governo no Congresso, por orientação do próprio Governo.

Da parte do Executivo – e quero com isso, de maneira bastante prática, mostrar o que é a ineficiência administrativa e a má gestão dos recursos públicos –, há a Medida Provisória nº 572, publicada em 5 de junho de 2012. Portanto, nós temos um mês – hoje é dia 3 de julho – desde a sua publicação. E ela tem força de lei imediatamente ao ser editada e publicada no *Diário Oficial*.

Foi aberto um crédito extraordinário, por intermédio do Ministério da Defesa, no valor total de 381 milhões, 252 mil, 988 reais, destinado às comunidades atingidas por desastres ou calamidades, em especial na Região Nordeste do País, que, sabemos, enfrenta longo e árduo período de estiagem, já reconhecido de maneira tácita como uma gravíssima situação de emergência.

Portanto, seria mais do que necessário que esses recursos fossem apresentados para fazer frente a essas calamidades. No entanto, passados 30 dias, até hoje nem 1 real, nem 1 centavo foi empenhado para

fazer frente a essas questões. Elas envolvem obras emergenciais, capacitações técnicas de pessoal pela seca, execução de obras emergenciais, contratação de mão de obra terceirizada, obtenção e manutenção de postos de abastecimento de combustíveis para atendimento da população, e uma série de tarefas que era para serem cumpridas com esses recursos.

Entretanto, estamos aqui a assistir a uma total falta de operacionalidade, a uma incapacidade gerencial absoluta, num momento em que o País amarga a cada mês uma expectativa reduzida de crescimento econômico. Nós começamos o ano com a perspectiva de crescimento econômico de 3,5%; depois o próprio mercado sinalizou para um desaquecimento; o Banco Central sinaliza oficialmente com a taxa de 2,5%; e, a partir de ontem, já começou a arrefecer essa expectativa para alguma coisa na ordem de 2%.

Os recursos públicos são fundamentais para reerguer, reativar nossa economia, que está em fase de desaquecimento, fruto também do encolhimento dos investimentos mundiais. Mas assistimos à total incapacidade do Governo de responder à altura a esses desafios.

Senhores, o IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, um instituto oficial do Governo Federal, hoje publica um documento manifestando a incapacidade do Governo Federal de fazer frente à retomada das atividades da nossa economia. Isso é muito preocupante!

Sr. Presidente, quero novamente registrar o esforço e a responsabilidade de V.Exa. ao presidir esta Comissão. V.Exa. foi injustamente criticado, inclusive nesta semana, pela revista Veja, que publicou uma matéria dizendo que o Presidente Paulo Pimenta deveria tomar cuidado para não sofrer retaliações do Governo porque estava dialogando com os coordenadores da Oposição. Ora, é tarefa, é papel do Presidente da Comissão fazer essa articulação. Quem não está fazendo o seu papel adequadamente é o Governo, que não dá a retaguarda necessária aos seus Líderes para fazer esta Comissão funcionar de maneira adequada. A Oposição está aqui, aberta ao diálogo. Queremos votar as matérias, mas queremos saber que questões vamos aqui discutir. Queremos, no SIAFI, transparência na execução dos recursos dos órgãos da saúde e da educação. As demais áreas do Governo publicam no SIAFI, quase imediatamente, a sua execução orçamentária. Por que a saúde e a educação não fazem isso com transparência? É isso que queremos incluir no nosso debate. Isso queremos fazer valer nas negociações envolvendo a LDO. Fizemos emendas nessa direção. Esse é o diálogo que nós queremos fazer. Não estamos pedindo nada que vá de encontro aos interesses do País.

Portanto, Sr. Presidente, louvo o esforço de V.Exa. nessa direção, que acho bastante adequado. Até porque não há entendimento, pelas razões aqui expostas pelos vários coordenadores, para prosseguirmos na tarefa de apreciarmos as matérias ainda no dia de hoje. Mas espero que, pelas razões todas que aqui estão sendo expostas e pelo esforço de V.Exa., a partir de amanhã possamos dar o passo que até agora não conseguimos dar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente Paulo Pimenta, agradeço pela oportunidade.

Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez eu gostaria de deixar anotado o que estamos acompanhando no dia a dia do País. A própria TV Globo tem mostrado com mais frequência o quadro da saúde: os hospitais universitários estão uma vergonha, sem pessoal, com equipamentos novos abandonados. É uma situação de profunda tristeza e desesperança. Não sei mais nem o que dizer! Como sabemos todos, a Presidenta é bem-intencionada. Digo isso a todo momento. O Brasil é a sexta economia do planeta, é um país muito rico. Se é a sexta economia do planeta, é rico, milionário. Mas por que no Brasil milionário os hospitais públicos universitários federais, que deveriam ter todas as condições de atendimento às pessoas, são esse fracasso, essa vergonha, esse desespero?

Mais uma vez eu digo: o Brasil é um país rico, bonito, que dispõe de riquezas minerais, naturais, possui prédios maravilhosos. A capital, Brasília, é um exemplo de beleza para o mundo. Mas o mais importante não é a beleza, a estrutura que aqui está, é a nossa vida, que a todo instante corre riscos, por culpa do Governo Federal.

Eu apoio a Presidenta Dilma, que é honesta. Mas o Governo Federal recebe muito recurso e investe pouco em saúde. Eu tenho apresentado emendas, tenho lutado pela saúde, mas é preciso fazer algo mais para beneficiar a saúde do povo brasileiro, que paga impostos e paga nossos salários para bem representá-lo nesta Casa.

É essa a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Toninho Pinheiro.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito para se pronunciar, vou encerrar a presente reunião. Cancelo a reunião marcada para hoje às 18h e con-

voco reunião deliberativa para amanhã, dia 4 de julho, quarta-feira, às 14h30min, e às 18h.

Está encerrada a reunião.

Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,realizada em 10 e 11 de julho de 2012.

Aos dez e onze dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 16. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias; – Deputados Suplentes: Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Nelson Marchezan Junior, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; – Senadores Suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Antonio Russo, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Souza. Parlamentares não membros presentes: – Deputados: Claudio Cajado, Gilmar Machado, Ronaldo Caiado, Vilson Covatti e Weliton Prado. Deixaram de comparecer: – Deputados titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, João Leão, Laurez Moreira, Paulo Rubem Santiago e Ratinho Junior; – Senador titular: Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia dez de julho, havendo número regimental para deliberação, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos e anunciou a imediata suspensão, com continuação da reunião dentro do prazo de 30 minutos, em virtude da necessidade de negociação para votação de itens da pauta. Às quinze horas e vinte e quatro minutos a reunião foi reaberta. O Presidente anunciou nova suspensão dos trabalhos. Convocou a continuação para as 20h e solicitou que até lá os parlamentares dispostos a apresentar destaques negociassem com o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, Senador Antônio Carlos Valadares e o Deputado Gilmar Machado, visando ao melhor andamento dos trabalhos. Usaram da palavra os Deputados Gilmar Machado – solicitou apresentação dos destaques para o Relator do PLDO até as 20h, Toninho Pinheiro – pediu orientações sobre apresentação de destaques, e Waldir Maranhão – informou que a bancada do PP está à disposição para colaborar com análise dos destaques relativos ao PLDO. Às quinze horas e vinte e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião. Às vinte horas e onze minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou reiniciados os trabalhos e anunciou nova suspensão, durante o período de 10 minutos, para a chegada de alguns Líderes. Às vinte horas e trinta minutos, o Presidente retomou os trabalhos. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião Ordinária, em 26/06/2012; 4ª Reunião Extraordinária, em 27/06/2012 e 10ª Reunião Ordinária, em 03/07/2012. Ao questionar ao Plenário sobre a dispensa da leitura das Atas, o Deputado Felipe Maia solicitou que elas fossem lidas. O Deputado Vanderlei Siraque foi convidado pelo Presidente para lê-las. Ao término da leitura, o Presidente abriu a discussão. Contudo, os Deputados Ronaldo Caiado e Felipe Maia solicitaram a suspensão da reunião antes que as Atas fossem discutidas. O Deputado Duarte Nogueira questionou o Presidente sobre qual rito ele tomaria para a Reunião. Em resposta, o Presidente afirmou que a sequência da reunião seria a conclusão da análise das Atas, dar conhecimento sobre o recebimento do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, e suspensão dos trabalhos. Apesar da concordância do Deputado Felipe Maia, o Deputado Ronaldo Caiado alegou não querer a discussão das Atas. Seguindo, o Presidente reafirmou sua intenção de dar conhecimento à Comissão sobre recebimento do Relatório do CAE. Dessa forma, o Deputado Ronaldo Caiado solicitou a discussão das Atas e declarou-se em obstrução. O Presidente, a pedido do Deputado Duarte Nogueira, repetiu o rito que seguiria para o andamento da reunião. Após isso, fizeram uso da palavra os Deputados Toninho Pinheiro – discursou sobre a falta de recursos para a área da saúde, Deputado Giovanni Queiroz – manifestou-se solidário à oposição, e o Senador Flexa Ribeiro – declarou insatisfação em relação ao cumprimento de acordos por parte do Governo. Na sequência, o Presidente retomou a discussão das Atas. Não houve quem as quisesse discutir e elas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **AVISOS:** o Presidente, Deputado Paulo

Pimenta, informou que no dia 4 de julho, às 20h45min, foi disponibilizado na *Internet* o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, coordenado pelo Deputado Marcus Pestana do PSDB/MG e que no dia 10 de julho, às 20h, foi entregue um adendo ao relatório do CAE relativo ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 3 de 2012, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Às vinte e uma horas e nove minutos, a reunião foi suspensa pelo Presidente, que antes da suspensão convocou a continuação da reunião para o dia 11 de julho de 2012, às 14h30. Aos onze dias do mês de julho de dois mil e doze, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou reaberta a reunião, com consequente suspensão até às 15h. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, a reunião foi reaberta pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta. Foi levantada Questão de Ordem pelo Deputado Ronaldo Caiado sobre a continuidade da reunião, uma vez que havia andamento da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Assim, a reunião foi suspensa, pelo Presidente, às 16h24, com reinício previsto para o período subsequente ao término da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reiniciou os trabalhos. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi **dispensada a leitura dos expedientes.** O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** o Deputado Ronaldo Caiado pediu o encerramento da reunião por não haver quórum regimental para deliberação. Na sequência, o Deputado Duarte Nogueira teceu esclarecimentos a respeito dos quóruns definidos para deliberação e abertura da reunião. Também fez uso da palavra o Senador Antônio Carlos Valadares para comentar sobre a elaboração do Relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO. Foi apresentado Requerimento para inversão de pauta, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando que o item 4, **Relatório ao Projeto de Lei nº03/2012-CN – PLDO**, fosse o primeiro a ser apreciado. Em discussão, apenas o Deputado Giovanni Queiroz fez manifestações. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, PSDB, DEM, PV, PPS e PDT declararam-se em obstrução. Proclamado o resultado da votação na Câmara dos Deputados, o Deputado Ronaldo Caiado, Líder do DEM, solicitou verificação da votação, apoiado pelo Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, amparados pelo *art. 136 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*. O Presidente designou o Deputado Cláudio Puty para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal. Votaram SIM os Deputados: Aníbal Gomes, Antônio Brito, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Édio Lopes, Hugo Motta, Jaime Martins, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Osmar Serraglio, Renato Molling, Waldenor Pereira; total de votos SIM: 13; total de votantes: 13. Após a verificação da votação, constatou-se não haver o quórum necessário para deliberação na Câmara dos Deputados, razão pela qual o Deputado Ronaldo Caiado pediu o encerramento da reunião e teve sua solicitação atendida pelo Presidente. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 22h20, o qual, antes, reiterou realização de reunião extraordinária convocada para o dia 12 de julho de 2012, às 11h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 16, de 2012.

Há quorum para deliberação da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Suspendo a reunião pelo prazo de 30 minutos para que possamos concluir as negociações entre as Lideranças para a definição da Ordem do Dia.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 16, de 2012.

Por gentileza, solicito aos Srs. Parlamentares que possibilitem o início dos trabalhos.

Nós estamos nos esforçando para estabelecer discussão com as Lideranças, com os coordenadores das bancadas da Câmara e do Senado, que possibilite o enfrentamento da Ordem do Dia e de uma série de matérias pendentes de deliberação.

No entanto, não conseguimos chegar ainda a entendimento acerca da pauta, acerca dos temas a

serem deliberados. Solicito a atenção do Plenário, porque está um pouco difícil encaminharmos de maneira adequada a reunião.

O que faremos? Suspenderemos a reunião até as 20 horas. Mas, durante esse período, o Senador Antônio Carlos Valadares, Relator da LDO, estará à disposição dos Srs. Coordenadores e dos Srs. Parlamentares, para que possamos fazer o encaminhamento prévio da discussão dos destaques.

Como os destaques serão todos acolhidos ou não pelo Relator antes de serem levados à deliberação, se produzirmos uma conversa prévia, na qual os senhores já possam adiantar ao Relator eventuais destaques que serão apresentados, além daqueles que já foram apreciados, na reunião das 20 horas estaremos com boa parte dos encaminhamentos já cumpridos.

Então, vamos suspender a reunião, mas trabalharemos durante toda a tarde para que na reunião das 20 horas haja consenso preliminar entre os autores dos destaques, os coordenadores de bancadas, o nosso Relator e as representações da Liderança do Governo e da Oposição.

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, queria apenas reafirmar isso. Peço aos Parlamentares que tenham algum destaque a apresentar – já falei inclusive com o Senador Paulo Paim, que tem matéria importante a ser apreciada –, que o façam até as 20 horas – prazo dado por V.Exa. –, para que possamos agilizar os trabalhos e terminar a votação ainda hoje na Comissão. Sendo assim, amanhã haverá condições de votação em plenário.

Faço apelo àqueles que ainda têm algum problema que nos procurem rapidamente para que possamos ir ao Senador e deixar tudo organizado até as 20 horas, quando V.Exa. chamará reunião para conclusão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à disposição dos Parlamentares.

Deputado Toninho.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, tenho três destaques a apresentar. Como devo proceder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. deve procurar o Deputado Gilmar Machado. O Senador Antônio Carlos Valadares está na Comissão. Vamos previamente discutir os destaques para ver se o Senador os acolhe. Isso já resolve boa parte do problema.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, só para esclarecer. Como coordenador da bancada do PP, tentarei, passo a passo, construir diálogo para que possamos viabilizar o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Algum outro Parlamentar deseja fazer uso da palavra? (Pausa.)

A reunião está suspensa. Será retomada às 20 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta de nº 16, de 2012.

Comunico aos senhores e às senhoras que estamos aguardando a chegada de alguns líderes ainda e manteremos a reunião suspensa por mais 10 minutos. Em 10 minutos, nós iniciaremos para tratar da Ordem do Dia. A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta de nº 16, de 2012.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, solicitamos a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito ao Deputado Siraque que proceda à leitura das atas.

Pode vir aqui, Deputado, por gentileza.

É lido o seguinte:

"Ata da Nona Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 26 de junho de 2012.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 14. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja

e Wandenkolk Gonçalves; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Romero Jucá; – Deputados suplentes: Celso Maldaner, Cláudio Puty, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; – Senadores suplentes; Ana Rita, Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza; – Parlamentar não membro presente: Deputado Gilmar Machado. Deixaram de comparecer: – Deputados titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Giovanni Queiroz, João Leão, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lúcio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Ratinho Junior, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias.(...)"

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, na leitura de "senhores titulares", Armando Monteiro, aqui na minha cópia não diz que deixaram de comparecer. Gostaria de saber que a cópia que recebi aqui é semelhante à que o nobre colega está lendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, concluída a leitura, haverá o momento adequado para as contestações e debates sobre a ata. Deputado Siraque, pode continuar.

> *"(...) ABERTURA: às quinze horas e um minuto, havendo número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 8.ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2012, e 3.ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2012. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram aprovadas por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. AVISOS: O Presidente informou que os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Bruno Araújo, Carmen Zanotto, Claudio Cajado e Gilmar Machado não registraram a assinatura na Folha de Presença da 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho. Há necessidade de os Parlamentares entrarem em contato com a Secretaria, pois fizeram uso da palavra naquela reunião. Por esse motivo, determinou à Secretaria que fizesse constar a presença desses Parlamentares na Ata da 3ª Reunião Extraordinária. Informou, também, que recebeu convite, em nome de todos os membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para um café da manhã durante o qual será apresentada a situação orçamentária da Marinha do Brasil, a ser realizado dia 27 de junho de 2012, às 8h, no Gabinete do Comandante da Marinha. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4 ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos Membros e Lideranças Partidárias nesta data. ORDEM DO DIA: Os Deputados Félix Júnior (PDT/BA) e Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), com amparo no art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e § 1° do art. 19 da Resolução n° 1/2006-CN, que dispõe: 'os membros e coordenadores dos comitês serão designados no prazo de até 5 (cinco) dias após a instalação da CMO', levantaram Questão de Ordem ao Presidente para que determinasse imediata instalação dos Comitês de que trata o art. 18 da supracitada Resolução, e, adicionalmente, por analogia, utilizasse a prerrogativa que lhe assegura o § 2° do art. 17 da mesma Resolução, caso se verifique omissão de partidos políticos na indicação dos membros para os citados Comitês. O Presidente decidiu sobre a Questão de Ordem informando que, tendo em vista a realização de todas as indicações, para membros e Coordenadores dos Comitês Permanentes desta CMO, pelas Lideranças Partidárias, a Questão de Ordem foi resolvida. O Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão houve acordo apenas para apreciação dos Relatórios apresentados às Medidas Provisórias n° 566 e 569/2012-CN, Ofício Conjunto n° 02/2012/Coff/Conorf e Requerimento n° 05/2012-CMO, constantes dos itens n°s 1, 2, 3 e 10, da Pauta n° 14/2012. 1 – apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória n° 56612012-CN, que 'Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica'. Relator: Senador Wellington Dias.*

Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. Durante a 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 e 20 de junho de 2012, o Relatório foi apresentado, a discussão iniciada e declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator. Nessa mesma reunião, foi apresentada a Contestação n° 1/2012-CMO, de autoria do Deputado Felipe Maia, que teve a decisão do Presidente pelo seu indeferimento. Apresentado Recurso ao Plenário contra a decisão do Presidente, este foi rejeitado. Havendo continuação da apreciação da matéria na 9ª Reunião Ordinária, dia 26 de junho de 2012, ausente o Relator, o Presidente designou o Senador Paulo Paim (PT/RS) como Relator ad hoc. Encerrada a discussão, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia orientaram os votos das Bancadas do PSDB e DEM respectivamente. Ambos orientaram para o voto favorável à aprovação do Relatório, fazendo ressalva apenas para a baixa execução orçamentária da medida provisória em questão. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2 – Apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória n° 569/2012-CN, que 'Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mihões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica'. Relator: Deputado Aníbal Gomes. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS) como Relator ad hoc, que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no § 2° do art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A discussão foi iniciada. Foi apresentada a Contestação n° 2/2012-CMO, contra a inadmissibilidade da Emenda n°1, de autoria do Deputado Felipe Maia, com o apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Maia, Augusto Coutinho, Luiz Carlos Setim e Paulo Wagner, conforme dispõe o art. 148 da Resolução n° 1/2006-CN. O Presidente, de acordo com a Nota Técnica Conjunta n° 3/2012, "Créditos Extraordinários: inadmissibilidade de emendas em face ao art. 111 da Resolução n° 1/2006-CN", elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, decidiu pelo indeferimento da Contestação. Após isso, os Deputados Duarte Nogueira, João Maia e Felipe Maia debateram sobre a possibilidade de alteração da Resolução n°1/2006-CN, uma vez que entendem que o Congresso Nacional deveria discutir e participar da distribuição de recursos referentes a créditos extraordinários. Encerrada a discussão, os Deputados Duarte Nogueira e Felipe Maia orientaram os votos das Bancadas do PSDB e DEM respectivamente. Ambos orientaram para voto favorável à aprovação do Relatório, fazendo ressalva apenas para a baixa execução orçamentária da medida provisória em questão. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 3 – Apreciação do Ofício Conjunto n° 02/2D12/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a 'Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei n° 12.595, de 19 de janeiro de 2012)'. (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012). Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF. Não houve discussão. A Errata foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 10 – Requerimento n° 05/2012-CMO, que 'Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União'. (Ministro Aguinaido Velloso Borges Ribeiro). Autor: Deputado Duarte Nogueira. Não houve discussão. Aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ENCERRAMENTO: em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes da Pauta n° 14/2012, o Presidente anunciou encerrados os trabalhos às dezesseis horas e quatro minutos. Antes, cancelou reunião extraordinária marcada para 26 de junho, às dezoito horas. Para constar,

eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Sr. Presidente, lida a ata da sessão realizada em 26 de junho de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado ao Deputado Vanderlei Siraque.

Já leu as três?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Só uma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Então, vamos ler as outras duas.

É lido o seguinte:

"COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, DO CONGRESSO NACIONAL.

Ata da Quarta Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 de junho de 2012.

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 2, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 14 Alterada. Verificou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Deputados titulares: Cida Borghetti, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Leandro Vilela, Paulo Pimenta e Waldenor Pereira; Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Clésio Andrade e Paulo Paim; Deputados Suplentes: Leonardo Monteiro, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer: Deputados: Anibal Comes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Leão, João Maia, João Pauto Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Folelto, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Senadores: Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. ABERTURA: Às quinze horas e dois minutos, havendo número regimenl para abertura dos trabalhos, conofrme o art. 134 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. ENCERRAMENTO: em virtude da inexistência de quorum regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e três minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 3 de julho, terça-teira, às 14h30min, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados e cancelou a realização da reunião extraordinária do dia 27 de junho, quarta-feira, às 18 horas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Sr. Presidente, lida a Ata do dia 27.

É lido o seguinte:

"CONGRESSO NACIONAL. COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

Ata da Décima Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 3 de julho de 2012.

Aos três dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta n° 15. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Luciano Castro, Osmar Júnior, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Paulo Paim, Romero Jucá e Vicentinho Alves; – Deputados Suplentes: Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Félix Mendonça Júnior, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; – Senadores Suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Antonio Russo e Sérgio Souza. Parlamentar não membro presente: Deputado Gilmar Machado. Deixaram de comparecer: – Deputados titutares: Anibal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz,

João Leão, João Maia, Josias Gomes, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; Senadores titulares: Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão e Wellington Dias. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, havendo número regimental para abertura da reunião, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos e anunciou que não houve acordo para apreciação das matérias da pauta, após a realização da reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO. Dessa forma, afirmou que iria encerrar a reunião sem que houvesse apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Colocou a palavra à disposição e fizeram uso dela os Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira e Toninho Pereira. Os dois primeiros falaram sobre as dificuldades causadas para elaboração de acordos sem um representante da Liderança do Governo na CMO ainda a ser indicado.

Além disso, mencionaram reportagem da revista Veja em que o Presidente é citado e manifestaram posicionamento contrário ao expresso nessa matéria. O Deputado Toninho Pinheiro usou a palavra para expressar insatisfação com a baixa execução orçamentária para a área da saúde. ENCERRAMENTO: o Presidente encerrou os trabalhos às quinze horas e dezesseis minutos. Antes, cancelou reunião extraordinária marcada para 3 de julho, às dezoito horas, e alertou para as reuniões previamente convocadas para o dia 4 de julho, às 14h30 e 18h, ambas em caráter extraordinário. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Lidas todas as atas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Diga-se de passagem, muito bem lidas as Atas.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Em discussão, não, Sr. Presidente. Se for em discussão, nós vamos discutir. Tem que ser antes da discussão.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual é o rito que V.Exa. vai dar a esta reunião de hoje da CMO.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – E, aditando ao questionamento**...**

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Se V.Exa. vai suspender a reunião ou se vai continuá-la.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Em suspendendo a reunião, eu gostaria que V.Exa. a suspendesse antes da discussão da ata. Caso contrário, nós teríamos que discutir a ata, e não é isso o que gostaríamos de fazer, aguardando os próximos acontecimentos, ao longo desta noite e manhã de amanhã. Razão pela qual peço a V.Exa. para colocar em suspensão antes da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Prezados Líderes do Democratas, para que eu possa dar conhecimento ao Plenário do Relatório da CAE, eu preciso concluir a análise da ata.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Presidente, para que a gente possa ter mais clareza no esforço que V.Exa., como Presidente da Comissão Mista de Orçamento está promovendo, para que possamos manter o diálogo em aberto e possamos dar sequência ao rito das ações da Comissão Mista de Orçamento, eu gostaria que V.Exa. nos anunciasse qual será a conduta do andamento dos trabalhos na noite de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito. Eu pretendo concluir a análise da ata, dar conhecimento ao Plenário do Relatório da CAE e suspender a reunião, para que nós possamos fazer o esforço para o entendimento entre as lideranças do Governo e da Oposição.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Zeca.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Quero fazer um apelo aqui. Que nós fizéssemos ao menos isso aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou concluir a análise da Ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, como um gesto das oposições, nós concordamos com o rito que V.Exa. aqui propõe, de introdução na noite de hoje dessa nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. que o acordo fosse cumprido; que V.Exa. não desse continuidade à discussão, muito menos à leitura. É uma solicitação que faço a V.Exa. em relação ao cumprimento de um acordo. Se o acordo não for cumprido, eu vou realmente requerer todas as prerrogativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Prezado Deputado, a informação que eu tenho é que o acordo que está sendo construído entre as lideranças, que prevê suspendermos a reunião para

podermos continuar esse esforço de entendimento, chega até nós darmos conhecimento ao Plenário hoje do Relatório da CAE. Esta é a informação que recebi dos Srs. Lideres. É este o acordo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Bem, Sr. Presidente, sendo essa a decisão de V.Exa., vou me inscrever então para discutir a ata, para começar, e, depois, eu já vou para a obstrução total. Se a posição de V.Exa. é essa, então, nós não temos mais o que discutir. É dar prosseguimento à sessão e o enfrentamento será feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A minha posição é a posição do entendimento entre os Líderes.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem é que está pedindo a palavra?

Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Queria fazer um apelo ao Deputado Caiado.

Eu fui um dos Parlamentares da base do Governo, Deputado Caiado, que defendeu que suspendêssemos a reunião para que pudéssemos não forçar uma votação aqui, mas esgotar toda a negociação a fim de que não saíssemos daqui como vitoriosos ou derrotados. Até porque qualquer vitória nesta Comissão pode ser uma derrota em plenário; qualquer vitória aqui pode ser uma vitória de Pirro.

Eu sou testemunha de que o nosso Presidente, Deputado Paulo Pimenta, tem feito todos os esforços nessa direção, mas acho que há um mal-entendido, porque o que me pareceu que tínhamos combinado há 5 minutos é que nós não abriríamos a discussão do mérito das matérias, mas aprovaríamos, sim, a ata. Não leríamos o relatório da LDO, não abriríamos a discussão, mas apenas e tão-somente aprovaríamos a ata. Isso não significa ruptura de acordo.

Então, gostaria de deixar bem claro que me parece que foi o que nós acertamos há poucos minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, senhores, Deputado Toninho Pinheiro...

Pela ordem, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Presidente...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Depois, o Deputado Giovanni Queiroz também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um momento; há questão de ordem aqui do coordenador do PSDB.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Eu gostaria... Para uma maior clareza do Plenário, tendo em vista que, quando V.Exa. anunciou o rito procedimental que vai seguir na noite de hoje, havia um ruído alto no plenário, e colegas não puderam compreender cada ponto por V.Exa. anunciado, eu gostaria que V.Exa. pudesse repetir qual rito irá conduzir para que nós possamos, em seguida, manifestar o nosso comportamento como partidos de Oposição na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem.

Eu vou concluir a análise das atas, vou aprová-las. Se tiver em discussão, nós vamos discutir até votá-las. Vou aprová-las e vou dar conhecimento ao Plenário do Relatório do CAE. Posteriormente, vou suspender a reunião para que os Líderes tenham o tempo necessário.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Dar conhecimento sem ler?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou dar conhecimento ao Plenário de que recebi o relatório do CAE.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas não há leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há necessidade, inclusive vai ser distribuído a todos os senhores. Tão logo isso seja feito, a reunião será suspensa e retomada amanhã, às 14h30min. Esse é o encaminhamento que eu darei.

Deputado Toninho Pinheiro.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, com muita humildade, gostaria de conclamar a Oposição e a Situação para que todos nós nos uníssemos para defender os interesses maiores do Brasil.

A gente observa, neste exato momento, devido à morosidade das questões que acontecem nesta Comissão e no Brasil inteiro, pessoas morrendo à mingua por falta de médico e remédio, e sabemos que precisamos votar algum mecanismo aqui para tirar o dinheiro do Governo Federal, que tem muito dinheiro, que está faltando para investir na saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Eu apoio a Presidenta Dilma, mas o Governo Federal está cometendo o maior pecado em relação ao investimento na saúde. É coisa de vida ou morte, Sr. Presidente!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço, agradeço, a sua colaboração.

Vou pedir aos Parlamentares que façam intervenções regimentais.

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, queria só alertar para o seguinte. O PDT não participou desta reunião; participará a partir de agora.

Mais uma coisa: estarei solidário aos companheiros que queiram obstruir antes de um acordo político nesta Casa, sob pena de também nos somarmos, enquanto PDT, a essa posição tomada pelo Democratas e pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, entendo que V.Exa. quer que os apartes sejam feitos em cima da questão, mas o Deputado aqui tem toda a razão ao fazer um apelo para que o Governo possa trabalhar no sentido de atender à população, liberando os recursos.

O que está sendo aqui questionado são acordos que não foram cumpridos ao longo de todo o ano. Desde o ano passado, esses acordos são feitos, o Governo, lamentavelmente, não os cumpre e os Líderes aqui que representam o Governo ficam sem condições de dar continuidade às tratativas. Essa é a realidade.

V.Exa. conduziu perfeitamente a reunião – e eu acredito que vá haver o acordo final com o rito que V.Exa. colocou; vai dar conhecimento que recebeu o Relatório da CAE, não fará a leitura e suspenderá a sessão até amanhã, às 14h30, para que as lideranças possam chegar ao acordo final para que possamos aprovar. Agora, é necessário que o Governo faça a sua parte também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

Em discussão as Atas da 9º Reunião Ordinária, 4ª Reunião Extraordinária e 10ª Reunião Ordinária. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Não havendo quem queira discutir, estão em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, antes de V.Exa. dar conhecimento, não quer dizer que na sessão seguinte não tenha que ser feita a leitura desse relatório. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Comunico às Sras. e Srs. Deputados e às Sras. e Srs. Senadores que, no dia 4 de julho, às 20h45min, foi disponibilizado na Internet o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas Exame de Admissibilidade das Emendas, coordenado pelo Deputado Marcos Pestana, do PSDB de Minas Gerais, e que hoje, dia 10 de julho, às 20h, foi entregue um adendo ao Relatório do CAE relativo ao exame de admissibilidade às emendas apresentadas ao PLN nº 13, de 2012 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

Dentro do entendimento realizado pelos senhores coordenadores e Líderes das bancadas da Câmara e do Senado, da Oposição e do Governo, eu suspenderei a presente reunião, que será reiniciada, amanhã às 14h30min, para dar seguimento à Ordem do Dia.

A reunião está suspensa até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta de nº 16, de 2012.

A reunião permanecerá suspensa até às 15h.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 11ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta de nº 16, de 2012.

Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, acabo de ser informado que deu quorum no plenário.

A questão de ordem que formulo a V.Exa. é que numa sessão extraordinária ela já tem pauta pré-fixada com as medidas provisórias a serem discutidas e votadas.

Como tal, o Regimento é claro. No momento em que uma sessão extraordinária está em andamento e atingido o *quorum* de 257 Deputados Federais, não pode haver outra sessão ou outra Comissão funcionando paralelamente.

Assim sendo, Sr. Presidente, acredito que V.Exa. deve ter sido informado, e esta reunião da CMO deverá ser suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a sua gentileza, antecipando inclusive o encaminhamento que eu iria dar como Presidente.

Nós estamos recebendo o sinal de que teve início a Ordem do Dia e, portanto, a reunião será suspensa

e a retomaremos tão logo seja concluída a Ordem do Dia no plenário.

Convido os Srs. Parlamentares da Câmara e do Senado para que se programem, porque nós teremos uma sessão que terá por objetivo enfrentar todos os pontos da pauta: o relatório da LDO, as medidas provisórias e os projetos de crédito.

Portanto, a reunião está convocada, com toda a pauta integral, a partir do momento em que nós tivermos o encerramento da Ordem do Dia.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 16, de 2012.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através de correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às lideranças partidárias nesta data.

Requerimento para inversão de pauta, encaminhado pelo ilustre...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, não temos quorum suficiente para iniciar a sessão. Precisamos de um mínimo de 16 Deputados Federais titulares e 6 Senadores. Como tal, está claro que não temos a presença suficiente para darmos início à sessão. Há apenas 4 Senadores presentes, e, como tal, Sr. Presidente, não há como V.Exa. não encerrar a sessão neste momento, já que a presença necessária é fator primordial para o início da sessão da Comissão.

O SR. DEPUTADIO GIOVANNI QUEIROZ – E seria bom que V.Exa. fixasse um tempo máximo de 5 minutos para que pudéssemos alcançar o *quorum*. Se não, encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente Paulo Pimenta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, na observação feita pelo Líder Ronaldo Caiado, regimentalmente, V.Exa. pode reabrir a sessão com 2 Senadores e 6 Deputados Federais presentes, o que parece que, a olhos vistos, é o que ocorre. Mas, se V.Exa. pretende deliberar algo, teremos de ter, no mínimo, 6 Senadores e 16 Deputados Federais, número que claramente não vemos no plenário neste instante.

Posto isso, consulto V.Exa. se, mesmo assim, sua intenção é prosseguir com a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um momento, Deputado. O Senador Valadares vai usar da palavra, enquanto vou buscar uma interpretação do Regimento.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Antes da efetivação do *quorum*, que acho vai acontecer...

Já temos *quorum*? Sim. Parabéns.

Então, antes da efetivação do *quorum* para deliberação, gostaria de enfatizar aos Srs. Senadores membros desta Comissão que tenho certeza absoluta de que, sendo votado o relatório da LDO, muitas regras que não haviam sido previstas no projeto original foram incluídas, não apenas com a participação de Senadores e Deputados, mas também com a participação de órgãos institucionais, a exemplo do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Superior Eleitoral, do STJ e de várias outras instituições ou segmentos que nos procuraram durante a elaboração da LDO no âmbito da CMO.

Nosso trabalho foi insano, vez que tivemos pouco tempo para dar parecer sobre as emendas, que atingiram o montante de quase 4.200. E olhem V.Exas. que, nesse pouco tempo que tivemos, incluindo um final de semana, num total de 10 dias, em dois deles tivemos de nos dedicar a uma viagem para Montevidéu, pois sou membro do PARLASUL, quando, por um problema no avião, que não pôde descer em Montevidéu, voltamos na segunda-feira para Brasília. E, sem dormir durante a noite, ficamos até aproximadamente meia-noite nos dedicando aos últimos retoques e ajustes da LDO, a fim de o entregarmos no prazo que havia sido anteriormente acordado, que foi terça-feira, antes da meia-noite, ou melhor, aos 15 minutos para a meia-noite.

Foram quase 4.200 emendas, e tivemos pouco mais de 3 dias para apreciá-las. Se não pude atender a todas as pretensões das Sras. e Srs. Senadores, isso ficou mais por conta não de um fator discriminatório ou desinteresse, mas pelo fato de não termos um tempo maior, que, se o tivéssemos, tenho certeza absoluta de que as emendas seriam aceitas em maior profusão e muitos Senadores e Deputados teriam sido melhor atendidos.

Ainda assim, quanto às emendas coletivas por Estado, não houve um só Estado que tenha ficado sem suas emendas coletivas aprovadas na LDO. E, como os Senadores e Deputados só podiam apresentar até 5 emendas individuais, estabelecemos critérios, que foram aprovados no relatório preliminar, segundo os quais, poderíamos aprovar, para cada Senador ou para cada Deputado, até 3 emendas individuais, obe-

decendo ao parâmetro de que aquelas emendas que fossem mais repetitivas e tivessem maior preferência dos membros desta Comissão terem prioridade sobre as demais.

Então, dificilmente algum Parlamentar ficou sem aprovação. Assim mesmo, com esse pouco tempo que tivemos, dificilmente um Parlamentar ficou sem que uma ou outra emenda de sua autoria tivesse sido acatada pelo Relator.

De sorte, Sr. Presidente, que gostaria de reconhecer o esforço que foi desenvolvido neste período, a sua contribuição, a contribuição dos Parlamentares, das Lideranças do Governo e também da Oposição e o empenho, o quanto se dedicaram nesses últimos dias para a consecução de um acordo que fosse benéfico para a aprovação da LDO.

Nesse sentido, ainda não chegamos a esse acordo, mas a esperança é a última que morre. Quem sabe até amanha poderemos chegar a um entendimento.

Ocorre que, como não houve um acordo, eu estava disposto a incluir no nosso relatório um adendo contendo as diversas emendas dos Parlamentares que nós consideramos importantes para o aperfeiçoamento da LDO, da parte de integrantes não só do Governo, como também da Oposição. Esse adendo, para ser construído, naturalmente, precisa do apoio de todos, ou seja, do consenso. Como não há acordo, não vou apresentar adendo. Então, isso ficará por conta de uma votação que poderá acontecer oportunamente no âmbito desta Comissão, através de destaques, o que é lamentável, porque eu gostaria de estar aqui com o relatório completo – e eu tinha como fazer isso.

Certeza eu tenho de que, com o adendo que eu iria apresentar, nós iríamos contentar a Oposição e iríamos contentar os Senadores da base. Mas, como isso não foi possível, eu vou retirar o adendo e vou apresentar, única e exclusivamente, o projeto que nós elaboramos com as emendas que nós pudemos acatar, lamentavelmente. Mas, quem sabe, no decorrer das discussões, toda esta nossa pretensão seja atendida. Isto é, o adendo não podendo ser apresentado porque não há acordo, poderemos, através do debate, aceitar as emendas através de destaques que sejam efetivados pelos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Relator.

Requerimento de inversão de pauta:

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, inversão da pauta, no sentido de ser apreciado inicialmente o item 4, PLN 03/12 (PLDO 2013), da Ordem do Dia da reunião ordinária da CMO.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Quero discutir, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu estava aqui exatamente discutindo em relação a alguns pontos e não percebi o momento em que o Relator terminou o seu pronunciamento e V.Exa. apresentou a continuidade da sessão. Se V.Exa. pudesse repetir, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Requerimento de inversão de pauta, para que o item 4, PLN 03/12 (PLDO 2013), seja incluído como prioridade na Ordem do Dia.

Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Presidente, nós somos contrários à inversão. A solicitação que faço é, se é essa a disposição de V.Exa., de já iniciar, que possamos já pedir uma verificação de votação sobre essa disposição de V.Exa. de inverter a pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, logicamente quero discutir o requerimento, no fundo, para ganhar tempo.

Na verdade, estamos aqui tentando buscar do Governo que ele venha ao encontro do Parlamento. Estou nesta Casa já no meu quinto mandato. Aqui estive, durante 12 anos, como Líder do PDT nesta Comissão, fazendo oposição junto com o PT – e aqui estava o PT. Nós fazíamos oposição e denunciávamos, aos gritos e com toda a veemência, a necessidade de termos um Governo que minimamente nos respeitasse.

O Orçamento da União não passa de uma ficção. Dizíamos isso há 20 anos, e antes de mim, com certeza, outros já diziam. Continua a mesma ficção, a mesma ficção que nos envergonha. Então, existe a hora de dizer que chega.

Eu sou da base do Governo; o PDT está na base do Governo. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Queremos que este Governo dê certo. Ele está acertando em algumas coisas: a taxa SELIC hoje cai mais meio por cento, já caiu bastante, precisa cair mui-

to mais, precisa ir para juros civilizados. Nós sempre fomos o país que paga os juros mais caros do mundo, o que é uma vergonha. Se o País vai bem, por que pagar os juros mais caros do mundo? E aí vai.

Mas, muito mais do que isso, Sr. Presidente, o Governo, o Executivo nacional, talvez por ter milhares de DAS, não tem capacidade gerencial executiva para concretizar o Orçamento em si.

Então, Sr. Presidente, nós vamos pedir a verificação, junto com o nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

A votação do requerimento é automática. Portanto, vou considerar que as manifestações que foram feitas foram contrárias ao encaminhamento e, portanto, temos condições de colocá-lo em votação, correto? (Pausa.)

Em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, quem concorda permaneça como está; quem discorda se manifesta de outra forma. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Verificação.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Foi aprovado, contra o voto... Foi pedida a verificação

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – O PSDB, em obstrução, Sr. Presidente. Verificação.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Verificação. O Democratas, em obstrução.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Verificação. O PSDB, em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O PDT, em obstrução.

(Não identificado) – O PV e o PPS também estão em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O PV e o PPS, em obstrução; o PDT, em obstrução.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – O Democratas, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O PSDB, em obstrução.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – O PSDB, em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estou achando que está havendo falta de empenho deste Plenário para que a sessão possa continuar. (Risos.)

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, empenho há, não há vontade do Governo. (Risos.)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu diria que falta planejamento.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Dizem que já empenharam, mas há quem não acredite.

(Não identificado) – Sr. Presidente, isso é fogo amigo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, nós gostaríamos que V.Exa. solicitasse à Mesa que iniciasse a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Diz o inciso X do art. 293:

Art. 293. .....

X – se, ao processar-se a verificação, se os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como se tenho dela desistido.

Portanto, os Parlamentares que a solicitaram com apoiamento...

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Deverão participar do processo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, só Líderes.

(Não identificado) – Do PSDB só o Líder solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estou entendendo que a representação dos Líderes resolve essa questão.

Solicito ao Deputado Cláudio Puty que nos auxilie a fazer a chamada nominal.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, solicitação de Líder não é apoiamento; isso é prerrogativa de Líder. Tanto é que os demais Parlamentares aqui não solicitaram verificação de votação, apenas os Líderes. Não vamos confundir os sinais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu já tive essa discussão aqui, na semana passada. Ela não altera o substancial andamento agora, mas o Regimento do Senado é diferente do nosso, da Câmara. Como está V.Exa., assim como Líder do PSDB e do Democratas, vamos deixar para fazer esta interpretação regimental num outro momento. Vamos proceder à leitura.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Está na resolução, no art. 136, Presidente.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) – É específica.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Presidente, é específica. Está no Regimento Comum, art. 136.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO – Art. 136.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Está no art. 136:

Art. 136. No plenário da CMO, proclamado o resultado da votação em cada Casa, poderá ser solicitada a sua verificação, a pedido de qualquer parlamentar, apoiado por no mínimo 1/10 (um décimo) dos membros da respectiva Casa na CMO ou por Líderes que os representem.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, vamos fazer a chamada e vamos encerrar.

(Não identificado) – Somente nos casos omissos é que é usado o Regimento do Senado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Entendeu? Então, está claro. Aqui, está evidente. Não tem porque ir para outro Regimento se no Regimento Comum está claro, na Resolução nº 1, de 2006.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O Deputado já autorizou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, eu entendo que a representação das lideranças resolve a questão do quorum mínimo. V.Exa. e o Deputado Bruno têm representação suficiente para pedir a verificação.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Muito obrigado.

(Não identificado) – Vamos iniciar a leitura, Presidente?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – A chamada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – PT.

João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Josias Gomes. *(Pausa.)*

Paulo Pimenta. *(Pausa.)*

Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Zeca Dirceu *(Pausa.)*.

PMDB.

Aníbal Gomes, "sim".

Edio Lopes, "sim".

Eliseu Padilha *(Pausa.).*

Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY -Lucio Vieira Lima, não está.

Mauro Lopes *(Pausa.)*;

PSDB.

(Não identificado) – PSDB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – PP.

João Leão. *(Pausa.)*

Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – "Sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Cida Borghetti.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – "Sim".

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Democratas, obstrução.

PR.

João Maia. *(Pausa.)*

Luciano Castro. *(Pausa.)*

PSB.

Paulo Foletto. *(Pausa.)*

Laurez Moreira. *(Pausa.)*

PDT, obstrução.

PV, PPS, obstrução.

PTB.

Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

PSC.

Ratinho Junior. *(Pausa.)*

PCdoB.

Osmar Júnior. *(Pausa.)*

PMN, vaga cedida ao PMDB.

Suplentes: Cláudio Puty, "sim".

Leonardo Monteiro. *(Pausa.)*

Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Vander Loubet. *(Pausa.)*

Vanderlei Siraque. *(Pausa.)* Ausente.

PMDB.

Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Joaquim Beltrão. *(Pausa.)*

Hugo Motta, "sim".

Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – PP, um voto.

Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Toninho Pinheiro. *(Pausa.)*

Waldir Maranhão. *(Pausa.)*

Democratas.

PR.

Giacobo. *(Pausa.)*

Jaime Martins. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Sandra Rosado, PSB. *(Pausa.)*

Antonio Balhmann. *(Pausa.)*

Antonio Brito, PTB. *(Pausa.)*

Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS PUTY – Manuela d'Ávila... *(Pausa.)*

Passo à representação do Senado. Não? Não precisa?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, ficou claro, então: 12 Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos ver se tem algum Parlamentar. Não está concluída a votação.

Quero ver se tem algum Parlamentar que não foi chamado. Deputado...

O SR. DEPUTADO ANTONIO BRITO – Antonio Brito. "Sim", no requerimento, PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Tem algum outro Parlamentar que porventura não tenha sido chamado, Deputado?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente, está nítido que não tem presença. Agora, se for nesse sistema de procrastinação, fica difícil. Na votação, foram exatamente apenas 13 Deputados Federais presentes que votaram. Com isso, V.Exa. não tem como deliberar e tem de encerrar a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Ronaldo Caiado, só estou fazendo a chamada para ver se algum Parlamentar...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – A chamada foi feita pelo Parlamentar Puty que está secretariando a Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo número mínimo de Parlamentares, não conseguimos alcançar o quorum da Câmara dos Deputados. É isso?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foram 13 votos. Doze votos?

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Doze.

(Não identificado) – Com o Presidente, 13.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, V.Exa. precisa encerrar a votação. Não há mais por que procrastinar a declaração do encerramento da votação e a queda desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Não alcançamos o quorum, portanto a Ordem do Dia está encerrada.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Muito, bem, Sr. Presidente. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A sessão está encerrada. Está convocada uma sessão para amanhã, às 11 horas.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Acabou.

Ata da Quinta Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 17 de julho de 2012.

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 17. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Pastor Eurico, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Romero Jucá e Vicentinho Alves; – Deputados Suplentes: Antonio Brito, Assis Carvalho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Joaquim Beltrão, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; – Senadores Suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Souza. Parlamentares não membros presentes: Deputado João Dado e Senador Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer: – Deputados: Aníbal Gomes, Cida Borghetti, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Ratinho Junior e Reinaldo Azambuja; – Senadores: Armando Monteiro, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** às dez horas e trinta e dois minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião, suspendendo-a imediatamente por haver Ordem do Dia em andamento na Câmara dos Deputados. A continuação da reunião foi marcada para o período subsequente ao seu encerramento. Às onze horas e cinquenta e três minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos, informando haver quórum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme *art. 288 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 48 da Constituição Federal*. O Presidente anunciou que houve acordo, em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, para apreciação das seguintes matérias: primeiro seria apreciado o Relatório

apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, na sequência o Relatório ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN – PLDO, e finalizando os trabalhos seriam analisados os Relatórios aos Projetos de Lei nº 1, 4 e 16. **ORDEM DO DIA:** Requerimento de inversão de pauta, solicitando que o item 4, Relatório e Adendo do CAE sobre o exame da admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN, fosse o primeiro a ser apreciado. Em discussão, o Requerimento foi apresentado pelo autor, Deputado Marcus Pestana, o qual foi elogiado pelo Deputado Duarte Nogueira e pelo Presidente por seu trabalho à frente do CAE. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4 – **Relatório e Adendo apresentados pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre o exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 03/2012-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, Coordenador: Deputado Marcus Pestana. Voto: favorável às emendas admitidas na forma acatada pelo relator, com indicação pela inadmissibilidade das emendas nºs 60010001, 0010002 e 60130004. O Coordenador apresentou o Relatório e o Adendo. Não houve discussão. Em votação, o Relatório e Adendo foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inversão de pauta, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando que o item 5, Relatório ao Projeto de Lei nº 03/2012-CN, fosse apreciado após o Relatório do CAE. Não houve discussão e o Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 5 – **Relatório ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências". Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Foram apresentadas 4.122 emendas. Voto: favorável, nos temos do Substitutivo apresentado. Das 4.122 emendas apresentadas, ofereceu voto pela aprovação de 451, pela aprovação parcial de 1.114 e pela rejeição das demais. O Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, apresentou seu Relatório. Na sequência, o Presidente abriu a discussão e informou que o prazo para entrega dos destaques estava aberto. Informou, ainda, que votaria, após a discussão, o Relatório, o Adendo e a Errata, ressalvados os destaques. Estes seriam analisados pelo Relator e enquanto isso haveria a apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nº 1, 4 e 16. Os destaques seriam posteriormente votados. Discutiram a matéria o Senador Flexa Ribeira e os Deputados Marcus Pestana, Toninho Pinheiro, Paulo Rubem Santiago, Zeca Dirceu, Giovanni Queiroz, Felipe Maia, Duarte Nogueira e Leandro Vilela. Durante a discussão, às 12h48 o Senador Cássio Cunha Lima assumiu a Presidência e a entregou ao Deputado Paulo Pimenta às 13h02. A discussão, bem como o prazo para entrega dos destaques, foram encerrados às 13h22. Em votação, o Relatório, o Adendo e a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Após a votação, o Senador Eduardo Suplicy fez uso da palavra e teceu comentários sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Senador Cássio Cunha Lima retornou à Presidência às 13h25. Requerimento de inversão de pauta solicitando que o item 6, Projeto de Lei nº 01/2012-CN fosse apreciado imediatamente. Não houve discussão. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 6 – **Relatório ao Projeto de Lei nº 1/2012-CN**, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências". Relator: Deputado Josias Gomes. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas. Apenas o Deputado João Dado discutiu a matéria. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inversão de pauta, solicitando que o item 7 – Projeto de Lei nº 4/2012-CN, fosse analisado imediatamente. Não houve discussão. O Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 7– **Relatório ao Projeto de Lei nº 4/2012-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 1.355.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Eliseu Padilha. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do projeto. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inclusão na pauta, solicitando a análise imediata do Relatório ao Projeto de Lei nº 16/2012-CN. Não houve discussão. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta – Relatório ao **Pro-**

jeto de Lei nº 16/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Filipe Maia. Foram apresentadas 6 emendas. Voto: favorável nos temos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 6 emendas apresentadas. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na sequência, o Presidente propôs a apreciação do Ofício Conjunto nº 03/2012/Coff/Conorf. O Deputado Felipe Maia solicitou tempo para analisar a matéria e, tendo completado sua análise, não se opôs à apreciação. O Deputado Duarte Nogueira também afirmou não se opor. 3 – **Ofício Conjunto nº 03/2012/Coff/Conorf**, de 05 de julho, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificada no Autógrafo da Lei do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012)" – **ERRATA ao PPA 2012-2015.** Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD. Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle/SF. O Ofício foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após isso, fizeram uso da palavra os Deputados Vanderlei Siraque, Paulo Rubem Santiago, Waldenor Pereira, Cláudio Puty, Leonardo Gadelha, Paulo Rubem Santiago e Waldir Maranhão e o Senador Sérgio Souza em debate que teve como tema central aspectos relacionados ao orçamento público. Durante esse período, o Senador Cássio Cunha Lima sentou-se à Presidência da Comissão às 14h05 e devolveu o lugar ao Deputado Paulo Pimenta às 14h15. Este, ainda durante o debate acima citado, registrou agradecimentos aos servidores e funcionários da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO pelo trabalho realizado durante ciclo de aprovação do PLDO. Na sequência da reunião, o Presidente anunciou que votaria os 352 destaques em bloco, com exceção dos seguintes, os quais tiveram solicitação dos autores para votação em separado. Antes porém o Deputado Duarte Nogueira levantou Questão de Ordem solicitando que o Plenário conhecesse a opinião do Relator sobre os destaques apresentados. **Destaque 1**, do Deputado Duarte Nogueira, à emenda 2183.0018, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Marcos Rogério, Giovanni Queiroz, Professora Dorinha Seabra Rezende, Paulo Wagner, Wandelkolk Gonçalves, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Destaque 2**, do Deputado Duarte Nogueira, à emenda 2183.0016, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Marcos Rogério, Giovanni Queiroz, Professora Dorinha Seabra Rezende, Duarte Nogueira, Paulo Wagner, Wandenkolk Gonçalves, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Destaque 99**, do Deputado Felipe Maia, à emenda 2448.0013, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **Destaque 125**, do Senador Romero Jucá, à emenda 2370.0006, do Deputado Édio Lopes. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **aprovado**, com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. **Destaque 189**, do Deputado João Dado, à emenda 5017.0002, da Comissão de Finanças e Tributação/CD. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Marcos Rogério. **Destaque 270**, do Senador Flexa Ribeiro, à emenda 2091.0051, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Felipe Maia, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago. **Destaque 275**, do Deputado Paulo Rubem Santiago, à emenda 1297.0001, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi **rejeitado** com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, Paulo Rubem Santiago, Marcos Rogério e Waldir Maranhão. Proposta do Presidente para votação dos destaques em globo, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Destaque com voto do Relator pela aprovação:** 271, do Deputado João Leão, à emenda 1277.0003, do Deputado Wellington Roberto. **Aprovado** por unanimidade por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO:** 3 a 98, 100 a 124, 126 a 188, 190 a

269 e 271 a 352. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe *o § 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **ENCERRAMENTO:** às quinze horas e quarenta e seis minutos o Presidente declarou a aprovado o PLDO e encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos. Declaro iniciada a 5.ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta n.º 17/2012.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado. Por isso suspendo a reunião até o fim da votação da Ordem do Dia.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 5ª Reunião Extraordinária destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta de nº 17, de 2012.

Há quorum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Senhores, conforme o objeto de intensa discussão e entendimento político entre as coordenações e Lideranças das bancadas do Governo e da Oposição que compõem esta Comissão, definimos um conjunto de procedimentos que irão orientar as votações que teremos a partir de agora.

Vamos, em primeiro lugar, analisar o relatório da LDO. No entanto, há a necessidade de, antes de entrarmos no relatório, apreciarmos o adendo do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Durante o período de apresentação do relatório pelo Senador Antônio Carlos Valadares será aberto prazo para apresentação dos destaques. Tão logo esteja concluído o processo de análise do relatório da LDO, teremos ainda a votação de três projetos de crédito, os PLNs nºs 1, 4 e 16.

Para conhecimento dos senhores e das senhoras, a sessão do Congresso Nacional foi aberta e está suspensa. Tão logo tenhamos a conclusão desta reunião, faremos a reunião do Congresso para dar sequência às questões aprovadas no âmbito desta Comissão.

Não havendo nenhuma questão preliminar, vamos imediatamente à pauta.

Requerimento para inversão de pauta, no sentido de apreciar inicialmente o relatório e o adendo do Comitê de Admissibilidade de Emendas apresentados ao Projeto de Lei nº 13, de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências. Autor: Deputado Marcus Pestana.

O requerimento, que já foi distribuído aos senhores, bem como o adendo, que também já foi distribuído, está em discussão.

Com a palavra o autor, o ilustre Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Comitê de Emendas recebeu perto de 2.000 emendas e, dentro da sua missão institucional, simplesmente se ateve à análise da adequação à Resolução nº 1 e à legislação vigente.

Procuramos interagir com as bancadas regionais e com as comissões, para que as poucas emendas que tinham sido rejeitadas fossem adequadas. Estavam presas particularmente à falta de especificação precisa de obras e de investimentos, à questão do caráter nacional de emendas de comissão, e conseguimos aproveitar o conjunto das emendas, do ponto de vista da admissibilidade, para preparar o terreno para nosso Relator.

Então, em rápidas palavras, na verdade o Comitê de Emendas foi um enorme coração de mãe, acolhendo todas as emendas propostas pelas comissões, pelas bancadas regionais e pelos Deputados, individualmente.

Como todos receberam, vou evitar a leitura do relatório do Comitê de Admissibilidade e propor sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a manifestação do Deputado Marcus Pestana.

Antes de votarmos o relatório, eu submeterei à votação do Plenário o requerimento de inversão de pauta, que desde já coloco em discussão, caso algum dos Srs. Parlamentares deseje fazer uso da palavra sobre o tema.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Como coordenador da bancada do PSDB, eu não poderia deixar de aqui destacar o trabalho realizado pelo Deputado Marcus Pestana na missão que a ele foi confiada como coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas. S.Exa. fez um belo trabalho pavimentando o acolhimento, no que foi possível, das emendas apre-

sentadas, para que o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, tivesse um trabalho mais facilitado na sua difícil tarefa de relatar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portanto, em nome da bancada do PSDB, cumprimento o Deputado Marcus Pestana por seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Também eu, Deputado Marcus Pestana, quero desde já agradecer publicamente seu empenho e dedicação na coordenação do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra o Deputado Toninho Pinheiro, para falar sobre o tema.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Não é sobre o tema, Sr. Presidente, mas se trata de questão muito importante.

Nesse domingo, eu andei 10 quilômetros a pé, passando de casa em casa, na grande BH. Presenciei pessoas pobres à espera de leito de hospital: gente infartada, gente com câncer, gente com braço quebrado, enfim, um desespero total por parte dessas pessoas pobres.

Eu sou Deputado de primeiro mandato e não tenho sabedoria. Gostaria de pedir ao senhor e a todos os pares desta Comissão tão importante que encontremos algum mecanismo capaz de forçar o Governo Federal a colocar mais recursos no custeio da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Com humildade e respeito, essa é a minha posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. é um lutador nesta Comissão. Quero publicamente cumprimentá-lo por seu empenho e sua dedicação.

Em discussão o requerimento de inversão de pauta. (Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, coloco-o em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que concordem com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de inversão de pauta.

Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, passaremos à apreciação do relatório e do adendo apresentado pelo Comitê de Admissibilidade.

O relatório e o adendo estão em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem os queira discutir, coloco-os em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório e com o adendo do Comitê de Admissibilidade permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório e com o adendo do Comitê de Admissibilidade permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Requerimento de inversão de pauta, para apreciar inicialmente o relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 3, de 2012, que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências", de autoria do ilustre Senador Antônio Carlos Valadares.

O requerimento de inversão de pauta está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento de inversão de pauta permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade nas representações da Câmara e do Senado o requerimento de inversão de pauta para que possamos entrar imediatamente na apreciação do projeto que "dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências".

Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Foram apresentadas 4.122 emendas. Parecer com voto favorável, nos termos do substitutivo apresentado. Das 4.122 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 451 emendas, pela aprovação parcial de 1.114 e pela rejeição das demais.

O Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da Comissão.

Ao mesmo tempo em que fará a apresentação do relatório, o ilustre Senador Antônio Carlos Valadares fará também a apresentação do adendo ao relatório da LDO.

A palavra está com o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Inicialmente, eu pediria permissão ao Pre-

sidente e aos eminentes membros desta Comissão para fazer uma leitura resumida do relatório, tendo em vista que o texto completo não só foi publicado, como também distribuído a todos os Parlamentares integrantes da CMO.

Então, com a permissão dos senhores e das senhoras, passo a ler um resumo do nosso relatório:

Sr. Presidente, estivemos absorvidos na tarefa de entregar um relatório que refletisse a convergência. Para tanto, ouvimos nobres pares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, recebemos representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e também do Tribunal de Contas da União.

O substitutivo que passamos agora a analisar é o resultado dessas conversas e desses encontros, muito positivos para mim e para esta Comissão.

Agradecemos o apoio do Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, e de todo o colegiado. Nossa gratidão também a todas as autoridades com as quais conversamos, pela colaboração e pelo espírito público na busca do entendimento.

Tenho que destacar, nessas últimas horas, a participação do Deputado Marco Maia, grande Presidente da Câmara dos Deputados, que foi de fundamental relevância para a consecução de nossos objetivos de encontrarmos um consenso em torno da LDO. S.Exa. foi muito peremptório hoje pela manhã ao defender, perante o Governo, as prerrogativas constitucionais dos Parlamentares e ao acentuar dois itens insistentemente solicitados pelo Governo no sentido de que, não sendo aprovado o Orçamento 2013, as obras do PAC e os investimentos das estatais poderiam ocorrer sem a participação do Congresso Nacional.

Esses dois itens, que penetravam, sem dúvida alguma, na competência constitucional do Congresso Nacional, não foram aceitos pela Oposição, não foram aceitos pelo Presidente da Comissão, não foram aceitos pelo Presidente da Câmara dos Deputados e também não foram aceitos por este humilde Relator.

Tendo em vista que, em outras ocasiões, esses mesmos itens foram rejeitados pelo Congresso, o Governo terminou compreendendo que essa prerrogativa tem que ser mantida e que dificilmente a LOA não será aprovada. Somente em duas oportunidades, em dois exercícios, não ocorreu a aprovação da LOA.

Portanto, esse dispositivo, além de criar uma situação que a nosso ver poderia ser constrangedora entre o Congresso e o Executivo, seria uma medida inócua. Seria uma medida inócua e sem objetividade, tendo em vista que vamos nos esforçar para que haja a aprovação da LOA logo após as eleições.

Este artigo 101 ficará, então, inócuo, sem nenhuma utilidade. Portanto, desta decisão saem prestigiados o Congresso Nacional e o nosso reconhecimento ao Governo Federal, à Presidenta Dilma, por esse entendimento democrático a respeito de matéria tão divergente que estava em tramitação nesta Comissão.

Gostaríamos de fazer os seguintes destaques em relação ao nosso relatório: primeiro, a evolução recente da crise financeira internacional e seus reflexos na economia nacional reforçaram a nossa convicção na manutenção do rumo da atual política fiscal. Por um lado, mantivemos as metas de superavit primário propostas no PLDO 2.013, art. 2º. Por outro lado, mantivemos a flexibilidade fiscal do PLDO 2.013, de modo que a meta do resultado primário possa ser reduzida em até 45,2 bilhões, o que representa 0,9% do PIB.

Caso a programação se destine a investimentos prioritários, art. 3º, nesses investimentos incluímos as ações decorrentes de emendas. A CMO deliberou favoravelmente acerca da inclusão do anexo de metas e prioridades. O nosso substitutivo inclui cerca de 211 ações específicas no Anexo 7, em obediência às regras definidas no parecer preliminar.

Observamos o referencial financeiro fixado em 25% do PAC, cerca de 11 bilhões de reais. Os investimentos constituem a maior parte das prioridades, muitas das quais coincidentes com o PAC.

4º – por força do nosso substitutivo, o Poder Executivo deverá manter atualizada na Internet a relação das programações do PAC, do plano Brasil sem Miséria e a correspondente execução orçamentária e financeira.

Sobre as despesas com o pessoal, o art. 99 da Constituição Federal exige decisão conjunta dos três Poderes para fixação dos limites orçamentários na despesa.

O inciso II do § 1º do art. 169, por sua vez, estabelece que a LDO deve autorizar os gastos com pessoal. Assim, diante também da incerteza sobre a quantificação das receitas da União para 2013, optamos pela inclusão de uma autorização para aumento dos gastos de pessoal dos três Poderes e do MPU, mas sem estabelecer limites prévios. Pensamos que esse gesto contribuirá para estimular os representantes dos Poderes e do MPU a continuarem se empenhando na definição de um critério ou montante adequado até o envio da proposta orçamentária. Esta saída que nós incluímos no art. 74, "a", promove, sem dúvida alguma, a abertura de diálogo permanente que já vem sendo mantido entre o Governo Federal e as categorias, os segmentos do Poder Executivo e do Judiciário, que reclamam por reajustes.

Se não colocássemos esta janela, que significa uma abertura permanente para o diálogo até a elaboração definitiva da LOA, certamente não haveria

a harmonia como deve prevalecer entre os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Neste ponto, quero reconhecer a compreensão do Governo Federal, através da Ministra do Planejamento, que terminou por aceitar esta nossa redação, que teve a acolhida do Presidente do Supremo Tribunal Federal e das demais instituições da República.

Acolhemos a sugestão que determina a publicidade e a transparência dos precatórios e requisições e pequeno valor. Assim, as pessoas que sejam beneficiárias de débitos judicias da União serão informadas pelo Poder Judiciário, dando maior segurança quanto ao recebimento de seus direitos.

7º – Na análise das disposições, sua fiscalização de custos de obras e serviços, ouvimos o Tribunal de Contas e o Executivo e obtivemos o necessário apoio sobre mudanças que realizamos. Retiramos o § 9º do art. 101, que excluía no mecanismo de fiscalização previsto na LDO, as obras em convênio com Estados e Municípios. Inserimos §§ no art. 101, com o objetivo de regular melhor o que compõe o custo de obras e serviços. Além disso, os §§ 10 e 11 trazem aperfeiçoamentos quanto ao fornecimento de materiais específicos.

8º– Inserimos determinação no sentido de que o orçamento tenha um marcador para controle do atendimento do piso constitucional da saúde, a fim de que se cumpra e fiscalize adequadamente o dispositivo da LC 141, de 2012.

O projeto original continha capítulo novo acerca da transparência e divulgação de dados na elaboração e execução do orçamento. Por meio de remanejamentos diversos, agregamos dispositivos dispersos no texto, aperfeiçoamos e ampliamos o capítulo para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação.

O capítulo foi organizado em diversas seções que abrangem a divulgação sobre transferências a entidades privadas, transferências voluntárias, contratos e convênios, agentes públicos e despesas respectivas, além da publicação de dados sobre a elaboração e a aprovação dos orçamentos públicos.

Contém ainda a exigência de publicações especificadas dos orçamentos e da estrutura remuneratória, das entidades da administração indireta e do Sistema S.

No art. 100, § 1º determinamos que acesso amplo para a consulta ao SIAF e outros sistemas informatizados seja assegurado a cidadãos e entidades sem fins lucrativos na linha da publicidade e transparência.

O setor competente do Poder Executivo conduz um processo de reorganização das ações governamentais que são incluídas no PPA e na LOA. Assim o PPA passa a tratar de iniciativas, enquanto a LOA considera as ações cada vez mais abrangentes. Ao lado disso prevê um detalhamento maior das ações governamentais, por meio de planos orçamentários, mas apenas durante a execução orçamentária.

Para evitar que haja perda de informação, nosso substitutivo estabelece que o projeto de lei orçamentária e a execução orçamentária permitam identificar as ações que integram políticas públicas específicas.

No que se refere à política para as mulheres, acolhemos a sugestão da bancada feminina, segundo a qual haverá instrumento hábil no SIAF, para acompanhamento do cumprimento do plano nacional de políticas para as mulheres pelos órgãos e entidades participantes.

Também incluímos, a pedido das centrais sindicais e da representação de aposentados e pensionistas, com o apoio e a compreensão do Governo, por iniciativa do Senador Paulo Paim, uma emenda vazada nos seguintes termos:

O Poder Executivo definirá em articulação com as centrais sindicais e entidades representativas de aposentados e pensionistas a política de valorização dos benefícios do regime geral da Previdência Social, com valor acima do salário mínimo, a vigorar no exercício de 2013.

Mantivemos a regra que impede a retroatividade de leis que conceda aumentos salariais a servidores e membros do Poder – art. 74, § 2º.

Em novos substitutivos, art. 101, § 9º, estamos prevendo o desenvolvimento de banco informatizado com o cadastro das obras públicas com valor superior a 20 milhões de reais. Nele constarão informações acerca da localização, custo, cronograma físico e financeiro e estágio do empreendimento.

Finalmente, estamos apresentando errata para correção de equívocos cometidos durante a elaboração do substitutivo, a qual não altera qualquer mérito das disposições. Também estamos apresentando um adendo para integrar-se ao substitutivo que reflete o acordo final desta Comissão para votação da matéria.

Eu gostaria de registrar que, neste adendo, algumas disposições foram sugeridas pelo Governo ou por Parlamentares da base do Governo. Entretanto, para que chegássemos a um bom entendimento e a um acordo de cavalheiros entre oposição e Governo, aceitamos nada menos do que 8 proposições formuladas pelo PSDB e pelo DEM, que efetivamente vieram dar um contributo enorme ao aperfeiçoamento do nosso relatório.

Gostaria, então, de, finalmente, agradecer às lideranças da oposição que estão marchando conosco na aprovação desse relatório.

Quero destacar a presença sempre constante do Deputado Felipe Maia, que representa o DEM, e

também do Deputado Duarte, que representa o PSDB nas articulações políticas visando à obtenção desse acordo. S.Exas. foram bastante sensíveis. Em nenhum momento mostraram qualquer radicalização na aprovação dessa matéria, apenas acentuando o legítimo direito de a oposição participar do processo legislativo, inclusive da liberação de emendas individuais, que, a meu ver, são atribuições específicas dos Parlamentares que compõem o Congresso Nacional.

Portanto, o meu agradecimento também a José Pimentel, este grande Senador, Líder do Governo no Congresso, que também teve uma participação importante na aprovação do relatório; ao Deputado Gilmar, sempre o Deputado Gilmar, homem inconfundível na relação que tem com a oposição e também com esta Comissão. Agradeço a V.Exa., Deputado Gilmar, pelo contributo, pela ajuda que nos deu na efetivação deste acordo. Também, por último, agradeço ao Deputado Zeca Dirceu, sempre presente, sempre atuante em nossas reuniões. Muito obrigado pela contribuição. Ao Deputado Cláudio Puty, também, pela paciência e que está sempre conosco nos momentos decisivos para aprovação desse relatório.

Afinal, muito obrigado a todos os membros da Comissão, à Secretária da Comissão, aos nossos eminentes colaboradores que trabalham na consultoria do Senado e da Câmara dos Deputados. Eles foram a alma deste relatório. Nós tivemos praticamente 5 dias para estudar 4.200 emendas, sendo que, nesses 5 dias, 2 dias ocorreram num sábado e num domingo.

Portanto, foi uma obra gigantesca, hercúlea desses nossos colaboradores que participaram conosco ativamente na elaboração do relatório.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado ao nosso

ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, quero aqui dar o meu testemunho, Senador, da sua dedicação, do seu empenho cotidiano para que nós pudéssemos produzir não só este relatório, mas o entendimento pela sua experiência, que foi fundamental.

Eu quero aqui fazer o meu registro público de reconhecimento do seu trabalho, do seu papel à frente desta Relatoria.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos abrir a discussão. Durante a discussão, estará aberto o prazo para a apresentação dos destaques.

Antes de passar a palavra aos colegas, qual a sugestão que eu vou fazer de encaminhamento: faremos a discussão, recolheremos os destaques. Daremos um tempo para que o Relator analise os destaques. Durante esse tempo, nós faremos a votação dos PLNs. Tão logo o Relator analise, retomaremos a votação dos destaques.

Eu vou abrir a palavra.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, a palavra está... Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Relator Senador Antônio Carlos Valadares, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Presidente, Deputado Paulo Pimenta, foi feito um acordo com o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, com relação a uma emenda que apresentei de interesse de mais de 21 Estados da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, por gentileza, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu peço silêncio, porque essa emenda....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, só um minuto. Nós vamos entrar agora numa fase, que é uma fase importante, de conteúdo de texto, eu quero pedir o máximo de atenção e de silêncio do Plenário para que a gente possa aproveitar da melhor maneira possível.

Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. me desculpe, mas fiz questão de fazer esse registro para que o senhor possa receber toda a atenção do Plenário e do Relator.

A palavra está à sua disposição.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Agradeço a V.Exa., porque esta emenda é de suma importância, porque ela é de interesse de mais de 21 Estados da Federação brasileira e refere-se à compensação dos Estados pela perda de receita na exportação com a Lei Kandir.

Ao longo de todos os anos, o Executivo tem encaminhado a Lei Orçamentária com a rubrica zero para a compensação da Lei Kandir. Fiz uma emenda e acordei com o Relator Senador Antônio Carlos Valadares e com o Presidente Paulo Pimenta de que esta emenda seria acatada da forma como foi colocada.

A emenda diria, no *caput* do artigo: "O projeto de Lei Orçamentária de 2013 deverá conter e discriminar em categorias de programação específica dotações destinadas...." – aí viriam os parágrafos. Foi feita uma reunião ontem à noite, sem a presença do Senado, o que me parece Deputado Paulo Pimenta que já é, eu diria, para não usar uma palavra irregular, mas não é correta, fazer uma reunião para um acordo em que o

Senado não se faz presente, e esta emenda foi retirada do *caput* e passada ao parágrafo. E eu gostaria... Falei agora com o Deputado Gilmar Machado, que concordou com a manutenção do acordo anterior, ou seja, que o Relator retorne a emenda ao *caput*, como foi acertado com o autor da emenda. Que seja mantido esse acordo, porque vai, como eu disse, Deputado Gilmar... – e V.Exa. é de Minas Gerais, um dos Estados que mais recebe ou deveria receber a compensação da Lei Kandir.

Então, peço aos Srs. membros da Comissão Mista de Orçamento que façamos essa correção, mantendo aquilo que estava acordado, pois, lamentavelmente, pela reunião de ontem à noite, sem a presença dos Senadores, a emenda foi retirada do *caput* e trazida para o parágrafo. É só uma questão de voltar ao *caput* a emenda feita.

É o que peço, Presidente Paulo Pimenta, e já há a concordância do Deputado Gilmar, pelo PT, a concordância do PSDB, do DEM e, acredito, de todos, porque é interesse de todos os Estados que estão aqui representados pelos seus Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Vamos ouvir os Parlamentares que quiserem manifestar-se. Depois, daremos um tempo para que o Relator faça os ajustes necessários e veja os destaques que irá acolher. Nós retornaremos, então, para discutir em cima do texto final.

Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, houve um acordo para a desobstrução das discussões e para a aprovação da LDO, concluindo este semestre parlamentar. Mas quero registrar que é um aprendizado coletivo, e é preciso que vamos acumulando reflexão, informação, e melhorando as instituições e as práticas.

O Orçamento, junto com a Constituição, é peça basilar da democracia. A Constituição, limitando o poder absoluto do Rei, e o Orçamento, transformando o Tesouro Real em Tesouro Nacional, da Nação. É uma exigência permanente da sociedade a transparência, permitindo o controle social, político e democrático sobre o que é feito com os impostos da população.

Vamos votar a favor. Temos dois destaques que o nosso coordenador, Duarte Nogueira, vai explicitar e defender daqui a pouco, mas gostaria de destacar três pontos que é preciso ter claro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias prepara o terreno para a peça orçamentária. Mas o processo deste ano já nasce no terreno da ficção científica.

Estamos trabalhando com pressupostos de PIB de 4,5%, quando toda a sociedade, até o Banco Central, já apontou para um crescimento, um pequeno PIB de 2%. Quanto à SELIC, o pressuposto que embasou toda essa reflexão em discussão, de 9,5%, hoje já é de 8%, com grande impacto na despesa pública, sendo os maiores elementos o carregamento e o pagamento da dívida pública.

Por outro lado, há uma jabuticaba brasileira aí, típica da..., a questão do redutor do *superavit* primário. A contabilidade pública é fundamental para a credibilidade e a integridade dos dados. O conceito de *superavit* primário é consensuado pelas instituições internacionais. Essa é uma invenção brasileira que não existe. Quer dizer, para dar transparência, visibilidade, inclusive internacional, é preciso que a gente... *Superavit* primário é *superavit* primário. Não há que se ter redutor. Então, na verdade, esse é um jeitinho brasileiro, e nós temos de repensar isso.

E, por último, a questão mais importante, que diz respeito à soberania e ao fortalecimento das prerrogativas do Congresso, do seu papel na democracia: a questão das emendas parlamentares. É fundamental, e eu acho que não deu para avançar este ano. Mas eu acho que a LDO do ano que vem deve colocar claramente um patamar realista que seja de emendas individuais. Ou acaba-se com a emenda individual ou a traz para um patamar realista de execução obrigatória, para acabar com isso, que é uma adaptação do presidencialismo de coalizão, figura criada pelo cientista político Sérgio Abranches, que virou um presidencialismo de cooptação o dando que se recebe, a chantagem permanente.

Para encerrar, Sr. Presidente, fico imaginando se Ulysses Guimarães ia ao Piantella, com a turma do *poire*, onde conversava sobre quanto empenhou de cada um e quanto pagou; ou se Mário Covas, Fernando Henrique, Cabral e Jobim, na Constituinte, ficavam com tabelinha de Município, falando "Pagou esse; não pagou; empenhou esse..."

Assim, o Congresso se mediocriza, se amesquinha, se apequena... E essa é uma questão vital para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Toninho Pinheiro, depois Paulo Rubem Santiago. Em seguida vamos encaminhar.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade. Eu gostaria de falar sobre três destaques que apresentamos. O primeiro é sobre a transferência de recursos. Eu, que apoio a Presidenta Dilma, que sigo as orientações dela, que voto nela, quero com humildade ajudá-la a fazer um bom governo. A Presidenta Dilma fala que quer acabar com a pobreza e diminuir as desigualdades, então

nós propusemos aqui em um destaque que o repasse de recursos do Governo Federal para os Municípios priorize os Municípios mais pobres.

O que é um Município mais pobre? Você olha a população e a receita de ICMS. Não adianta a Presidenta Dilma ter toda a boa vontade de diminuir a desigualdade e o Ministério mandar dinheiro para cidade rica. Paulínia, por exemplo, tem 80 mil habitantes e arrecada 600 milhões de ICMS por mês. Tem uma cidade em Minas Gerais, Ribeirão das Neves, que tem 350 mil habitantes e arrecada 3 milhões de ICMS por mês. Então que o Governo Federal, através dos Ministérios, passe os recursos para as cidades mais pobres. Aí nós vamos ajudar a Presidenta Dilma, que está muito bem intencionada. Esse é um destaque.

O outro destaque diz respeito ao clamor das pessoas, que eu já disse no início. Domingo, por exemplo, andei 10 quilômetros a pé, de casa em casa, na Grande BH. Eu vi pessoas pobres, pessoas que votam na gente e que pagam os seus impostos implorarem e mendigarem atendimento médico, um leito para uma operação, uma cirurgia, um tratamento de câncer, um tratamento para problemas no coração. A situação é gravíssima. Então eu propus um reajuste mínimo de 30% nos atendimentos de média e alta complexidade, na questão da saúde.

Eu gostaria de chamar a atenção de todos os nossos colegas, Deputados Federais e Senadores, pois já fomos derrotados na questão dos 10% na emenda para a saúde, do Governo Federal, mas agora o povo – e Minas Gerais inclusive saiu à frente, eu estava falando para o Marcus Pestana que o Presidente da Assembleia Deputado Estadual Dinis Pinheiro já colheu mais de 320 mil assinaturas para uma emenda popular e é preciso ajudar – que não recebe salário tem essa emenda. Temos que chegar a 1,5 milhão de assinaturas para prevalecer a vontade do povo que paga seus impostos.

O terceiro destaque é para ajudar a todas as Prefeituras do Brasil. As 5.563 Prefeituras estão passando necessidade e grande sofrimento com as imposições burocráticas da Caixa Econômica Federal. Temos que suprimir aquele artigo, para que a Caixa Econômica Federal não seja um obstáculo para o recebimento de recurso do INSS. Se ela quiser fiscalizar, tudo bem. Mas hoje a Caixa Econômica Federal está matando os Municípios que fazem as obras de que o povo precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Parlamentares, a Deputada Rose de Freitas me pediu o máximo de objetividade para cumprir tudo aquilo que precisamos fazer aqui e para que a sessão do Congresso possa realizar-se por volta das 13h30min ou 14h. Portanto, peço a todos esforços nesse sentido.

As inscrições estão encerradas e estão inscritos Paulo Rubem Santiago, Zeca Dirceu, Waldir Maranhão e Giovanni Queiroz. Outro Parlamentar pediu a palavra e não ouvi? (Pausa.) O Deputado Duarte Nogueira. Duarte Nogueira e Felipe Maia estão previamente inscritos para qualquer debate que eu propor.

Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, prezado Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, quero aqui falar em nome da bancada do PDT, que me indicou – e sinto muita honra – para Líder da bancada, e em nome do Deputado João Dado, PDT-SP. Na condição de membro da Comissão de Finanças e Tributação, S.Exa. nos trouxe uma demanda extremamente importante e absolutamente amparada pelas normas constitucionais, e essa será uma das nossas questões objeto dos destaques que vamos apresentar.

Eu gostaria, em nome da bancada do PDT, de destacar três questões crônicas que, mais cedo ou mais tarde, teremos de enfrentar para construir, a partir desse enfrentamento, uma nova ótica para aprovação das matérias orçamentárias.

A primeira questão que eu gostaria de destacar é que o País está, há 13 anos, construindo a sua política de orçamento e finanças sob a égide do regime de metas de inflação. E as consequências são claríssimas. Nós reduzimos brutalmente a capacidade de investimento do Estado brasileiro, porque temos destinada uma soma cada vez maior de receitas fiscais, inclusive adentrando, o que é inconstitucional, na arrecadação da Seguridade Social, através da DRU, para desviar, como se desviou, de 2005 a 2010, 228 bilhões das receitas da Seguridade, transferidas para a Conta Única do Tesouro, para que se pudesse honrar a meta do superávit primário.

Essa é uma primeira questão crônica. Até recentemente, dizia-se no Brasil que esse era o único caminho para os países em desenvolvimento traçarem uma política de combate à inflação. Graças à independência, à competência e à autonomia de inúmeros dos nossos intelectuais, economistas e pesquisadores – e destaco aqui o trabalho incessante do Prof. Carlos Lessa e dos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e tantos outros que pontificam nas nossas universidades, com seu trabalho em defesa da soberania e da autonomia macroeconômica do nosso País –, essa é uma questão crônica que precisa ser enfrentada. Nós estamos há quase 15 anos enxugando gelo, porque se comprova que essa política de uso da

taxa de juros no combate à inflação é inadequada, e ela priva o Estado de lançar mão da sua receita para a promoção do investimento.

Nós estamos no mais baixo nível da capacidade de investimento do Estado brasileiro, e não é por incompetência da máquina pública, é exclusivamente pelo desvio de finalidade na capacidade de investimento do Estado, como muito bem publicou, no dia 4 de julho, o Prof. Carlos Lessa, em um artigo do jornal Valor Econômico.

A segunda questão crônica que temos que enfrentar, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, é que nós estamos, desde 1988, descumprindo a Constituição da República. É matéria privativa do Senado, por iniciativa do Presidente da República, a regulamentação do limite da dívida consolidada deste País. Nós não regulamentamos. E o que acontece? Se nós hoje não emitimos moeda para financiar o déficit público, nós temos emitido títulos do Tesouro Nacional para capitalizar o BNDES, para criar o fundo soberano, sem qualquer tipo de avaliação da consequência do impacto dessa emissão desregrada de papéis do Tesouro Nacional. Isso virou um vício.

É inexplicável que, 24 anos após a Constituição, não se regulamente, não se cobre do Poder Executivo, por deliberação do Senado da República, como dispõe o art. 52 da Constituição. Nós continuamos nos endividando, e de uma maneira absolutamente irresponsável. Em 1994, a dívida mobiliária representada pelos papéis do Tesouro Nacional equivalia a apenas 11% da dívida pública. Hoje, praticamente 100% da dívida pública é representada por papéis. A gestão do orçamento nacional virou a mais absoluta expressão da agiotagem do mercado financeiro. E esse é um problema crônico, que, entra ano, sai ano, nós não conseguimos abordar, pela omissão da maior parte das bancadas aliadas do Governo, que teimam em desconhecer a obrigação constitucional de regulamentar.

E há uma última questão que eu gostaria aqui de destacar, que é também um problema crônico. Nós estamos acelerando as desonerações tributárias. Acabamos de aprovar a Medida Provisória 563, que concede mais alguns bilhões de desoneração da folha para 15 setores da empresa nacional.

Eu queria chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Deputados. Em 2003, nós praticávamos 23 bilhões de desonerações, de impostos e contribuições devidos à União pelas empresas. Isso representava menos de 1,8% do PIB. Em 2008, nós chegamos a 86 bilhões de desoneração. E chegamos, agora, aprovado na LDO de 2012, a 145 bilhões de desoneração tributária, representando 3,5% do PIB, sem qualquer auditoria, sem qualquer avaliação do Congresso, que, de maneira lastimável, abre mão de suas prerrogativas, sem qualquer avaliação que aponte a efetiva relação custo/benefício. E aí estão os números do PIB. O PIB tem demonstrado que ele praticamente não sofre influência das desonerações tributárias; 40%, 45% das desonerações que foram triplicadas, de 2003 a 2012, beneficiam o comércio, a indústria e os serviços.

Então, o Brasil precisa encarar, de maneira responsável, essa política franciscana de dar desoneração a quem quer que seja que bata na porta do Ministério da Fazenda, e não há qualquer contrapartida.

Eu desafio aqui, em nome da bancada do PDT, seja a liderança do Governo, seja a contribuição da Oposição, para que nos provem que as desonerações astronômicas, que eram menos de 1,5% do PIB em 2003 e hoje chegam a quase 4% do PIB, têm consequências reais na ampliação do PIB, na distribuição da renda regional, no aumento da capacidade de investimento, seja do Estado, seja do setor privado.

Reitero aqui o que foi publicado pelo Prof. Carlos Lessa. Nós reduzimos, em 10 anos, em 50% a participação da indústria de transformação no PIB, apesar das graciosas desonerações tributárias, que são concedidas aos setores do empresariado. Quem chora mais é mais bem atendido pelo Ministério da Fazenda.

Esse é um problema crônico, é um problema que passa na nossa venta, como diz o matuto da minha região, em Pernambuco. E o Congresso se faz de besta e não assume as suas prerrogativas para construir uma auditoria adequada nesse mecanismo de desoneração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – E mais, Sr. Senador, porque nós estamos tratando de questões estruturais. E mais, nós não discutimos aqui como são compensadas essas desonerações. Cada vez que se desonera a receita do Imposto de Renda e do IPI, prejudicam-se os fundos de participação dos Estados e dos Municípios; cada vez que se desonera a contribuição para o financiamento da Seguridade Social, prejudica-se o financiamento do SUS, como assegura o art. 198, § 3º, da Constituição Federal.

Então, está na hora de a CMO acabar de ser caudatária de interesses coorporativos que batem à porta diante do Governo, na crise, e pedem mais e mais desoneração tributária.

Concluo destacando aquelas proposições que representam a iniciativa da bancada do PDT nesta Comissão de Orçamento. Vamos apresentá-las, vamos defendê-las enquanto destaque, bem como a iniciativa que nos traz o Deputado João Dado, que não é desta Comissão, mas que é membro da Comissão de Finanças e Tributação.

Por fim, quero destacar que esta é uma necessidade constitucional. E ela se refere à regulamentação pela Lei das Diretrizes Orçamentárias para os limites dos Poderes da República exercerem suas despesas de pessoal e demais despesas.

O que está sendo proposto no Projeto de Lei da LDO, de 2013, é um engodo, é uma enganação, é um desrespeito claro à normal constitucional, como vamos ler aqui na apresentação do destaque que nos é trazido pelo Deputado João Dado.

São essas observações que eu gostaria de fazer, em nome da bancada do PDT, do Deputado Giovanni Queiroz, do Deputado Félix Mendonça Júnior, do Deputado Marcos Rogério e também do nosso companheiro, Deputado João Dado, que não é membro da CMO, mas é titular da Comissão de Finanças e Tributação, e nos traz esse destaque que apresentaremos em seguida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu, lembrando à Comissão da necessidade de cumprimento dos prazos regimentais para que possamos levar a proposta ao plenário ainda hoje, encarecendo, de maneira solícita, a todos que observem o tempo regimental de 5 minutos.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, quero deixar primeiro um registro do excelente trabalho feito pelo Senador Antônio Carlos Valadares que, muito dedicado, sempre bastante atencioso, inclusive atendendo individualmente cada Deputado, cada Senador, cumpriu com certeza o seu papel.

Quero salientar a importância que teve também, para que pudéssemos chegar aos acordos que agora estão sendo implementados, a persistência do Presidente Paulo Pimenta, inclusive do Presidente da Câmara Marco Maia, que pessoalmente participou de várias negociações, na busca por entendimentos. Inclusive, veio pessoalmente à Presidência da Comissão de Orçamento para cooperar com os entendimentos que o Governo, junto a cada um de nós, articulava com a Oposição.

Quero homenagear e parabenizar a minha bancada do Partido dos Trabalhadores, que eu estou tendo a honra e o privilégio de coordenar nesta Comissão, com Deputados sempre muito presentes aqui participando. Inclusive nos momentos em que o Governo precisou impor a maioria, para fazer votações que há muito tempo não aconteciam nesta Comissão, a bancada do PT, como também a da grande maioria dos partidos aliados, fez-se presente e deu uma contribuição para os momentos positivos que vivemos neste primeiro semestre nesta Comissão.

Eu tenho clareza da importância das emendas parlamentares individuais. Fui Prefeito por duas vezes, estou agora exercendo o meu primeiro mandato de Deputado Federal. Mas quero aqui fazer uma ponderação sobre o que considero um erro, em razão da tamanha dimensão que ganhou a importância das emendas parlamentares individuais nesses últimos meses, inclusive com as reuniões desta Comissão quase que semanalmente sendo obstruídas. Nós perdemos aqui a oportunidade, com certeza, de tratar de temas muito maiores, muito mais relevantes do que são as emendas parlamentares individuais, por mais que eu reconheça a importância de cada uma delas e o direito da Oposição de contestar.

É bem provável que alguém, depois de mim, acabe erroneamente atribuindo ao Governo Federal a responsabilidade pelas obstruções que ocorreram aqui. Mas eu entendo que esta Comissão e o próprio Congresso Nacional não podem ser só uma caixa de ressonância daquilo que faz ou deixa de fazer o Governo Federal. Nós temos aqui as nossas responsabilidades. E ter discutido a LDO com mais exaustão, ter feito aqui reuniões, em que houvesse maior debate, em que houvesse um aprofundamento e uma melhoria da Lei de Diretrizes Orçamentárias é, sim, e era uma obrigação de cada um de nós.

Sei que houve grande esforço do Presidente Paulo Pimenta, houve toda uma disponibilidade do Senador Antônio Carlos Valadares e até uma disposição do Governo Federal de fazer esse debate mais amplo. Entre outras coisas, o que prova isso foi a própria presença aqui da Ministra Miriam Belchior no momento em que pouco falamos de Orçamento e acabamos falando de outros temas.

Nós temos um desafio que é destravar, desobstruir os obstáculos que impedem que os investimentos do País aconteçam de uma forma mais ampla. Foram poucas as iniciativas que aperfeiçoaram a LDO para que isso possa acontecer. Nós vamos, logo mais, votar um destaque do Senador Romero Jucá que contempla uma necessidade da PETROBRAS. Agora, quantas outras instâncias de Governo, quantas outras possibilidades de investimentos não poderiam ter sido destravadas, não poderiam ter sido flexibilizadas para que o Brasil fizesse aquilo que o mundo nos chama hoje, para o nosso País continuar crescendo, para enfrentarmos uma crise mundial que tem assolado o mundo desde 2008, e o Brasil tem resistido. É indiscutível a importância do investimento. E por que não tratar disso aqui de uma maneira mais ampla?

A sociedade clama por mais transparência e por mais eficiência nos gastos públicos. Poucas foram também as possibilidades que nós tivemos nesse primeiro semestre na Comissão de Orçamento de pensar nisso, em como tornar a execução orçamentária, as ações de Governo, as ações do País mais transparentes e mais eficientes.

Então, que as oportunidades perdidas nesse primeiro semestre na discussão da LDO não se repitam no segundo semestre, quando nós formos aprovar a Lei Orçamentária Anual e outras medidas que venham passar aqui por esta Comissão. Que esta Comissão reconheça a sua grandeza, reconheça a sua importância, que cada partido, é claro, defenda aqui os seus interesses, que cada Deputado defenda as suas questões individuais de seu mandato. E, como falei aqui, considero todas muito justas e importantes, mas que não seja só isso, que possamos tratar dos grandes temas do País, até porque o mundo espera muito do Brasil, e a sociedade brasileira tem cobrado muito de nós atitudes mais amplas, atitudes mais republicanas e atitudes que pensem realmente o sentimento e as necessidades do País e não fiquem só no discurso, não fiquem só na crítica, não fiquem só nas questões muito locais, focadas, de cada um ou de cada partido. Assim será a postura do PT, como sempre tem sido.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Agradecendo ao Deputado Zeca Dirceu, pelo rigoroso cumprimento do prazo regimental, concedo a palavra ao Deputado Waldir Maranhão.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer à bancada do Partido Progressista, que, na pessoa do nosso Líder, Arthur Lira, confiou-me representar nossa bancada nesta Comissão. Eu o faço dentro desse espírito para contribuir, recolher sugestões e manifestar, à luz o sentimento republicano, como nós poderemos cuidar das pessoas. Certamente, o nosso Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, pôde recolher inúmeras sugestões, num pequeno espaço, mas teve a grandeza de sintetizá-las e prometer a nós, outros, o seu sentimento de refinar as iniciativas parlamentares. E as oposições certamente engrandeceram este trabalho.

Portanto, dentro desse espírito colegiado, de acordo com experiências acumuladas ao longo do tempo, estamos preparados para dar ao nosso País aquilo que deve ser o rumo e o norte das nossas aspirações.

Em particular, quero me solidarizar com o Relator naquilo que for possível acolher. Certamente, no Destaque 140 – que apresentei –, 138, 146, que no seu adendo certamente busca dar espírito de uma leitura isenta de paixão, sempre com sensibilidade necessária aos nossos Municípios, aquilo que o meu companheiro de bancada, Toninho Pinheiro, de forma repetitiva e oportuna, defende: saúde.

Dentro dessa lógica do saber, da sensibilidade humana, quero me solidarizar e parabenizar o País, que tem neste Parlamento homens e mulheres que acumulam experiências, quer sejam no Executivo, como V.Exa., que vem do Nordeste para engrandecer o nosso Parlamento.

Portanto, é este o registro que quero fazer. E vamos logo ao Congresso Nacional aprovar a nossa LDO, que servirá de base para os parâmetros nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Agradeço ao Deputado Waldir Maranhão a referência.

Concedo a palavra, pelo tempo de 5 minutos, ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, quero me somar ao Deputado Paulo Rubem Santiago quando S.Exa. alerta para a emenda que veio da Comissão de Finanças e Tributação, trazida pelo companheiro João Dado, de extrema importância, para que possamos inclui-la na LDO.

Quero me somar também ao Senador Flexa Ribeiro. O que o Senador Flexa Ribeiro está fazendo é garantir na LDO aquilo que está previsto em lei, que é a compensação da Lei Kandir para os Estados exportadores que têm isenção na exportação, logicamente, isenção de impostos – e os Estados ficam no prejuízo. Entre eles estão o Pará, Minas Gerais e outros Estados brasileiros. Ele quer colocar no caput para que o Governo remeta para o Congresso na Lei Orçamentária Anual pelo menos uma funcional programática que atenda com 10 reais, com 1 milhão de reais, com 10 milhões. E nós aqui vamos então fazer um ajuste para que haja, de acordo com a lei, a compensação pelas perdas que a Lei Kandir impõe a vários Estados do Brasil. Para nós, do Pará, então, nem se fala. Já somos miseráveis, estamos quase na pobreza absoluta. Para vocês terem noção, pelos dados do IBGE, 48,5% da população do Pará ganham menos de meio salário mínimo, as famílias do Estado do Pará. Olha que loucura. Mas essa miséria no Brasil não se justifica.

Eu aqui vou discordar do Zeca Dirceu, que disse: *"olha, vem alguém culpar o Governo depois de mim"*. Não, estou aqui com os dados. Sou da base do Governo, mas faço aqui um discurso para alertar o Governo, que precisa ser mais competente até na aplicação do dinheiro que tem.

Eu tenho aqui um quadro – é fácil levantá-lo, está disponível no SIAFI – que mostra exatamente, desde 2009, o que o Governo deixa de aplicar, ano a ano,

independentemente da previsão de despesa e de receita. Em 2009, Deputado Duarte Nogueira, o Governo deixou de aplicar 209 bilhões de reais, excluindo, logicamente, amortização e refinanciamento da dívida. Deixou de aplicar 209 bilhões. Em 2010, 169 bilhões de reais; em 2011, 212 bilhões de reais. E se utiliza muito desse dinheiro para pagar um pouco de Restos a Pagar. No ano passado, pagaram 72 bilhões de Restos a Pagar. Mas, e o restante?

Então, o Governo tem sido incompetente até para gastar. Ou seja, nós temos que pensar, quem sabe, numa reforma tributária, e rever um pouco essa questão federativa. Vamos creditar para os Estados e Municípios uma parte grande desse recurso arrecadado que o Governo não dá conta de aplicar. Talvez, então, Sr. Presidente, tenhamos que aprovar uma lei reduzindo os DASs federais e, assim, colocar no Governo gente concursada, habilitada, capacitada, para aplicar esses recursos previstos no Orçamento, porque é uma vergonha. As rodovias estão arrebentadas, mas tem dinheiro.

Deputado Zeca, V.Exa. disse que viria alguém depois de você para culpar o Governo. Eu sou da base do Governo e estou fazendo uma crítica construtiva. Esse nosso povo é ruim de serviço. É uma barbaridade! Não pagar emenda de Deputado! Eu sou Deputado há 20 anos e vou lhe dizer uma coisa: emenda de Deputado é uma das coisas mais importantes. Nos Municípios do interior do Pará, às vezes, uma obra pequena feita com recurso do Governo Federal vem de emenda minha ou de outros Deputados do meu Estado. Então, é importante que vá o dinheiro. Talvez para um Município do Paraná, que é mais rico, não seja tão importante, mas para nós é importante.

O Estado tem sido incompetente. Dizer que não empenharam o dinheiro dos Deputados da Oposição; não há Oposição nem Situação aqui, não; tem que ser igual, ter tratamento igual.

Isso tem que acabar. É uma vergonha! Devem liberar as emendas, sim. Nós é que estamos lá, na base, sendo pressionados, às vezes pela reforma da escola ou pelo ar-condicionado da sala de aula. Pelo amor de Deus, com o calor da Amazônia nossos jovens não têm como estudar, porque a temperatura varia de 34º a 40º durante 4 meses por ano! Que criança aprende?

Eu quero dizer que realmente é o Governo o responsável por tudo isso e pela sobra de dinheiro todo o ano.

Sr. Presidente, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores e senhoras, as inscrições estão encerradas.

Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira, Vanderlei Siraque, Leonardo Vilela.

Deputado Felipe Maia, V.Exa. tem 5 minutos.

– Sr. Presidente, vou retirar a minha inscrição para votarmos rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Retirada. Perfeitamente.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, gostaria de iniciar, até por ser correto aos fatos, parabenizando V.Exa. pela condução, ao longo desse primeiro semestre, da Comissão Mista de Orçamento. Foram muitos obstáculos que tivemos de enfrentar juntos, os Coordenadores e os partidos da Oposição, assim como V.Exa., que é o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, mas que – por falta de ação, eu diria até, por falta de respeito do Governo –, serviu como Coordenador da bancada governamentista. Não foram poucas as buscas de diálogo e alguns poucos diálogos com os membros do Governo.

Eu lamentei profundamente, e V.Exa. sabe que, nestas últimas semanas, servi como um elo na busca de um acordo que viabilizasse a aprovação da LDO. Ou seja, neste momento, há a ausência do Relator, Senador Antônio Carlos Valadares – eu quero parabenizar também este membro da nossa Comissão, pela flexibilidade que teve a todo o momento, aberto a escutar as sugestões dos Parlamentares do Governo e da Oposição. O Democratas, por exemplo, apresentou algo em torno de 16 emendas, das quais três emendas, ou pelo menos três sugestões, foram aproveitadas no adendo apresentado pelo Relator. E outro destaque será apresentado pela bancada do Democratas.

Eu nem queria tratar dos meses que passamos no embate entre Governo e Oposição. Mas eu também não posso me fazer de rogado ou de desentendido ou colocar no meu bolso uma culpa que não me pertence. Não pertence a mim e nem pertence aos membros e coordenadores dos partidos da Oposição.

É muito bom chegar aqui e dizer que emenda parlamentar é supérflua, não é importante, quando se tem um valor enorme empenhado. Porque, na função de Coordenador, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos ouvem e nos assistem neste momento, eu tinha a obrigação de acompanhar os empenhos da minha bancada.

É muito fácil dizer que nós deveríamos ter tido facilidade de nos debruçar sobre o relatório apresentado pelo Senador Valadares quando se têm emendas empenhadas a serem levadas no período eleitoral ao seu Município. Difícil é ter o balão de oxigênio esgotado numa tentativa do Governo em ano eleitoral, de fazer da peça orçamentária um jogo político, de fazer do Orçamento uma disputa política em ano eleitoral.

Eu nem gostaria de ter tratado desse assunto, mas eu não poderia deixar de fazê-lo, escutando e lembrando dos Municípios do Rio Grande do Norte, que aguardam, é claro. Isso faz parte da minha competência, e é de minha responsabilidade, na condição de Deputado, como faz parte da competência de todos que estão aqui, Senadores e Deputados, levar o hospital, a praça, a drenagem, o remédio, o trator, o implemento agrícola.

Eu diria que a aprovação da LDO é muito importante para o Congresso Nacional. Tanto o é que V.Exa. serviu de elo de comunicação e de diálogo com os partidos de oposição. E veja só a que nível chegamos de falta de diálogo e de planejamento nesta Comissão, que o Presidente da Casa, Deputado Marco Maia, teve que deixar suas atribuições de Presidente para servir também de fiador de um acordo, porque o Governo não tinha, desde os primeiros dias, um coordenador de bancada que servisse de fiador. Então, num gesto de boa vontade com o Congresso Nacional, o Presidente Marco Maia se uniu àqueles que gostariam de ter esse problema resolvido para chegarmos a esse acordo.

Sr. Presidente, quero dizer que encerro esse semestre com a convicção de que aprovamos aqui matérias relevantes, importantes e imprescindíveis, começando pelos PLNs aprovados, passando pela LDO, que neste momento será analisada e aprovada, e não deixando de fazer o registro das medidas provisórias fundamentais para o País. Entre elas, claro, eu não poderia deixar de citar a 566 e a 569.

Quero citar a aprovação dessas duas medidas provisórias na Comissão de Orçamento, num gesto de boa vontade da Oposição, mas também cobrar planejamento do Governo Federal, afinal de contas, fica aqui o registro: a 566 tem a dotação de 706 milhões de reais. Até o presente momento apenas foram empenhados e pagos 15 milhões de reais, ou seja, menos de 5% do seu valor; e a 569, que tem dotação de 688 milhões de reais, até o presente momento foram pagos apenas 136 milhões de reais.

Vítimas da seca aguardam a execução orçamentária dessas medidas provisórias, e a Comissão de Orçamento fez a sua parte: debruçou-se sobre o texto da medida provisória, analisou-a, aprovou-a e permitiu que o Governo Federal, mesmo tendo execução imediata, não pudesse aqui argumentar que nós não defendemos os interesses daqueles agricultores e nordestinos que precisam da ajuda do Governo Federal.

Portanto, fica aqui o meu registro desse final de semestre, quando todos unimos forças para chegar a essa data para votação da LDO, e a minha cobrança da falta de planejamento e de execução orçamentária das medidas provisórias aprovadas nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Felipe Maia.

Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

Depois, falará o Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero iniciar cumprimentando o Presidente Paulo Pimenta pela tentativa e peço esforço incansável de conduzir os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, desde o seu início este ano, mesmo com o total descaso oferecido pelo Governo até a semana passada, que sequer havia destacado o seu coordenador ou sequer designado o Líder do Governo no Congresso para tratar sobre as ações de discussões de emendas e de outros assuntos, sobretudo as medidas provisórias e os projetos de créditos que foram discutidos ao longo do primeiro semestre deste ano.

Na divisão entre os Poderes, desde o *Espírito das Leis*, de Montesquieu, esse esforço de preservação dos pesos e contrapesos entre os Poderes é de fundamental importância para a manutenção e a existência da democracia. Ao Executivo, de acordo com as nossas leis e nossa Constituição, cabe remeter ao Congresso Nacional, sob análise desta Comissão, tanto o Plano Plurianual como a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como, no segundo semestre, a Lei Orçamentária, a lei mais importante da nossa Nação. Trata-se da lei de meios, a lei que aloca os recursos e a sociedade pactua onde ela pretende investir, onde ela pretende realizar as suas ações. E cabe ao Parlamento, de maneira primordial, não só votá-la, mas alterá-la à luz do interesse da sociedade e garantir os instrumentos de transparência e de fiscalização, Sr. Presidente.

Nesse equilíbrio entre os Poderes, nessa intrincada composição da nossa democracia, se o Executivo entender não cabível e exagero por parte do Legislativo, a ele tem o direito do veto; se o Judiciário entender que está havendo descumprimento constitucional, ao Judiciário cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade; e a nós, do Legislativo, a derrubada do veto. O que nós não podemos fazer, Sr. Presidente, é atender ao Governo queria, ou seja, total leniência, total falta de fiscalização, total abertura das nossas questões.

Nós apresentamos, pelo PSDB, como Coordenador, 31 emendas à LDO, ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Relator – aqui, quero cumprimentar o Senador Antônio Carlos Valadares – acolheu no seu adendo parcialmente cinco das nossas proposituras: uma, que impede que o Governo possa realizar investimentos se o Orçamento não for votado no final do ano. O Governo queria fazer investimento sem o Orçamento ter sido votado. Isso é o fim do mundo!

O Relator incorporou que nós colocaremos, sim, marcadores nas obras, tanto da Copa do Mundo de 2014 quanto das Olimpíadas, coisa que o Governo não queria que ficasse objetivamente destacado na Lei Orçamentária, que vamos votar no segundo semestre. É uma falta de transparência, algo que conseguimos reinserir na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Conseguimos incorporar, também, no adendo do Relator uma ação proposta pelo Senador Aécio Neves, que traz transparência às ações de fomento realizadas tanto pelo BNDES quanto pela Caixa Econômica Federal, objeto de mais transparência na execução do Orçamento para o ano que vem. O Relator também incorporou que deverão conter e ser discriminadas as dotações necessárias para a transparência nos investimentos na Lei Kandir, que o Governo insiste a todo ano se negar a alocar recursos. E, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, seria muito mais salutar que pudéssemos inclusive incorporar isso no *caput* do artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até para evitar que o Governo tivesse a oportunidade de fazê-lo através do veto, o que tem feito insistentemente ao longo dos últimos anos. Nós vamos destacar a questão que envolve o plano orçamentário.

Para concluir a minha participação, Presidente, vou louvar também o acolhimento, pelo Relator, do adendo do registro de compras de medicamentos e produtos pelo banco de preços da saúde, por parte do Ministério da Saúde, que é mais uma ação de transparência apresentada pela bancada do PSDB.

Portanto, eu faço esses registros. Agradeço e cumprimento mais uma vez o Deputado Paulo Pimenta pela condução dos trabalhos, pelo esforço quase que isolado no sentido de manter o diálogo com as oposições e com os coordenadores dos partidos da base.

Voltaremos a manifestar nossos pontos de vista nos dois destaques que, conforme acordo feito, foram apresentados pelo bancada do PSDB à LDO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Com a palavra o último Parlamentar inscrito, Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, esta Comissão cumpre papel extremamente importante com o País após vários debates relevantes até este dia.

Quero saudar nosso Presidente que, com maestria e com o equilíbrio que lhe é peculiar, tem conduzido com sapiência esta importante Comissão, assim como o Relator da LDO, que, a quatro mãos, constrói um relatório objetivando criar entendimentos necessários. São eles, sem dúvida, de interesse da sociedade brasileira e do País. Essa Lei antecede o Orçamento com a previsão do ano seguinte. É importante para que possamos, através do orçamento, criar condições necessárias para os investimentos maiores, proporcionando o crescimento da nossa economia, consequentemente oportunizando uma vida mais digna a milhares e milhares de brasileiros.

Dessa forma quero, sob a orientação do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves, contribuir para termos a oportunidade de cumprir nosso papel no Parlamento, especialmente nesta importante Comissão, votar a LDO e, então, cumprir nossa missão.

É importante o desejo de diversos Parlamentares, tanto da base quanto da Oposição, em relação a emendas individuais, que não apenas são necessárias para o trabalho, o exercício do Parlamentar, mas também para os Municípios brasileiros, principalmente os pequenos, que esperam ansiosamente por esses recursos.

É interessante chegarmos a pequenas cidades do País – vivo isso no meu Estado de Goiás – por exemplo, e, ao entregarmos uma patrulha mecânica, vermos a alegria estampada nos rostos da sociedade de um pequeno Município. Muitas vezes, mesmo não sendo de um valor e de uma importância tamanha, é uma necessidade daquela população para alcançar dias melhores.

Sr. Presidente, esse é um tema extremamente importante. E quero louvar o trabalho exercitado pela Oposição na construção desse debate. E devemos avançar. Com esse debate e com tudo o que ocorreu nesses dias, houve avanços que consolidaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias para que possamos, no exercício do segundo semestre, construir o Orçamento que, sem dúvida, vai acelerar o ritmo de investimentos e contribuir com o seu crescimento, dando oportunidade de uma vida mais digna e com qualidade a milhares e milhares de brasileiros.

Sr. Presidente, não ocupei todo o tempo, mas encerro minhas palavras para que possamos votar essa importante lei para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (Deputado Paulo Pimenta) – Nós concluímos o processo de discussão. Estamos, neste momento, com o último destaque sendo recebido na nossa Secretaria.

A proposta que eu apresento às Sras. e aos Srs. Deputados é a seguinte: nosso Relator precisa de um tempo para analisar os destaques, 15 minutos. Eu proponho que nós, nesse período, façamos a votação dos PLNs. Se V.Exas. concordarem, nós daremos liberdade para que o Relator e sua assessoria fiquem à vontade.

(Intervenções fora do microfone.Inaudíveis)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Então, primeiro, vamos votar o relatório.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não temos número ainda. Não... É isso, certo? Então, o Relator fica à vontade com sua assessoria. Voltamos, Vota o relatório, com ressalvas dos destaques.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Nós vamos votar o texto, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, nós não vamos votar agora. Nós vamos suspender...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos votar o texto só depois.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ah, está ótimo.

(Não identificado) – Sr. Presidente, para acelerarmos esse processo, não seria melhor que nós votássemos o relatório, ressalvados os destaques? Porque essa parte já ficaria cumprida. Os destaques estão... Nós não vamos, de forma nenhuma, sonegar os destaques que estão na Secretaria. Nosso trabalho é transparente.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Esta é uma prática muito comum no encaminhamento, inclusive das MPs, das Comissões Mistas das MPs. Vota-se o relatório do Relator, ressalvados os destaques. Todos os Srs. Parlamentares têm oportunidade de ser analisados os seus destaques, inclusive de pedir a votação nominal no momento oportuno. Então, eu gostaria de apoiar a sugestão, em nome do PMDB do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Sérgio Souza, Senador Flexa Ribeiro, eu estava tendo o cuidado para não encaminhar simplesmente o texto com ressalva dos destaques porque havia destaques ainda sendo protocolados. Na medida em que já se concluiu o processo, não há mais destaques a serem protocolados; nós podemos encaminhar a votação como normalmente ela é feita. Vamos votar o texto, com ressalva de todos os destaques. Portanto, estão garantidos os destaques. O Senador e sua assessoria analisarão os destaques e nós votaremos, durante esse período, os PLNs. Correto? (Pausa.)

A discussão e o prazo para apresentação dos destaques também estão encerrados.

Votação do relatório apresentado do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

O relatório, o adendo e a errata estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Ressalvados os destaques, os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Ressalvados os destaques, os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Comunico às senhoras e aos senhores que foram apresentados 352 destaques nesses poucos minutos da discussão.

Sr. Relator, V.Exa. tem o tempo necessário para analisar os destaques. (Pausa.)

Passaremos à análise dos PLNs.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, quero apenas fazer um agradecimento à Senadora Ângela Portela, que apresentou um adendo, acatado pelo Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, referente a se poder, quando necessária, a transferência de recursos, prever-se a possibilidade de colocar em prática o que está previsto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que institui a Renda Básica de Cidadania. Portanto, se alguns Municípios desejarem fazer de suas comunidades exemplos pioneiros na implantação da Renda Básica de Cidadania para todos os seus habitantes e se houver recursos designados para essa finalidade, então esta Lei de Diretrizes Orçamentárias está contemplando esta possibilidade.

Portanto, expresso o meu agradecimento à Senadora Ângela Portela e ao Relator, Deputado Antônio Carlos Valadares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Nós vamos submeter à votação o requerimento para inversão de pauta do Projeto de Lei nº 1, de 2012, do Congresso Nacional, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de

R$100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Estamos, portanto, votando o requerimento para inversão de pauta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Como não há quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a inversão de pauta, vamos à apreciação da matéria.

Com a palavra o Relator, Deputado Josias Gomes.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Sr. Presidente, vou rapidamente ler o voto, em função do tempo e da necessidade de avançarmos.

A presente proposição se acha articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, por objetivar a alocação de novas programações não previstas na Lei Orçamentária em vigor.

Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.

No que se refere às emendas apresentadas, as Emendas nºs 1 e 2 propõem várias alterações ao Anexo I do crédito que deveriam ter sido propostas por emendas distintas, contrariando, dessa forma, o art. 41, III, da Resolução nº 1, de 2006.

A apresentação das emendas sem indicação de recurso também é vedada pelo inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal. Ademais, a Emenda nº 2 propõe aumentar o valor original do crédito, incidindo na vedação do inciso IV do art. 109 da Resolução nº 1, de 2006.

Por fim, a Emenda nº 3 também deve ser inadmitida, por indicar como cancelamento programação que não contém recurso necessário ao atendimento da emenda, em desacordo com o inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal.

Por tais razões, propomos os seguintes votos às emendas apresentadas: Emendas nºs 1, 2 e 3, voto pela inadmissibilidade.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN nº 1, de 2012, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Em discussão.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta a V.Exa. Estou representando a CFT nesta Comissão. Pergunto se é possível a discussão por não membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Sim, esteja à vontade V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – A discussão é apropriada e, parece-me, esclarece um ponto fundamental da tramitação legislativa. Este PLN procura satisfazer orçamentariamente algo que já virou lei. Já existe a lei que criou as FUNPRESPs para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário. Já é lei, com absoluta inadequação orçamentária.

Eu vim aqui para fazer este registro, porque lá na CFT houve um debate acalorado sobre esse tema, e o Projeto de Lei nº 1.922, que cria a FUNPRESP, não foi apreciado pela CFT, sendo remetido diretamente ao plenário da Câmara dos Deputados.

Então, eu gostaria de fazer o registro. Uma lei já está vigendo. Não há cláusula ou emenda de adequação que diga que a sua eficácia depende de uma aprovação posterior de lei orçamentária. E, hoje, nós estamos fazendo a votação, alguns meses depois da promulgação da lei, desses recursos para satisfazer orçamentariamente essa lei já aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pela Presidente da República.

Para fazer o registro de que devemos ter mais cautela, mais cuidado com aprovação de matérias que, manifestamente, não apresentam adequação orçamentária, mas que, politicamente, tiveram grande apoiamento. E isso fez com que esse desacerto orçamentário fosse praticado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – A matéria continua em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que votam a favor da aprovação do PL nº 1 permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam a favor da aprovação do PL permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Mais um requerimento de inversão de pauta.

Trata-se da apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 4, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de 1 bilhão e 355 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto à votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que concordam com a aprovação do requerimento de inversão de pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a inversão da pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o PL nº 4, de 2012.

Com a palavra o Relator da matéria, o nobre Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Lei nº 04, de 2012, em que o Poder Executivo propõe a abertura de crédito fiscal da União em favor de operações oficiais de crédito, crédito suplementar no valor de 1 bilhão e 355 milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

I – Relatório.

A Excelentíssima Sra. Presidente da República, com fulcro no art. 61 da Constituição Federal, por meio da Mensagem nº 40, de 2012, submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito orçamentário fiscal da União, aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, crédito suplementar no valor de 1 bilhão e 355 milhões de reais.

A exposição de motivos da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, que integra a mensagem, explica que o crédito em tela promoverá o aumento do financiamento público às exportações e a desburocratização do acesso às linhas do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, uma vez que o apoio, antes focado na fase pós-embarque, passará a fomentar também a produção de bens exportáveis na fase pré-embarque. A exposição de motivos também frisa que novas regras para a linha de financiamento e equalização de taxa de juros serão implementadas em linha, com o objetivo de alavancar as exportações brasileiras.

Além disso, no que tange ao financiamento, as garantias para micro e pequenas empresas serão flexibilizadas, e estas poderão contar também com o Seguro de Crédito à Exportação – SCE, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação – FGE, sendo que este passará a ser contratado diretamente nas agências do Banco do Brasil no sistema de "balcão único".

A exposição de motivos ressalta que a medida proposta visa a resolver um grande obstáculo para o acesso das micro e pequenas empresas ao PROEX-Financiamento, que hoje só aceita como garantia carta de crédito de banco de primeira linha e o próprio SCE, atualmente contratado pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, agente do FGE, a qual não possui capilaridade no território nacional.

Quanto à equalização dos juros, a exposição de motivos destaca que as novas regras visam dar maior transparência e estabelecer medidas que permitirão ao exportador saber os critérios de enquadramento do seu pleito previamente ao início do processo negocial com o importador, dando mais segurança a ambas as partes. Além disso, a equalização poderá ser paga para 100% do financiamento –hoje o máximo é 85% –, alinhado o benefício ao financiamento de forma a tornar os encargos financeiros compatíveis com o mercado internacional na sua totalidade. O prazo máximo também será alterado de 10 para 15 anos, visando a fomentar o financiamento privado às exportações de prazo mais longo.

Ressalta a exposição de motivos que o crédito em comento será viabilizado com recursos decorrentes do superado financeiro apurado no balanço patrimonial da União, no exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição. A propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 – LDO de 2012, a exposição de motivos esclarece que as alterações decorrentes da abertura do crédito em tela não afetam a obtenção da meta de crédito primário fixado para o corrente exercício, tendo em vista que: a) 555 milhões referem-se a despesas que serão consideradas na avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 9º, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, relativo ao segundo bimestre de 2012.

Não sei, Sr. Presidente, se V.Exa. está conseguindo ouvir bem. Sei que estou fazendo um esforço muito grande pela competitividade aqui. Há discursos colaterais que, às vezes, temos de respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – (O Presidente faz soar as campainhas.) En-

careço à Comissão, pois há um orador com a palavra, que, por gentileza, possa contribuir com a leitura do relatório do Deputado Eliseu. Peço à audiência que também, por gentileza, colabore com a preservação do silêncio necessário, para que todos possam ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Obrigado, Sr. Presidente.

b) 800 milhões referem-se a despesas que não são consideradas no cálculo do referido resultado por serem recursos de natureza financeira.

Finalmente, quadro anexo à exposição de motivos demonstra o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União no exercício de 2011, relativo à remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, utilizado parcialmente nesse crédito, em atendimento ao disposto no art. 53, § 9º, da LDO de 2012.

Ao projeto não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório, Sr. Presidente.

II – Voto.

Analisando o projeto, verificamos que não contradiz dispositivos relativos à alocação de recursos, especialmente no que se refere à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, Plano Plurianual 2012/2015; à Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, LDO/2012; e à Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, LOA/2012, cujo detalhamento se acha realizado segundo os princípios da boa técnica orçamentária.

Quanto ao mérito do projeto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é preciso reconhecer que a sua aprovação constitui condição necessária para a satisfatória atuação dos órgãos governamentais envolvidos, vindo a possibilitar os objetivos acima descritos.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 04, de 2012, do Congresso Nacional, na forma proposta pelo Poder Executivo.

Este é o voto, Sr. Presidente: pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto o relatório à votação da representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto o relatório à votação da representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Deputado Eliseu Padilha permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Mais um requerimento para inclusão de pauta.

Requerimento para inclusão da pauta do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2012, do Congresso Nacional, de autoria do Deputado Felipe Maia.

O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação da representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 16, de 2012, do Congresso Nacional, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$93.045.987,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Com a palavra, para apresentação do seu relatório, o nobre Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu consulto a Mesa se é necessário ler o relatório ou apenas o voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Esteja V.Exa. à vontade, mas pode ser lido apenas o voto.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Deixe-me tentar ler, então, o relatório. Ele é um pouco longo, mas vou tentar ler de uma forma...

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – V.Exa. pode dar só o voto, se assim desejar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Deixe-me ler o relatório, até porque, no voto, tentei ser bastante sucinto.

I – Relatório.

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 64/2012, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 16, de 2012, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R$93.045.987,00 em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.

A Exposição de Motivos nº 00102/2012, informa que a solicitação de crédito visa adequar o orçamento vigente dos órgãos beneficiários, conforme tabela a seguir.

Esclarece ainda que, no Ministério do Meio Ambiente, o crédito permitirá sua apreciação à administração...

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Deputado Felipe Maia, por gentileza.

Vou pedir mais uma vez. Há um barulho que, de fato, começa a perturbar o andamento dos trabalhos. Compreendemos as necessidades dos cochichos, dos comentários paralelos, mas há um orador com a palavra. Eu peço a todos que estão presentes a esta reunião que contribuam com o mínimo de silêncio para que possamos dar andamento...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Há um orador com a palavra. V.Exa. posteriormente terá a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – É sobre o assunto...

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Só quero pedir que aumente o som, porque nós não estamos ouvindo também, além disso.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Que aumente o som...

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Vamos pedir à técnica, porque não sei exatamente onde fica... Por gentileza, mais som ao Deputado Felipe Maia, se possível!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar ler de uma forma bem rápida, mas, se houver barulho na Comissão, vai ficar praticamente impossível nos entendermos. Como é um pouco extenso o relatório – extenso, não, são duas páginas –, vou tentar lê-lo de uma forma sucinta e rápida, mas tem que haver silêncio no nosso plenário. Caso contrário, vai ficar impossível o entendimento.

No Ministério do Meio Ambiente, o crédito permitirá à sua administração direta a ampliação do número de famílias a serem contempladas pelo Programa de Apoio ao Combate Ambiental, conhecido como Bolsa Verde, instituído no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que passará de 30 mil para 73 mil até o final de 2012. Adicionalmente, viabilizará o monitoramento ambiental das áreas, a identificação e o cadastro das famílias, o desenvolvimento de sistema de informações e a realização de estudos específicos para o referido programa.

No tocante ao ICMBio, os recursos viabilizarão a contratação de brigadistas a fim de prevenir e combater incêndios florestais e atender a emergências ambientais nas Unidades de Conservação Federais – UCs.

No Ministério da Integração Nacional, o crédito possibilitará à administração direta a divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial, por intermédio da realização da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica, bem como a expansão do mapeamento de áreas de risco, com foco em localidades recorrentemente afetadas por inundações, alagamentos e deslizamentos, com vistas a orientar ações de defesa civil e reduzir a vulnerabilidade a desastres. Permitirá, ainda, a aquisição de kits de equipamentos para situações de emergência a serem utilizados pelos 286 Municípios mapeados como os de maiores riscos de desastres, e o apoio a esses Municípios na estruturação de seus sistemas de defesa civil.

Na CODEVASF, o crédito propiciará a melhoria na qualidade de vida nos Municípios localizados em regiões estagnadas, no Estado de Minas Gerais, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável local integrado.

Quanto à SUDENE, permitirá a capacitação e a qualificação dos produtores envolvidos nos projetos de Arranjos Produtivos Locais no Município de Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O crédito será atendido com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União no exercício de 2011, relativo à Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional e Recursos Próprios Não Financeiros e de anulação parcial de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.

A medida decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios envolvidos e, segundo o Ministério da Integração, a programação objeto de cancelamento não sofrerá prejuízos na sua execução, uma vez que foi decidido com base em projeções de sua possibilidade de dispêndio até o final do presente exercício.

O crédito envolve cancelamento de programações provenientes de emendas parlamentares individuais e conta com a anuência dos Senhores Deputados Federais Ademir Camilo, de acordo com Ofícios nºs 126, de 2012, 129, de 2012, 158, de 2012, e Ribamar Alves, Ofício nº 19, de 2012.

A propósito do que dispõe o art. 53, § 11, da Lei nº 12.465, de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, as alterações decorrentes da abertura desse crédito não afetarão a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, tendo em vista que: a) R$6.418.000,00 (seis milhões, quatrocentos e

dezoito mil reais) referem-se a remanejamento entre despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada; b) R$86.627.987,00 (oitenta e seis milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e oitenta e sete reais) à suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira; c) a execução será realizada de acordo com os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 7.680, de 2012, conforme estabelece o § 2º do art. 1º do referido decreto.

Nos quadros anexos à exposição de motivos, em atendimento ao disposto no art. 53, § 9º, da LDO, demonstra-se o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2011, utilizado neste crédito.

Foram apresentadas seis emendas ao projeto de lei em análise.

É o relatório.

II – Voto.

Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2012/2015 e a sua conformidade com o disposto na Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012.

As emendas apresentadas à proposição devem ser consideradas inadmitidas, uma vez que contrariam o art. 53, § 9º, da LDO, bem como o art. 109, inciso III, alínea "a", da Resolução 01, de 2006, que pretende incluir programação nova em projeto de lei de crédito suplementar.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 16, de 2012, na forma apresentada pelo Poder Executivo, considerando como inadmitidas as emendas apresentadas à proposição.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente, quero fazer mais uma vez um apelo ao Relator. O Relator, nos entendimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só para uma questão de ordem, Senador. Nós estamos discutindo o PL de crédito.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ah, desculpe. Eu já estou me antecipando para a batalha que virá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço-lhe a gentileza. É apenas para que possamos concluir. Depois V.Exa. terá oportunidade de levantar o seu questionamento.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Senhores, foi distribuída a pauta de nº 17, item III, Deputado Felipe Maia, Deputado Duarte Nogueira, Líderes da Oposição, que não foi objeto de diálogo entre nós, mas que há necessidade de ser votada, porque se trata de uma errata ao PPA.

Gostaria que os senhores examinassem se há algum problema de ser colocada em votação.

O art. 152 da Resolução nº 01, de 2006, estabelece que havendo a necessidade de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições, por proposta d**O SR. PRESIDENTE**, pode ser aprovada a errata.

A errata está em discussão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu peço a V.Exa. 1 minuto, para que nós possamos analisar o texto e o conteúdo dessa errata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. terá o tempo necessário para que possa analisá-la.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Agradeço a V.Exa. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, o Democratas não se opõe à votação da errata.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, o PSDB também não se opõe à discussão e aprovação da errata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bom.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade dos votos.

Senhores, passamos agora ao momento de aguardar a chegada da assessoria.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Estão digitando o relatório final.

(Não identificado) – Sr. Presidente, essa afirmação foi precisa: "ao momento de aguardar". Dessa eu gostei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É uma nova construção para tentar explicar o momento que nós estamos vivendo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Vai ter impacto orçamentário e financeiro? (Pausa.) Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vai ser analisado pela Consultoria.

A palavra está à disposição caso alguns dos senhores tiverem interesse em nos abrilhantar com a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Sr. Presidente, quero aproveitar, embora eu deseje que a votação seja acelerada, para parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos, quero parabenizar o Senador Antônio Carlos Valadares pelo brilhante relatório e parabenizar todos os Deputados e Senadores da nossa Comissão Mista que analisaram a proposta e esforçaram-se para melhorá-la, apresentando emendas, lutando pelos interesses dos Estados, dos Municípios, da população que defendem, segundo os seus pontos de vista.

O Parlamento é uma casa de debates, de diálogo, esperamos que o Brasil saia melhor depois da votação. É isso que nos interessa.

Parabéns a todos os Senadores e Deputados que compõem esta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, queria fazer um registro sobre a nota publicada pelo INEP, o *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais* Anísio Teixeira, que tem relação direta com um dos nossos destaques no tocante à meta de financiamento da educação, dos investimentos em educação. Assim como se pratica no cálculo dos investimentos do Programa Brasil sem Miséria e também do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, ambos têm suas previsões de investimentos excluídas da meta do superavit primário. O INEP acaba de publicar uma nota esclarecendo que a meta de investimento de 10% do PIB aprovada na Comissão Especial do PNE vai permitir uma grande alavancagem nos investimentos e na melhoria da qualidade da educação básica e da educação superior no Brasil.

Por isso nós queremos destacar que o INEP é um órgão vinculado ao Ministério da Educação, portanto não é porta-voz da Oposição ou de instituições corporativas sindicais ou de representação dos profissionais da educação, e corrobora a posição inicialmente apresentada em dezembro pelo IPEA, no seu Comunicado nº 124, que também apontava a necessidade desse salto.

Quero parabenizar o Deputado Gilmar Machado pela operação feita na Comissão Especial do PNE, agindo positivamente por essa negociação que, em 5 anos, elevará de 5,1% para 7% o percentual de investimento do PIB em educação. Ao cabo de 10 anos, saltaremos de 7% para 10%, fazendo aquela revolução em educação que o Brasil ainda não fez.

Quero, portanto, registrar e parabenizar a Direção do INEP pela publicação dessa avaliação sobre a meta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Waldenor.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, quero registrar com alegria o acolhimento de três emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e destacar uma delas, que diz respeito à construção da Barragem do Rio Pardo, que deverá ser construída no Município de Vitória da Conquista, atendendo a vários Municípios circunvizinhos, entre eles os Municípios de Cândido Sales, Encruzilhada, Belo Campo. Quero chamar a atenção, destacar a importância e a relevância dessa obra, que, além de destinar-se ao abastecimento humano no Município de Vitória da Conquista, que conta hoje com população aproximada de 350 mil habitantes, segundo mais importante do interior do Estado da Bahia, também servirá à produção agropecuária, através do processo de irrigação, e possivelmente à produção de energia hidroelétrica.

Portanto, quero agradecer ao Senador Antônio Carlos Valadares pelo acolhimento das emendas que encaminhei, entre elas essa que diz respeito à construção dessa importante barragem, uma aspiração antiga das lideranças do sudoeste da Bahia, de vários Parlamentares que, em legislaturas anteriores, apresentaram essa emenda nesta Comissão Mista de Orçamento. Estou tendo a felicidade de, na condição

de representante daquela importante região do Estado da Bahia, apresentar essa emenda e ter o acolhimento por parte do Senador Antônio Carlos Valadares.

Faço este registro, agradeço ao Senador e anuncio ao sudoeste da Bahia o acolhimento dessa importante emenda, que permitirá a inclusão no Orçamento de 2013 da construção dessa importante barragem, a Barragem do Rio Pardo, de interesse de Vitória da Conquista e de vários Municípios circunvizinhos.

Quero, por fim, destacar que, além dessa que considero a mais importante emenda, conseguimos também o acolhimento de uma emenda que prevê a construção de dez centros desportivos, em dez principais cidades do sudoeste da Bahia, destacando naturalmente o Município de Vitória da Conquista, e ainda aquela que diz respeito à construção de uma barragem sobre o Rio Gavião que atenderá os Municípios de Condeúba, Cordeiros, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Maetinga, Mortugaba. Esses Municípios compõem a região da Serra Geral, da Bahia, outra importante obra de abastecimento de água, tendo em vista que tanto a do Rio Pardo quanto a do Rio Gavião atenderão Municípios localizados no Semiárido da Bahia, que neste momento sofrem com a dura estiagem que se abate sobre aquela região.

Portanto, na condição de membro desta Comissão Mista de Orçamento, é com alegria e com satisfação que registro o acolhimento dessas três emendas, que acabam de ser aprovadas, pelo relatório apresentado pelo Senador Antônio Carlos Valadares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Congressistas, quero aproveitar para fazer, publicamente, um agradecimento a toda a equipe da Secretaria da Comissão, em nome da Socorro, da Carla e da Maedes (palmas), extensivo a toda nossa equipe e às Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado, incansáveis no trabalho que realizaram para que pudéssemos chegar a este entendimento. Sem a participação das nossas Consultorias, este trabalho seria impossível.

Deixo, publicamente, o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelas senhoras e pelos senhores.

A palavra continua...

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Sérgio Souza, muito nos alegra que tenha pedido a palavra.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, este é o meu primeiro ano de CMO e pude perceber que esta é uma Comissão muito ativa, com reuniões de manhã, de tarde, de noite, na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira. Parece-me que ontem as conversas foram até tarde da noite, porque era quase meia-noite quando cheguei a Brasília e ainda não tinha a pauta de hoje. Logo cedo, a pauta estava no gabinete, com reunião que começava às 10 horas e durante o dia com várias intervenções.

Sr. Presidente, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos, o Senador Antônio Carlos Valadares, que tem conversado com todos os Parlamentares, atento às emendas de S.Exas., que produziu um relatório que atende o Parlamento, que atende a Situação, que atende a Oposição, mas principalmente que atende o Brasil, que é o que mais precisa da nossa ação, da nossa atuação aqui, no Congresso Nacional.

Partilho da fala de muitos colegas que aqui se manifestaram, principalmente no que diz respeito à necessidade de sermos cada vez mais Parlamentares conscientes e não só ficarmos em busca de recursos para os Municípios na forma de emendas.

Entendemos que este é o sistema que está posto neste momento e que os pequenos Municípios, Senador Cássio Cunha Lima, precisam também das transferências voluntárias, porque as transferências constitucionais e as receitas prontas não são suficientes para a subsistência da sua comunidade, do Município como ente desta Federação.

As emendas parlamentares, Senador Pimentel, muitas vezes socorrem os Municípios mais pobres, mais necessitados e que levam, através de um planejamento orçamentário como este e da Lei Orçamentária da União, os recursos e os programas do Governo Federal para as casas dos cidadãos mais necessitados deste País.

Gostaria de parabenizar todos os Líderes da Situação e da Oposição que souberam convergir para um acordo, a fim de que possamos votar hoje a LDO e também os destaques. Já votamos o relatório do Senador Eduardo Valadares. Que possamos agora também construir um acordo para votar os destaques ainda na tarde de hoje, para que possamos, Senador Pimentel, Senador Jucá, no plenário do Senado Federal, aprovar os empréstimos para a Paraíba, meu caro amigo, Senador Cássio Cunha Lima, e também o empréstimo para o Rio de Janeiro ainda na tarde de hoje.

Eram essas as observações. Agradeço, mais uma vez, à Assessoria pelo trabalho nesta Comissão.

Um abraço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de agradecer ao Senador Sérgio Souza as referências. Cumprimento também o Depu-

tado Leonardo Gadelha, representante competente, digno e qualificado do nosso Estado na Câmara dos Deputados, pela vinculação histórica que o seu pai, Senador e Deputado Marcondes Gadelha, sempre teve com o segmento da agricultura da nossa Paraíba, em decorrência do empréstimo aprovado, hoje, na CAE – acaba de ser registrado pelo Senador Sérgio Silva –, que possibilitará uma ação muito importante no nosso Estado, no Cariri paraibano.

Esse contrato de empréstimo internacional começou a ser negociado no período em que eu estava à frente do Governo do Estado, com o trabalho dedicado do Deputado e Secretário Quintans, e agora tem prosseguimento na gestão do Governador Ricardo Coutinho.

Agradeço, portanto, ao Senador Sérgio Souza mais uma vez o registro, ao tempo em que concedo a palavra ao Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo a mim concedido. Farei alguns comentários, enquanto não retomamos os trabalhos aqui, acerca do conteúdo dos elementos associados à política fiscal e meta de resultado primário, posteriormente tema do debate que travaremos como objeto de destaques.

É muito importante nós reafirmarmos a solidez fiscal do Brasil, particularmente a alcançada nos últimos anos de gestão do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, se lembrarmos que em 2002 tínhamos uma relação da dívida líquida do setor público em relação ao PIB na ordem de 60% – temos o relatório preliminar aprovado nesta LDO, com previsão para o próximo ano de uma dívida líquida do setor público consolidada de 32,5% –, durante estes anos, a relação dívida/PIB, se confirmados esses números para 2013, terá caído pela metade. Isso num momento em que o Brasil viveu um mundo de intensa turbulência internacional, de enorme volatilidade econômica e de crise soberana dos países europeus.

Sei que os economistas não gostam de comparações entre a relação dívida e PIB de países, mas não há como negar que uma relação dívida/PIB de 150%, como na Grécia, de 100%, na Itália, que os problemas enfrentados pela Espanha, pela Irlanda e por diversos países da Europa sinalizam que a solidez fiscal brasileira associada a elementos de crescimento econômico é um avanço considerável que alcançamos nos últimos anos.

O relatório apresentado pelo Senador Antônio Carlos Valadares como parte obviamente do conteúdo da LDO encaminhada pelo Executivo também traz outros números muito importantes.

O Deputado Marcus Pestana anteriormente chamou de jabuticaba a ideia de um redutor do superavit primário. No nosso arcabouço institucional, parece-me que há dois elementos que são ainda resquícios da ortodoxia econômica: as metas inflacionárias e a própria ideia de meta de superavit primário.

Acho que os dois elementos são relativamente oriundos de um período de muita crença no mercado e na ampla necessidade de mobilidade de capitais. Devo admitir que eles serviram para os propósitos de controle da inflação e da garantia de certa solidez fiscal. Não tenho certeza se não precisamos de mudanças institucionais no futuro para que esses instrumentos não sejam entraves, mas, sim, sejam mais flexíveis para propiciar o crescimento econômico. Assim, estamos.

Mesmo com meta de superavits primários, alterações importantes foram feitas para que não caíssemos nas armadilhas que os europeus caíram. A retirada, mais uma vez, confirmada por esta LDO, do grupo ELETROBRAS e PETROBRAS, das metas de superavit primário, assim como a existência de um redutor de superavit primário, garante, aquilo que provavelmente Angela Merkel teria calafrios de ouvir, a flexibilidade de aumento de gastos públicos, exatamente para nós enfrentarmos os momentos de crise econômica internacional.

Essa flexibilidade, com os bons gastos do Governo, com os investimentos do Governo, fundamentais, permitiu que enfrentássemos a crise de 2008 com sucesso e que pudéssemos enfrentar a crise de 2011, 2012 e 2013, mais uma vez, com sucesso, quando o mundo se desintegra, derrete na crise do baixo crescimento e da falta de perspectiva para sua juventude desempregada, como na Espanha, França, Itália e Grécia.

Essa é a diferença fundamental, doutrinária, sim, de ordem executiva, operacional e política, que se reflete nesta Casa. Nós comprovamos. Eu acho que a redução da relação dívida/PIB, a melhoria do perfil da dívida pública brasileira demonstram que os ditames da ortodoxia fiscalista do equilíbrio fiscal, a qualquer custo, não são necessariamente as condições para que possamos ter uma política fiscal responsável associada ao crescimento.

Mostramos que com a flexibilização de metas de superavit primário conseguimos garantir robustez fiscal, crescimento econômico, mesmo com as dificuldades. Por isso, a nota de preocupação com o crescimento do PIB no primeiro quadrimestre deste ano. Tenho certeza de que as medidas do Plano Brasil Maior vão começar a fazer efeito.

Quanto à mudança no perfil da dívida pública brasileira, o próprio Tesouro Nacional tem indicado, enquanto meta, para as Letras Financeiras do Tesou-

ro – LFTs comporem menos do que 20% do total dos títulos componentes da dívida pública brasileira. Esse é outro marco histórico. Pela primeira vez, vamos ter, abaixo da meta de 20%, títulos indexados à SELIC, que era a grande maldição da política monetária brasileira. Toda vez que se mexia na SELIC, aumentava-se a dívida pública. Agora, como baixamos os juros, as LFTs não são mais atraentes para os investidores. Estão sobrando neste ano. O Tesouro Nacional ainda não vendeu, neste ano, em nenhum dos seus leilões primários, Letras Financeiras do Tesouro.

Portanto, estamos vivendo, no que se refere à gestão financeira do nosso País, momentos de muita solidez. Gostaria de afirmar neste momento que vamos tratar disso depois.

Aquela jabuticaba, tratada pelo Deputado Marcus Pestana, não sei se existe em outros países, é muito necessária na nossa realidade. Podemos dizer, inclusive, que a jabuticaba do desemprego, a jabuticaba do aumento, a jabuticaba do recorde de emprego, a jabuticaba da menor taxa SELIC da história e a jabuticaba do aumento recorde da renda dos trabalhadores também é um orgulho brasileiro quando olhamos para o resto do mundo.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, para fomentar o debate, já que temos um tempo exíguo, apenas em alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Há um orador inscrito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Pois não. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Com a palavra o Deputado Leonardo Gadelha. Na sequência, com prazer, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, se me permite, concordo com boa parte da fala do Deputado Paulo Rubem Santiago sobre a necessidade de aumentarmos o grau de controle social sobre o perfil da dívida pública brasileira. O que eu disse aqui não é contraditório com as afirmações do Deputado Paulo Rubem Santiago, a não ser que S.Exa. diga que é.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Não disse nada ainda. V.Exa. está adivinhando as coisas agora.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, peço-lhe que assegure a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Senador Cássio Cunha Lima) – Pois não.

Com a palavra o Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA – Agradeço a V.Exa. Quero dizer que não se trata de jogar confete.

Ao passo em que agradeço as referências elogiosas a V.Exa., também gostaria de tecer loas ao esforço hercúleo que V.Exa. envidou naquele colegiado, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, no sentido de assegurar à Paraíba a concessão desse crédito.

V.Exa., que foi Governador do Estado, sabe quão exígua, quão diminuta é a capacidade de investimento do nosso Estado, e todo e qualquer crédito que nos seja assegurado é muito bem-vindo.

Aliás, isso me permite, Sr. Presidente, tecer uma rapidíssima digressão sobre muito do que foi falado hoje acerca da importância das emendas parlamentares para Estados periféricos como o nosso. Para Estados em que a capacidade de investimento é muito reduzida, toda e qualquer concessão de crédito é muito bem-vinda.

Há um aspecto pouco mencionado nessa discussão, Sr. Presidente, que diz respeito à transferência de renda. Num país onde 66% das receitas são abocanhadas pela União, todo e qualquer repasse que seja feito para Estados e Municípios é muito salutar, é muito auspicioso.

Por fim, nobre Senador Cássio Cunha Lima, quero fazer uma referência, uma homenagem a V.Exa., o que todos os paraibanos já fizeram, de forma muito particular, pela partida do saudoso ex-Governador, ex-Senador, ex-Deputado Federal Ronaldo Cunha Lima. Hoje, para regozijo de todos nós, tive a informação de que terá o nome dele o Centro de Convenções que V.Exa. tanto lutou para instalar na Capital de todos os paraibanos, a nossa querida João Pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Paulo Rubem Santiago.

Como era uma liberalidade ouvirmos os senhores, concederei a palavra aos Deputados Paulo Rubem Santiago e Waldir Maranhão. Depois vamos imediatamente entrar na Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, apenas aproveitando a intervenção do Deputado Cláudio Puty, gostaria de reiterar e compartilhar fazendo um convite democrático aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras desta Comissão para que mantivéssemos uma distância regulamentar das notícias oficiais.

Sou Deputado do PDT, estamos aqui com a nossa bancada e somos da base do Governo da Presidenta Dilma, mas algumas questões começam a tomar contornos extremamente preocupantes no nosso País.

Aqui, vou me referir basicamente ao que está sendo disponibilizado pelos estudos do IPEA, pelas publicações acessíveis aos Deputados e às Deputadas, aos Senadores e às Senadoras, referentes à nossa situação, por exemplo, na relação internacional, na balança comercial, no que nós importamos e exportamos, quem está sendo responsável pelo aumento do consumo da população e qual é o cenário que está se desenhando no próximo horizonte.

Reitero uma das preocupações do Prof. Carlos Lessa: precisamos inequivocamente partir para construção de política de médio e longo prazo. Estamos insistindo, há quase uma década e meia, em políticas de curtíssimo prazo. É a meta de inflação do ano seguinte, é a próxima meta para a relação dívida/PIB.

Reitero o que disse antes. Nós estávamos, há 18 anos, com uma dívida pública cuja constituição era apenas de 11% de papéis do Tesouro Nacional. Hoje, a nossa dívida pública é de 100% dos papéis do Tesouro Nacional. E há pessoas que ainda comemoram isso, acham importante que a nossa execução orçamentária tenha virado o paraíso dos rentistas.

Quero destoar de algumas afirmações extremamente otimistas, porque continuo tendo como referência as melhores contribuições de alguns dos nossos acadêmicos e economistas que já citei aqui.

Acho que este é um debate de fundo, para que possamos fazer com que a Comissão de maior representatividade do Congresso Nacional seja a Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Deputado Waldir Maranhão. Depois, vamos para a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – Sr. Presidente, serei brevíssimo, até porque quero fazer coro às palavras do Deputado Paulo Rubem Santiago na intervenção anterior, quando fez alusão àquilo que encaminhamos no PNE, vinculando 10% do PIB nacional para investimento em educação.

Deputados Paulo Rubem Santiago e Gilmar Machado, quanto entendimento político, quanta superação das adversidades. E nada mais justo, neste momento em que as universidades federais estão em greve, apontarmos para o novo horizonte, considerando que vamos aportar recursos necessários e suficientes para reduzir as assimetrias e as desigualdades sociais neste País.

Portanto, Deputado Paulo Rubem Santiago, acompanho em gênero, número, grau e pessoa, a versão de V.Exa. acreditar no investimento da educação como ponto de partida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, já temos condições de encaminhar.

Quero comunicar aos senhores e às senhoras que temos uma discussão com as Lideranças e um acordo de procedimento. Esta Presidência vai se basear rigorosamente no que é o nosso acordo de procedimentos.

O ilustre Senador Antônio Carlos Valadares vai apresentar agora o seu parecer acerca dos destaques. Nós vamos votar em bloco e temos um acordo sobre destaques que serão discutidos em separado. Correto?

Então, muito bem. Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só 1 minutinho.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Questão de ordem, Sr. Presidente.

É necessário que o Plenário receba cópia do parecer do Relator no tocante ao que opinou em relação aos destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – S.Exa. vai apresentar agora.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Verbalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vai apresentar verbalmente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Pode ser oralmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Questão de ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – V.Exa. se referiu a um acordo sobre as emendas que serão votadas em destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em separado.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Em separado.

Eu gostaria de saber quais são essas emendas, saber se as minhas estão nesse acordo. Como eu não participei do acordo queria saber se as emendas que vou destacar estão ou não no acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

Uma ponderação na mesma linha: quais são os termos desse acordo estabelecido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente, vamos apresentá-los.

Vejam bem. Nós recebemos 352 destaques. Como qualquer discussão na Comissão ou no plenário, é possível que algumas emendas sejam destacadas para votação em separado.

Temos previamente acordado: o Destaque nº 1, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, referente à Emenda nº 21830018, do próprio Deputado Duarte Nogueira; o Destaque nº 2, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, relativo à Emenda 28830016, de autoria do Deputado Duarte Nogueira; o Destaque nº 99, de autoria do Deputado Felipe Maia, relativo à Emenda nº 24480013, de autoria do Deputado Felipe Maia; o Destaque nº 125, de autoria do Senador Romero Jucá, relativo à Emenda nº 23700006, de autoria do Deputado Edio Lopes.

No meu entendimento, temos ainda dois destaques, que serão identificados aqui pelos Deputados Paulo Rubem Santiago, já estão aqui, e um destaque do Senador Flexa Ribeiro. São duas, mais uma e mais essas que eu já li.

Há um entendimento diferente por parte do Plenário?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, pediria só para confirmar o número dos nossos dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já estou pedindo que eles sejam identificados.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu tenho conhecimento do mérito e já estou providenciando o número para que eles sejam identificados. São o 189 e o 275. E falta o número do destaque do Senador Flexa Ribeiro.

Por gentileza, Deputado. (Pausa.)

É isso, senhores? (Pausa.) São 7.

Senador Antônio Carlos Valadares, a palavra está à sua disposição.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É isso, senhores? São 7. Senador Antônio Carlos Valadares, a palavra está à sua disposição.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – É importante que esta Comissão, mais uma vez, seja lembrada de que, quando o Poder Executivo mandou a proposta da LDO, ela veio sem o Anexo de Metas. Foi graças ao trabalho que fizemos de convencimento do Governo que conseguimos a aprovação, no nosso Relatório Preliminar, do Anexo de Metas, que possibilitou a participação de Senadores e Deputados em várias ações nos seus Estados, no âmbito regional e nacional. Sem essa nossa providência, certamente seria impossível estarmos agora aprovando o Anexo de Metas.

Eu lhes digo isso com muita alegria, porque, em razão da existência do Anexo de Metas, com ações o mais variadas, obras de infraestrutura importantes nas Capitais, nos Municípios, nos Estados, minha alegria é que fui procurado por muitos Parlamentares, por muitos Deputados, que foram atendidos praticamente em todas as suas pretensões.

Hoje pela manhã, no gabinete do Presidente da CMO, nós aprovarmos na base do acordo, do entendimento, nada menos que oito destaques, que incluímos no nosso adendo como emendas do Relator, em obediência ao acordo do qual participaram lideranças da Oposição, do Governo, o Presidente Marco Maia e o Presidente Paulo Pimenta.

Se formos registrar o trabalho de boa vontade não só da base do Governo, mas também do Relator, fica mais do que evidenciado que boa vontade houve. Expressamos isso não só em palavras, mas em atos e em ações, por meio do nosso, volto a repetir, Anexo de Metas, de mais de mil emendas que aprovamos parcialmente e mais de quase 500 integralmente. Houve, portanto, uma integração entre o nosso trabalho e o trabalho desta Comissão.

A Oposição, no entanto, insistiu em apresentar mais alguns destaques além dos que nós aceitamos harmoniosamente, e eu disse tanto ao Deputado Duarte Nogueira como ao Deputado Felipe Maia que eu não iria assumir o compromisso de aprovar os destaques, mas que encaminharia no sentido de que eles fossem votados democraticamente pelo Plenário da Comissão. É lógico que aqueles que forem a favor se manifestarão e também aqueles que quiserem rejeitar terão a mesma possibilidade, que o Presidente vai dar.

Por isso, Sr. Presidente, aqui estão os destaques que serão apreciados pela Comissão. Como eu disse pela manhã, volto a dizer: não tenho nenhum compromisso, mas há um destaque que eu achei muito interessante, o da alimentação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O 271, Sr. Relator.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Foi apresentado pelo Deputado João Leão e é do interesse do Deputado Wellington Roberto, que trata da nova alimentação saudável na escola. Se esse destaque for aprovado pelo Plenário, nós teremos obrigatoriamente de criar uma ação, e a nossa consultoria tratará desse assunto do ponto de vista técnico, já que não há previsão A de ação na nossa LDO a respeito desse assunto. Mas, como se trata de um assunto novo, que vai qualificar a alimentação da

criançada em todo o Brasil, nós achamos importante que essa emenda seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores e senhoras – agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares–, vamos ver se o encaminhamento que estou propondo está adequado.

O parecer do Senador – deixem-me entender o encaminhamento – é pela rejeição global dos destaques, com exceção do 1277003 – 1277003 é o número da emenda; a senhora está me ajudando a não errar –, o destaque 00271.

Então, quando votarmos o bloco, estaremos rejeitando todos, com exceção do 271 e do 7, que serão...

(Não identificado) – Que vão ser apreciados...

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Primeiro, vamos analisar o 7, em separado. Depois, vamos analisar o global, que rejeita todos os demais, com exceção do 271. É isso, senhoras e senhores?

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, para clareza do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Para facilitar o andamento dos trabalhos e o cumprimento do acordo realizado, em não havendo a disponibilização para o Plenário, entendemos correto o Relator ter apresentado verbalmente o seu relatório. No entanto, eu só queria que V.Exa. ratificasse o teor do relatório. Ele rejeita todos os destaques apresentados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ele rejeita todos os destaques, com exceção do 271, e remete, para discussão no plenário, este 7, que são pela ordem.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Números 1, 2...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Números 1, 2, 99, 125, 170, 189, 275.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Perfeito.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Alguma dúvida de procedimento, Senador Flexa?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sim. Eu queria pedir a V.Exa. – se possível, é evidente – que incluíssemos também, para discutir, duas outras emendas: a 269 e a 312.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu explico por quê, eu explico por quê. A 269 é uma solicitação da CIE, do Sistema S. O Relator está dando tratamento ao Sistema S como sendo uma entidade pública, e não o é. Isso pode gerar um entendimento diferenciado para as entidades. Eu acabei de receber aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, V.Exa. me permite? Como Presidente, cabe-me encaminhar o acordo. Vários Deputados e Senadores estão me pedindo que destaque alguma outra questão. É essa a compreensão de V.Exa. Vou encaminhar o 7, fruto do acordo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Pois é, Sr. Presidente, é o acordo que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Senão, temos que retomar tudo de novo. É difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Entendo o mérito, entendo a preocupação, mas vou cumprir o que foi acordado pelas Lideranças. Não tenho condições de acolher mais nenhum pleito individual de votação em separado.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Mas a 270 não está na leitura que V.Exa. fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O de V.Exa. é o dois...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sete zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Cento e setenta.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Dois sete zero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, desculpe-me, 270. Houve um problema técnico aqui. O.k?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sim, mas eu só queria registar então que isso vai trazer dificuldade ao sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está registrada a sua preocupação.

Primeiro destaque. (Pausa.)

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece: "Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques".

Sendo assim, solicito a autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator, ressalvado o solicitado para votação separadamente.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Vamos agora aos destaques.

Destaque nº 1.

Eu vou conceder a palavra ao autor, para poder fazer a defesa, e ao Relator, e encaminhar a votação.

Destaque nº 1, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, relativo à Emenda nº 21830018, de autoria do Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, o Orçamento de 2013, que está sendo elaborado pelo Poder Executivo, apresenta uma novidade, em termos de conceito, que altera substancialmente a forma de apresentação do Orçamento, o que, na nossa opinião, concorre, e muito, para a falta de transparência.

No ano passado, o Plano Plurianual apresentou um novo modelo de planejamento, incluindo o conceito de iniciativas, que concorriam com as ações orçamentárias, e retirou do PPA as maneiras de atingir os objetivos dos programas que eram descritos pelas ações orçamentárias.

Agora, o Governo propõe criar o PO, que é o Plano Orçamentário, que vem a ser uma identificação orçamentária de caráter gerencial não constante da Lei Orçamentária Anual, vinculada à ação orçamentária, conforme consta no Manual Técnico do Orçamento para 2013.

Muito bem. As ações orçamentárias, que são os projetos e as atividades, passam a ser padronizadas no Orçamento, tal como foi feito no PPA vigente com os programas. A ideia é reduzir o Orçamento a termo, transformando, na nossa opinião, um Orçamento que não apresenta os seus detalhes, transformando-se, portanto, numa verdadeira caixa preta. E o seu detalhamento, quando e se houver, vai ser efetuado apenas no SIAF, durante a sua execução – tudo isso proposto no último mês de maio. E nós fizemos, no debate desta Comissão Mista de Orçamento, à falta de tempo, para que nós pudéssemos nos aprofundar no debate dessa questão.

Assim, Sr. Presidente, o PSDB não concorda com a forma de tratar a LDO, da maneira como foi colocado, sem que se tenha uma análise detalhada, através das consultorias do Orçamento, tanto na Câmara quanto no Senado, para promovermos uma discussão mais ampla dessas questões, envolvendo os técnicos especialistas em planejamento, economia e finanças.

Concluo, dizendo que essa modificação estrutural que está sendo proposta pelo Executivo, na nossa opinião, deveria ser matéria a ser tratada através de lei complementar, para que ela pudesse, portanto, conforme previsto na Constituição, ter ampla discussão por parte do Poder Legislativo.

Assim, nós apresentamos este destaque para, na nossa opinião, corrigir essa grave distorção que ocorrerá, dando menos transparência às informações tão importantes e necessárias para a sociedade conhecer, quando da votação da Lei Orçamentária no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Ilustre Senador Antônio Carlos Valadares, para o seu parecer.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Já me manifestei anteriormente, sou pela rejeição. Nós, no art. 5º, damos essa especificação, essa discriminação, de forma muito transparente, de modo a atender à pretensão do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Vejam bem: nós votaremos o parecer do Relator. Portanto, os Parlamentares que permanecerem como estão concordam com o Relator, que é pela rejeição da emenda, ou melhor, do destaque. Correto? (Pausa.)

Em votação o Destaque nº 1, de autoria do Deputado Duarte Nogueira.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que concordam com o parecer do Relator, pela rejeição – os Deputados – permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O destaque está rejeitado. Sendo rejeitado na Câmara, nem vai para o Senado. Está rejeitado.

Destaque nº 2, de autoria do Deputado Duarte Nogueira, à Emenda 21830016, de autoria do Deputado Duarte Nogueira. A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, como justificativa deste nosso destaque à nossa Emenda nº 21830016, ela basicamente tem o intuito de oferecer transparência na medida em que o Governo editar o decreto de execução orçamentária, para que ele, em até 15 dias após a edição do decreto de execução orçamentária, ofereça o conhecimento de onde ocorreram os contingenciamentos. Basicamente é isso.

O que ocorre é que o decreto de execução orçamentário, quando publicado, não oferece esse nível de detalhamento, ele apenas quantifica o valor, mas ele não estabelece onde ocorreu o contingenciamen-

to. Portanto, diminui a transparência, inclusive para que possamos verificar o que, no caso do Governo, ele contingenciou, congelou, impediu ser executado.

Esse é o objetivo do nosso destaque e da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Antônio Carlos Valadares, a palavra está à sua disposição.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Eu acho que a proposta do Deputado Duarte Nogueira vem ao encontro da transparência. Entretanto, na prática, é impossível, do ponto de vista técnico, que o Governo possa atendê-la. A sua sugestão é viável, mas em algum outro tempo, porque são bilhões de reais que são contingenciados, e o Governo assevera que não tem condições técnicas de atender à sua emenda.

Por isso, eu voto pela rejeição, mas enaltecendo a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o Destaque nº 2.

Os Deputados que concordam com o parecer pela rejeição do destaque permaneçam como se encontram; os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Rejeitado o destaque.

Destaque nº 3, na minha ordem. Destaque nº 99, do Deputado Felipe Maia, relativo à Emenda nº 24480013.

A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores aqui presentes, eu apresento este destaque com a finalidade de engrandecer e aperfeiçoar o texto apresentado pelo Senador Antônio Carlos Valadares, buscando uma segurança externa de investidores em nosso País, destaque este que incide sobre a macroeconomia do nosso País.

Eu o justifico dizendo que os gastos públicos dos Estados serão cada vez mais foco da atenção e parametrização, na medida em que os acordos internacionais como o Open Government Partnership, ou Parceria do Governo Aberto, Acordo de Basileia III, assim como o acordo para financiamento dos Estados soberanos na zona do euro e tantos outros buscam estabelecer diretrizes para o crescimento sustentável dos países signatários.

O Brasil, principal parceiro dos Estados Unidos no acordo de abertura de dados orçamentários e de estatísticas fiscais, necessita que a Lei das Diretrizes Orçamentárias trate cada vez mais de temas que são discutidos nesses fóruns nacionais e internacionais e são considerados cruciais para a saúde financeira e social dos Estados soberanos.

O que se busca é evitar crises de naturezas globais ao incentivar maior harmonia entre os interesses financeiros e os interesses dos Estados nacionais, inclusive com o objetivo comum.

Na LDO 2012, foram aprovadas iniciativas nesse sentido pelo Congresso Nacional. No entanto, foram vetadas, pois na época não havia percepção clara das mudanças que viriam a ocorrer em 2013. A emenda vetada propunha o limite de 0,87% do PIB para o deficit nominal. Na época, em julho de 2011, algumas consultorias representadas por economistas que defendem o interesse do mercado financeiro alegavam que a meta de taxa SELIC nos atuais 12,5% não poderia ser reduzida em 2013 abaixo dos 2 dígitos sem risco à meta de inflação. Assim sendo, concluía que o deficit fiscal não poderia ser limitado. A contrarrazão tinha como fundamento que a meta do deficit nominal foi proposta pelo próprio Governo na PLOA, em 2012.

Do lado do Governo, o veto firmou-se nos seguintes termos: *"O estabelecimento de um teto para o resultado nominal num contexto em que já se dispõe de meta para o superavit primário para o setor público limita o campo de atuação da política monetária, para fins de cumprimento de meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, a meta da taxa SELIC é de 8,5%, e o Governo pratica uma gestão com a colaboração das instituições financeiras, visando à redução da taxa SELIC para aumento dos investimentos privados. Como reflexo direto, o deficit nominal será reduzido. A emenda proposta, em suma, está alinhada ao cenário econômico e à gestão de governo, tendo ainda a qualidade de conter diretrizes para a redução gradativa dos deficits nominais"*.

Portanto, Sr. Presidente, esta emenda busca estabelecer parâmetros para que o deficit nominal, em percentuais relacionados ao PIB no exercício de 2013, tenha um parâmetro de redução em relação ao exercício anterior, de 2012. Eu acredito que a aprovação desta emenda é fundamental para a macroeconomia do nosso País, assim como para a sinalização externa da saúde econômica e financeira do nosso País.

Era essa a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado. Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ninguém desconhece que há uma incerteza na economia mundial, diante da crise que se abateu sobre todas as Nações. O Brasil está-se precavendo para que essa crise não venha a atingir todos os segmentos econômicos do nosso País. Não fossem as providências assumidas, tomadas, pela

Presidenta Dilma, naturalmente o desemprego estaria a campear, a arrecadação estaria a diminuir, estaríamos, então, numa situação insustentável.

Portanto, a aprovação desse destaque significa que haverá uma interferência na atuação da política fiscal do Governo. O que se pede é o superavit nominal, e o superavit nominal tem um componente variável de acordo com a conjuntura, porque as taxas de juros fazem parte desse superavit nominal. Ao passo que no superavit primário há dois fatores apenas que se correlacionam para a sua formação: a receita e a despesa.

Assim, Deputado, lamentavelmente, eu não posso aprovar a sua emenda, em decorrência da crise que está encostando no Brasil. Por isso, voto pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o Destaque nº 99, de autoria do Deputado Felipe Maia.

Os Parlamentares que concordam com o parecer do Relator pela rejeição permaneçam como se encontram, e os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Rejeitado o Destaque nº 99, ele nem vai ao Senado.

Destaque nº 125, de autoria do Senador Romero Jucá, relativo à Emenda nº 23700006, de autoria do Deputado Edio Lopes.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, este destaque pretende emendar o art. 101, que trata do preço de referência de obras para o Orçamento. Esse artigo define que as tabelas SICRO/SINAPI seriam referência para as obras. Acontece que, da forma como o artigo está redigido, na prática, ele acaba com o Regime Especial de Contratação da PETROBRAS, o que é algo muito grave para o País, ainda mais neste momento.

O regime especial de contratação na PETROBRAS leva em conta preços internacionais e especificidades diferenciadas de obras que não estão nessas tabelas.

Então a emenda do Deputado Edio Lopes dispõe que no art. 101 se excetua a montagem industrial, que não pode ser considerada como de construção civil, bem como procedimentos licitatórios com regime próprio – é isso o que a PETROBRAS tem por lei. A Lei do Petróleo definiu um regime próprio para a PETROBRAS, que depois foi regulamentado em decreto, promovido por empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem em setores estratégicos da economia e que apliquem critérios internacionais de custo.

Portanto, a emenda é bastante restritiva, mas busca preservar, neste momento em que se avalia a diminuição do crescimento do PIB do Brasil, a capacidade de intervenção de investimento da PETROBRAS, porque é muito importante para o País e para os Estados, porque existem Estados que arrecadam recursos em decorrência de royalties da PETROBRAS, em decorrência das atividades econômicas dela.

Então, se nós bloquearmos a PETROBRAS, se nós, neste momento de necessidade de geração de emprego, de fortalecimento da atividade econômica, criarmos um gargalo e engessarmos os investimentos maciços da PETROBRAS, nós estaremos dando um tiro no pé, não estaremos aumentando o controle do gasto público, estaremos inviabilizando um investimento público fundamental para a retomada da economia.

Portanto, eu peço aos Deputados e Senadores que nos ajudem a aprovar essa emenda. Peço isso, inclusive, ao Senador Valadares, que é de um Estado produtor de petróleo, que sabe que é importante a ampliação dos investimentos da PETROBRAS. Nós temos um pré-sal, nós estamos discutindo a receita do pré-sal, mas se não houver como o pré-sal ser explorado, efetivamente, nós não teremos o que dividir. Então, por conta de tudo isso, eu faço um apelo para que a emenda seja aprovada, para que o destaque seja aprovado, contra o parecer do Senador Valadares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Conforme disse o nobre Senador Romero Jucá, existem dois sistemas de preços em torno dos quais gira a administração pública: o SINAPI e o SICRO.

Ora, esses dois sistemas aplicados pela administração pública em todo o Brasil não impedem que a PETROBRAS... Existe uma lei que regula esse assunto, que redundou no Decreto nº 2.745, de 1998, que autoriza a PETROBRAS, em casos especiais, a se utilizar dessa metodologia a que se refere V.Exa.

A regra é a submissão de todos os órgãos públicos ao que consta na legislação, a obediência aos custos unitários previstos em lei. Mas, nos casos específicos em que uma empresa como a PETROBRAS julga ser impossível atender a esses custos unitários, vai ter que se justificar. E, se a justificativa for aprovada perante o órgão competente, logicamente ela vai ser atendida, e o próprio Tribunal de Contas haverá de socorrer a PETROBRAS aprovando os procedimentos que forem adotados com esse objetivo. Além do mais, Senador Romero Jucá, no art. 101, em vários parágrafos, existem as exceções. Estão muito claras e protegem a PETROBRAS.

Se houvesse algum perigo de a PETROBRAS ser prejudicada com a redação do art. 101, eu acho que os primeiros a me procurarem teriam sido o Presidente da PETROBRAS, o Ministro de Minas e Energia, a própria Presidenta da República e o Líder do Governo no Congresso Nacional, José Pimentel. Então, eu não fui procurado pelo Governo, que é o mais interessado em que se aprove tal exceção. Fui procurado, sim, pelo Senador Pedro Taques, que lá no Senado disse que era absolutamente temerária a aprovação dessa matéria. Ele, como representante do Ministério Público, não via com bons olhos a abertura de uma exceção escancarada para uma empresa que é orgulho de todo o Brasil.

Com todo o respeito a V.Exa. – eu sei que as intenções são as melhores possíveis –, a PETROBRAS está protegida, porque na exceção ela vai ser atendida pelo próprio Governo, que vai dizer: *"não, você pode fazer a licitação diferenciada no regime próprio, que não vai haver problema nenhum, eu vou defender junto ao Tribunal de Contas a aprovação das suas contas"*.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Senador Valadares...

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – De modo que eu acho que não há como colocar uma exceção como esta. Não está sendo... Inclusive a emenda do Deputado não fala em PETROBRAS, fala em órgãos estatais. Então, aí fica uma coisa muito genérica. Amanhã a própria VALEC poderá se arvorar desse dispositivo e dizer: "não, eu tenho direito de fazer isso aqui no regime próprio para a VALEC e etc. e tal".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Então, por isso, Sr. Presidente, e com todo o respeito ao Senador Romero Jucá, que é um grande conhecedor do nosso Orçamento e das nossas leis, e atendendo também ao Tribunal de Contas, que fez uma ponderação sobre este assunto – o Tribunal de Contas é o órgão auxiliar do Poder Legislativo; fortalecendo o Tribunal nós estamos fortalecendo o Poder Legislativo –, eu voto pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que concordarem com o Relator permanecerão como se acham, os que discordarem do Relator, portanto, favoráveis ao Senador Jucá vão se manifestar de outra forma.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, eu queria apenas deixar um registro aqui, porque o Senador Valadares disse algo, e eu gostaria de esclarecer. Primeiro, eu falei hoje pela manhã com o Ministro Edson Lobão, que me falou dessa questão. Apenas para registrar. E a Liderança do Governo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço o esclarecimento.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, também para registrar, o Ministro Edson Lobão pede que seja aprovado, e eu pessoalmente conversei com nosso Relator sobre essa matéria, embora ele tenha dito que não concordava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Em votação. Os Deputados que concordam com o Relator permaneçam como se acham. (Pausa.)

O parecer do Relator foi rejeitado.

Em votação na representação do Senado.

Senhores, em votação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Verificação. Verificação pela Liderança do PDT, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Foi visivelmente a favor do Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Nós vamos pedir a V.Exa. que faça um contrato para apurar a votação.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, na verdade, a emenda foi rejeitada. Desculpe-me, Presidente. A emenda foi rejeitada visivelmente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– O destaque foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, há Líderes aqui na Comissão e existe um acordo de procedimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. me permita, porque eu estou usando a palavra. Existe um acordo de procedimento, e eu espero que os senhores honrem a palavra. Portanto, o acordo de procedimento prevê que não haverá votação nominal. Qualquer coisa fora disso significa abrir mão do acordo que foi feito. Eu espero que os senhores honrem a palavra com o que foi acordado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas a gente pode contar os votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que ficou claro para todo o plenário, para as televisões que estão filmando esta sessão, se ela saiu ao vivo, que a maioria dos presentes acompanhou o Relator, rejeitando o destaque apresentado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não é verdade. Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, eu já anunciei o resultado da votação. Eu vou passar à votação na representação do Senado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Questão de ordem pela Liderança do PDT, Sr. Presidente. Uma questão de ordem a V.Exa.

V.Exa. reiterou aqui o acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – O acordo de procedimentos não previa a devolução da palavra para qualquer tipo de intervenção, nem ao autor, nem ao defensor, nem a nenhum outro membro da Comissão, porque, se se abre essa exceção, nós vamos abrir para as demais emendas que estão em discussão. Se se abre essa exceção, vamos abrir para todas. Aqui foi dada a palavra ao Senador, que defendeu o destaque; foi dada a palavra ao Relator, depois se quebrou o acordo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Paulo Rubem…

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Então, apelo a V.Exa. Se o acordo de procedimento é para ser mantido, e ele foi rompido agora para que outras pessoas falassem em nome de Ministro, aí nós vamos quebrar o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Paulo Rubem, nós estamos tendo bom senso para acolher questões de ordem de qualquer Parlamentar, no sentido de que possa ser feita uma condução a mais tranquila e democrática possível. A votação foi feita. O parecer contrário foi rejeitado. Portanto, foi aprovado na Câmara. E nós passaremos agora à votação...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, questão de ordem, pela Liderança do PDT.

Nós vamos pedir votação nominal a V.Exa., porque não há consenso na bancada da Câmara de que o destaque foi aprovado, contra o parecer do Relator. Se não há consenso, por acordo, nós temos que aferir a votação dos Deputados e Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Sr. Presidente, eu apresentei questão de ordem inicialmente, porque, quando da votação do primeiro destaque, fiz questão de observar: o quorum que se manifestou pela rejeição do parecer do Relator foi ainda maior do que o que nós tivemos nesse. E o critério adotado pela Mesa foi diferente. Rejeitou-se o destaque, prevaleceu a posição do Relator. E agora nós tivemos uma decisão diferente. Então, ou nós vamos para a votação nominal, ou então nós vamos ter dois pesos e duas medidas para situações análogas, com a devida vênia ao posicionamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria dar uma sugestão para que nós pudéssemos resolver esse impasse. Se houve alguma dúvida em relação ao processo, não se poderia fazer uma nova consulta? Eu acho que seria mais lógico.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Uma nova consulta para não obrigar o Plenário a pedir uma votação nominal, eu acho. Desculpe, Sr. Presidente. Eu acho que não resta dúvida a nenhum Parlamentar. V.Exa. vem conduzindo esta Comissão com muito equilíbrio e muita isenção. A todos que aqui se manifestaram ficou clara a rejeição do destaque do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos proceder a uma consulta simbólica.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Como simbólica? É simbólica, ou valendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, eu estou tentando evitar que nós possamos, em função desta discussão, quebrar o acordo anterior, estabelecido pelas Lideranças.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A minha interpretação… O resultado já foi anunciado. Se os senhores desejarem pedir verificação nominal, em primeiro lugar, os senhores terão que ter um apoiamento, que não têm. Em segundo lugar, nós estaremos rompendo o entendimento de procedimento que nós estabelecemos previamente. Não há possibilidade.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. mesmo faz a aferição novamente, porque nós entendemos que V.Exa. não conseguiu interpretar a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Portanto, só queremos isso de V.Exa. Mais nada além disso.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, a questão de ordem que eu levanto é que V.Exa. está propondo fazer uma nova verificação simbólica. Não existe isso. Não há sentido em se fazer uma nova verificação simbólica. V.Exa. terá que anular a que foi

feita anteriormente e fazer uma nova votação na Câmara, porque efetivamente, à vista de todos nós aqui, a emenda foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu agradeço a sua contribuição.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Mas aí V.Exa. não pode impor a vontade do Presidente ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Presidente está numa posição em que ele consegue ter uma visão privilegiada do plenário.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – V.Exa. pode fazer uma leitura dinâmica, mas não uma contagem dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos proceder a uma verificação...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... para que não paire dúvida sobre a interpretação do Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Muito bem. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Parlamentares que concordam com o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares permanecerão como se acham. Os que discordam, portanto concordam com o Senador Romero Jucá, se manifestarão de outra forma.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, essa questão é representativa dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, senhores, é amplamente favorável a manifestação dos Parlamentares rejeitando o parecer do Senador.

O parecer está rejeitado. *(Palmas.)*

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O parecer está rejeitado.

Em votação no Senado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Porque é o seguinte: o destaque terá que ser votado no Senado. À medida que ele foi destacado, ele está fora do texto.

Para que ele seja incluído no texto, é preciso que seja rejeitado o parecer e incluída, aprovada, a proposta do Senador Romero Jucá. Portanto, será votado agora na representação do Senado.

Quem concorda com a posição do Relator permaneça com se acha, quem concorda com o Senador Jucá se manifeste de outra forma. *(Pausa.)*

Foi rejeitado o parecer do Senador Valadares.

Portanto, está aprovado na Câmara e no Senado o destaque do Senador Romero Jucá.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, quero só fazer um registro. Esse texto não constou de LDOs anteriores. O processo de acordo que foi construído, de Oposição e de Governo, foi baseado em cima da simetria havida em textos da LDO anteriores. Inclusive foi assim que nós conseguimos, por entendimento, destacar os investimentos, se eventualmente a Lei Orçamentária não for aprovada.

Nós estamos abrindo aqui um precedente inadequado, perigoso e que não tinha sido objeto do nosso acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Destaque 125 foi aprovado na representação da Câmara e na do Senado.

Passaremos agora o próximo destaque, do Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, pela ordem. Antes de dar o parecer sobre o próximo destaque, eu vou colocar as coisas como realmente aconteceram. De fato, eu não recebi telefonema de nenhum Ministro de Estado. A única... Dois Senadores estiveram comigo: o Pedro Taques, falando sobre esse assunto da PETROBRAS, e o Senador Pimentel. Claro que V.Exa. é o autor, praticamente. Mas eu disse ao Senador Pimentel: *"Olha, eu tenho uma certa preocupação com esse destaque. Eu gostaria de receber um documento, por escrito, manifestando a posição do Governo."* Então o nosso Senador José Pimentel disse que por escrito não daria, porque poderia abrir oportunidade para que outras demandas surgissem no âmbito da Comissão.

Quando ele disse que não assinaria o destaque, eu pensei que ele não estava muito interessado na emenda do Senador Jucá. Na realidade, eu me equivoquei. S.Exa. abertamente aqui trabalhou pela aprovação do destaque do Senador Jucá. Por isso, é verdade que eu gostaria que viesse a lume.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, passamos agora ao Destaque 189, de autoria do Deputado João Dado, relativo à Emenda 50170002, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação.

Com a palavra o Deputado João Dado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esta emenda é para cumprir a Carta Maior brasileira.

A Constituição Federal estabelece em quatro dispositivos, quatro dispositivos diferentes – art. 51, quando trata da Câmara dos Deputados; art. 52, quando trata do Senado Federal; art. 99, quando trata do Poder Judiciário; art. 127, quando trata do Ministério Público da União... O que dizem esses comandos constitucionais? Dizem que tem de haver autonomia orçamentária e

financeira entre os poderes. Esses artigos apenas repetem o que está no art. 2º da Carta Maior brasileira.

Vejam a importância do art. 2º: *"São Poderes da União, independentes e harmônicos"*. Não é o que está acontecendo no nosso País. No nosso País, nas últimas décadas, as Leis de Diretrizes Orçamentárias não estão oferecendo os limites dentro dos quais os poderes, de forma independente, harmoniosa e autônoma, pudessem decidir, eles próprios, em relação às suas despesas com pessoal e obrigações sociais.

É disso que está tratando esta emenda, e eu gostaria de mencionar que a emenda é da Comissão de Finanças e Tributação. A única emenda do Congresso Nacional que trata tecnicamente das matérias orçamentárias e, portanto, pode oferecer adequação ou inadequação aos projetos foi aprovada unanimemente naquela Comissão. O que nós procuramos fazer na Comissão de Finanças? Exatamente o que diz o nosso Relator, o Senador Valadares, na sua exposição de motivos.

Está aqui, na folha 14 da exposição de motivos de V.Exa., Senador Valadares. A iniciativa é privativa do Poder Executivo na elaboração do Anexo V da LOA, que integra a proposta orçamentária, combinado com a ausência de parâmetros na LDO. V.Exa. diz isso.

O que isso tem provocado? Faz com que esses demais poderes e o MPU fiquem na dependência daquele para a inclusão de suas proposições, que tratam de despesas com pessoal. É disso que estamos tratando. O nosso Relator, com competência, buscou fazer o entendimento político entre os poderes para que essa emenda fosse acatada.

De que trata essa emenda? Trata, pura e simplesmente, de cumprir os comandos constitucionais. Nós, desta Comissão, juramos defender a Constituição brasileira, juramos cumprir com os preceitos constitucionais. Não estamos fazendo isso porque não estamos definindo os limites em que as despesas com pessoal pudessem ser exercitadas, autônoma e independentemente, pelos poderes.

Qual é a proposta da Comissão de Finanças e Tributação? O que ela diz? Ela é conservadora, ela fala numa média aritmética dos anos 2009, 2010 e 2011, como disse o Senador Valadares em seu parecer, para que nós pudéssemos oferecer esses limites e, assim, garantir, minimamente, a autonomia orçamentária dos demais poderes da República.

Ao fazê-lo, nós, da Comissão de Finanças e Tributação, entendemos estar dando uma contribuição para o País, porque entendemos que não pode mais remanescer, como está escrito no § 3º do art. 75 do substitutivo do Senador Valadares. Isso está escrito, Sras. e Srs. Parlamentares. Para fins de elaboração do anexo previsto no § 1º, o Anexo V da LOA, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União informarão os órgãos setoriais do sistema de planejamento e de orçamento federal; submeterão a relação das modificações pretendidas a quem? A uma Secretaria de Orçamento Federal. É disto que estamos falando: há uma submissão de poderes da União em relação a uma Secretaria de um Ministério de Planejamento.

Não penso que nós possamos continuar nessa caminhada. Temos que caminhar no sentido de permitir aos poderes, por exemplo, conferir os reajustes corretos, apenas de atualização monetária da inflação que corroeu os salários do Judiciário, do MPU, do TCU.

Portanto, Sr. Presidente, peço aos membros desta Comissão que exercitemos o poder de que nós dispomos, independente e autônomo, de decidir que a LDO, daqui para a frente, contemple a definição de limites dentro dos quais os demais poderes, não só o Executivo, possam exercitar a autonomia orçamentária e financeira.

Esta é a nossa solicitação para que votem favoravelmente a esta emenda. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado ao Deputado João Dado.

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, 189.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Deputado João Dado, a sua proposta mereceu estudos acurados da nossa Consultoria. Tive várias reuniões e levei sua emenda como proposta nossa ao Ministério do Planejamento. Verifiquei que, se eu insistisse na aprovação dessa emenda tal como foi redigida, o Governo vetaria. Então eu procurei outra saída, já que não havia acordo entre os 3 poderes e o Ministério Público para a consecução de uma emenda contemplando reajustes para todas as categorias. Eu entendi que um Poder sozinho não pode representar todos os demais, de acordo com art. 109 da Constituição. É preciso que haja uma aceitação dos três, sem o que nada vai acontecer. Isso é o que diz a nossa Constituição.

Por isso eu propus, no lugar da sua emenda, que eu considero louvável – uma preocupação com os diversos segmentos que não tiveram os reajustes que foram objeto de luta constante durante todos esses anos –, apresentei uma alternativa, abrindo uma janela para negociação efetiva até a elaboração do Orçamento de 2013, vazado nos seguintes termos do art. 74, "a":

"Fica autorizada a inclusão de recursos do Projeto de Lei Orçamentária, com vistas ao atendimento do reajuste, a ser definido em lei específica, dos subsídios e da remuneração dos agentes públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do MPU."

Com essa proposta, tenho certeza absoluta, os debates e as articulações irão se intensificar até o fim de agosto, quando o Governo poderá colocar na Lei Orçamentária os parâmetros necessários à fixação de um reajuste justo e adequado para todas as categorias.

Eu fui procurado por várias entidades do funcionalismo público do Poder Executivo e também do Poder Judiciário, e a fórmula que eu apresentei, essa que eu li, foi aceita sem maiores resistências. Aliás, o próprio Presidente do Supremo está preocupado com seu corpo técnico de funcionários, que está fugindo, saindo do Supremo atrás de melhores salários, e ele aceitou e ainda teve a delicadeza de me telefonar, agradecendo esse mecanismo que nós conseguimos incluir na LDO.

De forma que eu lamento não poder atender à emenda de V.Exa., mas foi uma ideia que eu assumi, cheguei a levar ao Governo, mas a Ministra foi bastante firme e positiva. Ela disse que o Governo vetaria. Sendo assim, procurei uma que o Governo não vete, mas que abra uma janela, uma grande possibilidade para um acordo, e o Poder Legislativo é totalmente favorável.

Pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

Cadê o destaque, por gentileza?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Antes da votação, queria fazer um apelo aqui para que não se repetisse o que aconteceu na votação anterior. Quando a votação já tinha sido encerrada, com o resultado declarado, foi colocada em dúvida a capacidade do Presidente e da assessoria de visualizar o Plenário. Depois se confirmou aquela como uma visualização correta.

Então, faço aqui um apelo a todos no sentido de que possamos dar celeridade às votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados que concordam com o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares permaneçam como se acham. Os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Portanto, está rejeitado o destaque, que não irá ao Senado.

Agora passaremos para o Destaque nº 270, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, à Emenda nº 20910051, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A palavra está à sua disposição.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta; Sr. Relator, Senador Antônio Carlos Valadares; Líder do Governo no Senado; Sr. Líder do Governo na CMO; Senador Pimentel; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu já fiz aqui um apelo, e vou repeti-lo, à consciência dos Srs. Parlamentares com relação a essa emenda. Eu não entendo por que o Senador Pimentel não concorda em manter o acordo que fiz com o Relator de que a emenda estaria no caput do artigo.

Não quero, Sr. Presidente, descumprir o acordo que foi feito de não se pedir verificação de quorum ou votação nominal. Tenho aqui número de Senadores suficiente para, se quisesse, assim fazê-lo, Presidente Paulo Pimenta, porque esta é uma emenda de justiça para mais de 21 Estados da Federação brasileira. Eu quero que os Srs. Deputados, já que não farei o pedido de votação nominal, respeitando o esforço do Presidente Paulo Pimenta e de todos nós ao longo das últimas semanas para chegarmos a um acordo... É lamentável, Presidente Paulo Pimenta, que cheguemos a esta reunião, à última emenda, para rediscutir aquilo que ficou acordado anteriormente.

Eu quero chamar à consciência os Srs. Deputados, Deputado Puty, que votarão primeiro, que esta emenda é apenas um capricho do Governo. É um capricho do Senador Pimentel não acatar a emenda, porque ela não traz nada além do que colocar no caput do artigo que o Governo vai respeitar os Estados brasileiros que perdem receita ao longo de mais de 15 anos e não são ressarcidos pela Federação; pela União, melhor dizendo. Porque todos os Orçamentos, quando chegam ao Parlamento, vêm com rubrica zero para a reposição das perdas da Lei Kandir, e somos nós na Comissão de Orçamento que temos que colocar os recursos para, de forma tênue, diria, minimamente, ressarcir, Líder Duarte Nogueira, algo em torno de 15% das perdas reais dos Estados da Federação.

Minha emenda, ao levar o texto para o caput, faz com que o Executivo, Senador Pimentel, abra no Orçamento da União uma rubrica para a Lei Kandir. Só isso. Não diz, Sr. Relator, Senador Valadares, que a Presidenta Dilma tem de colocar os 40 bilhões necessários para repor as perdas. Não diz isto. Não diz que a Presidenta Dilma tem de colocar 10 bilhões para repor as perdas. Não, não diz. Diz apenas que ela vai ter de colocar 1 real. Ela vai ter que abrir uma janela para colocar lá "Lei Kandir", em respeito aos Estados da Federação brasileira.

Peço a V.Exa., Deputado Pimentel, que deixe eu concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem todo o tempo necessário.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Agradeço a V.Exa.

O Senador Romero Jucá é o Relator-Geral do Orçamento. Conversei com S.Exa. que me disse que, se a votação chegar ao Senado, vai votar favoravelmente à emenda. É isto, Senador Jucá? (Pausa.) É isto. Está confirmando. Era o Líder do Governo no Senado até pouco tempo. Por quê? Porque Roraima é um Estado que perde receita, como todos perdem. Aí eu quero ver como é que vamos votar aqui contra os nossos Estados. E mais, Senador Pimentel: contra os Municípios, porque 25%...

Deputado Gilmar, V.Exa. é de Minas. Quero ver V.Exa. votar contra. Quero ver V.Exa. submeter-se ao Executivo votando contra Minas Gerais. Quero ver, quero ver. Quero ver o Senador Pimentel votar contra o Ceará...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – V.Exa. disse que ia me dar todo o tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para o senhor argumentar a favor da emenda.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Então V.Exa. está se contradizendo e não é de contradizer-se.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, não. Eu só estou...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ainda há pouco manteve a posição que assumiu de que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, o senhor não deixou eu concluir o que ia dizer...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, a sua intervenção está muito boa,...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ah, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... mas, na medida do possível, se o senhor pudesse concluir nos ajudaria. Era isso que eu ia dizer.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu quero ajudar os Estados da Federação.

Então, quero fazer um apelo aos Srs. Deputados: votem com seus Estados, votem com seus Municípios. Vinte e cinco por cento dos recursos que irão da Lei Kandir... Não tenho nenhuma esperança de que nós consigamos aqui, mesmo com a boa vontade do Relator-Geral, colocar no Orçamento valores que possam vir a compensar os Estados. Não vamos conseguir. Mas o que nós conseguirmos vai diminuir a carência dos Estados e dos Municípios. No meu Estado, o Pará, nós temos 143 Municípios e 126 estão inadimplentes – 126 não podem receber, Deputado Gilmar, transferência nem do Governo Federal nem do Governo do Estado. Muitos Prefeitos desses Municípios são do PT, e por mais que a Presidenta Dilma queira ajudá-los não pode. Nessa mesma situação devem estar os Municípios do resto dos Estados brasileiros. Então estamos aqui fazendo justiça aos Estados e aos Municípios.

Quero, ao encerrar, pedir aos Srs. Deputados: por favor, nós não estamos aqui mudando nada. Nós estamos colocando o texto no caput do artigo por uma razão muito simples. O Relator diz que atendeu a minha emenda, mas a colocou no parágrafo. S.Exa. sabe e todos também que o Executivo vai vetar, como vetou em todos os anos anteriores, o que está no parágrafo. Vai ser vetado. E no caput ela não pode vetar, o Executivo não pode vetar. Ela vai ter que colocar pelo menos 1 real. Basta 1 real para abrir a janela.

Então, quero fazer um apelo à consciência dos Srs. Deputados: votem com as pessoas, votem com os cidadãos, votem com quem os trouxe para cá, votem com os Estados, votem com os Municípios, votem pela emenda, rejeitando o parecer do meu amigo fraterno – S.Exa. gostaria de ter atendido, mas o Governo deu ordens. O Governo foi lá e disse: "Tem que rejeitar, tem que rejeitar". Este Governo ditatorial, Seu Zeca, ditatorial. Este Governo que trata o Congresso como se fosse algo que não é. É importante que o tempo passa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Hem? Não é massa de manobra, a bancada do Governo está ficando movediça, está ficando movediça. Já tivemos aqui obstrução de parte da bancada, isso está mudando.

Vou concluir fazendo um último apelo, Zeca: vote a favor do Paraná, vote a favor do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Quero pedir aos Srs. Deputados que aprovem a emenda. Aprovando a emenda estarão ajudando todos os brasileiros de cada Estado que aqui representam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Presidente, justamente para fazer face a uma longa amizade e respeito que tenho pelo Senador Flexa Ribeiro, procurei contribuir com o seu pensamento desde a primeira hora. Tanto que no texto existem três dispositivos que garantem a pretensão do Senador Flexa Ribeiro.

No adendo, onde nós incluímos o § 2º ao art. 12, e o Governo, cautelosamente, colocou dois incisos ao art. 12, dizendo:

> "XII – ao auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para fomento das exportações;"

Quer dizer, o projeto de lei orçamentária terá que discriminar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento nas exportações. A pretensão está atendendo ao nobre Senador.

"XIII – às transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para compensação das perdas de arrecadação decorrente da desoneração das exportações (...)" etc., etc. – Lei Kandir.

Então, o Governo está sendo benigno com V.Exa.

(Não identificado) – Ai, meu Deus do céu.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – E o Relator mais ainda, porque criamos um novo mecanismo, que não existia na LDO, dizendo o seguinte: que o projeto e a Lei Orçamentária de 2013 conterão – nós não colocamos a palavra autorizar, mas, sim, conterão – os recursos destinados ao atendimento das proclamações a que se referem os incisos XII e XIII, aqueles a que me referi agora.

Para encerrar, Presidente, se porventura o destaque de V.Exa. for aprovado, vai ser um tiro no pé, se o Governo vetar. V.Exa. está malhando em ferro frio, meu irmão. Se o seu destaque for aprovado, o Governo, para ter flexibilidade na LDO, vai ter que vetar os incisos XII e XIII. Isto é, não vai haver nenhuma referência às exportações por compensações aos Estados e Municípios. Aí V.Exa. não entrará pelo cano, mas os Estados e Municípios sim. Lamentavelmente, meu irmão.

Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, para argumentar, V.Exa. concedeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mostrando a minha boa vontade, vou lhe dar 1 minuto para poder fazer a sua réplica.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Um minuto não, 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador, não há previsão regimental. Estou tendo boa vontade com V.Exa. Já fui tolerante, V.Exa. sabe disso.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Senador Valadares, as nossas calvícies são diferentes da de Santo Antônio. Então, agradeço a generosidade a V.Exa. Quero propor a V.Exa. trocar três por uma, tire as três e coloque a minha. V.Exa. me atenderá.

Eu quero dizer a V.Exa. que não vai encobrir o sol com a peneira. V.Exa. sabe. O Senador Pimentel foi aí, por trás de nós, dizer: "O Governo não aceita, o Governo não tem acordo". Sabe que é completamente diferente o que eu estou propondo e o que V.Exa. disse.

Peço aos Srs. Deputados que votem pela emenda e contra o parecer do Relator, a favor dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordarem com o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares, pela rejeição do destaque, permaneçam como se acham. Os que discordarem se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Rejeitado o destaque. Portanto, ele não irá ao Senado.

Vamos ao último destaque, de nº 275, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, relativo à Emenda nº 12970001.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, tenho a convicção de que esse destaque será aprovado pelas seguintes razões.

(**O SR. PRESIDENTE** faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, por gentileza, é o último destaque, e o Deputado Paulo Rubem Santiago merece toda a atenção do Plenário.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Hoje eu completo 57 anos e até esta hora estamos aqui batalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Hoje é seu aniversário?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Hoje, 57 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Receba uma salva de palmas deste Plenário. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, eu tenho a convicção de que este destaque vai ser aprovado por duas razões. A primeira é porque não implica nenhum impacto orçamentário e financeiro nem implica nada de diferente do que já está sendo proposto no projeto de lei para a LDO de 2013.

Em segundo lugar, esse destaque é oriundo da decisão tomada há 15 dias, na Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, na qual as bancadas do PT, PMDB, PSB, PTB, PP e PR, à unanimidade dos partidos representados naquela Comissão, votaram pela meta dos 10% do financiamento do PIB para a educação em 10 anos.

Eu chamaria, portanto, a atenção dos Srs. Deputados e Senadores para o seguinte: por que estamos retirando, da meta do superavit primário, nobre Senador Antônio Carlos Valadares e Liderança do Governo, mantendo fora da meta do superavit primário, as obras do PAC? Por que estamos colocando fora da meta do superavit primário os encargos de investimento do Programa Brasil Maior e Brasil Sem Miséria? Porque são investimentos estratégicos.

E aí eu destacaria para os Srs. Deputados e Senadores: a previsão de obras do PAC que estarão fora da meta do superavit primário para o próximo ano é de 45 bilhões de reais. O nosso destaque equivale a 10% disso.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, atualmente, nós atingimos a meta de 5,1% de investimentos em educação para os quais a União contribui com apenas 20%. A União entra com 0,97% do PIB.

Se sairmos de 5% para 10%, em 10 anos, vamos ter um acréscimo de novos 5%, o que dá 0,5% do PIB/ano novos de investimentos para a educação, nas três esferas de governo.

Aplicando o mesmo percentual de participação na União, Deputado Paulo Pimenta, significa que nós estamos propondo que o Governo, a partir de agora, para que iniciemos o primeiro ano da década do novo Plano Nacional de Educação, mantenha fora da meta do superavit o equivalente a 0,1% do PIB, que dá, em valores de 2012, 4,5 bilhões de investimentos em educação.

Tenho a absoluta convicção de que a bancada do PT, do PMDB, que os demais partidos, inclusive os da Oposição, que se unificaram na Comissão Especial do PNE pela meta de 10%, todos temos convicção de que investimento em educação é tão importante e estrutural quanto são os investimentos do PAC e do Programa Brasil Sem Miséria.

Então, concluo, defendendo, com as bancadas que estavam juntas há 15 dias na Comissão Especial do PNE – as bancadas do PT, do PMDB, do PTB, do PSB, do PR, do PP e dos demais partidos –, que mantenhamos essa lógica. O que estamos propondo é apenas que 10% do que vamos retirar da meta do superavit, que são os 45 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento, portanto, 4,5 bilhões de investimentos em educação, sejam mantidos fora da meta do superavit.

Não causa nenhum impacto orçamentário, não compromete a meta fiscal, não compromete a meta do superavit, até porque – encerro definitivamente –, de janeiro a abril deste ano, a meta prevista na LDO era de 29 bilhões, e nós executamos 16 bilhões acima da meta. Nós executamos 45 bilhões com a meta do superavit.

Portanto, para que sigamos construindo as condições de consolidação, na próxima década, das metas do Plano Nacional de Educação, que é tão importante e tão estratégico quanto o PAC e o Brasil Sem Miséria, apelo às bancadas que aprovemos juntos os 10% do PIB para a educação, para que aprovemos a retirada dos investimentos federais na educação da meta do superavit primário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao ilustre Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, para dar o parecer ao último destaque.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, em que pese o respeito pelo nobre Deputado Paulo Rubem Santiago, pela sua proposta, que vem ao encontro de todos nós, prioridade para a educação, sabemos que o Brasil, pela exploração do pré-sal, uma riqueza incomensurável descoberta pela PETROBRAS, que agora já está em fase de exploração através de fundo já criado, terá condições, sem dúvida alguma, de proporcionar à educação recursos essenciais para livrar o nosso País ainda dos reflexos de uma estrutura subdesenvolvida, que conduz à pobreza, à violência, à criminalidade.

De outro lado, a saúde, que é um ponto estratégico a ser cuidado por todos nós, e também a segurança pública, merece a mesma preocupação relacionada na emenda pelo Deputado Paulo Rubem Santiago.

Por isso, lamentavelmente, devido às condições que estamos vivendo em nosso País, onde a educação é prioridade e é uma das metas do Governo o aprimoramento da qualidade de ensino e da melhoria de toda a estrutura educacional do nosso País, não só no nível técnico, mas também no universitário e, principalmente, no fundamental, propomos que essa emenda seja rejeitada. A Constituição já garante recursos certos, determinados e permanentes.

Quanto ao nosso pré-sal, inclusive, tenho uma emenda, que está sendo discutida no Senado, para que 50% dos recursos do pré-sal sejam direcionados para a educação.

Então, sem dúvida alguma, é uma proposta que tem o apoio do PDT, do PCdoB e do PT no Senado Federal.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

Em votação.

Os Parlamentares da Câmara dos Deputados que concordam com o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares pela rejeição permaneçam como se acham. (Pausa.)

O parecer do Senador Antônio Carlos Valadares foi rejeitado, não vai ao Senado.

Senhores, concluímos a votação dos destaques. Agora vem o 271.

Votação em globo dos destaques.

Existe um Destaque, de nº 271, que teve o parecer favorável do Senador Antônio Carlos Valadares. Os demais destaques tiveram voto do Relator pela rejeição, com exceção dos destaques que foram objeto da análise em separado.

Portanto, a votação global prevê a rejeição de todos os destaques, com exceção do Destaque nº 271.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Senador Antônio Carlos Valadares pela aprovação do Destaque nº 271 e pela rejeição dos demais permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Segundo informação, é preciso primeiro a votação do Destaque nº 271.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, a rejeição de todos os demais. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Já foram rejeitados, não vão ao Senado.

Quero só fazer um registro aqui de agradecimento ao Sr. Orlando de Sá Cavalcante Neto, Consultor Geral de Orçamento do Senado Federal e, em nome dele, à Consultoria do Senado; ao José de Ribamar Pereira da Silva e à Ionara Oliveira Cardoso Oliveira Cruz, pelo trabalho incansável junto ao Senador Antônio Carlos Valadares; ao Sr. Ricardo Alberto Volpe e, em nome dele, agradecer a toda Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados; ao ilustre Senador Antônio Carlos Valadares; aos Coordenadores das bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Declaro aprovada a LDO e a sessão está encerrada. *(Palmas.)*

Ata da Décima Segunda Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ealizada em 7 e 8 de agosto de 2012.

Aos sete e oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 18. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; – Senadores titulares: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá e Vicentinho Alves; – Deputados Suplentes: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; – Senador Suplente: Mozarildo Cavalcanti. Deixaram de comparecer: – Deputados titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior e Waldenor Pereira; – Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas e um minuto, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. **AVISOS:** o Presidente comunicou que, em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 2012-CN, que "Dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura", Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização teve o seu número de vagas acrescido de um décimo em cada Casa do Congresso Nacional, passando de 31 para 34 deputados e de 11 para 12 o número de senadores, sendo que na Câmara dos Deputados as 3 vagas criadas serão destinadas ao Partido Social Democrático – PSD. Comunicou, ainda, que apesar da aplicação dessa Resolução, fica mantido o *quorum* para a abertura dos trabalhos, conforme *§ 1º do art. 134 da Resolução nº 01/2006-CN*, alterando-se, apenas, o *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, passando de 16 para 18 o número de deputados e de 6 para 7 o número de senadores *(art. 14 do Regimento Comum)*. Por último, lembrou que essa Resolução estará em vigor no período de 30/07/2012, data de sua publicação, até 31/01/2015. Após esse comunicado, o Presidente teceu comentários sobre a janela de tempo para que a Comissão realizasse suas votações, uma vez que, a partir do dia 13 de agosto, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem ter convoca-

ções alternadas, fato que inviabilizaria os trabalhos. O Senador Paulo Paim usou a palavra para expressar opiniões sobre esse mesmo tema. Às quinze horas e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião, convocando sua continuidade para 18h. Às dezoito horas e seis minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos e imediatamente determinou nova suspensão e continuação dos trabalhos para o dia seguinte, 8 de agosto, às 14h30. Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, às quinze horas e dois minutos, a reunião foi reaberta pelo Presidente em exercício, Deputado Augusto Coutinho. **ENCERRAMENTO:** em virtude da falta de acordo entre as Lideranças Partidárias, a reunião foi declarada encerrada às 15h03. Antes, porém, as reuniões extraordinárias convocadas para os dias 8 e 9 de agosto, às 18 e 10h respectivamente, foram canceladas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Deputados, não há número regimental para a abertura dos trabalhos. (Pausa.)

Corrigindo, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 12ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 18, de 2012.

Comunicado importante, especialmente para as senhoras e senhores da imprensa. Em virtude da promulgação da Resolução nº 1, de 2012, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a composição das Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54ª Legislatura, informo que esta Comissão teve o seu número de vagas acrescido de um décimo em cada Casa no Congresso Nacional, passando de 31 para 34 Deputados e de 11 para 12 o número de Senadores, sendo que na Câmara as vagas criadas serão destinadas ao Partido Social Democrático – PSD.

Comunico também que, apesar dessa resolução, fica mantido o *quorum* para abertura dos trabalhos, alterando-se apenas o *quorum* para deliberações nas representações da Câmara e do Senado. Na Câmara, o *quorum* de deliberação passa a ser de 18 Deputados e, no Senado, de 6 para 7, art. 14 do Regimento Comum.

Portanto, a partir de agora, o nosso *quorum* aumenta para 18 Deputados e 7 Senadores.

Lembro que essa resolução entrará em vigor no período compreendido entre 30 de julho de 2012 e 31 de janeiro de 2015. Portanto, é uma resolução específica para a 54ª Legislatura.

Agora, então, teremos uma composição de 68 Deputados e 24 Senadores, passando a ser esta uma Comissão composta por 92 integrantes, entre titulares e suplentes. Isso significa que teremos menos lugares à disposição da imprensa e das nossas assessorias, como, por exemplo, no dia de hoje. E peço às senhoras e senhores que respeitem esse fato.

Fizemos uma reunião do Colégio de Líderes...

Senador Paulo Paim, registro a presença de V.Exa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quero dizer que fizemos uma reunião de Líderes, ocasião em que lhes apresentei um relatório sintético sobre a situação atual dos empenhos e da execução de emendas. O Presidente Marco Maia, às 15 horas, tem uma reunião com os Líderes. Na medida em que o Presidente Marco Maia participou diretamente com os Líderes do Senado também da negociação ocorrida no período final do primeiro semestre, que culminou com a votação da LDO, foi entendimento nosso, tanto dos Líderes do Governo como dos da Oposição, o de que precisamos aguardar uma orientação do Presidente da Casa, juntamente com o Presidente do Senado, a respeito dos encaminhamentos.

Destaco aqui um detalhe importante: esta é a única convocação da Câmara e do Senado que foi feita no mesmo período. As demais convocações foram feitas em períodos alternados, o que significa que, se não ocorrer alguma mudança, nós não teremos mais em nenhum momento, até o período eleitoral, convocação conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado, o que por consequência inviabiliza a realização de reuniões da Comissão Mista de Orçamento e do Congresso Nacional.

Ilustre Senador, eu não sei se V.Exa. gostaria de fazer algum registro.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Só quero cumprimentar V.Exa. pelo trabalho, pelo esforço que vem fazendo, e dizer que fiquei muito contente pelo empenho de V.Exa. e do Relator no que tange à emenda que abre uma janela para que os aposentados e pensionistas, na Lei de Orçamento, tenham reajustes reais. Sei do empenho de V.Exa., o Relator também me falou, e hoje é fato, é real.

Então, meus cumprimentos pelo brilhantismo no trabalho que V.Exa. tem feito na Presidência desta que é a principal Comissão do Congresso Nacional.

Meus cumprimentos a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

A reunião está suspensa para ser retomada às 18 horas.

(É suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 12ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Suspendo a presente reunião e convoco outra para amanhã, às 14h30min.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Coutinho) – Declaro reiniciada a 12ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 18, de 2012.

Em virtude da inexistência de acordo para a aprovação das matérias constantes da pauta supracitada, encerro a presente reunião e cancelo as reuniões convocadas para hoje às 18 horas e amanhã às 10 horas.

Está encerrada a reunião.

Ata da Sexta Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 4 e 5 de setembro de 2012.

Aos quatro e cinco dias do mês de setembro de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 19. Durante esse período, verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: – Deputados titulares: Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Josias Gomes, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Wagner e Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves; – Senadores Titulares: Benedito de Lira e Vicentinho Alves; – Deputados Suplentes: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Osmar Serraglio, Vander Loubet e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer: – Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Zeca Dirceu. Tiveram a ausência justificada, em virtude de acordo para convocação em regime de esforço concentrado em ambas as Casas do Congresso Nacional, os seguintes Senadores: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. **ABERTURA:** às dezenove horas e cinco minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião, suspendendo-a imediatamente por haver Ordem do Dia em andamento na Câmara dos Deputados. A continuação da reunião foi marcada para o dia cinco de setembro às quatorze horas. No dia cinco de setembro, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta. A palavra foi passada ao Deputado Paulo Magalhães, o qual falou sobre a importância da votação dos créditos adicionais constantes da pauta da Comissão. Em seguida, o Presidente teceu comentários sobre o mesmo tema. **ENCERRAMENTO:** às quatorze horas e trinta e seis minutos o Presidente encerrou os trabalhos em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes, cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para o mesmo dia, 05 de setembro, quarta-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 19, de 2012.

Em virtude do início da Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados, suspendo a presente reunião extraordinária, antes convocando a sua continuação para as 14 horas de amanhã, neste Plenário.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 19, de 2012.

Antes de encaminhar a conclusão da reunião, coloco a palavra à disposição dos colegas.

Deputado Paulo Magalhães, algum registro, alguma coisa?

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES – Não, Sr. Presidente, apenas o registro da importância desta

reunião. A Casa deve convocar e conscientizar os seus membros da importância dos créditos a serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

Quero fazer um registro aqui, Deputados. Vários Ministérios têm entrado em contato conosco. Hoje pela manhã recebi uma ligação do Diretor-Geral do DNIT, o General Fraxe, que me informou que algumas obras terão de ser desmobilizadas porque o atraso na votação dos créditos impede novos empenhos de obras que estão em execução. Ontem conversei com o Secretário-Executivo do Ministério da Educação, que me relatou a dificuldade de fluxo de caixa dos recursos do FIES, programa importante de financiamento estudantil, e uma série de outras questões. A Marinha nos procurou, assim como o pessoal do Ministério do Desenvolvimento Social.

Estou bastante preocupado. Não temos, neste mês de setembro, uma semana em que ambas as Casas, tanto a Câmara quanto o Senado, estejam convocadas. Portanto, ao que tudo indica, não teremos, durante o mês de setembro, nenhuma reunião com quorum na Comissão. Entendo que a responsabilidade de garantir o quorum é das lideranças dos partidos, e estamos em uma situação bastante delicada. Lamento, mas, infelizmente, mais uma vez não temos quorum.

Em virtude da falta de quorum para deliberação nas representações da Câmara e do Senado, encerro a reunião, cancelando as reuniões convocadas para hoje, às 18 horas.

A reunião está encerrada.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

54ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 7ª Reunião Extraordinária realizada em 18 e 19 de setembro de 2012.

Nos dias dezoito e dezenove de setembro de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Durante esse período foi registrada a presença dos seguintes parlamentares: Deputados Titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Deputados Suplentes: Antonio Brito, Assis Carvalho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Marcos Rogério, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro e Sérgio Souza; Senadores Suplentes: Ana Rita, José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti e Tomás Correia. Deixaram de comparecer: Deputados: Aníbal Gomes, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, Laurez Moreira e Paulo Foletto; Senadores: Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** Às dezoito horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e doze, havendo número regimental, o senhor Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou abertos os trabalhos. Utilizou a palavra para falar das obras paralisadas em virtude da não votação dos créditos adicionais em pauta nesta Comissão e os problemas decorrentes disso. Às 18h37, suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião para o dia 19 de setembro às 11h, no Plenário 4, anexo II, da Câmara dos Deputados. Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezenove de setembro a reunião foi reiniciada. Os Deputados Arnaldo Jardim e Felipe Maia levantaram questão de ordem sobre o quórum para deliberação na representação do Senado Federal, alegando que os Senadores Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti eram titular e suplente do PTB respectivamente, havendo, assim, dupla contagem para efeitos de quórum. Em resposta, o Presidente leu o Ofício GLPMDB Nº 305/2012, assinado pelo Senador Renan Calheiros, o qual designava o Senador Mozarildo Cavalcanti para a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC). Dessa forma, considerou a questão de ordem resolvida. Na sequência, informou haver quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 11ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11/7/2012; 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17/7/2012; 12ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8/8/2012 e 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 4 e 5/9/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura das Atas, porém o Deputado Felipe Maia solicitou que elas fossem lidas. O Deputado Zeca Dirceu foi convidado para fazê-lo. Durante a leitura, às 12h01, a Reunião foi suspensa pelo Presidente devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. A continuação foi convocada para o período subsequente ao término da Ordem do Dia. Às 12h35 a Reunião foi reiniciada e a leitura das

Atas retomada. Após a leitura, os seguintes parlamentares, inscritos para debate, nesta ordem, fizeram uso da palavra: Deputado Felipe Maia, Senador José Pimentel, Senador Sérgio Souza, Deputado João Paulo Lima, Senador Armando Monteiro, Deputado Leonardo Monteiro, Deputado Waldenor Pereira, Senadora Ana Rita, Deputado Josias Gomes, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Marcos Rogério e Deputado Paulo Rubem Santiago. Após pronunciamento dos inscritos para debate, o Presidente procedeu à votação das Atas na representação da Câmara dos Deputados. Contudo, o Deputado Ronaldo Caiado, Vice-Líder do DEM, solicitou verificação da votação. A Deputada Cida Borghetti realizou a chamada para votação nominal dos parlamentares. O resultado proclamado foi o seguinte: VOTOS SIM: Pelo PT, Deputados João Paulo Lima, Josias Gomes, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu e Cláudio Puty; Pelo PMDB, Deputados Eliseu Padilha, Leandro Vilela e Lúcio Vieira Lima; Pelo PP, Deputados João Leão, Renato Molling e Cida Borghetti; Pelo PSD, Deputado Eduardo Sciarra; Pelo PR, Deputado João Maia; Pelo PDT, Deputados Paulo Rubem Santiago e Marcos Rogério; Pelo PSC Deputado Leonardo Gadelha. Total de votos SIM: 16. Não foram computados votos NÃO. O DEM declarou-se em obstrução. Após a proclamação do resultado, o Presidente declarou não haver número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e suspendeu a Reunião às 13h10 e convocou a continuação para 14h. Às 14h47 a Reunião foi reiniciada. O Presidente teceu comentários sobre questões regimentais e, por não haver quórum nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, declarou que encerraria a Reunião. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 14h52. Antes, porém, cancelou as reuniões previamente convocadas para este dia 19 de setembro de 2012, quarta-feira, às 18 e 20h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a sétima reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 20, de 2012.

Em virtude da inexistência de quorum para deliberação nas representações da Câmara e do Senado, vou suspender a presente reunião. Convoco a continuação desta reunião extraordinária para dia 19 de setembro, quarta-feira, às 11 horas, no Plenário 4.

Quero comunicar às senhoras e aos senhores que tenho recebido vários representantes de Ministérios, Ministros, presidentes de empresas, em função das consequências para o funcionamento dessas instituições da não votação dos créditos suplementares na Casa. Quero dar conhecimento aos senhores e às senhoras de que nós já temos obras paralisadas, equipes desmobilizadas, com demissão de servidores, em obras tanto do Ministério dos Transportes quanto do Ministério da Integração, pela impossibilidade de empenho dos recursos de obras que estão sendo executadas.

Quero comunicar também aos senhores e às senhoras que o programa de Financiamento Estudantil, FIES, está sem condições de manter o seu ritmo de contratações, porque não há recursos, em função da não votação dos créditos.

Quero comunicar aos senhores e às senhoras que entrou em contato comigo hoje o Vice-Presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias. Também no Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social, programas de incentivo à indústria nacional e programas de incentivo à exportação estão sendo comprometidos pelo fato de que esta Casa não vota créditos há meses, portanto inviabiliza a execução de programas, de projetos, de obras, de investimentos, provocando demissões e atrasos em obras e impedindo cronogramas de execução de obras e de investimentos no País.

Amanhã nós teremos uma última oportunidade. Se não votarmos alguns créditos amanhã, estaremos criando problemas praticamente irreversíveis. Uma obra que é desmobilizada tem um custo muito alto, e as empresas não podem mais suportar o atraso pela impossibilidade de empenhos.

Portanto, quero dar conhecimento a todos os integrantes desta Comissão, da Câmara e do Senado, e a seus respectivos partidos das consequências para o País da falta de pleno funcionamento desta Comissão, especialmente com relação à votação dos créditos. Se nós não tivermos condições de enfrentar isso amanhã, pretendo inclusive solicitar aos Ministérios uma relação, para que nós possamos dar conhecimento à sociedade das consequências que está gerando para o País essa situação que estamos vivendo aqui na Comissão.

Como Presidente, é meu dever institucional fazer com que as reuniões ocorram. A reunião está marcada para amanhã, e eu espero que todos os partidos da Casa, da Câmara e do Senado, tenham noção do que ocorrerá se nós não tivermos *quorum* para deliberação amanhã.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e Senhores, declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 20, de 2012.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há quorum para deliberação da representação da Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já vou lhe dar a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – É sobre o quorum. V.Exa. não pode seguir adiante antes que me de a possibilidade de questionar o quorum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, eu solicito o cancelamento da reunião por inexistência de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Inexistência de quorum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Exatamente, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem quorum? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente eu peço a conferência do quorum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está conferido o quorum. Eu preciso de seis Deputados e dois Senadores para abrir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, para que nós tenhamos o processo de deliberação, nós precisamos de... Eu posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O senhor pode falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Então, por favor, permita que eu fale, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou lhe dar a palavra, mas estou lhe dizendo que há quorum, não há nenhuma dúvida sobre isso. No momento da deliberação V.Exa. terá a prerrogativa de questionar.

Neste momento, para abrir a reunião, cabe ao Presidente observar a presença dos seis Deputados e dois Senadores que estão presentes, portanto, não há nenhuma dúvida por parte desta Presidência de que há quorum para abrir a reunião. Portanto, V.Exa. pode colocar a sua questão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, eu questiono a existência de quorum para deliberação. Peço a V.Exa. que, no momento de qualquer entrada de processo de deliberação, já registre o meu pedido de verificação de quorum para deliberação nesta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, para aditar a questão de ordem do Deputado Arnaldo Jardim, é o seguinte: são 11h33min, regimentalmente V.Exa. tem meia hora para dar quorum para deliberação. Se algum Senador chegar neste momento, não vale. Que fique registrado que neste momento V.Exa. não tem quorum mínimo para deliberar de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu tenho quorum para deliberar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para abrir, deliberar não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para deliberar também.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Também não. Porque V.Exa. tem assinatura no livro de dois Deputados da bancada do PTB, titular e suplentes, dois Senadores, só pode ter um, tem dois. Ou seja, o Senador Armando Monteiro assinou e o Senador Mozarildo assinou. Ou seja, V.Exa. não tem quorum para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Essa a questão de ordem que V.Exa. quer levantar?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Às 11h34min, passado meia hora do início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Eu quero explicar a V.Exa. que o Senador Mozarildo está como integrante desta Comissão, não mais como suplente do Bloco do PTB, mas sim como suplente do Bloco da Maioria.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Cadê o ofício?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. aguarde alguns segundos que foi solicitado na Secretaria a cópia do ofício.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Esta Comissão tem que ter conhecimento deste ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Já foi solicitado. Então, se esta é a questão de ordem de V.Exa...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu gostaria de ver o ofício, Sr. Presidente. São11h34min, e se o ofício vai chegar, ele está chegando fora do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O ofício está aí, V.Exa. pode ficar...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Aqui aonde? Sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Secretaria da Mesa. Já foi solicitado. Esta questão de ordem está resolvida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Outra questão de ordem, Deputado? A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. não só nos permitisse e nos desse acesso ao conjunto da Comissão, porque eu tenho certeza de que o conjunto da Comissão não tem só um espírito governista aqui. Tem o espírito de zelar pela prerrogativa do Parlamento, pelas atribuições da Comissão, belo bom funcionamento, senão todos estariam envergonhados em simplesmente ficar aguardando um momento, visto que o quorum para abertura já existe há muito tempo, e V.Exa. retardou o início dos trabalhos da Comissão exatamente para que a constituição do quorum deliberativo pudesse, na interpretação de V.Exa., ocorrer. Então, eu requisito que a cópia nos seja entregue e com o protocolo identificando o horário deste momento.

Sr. Presidente, o apelo vai além disso. Esta Comissão constitui-se, e esta Comissão vai entrar agora num momento mais decisivo, que é o debate do Orçamento, pelas regras regimentais, e nós vamos ser zelosos com relação a isso, e se orienta também por acordos políticos que se constroem. E todos estão perfeitamente conscientes de que a disposição do Governo de hoje usar o esforço extraordinário, que faz com que Deputados e Senadores mudem a sua qualificação dentro da Comissão, para tentar de qualquer forma buscar atingir o quorum e deliberar sobre matérias é atropelar sem nenhuma justificativa, de uma forma unilateral, um acordo constituído aqui.

Eu vejo aqui pessoas que tem vasta experiência no Parlamento, pessoas que já tiveram inclusive cargos diretivos, ex-Ministros aqui presentes. Nós assistirmos uma coisa deste teor, em que se busca atropelar, ferindo a regra básica do Parlamento, é o que certamente V.Exa. vai zelar para que, já que não conseguiu dar sequencia ao acordo político feito, para que pelo menos as regras regimentais sejam rigorosamente cumpridas.

A solicitação é o ofício com protocolo de entrada e horário determinado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, só um momento. Estou com o ofício aqui, se S.Exa. quiser, providencie cópia. O ofício data do dia 18 de setembro, o original recebido pela Presidência do Senado é das 18h04min, portanto, isso ocorreu ontem. Esse encaminhamento é todo feito pela Secretaria– Geral do Senado, é uma questão absolutamente normal cedência dos partidos de suplência, ocorre com frequência em qualquer Comissão, e a questão de ordem está resolvida.

Se V.Exas. discordarem da posição do Presidente, V.Exas. têm a prerrogativa regimental de recorrer à Comissão de Constituição e Justiça da minha decisão.

Há quorum para deliberação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não dispenso a leitura da ata não, Sr. Presidente. Eu peço que sejam lidas individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito ao Deputado Zeca Dirceu que possa me auxiliar na leitura.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – **O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** procederá

à leitura da ata.

É lido o seguinte:

> "Aos dez e onze dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta 16. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: Deputados titulares: Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro (...)"

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu já me inscrevo para debater essa... Vai ser lido individualmente, não é? (Pausa.) Mas porque V.Exa. não vai ler ao todo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, por gentileza, o outro Deputado está lendo a ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA– Eu sei, Deputado, mas eu pergunto a V.Exa. se vai...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

> "(...) Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja,

Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves, Zeca Dirceu; Senadores titulares: Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias. Deputados Suplentes: Antonio Brito, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão (...)"

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, eu já me inscrevo para debater essa... Vai ser lido individualmente, não é? (Pausa.)

Mas porque V.Exa. não vai ler ao todo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, por gentileza, o outro Deputado está lendo a ata.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Eu sei, Deputado, mas eu pergunto a V.Exa. se vai...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

"(...) Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Marcos Rogério, Nelson Marquezelli, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; Senadores Suplentes: Ana Rita, Ângela Portela, Antonio Russo, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza. Parlamentares não membros presentes: Claudio Cajado, Gilmar Machado, Ronaldo Caiado, Vilson Covatti, Weliton Prado. Deixaram de comparecer: Deputados titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, João Leão, Laurez Moreira, Paulo Rubem Santiago e Ratinho Junior; Senador titular: Sérgio Petecão. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia dez de julho, havendo número regimental para deliberação, de acordo com o art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos e anunciou a imediata suspensão, com a continuação da reunião dentro do prazo de 30 minutos, em virtude da necessidade de negociação para votação dos itens da pauta. Às quinze horas e vinte e quatro minutos a reunião foi reaberta. O Presidente anunciou nova suspensão dos trabalhos. Convocou a continuação para as 20h e solicitou que até lá os parlamentares dispostos a apresentar destaques negociassem com o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, Senador Antônio Carlos Valadares e o Deputado Gilmar Machado, visando ao melhor andamento dos trabalhos. Usaram da palavra os Deputados Gilmar Machado – solicitou apresentação dos destaques para o Relator do PLDO até às 20h, Toninho Pinheiro – pediu orientações sobre apresentação de destaques, e Waldir Maranhão – informou que a bancada do PP está à disposição para colaborar com análise dos destaques relativos ao PLDO. Às quinze horas e vinte e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião. Às vinte horas e onze minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou reiniciados os trabalhos e anunciou nova suspensão, durante o período de 10 minutos, para a chegada de alguns Líderes. Às vinte horas e trinta minutos, o Presidente retomou os trabalhos. Apreciação das Atas das seguintes reuniões: 9ª Reunião Ordinária, em 26/06/2012; 4ª Reunião Extraordinária, em 27/06/2012 e 10ª Reunião Ordinária, em 03/07/2012. Ao questionar o Plenário sobre a dispensa da leitura das Atas, o Deputado Felipe Maia solicitou que elas fossem lidas. O Deputado Vanderlei Siraque foi convidado pelo Presidente para lê-las. Ao término da leitura, o Presidente abriu a discussão. Contudo, os Deputados Ronaldo Caiado e Felipe Maia solicitaram a suspensão da reunião antes que as Atas fossem discutidas. O Deputado Duarte Nogueira questionou o Presidente sobre qual rito ele tomaria para a reunião. Em resposta, o Presidente afirmou que a sequência da reunião seria a conclusão da análise das Atas, dar conhecimento sobre o recebimento do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, e suspensão dos trabalhos. Apesar da concordância do Deputado Felipe Maia, o Deputado Ronaldo Caiado alegou não querer a discussão das Atas. Seguindo, o Presidente reafirmou sua intenção de dar conhecimento à Comissão sobre recebimento do relatório do CAE. Dessa forma, o Deputado Ronaldo Caiado solicitou a discussão das Atas e declarou-se em obstrução. O Presidente, a pedido do Deputado Duarte Nogueira, repetiu o rito que seguiria para o andamento da reunião. Após isso, fizeram uso da palavra os Deputados Toninho Pinheiro – discursou sobre a falta de recursos para a área da saúde, Deputado Giovanni Queiroz – manifestou-se solidário à oposição, e o Senador Flexa Ribeiro – declarou insatisfação em relação ao cumprimento de acordos por parte do Governo. Na sequência, o Presidente retomou a discussão das Atas. Não houve quem as quisesse discutir e elas foram aprovadas por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. AVISOS: o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, informou que no dia 4 de julho, às 20h45min, foi disponibilizado na Internet o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, coordenado pelo Deputado Marcus Pestana do PSDB/MG e que no dia 10 de julho, às 20h, foi entregue um adendo ao relatório do CAE relativo ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao PLN nº 3, de 2012, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. Às vinte e uma horas e nove minutos, a reunião foi suspensa pelo Presidente, que antes da suspensão convocou a continuação da reunião para o dia 11 de julho de 2012,

às 14h30min. Aos onze dias do mês de julho de dois mil e doze, às quatorze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou reaberta a reunião, com consequente suspensão até às 15h. Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, a reunião foi reaberta pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta. Foi levantada Questão de Ordem pelo Deputado Ronaldo Caiado sobre a continuidade da reunião, uma vez que havia andamento da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Assim, a reunião foi suspensa, pelo Presidente, às 16h24, com reinício previsto para o período subsequente ao término da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. Às vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reiniciou os trabalhos. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e às lideranças partidárias nesta data. ORDEM DO DIA: o Deputado Ronaldo Caiado pediu o encerramento da reunião por não haver quorum regimental para deliberação. Na sequência, o Deputado Duarte Nogueira teceu esclarecimentos a respeito dos quoruns definidos para deliberação e abertura da reunião. Também fez uso da palavra o Senador Antônio Carlos Valadares para comentar sobre a elaboração do Relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO. Foi apresentado requerimento para inversão de pauta, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, solicitando que o Item 4, Relatório ao Projeto de Lei nº03/2012-CN – PLDO, fosse o primeiro a ser apreciado. Em discussão, apenas o Deputado Giovanni Queiroz fez manifestações. Em votação na representação da Câmara dos Deputados, PSDB, DEM, PV, PPS e PDT declararam-se em obstrução. Proclamado o resultado da votação na Câmara dos Deputados, o Deputado Ronaldo Caiado, Líder do DEM, solicitou verificação de votação, apoiado pelo Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, amparados no art. 136 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. O Presidente designou o Deputado Cláudio Puty para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizando a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal. Votaram SIM os Deputados: Aníbal Gomes, Antonio Brito, Cida Borghetti, Cláudio Puty, Edio Lopes, Hugo Motta, Jaime Martins, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Osmar Serraglio, Renato Molling e Waldenor Pereira. Total de votos SIM: 13; total de votantes: 13. Após a verificação da votação, considerou-se não haver quorum necessário para apreciação na Câmara dos Deputados, razão pela qual o Deputado Ronaldo Caiado pediu o encerramento da reunião e teve sua solicitação atendida pelo Presidente. ENCERRAMENTO: a reunião foi encerrada pelo Presidente às 20h20, o qual, antes, reiterou realização de reunião extraordinária marcada para o dia 12 de julho de 2012, às 11h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02, da Câmara (...)"

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Sr. Presidente, o Deputado Zeca Dirceu terminou de ler uma ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já existe uma jurisprudência de decisão desta Presidência que as atas serão discutidas em bloco.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM – Serão discutidas em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já tem uma jurisprudência. É decisão minha.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – .

"(...) com o objetivo de apreciar a Pauta nº 17. Verificou-se a presença dos seguintes Parlamentares: (...)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, ninguém tem cópia da ata...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

(...) Deputados titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra (...)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Por favor, peça para o leitor respeitar esta Comissão e parar de ler. V.Exa. tem que pedir para o Deputado Zeca Dirceu respeitar esta Comissão, porque ninguém tem cópia da ata. Eu não posso confiar na leitura dele.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Quem está faltando com respeito aqui é V.Exa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. não para de falar quando um Deputado está falando. Ora, respeite-me V.Exa.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Você...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Você, não. V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Me respeite e abaixe o dedo, que não é necessário.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Abaixe o dedo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, eu vou conduzir esta reunião aqui da maneira mais correta possível. Não cabe ao Deputado Zeca Dirceu distribuir ata para ninguém. Se as atas não foram distribuídas, vamos providenciar à Secretaria para que elas sejam distribuídas. Não é de responsabilidade de um Parlamentar, que eu convidei para ler a ata, distribuir ata para ninguém. Eu vou distribuir. A Secretaria está providenciando. Nós vamos manter, do ponto de vista regimental, o tratamento adequado entre os Parlamentares. V.Exa., só um minutinho, aguarde que as atas estão sendo distribuídas. Pessoal do som, está havendo um eco aqui. Tudo já está resolvido.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Peço que V.Exa. aguarde a distribuição das atas. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está faltando uma ata? Deputado, pode retomar a leitura. Por gentileza, desliguem os microfones aí, pessoal. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

(...) Roberto de Lucena, Sandra Rosado, Toninho Pereira, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão. Senadores suplentes: Ana Rita, Angela Portela, Mozarildo Cavalcanti e Sérgio Souza. Parlamentares não membros presentes: Deputado João Dado e Senador Eduardo Suplicy. Deixaram de comparecer: Deputados Aníbal Gomes, Cida Borghetti, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Ratinho Júnior, e Reinaldo Azambuja; Senadores: Armando Monteiro, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Welington Dias. ABERTURA: às dez horas e trinta e dois minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião, suspendendo-a imediatamente por haver Ordem do Dia em andamento na Câmara dos Deputados. A continuação da reunião foi marcada para o período subsequente ao seu encerramento. Às onze horas e cinquenta e três minutos, o Presidente reiniciou os trabalhos, informando não haver quorum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme o art. 288 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 48 da Constituição Federal. O Presidente anunciou que houve acordo, em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, para apreciação das seguintes matérias: primeiro seria apreciado o relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, na sequência o Relatório ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN-PLDO e, e finalizando os trabalhos seriam analisados os relatórios aos Projetos de Lei nºs 1, 4 e 16. ORDEM DO DIA: Requerimento de inversão de pauta solicitando que o Item 4, Relatório e Adendo do CAE sobre o exame da admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 3/ 2012-CN, fosse o primeiro a ser apreciado. Em discussão, o Requerimento foi apresentado pelo autor, Deputado Marcus Pestana, o qual foi elogiado pelo Deputado Duarte Nogueira e pelo Presidente pelo seu trabalho à frente do CAE. Não houve quem quisesse discutir. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 4 – Relatório e Adendo apresentados pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, sobre o exame de admissibilidade das emendas parlamentares ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, Coordenador, Deputado Marcus Pestana. Voto: favorável às emendas admitidas na forma acatada pelo Relator, com indicação pela inadmissibilidade das Emendas nºs 60010001, 0010002 e 60130004 (...)"

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

> "(...) O Coordenador apresentou o Relatório e o Adendo. Não houve discussão. Em votação, o Relatório (...)"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Deu *quorum* no Plenário, Sr. Presidente. Eu solicito a V.Exa. que suspenda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foi aberta a Ordem do Dia?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Foi aberta a Ordem do Dia. V.Exa. pode verificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, não houve nenhuma comunicação oficial. Pode continuar, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu peço a V.Exa. que fique atento porque se não estão ainda avisando, dentro de 1 minuto vão avisar. Eu só peço a V.Exa. que fique atento. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

> *(...) e o requerimento foi aprovado por unanimidade das representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Relatório ao*

Projeto de Lei nº 3, de 2012, CN, que 'Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências'. Relator: Senador Antônio Carlos Valadares. Foram apresentadas 4.122 emendas. Voto: favorável, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.122 emendas apresentadas, ofereceu voto pela aprovação de 451, pela aprovação parcial de 1.114 e pela rejeição das demais. O Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, apresentou seu Relatório. Na sequência, o Presidente da Comissão abriu a discussão e informou que o prazo para a entrega dos destaques estava aberto. Informou, ainda, que votaria, após a discussão, o Relatório, o Adendo e a Errata, ressalvados os destaques. Estes seriam analisados pelo Relator e; enquanto isso, haveria a apreciação dos Relatórios aos Projetos de Lei nº 1, 4 e 16. Os destaques seriam posteriormente votados. Discutiram a matéria o Senador Flexa Ribeiro e os Deputados Marcus Pestana, Toninho Pinheiro, Paulo Rubem Santiago, Zeca Dirceu, Giovanni Queiroz, Felipe Maia, Duarte Nogueira e Leandro Vilela. Durante a discussão, às 12h48, o Senador Cássio Cunha Lima assumiu a Presidência e a entregou ao Deputado Paulo Pimenta às 13h02. A discussão, bem como o prazo para entrega dos destaques, foram encerrados às 13h22. Em votação, o Relatório, o Adendo e a Errata foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvados os destaques. Após a votação, o Senador Eduardo Suplicy fez uso da palavra e teceu comentários sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Senador Cássio Cunha Lima retornou à Presidência às 13h25. Requerimento de inversão de pauta solicitando que o Item 6, Projeto de Lei nº 01/2012-CN, fosse apreciado imediatamente. Não houve discussão. O Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 6 – Relatório ao Projeto de Lei nº 1/2012-CN, que 'Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do órgão dos Poderes Legislativos e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor global de R$ 1000.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências. Relator: Deputado Josias Gomes. Foram apresentadas 3 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas. Apenas o Deputado João Dado discutiu a matéria. O Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Requerimento de inversão de pauta, solicitando que o Item 7 – Projeto de Lei nº 4/2012-CN, fosse analisado imediatamente. Não houve discussão. O Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 7 – Relatório ao Projeto de Lei nº 4/2012-CN, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 1.355.000.000,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e cinco milhões de reais), para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente'. Relator: Deputado Eliseu Padilha. Não foram apresentadas emendas. Voto: Favorável, nos termos do projeto. Não houve discussão. O Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento de inclusão de pauta, solicitando a análise imediata do Projeto de Lei nº 16/2012-CN. Não havendo discussão. O Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta: Relatório do Projeto de Lei nº 16/2012-CN, que 'Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 93.045.987,00 (noventa e três milhões, quarenta e cinco mil e novecentos e oitenta e sete reais), para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Relator: Deputado Felipe Maia. Foram apresentadas 6 emendas. Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 6 emendas apresentadas. Não houve discussão. O Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Na sequência, o Presidente propôs a apreciação do Ofício Conjunto n.º 3/2012/Coff/Conorf. O Deputado Felipe Maia solicitou tempo para analisar a matéria e, tendo completado a sua análise, não se opôs à apreciação. O Deputado Duarte Nogueira também confirmou não se opor. Ofício Conjunto n.º 3/2012/Coff/Conorf,

de 05 de julho, que propõe a 'Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei de Plano Plurianual 2012– 2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012)" – Errata ao PPA 2012-2015. Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD. Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle/SF. O Ofício foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Após isso, fizeram uso da palavra os Deputados Vanderlei Siraque, Paulo Rubem Santiago, Waldenor Pereira, Cláudio Puty, Leonardo Gadelha, Paulo Rubem Santiago e Waldir Maranhão e o Senador Sérgio Souza, em debate que teve como tema central aspectos relacionados ao orçamento público. Durante esse período, o Senador Cássio Cunha Lima sentou-se à Presidência da Comissão às 14h05 e devolveu o lugar ao Deputado Paulo Pimenta às 14h15. Este, ainda durante o debate acima citado, registrou agradecimentos aos servidores e funcionários da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO pelo trabalho realizado durante ciclo de aprovação do PLDO. Na sequência da reunião, o Presidente anunciou que votaria os 352 destaques em bloco, com exceção dos seguintes, os quais tiveram solicitação dos autores para votação em separado. Antes, porém, o Deputado Duarte Nogueira levantou Questão de Ordem solicitando que o Plenário conhecesse a opinião do Relator sobre os destaques apresentados. Destaque 1, do Deputado Duarte Nogueira, à Emenda 2183.0018, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Marcos Rogério, Giovanni Queiroz, Professora Dorinha Seabra Rezende, Paulo Wagner, Wandelkolk Gonçalves, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque 2, do Deputado Duarte Nogueira, à Emenda 2183.0016, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Marcos Rogério, Giovanni Queiroz, Professora Dorinha Seabra Rezende, Duarte Nogueira, Paulo Wagner, Wandenkolk Gonçalves, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque 99, do Deputado Felipe Maia, à Emenda 2448.0013, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados, com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Destaque 125, do Senador Romero Jucá, à Emenda 2370.0006, do Deputado Édio Lopes. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi aprovado, com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Felipe Maia. Destaque 189, do Deputado João Dado, à Emenda 5017.0002, da Comissão de Finanças e Tributação/CD. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago e Marcos Rogério. Destaque 270, do Senador Flexa Ribeiro, à Emenda 2091.0051, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Resende, Felipe Maia, Duarte Nogueira, Paulo Rubem Santiago. Destaque 275, do Deputado Paulo Rubem Santiago, à Emenda 1297.0001, do mesmo autor. Voto do Relator: pela rejeição. O destaque foi rejeitado com votos contrários dos Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, Paulo Rubem Santiago, Marcos Rogério e Waldir Maranhão. Proposta do Presidente para votação dos destaques em globo, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente, foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator pela aprovação: 271, do Deputado João Leão, à Emenda 1277.0003, do Deputado Wellington Roberto. Aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques com voto do Relator pela rejeição: 3 a 98, 100 a 124, 126 a 188, 190 a 269 e 271 a 352. Em votação em globo: os destaques foram rejeitados na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme dispõe o

§ 1º do art. 43 do Regimento Comum. ENCERRAMENTO: às quinze horas e quarenta e seis minutos, o Presidente declarou a aprovado o PLDO e encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

"Aos sete e oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02, da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 18. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes Parlamentares: Deputados titulares: Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu. Senadores titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Wellington Dias. Deputados suplentes: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Jaime Martins, Leonardo Gadelha, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vanderlei Siraque. Senador suplente: Mozarildo Cavalcanti. Deixaram de comparecer os Deputados titulares: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Ratinho Junior, Waldenor Pereira. Senadores titulares: Antônio Carlos Valadares, Sérgio Petecão, Wellington Dias. Abertura: às quinze horas e um minuto, havendo número regimental para abertura, de acordo com o art. 134 da Resolução nº1, de 2006 (...)"

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão, Deputado?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, a questão de ordem é que começou a Ordem do Dia. Está anunciada na Mesa de V.Exa. Eu peço que V.Exa. encerre a reunião, para que não seja considerada nula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Suspendo a reunião, para que possamos aguardar a conclusão da Ordem do Dia.

(Não identificado) – Não começou a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Oficialmente... Está piscando aqui.

A reunião está suspensa.

(Não identificado) – E V.Exa. a convoca para que hora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Assim que for concluída a Ordem do Dia, imediatamente recomeçará a reunião. (Pausa.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, em função do encerramento da Ordem do Dia, vamos retomar a leitura da ata do ponto em que estava.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU –

"(*...) Comissões Mistas do Congresso Nacional na 54º Legislatura'. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização teve o seu número de vagas acrescido de um décimo de cada Casa do Congresso Nacional, passando de 31 para 34 Deputados e de 11 para 12 o número de Senadores, sendo que, na Câmara dos Deputados, as 3 vagas criadas serão destinadas ao Partido Social Democrático – PSD. Comunicou, ainda, que apesar da aplicação dessa Resolução, fica mantido o quorum para a abertura dos trabalhos, conforme § 1º do art. 134 da Resolução nº 01/2006-CN, alterando-se, apenas, o quorum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, passando de 16 para 18 o número de Deputados e de 6 para 7 o número de Senadores (art. 14 do Regimento Comum) Por último, lembrou que essa Resolução estará em vigor no período de 30/07/2012, data de sua publicação, até 31/01/2015. Após esse comunicado, o Presidente teceu comentários sobre a janela de tempo para que a Comissão realizasse suas votações, uma vez que, a partir do dia 13 de agosto, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal devem ter convocações alternadas, fato que inviabilizaria os trabalhos. O Senador Paulo Paim usou a palavra para expressar opiniões sobre esse mesmo tema. Às quinze horas e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião, convocando sua continuidade para 18h. Às dezoito horas e seis minutos, o Presi-*

dente reiniciou os trabalhos e imediatamente determinou nova suspensão e continuação dos trabalhos para o dia seguinte, 8 de agosto, às 14h30. Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e doze, às quinze horas e dois minutos, a reunião foi reaberta pelo Presidente em exercício, Deputado Augusto Coutinho. Encerramento: em virtude da falta de acordo entre as Lideranças Partidárias, a reunião foi declarada encerrada às 15h03. Antes, porém, as reuniões extraordinárias convocadas para os dias 8 e 9 de agosto, às 18 e 10h respectivamente, foram canceladas. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata."

Há mais uma:

"*Aos quatro e cinco dias do mês de setembro de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 19. Durante esse período, verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: Deputados titulares: Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Josias Gomes, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Wagner e Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves; Senadores Titulares: Benedito de Lira e Vicentinho Alves; Deputados Suplentes: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Félix Mendonça Júnior, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Osmar Serraglio, Vander Loubet e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer: Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ratinho Junior, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Zeca Dirceu. Tiveram a ausência justificada, em virtude de acordo para convocação em regime de esforço concentrado em ambas as Casas do Congresso Nacional, os seguintes Senadores: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Wellington Dias. ABERTURA: às dezenove horas e cinco minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião, suspendendo-a imediatamente por haver Ordem do Dia em andamento na Câmara dos Deputados. A continuação da reunião foi marcada para o dia cinco de setembro às quatorze horas. No dia cinco de setembro, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta. A palavra foi passada ao Deputado Paulo Magalhães, o qual falou sobre a importância da votação dos créditos adicionais constantes da pauta da Comissão. Em seguida, o Presidente teceu comentários sobre o mesmo tema. ENCERRAMENTO: às quatorze horas e trinta e seis minutos o Presidente encerrou os trabalhos em virtude da inexistência de quorum regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Antes, cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para o mesmo dia, 05 de setembro, quarta-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata.*"

Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

Deputado Felipe Maia, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, inicialmente quero dizer da minha insatisfação em fazer parte desta Comissão. É lamentável! Existe o patamar ou o pilar básico de uma democracia.

Eu já fui Governo, eu já fui Oposição. No meu Estado, já estive no Governo e na Oposição. Coisas fundamentais na democracia e no regime político são a palavra, o compromisso, a honra e o respeito.

Neste momento, nós voltamos aqui a nos reunir com a honra e a palavra quebradas. Eu diria que foi quebrada a palavra do Governo, porque toda a imprensa noticiou um acordo feito antes do recesso. Desculpe-me, mas V.Exa. era o fiador desse acordo, juntamente com o Presidente desta Casa, Deputado Marco Maia, que, em contato com o Palácio do Planalto, tomou

um compromisso e fez um acordo em seu nome para o cumprimento de algumas diretrizes orçamentárias.

O fato é que, até a presente data, o Palácio do Planalto tem ignorado solenemente esse acordo, assim como a Presidência desta Comissão e todos os seus membros.

Eu não quero botar em V.Exa. a responsabilidade. Eu a boto em todos os membros que estão aqui, atendendo a uma convocação do Governo Federal e fazendo um papel não muito nobre, porque, assim como os partidos da Oposição não estão sendo respeitados, eu tenho notícia de que os partidos da base do Governo também não estão sendo respeitados.

Então, eu acho muito complicado nos debruçarmos sobre qualquer matéria, diante de um Governo que não respeita esta Comissão, que não tem palavra e que muito menos expõe o Presidente da Comissão, o Deputado Paulo Pimenta, e, mais ainda, o Presidente desta Casa, Deputado Marcos Maia, para botar o seu quorum para votar medidas eleitoreiras, de que eu falarei aqui em momento oportuno.

Não adianta nós aprovarmos medidas provisórias ou PLNs que deveriam ter sido empenhados e aprovados nas nossas emendas parlamentares. Na verdade, está havendo uma interferência, não apenas pela edição de medidas provisórias que não são urgentes e relevantes, como também pela aquisição de bens e serviços que deveriam ser colocados e empenhados pelos Deputados e Senadores que fazem parte desta Comissão.

Ao ocupar este momento da discussão da ata, eu acho que, mais importante do que me debruçar sobre um erro ou outro, é eu me debruçar sobre algo maior: a palavra dada e a falta da palavra cumprida. A forma de se fazer democracia é com respeito às Oposições. Se existe tratamento de indiferença aos partidos da Oposição – e aqui eu tenho certeza de que também falo por alguns Deputados da base do Governo –, eu não sinto clima para nos debruçarmos sobre qualquer matéria. Eu acho que há uma insegurança regimental, uma insegurança jurídica e uma insegurança de tratamento entre as partes.

Então, atendendo a V.Exa., que já sinaliza, dizendo que o meu tempo se encerrou, eu quero deixar aqui o meu protesto e, mais do que isso, o meu ponto de vista em relação a todos os últimos fatos ocorridos nesta Comissão. A falta de deliberação, de forma nenhuma, é responsabilidade de V.Exa. A responsabilidade é, sim – e V.Exa. tem que jogá-la integralmente –, do Palácio do Planalto, responsável por não termos paz para analisar a pauta e votar as matérias de imediato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. quer se inscrever?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou inscrever V.Exa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador José Pimentel.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, estamos discutindo a ata. Eu estou de acordo com o seu teor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento importante no Brasil. Sabemos que as Casas, tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados, vivem momento de esforço concentrado. Esta semana é o esforço concentrado da Câmara. No Senado, alguns, principalmente os membros desta Comissão, foram convocados para estar aqui, hoje, a fim de resolvermos alguns problemas de interesse do Brasil – por exemplo, a MP 572, que trata da miséria, da seca no Nordeste. Se não votarmos a matéria neste esforço concentrado da Câmara, para o qual o Senado também foi convocado, vai cair a Medida Provisória 572, e aí perde todo o Nordeste, perde o Brasil.

Portanto, eu peço agilidade, Sr. Presidente, para votarmos o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Acompanho, Sr. Presidente, a favor da necessidade e da importância desse esforço. Inclusive, vindo de Pernambuco, um dos Estados carentes, entendemos a urgência da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa., Presidente da nossa Comissão, que dirige os trabalhos com muita sabedoria.

Também quero dizer que me inscrevi para fazer intervenção sobre a ata, e concordo plenamente com o seu teor, mas quero ressaltar a importância da vota-

ção de projetos que estão em pauta nesta Comissão, inclusive projetos de combate à pobreza, à miséria.

No momento em que o Governo faz um esforço muito grande para se desenvolver, crescendo e distribuindo renda, é importante que nós, aqui, da Câmara, sobretudo da Comissão Mista de Orçamento, possamos lhe dar a sustentação necessária.

Por isso, queria pedir a compreensão de todos os Deputados e Senadores, a fim de encaminharmos no sentido de votarmos os projetos de interesse do País – não só do interesse do Governo, mas do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, a minha manifestação se atém à ata da 5ª reunião extraordinária, realizada em 17 de julho de 2012.

Naquela oportunidade, em pronunciamento, nós chamamos atenção para a procedência das políticas macroprudenciais adotadas pelo Governo da Presidenta Dilma. E, com alegria, queremos comemorar hoje que, já no terceiro trimestre, dados positivos apontem que as medidas foram acertadas, verificando crescimento do Produto Interno Bruto, com a possibilidade de, no quarto trimestre, alcançar 3,5%.

São notícias alvissareiras que correspondem ao que nós apontávamos naquela oportunidade e ao que foi configurado na ata daquela reunião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senadora Ana Rita.

A SRA. SENADORA ANA RITA – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão, a Comissão Mista de Orçamento, ratificar a minha opinião favorável às atas que ora foram lidas e reafirmar a importância do dia de hoje para que possamos, neste esforço concentrado, votar não só as medidas provisórias, mas também o Orçamento, para o bem do País e para a condução das políticas do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

Deputado Josias Gomes.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Eu quero, Sr. Presidente, parabenizar, pela forma como foram lidas as atas, o colega Zeca Dirceu, que as leu de forma bastante esclarecedora, de modo que pudemos compreendê-las.

Eu tenho plena concordância com as atas.

E quero parabenizar mais uma vez o Deputado pela forma contundente com que fez a leitura. Foi brilhante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Professora Dorinha, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Bom dia a todos.

Na verdade, Sr. Presidente, eu vou só reforçar o que já foi colocado em outros momentos: o meu descontentamento, e até decepção, com o papel que o Congresso representa, do ponto de vista de nação; a forma como nós Deputados somos tratados; o desrespeito aos nossos Municípios, às nossas emendas.

Mas, mais do que isso, eu tenho tranquilidade, porque me posicionei contrariamente a qualquer tipo de acordo. Acho que não caberiam esses acordos, até porque repetidamente o Governo tem demonstrado o seu desrespeito e não tem cumprido qualquer tipo de acordo ou pacto feito com a Oposição.

Só gostaria de colocar e reforçar, porque alguns se manifestam...

Sr. Presidente, estou sem voz e, infelizmente, não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, por gentileza, há uma oradora usando a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Repetidamente, eu tenho ouvido as pessoas dizerem que é estranho a Oposição se posicionar dessa forma, como se fosse uma negociação por emenda. Na verdade, nós estamos cobrando respeito ao Congresso, respeito aos acordos firmados. Mas, mais do que isso, como eu sempre tenho dito, acho que não há diferença entre o voto que recebi, como Deputada da Oposição, e o voto de Deputado ligado ao Governo. O respeito à população do meu Estado, às necessidades do meu Estado, dos Municípios que eu represento, das áreas que represento deve se dar na mesma proporção.

Queria reforçar a minha preocupação principalmente com a área da educação. Eu não discordo das medidas apresentadas – existem medidas meritórias –, embora destaque a preocupação que tenho com algumas ações que são contínuas e, se fosse feito um planejamento de maneira correta, nós não precisaríamos estar com essa urgência. Esse é o caso do FIES, que está correndo o risco de ser paralisado, e de outras ações importantes.

Mas eu queria, na verdade, cobrar uma posição inclusive de V.Exa., porque havia um acordo e um pacto firmados com todos os Deputados da Oposição em relação ao cumprimento das emendas.

E volto a destacar que nós não estamos brigando por pessoas, individualmente, mas por Municípios e áreas que estão comprometidas pela falta de cum-

primento, pela falta de respeito que, mais uma vez, o Executivo demonstra por esta Casa, pela falta de seriedade com esta Comissão e com o Congresso Nacional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O último inscrito é o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar aqui o compromisso da bancada do PDT com a votação das medidas provisórias, especialmente a que destina recursos para o combate à seca, mas quero, também, fazer um apelo à Coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Execução Orçamentária, porque, quando foram registrados os primeiros indícios de que nós enfrentaríamos uma seca de dimensões bastante prejudiciais para os agricultores nordestinos, nós fizemos um levantamento das dotações aprovadas por esta Comissão, pelo Orçamento anual, para o Ministério da Integração, e da sua corresponde execução orçamentária.

É lastimável que, embora nós tenhamos, nesta Comissão, aprovado uma dotação robusta especialmente nas áreas de prevenção, para que nos antecipemos aos desastres, a situações como essa da seca, a execução orçamentária é ridícula. E aí eu não se nós deveremos investigar, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, se isso deriva do corte linear do contingenciamento orçamentário, deriva de problemas administrativos ou de outros problemas.

E eu quero compartilhar aqui o depoimento do Dr. Júlio Zoé, Presidente do Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco – IPA, que me informava, há 2 semanas, que os prejuízos são incalculáveis. Então, mesmo aprovando a medida provisória, mesmo liberando os recursos, nós não vamos restituir o patrimônio dos agricultores, na lavoura e na pecuária, que foi dizimado em função da seca.

Então, esse é um exemplo de que nós temos que ser um pouco mais cuidadosos, quando observamos as medidas de contingenciamento orçamentário que são praticadas de maneira linear em todos os Ministérios, de maneira equânime, porque as consequências são exatamente essas a que me refiro aqui.

Eu não tenho de cabeça a quem cabe a presidência ou a coordenação da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, mas nós poderíamos fazer um debate já na discussão da proposta de Orçamento para 2013, porque há uma disparidade reconhecida entre o que nós aprovamos, na Comissão Mista de Orçamento, para o Orçamento do ano seguinte e o que, de fato, é executado.

Como não se executam as dotações orçamentárias, nós temos que depois correr atrás do prejuízo, aprovando medidas provisórias – quando são liberados os recursos que, se tivessem sido liberados antecipadamente, não teríamos causado e convivido com esse enorme prejuízo ao patrimônio de milhares e milhares de agricultores, sobretudo do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Marcos Rogério. E depois está concluída a discussão.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Sr. Presidente, nós estamos aqui a discutir, neste momento, as atas das reuniões. É um expediente formal.

Todavia, embora queira concordar com o conteúdo aqui já esposado pelo Relator, eu penso que nós temos que tentar avançar nessa parte inicial, para enfrentarmos o mérito dessa medida provisória, porque é um tema que interessa ao Brasil, especialmente a uma região do Brasil, a Região Nordeste, e que é fundamental.

Agora, eu gostaria de fazer uma observação aqui também, Sr. Presidente, com muito respeito, especialmente por estar aqui o nosso Líder Pimentel, do Congresso Nacional: não se deve fazer acordo se não houver possibilidade de cumprir. Isso enfraquece a Instituição, isso enfraquece o Parlamento, isso expõe o Parlamento. Então, nós não temos necessidade de lançar mão desses expedientes num momento político como o que estamos passando hoje.

Faço este apelo porque nós estamos num momento de *quorum* prejudicado na Casa, houve uma convocação para estarmos aqui, para deliberarmos situações importantes para o Brasil. E, às vezes, por situações que são extrapauta à Comissão, nós acabamos nos expondo aqui e entrando em discussões que não fazem parte do conjunto das proposições que estão na pauta.

Eu faço esse apelo para nós termos esse cuidado com relação a essas questões que acontecem os bastidores do Parlamento e que acabam repercutindo dentro desta Casa, no ambiente da Comissão, que foi convocada para uma pauta específica – e que, dessa pauta, não faziam parte temas que são trazidos para cá.

Então, Sr. Presidente, faço essas ponderações, e fazendo aqui um apelo também, especialmente à Oposição, porque, a despeito da legitimidade para fazerem as ponderações que estão sendo aqui feitas, nós estamos sacrificando algo que interessa ao Brasil. A prevalecer esse *kit* de obstrução, nós estaremos a sacrificar algo que interessa ao Brasil, algo que é de interesse nacional, especialmente de uma região que todos nós conhecemos muito bem e sabemos das demandas que há lá.

Portanto, quero fazer um apelo para que possamos avançar, votar a ata. E, de repente, na medida provisória, vamos discutir o mérito – é oportuna, é adequada, tem caráter de urgência? –, porque aí, sim, nós vamos dar a contribuição que esta Comissão se propôs a fazer nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Encerrada a discussão, passamos à Ordem do Dia.

Em votação.

Os Deputados que concordam com as atas permaneçam como se encontram; os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Verificação na representação da Câmara. V.Exa. é Líder do Democratas, não é?

(Não identificado) – Rubens Bueno também.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Rubens Bueno. O.k.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Obrigado, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está sendo pedida a verificação pelo Líder do Democratas e pelo Deputado Rubens Bueno, do PPS da Câmara.

Solicito à Deputada Cida Borghetti que possa me ajudar aqui na votação nominal. *(Pausa.)*

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – PT.

Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – "Sim" à ata.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Josias Gomes.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Presente.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – "Sim".

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estamos votando a ata.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Voto favorável à ata, Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – PMDB.

Deputado Aníbal Gomes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – "Sim".

Deputado Leandro Vilela. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Lucio Vieira Lima.

O SR. DEPUTADO LUCIO VIEIRA LIMA – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – "Sim".

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)* Ausente.

PSDB.

Deputado Duarte Nogueira. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Reinaldo Azambuja. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Wandenkolk Gonçalves. *(Pausa.)* Ausente.

PP.

Deputado João Leão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputada Cida Borghetti, "sim".

Deputados do DEM, Democratas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O DEM está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Obstrução. Pois não.

PSD.

Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Irajá Abreu. (Pausa.) Ausente.

Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)* Ausente.

PR.

Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Luciano Castro. (Pausa.) Ausente.

PSB.

Deputado Paulo Foletto. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Laurez Moreira. *(Pausa.)* Ausente.

PDT.

Deputado Giovanni Queiroz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Bloco PV/PPS.

PV.

Deputado Paulo Wagner. *(Pausa.)* Ausente.

PTB.

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)* Ausente.

PSC.

Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA – "Sim", Sra. Presidente.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – "Sim".

PCdoB.

Deputado Osmar Júnior. (Pausa.) Ausente.

PMN, não tem.

Vamos passar, Sr. Presidente, à chamada dos Suplentes.

PT.

Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Vander Loubet. (Pausa.) Ausente.

Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – "Sim".

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão, Deputado?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Do PT, votaram todos os integrantes. V.Exa. está chamando os suplentes.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Em obstrução, Sr. Presidente. Ele não pode falar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então, está chamando por que para votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um minutinho, pessoal.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Ele está em obstrução, Sr. Presidente. Em obstrução, não está presente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não voto. Mas estou presente, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um momento, me dá só um minuto.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Se todos os membros do PT votaram, não há por que V.Exa. chamar os suplentes.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, quem está em obstrução não participa do processo, não pode questionar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não estou votando, eu estou fazendo uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Na realidade...

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Quem está em obstrução não participa do processo. Portanto, não...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente, eu faço uma questão de ordem. Já que o Senador está inovando, quero fazer em nome da Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quero esclarecer a V.Exas. que o voto não vai ser computado porque o PT já preencheu o seu número de vagas.

Então, na realidade, foi somente em função de estar na lista. A colega Deputada chamou, mas evidentemente os votos não podem ser computados mais de uma vez. Portanto, podem ficar tranquilos V.Exas. porque vai ser feito exatamente aquilo que o Regimento prevê.

Portanto, só para conferir, então... Me empresta aqui, por gentileza.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Deputado João Leão presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Cláudio Puty vai computar o voto, e o Deputado Leonardo Monteiro e o Deputado Assis não serão computados porque já estava preenchido o número de vagas do PT. É isso? (Pausa.)

Então, podemos dar sequência.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – PMDB.

Não estando presente o Deputado Aníbal Gomes, o Deputado Suplente Celso Maldaner. (Pausa.) Ausente.

Não estando presente o Deputado Edio Lopes, o Suplente Deputado Joaquim Beltrão. (Pausa.) Ausente.

Não estando presente o Deputado Leandro Vilela, pelo PMDB de Goiás, o terceiro Suplente Deputado Hugo Motta. (Pausa.) Ausente.

Não estando presente o Deputado Mauro Lopes, de Minas Gerais, o Deputado Osmar Serraglio. (Pausa.) Ausente.

PSDB.

Deputado Carlos Alberto Leréia. (Pausa.) Ausente.

Deputado Marcus Pestana. (Pausa.) Ausente.

Deputado Nelson Marchezan Junior. (Pausa.) Ausente.

PP.

Deputado Suplente, mas estando presente o Deputado João Leão...

Deputado João Leão, V.Exa. é titular. O seu voto?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – PSD.

Não estando presente o Deputado Irajá Abreu, Deputado Suplente Jorge Boeira. (Pausa.) Ausente.

Deputado Manoel Salviano, na ausência do Deputado Paulo Magalhães.

Deputado Átila Lins. (Pausa.) Ausente.

Manoel Salviano. (Pausa.) Ausente.

PR.

Deputado Giacobo e Deputado Jaime Martins. (Pausa.) Ausentes.

PSB.

Deputada Sandra Rosado. (Pausa.) Ausente.

Deputado Antonio Balhmann. (Pausa.) Ausente.

PDT.

Deputado Félix Mendonça Júnior. (Pausa.) Ausente.

Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – "Sim".

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Bloco PV/PPS. Está em obstrução.

PTB.

Deputado Antonio Brito. (Pausa.) Ausente.

PCdoB.

Deputada Manuela d'Ávila. (Pausa.) Ausente.

Passamos à apuração, Sr. Presidente.

Gostaria de saber se algum Parlamentar presente ficou sem ser chamado, Titular ou Suplente.

Passemos à contagem.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Encerrada a votação, Sr. Presidente. Não há suplente nem titular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um minutinho. Antes de concluir a votação, solicito a V.Exa. que faça uma última chamada...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas o que é isso? Não existe isso, Sr. Presidente. Isso não é correto.

(Manifestação no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, enquanto eu não declarar que está concluída a votação,...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas não existe isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, a votação nominal está sendo feita, e quem determina o tempo da votação nominal é a Presidência.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, Leandro Vilela vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Portanto, enquanto eu não declarar que está encerrada a votação, a votação está em aberto.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Mas concluiu-se a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu não declarei que a votação está encerrada. Portanto, V.Exa., por gentileza, faça uma consulta se existe mais algum Parlamentar que ainda não votou.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Leandro Vilela vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – V.Exa. foi questionado agora há pouco sobre, quando o Parlamentar está em obstrução, se ele pode fazer questionamento à Mesa e V.Exa. não se manifestou a respeito da questão de ordem levantada pelo Líder Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estou estudando essa matéria para tomar uma decisão a respeito dela.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Sr. Presidente, o senhor pode até não tomar uma decisão, mas é literal o nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Regimento do Senado.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Do Senado e da Câmara, dos dois. É literal: qualquer Parlamentar, para participar do fórum daquela instância, precisa se posicionar. Do contrário, não é acolhido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. V.Exa. tem razão.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Gostaria de saber se mais algum Sr. Deputado, Sra. Deputada, Senadores, Senadoras que não foram chamados gostariam de se manifestar. Senadoras...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Sr. Presidente,...

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Deputado Leandro Vilela vota "sim".

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Em bom tom, pelo amor de Deus, V.Exa. não pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A votação está encerrada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Por favor!

Vamos fazer a contagem. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Peço que a escrutinadora faça a identificação do número de votos. Por favor, ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A senhora pode anunciar.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Quinze presentes.

Passo ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós não alcançamos quorum para deliberar. Portanto, a reunião será suspensa para ser retomada às 14 horas.

A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO – Encerrada. Não há quorum, Sr. Presidente. Não há reunião suspensa sem quorum. Cai a sessão, não existe mais sessão. Não existe isso...

(A sessão é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 20, de 2012.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um minutinho.

Quero dizer a V.Exas. que procurei fazer uma análise criteriosa, do ponto de vista regimental, do encaminhamento da reunião. Como os senhores sabem, nós temos culturas, praxes e regimentos que não são iguais em algumas questões que envolvem Câmara e Senado. Nós somos obrigados aqui a seguir uma hierarquia: Regimento Comum, Regimento do Senado e Regimento da Câmara. Em nenhum deles existe um comando que determine que a não existência quorum numa votação nominal automaticamente leve ao encerramento da reunião. No Senado, é praxe que, quando isso ocorre, passa-se à matéria seguinte. O Regimento Comum fala que o Presidente poderá suspender a sessão e estabelece um prazo de até 30 minutos. O Regimento da Câmara fala na possibilidade de que se mantenha a discussão até que o quorum regimental seja alcançado. Portanto, do meu ponto de vista, o comando principal é regimental, por mais que tenhamos que harmonizar aqui uma questão de interpretação do tempo de suspensão.

No entanto, a retomada da reunião precisa se dar no ponto em que ela estava. É evidente que nós não temos quorum na Câmara nem no Senado, e não há nenhuma razão para que não reconheçamos isso de imediato e que, portanto, não temos condição de dar sequência à Ordem do Dia.

A reunião foi retomada, a partir da suspensão, e nós vamos declarar encerrada a Ordem do Dia.

A reunião que estava convocada para as 18 horas será cancelada, bem como a das 20 horas.

Quero somente chamar a atenção dos senhores, antes de concluir a reunião, por uma questão de justiça, para o fato de que nós suspendemos a Ordem do Dia da reunião porque foi aberta a Ordem do Dia no plenário para tratar do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, de 27 de janeiro de 2006. Então, suspendemos a Ordem do Dia da Comissão de Orçamento para que o Plenário da Câmara analisasse o projeto de decreto legislativo sobre o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, concluído em Genebra, em 27 de janeiro de 2006, num momento em que nós tínhamos quorum na Câmara e no Senado para deliberar.

Quero cumprimentar os Líderes das bancadas que se empenharam pelo quorum. Inclusive, não havia convocação do Senado para esta semana, e, mesmo assim, os Senadores estavam aqui em número regimental, para que pudéssemos deliberar.

Não temos quorum. Não vamos fugir daquilo que o Regimento estabelece.

Portanto, a reunião está encerrada.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

54ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 8ª Reunião Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2012.

No dia vinte e cinco de setembro de dois mil e doze, às dez horas e trinta e um minutos, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares: Deputados Titulares: Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Edio Lopes, Felipe Maia, Hugo Napoleão, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta e Waldenor Pereira; Deputados Suplentes: Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; Senadores Titulares: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Souza e Vicentinho Alves;

Senadores Suplentes: Ana Rita, Tomás Correia e Vanessa Grazziotin. Deixaram de comparecer os Senadores: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Wellington Dias. Tiveram a ausência justificada, devido a acordo nas Casas que compõem o Congresso Nacional prevendo o regime de trabalho em esforço concentrado, os seguintes Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, Laurez Moreira, Lucio Vieira Lima, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu. **ABERTURA:** o Senhor Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou abertos os trabalhos e informou que não havia quórum para deliberação, razão pela qual declarou a reunião suspensa. A retomada dos trabalhos foi convocada para 12h. Às 12h29 a reunião foi reaberta e o Presidente comunicou haver quórum suficiente para deliberação. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 11ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11/7/2012; 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17/7/2012; 12ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8/8/2012; 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 4 e 5/9/2012 e 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 e 19/9/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura da Ata da 7ª Reunião Extraordinária, uma vez que as outras já haviam sido lidas na Reunião anterior. O Deputado Felipe Maia posicionou-se contrariamente, fato que levou o Deputado Cláudio Puty a ser convidado a realizar a leitura da Ata. Após a leitura, o Deputado Felipe Maia levantou questão de ordem sobre o fato de o Deputado Hugo Napoleão constar, na página da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, como Senador. O Presidente não acatou a questão de ordem, uma vez que na lista de presença o nome do referido Deputado constava no local correto, não alterando a contagem de quórum. Na sequência, o Deputado Felipe Maia solicitou discussão da Ata, recebeu 3 minutos para tanto, e após discutir levantou questão de ordem pedindo que as Atas fossem votadas uma a uma. O pedido foi acatado pelo Presidente. Votação da Ata da 11ª Reunião Ordinária. Após votação simbólica na Câmara dos Deputados, o Deputado Felipe Maia, apoiado pelo Deputado Antônio Imbassahy, Vice-Líder do PSDB, solicitou verificação da votação. O Deputado Cláudio Puty realizou a chamada nominal. O resultado proclamado, às 12h52, foi o seguinte: Votaram SIM os Deputados: pelo PT – João Paulo Lima, Josias Gomes, Waldenor Pereira, Cláudio Puty e Leonardo Monteiro; pelo PMDB – Édio Lopes, Leandro Vilela, Celso Maldaner, Joaquim Beltrão, Osmar Serraglio e Luiz Pitimann; pelo PP – João Leão e Waldir Maranhão; pelo PSD – Hugo Napoleão e Paulo Magalhães; pelo PR – João Maia e Luciano Castro; pelo PSB – Paulo Foletto e Antônio Balhmann; pelo PDT – Marcos Rogério; pelo PTB – Arnon Bezerra; pelo PSC – Leonardo Gadelha e pelo PC do B – Osmar Júnior. Votos SIM: 23. Não foram computados votos NÃO. A votação foi realizada na representação do Senado Federal e a Ata foi aprovada. Votação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária. O Deputado Felipe Maia solicitou encaminhamento da votação, recebeu 1 minuto para fazê-lo, e orientou pela aprovação. Em votação, a Ata foi aprovada. As Atas da 12ª Reunião Ordinária, 6ª Reunião Extraordinária e 7ª Reunião Extraordinária foram votadas individualmente e aprovadas. Requerimento sobre a Mesa, apresentado pelo Deputado Felipe Maia, solicitando inversão da ordem da Pauta. O próprio autor solicitou encaminhamento da votação, recebeu 3 minutos para fazê-lo, e orientou pela aprovação do Requerimento. Na sequência, o Presidente alegou que, de acordo com as normas que regem a Comissão, não pode haver discussão e encaminhamento da votação de Requerimentos. Em votação, o Requerimento foi rejeitado. O Deputado Felipe Maia levantou questão de ordem arguindo poder discutir e encaminhar a votação de Requerimentos. O Deputado Cláudio Puty também levantou questão de ordem, alegando que, de acordo com o art. 110, parágrafo único da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, a inclusão de relatório de medida provisória na ordem do dia da CMO será automática e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação. Esta questão de ordem foi acolhida pelo Presidente, o qual determinou o início da Ordem do Dia. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** 1 – **RELATÓRIO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 572/12** – do Poder Executivo – que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 381.252.988,00, para os fins que especifica". RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA. RELATÓRIO: voto favorável à Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. Quanto às 8 (oito) emendas o relator indicou todas para INADMISSIBILIDADE. O Relator apresentou o Relatório, e discutiram os Deputados Felipe Maia, Antônio Imbassahy e Mauro Lopes. Ambos os Deputados, na sequência, apresentaram

questão de ordem sobre o prazo destinado à discussão das matérias. Foram indeferidas. A contestação apresentada pelo Deputado Felipe Maia quanto à inadmissibilidade das emendas foi indeferida pelo Presidente por atender ao disposto no art. 148 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional. Em votação, foi **APROVADO O RELATÓRIO.** 2 – **RELATÓRIO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 573/12** – do Poder Executivo – que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R$ 6.843.701.650,00, para os fins que especifica". RELATOR: Deputado JOÃO PAULO LIMA. PARECER: voto favorável à Medida Provisória nos termos do Poder Executivo. Quanto às 32 (trinta e duas) emendas o relator indicou todas para INADMISSIBILIDADE. Foi apresentado Requerimento, de autoria do Deputado Antônio Imbassahy, solicitando adiamento da votação por 24h. Solicitaram encaminhamento da votação os Deputados Cláudio Puty, Felipe Maia e Antônio Imbassahy. Senador Flexa Ribeiro levanta questão de ordem sobre o prazo destinado ao encaminhamento da votação. Em votação, o Requerimento foi rejeitado. O Deputado Felipe Maia apresentou dois Requerimentos: um para adiamento da votação pelo prazo de 48h e outro para retirada de pauta da matéria. Ambos foram rejeitados. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram os Deputados Antônio Imbassahy, Felipe Maia e o Senador Flexa Ribeiro. O Deputado Antônio Imbassahy encaminhou a votação. Em votação, houve aprovação por processo simbólico na representação da Câmara dos Deputados e pedido de verificação na representação do Senado Federal, pela Senadora Vanessa Grazziotin, com apoiamento dos Senadores Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Ana Rita. A Senadora Vanessa Grazziotin fez a chamada nominal e o resultado proclamado, às 14h34, foi o seguinte: Votaram SIM os Senadores: pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) – Vanessa Grazziotin e Ana Rita; pelo Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) – Benedito de Lira, Clésio Andrade, Sérgio Souza e Tomás Correia; pelo PTB – Armando Monteiro e pelo PR – Vicentinho Alves. Votou NÃO o Senador Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM). Total de votos SIM: 8, total de votos NÃO: 1. Foi **APROVADO O RELATÓRIO.** Após a votação, o Presidente usou a palavra para comentar sobre o sistema Pauta Eletrônica, em funcionamento na Comissão, cujo objetivo é auxiliar os parlamentares em seus trabalhos legislativos e reduzir o volume de papéis utilizados. Foi apresentado Requerimento, de autoria do Deputado João Maia, solicitando inversão da Pauta, passando o item 10 à apreciação imediata. Não houve discussão. O Requerimento foi aprovado. 10 – **RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI (CN) Nº 14/12** – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R$ 141.276.277,00 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado JOÃO MAIA. RELATÓRIO: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto às 2 (duas) emendas apresentadas, REJEITADAS. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. Às 14h43, o Deputado Cláudio Puty substituiu o Presidente. **APROVADO O RELATÓRIO.** Por acordo entre os parlamentares, passou-se à apreciação do item 12 da Pauta. 12 – **RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI (CN) Nº 17/12** – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Senado Federal, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, da Presidência da República e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 97.162.367,00 (noventa e sete milhões, cento e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado Duarte Nogueira. RELATÓRIO: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto à emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Às 14h45, o Presidente retornou à condução dos trabalhos. Na ausência do Deputado Duarte Nogueira, o Deputado Felipe Maia foi designado para apresentar o Relatório. Não houve discussão. **APROVADO O RELATÓRIO. ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 14h57 por não haver quórum para deliberação. Antes, porém, cancelou a reunião previamente convocada para este dia 25 de setembro de 2012, terça-feira, às 18h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Deputados, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização destinada à apreciação das matérias constante da Pauta nº 21, de 2012.

Não há quorum.

Temos presentes neste momento o número de Deputados e Senadores suficientes para fazermos a reunião, mas não temos quorum para deliberação.

Temos uma reunião marcada para 12 horas e outra para 18 horas. Portanto, vamos suspender a reunião para retomá-la às 18 horas.

A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada a apreciação das matérias constantes na Pauta nº 21, de 2012.

Há quorum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Paralisamos a reunião no momento de votação das atas que haviam sido lidas, discutidas e estávamos entrando no processo de votação, quando houve uma solicitação de verificação.

Portanto, precisamos retomar aquela reunião do ponto em que ela parou.

No entanto, há uma ata que ainda não foi discutida. Trata-se da ata da reunião da semana passada.

Preciso colocar em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – Peço a dispensa da discussão da ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, não dispenso a leitura da ata, Sr. Presidente. Gostaria que fosse lida a ata e aumentado o meu som.

Peço ao serviço técnico que aumente o som do meu microfone e quero me manifestar no sentido de não liberar a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Portanto, faremos a leitura da ata da reunião. Solicito ao Deputado Cláudio Puty que me auxilie na leitura da ata. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Boa tarde, senhores.

Ata da 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 e 19 de setembro de 2012.

Nos dias dezoito e dezenove de setembro de dois mil e doze, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Durante esse período foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Deputados Titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Deputados Suplentes: Antonio Brito, Assis Carvalho, Carlos Alberto Leréia, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Marcos Rogério, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão; Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro e Sérgio Souza; Senadores Suplentes: Ana Rita, José Pimentel, Mozarildo Cavalcanti e Tomás Correia. Deixaram de comparecer: Deputados: Aníbal Gomes, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, Laurez Moreira e Paulo Foletto; Senadores: Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. ABERTURA: Às dezoito horas e trinta e dois minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e doze, havendo número regimental, **O SR. PRESIDENTE**, Deputado Paulo Pimenta, declarou abertos os trabalhos. Utilizou a palavra para falar das obras paralisadas em virtude da não votação dos créditos adicionais em pauta nesta Comissão e os problemas decorrentes disso. Às 18h37min, suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião para o dia 19 de setembro às 11h, no Plenário 4, anexo II, da Câmara dos Deputados. Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezenove de setembro, a reunião foi reiniciada. Os Deputados Arnaldo Jardim e Felipe Maia levantaram questão de ordem sobre o quórum para deliberação na representação do Senado Federal, alegando que os Senadores Armando Monteiro e Mozarildo Cavalcanti eram titular e suplente do PTB respectivamente, havendo, assim, dupla contagem para efeitos de quórum. Em resposta, o Presidente leu o Ofício GLPMDB N° 305/2012, assinado pelo Senador Renan Calheiros, o qual designava o Senador Mozarildo Cavalcanti para a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC). Dessa forma, considerou a questão de ordem resolvida. Na sequência, informou haver quorum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 11ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 10 e 11/7/2012; 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17/7/2012; 12ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8/8/2012 e 6ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 4 e 5/9/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura das atas, porém o Deputado Felipe Maia solicitou que elas fossem lidas.

O Deputado Zeca Dirceu foi convidado para fazê-lo. Durante a leitura, às 12h01min, a reunião foi suspensa pelo Presidente devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. A continuação foi convocada para o período subsequente ao término da Ordem do Dia. Às 12h35min a Reunião foi reiniciada e a leitura das atas retomada. Após a leitura, os seguintes Parlamentares, inscritos para debate, nesta ordem, fizeram uso da palavra: Deputado Felipe Maia, Senador José Pimentel, Senador Sérgio Souza, Deputado João Paulo Lima, Senador Armando Monteiro, Deputado Leonardo Monteiro, Deputado Waldenor Pereira, Senadora Ana Rita, Deputado Josias Gomes, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Marcos Rogério e Deputado Paulo Rubem Santiago. Após pronunciamento dos inscritos para debate, o Presidente procedeu à votação das atas na representação da Câmara dos Deputados. Contudo, o Deputado Ronaldo Caiado, Vice-Líder do DEM, solicitou verificação da votação. A Deputada Cida Borghetti realizou a chamada para votação nominal dos Parlamentares. O resultado proclamado foi o seguinte: Votos "sim": pelo PT, Deputados João Paulo Lima, Josias Gomes, Waldenor Pereira, Zeca Dirceu e Cláudio Puty; pelo PMDB, Deputados Eliseu Padilha, Leandro Vilela e Lúcio Vieira Lima; pelo PP, Deputados João Leão, Renato Molling e Cida Borghetti; pelo PSD, Deputado Eduardo Sciarra; pelo PR, Deputado João Maia; pelo PDT, Deputados Paulo Rubem Santiago e Marcos Rogério; pelo PSC Deputado Leonardo Gadelha. Total de votos "sim": 16. Não foram computados votos "não". O DEM declarou-se em obstrução. Após a proclamação do resultado, o Presidente declarou não haver número regimental para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e suspendeu a Reunião às 13h10min e convocou a continuação para 14h. Às 14h47min a Reunião foi reiniciada. O Presidente teceu comentários sobre questões regimentais e, por não haver quorum nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, declarou que encerraria a reunião. ENCERRAMENTO: a reunião foi encerrada pelo Presidente às 14h52min. Antes, porém, cancelou as reuniões previamente convocadas para este dia 19 de setembro de 2012, quarta-feira, às 18h e 20h. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta**, Presidente.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, antes de me inscrever para discutir, eu queria fazer uma questão de ordem, porque existe um fato bastante curioso. O Deputado Hugo Napoleão está colocado aqui como Senador. Não tenho dúvida que o ex-Governador tem todo o mérito possível para ser Senador, mas não dentro da Comissão de Orçamento. Ou seja, o relatório dos participantes desta Comissão traz o Deputado Hugo Napoleão como Senador.

Eu gostaria que V.Exa. conferisse se o quorum que deu no Senado Federal não está contando a assinatura do Deputado Hugo Napoleão.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado.

Eu gostaria de dizer que se trata de um erro operacional. Certamente, como eu fui Senador por longos anos nesta República, houve um engano, um mero engano. Mas estou aqui, pessoa física, Hugo Napoleão, Deputado Federal. Assinei como tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, no meu relatório e no livro de presença, V.Exa. consta como Deputado. Eu creio que deve ter sido uma homenagem à sua biografia e à sua história política, que não altera em nada a composição. S.Exa. consta como Deputado e eu vou entender como uma homenagem.

Está em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu subscrevo a homenagem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO – Agradeço a gentileza.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu apenas fiz uma questão de ordem, deixando claro ao Deputado Napoleão, que tem todos os méritos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu não sei exatamente qual é o relatório que V. Exa. tem.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, é o da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No meu não consta.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, é o da Comissão. Está aqui. Estranhou-me. É uma composição da CMO na qual o Deputado Hugo Napoleão está como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No meu não consta.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – A minha questão de ordem foi apenas para saber se o quorum que estava sendo dado no Senado estava contando ou não com a presença...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Feitas as homenagens necessárias, em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, parabenizar a base do Governo por ter mobilizado tantos Deputados que eu tenho certeza estavam em suas bases cumprindo o seu papel de candidato ou de apoiador. O fato é que a magia do Governo fez com que esta Comissão tivesse quorum para deliberar.

No momento em que parabenizo a base do Governo, lamento profundamente, Deputado Luciano Castro, esta reunião, não pelas matérias que estão na pauta, que são de suma importância para o Brasil, grande importância para a Nação, para o meu Rio Grande do Norte e para todos os Estados no Brasil. Mas no momento em que eu peguei, pelas estradas do Rio Grande do Norte, um telegrama desta Comissão, que convocava uma reunião para esta terça-feira, dia 25 de setembro, às 10h, ao meio-dia e às 18h, eu fiquei bastante preocupado com o que nós teríamos pela frente nesta Comissão.

Volto a lembrar, e não me faltarão oportunidades ao longo desta tarde-noite de dizer, de questionar por que tanta urgência pela aprovação das medidas provisórias que não estão sendo executadas. Elas têm execução imediata, mas o Governo não as executa. Por que convocar Deputados e Senadores para aprovar medida provisória que tem execução imediata mas que o Governo não está executando? No momento oportuno, irei fazer este questionamento.

O que me deixa bastante perplexo é o fato de se quebrar uma palavra, um compromisso. Na semana passada, já relembrei a esta Comissão um acordo firmado entre o Presidente desta Comissão, entre o Presidente da Câmara dos Deputados, entre o Líder do PMBD, Henrique Eduardo Alves, que é do meu Estado e disse que eu poderia confiar nesse acordo – e eu fui um dos grandes defensores, dentro da minha bancada. V.Exa. lembra que dentro da minha bancada houve divisão: alguns acreditavam que a palavra do Palácio do Planalto seria cumprida; outros acreditavam que o Palácio do Planalto iria desmoralizar esta Comissão e, diria, desmoralizar a Câmara dos Deputados.

Eu fui, acho, tolo ao acreditar na palavra da Ministra – que acertou com o Presidente desta Casa – que um acordo firmado, e que deveria ser cumprido ao longo do recesso parlamentar, para que nós pudéssemos votar a LDO, iria ser colocado em prática. O fato é que, até o presente momento, esse acordo não está sendo cumprido. E, dentro da Casa, também não está sendo cumprido esse acordo, porque a palavra dada de nada ser colocado em pauta, nem na Comissão de Orçamento, nem na Câmara dos Deputados, não está sendo cumprida. Nós somos convocados no meio de uma sessão em que deveríamos estar cumprindo o nosso papel de apoiadores, ou de candidatos, e estamos aqui mobilizados para aprovar uma medida provisória que nada mais vai do que apequenar a importância da Câmara dos Deputados.

Não há nenhum segredo para esta Comissão, a convocação que nós recebemos, nesta manhã-tarde-noite de terça-feira, nada mais é do que para aprovar, entre outras matérias, claro, a Medida Provisória 573. E eu farei questão de, no momento oportuno, debater essa MP. Mas é uma medida provisória altamente eleitoreira, inconstitucional. E estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA -... apenas para tentar tirar esse papel eleitoreiro do Palácio do Planalto em querer comprar ambulância, moto para a Polícia Rodoviária Federal, ônibus escolares, tratores para distribuir aos Municípios. Retira-se a prerrogativa dos Deputados Federais de fazer essa benfeitoria aos seus Municípios para passar ao Palácio do Planalto.

Então, se essa medida provisória for aprovada nesta Comissão, que todos os Deputados e Senadores fiquem cientes: eles estão dando um tiro no pé e colocando a sua digital no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Estão dando a prerrogativa e a autonomia de fazer essa benfeitoria aos Municípios, dentro da medida provisória – que conste inconstitucional, porque não é relevante e nem urgente –, ao Presidente da República. Estão tirando essa prerrogativa dos Deputados e Senadores para passar ao Presidente da República.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito para discutir a ata, em votação as atas da 11ª reunião ordinária, 5ª reunião extraordinária, 12ª reunião ordinária, 6ª reunião extraordinária, 7ª reunião extraordinária...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, questão de ordem.

V.Exa. está querendo aprovar qual das ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Todas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas nós temos que aprovar individualmente as atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já fomos questionados com relação a essa questão, já decidimos em bloco atas.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não. V.Exa. discutiu em relação a nós lermos todas as atas, sem discutir uma por uma. Após lermos as atas, votaríamos. Porque eu posso concordar com a ata de um determinado dia e querer questionar a de outro dia. Eu não posso aprovar em bloco.

Inclusive, o art. 30 diz:

> "Art. 30. Uma vez aberta a sessão, o 1º Secretário procederá à leitura do expediente.
> *§1.º A ata da sessão, salvo disposto no § 5º do art. 27, será a constante do Diário do Congresso Nacional, na qual serão consignados, com fidelidade, pelo apanhamento taquigráfico, os debates, as deliberações tomadas e demais ocorrências."*

E o art. 110 do Senado Federal diz:

> "Art. 110. As reuniões serão públicas, salvo os casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a comissão."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou acolher a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação a ata da 11ª reunião ordinária na representação da Câmara.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, e os que não concordarem se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada, com o voto contra do Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem apoiamento?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Tenho apoiamento do Deputado Imbassahy, que é o Líder do PSDB. Estou verificando como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou fazer a verificação, considerando o apoiamento das duas lideranças, que atende ao número mínimo exigido.

O Deputado Cláudio Puty está convocado para ser o Secretário da votação, já que mostrou excelente capacidade de leitura da ata. (Risos.) Foi promovido.

Houve vários pedidos.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Para desespero de candidatos a Vereador ou Prefeito de todo o Estado do Pará... (Risos.)

Titulares: Deputado João Paulo Lima. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Josias Gomes. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Paulo Pimenta. Não vota.

Deputado Waldenor Pereira. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Zeca Dirceu. (Pausa.) Ausente.

Suplentes: Deputado Cláudio Puty, "sim".

Deputado Leonardo Monteiro. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO – "Sim".

Deputado Aníbal Gomes. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Edio Lopes. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES – Presente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Presente, mas o voto...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Eliseu Padilha, já?

Leandro Vilela. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Lucio Vieira Lima. (Pausa.)

Deputado Mauro Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Joaquim Beltrão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOAQUIM BELTRÃO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Hugo Motta. (Pausa.)

Deputado Osmar Serraglio. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Luiz Pitiman. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LUIZ PITIMAN – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Duarte Nogueira. (Pausa.) Ausente.

Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Renato Molling. (Pausa.)

Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Toninho Pinheiro. *(Pausa.)*

Deputado Waldir Maranhão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO WALDIR MARANHÃO – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – PSD: Hugo Napoleão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Irajá Abreu. (Pausa.)

Paulo Magalhães. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Átila Lins. (Pausa.)

Jorge Boeira. (Pausa.)

Manoel Salviano. (Pausa.)

João Maia. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Luciano Castro. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Paulo Foletto. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTO – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Laurez Moreira. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LAUREZ MOREIRA – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sandra Rosado. (Pausa.)

Antonio Balhmann. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Giovanni Queiroz. (Pausa.)

Paulo Rubem Santiago. (Pausa.)

Felix Mendonça Júnior. (Pausa.)

Marcos Rogério. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO – "Sim".

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Arnaldo Jardim. (Pausa.)

Paulo Wagner. (Pausa.)

Roberto de Lucena. (Pausa.)

Stepan Nercessian. (Pausa.)

Arnon Bezerra. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Leonardo Gadelha. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Osmar Júnior. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Representação da Câmara: 23 votos favoráveis.

Aprovada.

Representação do Senado.

Os Senadores que concordam com a aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária permaneçam como se encontram e os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de julho de 2012.

Em votação na representação da Câmara.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Pode discutir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já foi discutido, Deputado.

Em votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estamos em regime de votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não posso encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está em obstrução.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas já não é outra ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sim, mas já estamos em votação, e V.Exa. está em obstrução.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Na outra ata. Nesta não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se V.Exa. falar, vou contar como quorum.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Já pode contar.

Eu estou querendo encaminhar a votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já está em votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas eu não encaminhei! Quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está em obstrução?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, Sr. Presidente, eu saí da obstrução. Eu entrei e já saí da obstrução. Estou de volta. *(Risos.)*

Sr. Presidente, eu estou em obstrução na votação. Não estou em obstrução na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – (Risos.)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu entrei em obstrução na votação daquela ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 1 minuto para orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, no momento em que discutimos a ata das reuniões, o que acho mais importante é nós nos debruçarmos sobre a razão pela qual estamos realizando essas sessões.

Esta Comissão é uma das mais importantes da Casa e por aqui devem passar créditos extraordinários, medidas provisórias, PLNs. É de fundamental importância que haja um ambiente saudável entre os diversos partidos.

Discussões políticas sempre haverá, e elas são saudáveis para um regime democrático. O que não pode haver é a falta de confiança entre as partes. Nós, que estamos num período eleitoral e, logo em seguida, no mais tardar dia 30 de outubro, iremos voltar às próximas eleições, teremos uma peça orçamentária, que é o Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, a ser votada.

Eu quero, desde já, colocar minha preocupação nessa falta de compromisso e de confiança entre as partes, no final do ano, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Minha orientação é pela aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado, ata da 5ª Reunião Extraordinária.

Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação a ata da 10ª Reunião Ordinária. Décima segunda Reunião Ordinária.

Em votação na representação da Câmara.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Um voto contrário: Deputado Felipe Maia.

Representação do Senado.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata da 6ª Reunião Extraordinária na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação a ata da 7ª Reunião Extraordinária.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Na representação do Senado, em votação a ata da 7ª Reunião Extraordinária.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico aos senhores que a votação nominal foi concluída às 12h52min, a título de informação para todos, para que não haja nenhuma dúvida sobre isso.

Concluída a apreciação das atas, nós temos um requerimento de preferência do ilustre e combativo Deputado do Rio Grande do Norte, Felipe Maia, que propõe um novo ordenamento da pauta da reunião:

"Nos termos do art. 51, do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 311, inciso I, Regimento Interno do Senado, requeiro a V.Exa. que dê preferência para a apreciação das seguintes proposições, que figuram respectivamente na seguinte ordem."

V.Exa. tem 3 minutos para poder encaminhar, defender o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, antes de mais nada eu quero me adjetivar como um não combativo, mas como defensor desta Comissão. Eu não me coloco aqui como um

Deputado aguerrido, combativo, contrário aos interesses nacionais.

Eu estou, sim, tentando salvar um ambiente saudável nesta Comissão. Eu estou tentando, claro, e é bom que todos entendam, num exercício de Minoria, fazendo obstrução à votação, e tentando, e tentarei até o último minuto, fazer com que as matérias de interesse do Palácio do Planalto não sejam votadas. Não sejam votadas pelo não cumprimento de um acordo firmado comigo, mas também, como já disse, não votadas para não colocar a minha digital no momento em que esta Casa é apequenada. No momento em que iremos nos debruçar sobre uma medida provisória de 6 bilhões de reais para comprar ônibus escolares, ambulâncias, patrulhas mecanizadas, retroescavadeiras, unidades odontológicas móveis e motocicletas para a Polícia Federal.

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, a Constituição Federal diz que medida provisória são matérias urgentes e relevantes. Será que o Governo não consegue se programar para comprar ônibus escolares, não consegue se programar para comprar patrulhas mecanizadas, ou será que os senhores não estão notando que as suas emendas não irão sair e que a patrulha mecanizada irá, sim, é pelo Palácio do Planalto.

Será que um exercício que é feito individualmente por um programa, que eu concordo pela porta de entrada, mas não pela porta de saída, que são os programas assistenciais do Governo Federal, que tornam a população pobre do Brasil refém, será que não estão querendo institucionalizar esse mesmo modelo para o Congresso Nacional?

Diminui-se o FPM, diminui-se o FPE, deixa os Governadores e Prefeitos com o pires na mão, e quem é que vai salvar? Antes, eram Deputados e Senadores. Hoje, após aprovação dessa Medida Provisória nº 573, que é a segunda da pauta, será o Palácio do Planalto, ou seja, Deputados e Senadores, com todo o respeito a V.Exas., e quase nada, nas suas bases, valerão a mesma coisa.

Porque legislar, apresentar projeto de lei, reformar lei, na base não vale muita coisa, Sr. Presidente. Não vale nada. O que vale é a praça, é o calçamento, é a drenagem, é a ambulância e é o remédio, que antes nós tínhamos a competência de mandar.

Após a aprovação dessa medida provisória, esta Comissão irá entregar esta competência ao Palácio do Planalto, razão pela qual, Sr. Presidente, eu peço a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não consigo me sentir confortável tendo uma pauta em que o segundo item é a Medida provisória 573.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Senhores, esta presidência cometeu um equívoco que quer corrigir.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – São cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só para dar conhecimento aos senhores: o art. 50 do Regimento Comum diz o quê?

> "Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação."

Foi uma liberalidade de minha parte conceder a palavra a V.Exa. para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Encaminhamento de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para discutir.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É. Foi um equívoco de minha parte. Art. 50 não prevê.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas, Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem inversa. Eu tenho uma questão de ordem inversa do art. 41, que diz:

> "*Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ser sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 cinco minutos para cada um".*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito. Só que o art. 50 diz que os requerimentos de preferência e de destaque não serão discutidos e não terão encaminhamento em sua votação.

Em votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é o Regimento em que V.Exa. está se baseando?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Art. 41.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – De qual Regimento?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Do Regimento Comum, que prevalece sobre qualquer outro Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu estou com o art. 50, do mesmo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – De qual?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Do Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Ou seja, esses dois artigos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ele faz uma excepcionalidade para os requerimentos de preferência e de destaque. Exatamente isso que ele faz.

Em votação o requerimento do Deputado Felipe Maia.

Os Deputados da representação da Câmara que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Os que são contra, por favor, se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento do Deputado Felipe Maia.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram; os que discordam se manifestem de outra forma.

Rejeitado o requerimento... *(Pausa.)*

Rejeitado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, questão de ordem só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Certo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu tenho alguns requerimentos de preferência sobre a mesa. Se eu não posso defender o meu requerimento, como é que eu vou poder argumentar a razão pela qual eu estou apresentando o requerimento? Eu tenho que pelo menos ter algum tempo regimental para encaminhar, orientar, discutir. Caso contrário, vai ficar inócua a razão pela qual eu apresento os requerimentos que estão sobre a mesa.

Não faria sentido nem seria lógico existir um requerimento sobre a mesa de pedido de preferência em que eu não posso pelo menos me manifestar sobre a razão pela qual apresentei esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu entendo a manifestação de V.Exa. Entendo. Até concordo com ela. No entanto, o art. 50 é claro:

"Art. 50. Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder – no caso, V.Exa. –, não serão discutidos e não terão encaminhada a sua votação.

Então, por mais que eu tenha boa vontade com V.Exa., o art. 50...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então será orientar pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O art. 50, ele...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então pelo menos oriento a bancada neste momento e faço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... é claro.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Mas não fala de orientação. Então pelo menos orientar a bancada é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas eu vou fazer um esforço para tentar achar uma maneira de V.Exa. poder...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não faz sentido, Sr. Presidente. *Data maxima venia* não faz sentido eu apresentar um requerimento e não poder me manifestar sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente, mas é o que está no Regimento.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, questão de ordem.

Com base no art. 110 da Resolução 1, que trata dos créditos extraordinários abertos por medida provisória, no parágrafo único:

> "Art. 110 .....
> Parágrafo único. A inclusão de relatório de medida provisória na ordem do dia da CMO será automática e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação."

Então, com base no art. 110, gostaria que passássemos à imediata apreciação das medidas provisórias assim referidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos então para a Ordem do Dia, por gentileza.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Tenho vários requerimentos sobre a mesa, Sr. Presidente, não só um. Votou-se um dos requerimentos que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Art. 151.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O art. 110, parágrafo único, que o nobre Deputado acabou de ler, é claro quando diz que a inclusão de relatório de medida provisória na Ordem do Dia, que é o que está acontecendo na Comissão Mista do Orçamento, será automática, e sua apreciação terá precedente sobre as demais matérias. Sobre toda e qualquer matéria terão preferência as medidas provisórias. Acabou, Sr. Presidente. Vamos colocar em discussão e votação as medidas provisórias.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, pela ordem, para um esclarecimento.

O art. 111 diz que terá, na ordem da pauta, preferência. Está feito. As medidas provisórias tem os itens 1 e 2. Está sendo cumprido o que está disposto no art. 111, que fala que estará na pauta de forma preferencial, e está. O meu requerimento é para mudar a ordem na pauta. Ele não vai, em momento nenhum de encontro ao que está escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A interpretação da Presidência se dá em razão de uma palavra que define, "automática", no parágrafo único. Na medida em que se diz "automática", resolve a questão.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – E sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Portanto, ter precedência não é colocar na pauta em ordem de prioridade. A precedência na apreciação será automática.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. pode ler o art. 1º, para interpretarmos.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Art. 110.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual artigo V.Exa. está solicitando, Deputado Felipe Maia?

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Art. 110.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. respondesse à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É o seguinte:

> "Art. 110.....
> Parágrafo único. A inclusão de relatório de medida provisória na Ordem do Dia da CMO será automática e sua apreciação terá precedência sobre as demais matérias em tramitação."

Portanto, esta Presidência acolhe a questão de ordem do Deputado Cláudio Puty e determina o imediato início da Ordem do Dia com as medidas provisórias que estão em pauta.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, V.Exa. volta a ler sobre a inclusão na pauta, a montagem na pauta, e nós não estamos falando sobre a montagem da pauta. Estamos falando de um requerimento para mudar a ordem. A Mesa e Presidência cumpriram o disposto no artigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a contribuição a V.Exa., mas, na medida em que está escrito que a apreciação terá precedência, resolve a questão. O art. 110. Acolho a questão de ordem. Cabe aos senhores discordarem da decisão desta Presidência e encaminhar formalmente para o Plenário do Senado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Ou seja, V.Exa. dá como prejudicados todos os meus requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Após a votação das medidas provisórias, poderemos analisá-los.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nessa data.

Ordem do Dia.

Conforme disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 572, que "abre crédito extraordinária a favor do Ministério da Defesa".

Relator, Senador Sérgio Souza.

A palavra está à disposição do Relator.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, a Presidente da República adota e submete à apreciação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 59, de 2012-CN, a Medida Provisória nº 572, de 5 de junho de 2012, que "abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R$ 381.252.988,00, para os fins que especifica".

Nos termos da Exposição de Motivos nº 00119/2012, a proposta tem por intuito propiciar a pronta atuação do Comando do Exército em atividades de apoio às comunidades atingidas por desastres ou calamidades, em especial à Região Nordeste do País, que enfrenta longo e árduo período de estiagem, já reconhecida como situação de emergência, com a utilização da logística, da estrutura física, dos recursos materiais e humanos e da capilaridade do Comando do Exército no território nacional.

Sr. Presidente, vou fazer o relatório de forma resumida, tendo em vista o adiantado da hora.

O Poder Executivo justifica que urgência e relevância decorrem da necessidade de atuação imediata e incisiva do Exército Brasileiro, para permitir maior alcance possível das ações mencionadas, nas localidades em situação de emergência ou calamidade pública, cuja tempestividade é fator primordial, evitando-se o agravamento da situação, com o aumento do número de vítimas e prejuízos materiais.

É o relatório.

Voto.

Dos aspectos de constitucionalidade e pressupostos de relevância e urgência.

A partir da leitura combinada do *caput* do art. 62 com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, resta evidente que a medida provisória que abre crédito extraordinário deve atender a despesas relevantes, imprevisíveis e urgentes.

Considera-se que os pressupostos encontram-se demonstrados, haja vista a necessidade de enfrentar rapidamente rigores climáticos das secas que afligem regiões do País.

Quanto ao mérito da MP em exame, não há o que se questionar, pois a finalidade do crédito é possibilitar a realização de despesas urgentes, a fim de assegurar a entrega tempestiva de recursos ao Exército Brasileiro, para que o Exército brasileiro atenda às regiões conflagradas pela seca.

Do cumprimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional.

A exposição de motivos que acompanha a mensagem contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da medida provisória.

Quanto às emendas, foram apresentadas 8 emendas no total: Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, 2 emendas; Deputado Felipe Maia, 1 emenda; Deputado Mauro Nazif, 2 emendas, e Deputado Sandro Mabel, 2 emendas.

Sobre emendas de créditos extraordinários, o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que *"somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".*

Verificou-se que as emendas 1 a 5 apresentadas pelos insignes Deputados contêm proposições conflitantes com o dispositivo mencionado e, portanto, devem ser inadmitidas.

As emendas apresentadas 6 a 8 são emendas de texto, porém ferem o princípio constitucional da exclusividade das matérias de natureza orçamentária, ao proporem alteração de legislação permanente mediante aprovação de projeto de lei que altera o Orçamento Público, contrariando o § 8º do art. 165 da Constituição Federal, devendo também serem inadmitidas.

Nos termos do art. 146, §1º, da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional, indicamos no Anexo 1 as emendas a serem declaradas inadmitidas pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Conclusão.

Diante das razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 572, de 5 de junho de 2012, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, encontra-se adequada sob o ponto de vista financeiro e orçamentário e, no mérito, somos pela sua aprovação nos termos apresentados pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, quero me manifestar altamente favorável, apesar de lamentar profundamente a negativa das minhas emendas. Justifico a minha emenda, porque acho que, no momento em que se aprova uma dotação orçamentária de 381 milhões e 252 mil reais, estamos dando um cheque em branco ao Palácio do Planalto. Essa matéria já foi discutida aqui. Para que Estados do Nordeste e Centro-Oeste esse dinheiro irá? Que garantia eu tenho, o Deputado João Maia tem, de que o nosso Rio Grande do Norte vai receber uma boa parcela desse dinheiro? Que garantia tem o Deputado Imbassahy de que a Bahia irá receber um bom montante desses recursos? Que garantia tem o Deputado Leonardo Gadelha de que o Estado da Paraíba irá receber uma boa quantia desse dinheiro para socorrer as vítimas da seca? Dar um cheque em branco é muito bom, melhor seria se tivéssemos a certeza de que pelo menos alguns milhões iriam ser aplicados no nosso Estado para, claro, socorrer tantas vítimas da seca.

Aproveito este fórum privilegiado para reclamar do tratamento e da eficiência da CONAB em relação à distribuição do milho em todo o interior do Brasil. É uma grita generalizada à eficiência da distribuição do milho para o agricultor pobre do Nordeste alimentar o seu rebanho. Aproveito este momento, uma vez que estamos numa espécie de recesso branco, para deixar o meu protesto e o meu pedido à CONAB para socorrer as vítimas, principalmente do Seridó, Currais Novas, Jardim de Piranhas, Caicó, de tantas cidades que estão sofrendo com a seca.

Por fim, quero dizer que lamento muito estarmos aqui numa convocação extraordinária para aprovar o relatório da Medida Provisória nº 572. Como eu disse – essa aqui, sim, atende aos requisitos de relevância e urgência –, o Palácio do Planalto não pode prever que haverá uma seca no Nordeste. Agora, dos 381 milhões,

dizermos que até a presente data apenas 206 mil reais foram pagos, é apostar na falta de planejamento e na ineficiência do Governo Federal.

Só para complementar, Sr. Presidente, estou falando de 381 milhões e 252 mil reais. Até a presente data, só foram pagos 206 mil, o que equivale a 0,05% do valor total. Não adianta aqui aprovarmos a medida provisória se o Palácio do Planalto não executá-la.

Deixo aqui também o meu pedido ao Palácio do Planalto, inclusive no entendimento das oposições de que essa medida provisória atende aos requisitos constitucionais, para que a execute, de uma vez por todas, para socorrer as vítimas da seca do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, inicialmente, quero manifestar a surpresa do PSDB, especialmente do nosso Líder Bruno Araújo, na quebra do acordo no entendimento que houve entre as diversas bancadas desta Casa e o Executivo.

Não há coisa que faça com que esta Comissão seja enobrecida. Muito pelo contrário. Acho que diminui a competência e a responsabilidade desta Comissão. Era muito claro o entendimento. V.Exa. e todos os membros desta Comissão sabem muito bem que houve um acordo que, como prática natural do atual Executivo, não foi honrado. Isso desmerece a nossa presença e participação nesta votação.

Sei que muitos Deputados e Senadores estão presentes, talvez até com dificuldades de locomoção, em função do período eleitoral que atravessamos. Por exemplo, o Deputado Bruno Araújo está em Recife, aliás, entusiasmado com o resultado das eleições em todo o Estado de Pernambuco, deixando de comparecer para participar da votação em função dessa mobilização que eu diria absolutamente inoportuna e completamente fora de propósito.

Disse muito bem aqui o Líder do Democratas, Deputado Felipe Maia, que é algo absolutamente inadmissível numa medida provisória, que já tem efeito, no valor de 381 milhões de reais, o Governo só ter executado até agora 206 mil reais. Isso mostra a falta de eficiência do Governo que de resto é conhecida. O PAC não evolui, as medidas provisórias são aprovadas e praticamente não há desempenho, os valores realizados são pífios. E mais uma vez confere-se ao Executivo uma autoridade, uma possibilidade, sem que conheçamos exatamente a destinação desses recursos.

Representando a Liderança do PSDB, quero me pronunciar com respeito a nossa surpresa e dizer que considero inoportuna essa aprovação, uma vez que apenas 206 mil reais foram pagos de uma disponibilidade total de 381 milhões de reais, já colocados para que o Governo opere. E opere no Nordeste brasileiro que sofre com a seca que, como bem disse o Deputado Felipe Maia, não é previsível. Mas é bastante desagradável verificar que o Governo não opera – nem o Governo Federal e, no caso da Bahia, o Governo do Estado. Ambos não têm tido desempenho para atender as vítimas da seca.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pois não.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, o art. 13 do Regimento Comum diz:

> "Art. 13. Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos, uma única vez, permitido ao Relator usar da palavra, em último lugar, pelo prazo de 30 (trinta) minutos."

Baseado em que artigo V.Exa. estabeleceu o prazo de 3 minutos para discutir o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito. Já vou responder a questão de ordem de V.Exa. (Pausa.)

No Art. 130, inciso I.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – De que Regimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Da Resolução nº 1.

Emenda, 3 minutos; discussão, 5 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Art. 1º, inciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Art. 130, inciso I.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Cinco minutos. V.Exa. deu 3 ou 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Dei 3 minutos, mas eu fui tolerante.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É verdade. V.Exa. foi tolerante, dando 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A partir de agora serei rígido.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não vamos brigar por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados, está muito claro no § 7º do art. 57 que durante a discussão na Comissão podem usar da palavra o autor do projeto, evidentemente, o Relator, demais membros e Líder durante 15 minutos improrrogáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está se baseando no Regimento Interno da Câmara?

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Esta é uma Comissão Mista, regida pela Resolução nº 1.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, queria apenas concluir.

Nesse § 7º, além dos 15 minutos improrrogáveis, os Deputados que a ela não pertençam terão 10 minutos. É o meu caso, mas aqui exercito a posição de Líder do PSDB. E é facultada a apresentação de requerimento de encerramento da discussão após falarem 10 Deputados.

Apenas para dizer o que está no Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa. a contribuição. Com certeza, ela será bem utilizada nas Comissões da Câmara. Como esta é uma Comissão Mista, ela se baseia na Resolução nº 1. Por isso não posso acolher o pleito de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de concordar plenamente com o parecer do Relator. Somos Deputados Federais para cuidar da Federação e não para olhar o quintal da nossa casa. Então, aqui é para atender a Federação. Concordo plenamente que o Exército Brasileiro tem a confiabilidade de todos os brasileiros. Aprovaremos aqui, e o Exército Brasileiro vai saber colocar onde mais convier, onde houver necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado esclarecesse a expressão "quintal da nossa casa". S.Exa. refere-se exatamente a quê? Qual o conceito? Acho que não fica bem o Deputado se expressar dessa maneira, porque agride os Estados, os Municípios. Já há muito sofrimento nos Estados do Nordeste, nos Municípios. Acho que é uma coisa que não condiz. Então, gostaria muito que S.Exa. esclarecesse o que quis dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A questão de ordem de V.Exa. não é regimental.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual a questão?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não é questão de ordem, apenas um esclarecimento para que fique estabelecido.

Eu tenho um requerimento de adiamento de votação para a Medida Provisória nº 572. Eu retiro este requerimento, mas mantenho o da Medida Provisória nº 573, e justifico. Como eu disse, a 572 é medida provisória constitucional, é relevante, é urgente e urgentíssima para o Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O.k. Não quero ser indelicado com nenhum Parlamentar. As questões de ordem que vou aceitar serão regimentais.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para esclarecimentos não há previsão regimental. É uma liberalidade deste Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Senão eu teria que colocar em votação, Sr. Presidente. Eu estou retirando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Caso contrário, teríamos que votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A discussão está encerrada.

Há uma contestação na Mesa, em decorrência de terem sido consideradas inadmitidas as emendas no processo de apreciação da MP 572, de 2012. (Pausa.)

Deputado Felipe Maia, V.Exa. apresentou uma contestação à decisão do Relator sobre não terem sido admitidas as emendas. Correto? Bom, a Resolução nº 1 prevê em várias oportunidades, como, por exemplo, no art. 136, que recursos ou questionamentos possam ser solicitados por um décimo dos membros da Comissão ou por Líderes que os representem. Perfeito?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No caso específico da contestação, o art. 148 não prevê a possibilidade de a contestação ser apoiada por Líderes.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Art. 148, parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O caput do art. 148.

Portanto, V.Exa., mesmo junto com o Deputado Imbassahy, não tem o apoiamento necessário para o encaminhamento da contestação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não estou achando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Art. 148, caput:

> "Art. 148. O membro da CMO poderá apresentar ao Presidente, com o apoiamento de 10% (dez por cento) dos membros da respectiva Casa na CMO, contestação relativa à estimativa de receita, à fixação da despesa, à admissibilidade de emenda ou a dispositivo do texto relativo aos projetos de lei orçamentária anual e seus créditos adicionais, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei do plano plurianual e suas revisões".

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Certo. Mas onde está a proibição de os Líderes apresentarem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ilustre Parlamentar, eu não sou advogado, mas existe uma regra que aprendi que diferencia o Direito privado do Direito público. No Direito privado, pode tudo aquilo que não é proibido; no Direito público, só vale aquilo que é determinado. No caso, como não há previsão para o Líder, o Líder não pode apresentar. No art. 136 isso é expresso.

Portanto, V.Exa. não tem o apoiamento para fazer a contestação, e eu sou obrigado a não aceitá-la.

Estando a discussão encerrada, vou encaminhar para votação o relatório na Câmara dos Deputados.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como estão, os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram, os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Portanto, está aprovado o relatório da Medida Provisória nº 572, de 2012.

Próximo item da pauta.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, há um requerimento meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O próximo item da pauta é a Medida Provisória nº 573, de 2012.

Existem dois requerimentos sobre a mesa: o do Deputado Antonio Imbassahy, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Comum, o adiamento da votação da proposição por 24 horas, e o de V.Exa., que pede que a votação se dê pelo processo nominal. Correto?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O meu é de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Que já está também em minhas mãos.

Passaremos a apreciar, em primeiro lugar, o requerimento do Deputado Antonio Imbassahy.

Conforme já identificamos no Regimento Comum, não há previsão para discussão, e a votação será imediata.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não podemos defender o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há previsão (ininteligível) retirada de pauta ou adiamento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, não temos condições de argumentar? Tenho certeza de que, se tivéssemos oportunidade, muitos Deputados, inclusive da base governista, haveriam de modificar a posição, e os Senadores também.

Gostaríamos de ter um tempo para justificar esse requerimento que tem tanta importância, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, deixe-me ler para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O art. 50, no caso, não se enquadra aqui.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É o art. 50. Ele fala dos requerimentos de preferência de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Nenhum dos dois requerimentos sobre a mesa são elencados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Ou seja, cabe aos autores...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 3 minutos para defender o seu requerimento, Deputado Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, volto àquela argumentação sobre a importância desta Comissão, que foi convocada num período absolutamente inoportuno, e sobre a quebra de um acordo muito bem fundamentado e profundamente debatido. Foi um entendimento à exaustão entre Líderes, Deputados das diversas bancadas e Senadores com respeito ao Orçamento que está em curso.

Então, Sr. Presidente, o que estamos arguindo é sobre a importância desse entendimento. Numa Casa Legislativa, é fundamental que os acordos sejam cumpridos, especialmente nesta Comissão, que tem grande relevância – é uma Comissão Mista de Orçamento

– e trata dos recursos da União que serão destinados aos brasileiros.

O cidadão brasileiro, que já paga tantos impostos, gostaria de ver a aplicação dos seus recursos com mais clareza, mais eficiência e efetividade e um desempenho adequado do Executivo. É essa a nossa obrigação.

Por isso, Sr. Presidente, o PSDB, ao lado dos demais partidos de oposição... Tenho certeza de que esse é o sentimento também das Lideranças dos partidos do Governo, que estão aqui cumprindo com suas obrigações e suas tarefas, mas que gostariam, no íntimo, de ver esses procedimentos de acordos mantidos.

Então, o nosso desejo é de que essas medidas provisórias sejam colocadas e até aprovadas pela importância delas, mas que os objetivos e a aplicação dos seus recursos sejam claros. Estamos aprovando medidas e não sabemos para onde irão esses recursos. São recursos destinados a regiões e segmentos importantes do País. Mas sabemos que, nesta oportunidade, fica uma eiva de suspeição com respeito à destinação e aprovação aligeirada, às vésperas de uma eleição, de um pleito eleitoral. Inclusive, há uma movimentação pelas pesquisas de opinião, há sempre uma insatisfação com os rumos do Governo nos principais centros urbanos.

Por isso, Sr. Presidente, estamos solicitando aos Srs. Deputados e Srs. Senadores que entendam que esta não é a oportunidade adequada. Estamos, mais uma vez, solicitando isso a V.Exa., que preside esta Comissão com tanta tolerância, discernimento e respeitando todos nós, inclusive nós poucos da Oposição.

Que isso seja entendido por todos os presentes como uma oportunidade para que se possa efetivamente decidir com mais consciência e principalmente que os acordos sejam mantidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – É muito desagradável.

Sr. Presidente, nós temos 5 minutos. Faltam apenas 2 minutos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Art. 41, Sr. Presidente. Matéria vencida. V.Exa. já viu o art. 41.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Esta é a nossa proposta, Sr. Presidente, que os acordos sejam mantidos, porque, amanhã, depois de amanhã ou mais adiante, os acordos não valerão nada nesta Casa.

Nós que participamos desta Comissão queremos aprovar medidas provisórias que tenham realmente importância. Mas aprová-las sem conhecer a destinação dos recursos é realmente inadequado. Seria, até certo ponto, uma medida não pensada – não diria irresponsável da nossa parte, mas não pensada –, porque são recursos públicos vultosos, são milhões, bilhões de recursos.

Essa Medida Provisória nº 572 totaliza 381.252.988 milhões de reais e apenas 206 mil reais foram pagos. Isso mostra que o desempenho do Governo não está compatível com as necessidades de uma região que sofre com calamidade, como a Região Nordeste do Brasil. Lá tem a seca, que está trazendo tanto sofrimento, e o Governo, embora já tenha autorização dada pela medida provisória, não consegue o desempenho.

É importante que o Governo reaja, atenda à população, e que nós possamos aprovar esta medida sabendo especificamente onde serão colocados esses recursos tão importantes para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Tenho certeza de que a minha argumentação tocou profundamente muitos Deputados e Senadores desta Comissão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Cabe encaminhamento, Sr. Presidente, e orientação de bancada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No momento adequado.

Deputado Cláudio Puty para manifestação contrária.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, estamos encaminhando a votação do requerimento de adiamento de votação, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Eu encaminho contra. Quero que considere o encaminhamento contrário. Entretanto faço a referência de por que encaminho contra.

O art. 40 do Regimento Comum diz:

> "*Art. 40. Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional.*"

Aqui, no caso, há um flagrante desrespeito ao art. 40. Porém, porque nós temos pressa em aprovar essa medida provisória, pelos argumentos inclusive utilizados pela Oposição, eu gostaria que isto fosse considerado como encaminhamento contrário ao adiamento de discussão, tanto por motivos regimentais quanto por razões de mérito, haja vista que o tema é de alta relevância nacional.

E, por fim, para ser muito breve, Sr. Presidente, tem se repetido aqui que o Governo não cumpriu acor-

dos com a Oposição. Nós temos dados que demonstram que os acordos foram cumpridos, emendas foram pagas. E, quanto às emendas que eventualmente não foram pagas, assim ocorreu por conta de problemas de gestão de convênio, de execução operacional, de Municípios que estão inadimplentes, enfim, por diversos casos que não dizem respeito à vontade do Governo em honrar os seus acordos com a Oposição. Quando se repete várias vezes aqui que não houve cumprimento de acordos por parte do Governo, parece-me que se quer levar a crer que houve uma decisão por parte da Presidência da República de não pagar as emendas. Esse não é o caso.

Portanto, Sr. Presidente, vamos adiante, vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O.k.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 1 minuto para orientar a bancada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu não poderia iniciar minhas palavras sem registrar a forma de este Governo fazer acordo. Eles fazem acordo no preto e no branco: vocês fazem isso; eu faço aquilo. Na justificativa, fica colorido, torna-se subjetivo. Acordo é objetivo; justificativa é subjetiva. Dizem que é porque estão faltando documentos. Não é isso; é porque há processos inconclusos.

Eu quero saber o seguinte: o acordo foi cumprido ou não? Não foi? Peguem os dados oficiais e demonstrem na Comissão o quanto foi empenhado do acordo. Se não foi empenhado, não foi cumprido o acordo – ponto final. Com justificativas subjetivas é a forma de este Governo proceder. Mas sem planejamento e sem palavra? Sem planejamento, eu já conhecia esse Governo; sem palavra, estou conhecendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Falta 1 minuto. Tenha calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É de 1 minuto o tempo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu não concluí o meu minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É 1 minuto, e V.Exa. já concluiu.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não, Sr. Presidente. De forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Encaminhamento de votação é por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu vou cumprir o meu minuto. Estou concluindo, faltam 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu não quero...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, V.Exa. está cassando a palavra dos Deputados. Eu não estou entendendo a postura de V.Exa. Há pouco eu usei da palavra para retirar um requerimento, e V.Exa. reagiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, eu não quero fazer o que o Presidente Marco Maia faz, às vezes, quando se vê obrigado: desliga o microfone quando fecha o minuto. É de 1 minuto o tempo para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu concordo com esse minuto; apenas insisto em que não concluí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. então queira concluir, dizendo qual é o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O nosso encaminhamento ao requerimento do Deputado Imbassahy é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Pela ordem, Presidente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Eu pedi primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem?

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Não, não. É só para que nas próximas vezes seja marcado o tempo, para que não haja qualquer dúvida, Sr. Presidente. Que pelo relógio seja marcado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Está sendo feito isso.

Qual é a questão de ordem, Senador Flexa?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu gostaria que V.Exa. nos dissesse qual o artigo do Regimento dá 1 minuto apenas para se discutir questão de requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não é discussão; é encaminhamento de votação, orientação de bancada.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sim, e é 1 minuto para orientação de bancada?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É 1 minuto.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Tem algum artigo do Regimento que diga isso, ou V.Exa. determinou esse prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se V.Exa. encontrar um artigo que seja contrário à decisão da Presidência...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Quem tem que encontrar é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Como não tem, a decisão é do Presidente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Ah! O Presidente define o tempo que vai dar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Para encaminhamento de votação, sim. Estou me baseando no Regimento da Câmara: 1 minuto.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Mas aqui não é reunião da Câmara, mas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Então V.Exa. não pode usar o Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Posso usar.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Mas como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Regimento Comum não diz nada; o Regimento do Senado não diz nada; e o terceiro pela ordem é o da Câmara. Como o da Câmara determina 1 minuto, é esse que estou utilizando.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Então, quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. pode encaminhar ao Plenário do Senado, até por escrito, que é contrário à decisão desta Presidência.

Em votação.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Para orientar a bancada do PSDB, Sr. Presidente, por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, V.Exa. citou o nome o nome do Presidente Marco Maia, que, aliás, até tem se empenhado muito pela manutenção dos acordos. Esta é a verdade. O Presidente Marco Maia marcou também o comportamento na direção da manutenção do acordo, que foi descumprido. Isso é muito desagradável. O que há de importante nesta Casa, além dos Regimentos, é a palavra, Sr. Presidente. Quando recebemos o compromisso, a palavra de um companheiro nosso, Deputado, Senador, quer seja Líder ou não, e o Executivo vem e endossa em seguida esse entendimento, é de se supor que ele seja cumprido. Mas, na verdade, Sr. Presidente, não houve o cumprimento, e não existe uma atitude compatível do Executivo para com esta Comissão.

De sorte, Sr. Presidente, que eu gostaria de encaminhar, exercitando aqui a Liderança do PSDB, já que esse é um assunto sobre o qual nós devemos deixar para outra oportunidade a sua apreciação e votação, trazendo sempre em relevo o entendimento de que acordo deve ser cumprido, sob pena de que, no futuro, quando houver qualquer tipo de problema mais complexo ou não, na busca de um entendimento, de um acordo, falte confiança entre os Líderes das diversas bancadas.

Por isso, Sr. Presidente, este assunto merece uma melhor reflexão. Acho que deveríamos deixar para uma nova oportunidade, uma oportunidade em que os objetivos dessa medida provisória sejam mais claros, inclusive com respeito à aplicação dos recursos. E mais uma vez, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que o Governo, que já tem autorização para aplicar os recursos, tem um desempenho muito abaixo daquilo que era esperado, sobretudo para quem tanto necessita deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o requerimento do Deputado Antonio Imbassahy, que pede o adiamento da votação.

Na representação da Câmara, os que concordam permaneçam como se encontram; os que discordam se manifestem de outra forma. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Na representação do Senado...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já está encerrada a discussão.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – No Senado também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Claro.

Em votação.

Na representação do Senado, os Senadores que... *(Pausa.)*

Ora, se já foi rejeitado na Câmara, nem vai para o Senado.

Medida Provisória nº 573, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Justiça...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Espere aí, Sr. Presidente! Há um requerimento meu sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Requerimento sobre o processo de votação. Este momento não é oportuno.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu tenho 2 requerimentos sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sim, estou pegando-os pela ordem. (Pausa.)

Perfeitamente. Nós rejeitamos o requerimento do Deputado Antonio Imbassahy, que pediu o adiamento por 24 horas.

Agora o de V.Exa., em que pede por 48 horas.

V.Exa. está com a palavra para apresentar o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu apresento um requerimento de adiamento de discussão por 48 horas, por acreditar que esta Comissão, até então, não tinha conhecimento sobre o que ela iria votar. Eu não quero ser repetitivo, mas talvez queira ser didático. Quero fazer até uma justificativa real do cotidiano, do dia a dia, porque eu tenho certeza de que todas as Excelências passaram nesses últimos dias pela mesma situação que eu passei.

Eu estava no Rio Grande do Norte, onde pude, ao longo do final de semana, cumprir uma agenda em mais de 20 Municípios. A cada Município que eu ia, ao subir ao palanque, ao apoiar o meu candidato, eu ali dizia da importância do meu mandato como Deputado Federal, e de alguns como Senador, ao trazer o benefício àquela região e àquele Município. E aí eu citava algumas ações do Deputado para o Município, tais como ônibus escolares, ambulâncias, patrulha mecanizada, retroescavadeira, unidade odontológica, saneamento, praça, medicamentos, etc. Ou seja, esses itens fazem parte do cotidiano de um Deputado Federal ou de um Senador que tenta ter um pingo de ação executiva nos seus Estados.

Nós estamos agora nos debruçando sobre a Medida Provisória nº 573, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de 6 bilhões, 843 milhões, 701 mil e 650 reais.

Essa medida provisória, Sr. Presidente, antes de mais nada, é inconstitucional, porque em nenhum momento atende aos requisitos do art. 167, § 3º, da Constituição Federal, que são os pressupostos constitucionais de relevância, urgência e previsibilidade. Abre-se crédito extraordinário no valor de 6 bilhões de reais para se comprar justamente os itens e realizar as ações que eu citei, que eram atribuição do Deputado Federal e do Senador até então.

Não é uma reclamação apenas dos partidos da Oposição o baixo volume de empenho e de liberação dos recursos. Esse é um fato geral entre todos os partidos, sejam mesmo da base do Governo.

Essa medida provisória, além de ser inconstitucional, é altamente eleitoreira e está visivelmente diminuindo as atribuições e prerrogativas do Congresso Nacional.

Por essas e outras razões, peço adiamento da discussão por 48 horas, para que todos os Deputados e Senadores aqui presentes possam fazer uma reflexão sobre o cheque em branco que estamos dando ao Palácio do Planalto – no segundo momento, haverá a falta de prerrogativa de ação.

No momento em que as emendas não são empenhadas, não são pagas, o Governo Federal, num período eleitoral, vai patrocinar em todas as regiões do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul do Brasil ações que antes eram de responsabilidade de Deputados e Senadores. Ou seja, está-se apequenando a importância do Congresso Nacional; está-se passando para o Palácio do Planalto a responsabilidade de ações que antes eram de Deputados e Senadores.

Então, eu não poderia deixar de apresentar um requerimento de adiamento da discussão por 48 horas, Deputado Luciano Castro, para que V.Exas. pudessem avaliar o que é melhor: render-se a um chamamento do Governo ou curvar-se a sua atuação parlamentar.

Porque isso aqui não é um crédito extraordinário para se comprar qualquer outra coisa: é para se comprar o que era da nossa competência. E hoje não são pagas as emendas para que nós possamos atender às nossas bases. É importante que saibam o que está sendo autorizado. Querem institucionalizar o formato de se governar a população; tornar o povo brasileiro refém de um programa com o qual concordo com a porta de entrada, mas não concordo com porta de saída. Ou seja, a população brasileira de baixa renda, que participa de um programa assistencialista, fica refém do Governo. Isso será feito com os nossos Prefeitos. Tornar-se-ão os Prefeitos e as lideranças do Brasil reféns do Palácio do Planalto. Deputados e Senadores não terão mais autonomia, não terão mais discurso, não terão mais benfeitorias, não terão mais ações nos seus Estados e nos seus Municípios!

Que fiquem conscientes de que, com aprovação dessa medida provisória, haverá um reflexo bombástico dentro do Congresso Nacional!

Esta a razão, Sr. Presidente, por que peço a aprovação do meu requerimento de adiamento de dis-

cussão por 48 horas, para que esta Comissão possa refletir sobre o conteúdo da medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Em votação...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação nos termos do...

V.Exa. tem 1 minuto para orientar a sua bancada.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, por todas as razões aqui apresentadas ao longo de 5 minutos, eu não poderia deixar de orientar a minha bancada, que hoje infelizmente se resume a mim, mas sempre presente. O importante é que eu, para engrandecer esta Comissão, atendi ao chamamento de V.Exa., que ainda ameaça tomar minha palavra. V.Exa. vem sendo injusto com este nobre Deputado que saiu do seu Estado, das suas bases, para vir engrandecer a discussão neste plenário.

Mas eu não poderia deixar de aqui encaminhar a votação no sentido de aprovação do meu requerimento, para que possamos adiar a discussão por 48 horas, ou seja, para a semana que vem ou para depois das eleições, para que possamos permitir que todos os Deputados e todos os Senadores possam se aprofundar acerca do conteúdo dessa medida provisória.

Era isso, Sr. Presidente.

A minha orientação é favorável ao adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, realmente, tem toda a razão o Líder Felipe Maia quando assegura que estamos abrindo mão de prerrogativas de Deputados e de Senadores e transferindo para o Palácio do Planalto, para o Gabinete da Presidência o toma-lá-dá-cá, que traz realmente uma situação muito esquisita. O Governo está entrando no toma-lá-dá-cá.

Vai dizer com essa medida provisória quem vai receber um ônibus, um trator, uma motocicleta. Mas essa não é a tarefa, Sr. Presidente, do Gabinete da Presidência da República. Os Deputados têm prerrogativas porque conhecem suas bases e entendem melhor suas necessidades.

Agora, vai ficar sendo administrada pela Presidência da República essa situação de se entregar ao Município, ou não, um ônibus, um trator, e às vésperas das eleições municipais...

É por essas e outras, Sr. Presidente, que o PAC tem desempenho tão baixo, e há essa carência enorme na infraestrutura nacional. Não pode agora o Governo querer fazer esse tipo de atitude, esse toma-lá-dá-cá, às vésperas de eleições.

Acho então que esse requerimento do Deputado Felipe Maia é oportuno e dá tempo para que os Srs. Deputados e Senadores possam refletir melhor sobre a matéria que está sendo apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o requerimento do Deputado Felipe Maia, que pede o adiamento da votação pelo prazo de 48 horas.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão; os que discordam se manifestem de outra forma. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

Em votação no...

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Não vai ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não vai ao Senado.

Estou me acostumando!

Requerimento do Deputado Felipe Maia que solicita a retirada de pauta da MP 573.

A palavra está a disposição...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Questão de ordem, Sr. Presidente.

> "Art. 42. A retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor e dependerá de despacho da Presidência.
>
> Parágrafo único. Competirá ao Plenário decidir sobre a retirada da proposição com votação iniciada."

Portanto, eu gostaria que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É porque ele encaminhou antes do início.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, uma vez não sendo aprovado o adiamento de discussão por 48 horas, eu faço aqui mais uma tentativa de conscientizar as bancadas de todos os partidos, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que entendam a importância de retirarem da pauta essa medida provisória – e, consequentemente, evitarem o estrago que ela causará no exercício parlamentar de cada um dos membros da Comissão Mista de Orçamento em suas bases.

Eu comecei as minhas palavras, quando do outro requerimento, colocando o dia-a-dia de um Parlamentar. Não tenho dúvida de que essa é a mesma rotina de qualquer membro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, V.Exa. pode garantir a palavra do orador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Refere-se ao art. 42.

"Art. 42. A retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor (...)"

Nesse caso, o autor é o Poder Executivo.

Então, não cabe o requerimento por parte do Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Cabe o requerimento, Sr. Presidente, de qualquer Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está em discussão, Deputado. O que está sendo discutido é o requerimento. S.Exa. é o autor do requerimento, da proposição.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É lógico que não estou pedindo para retirarem a Medida Provisória nº 573. Eu acho que está havendo um equívoco por parte do Deputado Puty.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – O Deputado Puty está pensando que se está no Governo passado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores! Deputado Felipe Maia, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Senador Flexa Ribeiro, tenha o mínimo de compostura condizente com seu cargo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores! Senhores!

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu a tenho toda com V.Exa. V.Exa. é que não tem com ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Felipe Maia, eu não vou...

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, por gentileza!

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente. Vou retomar meu tempo, que eu estou cronometrando.

Enfim, eu vinha dizendo da narrativa que eu fiz no outro requerimento em relação ao cotidiano meu, e que eu tenho certeza de que é o cotidiano de qualquer outro Parlamentar desta Comissão.

E eu deixo uma pergunta a esta Comissão. Por que nós, em vez de estarmos aqui debruçados sobre a Medida Provisória 573, não estamos, por exemplo, debruçados sobre o PLN 14, que o Deputado João Maia tanto me pede para votar, do qual ele é o Relator e há recursos para concretizar e finalizar o contorno da cidade de Caicó? Por que nós estamos nos debruçando sobre uma medida provisória de 6 bilhões de reais para a compra de ônibus escolares, ambulâncias, patrulha mecanizada, retroescavadeira, unidade odontológica móvel, motocicletas para a Polícia Rodoviária Federal? Por que essas benfeitorias não estão sendo empenhadas pelo Palácio do Planalto e liberadas, para que cada um de V.Exas. possa mandá-la para o seu Município? Se o dinheiro existe, por que ele não é empenhado nas emendas parlamentares, de modo que seja permitido a nós fazer os gols junto aos nossos eleitores? Por que nós vamos pegar a bola, colocá-la na marca do pênalti, tirar o goleiro e dizer: "Presidente, bata o pênalti; faça a senhora o gol, que eu vou ficar fora do estádio, para que ninguém veja que eu ajeitei a bola para a senhora". É o que nós estamos fazendo.

Na minha opinião – peço desculpas a todos – é vergonhoso o papel que esta Comissão irá fazer, caso decida votar esta medida provisória e aprová-la. Nós tiraremos a nossa prerrogativa, o nosso discurso, o nosso poder, esta vontade que nós temos de levar a realidade, a benfeitoria, a melhoria. Nós vamos ficar restritos aos discursos no plenário?! A projetos de lei?! A emendas constitucionais?! É a isso que nós vamos restringir a nossa atuação parlamentar? Vamos acabar com as emendas?! Vamos acabar com o envio das melhorias?! Vamos entregar de mão beijada os nossos Prefeitos ao Palácio do Planalto?!

Se quiserem fazer isso, podem fazer, mas está aqui o meu registro de que eu sou contrário a essa ação. Quem quiser dar tiro no pé, que se sinta à vontade, que dê o tiro no seu pé, mas que amanhã não lamente, não reclame, não fique sem ter o que falar na praça pública, não fique sem ter o que dizer ao seu eleitor. Fique apequenado. Fique tido como Parlamentar ausente das bases, que mora em Brasília, que mora na Capital do País e, no máximo, vai aos Municípios para apertar e beijar as mãos do eleitor, sem levar nada! Nós seremos sujeitos distantes das nossas bases, talvez até estranhos.

Talvez a Presidente, com muita dificuldade, possa vir a se reeleger – eu acredito que não conseguirá. Agora, eu acho que nós teremos muitas dificuldades em levar à praça pública, nas próximas eleições, o nosso discurso. A não ser dizermos que somos autores do projeto de lei tal, da PEC "x", da PEC "y" e fazer um discurso didático, catedrático, professoral. Talvez seja uma nova forma, Sr. Presidente, de fazer política no Brasil: darmos palestras, e não fazermos discursos e prestarmos contas às nossas bases, aos nossos Prefeitos e aos nossos eleitores.

Era isso que eu queria dizer aqui, deixando muito claro o que penso e tentando conscientizar cada um dos membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o requerimento do Deputado Felipe Maia, que pede a retirada de pauta da proposição.

Os Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram. Os que são contra manifestem-se de outra forma. (Pausa.)

Rejeitado.

Em votação na representação do Senado. Os Senadores que...

Faz horas que eu tento fazer um Senador votar e não consigo.

Medida Provisória nº 573/2012, que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário..." O relator é o Deputado João Paulo Lima. Foram apresentadas 32 emendas. O relator está com a palavra para apresentação do relatório.

Deputado João Paulo Lima, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização apresenta o relatório sobre a Medida Provisória nº 573/2012, que "abre crédito orçamentário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R$6.843.701.650,00, para os fins que especifica".

Do relatório, Sr. Presidente: "Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, a Presidenta da República, por intermédio da Mensagem nº 65, de 2012-CN (nº 288, de 2012, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 573, retomando aqui o valor de R$6.843.701.650,00.

Segundo a Exposição de Motivos n° 138/2012/MP, de 26/06/2012, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e fundamenta a propositura da Medida Provisória n° 573/2012, os recursos alocados por intermédio dessa medida provisória se destinam ao Ministério da Justiça, ao Ministério da Educação, ao Ministério da Saúde, ao Ministério dos Transportes, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério da Defesa, ao Ministério da Integração Nacional.

À medida provisória foram apresentadas, Sr. Presidente, 32 emendas. Passo aqui ao exame constitucional dos pressupostos de relevância e urgência.

O § 3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que: "A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62".

Passo à verificação dos cumprimentos das exigências previstas no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Passo agora ao exame do mérito: tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM 138/2012/MP, de 26/06/2012, assim como as considerações aqui feitas sobre os pressupostos de imprevisibilidade e urgência; considerando a necessidade de realização imediata da despesa para a obtenção dos resultados pretendidos; e considerando, igualmente, que a sua execução poderia ficar comprometida se a viabilização dos créditos necessários fosse submetida ao processo legislativo ordinário, entendo ser imprescindível e oportuna essa forma de intervenção do Governo Federal, tornando meritória a edição da medida provisória em exame.

Análise das emendas: foram apresentadas, no prazo regimental, 32 emendas a este crédito extraordinário.

O art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como sobre a tramitação das matérias de sua competência, estabelece: "Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente".

A análise das proposições apresentadas evidenciou que todas as emendas nºs 01 a 32 apresentam mérito em suas iniciativas, ao buscarem o equacionamento de necessidades reais de localidades que integram os Estados e/ou regiões de origem dos respectivos proponentes. Entretanto, por se orientarem para o remanejamento das alocações, conflitam com o espírito supramencionado, razão pela qual devem ser inadmitidas.

Voto do relator: diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 573, de 2012, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela indicação das Emendas de nº 01 a 32 para serem inadmitidas pelas razões acima apontadas."

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo relator no seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Também quero discutir depois, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, ouvi com muita atenção o parecer do nobre Deputado João Paulo, companheiro, líder de Pernambuco, grande Prefeito de Recife. Fomos até, Deputado João Paulo, contemporâneos. Eu aplaudo o seu trabalho em Recife, trabalho reconhecido pelos recifenses, orgulho daquela cidade querida. Mas, com todo o respeito, Deputado João Paulo, realmente destinar, nesta medida provisória, dentro do Ministério da Educação, 1,446 bilhão de reais para veículos escolares não me parece apropriado, apesar das necessidades. Mas é uma dimensão aparentemente exagerada.

No Ministério da Justiça, 22,291 milhões para comprar motocicletas; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 1,713 bilhão para aquisição de equipamentos voltados para a melhoria da infraestrutura, é uma coisa vaga. Não sabemos quais são esses equipamentos. É muito vago isso: 1,713 bilhão de reais! No Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1,088 bilhão para comprar motoniveladoras!

Quer dizer, é uma coisa que me parece não tem senso, deveria ser melhor analisada. E mostra também a imprevisibilidade do Governo. O Governo tem que fazer previsões, fazer avaliações de receitas, despesas, destinações de recursos, e essa medida provisória é uma homenagem à falta das previsões ou planejamento do Governo.

São, Sr. Presidente, mais de 6 bilhões de reais, 6,8 bilhões de reais, e até agora, durante todo esse período em que a medida provisória está em vigor, o Governo pagou apenas 74 milhões, menos de 1%. Isso mostra que há um descasamento entre o que se planeja, entre o que se executa e as necessidades da população.

Portanto, com todo o respeito que nós temos pelo nobre Relator Deputado João Paulo – mais uma vez reitero aqui o trabalho do querido Deputado na sua cidade e em todo o Estado de Pernambuco –, nós consideramos, Deputado João Paulo, um volume muito grande de recursos para que seja aprovado praticamente a toque de caixa, às vésperas das eleições, como eu disse anteriormente, transferindo para o gabinete do Palácio do Planalto uma atitude que pode se transformar mais em uma ação de natureza eleitoral do que para atender propriamente as necessidades da população brasileira.

Então, a nossa manifestação, Sr. Presidente, é no sentido, primeiro, de que haja a manutenção dos entendimentos, dos acordos que foram feitos aqui nesta Casa. Segundo, o mérito dessa medida provisória é absolutamente questionável na forma como está sendo aprovada.

É claro que são recursos importantes. Nós queremos que os Municípios recebam esse tipo de equipamento, enfim, esses recursos, mas da maneira como está sendo apreciada a matéria nesta Comissão, a toque de caixa – eu falo isso de maneira respeitosa com os nossos colegas Deputados e Senadores –, eu acho que a matéria deve ser mais bem aprofundada para que possamos ter uma melhor reflexão, uma destinação mais adequada, por Estado, por Município, para que tenhamos mais segurança sobre a aplicação adequada desses recursos.

Sr. Presidente, muito obrigado, mais uma vez, pela tolerância, pela maneira como V.Exa. está conduzindo os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Deputado Felipe Maia, a palavra está à disposição de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Obrigado, Sr. Presidente. Eu peço novamente para usar a palavra nesta Comissão, no momento em que nós discutimos a matéria. Eu acho que já esgotei todos os meus argumentos e posições em relação à medida provisória. Eu apenas peço novamente para discutir a matéria, no momento em que elogio o relatório do Deputado João Paulo. Apesar de a medida provisória ser inconstitucional, como eu já disse, e estar apequenando o exercício parlamentar dos Deputados e Senadores, ele fez um relatório irretocável.

Apenas me deixa triste o fato de ele ter rejeitado três emendas de minha autoria a essa medida provisória. Eu tentei, no mesmo sentido de tudo o que eu falei, deixar com que fossem os anéis e ficassem os dedos. Ou seja, se eu estou dando 6 bilhões de reais ao Palácio do Planalto para fazer o meu papel, que pelo menos eu pudesse pegar uma carona nesses 6 bilhões de reais e carimbar em três áreas recursos para o meu Rio Grande do Norte.

Eu apresentei uma emenda na área da saúde, outra emenda na área de equipamentos e uma terceira emenda na área de educação. Na área da saúde eu pedia que um determinado recurso fosse destinado ao Rio Grande do Norte para a aquisição de ambulâncias. Eu pedia que o Rio Grande do Norte pudesse ter carimbado os recursos necessários para ter a certeza dessa bola que entrará no gol e não será pelos meus pés. Pelo menos o meu Estado será beneficiado.

Assim como também apresentei uma emenda na área de equipamentos e máquinas para a aquisição de unidades agrícolas, retroescavadeiras, patrulhas

mecanizadas, para poder cortar a terra do agricultor do Rio Grande do Norte, que, devido à baixa execução da Medida Provisória nº 572 e à ineficiência da distribuição do milho da CONAB, pudesse pelo menos ter garantido o seu corte de terra.

E a terceira emenda, no valor de 50 milhões reais, eu apresentei pedindo que o Relator pudesse aproveitá-la para garantir ao Rio Grande do Norte esse valor, 50 milhões de reais, para a aquisição de ônibus escolares, que seriam distribuídos nas diversas regiões do Rio Grande do Norte e que iriam levar tantos jovens aos seus colégios, às suas escolas e a um futuro melhor.

Isso ocorreu diante dessa medida provisória e de uma suposição de que a base iria atender a um chamamento do Palácio do Planalto. Foi uma forma que encontrei de tentar, mesmo não sendo pelas minhas mãos, levar o desenvolvimento para o Rio Grande do Norte. Além de nós darmos esses 6 bilhões de reais, mais de 6 bilhões de reais ao Palácio do Planalto, em uma medida provisória, que, volto a repetir, é inconstitucional, porque não se refere a nenhum item urgente e relevante, eu não tenho certeza e nenhum de nós tem a certeza de que ela irá para os nossos Estados. Ela pode ir, por exemplo, para o Rio Grande do Sul, do Presidente Paulo Pimenta, que é conterrâneo da Presidente. E vai que ela queira beneficiar apenas as crianças do Rio Grande do Sul, todas loirinhas, dos olhos azuis... E as criancinhas magrinhas, moreninhas, com cabelinho ruim, do Rio Grande do Norte, coitadinhas, vão ficar a pé, vão ficar a pé ou não vão à aula.

Deputado João Maia, V.Exa. é do meu Estado e conhece bem os nossos conterrâneos. Eu me preocupo muito quando essa emenda é rejeitada porque eu tenho muito medo de que as nossas crianças fiquem sem condições de ir às escolas, que o agricultor fique sem condição de ter a sua terra cortada, o que pode impossibilitá-lo de cultivar qualquer lavoura para tirar a subsistência de sua família, e que os doentes não possam ter o transporte em ambulâncias bem equipadas aos diversos postos de saúde, unidades básicas de saúde e hospitais regionais para ter a sua doença curada.

No mais, Sr. Presidente, quero renovar a minha indignação, a minha tristeza, sobre a posição de afrontamento dessa medida provisória à Constituição Federal, que, pelo o que disse, vem de encontro ao art. 167, § 3º, da Constituição Federal, que se refere aos requisitos mínimos para a edição da medida provisória. Ela não é relevante, ela não é urgente. Logo, ela é inconstitucional.

Agradeço V.Exa. pela tolerância do tempo e encerro aqui a minha discussão quanto à Medida Provisória nº 572.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Não havendo mais quem queria discutir, vou encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Sr. Presidente, só para orientar aqui no encaminhamento.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A discussão está encerrada.

O relatório está em discussão. Vou encaminhá-lo à votação.

O Deputado Antonio Imbassahy pede a palavra por 1 minuto para encaminhar o voto da sua bancada.

O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY – Apenas para mais uma vez consagrar a nossa preocupação, Sr. Presidente, com respeito ao plano de aplicação. Esse plano de aplicação não surge na medida provisória, e nós não temos verdadeiramente conhecimento e segurança de como serão aplicados esses recursos entre os diversos Estados brasileiros e Municípios.

Sinceramente, eu não sei se o critério será "Aqueles que têm mais acesso ao gabinete do Palácio do Planalto" ou "Aqueles que têm um relacionamento maior". Não sei se o mérito vai prevalecer ou não, se nós convivemos com circunstâncias eleitorais, que poderão prevalecer na destinação desses recursos.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que é de grande importância que o plano de aplicação seja colocado com clareza, apresentando a distribuição e a consequente destinação desses recursos.

Sr. Presidente, era essa a nossa manifestação final. Mais uma vez agradeço pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Eu pedi a V.Exa. para discutir pelo Senado. V.Exa. não estava observando, mas eu estava com a mão levantada quando V.Exa. estava se dirigindo ao Deputado e, ao mesmo tempo em que se dirigia ao Deputado, deu por encerrada a discussão.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse abrir a possibilidade de discutir pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

Vou considerar uma falha minha não ter observado que V.Exa. estava com a mão levantada. Por isso, vou dar a V.Exa. 5 minutos para a discussão.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Agradeço a V.Exa.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a discussão da Medida Provisória nº 573 já foi aqui bastante abordada. Não há como evitar a aprovação da medida provisória pela Comissão Mista de Orçamento.

Eu lamento que o Congresso Nacional se mantenha submetido às vontades ditatoriais do Executivo de fazer com que talvez a atuação mais importante do Parlamentar, que é a peça orçamentária, não seja por nós definida.

Essa medida provisória é inconstitucional, Sr. Presidente. Eu não vou discutir seu mérito, mas nós todos juramos cumprir a Constituição, e o Supremo Tribunal Federal já definiu que é inconstitucional medida provisória que trate sobre crédito suplementar, que tenha previsibilidade. Então, o Executivo desrespeita uma determinação já definida por acórdão do Supremo Tribunal Federal e continua mandando para o Congresso medidas provisórias que tratam de crédito suplementar. Nós, Parlamentares, estamos aqui assumindo aprovar algo que é inconstitucional.

O Deputado Cláudio Puty se aborreceu ainda há pouco quando tentava, por uma questão de ordem inadequada, impedir a votação dos requerimentos dos Líderes do PSDB e do DEM. Essa medida provisória, sob todos os pontos que aqui se colocam, não deveria ser aprovada da forma como está sendo aqui.

Mas um ponto é importante que seja observado, Sr. Presidente. Essa medida provisória foi editada em junho. Nós estamos no final de setembro, e, dos R$6.843.701.650,00 que a medida provisória abre de crédito – é bom que o Brasil inteiro que nos assiste possa tomar conhecimento daquilo a que os Parlamentares vão dar "sim", obedecendo à ordem do Executivo, pois vão ter que prestar contas nas suas bases, nos seus Estados –, desse valor, foram empenhados 726 milhões, pouco mais de 10%, e foram liquidados, pagos, Sr. Presidente, 74 milhões.

Eu diria que é demais o Congresso Nacional aprovar algo que não tem nem urgência. Se houvesse urgência para a liberação, já estaria liberado pelo Executivo.

Ademais, Sr. Presidente, quando nós aprovamos a LDO, V.Exa. participou do debate que fizemos aqui com o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, com relação à emenda que eu propus ao caput do art. 12, sobre a Lei Kandir. Eu disse àquela altura – e o Deputado Puty votou contra a minha emenda – que a Presidenta ia vetar os recursos para a Lei Kandir. Não deu outra coisa. Aquilo que foi dito aqui era morte anunciada. Ela vetou. Ou seja, nenhum real há para a Lei Kandir, que vai atender aos Estados do Pará e de Minas Gerais e a 21 Estados do Brasil. Isso é um desrespeito, porque a perda de receita dos Estados pela Lei Kandir tem que ser resposta pela União.

Eu disse ainda há pouco ao Senador Clésio Andrade, que veio aqui para dar quorum, que ele não deveria estar apoiando o Governo, que se posiciona contra os mineiros, contra os brasileiros. Além de a Presidenta Dilma ter vetado a emenda da Lei Kandir, ela vetou a emenda da Medida Provisória nº 563 que tratava de dar à CFEM o mesmo tratamento que deu ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A Presidenta Dilma ficou ao lado das mineradoras, contra o povo brasileiro, ao vetar a emenda de minha autoria.

Admiro que o Senador Clésio venha agora dar quorum a uma posição que a Presidenta assumiu contrariamente aos brasileiros, em especial aos mineiros e aos paraenses, que são os dois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Já concluo, Sr. Presidente.

Minas Gerais e Pará são os dois Estados que têm a maior perda da exploração mineral pela Lei Kandir.

Então, Deputado Puty, peço a V.Exa. que vote contra o Governo, que penaliza o Estado que V.Exa. tem a obrigação de defender no Congresso Nacional. V.Exa. votou contra a emenda que apresentei à LDO e está votando uma medida provisória inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o relatório da medida provisória na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório do Deputado João Paulo Lima à Medida Provisória nº 573 permaneçam como se acham; os que discordam manifestem-se de outra forma. (Pausa.)

Contra o voto do Deputado Felipe Maia.

Em votação na representação do Senado.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR TOMÁS CORREIA – Apoiado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há solicitação de que seja feita votação nominal.

O SR. SENADOR SÉRGIO SOUZA – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB no Senador, para apoiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Sérgio Souza, pela Liderança do PMDB, Senadora Vanessa Grazziotin... Temos apoiamento suficiente. Todo mundo quer votação nominal. O Senado está com tanta vontade de votar que não consegui até agora, porque todos pediram votação nominal, inclusive para que fique consignado, inclusive, o voto de cada um.

O SR. SENADOR TOMÁS CORREIA – Acho que o Senador Flexa ia me provocar de novo. Então, julguei melhor fazer assim. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem. Vou chamar para fazer a leitura...

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero registrar o voto contra o povo mineiro

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem.

A Senadora Vanessa Grazziotin fará a chamada, por gentileza.

Enquanto S.Exa. se dirige à mesa, quero registrar – e me dirijo também aos servidores do CENIN e da Secretaria da Casa – que, como todos os senhores viram, a partir de hoje temos a Pauta Eletrônica em funcionamento, com toda a legislação da Comissão e os Regimentos. A partir da próxima sessão, esse instrumento também estará disponível para as assessorias, que poderão acompanhar tudo por seu intermédio. Haverá grande economia de papel e maior agilidade. Estão de parabéns, portanto, os servidores da nossa Casa. Estou muito feliz porque a Pauta Eletrônica já está em funcionamento pleno.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente, permite-me V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Clésio, qual é a questão? Estamos em regime de votação.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Já terminou a votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não. Vai começar agora.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

A Senadora Vanessa Grazziotin fará a chamada nominal.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Wellington Dias (Pausa).

Senador Antônio Carlos Valadares. (Pausa.) Ausente.

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)* Ausente.

Senadora Vanessa Grazziotin, "sim".

Senadora Ângela Portela. *(Pausa.)* Ausente.

Senadora Ana Rita.

A SRA. SENADORA ANA RITA – "Sim".

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Romero Jucá. (Pausa.) Ausente.

Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA – "Sim".

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Clésio Andrade.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – "Sim".

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Sérgio de Sousa.

O SR. SENADOR SÉRGIO DE SOUZA – "Sim"

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Tomás Correia.

O SR. SENADOR TOMÁS CORREIA – "Sim".

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Completamos o Bloco Parlamentar da Maioria, formado pelo PMDB, PP, PV e PSC.

Senador Cássio Cunha Lima. (Pausa.) Ausente.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Contra.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Armando Monteiro. (Pausa.)

Senador Vicentinho Alves.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES – "Sim", a favor.

A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Senador Sérgio Petecão. (Pausa.) Ausente.

Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)* Ausente.

Oito votos "sim" e um voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Aprovada na representação do Senado Federal com oito votos favoráveis e um contrário.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Às 14h34, concluímos a votação.

Portanto, está aprovada Medida Provisória nº 573, de 2012.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Só uma observação, Sr. Presidente, antes do Senador Flexa

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Clésio Andrade.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Com relação aos royalties dos minérios, Sr. Presidente, que o Senador Flexa tão bem abordou e que são de grande interesse para Minas Gerais e para o Pará, tenho um projeto que os eleva de 2% para 4% – e S.Exa. também tem proposta nesse sentido – e está sendo relatado pelo Senador Aécio Neves. É o melhor instrumento para subir os valores dos royalties dos minérios dos mineiros e dos paraenses.

Estou muito feliz porque poderemos, juntos, na semana que vem, no retorno do recesso, na Comis-

são de Infraestrutura, votar essa matéria, em favor dos interesses de Minas Gerais e do Pará.

A emenda é muito boa – seria bom que pudéssemos subir mais um degrau –, mas infelizmente não atende a tudo o que Minas Gerais e o Pará precisam. Essa é a nossa justificativa.

Gostaria ainda de dizer ao Senador Flexa que S.Exa. está no meu coração e que estaremos juntos brigando pelo meu projeto e pelo dele.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão, Senador?

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Art. 14º. Fui citado. Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa. pela condução da Presidência da Comissão Mista de Orçamento. V.Exa. é um Parlamentar empenhado em cumprir as missões que lhe são destinadas, por mais penosas que sejam elas.

Dito isso, peço aos Srs. Parlamentares que tenhamos sempre casa cheia na CMO e não apenas quando o Governo tem interesse em nos empurrar goela abaixo uma medida provisória.

Então, parabenizo, V.Exa., que conseguiu o feito de buscar os Senadores para atingirmos o *quorum* e votarmos, o que não seria possível há até pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a V.Exa. a gentileza.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Puty. Depois, vou continuar com a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, é só para dar uma informação – e acho que isso responde ao questionamento do Senador Flexa Ribeiro em relação à suposta votação sobre a Lei Kandir.

Na realidade, o Senador tentou criar um factoide, tirando do texto e colocando no caput. Em reunião com a Ministra Miriam Belchior, tanto na realizada pelo Senador Romero Jucá e pel**O SR. PRESIDENTE**, quanto na de que participei, tratamos de recursos no PLOA 2013 referentes à Lei Kandir. Obviamente, o Parlamento não vai admitir – nós não vamos admitir – que não haja, como ocorreu nos últimos anos, como sabe o Senador Flexa Ribeiro, recursos para compensação referente a perdas da Lei Kandir. Inclusive, da parte do Ministério do Planejamento, há plena disposição para garantir a inclusão desses recursos para o bem de Minas Gerais e do Pará.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – O Deputado Puty fala em factoide à emenda S.Exa. usou uma expressão..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Peço um minuto a V.Exa. O sofisma que S.Exa. utilizou agora no argumento não tem sentido, porque sabe que se aprovado no caput do artigo, a Presidenta não teria como vetar. Isso foi dito na discussão, e S.Exa. estava presente. O fato de dizer que o Ministério do Planejamento já garantiu recurso... Isso poderia ter vindo na Lei Orçamentaria e não veio. Então, o Deputado Puty está sofismando, como se todo o povo do Pará não raciocinasse. Eles estão bem atentos, Deputado Puty, acompanhando a atuação de V.Exa. contra o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Requerimento...

Sras. e Srs. Parlamentares, estamos num momento importante da nossa reunião e não quero correr o risco de perdermos o quorum por falta de diálogo. Os Líderes da Oposição, se assim me permitem dizer, fizeram uma consulta sobre a possibilidade de votarmos o 14, por acordo, e, em seguida, encerrarmos a reunião.

Gostaria que houvesse um diálogo entre os Líderes da Oposição e os representantes do Governo, para ver se há a possibilidade da construção de algum acordo maior sobre votações.

Assim, vou encaminhar a votação do 14 enquanto os senhores discutem... Desculpem-me: vou encaminhar o requerimento de inversão da pauta, do Deputado João Maia, para que seja apreciado o Item 10 da Ordem do Dia, PLN 14.

Antes, porém, informo que ficarão prejudicados os demais requerimentos do Deputado Felipe Maia, se for aprovado o do Deputado João Maia, trazendo o PLN 14 para o primeiro item da pauta.

Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Presidente, quero pedir a compreensão da Comissão e agradecer aos Deputados Felipe Maia, Antonio Imbassahy e Luciano Castro, que endossaram a proposta – agradeço também a V.Exa. e a todos os companheiros da Comissão.

A minha preocupação deve-se ao fato de que essa obra está concluída em 70%, mas, por falta de previsão orçamentária, tem 250 trabalhadores em aviso prévio. E essa é uma obra no Seridó, no sertão, no semiárido legítimo.

Então, compreendo a importância desse acordo e, por isso, peço a compreensão de todos, para invertermos a ordem e votarmos o PLN 14.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento do Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Seria possível votar o item 15 da pauta, do qual sou o Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos votar agora o item 10.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Por acordo?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, não há acordo para votar nenhum outro PLN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Veja bem...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O acordo é para votarmos o 14...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós vamos votar o 14...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – ... e encerra-se a reunião.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Esse projeto é de interesse da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem de haver um requerimento pedindo.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Relator do PLN 14, o Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, vou direto ao voto do Relator.

Do exame do projeto, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito às suas compatibilidades com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, e a sua conformidade com a Lei Orçamentária para o exercício de 2012, Lei nº 12.595,de 19 de janeiro de 2012.

Não obstante o seu mérito e a sua relevância, e com vistas a evitar a descaracterização do crédito proposto, optamos pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2.

Tendo em vista as considerações de mérito apresentadas na Exposição de Motivos nº 80, de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e diante dos demais expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 14, de 2012-CN, na forma proposta pelo Poder Executivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Puty) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, o relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

E, de acordo com o estabelecido com a Oposição...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não há acordo, Presidente. Infelizmente, não há acordo. Quero pedir desculpas a todos os interessados nos outros PLNs – e acho que a questão é maior. Aqui não existe ninguém contrário a nenhuma aprovação de crédito para a Marinha e para a Justiça Eleitoral. A questão é maior. É uma questão política; é uma questão de compromisso, de acordo firmado e não cumprido. Então, peço desculpas a todos os interessados nos outros PLNs, mas é uma questão maior, é uma questão institucional desta Comissão. Foi feito um acordo para que pudéssemos votar o PLN 14, do Deputado João Maia, e encerrar a sessão. Caso contrário, vamos continuar nesse desgastante processo de obstrução.

Infelizmente, neste momento, a base está desmobilizada, assim como no Senado, daqui a pouco, começa a Ordem do Dia da Câmara. Então, o mais saudável é encerrarmos a reunião agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que possamos, de maneira simbólica, incluir mais um ou dois PLNs. V.Exa. mesmo pode escolhê-los. Para mostrar a postura desta Presidência, dou à Oposição a preferência de escolha. A aprovação será, inclusive, um gesto, um mérito da Oposição. V.Exa. pode escolher os que quiser aprovar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para não ser intransigente, o 17, e encerramos a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem sabe o PSDB também sugere um.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – É o mesmo, o 17.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Fica um para os Democratas e outro para o PSDB, como mérito. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que coordene o... e encerre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estou perguntando para o PSDB se eles têm alguma sugestão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O PSDB concorda. É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deixe-me ver com o Líder do PSDB.

Eu acho que, assim como os Democratas estão sugerindo um, seria justo que o PSDB sugerisse outro. (Pausa.)

O PLN 17, Deputado Felipe Maia, é inclusive um que o Deputado Duarte Nogueira...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, vamos adiantar a votação do 17?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) -PLNs 14 e 17.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – O 14 já foi aprovado, que é o do João Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O PSDB concorda? (Pausa.)

Senhores, não há entendimento?

Esta Presidência entende que é um bom acordo, o 14 e o 17. (Pausa.)

Senhores, PLN 14, PLN 17... Não vou encaminhar... Não, o 14 faz parte do requerimento e também o PLN. Muito bem.

Há acordo para votar o 17? Vamos colocá-lo em votação.

O item 10 da pauta, o PLN 14 foi aprovado.

Parabéns, Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agora vamos para o 17, cujo Relator é o Deputado Duarte Nogueira.

Na ausência de S.Exa., vou designar Relator ad hoc o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. quer que eu leia todo o relatório ou apenas o voto do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não é necessário, pode ir direto ao voto. Como já não estamos mais obstruindo o 17, pode ir direto para o voto.

Quem sabe durante o seu voto surge acordo para mais um PLN?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, deixe-me abusar da boa vontade de V.Exa. e da Comissão para justificar a todos os interessados a aprovação de outros PLNs.

Represento aqui uma bancada de 27 Deputados. Infelizmente, 26 deles não puderam estar presentes. O Líder ACM Neto está em campanha em Salvador, e o Deputado Ronaldo Caiado não pôde vir a Brasília por estar cumprindo compromissos pessoais e particulares na cidade de São Paulo. Então, não é uma deliberação, nem má vontade, nem uma posição inflexível deste Deputado. Aqui represento uma bancada de 27 Deputados e fui orientado a não votar nada diante do descumprimento daquele acordo. E assim foi feito.

V.Exa. conseguiu, junto com os Líderes do Governo, quorum para votar as medidas provisórias. Eu recebi autorização para votar o PLN do Deputado João Maia, que entrou em contato com o Líder ACM Neto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então, pelo Democratas, recebendo a aquiescência do Líder ACM Neto, votei o PLN 14. E o Deputado Jutahy, por ter interesses da bancada ou alguma aquiescência da bancada, coordenou o 17.

Então, não é uma posição minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Entendo, Deputado. É compreensível.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Faço essa observação, para que a Comissão e os interessados nos outros itens não entendam que o Democratas tem uma posição inflexível.

Inclusive peço a ajuda de todos, porque estou precisando de colaboração para o cumprimento do acordo, a fim de que possamos nos debruçar sobre toda a pauta. É claro que eu farei discurso político, mas não vou obstruir a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Agradeço a V.Exa. por me permitir esclarecer esses pontos e passo para o voto do Relator.

> "Do exame da proposição, verificamos que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e demais normas legais pertinentes à matéria.
>
> Quanto ao mérito, entendemos que as alterações propostas no projeto contribuem para

o alcance dos objetivos traçados no Plano Plurianual 2012/2015.

Entendemos ainda que as alterações refletem a necessidade de ajustes manifestada pelos órgãos orçamentários. Portanto, somos pela rejeição da emenda apresentada.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLN 17, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição da Emenda nº 1."

É o voto do Relator, o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam manifestem-se de outra forma. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Os que discordam, manifestem-se de outra forma. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar a sessão, faço uma última consulta, porque não há acordo para votação de mais nenhum PLN.

Deputado Felipe Maia, deixe-me fazer um apelo a V.Exa. Existem PLNs que são para obras, investimentos, e têm uma repercussão política; outros são meramente operacionais. Quero, então, fazer um apelo no sentido de que pudéssemos votar um PLN que não é para obra, não é para investimento, mas para uma questão operacional.

Fui procurado hoje pela Direção do SERPRO, que está sem contrato de manutenção, e isso pode criar uma série de problemas estruturais para o Governo. Não há nenhuma repercussão política. Não há nenhum resultado de dividendo. Então, na condição de Presidente desta Comissão, faço um apelo para votarmos esse PLN que atende à solicitação do SERPRO, considerando que essa matéria não tem qualquer repercussão política.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, desculpe, mas, aqui, ao longo desta reunião, defendi o cumprimento de um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu entendo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não poderia eu descumprir um acordo com a minha Liderança.

Até para firmar minha palavra, soube há pouco que o Relator deste PLN é o Deputado Augusto Coutinho, do Estado de Pernambuco, meu companheiro de bancada.

Agora, não posso mudar a minha posição. Infelizmente, a minha posição é preto no branco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu até estou sendo, talvez, um pouco decisivo demais. Ocorre que fiquei bastante sensibilizado.

Fundamentalmente, estou falando de um PLN que não tem nenhuma repercussão política. É uma questão de manutenção da área de tecnologia de informação da Receita Federal e de outros órgãos de Governo.

Por isso, apelo para V.Exa., Deputado Felipe Maia, até mesmo em razão de sua cordialidade, no sentido de que coloque para a Liderança do Democratas que foi responsabilidade desta Presidência...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, para que este Deputado e V.Exa. fiquem bem, vamos invocar o art. 134, que pede um quorum mínimo de Senadores. Não há mais nenhum Senador na Comissão, logo, não podemos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se ninguém levantar essa questão, poderíamos votar. Estou fazendo um apelo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Não é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não aceita o apelo?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, não quero me aprofundar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA -...na questão intercorpore.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou respeitar.

Não havendo quorum para deliberação na representação do Senado, esta Presidência é obrigada a declarar encerrada a Ordem do Dia.

V.Exa. Deseja fazer uso da palavra, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Não, Presidente, eu ia fazer um apelo, mas eu acho que na próxima convocação. Às 18 horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço aos Srs. Deputados e à Sra. e Srs. Senadores a presença, o quorum.

Declaro encerrada a presente reunião e cancelo a reunião marcada para às 18 horas.

Muito obrigado.

Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 16 e 17 de outubro de 2012.

Aos dezesseis e dezessete dias do mês de outubro de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 22. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: Deputados Titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Eduardo Sciarra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Gadelha, Osmar Júnior, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Waldenor Pereira; Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romero Jucá e Sérgio Souza; Deputados Suplentes: Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira, Roberto Balestra, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; Senadores Suplentes: Ana Rita e Tomás Correia. Deixaram de comparecer os Deputados: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Leandro Vilela, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Paulo Foletto, Paulo Rubem Santiago, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; e os Senadores: Cássio Cunha Lima, Sérgio Petecão, Vicentinho Alves e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quinze horas, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, por não haver quórum suficiente para deliberação, o Presidente suspendeu a reunião, convocando sua continuação para o dia dezessete de outubro, às 14h. Antes, cancelou as reuniões convocadas para o dia dezesseis de outubro, às 18 e 20h respectivamente. No dia dezessete de outubro, às quatorze horas e seis minutos, a Reunião foi reaberta. Neste momento, o Presidente teceu comentários sobre aeronave militar que será lançada pela Embraer. Anunciou haver quórum para deliberação e que, por respeito a acordo feito com a oposição, somente iria deliberar sobre os Relatórios aos PLNs 21, 23, algum outro em caso de acordo e conjunto de Avisos e Mensagens. Apreciação da Ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 25/9/2012. Não houve quem a quisesse discutir. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** o Presidente, de acordo com o *art. 34, Parágrafo Único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*, propôs inversão de pauta, para imediata apreciação do item 11, PROJETO DE LEI (CN) Nº 21/12. Houve autorização do Plenário. **11** – **PROJETO DE LEI (CN) Nº 21/12** – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 1.228.086.820,00 (um bilhão, duzentos e vinte e oito milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e vinte reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado ZECA DIRCEU. RELATÓRIO: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Não estando presente o Relator quando da apreciação, o Deputado João Paulo Lima foi designado para realizar a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, foi **APROVADO O RELATÓRIO.** O Presidente, de acordo com o *art. 34, Parágrafo Único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*, propôs inversão de pauta, para imediata apreciação do item 12, PROJETO DE LEI (CN) Nº 23/12. Houve autorização do Plenário. **12** – **PROJETO DE LEI (CN) Nº 23/12** – da Presidente da República – que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito especial no valor global de R$ 209.495.824,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais), para os fins que especifica". RELATOR: Deputado VANDERLEI SIRAQUE. RELATÓRIO: voto pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Quanto à emenda apresentada, ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Não estando presente o Relator quando da apreciação, o Deputado João Paulo Lima foi designado para realizar a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, foi **APROVADO O RELATÓRIO. O** Senador Flexa Ribeiro, na qualidade de Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Minoria e do PSDB no Senado Federal, bem como de acordo com o *art. 34, Parágrafo Único, do Regimento Comum do Congresso Nacional*, apresentou requerimento de inversão de pauta, para imediata apreciação do item 5, PROJETO DE LEI (CN) Nº 10/12. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi aprovado. **5**

– **PROJETO DE LEI (CN) Nº 10/12** – da Presidente da República – que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 802.197.850,00 (oitocentos e dois milhões, cento e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". RELATOR: Deputado AUGUSTO COUTINHO. RELATÓRIO: voto pela aprovação do Relatório ao Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. O relator, quanto às 5 (cinco) emendas apresentadas, ofereceu voto pela REJEIÇÃO. Não estando presente o Relator quando da apreciação, o Senador Flexa Ribeiro foi designado para realizar a leitura do Relatório. Não houve discussão. Em votação, foi **APROVADO O RELATÓRIO.** Após a votação, o Presidente fez uso da palavra para creditar aos Deputados Augusto Coutinho, Felipe Maia e Duarte Nogueira e ao Senador Flexa Ribeiro grande empenho para possibilitar a aprovação do Relatório ao Projeto de Lei 10/2012, item 5 da Pauta. Na sequência, o Deputado Toninho Pinheiro solicitou a votação do Relatório ao Projeto de Lei 12/2012, mas o Presidente informou que não poderia atender ao pedido, uma vez que não havia acordo para votação deste Projeto. O Presidente, ao tentar iniciar a apreciação da Mensagem nº 46/2010 – CN, foi interrompido pelo Senador Flexa Ribeiro, pela ordem, o qual solicitou que os Avisos e Mensagens fossem apreciados apenas após o segundo turno das eleições municipais. A solicitação foi acatada pela Presidência da Comissão. Fazendo uso da palavra, o Deputado Renato Molling, alertando sobre atrasos nos pagamentos por parte de Ministérios, solicitou que logo após o segundo turno das eleições municipais os itens da Pauta sejam apreciados. **ENCERRAMENTO:** às 14h24 o Presidente encerrou a Reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 13ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes da Pauta nº 22, de 2012.

Em virtude da não existência de quorum para deliberação e em função de que teremos Ordem do Dia pesada, tanto no plenário da Câmara quanto do Senado, nós definimos uma estratégia para o trabalho da Comissão esta semana que quero compartilhar com os senhores e com as senhoras.

Nós suspenderemos esta reunião e queremos, quando reiniciá-la, reiniciá-la com o quorum presencial necessário para deliberação. Em princípio, então, não haverá Ordem do Dia amanhã, antes das 17 horas, e nós instalaremos a reunião amanhã, às 14 horas, com quorum, para imediatamente abrir a reunião em condições de deliberar.

Então, não faremos hoje a reunião às 18 horas, que seria até um esforço desnecessário por parte dos Parlamentares e guardaremos toda a nossa energia. É muito importante amanhã abrirmos a reunião às 14 horas com quorum presente.

Peço empenho às Lideranças da Câmara e do Senado. Temos uma pauta importante de crédito, com vários Ministérios, órgãos de Governo aqui presentes preocupados com seus orçamentos.

Portanto, a reunião será suspensa e convocada sua continuação para amanhã, às 14 horas. Cancelo a reunião convocada para hoje, às 18 horas.

A reunião está suspensa e terá sua continuidade amanhã, às 14 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sras. e Srs. Parlamentares, que muito me honram com suas presenças, faremos uma reunião muito rápida e objetiva, mas é muito importante a presença dos senhores.

Eu quero, no início da reunião, registrar que eu fui visitado ontem pelo Brigadeiro Mesquita, em nome da Assessoria Parlamentar da Força Aérea Brasileira, que gentilmente nos trouxe esta maquete do KC-390, principal projeto da EMBRAER, da Força Aérea Brasileira e do Instituto Tecnológico da Aeronáutica para o próximo período. A nova aeronave de transporte militar deverá estar no mercado já em 2016 e já com perspectiva de exportação para cinco países, com parceria firmada com a Boeing, que irá ampliar o mercado externo para o mais novo avião brasileiro.

A Comissão tem sido parceira da Força Aérea – estivemos lá com o Comandante –, e fiz questão de trazer hoje aqui esta maquete e quero oferecer informações às Lideranças e Parlamentares presentes informações sobre o projeto, porque nós, desta Comissão, temos a responsabilidade de garantir que esse projeto vá em frente. Ele será o grande projeto de futuro deste novo avião: transporte de tropa com até 80 militares, 64 paraquedistas, lançamento de carga. Ele vai ter a capacidade de ao mesmo tempo receber combustível e abastecer em voo. Vai ocupar um nicho importante do mercado mundial.

Portanto, estão de parabéns a Força Aérea, a EMBRAER e o Instituto Tecnológico. Com certeza o projeto terá todo o apoio da nossa Comissão.

Srs. e Sras. Deputados, declaro reiniciada a 13ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 22, de 2012.

Nós temos *quorum* tanto na representação do Senado quanto da Câmara. Mas, para manter o acordo de cavalheiros que nós firmamos aqui com os Parlamentares da Oposição, eu só colocarei em votação hoje alguns projetos de crédito que nós consideramos estratégicos para o País e que não colidem com a discussão que nós estamos fazendo sobre um descompasso entre a liberação de limites por parte da Secretaria de Relações Institucionais e o empenho, nos Ministérios, para as emendas parlamentares.

Conversei hoje com os Líderes da Oposição. Iremos marcar, ao final do período eleitoral, uma série de agendas com esses Ministérios, especialmente com aqueles que estão atrasados na sua relação com o Parlamento, e vou levar a representação da Oposição junto conosco, para que nós possamos fazer essa discussão.

Só para os senhores terem uma ideia, somente no dia de hoje estarão chegando a esta Casa mais 28 projetos de crédito. Portanto, nós precisamos resolver essa situação da relação política do Governo com a Oposição e com as diversas representações de bancadas desta Comissão, para que nós possamos ter um ambiente adequado, positivo para a votação do Orçamento.

Esse é o meu compromisso, e agradeço a compreensão de todos, que possibilitou que não precisássemos hoje aqui exercer maioria, criar uma série de dificuldades.

Então, nós votaremos aqui hoje os Projetos de Crédito nºs 21 e 23, e estamos aguardando ainda sinalização para a possibilidade de votarmos mais um projeto; e votaremos também um conjunto de avisos, mensagens que estão na Comissão há muito tempo para serem arquivados. Vamos aproveitar para votá-los simbolicamente hoje e levá-los todos, limpando a pauta administrativa da Comissão.

Nós vamos imediatamente entrar na Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 21, de 2012, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 1.228.000.000,00".

Ao Relator ad hoc, Deputado João Paulo Lima, solicitamos que apresente o voto para que, imediatamente, possamos colocar o projeto em votação.

Ilustre Senador, obrigado por sua presença.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, relatório avulso que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 1.228.086.820,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

O Relator é o Deputado Zeca Dirceu, e acompanhamos aqui o parecer favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Peço desculpas aos senhores, mas, por um lapso desta Presidência, não coloquei em discussão e em votação a ata da reunião anterior.

Então, em discussão a ata da 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de setembro de 2012. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Na representação da Câmara. *(Pausa.)*

Aprovada.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovada.

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, coloco em votação, antes, o requerimento de inversão de pauta para que seja analisado inicialmente o PL nº 21, de 2012.

Na representação da Câmara. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o parecer do PL nº 21, de 2012.

Na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Na representação do Senado. (Pausa.)

Aprovado o PL nº 21, de 2012.

Em votação o PL nº 23.

Deputado Renato Molling, por gentileza. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou pedir a V.Exa. a gentileza de ler também o parecer do PL nº 23.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Sr. Presidente, trata-se do relatório apresentado, com avulsos, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios, da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores, crédito espe-

cial no valor global de R$ 209.495.824,00, para os fins que especifica."

O Relator foi o Deputado Vanderlei Siraque.

Sr. Presidente, concordo com a aprovação do relatório.

Preciso fazer sua leitura total?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não é preciso fazer a leitura total.

Requerimento de inversão de pauta para que seja analisado o item referente ao PLN 23, de 2012.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de inversão de pauta.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do Deputado João Paulo Lima, pela aprovação do PLN 23, de 2012.

Na representação da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado o PLN 23, de 2012.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós estamos aguardando só alguns detalhes.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente, pela ordem.

Poderíamos votar o PLN 10, de 2012? Trata-se do remanejamento proposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sem problema.

Então, solicito a V.Exa. que seja o Relator do PLN 10, de 2012.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – O PLN 10, de 2012, do Congresso Nacional, "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$802.197.850,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

Foram apresentadas cinco emendas.

O parecer é favorável, nos termos do projeto, com rejeição das emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão o requerimento de inversão de pauta para análise do PLN 10, de 2012.

Os Parlamentares que desejarem discutir queiram fazê-lo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Na representação do Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado nas duas representações, por unanimidade, o requerimento de inversão de pauta.

Em votação o parecer do Senador Flexa Ribeiro ao PLN 10, de 2012.

Na representação da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado.

Quero daqui, publicamente, dar o crédito devido ao Senador Flexa Ribeiro, ao Deputado Augusto Coutinho, ao Deputado Felipe Maia, ao Deputado Duarte Nogueira, porque foi por solicitação da Oposição – portanto, crédito para o trabalho da Oposição – que este projeto, o PLN 10, de 2012, foi votado nesta Casa. É um projeto importante para o Ministério da Defesa, para o Ministério da Justiça.

Agradeço a V.Exa., à Liderança do Democratas e à Liderança do PSDB pela postura que tiveram, o que foi decisivo para que esse PLN fosse aprovado. Sem esse gesto de V.Exas., essa votação teria sido impossível.

A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Boa tarde, Presidente; boa tarde, demais colegas.

Eu gostaria de pedir a V.Exas. a gentileza de colocarmos em votação o PLN 12, de 2012, porque é importante a questão de educação no trânsito. Trata-se de recursos próprios do Ministério das Cidades.

O que V.Exa. pode fazer para nos ajudar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu agradeço a V.Exa. por sua lembrança da importância do projeto. No entanto, Deputado, eu tenho um acordo, que fiz com os Líderes da Oposição, de que não colocaria em votação nenhum projeto de interesse específico para investimento dos Ministérios antes que nós construíssemos um acordo de procedimento aqui na Comissão. Já conseguimos muito, que foi votar três PLNs hoje. Então, infelizmente, não poderei colocar o projeto em votação, porque até seria, digamos assim, contrário a tudo aquilo que construímos de entendimento. Se eu tentar colocá-lo em votação, nós vamos acabar derrubando a reunião, porque sequer temos quorum para algum tipo de verificação. Portan-

to, com certeza, numa próxima reunião, vou priorizar o seu pedido.

O SR. DEPUTADO TONINHO PINHEIRO – Quero agradecer-lhe pela oportunidade da lembrança e pedir que, na próxima reunião, façamos o compromisso de colocar o projeto em votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Srs. Parlamentares, temos apreciação de temas para arquivamento: "Relatório de avaliação de cumprimento da meta de superávit primário, referente ao quadrimestre de 2010". Apensados: Mensagens nºs 46, 134 e 13, de 2011. Relator: Deputado Joaquim Beltrão. Parecer: voto pelo arquivamento da matéria.

Deputado João Paulo Lima... (Pausa.)

Senador, por gentileza, com a palavra.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente, há alguma urgência na aprovação desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não. É que há um monte de coisas paradas em todas as reuniões. Nós íamos aproveitar a oportunidade para arquivá-las todas. Já foi acordado isso.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – A informação que eu tive é que nós iríamos aprovar os três PLNs e suspenderíamos os trabalhos. Após o segundo turno, nós retomaríamos a normalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – De minha parte, não há nenhuma urgência. É só uma questão administrativa, para limparmos um pouco o que há de coisa entulhada na Comissão há muitos anos. Mas, se não houver entendimento nesse sentido, também não há necessidade...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Podemos deixar isso para depois do segundo turno, mantendo o acordo das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sem problemas.

Srs. Parlamentares, há mais alguma questão? (Pausa.)

Vou declarar encerrada a Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Renato Molling.

O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING – Deputado Paulo Pimenta, nosso Presidente, nós teríamos que tentar fazer um acordo com o Governo e com a Oposição para que não haja essa dificuldade de votação. Nós sabemos que estão ocorrendo muitos pagamentos em atraso em todos os Ministérios, que estão deixando de receber os recursos por falta de votação nesta Casa. Lá na ponta, muitas pequenas empresas, por não receberem esses recursos, estão quebrando. Então, se possível, logo após o segundo turno, vamos ver se conseguimos agilizar as votações, a fim de que não volte a acontecer isso, que pega mal para todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores e senhoras, antes de encerrar a reunião, quero dizer que estou muito satisfeito. Hoje nós votamos três créditos: os PLNs 10, de 2012, 21, de 2012 e 23, de 2012. Pouca gente acreditava na nossa capacidade de fazer esse entendimento. E considero que foi um grande resultado da nossa Comissão esta semana. Quase 1,5 bilhão de reais de crédito conseguimos liberar.

Agradeço às Lideranças do Governo e da Oposição.

Declaro encerrada a reunião.

Ata da Quinta Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 30 de outubro de 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta de outubro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta. Esta reunião foi convocada em atendimento ao *art. 29 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*. Como palestrante, foi convidada a senhora Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP. Foi registrado o comparecimento dos membros: **– Deputados titulares:** Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **– Senadores titulares:** Antonio Carlos Valadares, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Romero Jucá; **– Deputados suplentes:** Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira, Roberto Balestra, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque; **– Senador suplente:** Tomás Correia. Foi registrada a presença dos seguintes parlamentares não-membros: **– Deputados:** Amauri Teixeira e Weliton Prado. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **– Deputados**: Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Maia, Leandro Vilela, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto e Reinaldo

Azambuja; **– Senadores**: Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, João Costa, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA:** o Presidente declarou iniciada a reunião, apresentando os membros que compuseram a mesa: Miriam Aparecida Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal, Relator-Geral da proposta orçamentária para 2013 – Senador Romero Jucá e Relator da Receita da Proposta Orçamentária para 2013 – Deputado Cláudio Puty. Falou sobre o portal "e-democracia" da Câmara dos Deputados e participação popular no processo orçamentário. O Deputado Duarte Nogueira perguntou sobre o prazo para os Coordenadores de Bancada realizarem perguntas. Como resposta, o Presidente afirmou que teria tolerância maior. Em seguida, concedeu a palavra e estipulou o prazo de trinta minutos para a Sra. Miriam Belchior realizar sua apresentação sobre a Proposta Orçamentária para 2013 – Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013". Encerrada a apresentação, o Presidente iniciou o primeiro bloco de perguntas, do qual participaram os Deputados Duarte Nogueira e João Leão. Ao fim das perguntas, a palestrante as respondeu. Às 16h08 o Senador Romero Jucá assumiu a Presidência e passou a palavra para o Deputado Cláudio Puty também responder às perguntas realizadas no primeiro bloco. Em seguida, iniciou-se o segundo bloco de perguntas, do qual participaram os Deputados Felipe Maia, Paulo Rubem Santiago, Waldenor Pereira, Amauri Teixeira e João Paulo Lima, além dos Senadores Benedito de Lira e Romero Jucá. Logo após, a palestrante respondeu às perguntas. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a todos os presentes na Reunião, em especial à Ministra Miriam Belchior, e encerrou os trabalhos às 17h19. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, que já está aqui à mesa conosco, acompanhada da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento a quem, desde já, agradeço a presença nesta audiência pública.

Quero convidar para compor a Mesa o Relator-Geral do Orçamento de 2013, ilustre Senador Romero Jucá, e o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária, o colega não menos ilustre Cláudio Puty, Deputado do PT do Pará.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que esta Comissão abre um debate inédito com a sociedade sobre a Lei Orçamentária de 2013.

O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, através do Portal e-Democracia, portal oficial de interação da Câmara dos Deputados, está possibilitando neste ano um amplo processo de acompanhamento e participação da sociedade em todas as etapas de elaboração da Lei Orçamentária. Já foi assim quando da discussão da LDO, mas aprofundamos essas ferramentas e qualquer cidadão poderá trocar ideias, experiências, sugerir novas redações ao texto da lei, emendas, podendo, ainda, enviá-las aos Parlamentares e, ao mesmo tempo, participar do debate.

Hoje mesmo, com a pauta eletrônica, os senhores e as senhoras terão, em tempo real, um *chat* sobre a audiência pública em que a sociedade poderá participar e encaminhar aos senhores e às senhoras sugestões, perguntas e encaminhamentos, também através do Facebook, do Twitter e de outros mecanismos.

Informo também aos senhores que receberão em seus *e-mails* institucionais sugestões de emendas encaminhadas pelos cidadãos, que poderão ou não ser acatadas,; sugestões de emendas de bancadas, de Comissões. Faremos depois uma reunião específica com os sub-relatores, com a nossa equipe do e-Democracia.

Agradeço aqui ao Dr. Luiz Antônio, que nos prestigia, ele que tem sido um grande expoente dessa inovação na relação do nosso Parlamento com a sociedade; e ao Cristiano que coordena o portal e-Democracia.

Quero dizer aos senhores também que existe já um debate aberto há vários dias, onde estamos recebendo perguntas, sugestões. Algumas perguntas que foram encaminhadas pela sociedade serão hoje feitas diretamente à Ministra, que estará respondendo a perguntas encaminhadas por cidadãos de todo o Brasil sobre temas relevantes relativos à Lei Orçamentária e ao País.

Então, eu considero isso um fato extremamente positivo. Saúdo aqui todos que se dedicaram para que nós pudéssemos hoje estar inovando nesse sentido.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer

a sua exposição, só podendo ser aparteada desde que permita.

Conforme ainda estipula o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

Informo ainda aos senhores e às senhoras que já se encontra aberta a lista de inscrição para o debate, podendo o interessado dirigir-se à nossa amiga Socorro, Secretária Executiva desta Comissão.

Alguma questão preliminar?

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA-Presidente, peço a V.Exa. a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, queria fazer uma consulta a V.Exa. A Ministra Miriam Belchior tem a palavra por 30 minutos; em seguida, V.Exa. abrirá oportunidade para os questionamentos – e, neste instante, eu já peço a minha inscrição –, mas eu consulto se os coordenadores das bancadas terão um tempo um pouco maior para poderem apresentar as indagações em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os coordenadores normalmente têm também uma tolerância, por terem o tempo de Liderança. Vai haver bom senso por parte desta Presidência aqui, para que todo mundo possa ter o tempo adequado às suas colocações.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Por fim, para esclarecimento do Plenário e dos Parlamentares e assessores que não estavam na reunião anterior, V.Exa. suspendeu a reunião confirmando que não haveria mais qualquer atividade na Comissão Mista de Orçamento, a não ser esta audiência pública no dia de hoje. Indago se V.Exa. confirma isso também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Chamamos uma reunião para amanhã à tarde. Pretendemos iniciá-la tratando do relatório do Deputado Cláudio Puty, e, imediatamente, passaremos a fazer o esforço de votar créditos, já que há mais de 50 créditos aguardando para serem votados na Casa.

E alguns assuntos estão no limite do limite do razoável, como é o caso do FIES, pois o programa está praticamente parando em todo o Brasil, pela falta de recursos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Imediatamente, então, senhores e senhoras, daremos início à exposição.

Ministra, é um prazer ter V.Exa. mais uma vez aqui. A palavra está à sua disposição para que possa fazer a sua apresentação inicial.

Mais uma vez agradeço a gentileza e reitero que a assessoria do Ministério tem sido muito atuante, competente. Quero aqui parabenizar, de público, toda a sua equipe pelo trabalho que tem realizado e desenvolvido junto a esta Comissão.

Muito obrigado. A palavra está à sua disposição.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Presidente.

Eu queria começar cumprimentando V.Exa. pela condução dos trabalhos; queria cumprimentar também o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, e o Relator da Receita, Cláudio Puty; os Relatores Setoriais, Senador Clésio Andrade, Senador Flexa Ribeiro, Senador Wellington Dias, Deputado Waldenor Pereira, Deputado Eliseu Padilha, Deputada Cida Borghetti, Deputado Augusto Coutinho, Deputado Luciano Castro, Deputado Wandenkolk Gonçalves e Senador Armando Monteiro, que são os Relatores-Setoriais escolhidos pela Comissão para a condução dos trabalhos relativos à Proposta Orçamentária de 2013.

Já cumprimentei pessoalmente a maior parte dos Parlamentares.

Agradeço, mais uma vez, a recepção.

Antes de começar a apresentação, vou aproveitar a carona que acabou sendo possibilitada pela questão levantada pelo Deputado Duarte Nogueira e, de fato, solicitar aos senhores uma especial atenção em relação aos projetos de crédito que estão aqui no Congresso.

Nós temos na Comissão Mista 52 projetos – foram enviados este ano –, e até o momento foram 4 projetos aprovados apenas. É natural, em parte, por causa do período eleitoral, mas do ponto de vista do Governo seria muito importante que houvesse essa atenção.

Nós fizemos até uma priorização dos projetos, aqueles de cujos créditos nós estamos precisando mais imediatamente, inclusive para orientar aqui o trabalho, se for possível, a partir dessa priorização feita pelo Governo. Queria pedir a gentileza dos senhores, se puderem, de amanhã trabalhar em algum desses créditos. Seria muito importante.

Aqui o Presidente da CMO já apontou o principal deles, que é o crédito relativo ao FIES, importante política pública na área de educação. Queria agradecer de antemão a boa vontade.

Aparentemente, agora temos novidade! Conseguem ver a apresentação? *(Pausa.)* Vai ficar mais fácil, então.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Essa é mais uma das nossas inovações na Comissão.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Muito bem, muito boa! Inclusive, hoje, lá na sala de reuniões da Presidenta, eu estava quase pedindo para alguém ficar atrás para eu ver, esquecendo-me de que havia uma tela em minha frente. Eu e o Guido começamos até a sorrir, porque esquecemos que havia a tela na frente, que ajuda muito.

Acredito que eu consiga fazer a apresentação dentro do período que me cabe e estarei à disposição para os esclarecimentos que os senhores considerarem necessários.

Os parâmetros que macroeconômicos que foram levados em conta para a elaboração da Peça Orçamentária, o Projeto de Lei nominado PLOA 2013, leva em conta um aumento do PIB real de 4,5%; um PIB nominal de quase 5 trilhões (4 trilhões, 973 bilhões); um salário mínimo que, com aumento, a partir da regra aprovada pelo Congresso Nacional, que tem validade até 2015, vai para R$670,95 – ainda antes do arredondamento que todos sabemos que é necessário fazer –; e a inflação para o próximo ano, prevista em 4,5%.

Indo para o quadro seguinte, Orçamento em Grandes Números, se considerarmos a coluna da PLOA 2013, o segundo bloco de colunas, a receita primária – aqui estou falando só da primária, sem a receita financeira – é 1 trilhão, 230 bilhões – praticamente (229,5 bilhões) –; a receita administrada é 763 bilhões; a previdenciária é 314; e as outras receitas (*royalties*, dividendos, participações especiais, etc.) são quase 153 bilhões. E as transferências constitucionais são 203 bilhões, o que resulta numa receita líquida de 1 trilhão, 26 bilhões de reais.

As despesas primárias serão 943,4 bilhões. Dessas, quase 685 bilhões são as despesas obrigatórias, com uma novidade: nós, digamos assim, carimbamos, reservamos 15,2 bilhões para desonerações, parte delas anunciadas apenas após o envio da PLOA aqui ao Congresso Nacional.

As despesas discricionárias, dessa forma, montam quase 259 bilhões. A meta de resultado primário são 108 bilhões e tem aqui uma reserva, se houver necessidade de abatimento, de 25 bilhões de reais, a despeito de a LDO permitir 45 bilhões de reais. O que daria uma meta após o abatimento, se for necessário, de 83 bilhões de reais.

A Peça Orçamentária, além dos parâmetros que já apresentei inicialmente, também se dá num contexto de queda das taxas de juros. Essa redução que a Presidenta e o Banco Central têm efetuado é importante, é um elemento novo na política macroeconômica, dada a solidez fiscal que nós alcançamos e que permitiu essa redução importante na taxa SELIC.

Embaixo vê-se ela expurgada da inflação. Isso é uma marca da nossa gestão. A partir dessa nossa solidez fiscal, foi possível ter esse ganho para a economia brasileira, fundamental para alavancar entre outras coisas a nossa competitividade.

Da mesma maneira, a partir do resultado da nossa política fiscal, temos aí a evolução do resultado fiscal nominal. Como a gente pode ver, há uma redução contínua do resultado. Como a previsão deste ano caiu 1,6% de resultado fiscal; no próximo ano, com os parâmetros utilizados, a nossa expectativa, a nossa previsão é de que caia para 1%.

Da mesma maneira, a dívida do setor público como participação do PIB também tem um decréscimo consistente. A gente pode ver, saindo em 2002 de 60,4% do PIB, já em 2011, com 36,4%. A previsão de 2012 é alcançar 35%, e a de 2013 é alcançar menos de 33%, 32,7%.

Vamos aos números do Orçamento.

Aqui tanto a despesa primária quanto a financeira. São 2,14 trilhões com 34%, um pouquinho mais de um terço, para amortização da dívida; quase 20% para benefícios da Previdência e assistenciais; 11,7% para despesas discricionárias; para pessoal e encargos quase 10%, 9,7%; para transferências a Estados e Municípios quase 9,3%; para juros e encargos da dívida, 7,6%; demais despesas financeiras, 4,6%; demais despesas obrigatórias, 2,7%; e uma reserva de contingência de 0,5%.

Olhando de outra maneira esses mesmos números, a gente verifica que, dos 2 trilhões e 140 bilhões, as obrigações correspondem a 88% e as despesas discricionárias, aquelas que o Governo aloca, correspondem a 11,6% do total desses 2,14 trilhões.

Em relação às despesas discricionárias, esses 11,6%, elas correspondem a quase 250 bilhões de reais, 249,4 bilhões de reais, para ser mais exata. E o primeiro maior gasto é com a saúde, com 34%. Na sequência, o PAC com 18,2%; a Educação com 16,3%, o Brasil sem Miséria com 12,8%, a Defesa com 7,3%, a Ciência e Tecnologia, 2,.. *(falha na gravação);* e demais áreas com 8,3%.

Olhando do ponto de vista das prioridades do Governo da Presidenta Dilma, queria destacar quatro conjuntos de prioridades: o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida, que sobem em quase 10 bilhões de reais – 9 bilhões e 709 milhões de reais –, o que corresponde a um aumento de quase 23% em relação ao ano anterior. Na Saúde há um aumento de 7,7 bi, um aumento de quase 11%; Educação 4,8 bi, um aumento de 14,4% em relação a 2012; e o "Brasil sem Miséria",

com mais 4 bilhões de aumento, ou seja, 16,3% em relação ao ano em que estamos, 2012.

Da mesma maneira, aqui temos os recursos necessários aos grandes eventos como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos, os Paraolímpicos e outros grandes eventos, a exemplo da Jornada da Juventude, com a vinda do Papa ao Brasil no meio do ano que vem. São quase 2 bilhões de reais para a área de turismo e 84 bilhões para comunicações. Aqui não se trata de qualquer tipo de divulgação, mas comunicações mesmo – telefonia e outras tecnologias de comunicação, são 100 milhões de reais.

No Ministério dos Esportes são 680 milhões relativos à construção de equipamentos esportivos, fundamentalmente; e 1 bilhão e quase 50 milhões, que estão no Ministério do Planejamento, mas são recursos fundamentalmente para a área de segurança, que ainda estão sendo melhor definidos. Depois será feito um destaque para os Ministérios que os executarão, que não será o Ministério do Planejamento.

Em relação aos investimentos, serão quase 187 bilhões de reais no Orçamento Fiscal e da Seguridade juntamente com as estatais, o que corresponde a um aumento de 8,9% em relação ao ano em que estamos, 2012.

Desses 187 bilhões, 126,3 bilhões referem-se ao PAC, sendo 52,2 bilhões relativos ao Orçamento Fiscal e Seguridade, o OGU, e 74 bilhões são provenientes das estatais.

Em relação ao PAC, eu já disse, no OGU, serão 52,2 bilhões, o que significa um aumento de quase 23% em relação a 2012.

A tabela aí apresenta como foi enviado o Orçamento do ano passado, a PLOA 2012, e como está na PLOA 2013, demonstrando aí o aumento em cada um dos sete eixos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Os números estão aí e acho que não tem sentido eu ficar recitando.

Em relação ao Orçamento de Investimento das Estatais, serão quase 111 bilhões, 110,6 bilhões, que são oriundos de várias fontes. No caso de receitas próprias, são 77,4 bilhões; 16 bilhões são relativos ao aumento de patrimônio líquido, 3,5 bilhões do Tesouro Nacional e 12,5 bilhões da controladora da estatal ou de outras estatais; 9 bilhões de operações de crédito de longo prazo, três internas e seis externas, e 8 bilhões de outros recursos de longo prazo.

A despesa correspondente, 110,6 bilhões, divide-se em ações do PAC, 74,1 bilhões, e as demais ações de investimento das estatais, que somam 36,5 bilhões.

Olhando como se distribuem pelas estatais esses 111 bilhões, temos aí a maior parte deles, 94,4 bilhões, relativa ao setor produtivo. Então, são quase 79 bilhões da Petrobras; 10 bilhões da Eletrobras e 5 bilhões das demais empresas do setor produtivo estatal.

Do setor financeiro, são quase 6 bilhões – 3,1 bilhões do Bando do Brasil, 2,3 bilhões da Caixa e 0,3 bilhão, ou seja, 300 milhões, das demais estatais públicas do setor financeiro. O total de investimentos no País, então, chega a 100 bilhões, que são investimentos no País, e mais 10 bilhões, que são investimentos da Petrobras no exterior.

Aqui, também, na sequência, a evolução do salário mínimo, com a previsão de sair de 622 reais, que é o salário mínimo em vigor, e passar para R$ 670,95, um aumento de 7,9%, conforme, eu já disse, prevê a regra estabelecida em lei aprovada por este Congresso Nacional.

Há mais um quadro de orçamento ao final, mas falarei um pouco, rapidamente, sobre como foram os resultados das negociações com os servidores federais.

Considero que tivemos um excelente resultado. Acredito que o resultado foi bom tanto para os servidores quanto para o Governo, porque foi possível fazer acordo com 93% do total de servidores do Executivo. Isso significa que 1 milhão e 700 mil servidores fecharam acordo com o Governo, garantindo previsibilidade para o Governo, em relação às suas despesas de folha de pagamento, e para os servidores, que garantiram a preservação do seu poder de compra.

Desse 1 milhão e 700 mil, quase 350 mil são servidores das universidades, docentes e técnicos administrativos, quase 700 mil são servidores civis, de outras áreas, e quase 650 mil são servidores militares.

Quero dizer que nós estabelecemos uma proposta comum para a maior parte dos servidores, que é um reajuste de 5% em 2013, repetido em 2014 e em 2015, que, quando somado, dá um reajuste de 15,8%, com exceção da área da educação, especialmente os docentes, mas também os técnicos administrativos, da área ambiental, de meio ambiente, e dos militares.

O INCRA também estava nessa proposta de aumento diferenciado, mas, infelizmente, o sindicato que representa esses servidores não aceitou a proposta, mesmo ela sendo superior ao que foi proposto para as demais carreiras.

O impacto, em 2013, é de 8,9 bilhões, que estão previstos no Anexo V, enviado a este Congresso Nacional.

Para os demais Poderes e para o Ministério Público, eu acredito que nós tivemos um processo de entendimentos bastante bom, bastante sereno, durante todo o ano, entre o Executivo, os demais Poderes e o MPU. Esses entendimentos ocorreram em clima de grande harmonia e respeito entre as partes, e, especialmente,

eles foram conduzidos para evitar impasses. Eu acho que isso foi muito importante. Com isso, como está no eslaide, foi possível fazer acordo aqui no Legislativo, tanto com a Câmara e com o Senado quanto com o Tribunal de Contas em torno da proposta de 15,8%. O Legislativo, as 3 partes, reviu os projetos que estavam em tramitação para ter o impacto previsto nesse acordo. O impacto no Legislativo é de 285 milhões no próximo ano.

No caso do Judiciário, houve o entendimento de que nós do Executivo não teríamos condições de apresentar proposta diferente daquela que foi acordada com o Legislativo e que também foi aplicada no Executivo e de que, por essa razão, nós repetiríamos a mesma proposta junto ao Judiciário. O Judiciário aceitou, entendeu essa situação, mas também explicitou que tentaria, no âmbito do Congresso, ir além do que está proposto.

Aqui eu queria agregar que, independentemente disso, encaminhamos, para conhecimento do Congresso Nacional, em anexo, a proposta original de todos os órgãos do Judiciário, para que o Congresso tenha conhecimento e possa analisar isso durante a tramitação do Orçamento.

O impacto no Judiciário dos 15,8% é de quase 1 bilhão – serão 964 milhões de reais. No caso do Ministério Público, também a mesma proposta, tem um impacto de 123 milhões no próximo ano.

Com tudo isso, temos aqui o resumo do Anexo V do Orçamento, que tem, na sua primeira coluna, as reestruturações e aumento de remunerações, que vai dar um total de 10,3 bilhões no ano passado, quando somados Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Executivo, e uma segunda coluna com os novos ingressos e substituição de terceirizados dos diversos órgãos também, que correspondem a 2,6 bilhões de reais. Então, o Anexo V tem quase 13 bilhões de reais: 10,3 para reestruturações e aumento de remuneração e 2,6 bilhões de ingressos e substituição de terceirizados.

Por fim, um quadro em que apresentamos o crescimento das despesas discricionárias. Elas são 12,9% superiores às de 2012. E, aí, temos, órgão a órgão, quanto foi na PLOA 2012 e quanto enviamos ao Congresso Nacional na PLOA 2013. Da mesma maneira, acredito que não é o caso de ficar lendo a tabela, acho que as informações estão todas aí.

Com isso, encerro esta apresentação inicial sobre os dados gerais da peça enviada ao Congresso Nacional e me coloco à disposição para os esclarecimentos necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Senador Romero Jucá e o Deputado Cláudio Puty têm o crédito de poderem usar a palavra no momento em que acharem adequado.

Solicito à Mesa a ordem dos inscritos para que possamos dar início aos debates. *(Pausa.)*

Com a palavra o ilustre coordenador da bancada do PSDB, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta; Relator, Senador Romero Jucá; Relator da Receita, Deputado Cláudio Puty; Ministra Miriam Belchior, Secretária Célia Corrêa, Sras. e Srs. Parlamentares, vou fazer três perguntas e duas considerações para a nossa Ministra.

Ministra, até 2012, o Ministério do Planejamento detalhava em 21 rubricas orçamentárias toda a remuneração paga aos agentes financeiros pelos serviços prestados na operacionalização de programas do Governo, como Bolsa Família, Seguro-Desemprego, abono salarial, entre outros. No ano passado, indagamos a V.Exa. os motivos pelos quais o valor dessas remunerações vinha aumentando tanto, uma vez que, ao compararmos a remuneração dos agentes financeiros das programações citadas, verificamos uma evolução desses gastos de até 352%, no caso da remuneração de agentes financeiros pagadores e operadores do seguro-desemprego e do abono salarial, e serviços de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, numa outra rubrica, cresceram 102% em relação ao exercício de 2011.

Infelizmente, a resposta da Ministra naquela ocasião não foi esclarecedora. Para nossa surpresa, o Projeto de Lei Orçamentária de 2013 apresenta essa despesa com valor 10% maior do que em 2012, e unificada em apenas uma rubrica, intitulada “Remuneração a Agentes Financeiros – Nacional”. Ou seja, além de não explicar os aumentos exorbitantes, o Governo resolveu, como resposta às nossas observações, fechar o detalhamento da despesa de forma a impedir que a sociedade acompanhe e fiscalize os aumentos dessas despesas.

Ministra, esta não é a primeira vez que o Governo reage às nossas sugestões e críticas retirando o detalhamento da despesa e impedindo ainda mais a transparência da execução orçamentária. Portanto, indago, iniciando a primeira pergunta: quais foram os motivos que levaram o Governo a transformar as 21 rubricas das despesas do Orçamento de 2012 em apenas uma rubrica para o Orçamento de 2013?

A segunda pergunta é sobre abertura de créditos por decreto. O texto do projeto de lei encaminhado pelo Governo de V.Exa. propõe um aumento considerável no volume de despesas que podem ser movimentadas por crédito suplementar sem passar pela apreciação

do Congresso Nacional, simplesmente com a edição de um decreto presidencial.

Nós temos observado uma disputa constante entre o Legislativo, tentando manter suas prerrogativas constitucionais sobre a apreciação de matéria orçamentária, e o Executivo, buscando ampliar a flexibilidade gerencial necessária à operação da peça orçamentária frente às necessidades de adaptação do planejamento concretizado na Lei do Orçamento.

Entretanto, Ministra, não podemos deixar de nos espantar com o avanço cada vez maior do Poder Executivo nessa flexibilização, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 propõe o remanejamento de até 20% de cada subtítulo de praticamente todo o Orçamento. Considerando os parâmetros macroeconômicos previstos no projeto de lei, que estima uma inflação não superior a 5% – no caso apresentado, 4,5% –, seja pelo IPCA ou IGP-DI, qualquer liberdade de movimentação de dotações acima de 10% para corrigir possíveis desvios de programação, ressalvadas as despesas que já tradicionalmente possuem liberdade maior, como pessoal, precatórios etc., é retirar do Legislativo seu dever precípuo de apreciar o Orçamento em nome da sociedade brasileira. Só a possibilidade de movimentar 30% do PAC, que no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012 daria a liberdade de remanejar mais de 15 bilhões, já foi motivo de grandes discussões no Congresso. A incorporação de excesso de arrecadação por créditos abertos por decreto sem passar pela análise do Legislativo quanto à destinação desses novos recursos também não fica distante dos absurdos orçamentários que tem se avançado recentemente.

Indago a V.Exa. se essa ampliação da flexibilidade orçamentária que o Governo Federal busca não prejudica a relação entre o Legislativo e o Executivo, empobrecendo a participação dos representantes da sociedade na elaboração orçamentária.

Antes de fazer a última pergunta, faço a minha primeira observação. A Ministra disse que temos aqui 52 projetos de créditos, 52 PLNs em apreciação, mas faço a seguinte observação: desses 52, 28 foram enviados agora, recentemente, no dia 15 de outubro. Inclusive são passíveis até agora, pelas regras regimentais, de emendamento. E mais: os 4 PLNs aprovados o foram com o apoio da Oposição nesta Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização. Portanto, o que basta aqui é o Governo querer colocar a sua base e nós, da Oposição, não vamos impedir que essas matérias possam ser apreciadas. Então, não é a Oposição que está criando dificuldades para que essas matérias possam ser aqui, portanto, apreciadas.

Passo à minha última pergunta, que diz respeito à transparência na localização do gasto.

O projeto de lei orçamentária encaminhado por V.Exa. apresenta um volume considerável de ações sem a devida regionalização, ampliando, assim, o leque de investimentos de caráter nacional, não contribuindo em nada com a transparência, deixando para a execução a função mais nobre do planejamento e procurando confundir ou, na melhor das hipóteses, dificultar o acompanhamento e a fiscalização da execução do Orçamento pela sociedade, num momento em que tanto se apregoa o almejado orçamento participativo.

Apenas para exemplificar, Ministra, o orçamento do seu Ministério para 2013 contém uma ação de nome Apoio à realização de Grandes Eventos – Nacional, com o valor superior a 1 bilhão – especificamente, 1.049.813.500. Pergunto: qual a finalidade dessa ação? Quais obras e/ou eventos serão realizados e em que Estados e Municípios estarão localizados? Qual o valor individualizado de cada obra ou evento? Qual o cronograma de execução dos mesmos?

Concluindo minha pergunta, Sr. Presidente, com a tolerância devida.

Seu Ministério abriu um crédito extraordinário no Orçamento de 2012 no valor de 1 bilhão e 700 milhões por meio da MPV nº 573, de 27 de junho de 2012, para o projeto de Apoio à Aquisição de Equipamentos – Nacional, cabendo às mesmas perguntas para o mesmo. Ou seja, V.Exa. não acha que seu Ministério está contribuindo enormemente para ofuscar a já tão combalida transparência do Orçamento nacional? Trata-se simplesmente de mais uma falha grosseira de planejamento ou seria mais uma forma de suprimir a transparência da execução orçamentária e colocar em prática a política de atender *à la carte*, portanto, como tem sido rotina nesta Comissão entre os aliados do Governo, em detrimento da transparência que a sociedade merece, precisa e exige?

E a última consideração, Ministra: V.Exa., como cidadã brasileira – todos nós membros desta Comissão e aqueles que nos acompanham nesta reunião sabem dos sucessivos "apagões" que temos tido no Brasil semanas a fio, o último deles tomou conta de todo o Nordeste brasileiro –, não acha um pouco surpreendente que na rubrica da ELETROBRÁS o seu Orçamento de 2012 traga 10,3 bilhões e, neste ano de 2013, acaba de apresentar 10,1 bilhões, portanto, 200 milhões a menos de investimento, no momento em que o País sucessivamente passa por "apagões" elétricos?

Ministra, mais uma vez, agradeço a elegância e a sempre disposição de V.Exa. em comparecer a esta Comissão, sempre muito cordial com todos nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.

Antes de passar para o próximo Parlamentar, a título de informação, até para valorizar o trabalho de nossa Comissão, informo que o Governo encaminhou este ano para o Congresso 54 projetos de crédito. Destes, 28 vieram no dia 17 de outubro. Portanto, até outubro, foram 26. Destes 26, 10 já foram aprovados nesta Comissão. Acho que está abaixo daquilo que nós gostaríamos, mas já votamos 10. É um percentual bem superior, inclusive, ao de outras épocas.

Nós estamos aguardando a sessão do Congresso Nacional, que deve ocorrer na semana que vem. Com certeza, amanhã vamos aprovar mais um grupo, para chegar mais créditos.

Deputado João Leão, por gentileza.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu só queria fazer uma referência e dizer que o Brasil está caminhando bem, Ministra.

Eu quero lhe dizer, com toda honestidade, que fui Relator da LDO de 2003, e a diferença do Orçamento do ano de 2004 para o de 2013 é uma coisa gritante. Se vocês tiverem a curiosidade de pegar o Orçamento de 10 anos atrás, verão que essa diferença realmente é gritante.

Vou dar só o exemplo na questão do PAC, Ministra. Esta Comissão tem o prazer de ter ajudado todos os Governos deste País que por aqui passaram desde a sua criação, em particular o Governo Lula. O PAC, que é celebremente alardeado, foi criado aqui, nesta Comissão, por um grupo de trabalho. Juntamos aqui os funcionários da Comissão, os técnicos desta Comissão, e criamos um grupo de trabalho. Queríamos acelerar a modalidade da aplicação de recursos neste País e criamos aqui, no relatório, o PPI – estou olhando para alguns presentes aqui que fizeram parte desse grupo de trabalho.

Nós criamos o PPI. E o PAC é o PPI, Projeto Piloto de Investimentos. E temos o prazer de ver essa ideia, que saiu daqui, desta Comissão, ser aplicado hoje pelo Governo Federal.

Trata-se de algo em torno de 162 bilhões, que são efetivos recursos do povo brasileiro, do povo! Está aplicando 52.245 bilhões de reais. Eu ia falar um nome feio aqui, aquele que a gente fala quando está muito alegre, mas vou me comedir. Isso para nós, como o Senador Jucá, que participou durante muitos anos desta Comissão, e todos os que aqui estão há 20, 22 anos, outros há 16 e outros há 4 anos, que chegaram agora. É uma satisfação para o Parlamento ver este País progredindo, porque o PAC foi criando quando nós vivíamos um dos piores momentos, no início do Governo Lula, no ano de 2003. E quando nós o criamos foi com a finalidade de consertar as rodovias federais e os portos. Era o Custo Brasil de que tanta gente falava e sobre o que discutia nesta Comissão. E, de fato e de direito, nem nós, nem o Governo, nunca havíamos feito nada para solucionar o problema. Então veio uma ideia mirabolante, e nós nos reunimos, com a participação e a aprovação do Senador Valter Pinheiro e do meu amigo querido, que era Líder do Governo na época, Gilmar Machado, que acabou de ser eleito Prefeito de Uberaba, quer dizer, Uberlândia. Uberaba e Uberlândia são a mesma coisa, só muda o nome. Então, nós criamos isso. Eu tive o prazer e a honra de ser o Relator daquela LDO. Foi quando criamos o PAC, que era o PPI nesta Comissão. E vemos hoje como está o País. Agora nós estamos preocupados com outra coisa, Presidente.

Olha, até já o estou chamando de Presidente. Meu amigo, meu companheiro que está ali já disse... *"Não, mas ela está chamando era você, menina."* Tenha calma!

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY -Deputado João Leão, permita-me. Sra. Ministra, nós descobrimos hoje quem é o pai do PAC, o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO -A mãe é a Dilma. Filhos maravilhosos nós tivemos. Então, vocês vejam bem, nós estamos preocupados com outra coisa. A receita da União, nesses últimos dez anos, cresceu consubstancialmente. A diferença da receita dos Estados e dos Municípios é gritante, nesses últimos anos, em relação ao crescimento da receita da União. Então nós queremos colaborar novamente com o governo.

Nós estamos criando uma PEC, na qual nós tiramos um pouco do Governo Federal, de tudo aquilo que foi acrescido, após a Constituição de 1988. E as receitas foram exclusivamente para a União. Não houve participação dos Estados ou dos Municípios. Nós estamos tirando 30% disso, Sra. Ministra, mas não de uma vez. É óbvio que não pode tirar de uma vez. Vamos dividir isso aí num prazo de 8 anos. Tira-se um pedacinho no ano que vem, no outro ano, outro pedacinho, e no outro ano, e você aumenta o FPE e o FPM, dos Estados e dos Municípios.

Então, uma coisa que eu quero falar com meus colegas de Comissão é que nós estamos entrando com esta PEC para colaborar mais uma vez com o Governo Federal para que os Municípios não fiquem eternamente de pires na mão.

O que aconteceu é que a responsabilidade dos Municípios, com o advento de uma série de medidas e de programas criados pelo Governo Federal, fez com que hoje eles não tenham condições de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós precisamos dar uma olhada para o FPE e para o FPM, para os Estados e Municípios. Só tenho a lhes dar os parabéns, meninas, e a toda a equipe do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) -Muito obrigado, Deputado João Leão, vou fazer o encaminhamento de algumas perguntas e encerrar este primeiro bloco de perguntas; essas perguntas chegaram até nós através do e-Democracia, fórum de participação popular no debate do Orçamento.

> "Sr. Douglas Bastos Machado, a respeito do relatório sobre as obras da Copa do Mundo: *"Gostaria que fossem apresentados relatórios mais claros sobre o orçamento das obras da Copa de 2014, da forma que os relatórios estão apresentados no portal do TCU*". Ele está solicitando que seja feito um encaminhamento nesse sentido.
>
> Sr. Deny Eduardo Pereira Alves: *"Os instrumentos de participação popular têm avançado no Congresso Nacional. Qual a viabilidade e a possibilidade de inclusão de sugestões apresentadas pelo cidadão no relatório final da Lei Orçamentária? O Governo e a base aliada vão se articular no sentido de valorizar demandas que são apresentadas pela sociedade?"*
>
> Sr. Luís Nakajo: *"Sugiro que a Ministra fale sobre a previsão de cortes orçamentários e contingenciamento, se serão utilizados critérios semelhantes aos utilizados nos últimos 2 anos."*

E surgiram várias perguntas relativas ao Ministério Público da União. Os Srs. Deny Eduardo Pereira Alves, Guilherme Gomes, Onésimo Nunes Rocha Filho, Ethel Camargo e Alan Gustavo Santana Ribeiro são alguns dos que perguntaram. *"Quais os critérios para o reajuste de 15,8% em 3 anos? São carreiras diferentes com defasagens salariais distintas. Quais os critérios utilizados pelo Governo com relação à proposta encaminhada anteriormente pelo Ministério Público da União e à proposta enviada pelo Congresso, pelo Governo?"*

São quatro perguntas apresentadas pela sociedade, que eu leio para que a Ministra possa também respondê-las. A palavra está à disposição de V.Exa. para responder ao primeiro bloco.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -Obrigada, Presidente, vamos lá.

Caro Deputado Duarte Nogueira, em primeiro lugar, eu fiquei bastante satisfeita com sua preocupação com a transparência, porque acredito que essa tem sido uma das maiores preocupações do Governo, tanto do Presidente Lula quanto da Presidenta Dilma.

Para não falar de outras coisas, de todos os nossos conselhos de políticas públicas, nos quais é possível à sociedade discutir as políticas e os seus resultados, mas também as conferências nacionais, que são processos importantes que têm início em Municípios, com conferências estaduais, regionais e depois nacionais, e permitem efetiva participação da sociedade no desenho das políticas públicas federais. Então, eu acredito que esse é um tema importante para ser discutido no País, e é muito importante que V.Exa. o tenha levantado aqui.

Para começar, em relação a sua primeira questão, sobre a iniciativa adotada pelo Governo de agrupar rubricas orçamentárias, o nosso objetivo é tornar o Orçamento cada vez mais gerencial e também voltar, cada vez mais, a nossa gestão para resultados. Então, essa, digamos, junção de dotações tem por objetivo exatamente agregar ações que têm finalidades parecidas e que, portanto, ao serem agregadas, representam melhor os resultados que almejamos.

Mas, exatamente para evitar a redução de transparência, nós adotamos simultaneamente à decisão relativa a agrupamento de ações, a criação de um mecanismo gerencial. Isso não está na lei, mas será implementado e, inclusive, a matéria já foi enviado para o Congresso Nacional. Para facilitar todo o processo de emendamento, foi criado o Plano Orçamentário, ou seja, a abertura de cada uma dessas dotações, explicitando boa parte das questões que V.Exa. trouxe como preocupação.

Então, a despeito desse movimento geral e gerencial adotado em muitos países, além do Brasil, adotamos simultaneamente esse plano orçamentário que permitirá a qualquer cidadão, especialmente aos membros do Congresso Nacional, fazerem esse acompanhamento como era possível fazer e, nós acreditamos, de forma até melhor do que se fazia com aquele número grande de mais de 5 mil ações. Essa agregação nos permitirá um olhar melhor direcionado sobre a execução orçamentária, sem que se perca o detalhamento, o que é fundamental para que se verifiquem as questões regionais e alguma especificidade de cada ação. Então, do nosso ponto de vista, isso não reduz a transparência. Ao contrário, com todos esses planos operacionais que já foram entregues ao Congresso, será possível acompanhar detalhadamente cada ação.

Com relação à abertura de crédito, por decreto, de até 20%, este não é primeiro ano em que o Governo envia ao Poder Legislativo solicitação de autorização de limite maior para fazer remanejamentos por decreto.

Não considero 20% um valor exagerado. Se V.Exa. considerar o orçamento de qualquer empresa privada, verá que é muito comum haver mudanças superiores a

20%. Acredito que não seja um percentual exagerado. Não se trata, em hipótese alguma, de qualquer intenção de restringir o papel do Congresso Nacional, ao contrário, acredito que, como disse o Deputado João Leão, o Congresso Nacional tem feito uma série de iniciativas muito importantes, tanto na definição das políticas públicas, quanto na elaboração de cada um dos orçamentos anuais.

Então, é uma constante essa solicitação de aumento para 20%. Infelizmente, para nós, Governo, o Congresso Nacional não tem aprovado os orçamentos com esse percentual.

Gostaria de complementar os dados que V.Exa. e o Presidente Paulo Pimenta apresentaram. É verdade; até 14 de outubro, que é o prazo limite, nós havíamos enviado 24 projetos de lei, mas quero lembrar que, pelo segundo ano consecutivo, o Congresso Nacional não tem aprovado nenhum crédito no primeiro semestre. Então, há aí uma mudança que nos preocupa e chama a atenção essa informação. Mas como o Presidente Pimenta disse, a Comissão já aprovou 10 projetos e deverá aprovar alguns outros amanhã. Acho que será possível, se conseguirem realmente realizarem sessão do Congresso Nacional, limparem a pauta, o que é fundamental para que o Poder Executivo possa tocar as ações que dependem dessas suplementações.

Em relação à transparência da localização do gasto, há um número grande de ações das quais não é possível de antemão definir a localização. Se V.Exa. acompanhou as nossas discussões a respeito do PPA, ano passado, lembrará que um dos debates mais importantes foi feito em encontros regionais pelo País, exatamente porque nos interessa fazer acompanhamento do impacto regional das políticas públicas federais. Então esse é um objetivo importante. Tem havido uma progressiva regionalização das dotações orçamentárias no nosso Orçamento.

Se analisarmos historicamente a questão, veremos claramente um esforço do Governo no sentido de fazer as dotações orçamentárias de maneira regionalizada. O caso mais claro é o da manutenção de rodovias, que era objeto de uma única dotação. Hoje são 27 dotações, uma para cada Estado do País. Essa é uma representação da importância disso para nós.

Quero tratar dos dois exemplos que V.Exa. citou. No caso dos grandes eventos, aos quais me referi na minha apresentação, esse valor de 1 bilhão e alguns milhões de reais que estão, na Copa do Mundo, relacionados ao Ministério do Planejamento, eles estão agregados, porque nós estamos terminando o planejamento da segurança, da segurança operacional, que só vai acontecer em 2014. Estamos discutindo o planejamento este ano e faremos aquisições no ano que vem. É por isso que ele está no Ministério do Planejamento, senão, ele já poderia estar tanto na área da Justiça quanto na área da Defesa, os dois órgãos que executarão esses investimentos, essas aquisições de equipamentos etc.

Então, isso ficou no Ministério do Planejamento, mas será feito o plano orçamentário da mesma maneira, assim que nós tivermos feito esse planejamento. Então, já sabemos o montante de recursos e estamos fazendo esse detalhamento. Esses recursos serão utilizados nas 12 cidades da Copa do Mundo.

Em relação ao crédito citado por V.Exa., o que nós chamamos de PAC Equipamentos, da mesma maneira... V.Exa. disse que não tem um localizador, mas como o V.Exa. sabe, a Presidenta decidiu tomar essa iniciativa no sentido de alavancar as nossas empresas de máquinas e equipamentos. Por essa razão, estamos antecipando, em um dos casos, à nossa frota de veículos do Ministério da Defesa, especialmente na área de caminhões – não só, mas especialmente na área de caminhões. Isso se espalha no País, mas ainda não tem uma destinação.

O ponto central dessa ação é alavancar as empresas nacionais de máquinas e equipamentos. Esse é o ponto central. Para alguns casos, inclusive, nós ainda estamos discutindo como será feita a distribuição desses equipamentos, por exemplo, de uma parte das patrulhas agrícolas que estão previstas. Nós estamos discutindo os critérios de distribuição dessas patrulhas agrícolas, por isso, naquele momento, não foi possível estabelecer o localizador regional. Quando nós estabelecermos o critério, ficará definido no plano orçamentário, com clareza: quantas máquinas haverá para cada Estado. Portanto, a nossa permanente preocupação com a transparência combina com a preocupação que o senhor nos traz.

Por fim, quanto à sua última consideração, relativa à redução de 200 milhões em 10 bilhões de reais, em primeiro lugar, dá quase para dizer que, nesse caso, é um valor insignificante. Segundo, essa redução corresponde a um ciclo, que também temos no caso das ferrovias hoje, de término de alguns grandes empreendimentos e início de outros, que não têm o mesmo ritmo do anterior. Então, nós já estamos reduzindo o ritmo nas usinas do Rio Madeira. Por exemplo, acabou Estreito, que foi inaugurada pela Presidenta há 15 dias. Em Santo Antônio e Jirau, está começando a diminuir o ritmo das obras e, portanto, também o desembolso, porque as usinas já entraram em operação. Santo Antônio e Jirau acabaram de ter a licença de operação, e estamos começando outras obras que ainda não estão no mesmo ritmo das duas outras. Então, eu acho que esse não é um número significativo, e, como V.Exa.

deve estar acompanhando, o Ministério de Minas e Energia determinou à ELETROBRÁS e às demais distribuidoras que passem um pente fino em todas as instalações de transmissão, só para nos precavermos, porque consideramos que temos um sistema sólido.

E, quanto à última ocorrência, a que o senhor se referiu, sobre o Norte e o Nordeste, tudo indica que tenha havido alguma falha humana. Nós estamos ainda analisando com cuidado, mas não foi um problema do sistema em si, mas sim uma eventual falha humana. O Ministério e a ONS certamente vão dar os esclarecimentos tão logo as investigações cheguem ao seu término.

Deputado João Leão, V.Exa. disse uma coisa importante relativa à evolução, nesses 10 anos, das peças orçamentárias do Governo Federal. Realmente, muito mudou, e uma parte dessa mudança tem a ver com o trabalho conjunto do Poder Executivo e Poder Legislativo. V.Exa. deu o exemplo do PAC. Eu queria dar outro exemplo: o da educação.

Se formos considerar... Não vou nem falar de 2003. Eu vou falar de 2007. O orçamento para educação era de 28,5 bilhões de reais naquele ano. Agora, em 2013, será de quase 80 bilhões de reais, ou seja, 79,2 bilhões de reais. Houve aumento de 178% nos recursos para a educação, que passaram pela retirada da DRU e outras iniciativas de recursos. Isso permitiu a expansão das universidades e das escolas técnicas. Não vou cansar os senhores com tantos dados, mas acho que em várias áreas, como o próprio PAC, mencionado por V.Exa.,o Programa Minha Casa Minha Vida, com o qual ninguém sonhava.

Enfim essas políticas públicas, que têm contado com o apoio do Congresso Nacional para sua aprovação e depois têm sido implementadas pelo Poder Executivo estão fazendo do nosso País aquilo que ele é hoje, um país menos desigual, um país que está crescendo, porém garantindo distribuição de renda para mais gente e merecendo grande respeito externo.

Com relação a sua proposta de PEC, Deputado, é evidentemente que não posso achar bom perder 30% de receita. Estou certa?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não, não são 30%!

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Eu entendi que será lenta e progressiva.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO -Não, não são 30%. O Governo Federal vai perder algo em torno de 7% de receita no total, mas os 30% seriam retirados daqueles segmentos que foram criados após a Constituição de 1988, dos quais não participam os Estados e Municípios. Refiro-me às contribuições... Há um "catatau" de contribuições: PIS, COFINS, outros...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Já anotei esse ajuste.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – E não vai perder de uma vez, Sra. Ministra, será progressivo, será progressivo...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Está certo!

Mas acho que, junto a essa reflexão, é preciso verificar também como é que Estados e Municípios estão gerenciando sua receita própria, porque nós sabemos que uma parte – não diria que é uma parte importante –, por exemplo, dos Municípios, às vezes, abrem mão de exercer o seu direito de ter receita própria, principalmente do IPTU, mas não só isso, e batem à nossa porta querendo aumentar as transferências. Então, acho que isso também deveria ser considerado nessa reflexão e nessa discussão que V.Exa. apresenta.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Outra coisa, Sra. Ministra, o que quero bem salientar é que o poder de investimento do País – e é bom que o Relator olhe isso com bons olhos – cada dia vai crescer mais, porque com esse decréscimo dos juros... Eu venho me batendo há não sei quantos anos nesta Comissão, falando do absurdo do que pagava o Governo Federal em juros da dívida pública. Com essa providência agora – até que enfim –apareceu uma mulher, uma mulher, para fazer isso, para baixar os juros deste País. E baixou na marra, na raça... Isso vai nos dar considerável acréscimo em receitas para serem aplicadas em investimentos produtivos para o País.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Sr. Deputado.

Gostaria agora de tratar das questões apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Pimenta que apareceram no *e-Democracia*, uma iniciativa da Comissão de Orçamento em relação à sociedade.

A primeira questão foi enviada por um cidadão que não achou muito claros os relatórios a respeito das obras da Copa do Mundo no Portal do Tribunal de Contas da União.

Então, gostaria de sugerir a esse cidadão que verificasse, além do Portal do TCU, as informações que nós, o Governo Federal, o Poder Executivo, colocamos no Portal da CGU, que têm maior detalhamento e talvez o agradem. Caso contrário, podemos conversar para ver quais os outros tipos de informações seriam importantes para podermos aperfeiçoar os mecanismos de informação abertos à sociedade.

Quanto à segunda questão, se seria possível aos cidadãos oferecer sugestões para elaboração da Lei Orçamentária, acho que conseguimos durante a elaboração do plano plurianual, fazer uma discussão com importantes associações, primeiro com Estados e

Municípios, segundo com organizações da sociedade civil organizada.

O Brasil é muito grande, os lugares são muito distante uns dos outros, e há muitos brasileiros dos quais nos orgulhamos. Pensar em um mecanismo para poder garantir isso, é um desafio para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo.

Em relação à questão levantada sobre cortes orçamentários e contingenciamento para o próximo ano, eu acho ainda prematuro falar sobre isso. O próprio Congresso Nacional ainda não aprovou a Lei Orçamentária, o processo está começando hoje com esta audiência pública, mas a intenção do Governo é minimizar ao máximo qualquer tipo de contingenciamento.

Por fim, a questão levantada por vários cidadãos em relação ao reajuste proposto ao Ministério Público da União, a primeira parte já respondi na minha exposição. O Anexo 5 prevê a mesma proposta, proposta igual para os servidores dos diversos Poderes, mas a proposta original enviada pelo MPU também foi anexada e enviada ao Congresso.

Eu gostaria de dizer que nós, do Poder Executivo, consideramos não haver condições de apresentar percentuais diferenciados para os servidores e também de lembrar que a média salarial do Ministério Público é a maior, se comparada com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário e especialmente com o Poder Executivo. Se não me engano, é de 17 mil reais, enquanto a do Judiciário é de 11 mil reais e a do Executivo é de 8 mil reais. Então ela é mais do que o dobro da média do Executivo. Então, parece-nos que garantir o poder de compra para os próximos 3 anos é uma boa proposta.

Sr. Presidente, com isso terminei a primeira leva de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romero Jucá) -Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Cláudio Puty, Relator da Receita, e, logo após, usará da palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Quero inicialmente saudar o Relator Geral do Orçamento, que preside a sessão, Senador Romero Jucá. Sra. Ministra, seja bem-vinda. V.Exa. é sempre bem-vinda a esta Casa, assim como a Secretária Célia e toda a equipe do Ministério do Planejamento, minhas saudações aos colegas Senadores e Deputados.

Quero chamar a atenção para alguns aspectos importantes: foi protocolado na semana passado o Relatório da Receita, Deputado Paulo Rubem Santiago, e algumas características, graças ao trabalho conjunto da equipe de consultores da Casa com o próprio Ministério do Planejamento e a Secretaria do Tesouro, com elementos muito importantes. O número final é parecido com o da meta de abatimento de superávit primário, ou seja, 23 bilhões de reais brutos, algo ao redor de 22 bilhões de reais líquidos, o que chamei de aposta no crescimento econômico.

Apesar dos resultados abaixo do esperado este ano no que se refere ao crescimento do Produto, nós temos tido um mercado de trabalho surpreendente, daí a aposta no crescimento de receitas previdenciárias, e uma distribuição que ficou ao redor daquilo que foi sugerido pelo Poder Executivo com relação às receitas não administradas pela União, particularmente apostando em receitas advindas de processos de concessão do pós-sal e de aeroportos, que se realizarão no ano que vem.

Temos esse número. Amanhã vamos ter oportunidade de debater aqui, e acredito que esse Relatório da Receita seja suficiente, Senador Romero Jucá, para que possamos garantir a aprovação nesta Casa do Orçamento, que é um processo obviamente político, sem maiores dificuldades.

Gostaria de chamar a atenção para o PLOA, que é uma característica dos projetos de Lei Orçamentária da Presidenta Dilma e do Presidente Lula, para um aspecto muito importante: o abatimento da meta de superávit primário. Isso obviamente desagrada aos setores liberais do nosso País – digo liberais no sentido estrito do termo –, mas os números apresentados pela Ministra demonstram que não houve contradição entre a meta de abatimento de superávit primário e a solidez fiscal do nosso Governo.

Os dados aqui apresentados demonstram uma excelente trajetória de relação dívida/PIB, que permitiu uma política monetária mais ousada. E hoje nós tivemos o resultado inclusive do IGPM, com uma inflação muito próxima de zero.

Portanto, política monetária mais ousada, com redução de juros, com inflação em patamares razoáveis, mas sem descontrole. E temos insistido que as características da nossa inflação não podem levá-la a um descontrole, principalmente com alto grau de capacidade não utilizada.

Quer dizer, nós temos condições para apostar, em 2013, em forte crescimento econômico, em condições de razoável controle inflacionário, sem descontrole inflacionário, graças às medidas fiscais, monetárias. Dentre essas, eu incluiria as característica desse Orçamento, com uma inovação, tirando o grupo PETROBRAS e ELETROBRAS da contabilidade de *superavit* primário e permitindo essa redução.

Eu gostaria de saudar isso, porque é uma verdadeira ruptura com os Orçamentos ortodoxos que levaram este País a tantos anos de recessão, de desemprego, de concentração de renda. Essa é uma diferença que demarca a característica desse Orça-

mento, além das outras aqui já mencionadas, entre os de Governos que antecederam o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

Por isso eu gostaria, sem mais delongas, de parabenizar a equipe do Planejamento e dizer que podem contar conosco aqui. O Brasil está bem governado, está em boas mãos e tem demonstrado isso nas nossas estatísticas oficiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romero Jucá) – Com a palavra agora o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Quero, inicialmente, cumprimentar a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; cumprimentar o Senador Romero Jucá, Relator-Geral da LOA, que preside esta reunião neste momento; o Deputado Cláudio Puty, Relator da receita orçamentária 2013, e a Secretária Célia Corrêa.

Inicio as minhas palavras quebrando um pouco o protocolo e ainda pegando o gancho do Deputado João Leão. Quero dizer que, se a ex-Ministra e atual Presidente da República, Dilma Rousseff é a mãe do PAC e o Deputado João Leão é o pai do PAC, eu não sei exatamente quem são os filhos, eu sei que a Bahia do Deputado João Leão recebeu um neto nessa eleição para prefeito. O neto nós já sabemos quem é: é o Prefeito de Salvador. E eu peço aqui, nas minhas palavras, que a mãe do PAC e o pai do PAC tratem o neto da mesma forma como sempre trataram o Programa de Aceleração do Crescimento: com muita atenção, muito carinho e destinando muitos recursos para que se possam fazer obras edificantes no nosso País.

Mas, voltando ao espírito da nossa reunião, Ministra, eu preparei aqui, após escutar todas as observações que V.Exa. fez sobre o projeto de Lei Orçamentária 2013, que estabelece as despesas e autoriza o Governo a realizar as receitas no ano de 2013, eu gostaria de fazer três questionamentos em diferentes áreas: um na área de reestimativa da receita para a LOA de 2013; outro na área da política fiscal; e um terceiro na área do crescimento do PIB como meta de Governo.

Eu inicio pela reestimativa da receita de 2013. O Relator da receita, Deputado Cláudio Puty, propôs a reavaliação da receita estimada no projeto de Lei Orçamentária 2013, mostrando que foram subavaliadas, por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, várias naturezas de receita.

O efeito dessa decisão provocou um acréscimo de 23,8 bilhões de reais na estimativa da receita da LOA 2013. Esses recursos serão utilizados para financiar as políticas públicas priorizadas pelo Congresso Nacional, portanto, fundamentais para as regiões mais carentes do País.

Eu pergunto: tendo em vista que V.Exa. dirige o órgão responsável pela proposta da Lei Orçamentária, gostaria que emitisse a sua opinião sobre o parecer do Deputado, pois poderia ajudar numa posterior votação do relatório e aprovar ou não esse acréscimo dos 23 bilhões de reais e consequentes aumentos nas despesas orçamentárias. Essa é a minha pergunta referente à reestimativa da receita e esse acréscimo dos 23,8 bilhões de reais, que foram acrescidos pelo Relator Cláudio Puty.

No que se refere à política fiscal expansionista que será adotada em 2013, ela tem como objetivo atenuar a crise econômica, contudo, há que se considerar seus efeitos colaterais. O que V.Exa. acha sobre os possíveis efeitos, primeiro, o aumento da inflação com a política do Poder Central para fomentar a intervenção na economia, por meio do Orçamento Geral da União? Segundo, o aumento do endividamento da União para financiar o crescimento em curto prazo do PIB? Terceiro, a disputa com os investidores privados pelos recursos financeiros por meio da emissão de títulos públicos, que resultam no encarecimento dos custos de financiamento dos investimentos privados, inibindo-os. E, por último, o aumento marginal dos custos de investimentos efetuados pela União, sempre mais onerosos do que os particulares. E, por fim, um questionamento no que se refere ao crescimento do PIB como a meta do Governo. Tomando como referência algumas declarações do Ministro Guido Mantega, como a de que o crescimento estimado em 4,5 % do PIB não será apenas um parâmetro a ser considerado no Projeto de Lei Orçamentária 2013, mas como meta a ser seguida, reascende a discussão do tema. O crescimento real do PIB poderia ser utilizado como meta para a elaboração da Lei Orçamentária? Qual é o posicionamento de V.Exa. em relação a esta declaração do Ministro Guido Mantega?

Eram esses os questionamentos que eu queria fazer a V.Exa., parabenizando-a e agradecendo-lhe a presença da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ilustre Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, minha querida Célia, companheiros Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados.

Sra. Ministra, vou trazer aqui dois assuntos recorrentes na atual circunstância que estamos vivendo. O Governo da Presidenta Dilma adotou uma política de atendimento para preservar com absoluta tranquilidade o emprego no País. Logicamente isso tem sido muito bom, mas, na ponta, nós encontramos algumas dificuldades.

Quero trazer, para conhecimento de V.Exa. que na semana próxima passada, após o pleito eleitoral, no meu Estado, por exemplo – porque outros Estados ainda estava em andamento o segundo turno –, nós tivemos um encontro com diversos prefeitos eleitos recentemente, outros derrotados, e outros reeleitos. E há uma única conversa entre eles, a dificuldade enorme de os Municípios brasileiros e, particularmente, os Municípios dos Estados pobres como o meu, os prefeitos estão muito preocupados porque não têm como fechar a conta para entregar à gestão futura.

O Governo, por um lado, tem puxado esse tipo de ação para atender a esse segmento produtivo, dando incentivos às grandes indústrias, por exemplo, à indústria automobilística e à indústria de eletrodomésticos branca, a indústria branca, como a chamam, usando como parâmetro o IPI e o Imposto de Renda, que são a base do FPM e FPE.

O que tem acontecido, Ministra?! É possível que V.Exa. já esteja até a par disso, porque o problema não é isoladamente do Estado "a" ou "b", mas do Brasil como um todo. E, então, ao nos procurar, nós tivemos a oportunidade de ouvi-los. E eles fazem a seguinte indagação: na crise de 2008/2009, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional uma medida provisória acrescentando 1% do FPM e do FPE, para atender exatamente aos Municípios a fim de que eles pudessem, no final do ano, pagar o 13º salário. Era o que tinha como parâmetro essa justificativa do Governo.

Hoje, Ministra, as folhas de pagamento estão totalmente defasadas. Há muitos Municípios sem pagar as suas folhas. Não há nenhuma previsibilidade de pagamento de 13º. E, o pior de tudo, não fecha a conta. Todos estão preocupados, porque ao terminar os seus mandatos, poderão todos ser encaminhados à Justiça, para responder pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feito esse relato, eu faço as seguintes indagações a V.Exa.: primeiro, por parte do Governo, há alguma perspectiva de fazer com que isso possa ser reparado? Por exemplo, o Governo pretende encaminhar para o Congresso Nacional aquilo que o Presidente Lula, à época, fez: mandou mais 1% para que eles possam resgatar esses débitos que já estão acumulados e fechar as contas? Segundo, outra reivindicação que se propõe. Há alguma possibilidade ou alguma gestão junto ao Governo para que se faça uma renegociação no INSS, com prazo muito maior? Digo isso porque a grande maioria ou praticamente 80% dos Municípios menores estão todos inadimplentes, porque não estão tendo recursos para pagar os compromissos fiscais que têm com o Governo.

Eu deixo essas duas indagações, porque, na verdade, Brasília hoje está cheia. Ontem, quando eu retornava de Alagoas, a metade do avião estava ocupada de prefeitos eleitos e derrotados. Todos estavam em busca de informação do Governo com relação à vida de cada um de seus Municípios.

Para encerrar, Ministra, eu quero cumprimentar V.Exa. pela gestão que tem feito das receitas públicas e das despesas. Eu sei que V.Exa. tem mão-de-ferro nesse particular. Quero ainda cumprimentar V.Exa. pela oportunidade que nos proporciona aqui na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

Ilustre Deputado do Estado de Pernambuco, Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, prezados Relatores, Exma. Sra. Ministra, eu gostaria de tratar rapidamente de alguns pontos.

Começo por um ponto abordado aqui anteriormente, que a Sra. Ministra já teve a preocupação de explicá-lo, mas eu quero me colocar aqui numa posição antagônica à essa explicação, porque efetivamente todos aqueles que acompanham a execução do programas do Governo Federal, sobretudo os que são compartilhados na sua execução com Estados e Municípios, sabem que o baixo nível de eficiência da realização desses programas não se dá em função da sua pulverização. Se dá, sobretudo, em função da precariedade dos entes subnacionais da Federação em elaborarem seus programas e os executarem com eficiência. Há ainda hoje Municípios que têm dificuldade de registrar os projetos aqui contratados no SICONV. Ainda hoje há Municípios que revelam dificuldades, e muitas das nossas emendas Parlamentares, e muitas das dotações do Presidente Governo Federal ficam no meio do caminho, não porque são dotações pulverizadas, mas porque são exatamente dotações que enfrentam a ineficiência, a desarticulação da máquina administrativa, o descasamento do PPA nacional, com o PPA dos Estados e de Municípios.

Então, embora a Ministra explique com muita serenidade o que acontece a partir de agora com a consolidação de programas em rubricas, ou em nomenclatura, ou em *caput* mais amplo, a nossa é avaliação é a de que a explicação não convence, do ponto de vista do acompanhamento minucioso da execução desses programas.

Nós temos alguns exemplos aqui que são conhecidos desta Comissão, que são conhecidos inclusive de algumas regiões do País como o Nordeste, que tem a maior parte da população em situação de pobreza, de precariedade de investimentos sociais. E não vai se garantir com a consolidação desses programas, um

acompanhamento específico, por exemplo, daquelas políticas que têm corte de gênero, que se dedicam às mulheres, às áreas quilombolas, às populações indígenas, às populações das áreas rurais distantes dos grandes centros do interior do Nordeste.

A impressão que nós temos é que o Governo encontrou uma medida de maior facilidade administrativa, que é exatamente consolidar diversos programas num único programa, porque, no momento em que aquelas dotações orçamentárias originais ficam pelo meio do caminho, é mais fácil para o Governo fazer um remanejamento daquelas dotações por decreto ou por projeto de crédito.

Então, se você tem dez programas que podem ser consolidados num só, na medida em que eles originalmente não eram consolidados na sua execução orçamentária, você fica com restos e aquilo passa a ser objeto de uma única ação de remanejamento.

Agora, como é que a sociedade vai conseguir acompanhá-los? Nas suas metas, no desembolso, nos resultados que são atingidos? A meu ver, por mais que seja prática a decisão do Governo e que facilite o controle da execução orçamentária e o remanejamento das dotações não aplicadas, isso contraria o principio da transparência finalística, que é o cidadão lá da ponta: uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena, mulheres trabalhadoras rurais e chefes de família na agricultura familiar não terão mais condições de esmiuçar, de destrinchar, de esquartejar aquele programa que tinha como ponto final os interesses específicos daquela comunidade, porque aquele programa passou a ser incorporado por um programa maior. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que nos chama a atenção é a evolução gigantesca dos gastos tributários indiretos, sem que se ofereça ao Congresso nenhuma avaliação, nenhum tipo de auditoria da consequência real da evolução dessa medida de gastos tributários para o crescimento do PIB, para a elevação da renda regional direta, para o fruto da aplicação dessas desonerações.

Eu vou destacar aqui o relatório da Receita, Sra. Ministra. Em 2003, nós praticávamos 23 milhões de renúncias tributárias. Em 2008, subimos para 86 bilhões. No ano passado, a primeira avaliação da Receita era de 145 bilhões, algo em torno de 3,5 % do PIB. A estimativa para 2013 é de 203 bilhões, 4,1% do PIB, concentrados a desoneração da Receita, IPI e dos recursos da seguridade social.

Isso, na verdade, é a reforma tributária de cada dia, que beneficia apenas o andar de cima da sociedade, e o que nos chama a atenção é que nenhuma iniciativa tem sido tomada, por exemplo, para que sejam revistas aquelas desonerações praticadas a favor do capital: incidências de Imposto de Renda no juro sobre capital próprio, incidência de Imposto de Renda na remessa de lucro, que foram típicas daquele período de redução do Estado, das reformas do Estado, do Estado mínimo, da receita da compra, etc.

Estimativas recentes publicadas conjuntamente pelo IPEA e pelo SINDIFISCO nacional indicam que nós chegamos àquela ocasião a 60 bilhões de desoneração, sem que se ofereça ao País nenhuma auditoria concreta do resultado dessa desoneração. Então, estamos fazendo aqui, a cada dia, a reforma tributária que atende ao andar de cima e não fazemos a grande reforma tributária para mudar a natureza da carga tributária que é regressiva e indireta que recai, sobretudo, em cima da renda e do consumo dos assalariados e das famílias.

Última questão, Sr. Presidente. Foi dito aqui que com a redução da taxa básica nós vamos liberar recursos para investimento. Queríamos nós que isso acontecesse. O relatório da Nota Técnica Conjunta nº 8 da nossa consultoria desta Comissão aponta que a projeção de percentual de investimento do PIB para 2013 é menor do que a projeção de percentual de investimento de 2009. Em 2009, a projeção de 1,8%, foram pagos 1% do PIB. Em 2010, a projeção subiu para 2%, foram pagos efetivamente 1,3%. Em 2011, 1,7%, foram pagos 1,1%,. Em 2012, 2,1%. A média até agora apurada é de 0,7%. Em 2013, a média prevista é de 1,4%, quase 25% a menos do que a meta de investimento acordada para 2009.

Na verdade, para onde está indo a folga fiscal que se pode apurar referente à redução da taxa básica? E é bom apurar que o cálculo mais adequado desse impacto não é a última decisão do COPOM, é na média. Em 2010, a média da taxa básica era de 11%. Em 2012, a primeira avaliação foi de 10,48%. No terceiro período de avaliação, a média já cai para 8,86%. Nós estamos com menos 7,5% da SELIC. A média para 2013 é prevista para 8,03%.

Agora, o que acontece? Enquanto nós estamos reduzindo a taxa básica que incide sobre quase 35% do estoque da dívida mobiliária, não estamos aqui discutindo os outros indexadores; não estamos discutindo, por exemplo, a elevação brutal do percentual do recurso do Tesouro, que vai para os juros, que vai para o refinanciamento, que pula de 300 bilhões de reais para quase 610 bilhões e que vai para a amortização, que é quase o dobro do que era há 4 anos. Então, quem é que está carregando a desoneração? Quem está carregando, melhor dizendo, a liberação de recursos fiscais? Não é a rubrica de investimento.

Para sermos sinceros, para sermos fidedignos aos números, não podemos afirmar que agora, com

a redução da taxa básica, vamos liberar investimentos. Não vamos. A proposta do Orçamento é de 1,4%, quando, em 1999, foi de 1,8%. Estamos, inclusive, abaixo da média dos países da América Latina, como foi publicado agora pelo relatório da CEPAL.

E a última questão, Sra. Ministra, nosso problema, na verdade, é conseguir fazer com que o País aumente a taxa de investimento. Confesso que não sei até hoje por que continuamos mantendo a taxa básica como referência de indexador para os papéis de longo prazo. Quando é que vamos ter a capacidade e coragem política para sinalizar para os aplicadores e para o mercado que a SELIC é indexador para as operações de mercado aberto? Mas ela não pode continuar sendo indexador para operações de longo prazo. Isso é uma benesse indevida num País que precisa aumentar a taxa de investimento para uma minoria da população que ganha sem trabalhar, ganha sem suar, ganha se produzir, ganha sem sair de casa, ganha pela Internet. Isso é uma indecência!

E concluo só lembrando que os números apresentados aqui: os juros e amortização vão levar do Orçamento do próximo ano 42%. Juros e encargos da dívida 7,6%, amortização da dívida 34.4%, num total de 42%. Todos os demais investimentos federais em saúde, PAC, educação, ciência e tecnologia, Brasil sem Miséria, defesa vão levar apenas 11,7%.

Então, ano após ano, dada a incapacidade de construirmos um pacto político nacional, um pacto político no Congresso, um pacto com as classes econômicas, nós estamos administrando o País para dar prioridade a quem vive sem trabalhar, a quem vive da renda dos papéis do Tesouro Nacional. Sinalizar, para 2013, 1,4% de investimento do PIB com recurso público é irrisório. Nós estamos quase 40% abaixo da média dos países da América Latina. E mais, nós precisamos aumentar a taxa de investimento, inclusive em ciência e inovação.

Concluo, compartilhando com a Ministra o último relatório publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. Quando ele trata do impacto da assimetria cambial na indústria, estamos numa situação de calamidade pública, do ponto de vista da nossa capacidade de industrialização, de oferecer empregos de melhor valor agregado, produção de mais alta tecnologia. Estamos correndo risco de reprimarizar o País, porque privilegiamos a remuneração da renda dos papéis de quem ganha sem trabalhar, desoneramos para o andar de cima, sem nenhuma auditoria do impacto dessa desoneração. Eu imaginava que pular de 1,1%, em 2003, para 4,1% do PIB de desoneração, significasse um Ovomaltine na capacidade de produção do crescimento do PIB. Não está significando nem papa de angu. Nós estamos arrastando o PIB, porque os números mostram que não estamos adequadamente operando onde temos que operar.

Sr. Presidente, queria ponderar essas questões e sugerir V.Exa. que possamos desdobrar esta audiência, independentemente da presença da Ministra Miriam Belchior, numa outra jornada de debate, porque os assuntos aqui são extremamente graves e não dá para esgotá-los apenas em um dia de sessão no Congresso.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente Paulo Pimenta, cumprimento a Ministra Miriam Belchior, saúdo os demais colegas Parlamentares.

Eu considero que diante da crise financeira que se abate sobre o mundo, com forte repercussão na União Europeia, feliz é o país como o nosso, o Brasil, que pode elaborar seu projeto de lei orçamentária sob parâmetros tão alvissareiros: 4,5% de crescimento do PIB, 4,5% a taxa de inflação, taxa de juros decrescente no patamar atual de 7,25%; dívida do setor público em declínio, dívida que, em 2002 era de 60%, hoje é de 35%, com perspectiva de redução para 32,7%; despesas discricionárias da ordem de 250 bilhões de reais; ampliação dos investimentos no PAC em 28%; na saúde, em 10,7%; na educação, em 14,4; no Brasil sem Miséria, em 16,3%; salário mínimo com crescimento real de 7,9%, alcançando o patamar de 670 reais e 95 centavos.

Na minha opinião, respeitando as particularidades aqui apresentadas pelos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, essa proposta, sob esses parâmetros, revela claramente o acerto das políticas econômicas, macroeconômicas e macroprudenciais adotadas pelo nosso Governo

Eu quero parabenizar a Ministra Miriam Belchior, sua equipe, e é claro que o faço parabenizando o nosso Governo por termos a oportunidade e a felicidade, diante dessa crise que atormenta o mundo, especialmente os países da Europa, de podermos elaborar e encaminhar a esta Casa Legislativa um projeto de lei amparado em parâmetros dessa natureza.

Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente, parabenizando a nossa Ministra Miriam Belchior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)* Não se encontra mais presente.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA – Primeiro, eu vou fazer minhas as palavra de Waldenor Pereira, a bancada do bode – eu e ele formamos a bancada do bode, estamos fechados.

Nós deveríamos começar toda a reunião fazendo uma análise de conjuntura internacional para que determinados Parlamentares se situem no contexto em que estamos vivendo. Parece que nós estamos vivendo em mar de rosas, num mundo sem turbulências, sem crises, e nós podemos construir orçamentos com artificialismo possível. Vivemos uma realidade de dificuldade internacional, de dificuldade de arrecadação. Então, eu concordo plenamente com a intervenção do Deputado Waldenor Pereira.

Quero parabenizar também, Ministra, a proposta de Orçamento, mas eu teria algumas questões a colocar.

Primeiro, eu sou do interior da Bahia, onde passei 90 dias agora e voltei mais preocupado ainda. Eu estou vendo aqui: na integração nacional, nós saltamos de 4 bilhões, 375 milhões para 6 bilhões e 470 milhões. Está havendo uma seca na Região Nordeste que causa um impacto sem precedentes. Há um empobrecimento. A Região Nordeste se envolveu muito com as políticas do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas, com essa seca, nós estamos regredindo, estamos reempobrecendo. E é necessária uma intervenção maior no que diz respeito à estrutura de recursos hídricos. Alguns, inclusive o Secretário da Agricultura da Bahia, e, aqui, também o ex-Ministro das Cidades já falaram de PAC da Seca. Nós precisamos, realmente, ter uma intervenção no Semiárido nordestino com volume maior de recursos e com menos burocracia na execução desses recursos; ter um formato... Eu entendo que o Ministério da Integração tem que ser fortalecido, porque não só nós precisamos aumentar a nossa capacidade de captação e armazenamento de recursos hídricos, recuperação de pastagens e recuperação dos rebanhos bovino, ovino e caprino. Nós estamos com uma redução de mais de 50% do rebanho dos pequenos produtores. E nós não podemos viver de Bolsa Estiagem permanentemente.

Então, eu entendo, e é bom levar em consideração que nós precisamos de mais recursos nessa área. Na esteira, não sei qual Deputado falou, eu não falaria na mesma linha, foi o Senador Benedito de Lira, mas eu acho que é possível pensar em relação aos Municípios que estão em estado de emergência. É preciso fazer o pagamento das dívidas previdenciárias para os Municípios que estão em estado de emergência, que estão vivendo na seca. Ele estão em dificuldade de adimplir e, muitas vezes, ficam impedidos de acessar recursos federais ou estaduais para minimizar o impacto da seca.

Eu quero, primeiro, parabenizar a senhora e fazer-lhe dois apelos. No ano passado, eu cobrei da senhora numa mesma reunião como esta o projeto de lei para a estruturação da Defensoria Pública, a senhora cumpriu o que disse aqui, enviou o projeto, e eu quero parabenizá-la por isso. Eu sou o Relator deste projeto de lei, amanhã vamos aprová-lo na Comissão do Trabalho. Eu quero parabenizá-la, mas, em face do enfraquecimento histórico da Defensoria Pública, eu quero fazer outro apelo e à sua sensibilidade feminina.

Está prevista apenas a contratação de 40 Defensores para o próximo ano. Eu faço um apelo para que sejam contratados os 150 concursados ainda no próximo ano, mesmo que seja fatiado ao longo do ano, reduzindo o impacto financeiro. Quero fazer o apelo para a renegociação da dívida dos Municípios atingidos pela seca.

Muito obrigado, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Boa tarde, Sra. Ministra. Em primeiro lugar, queria parabenizá-la pela brilhante intervenção e lembrar que, depois que fui Prefeito por 8 anos, sentimos claramente as diferenças significativas das cidades, no Brasil inteiro. Digo isso porque administrei Recife no meu primeiro ano, de 2001, com 900 milhões; hoje o orçamento está quase 4 bilhões de reais, para a cidade do Recife.

Eu tive a oportunidade neste fim de semana de ir a três cidades do sertão de Pernambuco em que o PT ganhou as eleições: Custódia, São José do Egito e Serra Talhada. Nós sentimos duas coisas efetivas, combinando com a intervenção do nobre Deputado Amauri Teixeira. É justamente o quadro dos grandes avanços vividos econômica e socialmente pela população do Nordeste, em particular, de Pernambuco. A situação do Nordeste, hoje, é outra.

Centenas e centenas de casas construídas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida demarcam uma nova visão da geografia de muitas cidades do interior do Estado, somando-se isso às diversas políticas sociais que muito melhoraram a condição de vida do povo nordestino, inclusive na área da caprinocultura.

Essencialmente em relação ao que o nobre Deputado Amauri Teixeira colocou, nós estamos vivendo uma ameaça significativa de perda dessas conquistas todas, já com a perda da agricultura, e uma perspectiva, a curtíssimo prazo, de cidades como São José do Egito que entraram em colapso de abastecimento. Então, a situação em que vive aquela região é muito

dramática. Nós temos em Serra Talhada, um grande polo econômico e de desenvolvimento da região, também ameaçada de um colapso.

É lógico que a gente sabe dos investimentos que o Governo Federal vem fazendo e toda a sua atenção, mas eu diria que talvez só quem vá à região é que pode ter a dimensão da gravidade daquela situação.

Então, eu queria pedir à Ministra – sei do olhar do Governo, da preocupação da Presidenta –, mas que olhasse com mais carinho para aquela região neste momento crítico, porque a água é vida.

Do ponto de vista das mudanças dos Municípios, o que ocorreu? Ocorreu um crescimento econômico muito grande nas cidades; normalmente, os Prefeitos correram com o crescimento. Eu digo isso porque, quando eu assumi a Prefeitura do Recife, nós só tínhamos 6% de cobertura do Programa de Saúde da Família, Ministra; 6% de cobertura do Programa Saúde da Família. Hoje, nós estamos com 66%. Isso significa que parcela significativa da população estava sem assistência nenhuma. Aí, começam a aparecer as doenças, porque as pessoas estão tendo atendimento. Conseguimos erradicar a taxa de filariose, e, consequentemente, a população chega a um estágio e quer mais. Isso é normal da natureza humana. Com a queda, essencialmente, com a crise internacional, às vezes, eu fico pensando como o Governo tem reagido a um quadro internacional tão difícil.

Então, muitas vezes, nós não temos a dimensão de que nós estamos conseguindo manter. É quase que uma mágica, mas, acima de tudo, é a política da nossa Presidenta Dilma Rousseff que vem mantendo, à custa de muito sacrifício.

Nós sabemos que o quadro é difícil. A propósito, eu diria, até para manter essa própria política. Na verdade, quando eu fui Presidente da Frente Nacional, havia a discussão da reforma tributária. Por quê? Porque, essencialmente, eu digo isso – a Ministra falou em Município que perde algumas despesas –, eu digo que nós fizemos a política fiscal para 27 categorias na cidade, Ministra. E não me arrependo disso, porque nós vivíamos, em Recife, por exemplo, num setor como o de laboratórios, em que Recife cobrava 5%, mas Olinda cobrava 2%, outra cidade na vizinhança cobrava 1%, e, essencialmente, a arrecadação, os empresários de lá viviam na condição de quase clandestinidade. Nós fizemos um entendimento, e isso foi administrado. A cidade começou a arrecadar mais, inclusive, com a redução.

Portanto, eu acho que essa discussão não pode estar só nas mãos do Governo Federal. Nós temos que ter a visão de um novo Pacto Federativo. Nós temos uma obra na cidade do Recife, por exemplo, que nós começamos quando eu fui Prefeito da cidade, de mais de 400 milhões de reais; em Recife, seria impossível haver uma obra como essa, se não fosse o PAC.

Em Recife, só do PAC, há um projeto, só uma obra de mais de 400 milhões que entram na cidade e que, por mais política de reforma tributária que houvesse, não entrariam se não fosse com recursos da União.

Então, não existe só um lado, não é? Não existe só um lado. Nós temos que administrar uma reforma tributária com o carro em movimento: é como trocar o pneu com o carro em movimento.

Trata-se de uma questão muito delicada, e é preciso haver um pacto também com os Estados. A maior dificuldade que nós tivemos foi com alguns Estados na implantação da reforma tributária, haja vista que os Municípios aumentaram a sua arrecadação, como nunca aumentaram, a partir do Governo do Presidente Lula.

Faço questão de fazer esses registros políticos aqui, por testemunhar isso, na condição de Prefeito e ter vivido isso efetivamente na condição de Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

Quero parabenizá-la pela grande contribuição e pela riqueza da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Temos agora a manifestação do ilustre Senador Romero Jucá, nosso Relator– Geral do Orçamento. Posteriormente, a nossa Ministra dará as respostas neste último bloco de perguntas e fará as suas considerações finais.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sra. Ministra Miriam Belchior, Dra. Célia, da SOF, Srs. Parlamentares, Srs. Líderes, Senadores e Deputados, primeiro, eu quero apenas fazer o registro da importância da vinda da Ministra Miriam Belchior, da explanação precisa, do demonstrativo de que este Orçamento leva em conta a responsabilidade fiscal – este é um dado fundamental, pela realidade econômica que o mundo vive. Eu acho que o Brasil sinalizar que vai de 35% para 32% a dívida do setor público, em declínio, é algo extremamente importante no contexto mundial no qual nós vivemos. Esse é um dado que, por si só, demonstra efetivamente a forma como o Governo está encarando a receita, a despesa e os investimentos públicos.

Quero dizer que vou precisar muito da ajuda dos Parlamentares, Senadores e Deputados, para que nós tenhamos a condição de fazer aqui um relatório que leve em conta os anseios do Congresso, mas que efetivamente leve em conta também a responsabilidade fiscal. Não podemos sair desse rumo. Sair desse rumo é andar contra o Brasil. Não podemos ter, na verdade, a tentação de efetivamente dar um passo maior do que

a nossa perna. Vamos trabalhar com muita responsabilidade, com muito cuidado e com muita rapidez. Como é ano de eleição, na verdade, todo o trabalho, Senador Benedito de Lira, ficou compactado agora para o mês de novembro e uma parte para o mês de dezembro.

Nós vamos apreciar nesta semana, eu espero, o relatório do revisor da receita, o Deputado Cláudio Puty. Eu espero, na próxima semana, termos condição de aprovar já o relatório preliminar, para descentralizarmos os recursos e efetivamente começarmos a discutir a contribuição do Congresso, a fim de melhorar este Orçamento.

Gostaria de fazer só um registro, Ministra. Em relação ao que disse o Deputado Amauri, eu tive oportunidade de falar no Ministério da Fazenda, de falar também com o Vice-Presidente Michel Temer, que, pelo que sei, já conversou com a Presidenta Dilma. Nós temos um drama hoje: a situação, principalmente, dos Municípios que dependem do FPM. A queda do FPM é algo brutal para os pequenos Municípios. Isso está inviabilizando os Municípios de terem, inclusive, a condição de se habilitarem a recursos federais e a convênios. Muitos deles fizeram uma pactuação com o INSS em até 60 meses. Dá uma parcela fixa grande. Com a queda da receita, essa pactuação está sendo retirada do FPM e está inviabilizando muitos Municípios até mesmo de pagar a folha de pagamento.

Eu já tratei isso com o Governo Federal. Apresentei hoje uma emenda, a Medida Provisória nº 585, cujo prazo vence hoje, propondo um grande repactuamento das dívidas do INSS para o que já venceu. Qual é o raciocínio? Se o prefeito não pagar aquilo que já venceu, ele vai ficar inadimplente e não vai pagar também aquilo que vai vencer – ele não vai pagar a prestação vincenda. Isso vai prejudicar, efetivamente, o fluxo de receita da Previdência. Nenhum de nós quer isso. Queremos, ao mesmo tempo, manter a receita do fluxo da Previdência para as operações vincendas e queremos que os prefeitos que estão deixando os Municípios adimplentes em condições de encerrarem os seus mandatos, deixando para os prefeitos que estão assumindo um Município adimplente, em condições de fazer convênios.

Portanto, eu gostaria de registrar esta preocupação, que é de todas as bancadas. Nós temos conversado no Senado: eu e o Senador Benedito de Lira já trocamos ideias sobre esta questão. Peço o apoio também do Ministério do Planejamento nessa discussão, a fim de que viabilizemos, efetivamente, os Municípios brasileiros para terem condições de se habilitarem. Caso contrário, eles não as terão.

Fica este registro, fica o nosso compromisso de articulação permanente com a área do planejamento, com o Governo Federal, com os Ministérios, com os setores, visando a abrir o diálogo. Efetivamente, estamos sendo demandados por diversos setores que têm demandas importantes, mas nós daremos os passos que forem possíveis, dentro deste espírito de responsabilidade fiscal e de compromisso com o futuro do País.

Nós queremos um Orçamento mais exequível, mais executável, menos contingenciável. É por meio da discussão entre o Executivo e o Congresso que vamos chegar a isso, melhorando a peça orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo mais nenhum Parlamentar que tenha pedido a palavra, vou passá-la de imediato à Ministra, agradecendo mais uma vez a sua presença.

Estamos dentro da nossa previsão, Ministra. São 16h56min.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – V.Exa. é bom em previsão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à sua disposição.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Vou usar mais do que 4 minutos, não muito mais do que isso.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Relator da Receita, o Deputado Cláudio Puty, ao Deputado Waldenor Pereira, ao Deputado Amauri Teixeira e ao Senador Romero Jucá as observações que fizeram aqui a respeito da evolução da economia brasileira, dos avanços que foram obtidos nesses últimos 10 anos. Assim, eles me pouparam de eu mesma fazer essas observações, de modo que eu agradeço e assino embaixo cada uma delas.

Em relação às observações e aos questionamentos do Deputado Felipe Maia, no que se refere à reestimativa da receita, o senhor sabe que é tradicional o Congresso Nacional fazer uma reavaliação da receita, até mesmo para garantir algumas prioridades estabelecidas, a partir dos Relatores setoriais. Há sempre aqui um debate entre o pessoal do Tesouro e a Consultoria do Congresso Nacional sobre quem acerta mais a receita. Tempos atrás, o Congresso até acertava mais, agora está bem menor essa diferença. Então, cada vez mais, vimos aperfeiçoando os mecanismos, os parâmetros e temos conseguido acertar com maior acuidade a receita do ano subsequente.

Eu acredito, como disse o Relator Puty, que há algumas coisas que nós não tínhamos feito mesmo, por exemplo, a receita proveniente das concessões. A Presidenta tinha recentemente lançado esse programa novo de concessões de rodovias e, especialmente, ferrovias, e aí nós não incorporamos isso no processo. Então, esse foi um complemento que o Relator fez e nós o consideramos bastante apropriado. Os outros

eu não vi com detalhe ainda, porque ele é recente, se não me engando, de quinta-feira. Então, eu não fiz ainda uma análise mais pormenorizada para poder fazer outras observações em relação ao relatório.

Em relação à política fiscal, caro Deputado, eu acredito que há uma coisa que esses 10 anos já demonstraram, e alguns dos Parlamentares que eu citei há pouco já reafirmaram isso aqui. Nós temos uma preocupação grande com a política fiscal, com o controle da inflação, enfim, com a condução da política fiscal do Governo. Já o demonstramos nesses 10 anos, e eu acho que são anos suficientes para não haver desconfianças em relação às nossas intenções.

Da mesma maneira, nós temos uma preocupação adicional e uma visão específica em relação a como agir em momentos de dificuldades econômicas, seja as daqui de dentro, mas especialmente as que nos tem atingido por causa da crise internacional. Não é o caso de pisar o breque, mas botar o pé no acelerador. Isso já deu certo em 2008 e 2009, e é com essa perspectiva que a nossa Presidenta continua trabalhando. Então, continuamos com o tripé macroeconômico intocado, mas estamos olhando o horizonte de maneira diferenciada da que se olhava antes desta última década em que estamos à frente do Governo.

Em relação aos dados levantados e ressaltados por outros Parlamentares, como a redução da dívida pública, posso dizer que agora é que conseguimos, depois de tantos anos, garantir a estabilidade econômica, o que está permitindo, com a robustez da política fiscal, a redução dos juros. E isso é fundamental para a nossa competitividade e para os investimentos do setor privado, como o senhor colocou aqui. São exatamente estas as condições que nós estamos permitindo: redução de juros, aumento do crédito, tudo isso para garantir maior investimento privado. Então, eu acredito que essa condução está em sintonia com quem está preocupado com maior investimento no País, seja público, seja privado.

Em relação ao crescimento do PIB, a gente considera que seja um parâmetro razoável para o estabelecimento do Orçamento. E lembramos, só como parâmetro, um órgão extremamente cuidadoso nas suas previsões que, em princípio, sempre orienta a pisar o freio diz que o Brasil vai crescer praticamente 4% no ano que vem. Esse órgão é o FMI. Então, falar em 4,5% é – alguns diriam – até menos ousado do que deveríamos. Eu acho que eu peguei fundamentalmente as suas três questões, Deputado.

O Senador Benedito de Lira colocou a situação dos Prefeitos, que também foi levantada pelo Deputado Amauri Teixeira, pelo Deputado João Paulo Lima e pelo Senador Romero Jucá. Eu vou responder a todos no mesmo pacote. Eu acho que, como disse o Deputado João Paulo, a situação muito em relação ao que era para o que é. Isso vale para a seca também, mas vou falar sobre isso depois.

Da mesma maneira que o Deputado João Paulo foi Prefeito, antes de vir para o Governo Federal eu fui Secretária Municipal, num momento em que o Governo Federal não ajudava os Municípios em absolutamente nada. Os Municípios tinham que resolver os problemas urbanos com os seus próprios recursos. Com o Ministério das Cidades, que o Presidente Lula criou no primeiro dia do seu mandato e, depois em 2007, com o PAC, que ele criou no primeiro mês do seu segundo mandato, com uma das linhas exatamente para ajudar Estados e Municípios, isso tem permitido investimentos importantes na área de saneamento, urbanização de favelas, mobilidade urbana, entre outras importantes políticas públicas.

Nós entendemos, sim, que há uma situação específica neste momento com os Municípios, da mesma maneira que houve em 2008 e 2009. A Ministra Ideli Salvatti recebeu a representação da Confederação Nacional dos Municípios, em que foi apresentada uma série de demandas ao Governo Federal; a Presidenta determinou a análise de todas essas demandas e nos deu um prazo para trazer uma avaliação sobre cada uma delas, ou seja, a nossa Presidenta está sintonizada com essa situação. Eu estava presente, por coincidência, quando ela despachou com o Senador Jucá, ocasião em que ele também levantou essa questão. Portanto, há essa sintonia. É claro que a algumas das demandas, talvez, não seja possível atender pelo que elas representam, mas, de qualquer maneira, está sendo feita uma análise e há um entendimento claro do Governo em relação ao momento delicado por que alguns Municípios estão passando. Assim, estamos analisando todas essas propostas, para ver o que é possível atender.

Eu queria voltar à questão que também foi colocada pelo Deputado Duarte Nogueira em relação à mudança que nós adotamos de agregação das ações orçamentárias. Eu quero reafirmar ao senhor, que é um dos Deputados que me conhece há mais tempo e, portanto, sabe do meu compromisso com a transparência. Então, partindo desse ponto de vista, quero lembrar essa nossa militância conjunta para dizer que eu não mudei minhas convicções a respeito da necessidade da participação e do acompanhamento da sociedade das ações de Governo e, portanto, eu não adotaria nem proporia à nossa Presidenta alguma medida que restringisse a capacidade da sociedade de acompanhar as ações do Governo.

Para tocar exatamente na questão que o senhor colocou, quando nós fizemos o processo de discussão do Plano Plurianual, criamos um fórum com a sociedade civil para discutir como faríamos o acompanhamento. Se é importante discutir durante a elaboração, ainda mais é importante é discutir o acompanhamento da execução. Temos essa convicção. Então, criamos um fórum com entidades da sociedade civil – inclusive, a Célia é quem acompanha esse grupo – e temos discutido a maneira de acessar o Orçamento, seja com senhas para os sistemas relativos à execução orçamentária, seja propriamente os resultados mesmos das políticas públicas. Essa discussão é conduzida pela Secretaria-Geral, pela equipe do Ministro Gilberto Carvalho.

Entre as decisões que nós temos adotado no âmbito desse grupo de trabalho, está exatamente a de que vamos dar prioridade, nos planos operacionais e no acompanhamento da execução, para as políticas setoriais, exatamente aquelas que o senhor citou aqui – de gênero, de raça, para criança –, que são as coisas mais difíceis de ver, que não são tão óbvias. É preciso pegar a execução na educação, na saúde, na assistência ou no desenvolvimento agrário, por exemplo, porque a soma dessas políticas todas é que dá a política global para cada uma dessas políticas matriciais. Eu acho que as pessoas vão receber por *e-mail*, com a regularidade com que discutirmos, o resultado disso.

Então, aqui quero reafirmar ao senhor que tanto a Célia quanto a equipe da Secretaria-Geral estão á disposição, caso o senhor queira discutir e, inclusive, dar sugestões para que a gente melhore cada vez mais a transparência, porque esse é o nosso objetivo.

Em relação aos resultados dos gastos tributários indiretos e das desonerações a que o senhor se referiu, eu gostaria que o senhor desse uma olhada nos planos orçamentários que nós mandamos aqui para o Congresso, como adendo, até para conhecer como está previsto o detalhamento das ações orçamentárias.

Quanto à questão das desonerações, o TCU é um órgão auxiliar desse poder e está fazendo, junto à Fazenda, um acompanhamento bastante pormenorizado do resultado das desonerações. Eu não tenho o relatório, porque isso se dá diretamente com a Fazenda, mas acho que é uma possibilidade de conhecer melhor esses resultados.

Nós temos alguns objetivos. Acho que essas desonerações foram muito importantes no momento da crise 2008/2009. Crescemos muito bem em 2010, e nós acreditamos que alguns dos fatores para que isso tenha ocorrido tenham sido as desonerações. E mesmo este ano, com esse contexto internacional bastante difícil, a despeito de o crescimento não ser o que nós gostaríamos, ele está bastante além do que a gente consegue ver, além das nossas fronteiras.

Em relação à projeção de investimento que o senhor citou, o senhor pega o ano de 2009, que é exatamente o ano em que o PIB foi ligeiramente negativo. Esse, digamos, não é o melhor ano para se fazer uma comparação de série histórica, ou, no mínimo, isso precisa ser considerado na análise, para se poder fazer conclusões a respeito dessa evolução.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Mas a previsão ainda está menor do que a de 2010, quando crescemos 7,2%.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Não, se a gente olhar, ele está crescendo todos os anos. Nós consideramos que investimento não pode ser só público, tem que ser privado também. Então, a gente precisa trabalhar nas duas direções. Mas eu acho que o mais importante desta nossa discussão é o consenso da importância que o investimento tem para o crescimento sustentável do nosso País. Eu acho que isso ter virado consenso no País é muito importante, tendo em vista momentos anteriores que nós vivemos, em que isso não era considerado fator importante para nossa economia.

Em relação ao fato de a SELIC ser o parâmetro de referência para os títulos nossos, eu queria dizer apenas duas coisas. A primeira é que a participação da dívida que é atrelada, portanto os títulos, à SELIC está caindo muito rapidamente e, cada vez menos, ela é a referência. A segunda é que a própria queda de juros que vem sendo implementada é importante desestimulador da postura de ganhar sem trabalhar. Só para não ir muito longe, os nossos fundos de pensão já têm hoje uma postura muito diferente da necessidade de buscar investimentos produtivos, porque não dá mais para ficarem apenas com a aplicação financeira para fazer valorizar o patrimônio dos seus associados. Então, eu acredito que nós estamos no rumo em relação à preocupação que o senhor aponta neste momento.

Deputado Amauri Teixeira, já que o senhor aproveitou para falar da Defensoria, eu quero dizer ao senhor que nós temos, aqui no Congresso, 19 projetos de lei de criação de cargos. São 16 mil cargos que estão esperando aprovação, entre eles os da Defensoria, mas também da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, para a SUDAM e para a SUDENE, para analistas de infraestrutura, para dar mais musculatura aos Ministérios que são responsáveis pela execução das obras do PAC.

Eu sei que a Comissão do Orçamento não é a que toca diretamente isso aqui, mas queria também solicitar aos senhores que dessem bastante atenção para esses projetos de lei. Os da Educação são fun-

damentais para a expansão das escolas técnicas e das universidades; os da Defensoria, eu não preciso dizer as razões, os senhores, sempre que eu venho ao Congresso me perguntam sobre novas nomeações para a Defensoria. Então, eu queria pedir atenção dos senhores para essa questão.

A outra coisa que o senhor coloca é a questão da seca, e aqui não poderia haver um momento mais oportuno. Em primeiro lugar, vindo já do Presidente Lula e continuando com a Presidenta Dilma, têm sido programados, através do PAC, grandes investimentos estruturantes para garantir a hídrica no Nordeste, não só o São Francisco, mas um número grande de empreendimentos, como o Canal do Sertão Alagoano, o Cinturão das Águas do Ceará, a Vertente Litorânea Paraibana, a Adutora do Agreste, em Pernambuco. Todas as intervenções, algumas na casa de 1 bilhão de reais, são investimentos fundamentais para levar a água de onde existe para onde não tem. Eu acho que esse é um trabalho que vem sendo feito nestes últimos 10 anos, mas que são obras...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR – Esse é o Projeto de Integração do Rio São Francisco, que é o mais estruturante de todos.

Então, essa sempre foi uma preocupação. É claro que, por uma situação climática, nós estamos vivendo, este ano, uma situação mais crítica. Quero dizer para os senhores que, inclusive, cheguei uns 15 minutos depois, porque, hoje pela manhã, fiquei numa reunião longa com a Presidenta exatamente para balanço das ações da seca, que ela convocou para hoje de manhã.

Em abril, quando o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do Dr. Nobre, apresentou a ela a previsão que tínhamos para este ano, no Nordeste, ela imediatamente aproveitou uma reunião de Governadores do Nordeste que ocorreu em Aracaju, para apresentar uma série de propostas aos Governadores.

Eu vou contar, inclusive, uma coisa que aconteceu. O Governador Cid Gomes estava ao meu lado nessa reunião, e ele tinha uma lista de questões de que queria falar. Conforme a gente apresentava as propostas, ele ia riscando a lista, e então brincou comigo: *"Miriam, não vai sobrar nada para eu falar, porque as propostas que eu tinha estão incorporadas no que a Presidenta está apresentando aqui hoje".*

Então, eu acho que a Presidenta está muito antenada, sintonizada com essa questão. Ela tomou as medidas naquele momento; hoje pediu uma avaliação geral e tirou uma série de encaminhamentos.

Tenho uma notícia que, se não é excelente, é muito boa, porque um dos efeitos que estavam causando essa seca, que é o El Niño, está se dissipando. Então ela deve minorar. O risco era que a mesma situação que nós temos este ano se repetisse no ano que vem, mas essa era a nossa visão de abril; a visão que foi apresentada hoje é menos grave. Isso não quer dizer que a situação será resolvida e voltará aos anos bons, mas que é menos crítica do que estava previsto no primeiro semestre.

Eu quero lhe dizer que, além das ações emergenciais – carro-pipa, furar novos poços, garantir tanto a safra quanto a estiagem –, há também a questão do milho.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -Exatamente, para garantir as matrizes para manutenção dos rebanhos dos pequenos agricultores. Isso se deu com bastante sucesso.

Nós discutimos também com os Governadores, na sequência daquela reunião, uma série de outras obras importantes para garantir o abastecimento de água à população. Com isso, foram selecionados 2,2 bilhões de reais adicionais para obras em todos os Estados que têm Semiárido para exatamente enfrentar essa situação.

Então, eu acredito que nós conseguimos tomar medidas e implantá-las rapidamente, o que tem minorado, se não os efeitos completos, de maneira substantiva a situação.

Comentamos hoje de manhã que não se ouve falar em saques e muito menos em grande movimento de saída das pessoas do Semiárido para as cidades, o que nos parece que conseguimos garantir condições mínimas para manutenção das famílias nesse período.

Acho que, de seca, não esqueci nada aqui e, de Municípios, também já falei.

O Deputado João Paulo falou dessa diferença, de como era fazer tudo sozinho e como é diferente poder ter ajuda do Governo Federal, e também falou da seca. Ele ainda falou da política tributária, o que de fato é uma discussão que o nosso País precisa fazer e que é muito difícil, porque há muitos bons interesses de Estados, Municípios e do Governo Federal.

Ata da Nona Reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 30 e 31 de outubro de 2012.

Aos trinta e trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e doze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 23. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: **Deputados Titulares**: Aníbal

Gomes, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Senadores Titulares**: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim e Romero Jucá; **Deputados Suplentes**: Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Vanderlei Siraque; **Senador Suplente**: Tomás Correia. Deputados não-membros presentes: Amauri Teixeira e Weliton Prado. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Arnaldo Jardim, Irajá Abreu, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior e Reinaldo Azambuja; além dos Senadores Titulares Cássio Cunha Lima, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e três minutos, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, por haver Reunião de Audiência Pública agendada, com a presença da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, o Presidente suspendeu a reunião, convocando sua continuação para o dia 31/10, às 14h. No dia 31/10, às 14h14, o Presidente declarou a reunião reiniciada, bem como haver quórum para deliberação. Contudo, suspendeu-a novamente, às 14h46, para que fosse realizada reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias – CRLP. Às 14h57, a reunião foi reiniciada. O Presidente afirmou haver acordo para apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 15/2012 – CN e Relatório da Receita para o PLOA 2013, conforme decisão do CRLP. Avisou que a apreciação dessas matérias teria início ao final da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Logo após, o Deputado Felipe Maia, fazendo uso da palavra, reiterou os termos do acordo. O Deputado Paulo Rubem Santiago, também em uso da palavra, falou que entregaria documento por ele elaborado, o qual tratava da política feita pelo governo a respeito da seca na Região Nordeste. Às 15h04, o Presidente suspendeu a reunião, agendando o reinício para logo após o término da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Às 16h09, os trabalhos foram retomados. Apreciação da Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 16 e 17 de outubro de 2012. O Presidente foi autorizado pelo Plenário a dispensar a leitura da Ata. Não houve quem a quisesse discutir. Em votação, foi **aprovada** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. Na sequência, o Deputado Paulo Rubem Santiago fez uso da palavra para falar sobre a estiagem na Região Nordeste e a execução das programações orçamentárias relativas ao tema. Entregou documento com essas constatações ao Presidente, Deputado Paulo Pimenta, e ao Relator da Receita, Deputado Cláudio Puty. **ORDEM DO DIA**: após anunciar o início da apreciação do **Relatório da Receita** para o Projeto de Lei Orçamentária – PLOA 2013, o Presidente avisou que o Relator iria apresentar seu Relatório e que o prazo para apresentação de destaques estava aberto, perdurando até o final da discussão. Contudo, suspendeu a reunião devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, às 16h24. A Reunião foi reiniciada às 19h03. **1 – Relatório da Receita apresentado ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN,** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013). Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty. Foram apresentadas duas emendas de renúncia de receita. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, no que concerne a estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das 12 emendas apresentadas pelo Relator da Receita e pela rejeição das demais emendas. Em atendimento ao disposto no *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional,* o Presidente solicitou autorização ao Plenário da Comissão para apreciar o Relatório da Receita do PLOA 2012 sem que houvesse análise por parte do Comitê de Admissibilidade de Emendas, uma vez que este ainda não havia entregue seu relatório sobre a matéria. Foi autorizado. Não houve quem quisesse discutir, sendo assim, o Presidente anunciou o fim do prazo para entrega de destaques. Logo após, fez elogios ao trabalho do Deputado Cláudio Puty como Relator da Receita. Em votação, o Relatório e a Errata foram **aprovados** por unanimidade. **9 – Relatório ao Projeto de Lei nº 15/2012-CN,** que "Abre ao Orçamento Fiscal da

União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 1.789.182.545,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". Relator: Deputado Waldenor Pereira. Foram apresentadas quatro emendas. Voto: Favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e rejeição das demais. Na ausência do Relator, o Deputado Zeca Dirceu foi designado Relator *ad hoc* e apresentou o voto. Após leitura do voto, o Relator, Deputado Waldenor Pereira, presente neste momento, proferiu seu entendimento sobre o Projeto de Lei. Discutiram a matéria os Deputados Felipe Maia e João Maia. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Após essa votação, o Presidente agradeceu às Lideranças de oposição pela contribuição para aprovação do Relatório da Receita e abriu espaço para que os parlamentares pudessem tecer últimos comentários a respeito dessa matéria. Assim, na seguinte ordem, fizeram uso da palavra: Deputado Felipe Maia – falou sobre o Relatório da Receita e previsões econômicas, Senador Flexa Ribeiro – falou sobre o cenário econômico apresentado pelo governo, Deputado João Maia – falou a respeito das projeções econômicas realizadas pelo governo, Deputado Celso Maldaner – comentou sobre o cenário econômico nacional, Deputado Waldenor Pereira – parabenizou o Relator da Receita e falou sobre a economia do país, Senador Flexa Ribeiro – comentou as considerações feitas pelo Deputado Waldenor Pereira. Na sequência, o Relator da Receita, Deputado Cláudio Puty, falou sobre o processo para aprovação do Relatório e sobre o cenário econômico nacional. Logo após, o Presidente fez últimas considerações sobre o processo legislativo orçamentário e a interação popular, bem como sobre a aprovação do Relatório da Receita. Propôs acordo para prorrogar em um dia o prazo para entrega de emendas ao Relatório Preliminar, caso o Relator o entregasse naquele dia, 31/10/2012. **ENCERRAMENTO:** às 20h05 o Presidente encerrou a Reunião. Antes, convocou Reunião Ordinária para o dia 6/11/2012, às 14h30. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 23, de 2012.

Não há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara e do Senado.

Informo às senhoras e aos senhores que, dentro de instantes, será realizada audiência pública com a finalidade de ouvirmos a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que irá discorrer sobre a proposta orçamentária para 2013, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013.

Por esse motivo suspendo a presente reunião, mas antes convoco a continuação desta reunião para amanhã, dia 31 de outubro, às 14 horas, neste plenário.

A reunião está suspensa.

Dentro de instantes recomeçaremos já com a Ministra Miriam Belchior.

Quero aqui, em nome de todos os colegas que foram candidatas e candidatos na última eleição, fazer uma saudação ao Deputado Gilmar Machado, integrante ativo desta Comissão de Orçamento há muitos anos, eleito com uma votação consagradora – com certeza S.Exa. terá todo apoio aqui dos colegas para conquistar muitos recursos do Orçamento da União para o seu Município –, e ao Deputado Duarte Nogueira, que teve uma grande votação também e está de parabéns pelo desempenho. São dois representantes desta Comissão que orgulham a todos nós aqui pelos seus desempenhos nos seus Municípios.

Dentro de alguns minutos começaremos a audiência pública, senhores.

(A reunião foi suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 23, de 2012.

Tendo em vista que o Comitê de Admissibilidade de Emendas não se manifestou quanto às emendas apresentadas, conforme dispõe o parágrafo único do art. 25 da Resolução de nº 01/2006 do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para votação do Relatório da Receita apresentado ao Projeto de lei Orçamentária para 2013.

A solicitação de autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada, por unanimidade dos votos.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Não tem nenhum voto contrário.

O relatório da receita e a errata estão em discussão. A discussão e o prazo para apresentação dos TACs estão encerrados.

Antes de colocar a matéria em votação, quero fazer um registro sobre o trabalho do Deputado Cláudio Puty, que conseguiu ter seu relatório acolhido por todas as Lideranças de todos os partidos que compõem esta Comissão tanto nesta Casa como no Senado Federal.

V.Exa., Deputado Puty, está de parabéns juntamente com toda a sua equipe e com a Consultoria que o assessorou. Este é um tema delicado, um tema difícil, mas a concordância de todas as Lideranças da Casa e do Senado é a demonstração clara do reconhecimento do trabalho realizado por V.Exa. De público parabenizo V.Exa. e faço esse registro.

O relatório da receita e a errata estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados por unanimidade.

Por acordo das Lideranças votaremos agora o PL nº 15/2012-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Educação, da Cultura e do Esporte e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 1.789.182.545,00.

O Relator é o Deputado Waldenor Pereira, mas convido o ilustre Deputado Zeca Dirceu para ser o relator *ad hoc.* Foram apresentadas 4 emendas. O voto é favorável, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1 e pela rejeição das demais.

O Relator está com a palavra para apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Vamos ao voto do Relator:

"Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito suplementar, uma vez que objetiva reforçar dotações orçamentárias em programações constantes na Lei Orçamentária vigente Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 4.320, de 17.3.64, Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO– 2012), e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015).

Feitas essas considerações, passa-se ao exame das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 15, de 2012-CN (PLN nº 15, de 2012).

Observa-se, da análise da Emenda nº 1, que a proposição pretende suplementar dotação de despesa primária com cancelamento de recursos de despesa financeira, o que é vedado pelo art. 2º da LDO-2012.

Ainda em relação à Emenda nº 1, verifica-se a incompatibilidade de fonte, uma vez que o Ementário de Receitas Orçamentárias da União, disponível no sítio eletrônico da Secretária de Orçamento Federal – SOF, prevê que a Fonte 29 – Recursos de Concessões e Permissões é composta 'pelos recursos originados da concessão ou permissão de serviços públicos a particulares, os quais estão sujeitos ao controle, fiscalização e regulação do Poder Público. É destinada ao desenvolvimento de projetos nos respectivos setores, conforme legislação específica'.

Desse modo, para o atendimento do crédito pela fonte em tela, a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, estabelece, no inciso VII do art. 2º que parte dos recursos de concessões e permissões constitui receita do Fundo Nacional da Cultura – FNC. Por sua vez, o art. 3º e 4º dessa Lei indica a forma como esses recursos poderão ser aplicados:

Art. 3º Os recursos a que se refere o art. 2º desta Lei poderão ser aplicados:

I – por intermédio de investimentos retornáveis em projetos de desenvolvimento da atividade audiovisual e produção de obras audiovisuais brasileiras;

II – por meio de empréstimos reembolsáveis; ou

III – por meio de valores não-reembolsáveis em casos específicos, a serem previstos em regulamento.

Art. 4º Os recursos a que se refere o art. 2º desta Lei apoiarão o desenvolvimento dos seguintes programas, nos termos do art. 47 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001:

I – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro – PRODECINE;

II – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro – PRODAV;

III – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual – PRÓ-INFRA.

Pelo exposto, verifica-se que a dotação indicada na Emenda nº 1 para suplementação está incompatível com o disposto nas normas supramencionadas, razão pela qual deve ser declarada inadmitida nos termos do art. 2º da LDO-2012 e do art. 38, § 1º, combinado com os artigos 126 e 146, da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Assim, indico a Emenda de nº 1 ao Presidente da Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal para ser declarada inadmitida, conforme demonstrativo anexo, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

Quanto às Emendas de nº 2, 3 e 4, apresentadas ao PLN nº 15, de 2012-CN, em que pese o nobre propósito de suas iniciativas, decido rejeitá-las, no mérito, por ponderar que o acatamento desses pleitos ensejaria redução significativa dos recursos, com evidente prejuízo ao programa de trabalho objeto do presente crédito suplementar.

Desse modo, por considerar que o projeto de crédito suplementar em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recursos, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 15, de 2012-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Zeca Dirceu, pela leitura.

Com a chegada do ilustre Parlamentar, Deputado Waldenor, devolvo a S.Exa. a prerrogativa de Relator, para que possa, também, fazer uma manifestação antes de encaminharmos a discussão. Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Zeca Dirceu a gentileza de ter feito a leitura do Relatório.

A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Obrigado, Presidente. Quero também agradecer ao Deputado Zeca Dirceu a leitura do nosso Parecer, que, como já destacado, trata de um crédito suplementar em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Cultura e do Esporte no valor de R$1.789.182.545,00 (um bilhão, setecentos e oitenta e nove milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

Quero apenas, reforçando o já destacado no Parecer, chamar a atenção para a distribuição desses valores entre os Ministérios citados e destacados

O Ministério da Educação, com o valor de R$5.975.000,00, destacando recursos de interesse da Universidade Federal de Campina Grande, Fundação Universidade Federal do Amapá, cada um deles no valor de 500 mil de reais, com destaque especial para os recursos destinados à FNDE – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R$5.375.000,00.

Ao Ministério da Cultura destacamos recursos para a Fundação Cultural Palmares, Agência Nacional do Cinema e Fundo Nacional da Cultura, somando um total de R$53.269.148,00.

Ao Ministério do Esporte, destacamos recursos destinados à administração direta daquele Ministério.

Portanto, são recursos da maior importância e significação para os Ministérios citados e destacados. Por isso recomendamos a aprovação desse crédito suplementar que envolve quatro Ministérios do nosso Governo: Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte, além de Operações Oficiais de Crédito, que somam um total significativo de aproximadamente 595 milhões de reais.

Este é o nosso Parecer. Recomendamos aos colegas a sua aprovação em favor desses quatro Ministérios da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitida a emenda sugerida pelo relatório.

Em discussão o relatório ao Projeto de Lei nº 15, de 2012.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, apenas, de forma muito sucinta, eu gostaria de expor a minha opinião e o posicionamento do Partido Democratas em relação ao PL nº 15. Nós somos totalmente favoráveis, pelo mérito da matéria, ao valor de R$1.789.182.545,00. O valor de R$1.683.716.400,00 é relativo a Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES, do Ministério da Educação. São recursos fundamentais para a educação do País, para os jovens que precisam desses recursos para financiar seus estudos no ensino superior, razão pela qual somos favoráveis à aprovação.

Aproveitamos para elogiar o parecer bastante embasado em números e descrições do Relator, Deputado Waldenor, que me antecedeu no uso da palavra.

Era isso o que eu queria dizer, ao tempo em que parabenizo o Relator e o mérito do Projeto de Lei nº 15, que será fundamental para a educação e financiamento do ensino superior para tantos jovens do nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Felipe Maia.

Com a palavra o Deputado João Maia.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Sr. Presidente, quero também me congratular com a Presidência da República por encaminhar projeto de tanta relevância, que diz respeito aos estudantes mais pobres, que precisam do financiamento do FIES.

Parabenizo o Relator Deputado Waldenor pelo trabalho que fez e também não posso deixar de registrar a postura do Deputado Felipe Maia, meu conterrâneo, de oposição, mas que sabe separar as questões de

governo das questões de Estado. Quando vota a favor desse projeto, S.Exa. está dizendo que a educação, a ciência e tecnologia são prioridades.

Portanto, o nosso voto, o voto do Partido da República é inteiramente a favor do voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado João Maia.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o parecer ao PL 15, de 2012, ressalvados os destaques que, aliás, não existem.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senhores, caso haja interesse, eu quero dar oportunidade a V.Exas., na presença do Relator da Receita, para discutir alguma questão relativa ao Relatório de Receita. Como nosso tempo é bastante exíguo, nós fizemos uma votação formal para garantir a aprovação do relatório. Mas eu quero dar oportunidade aos Srs. Deputados para podermos retomar alguma questão relativa a esta matéria.

Quero também agradecer publicamente às Lideranças da Oposição, especialmente às Lideranças do Partido Democratas e do PSDB, tanto da Câmara quanto do Senado, porque, com o *quorum* que temos hoje, caso houvesse disposição dos senhores, essa reunião poderia ter sido obstruída, o que teria dificultado muito a tramitação do Orçamento.

Então, quero, de público, agradecer aos senhores, esperando que este gesto seja compreendido como uma disposição de boa vontade para construirmos um cenário positivo para tratar dos demais temas do Orçamento a partir da semana que vem.

Então, a palavra está à disposição dos Srs. Parlamentares. O Deputado Cláudio Puty está à disposição para tratar de alguma questão relativa à Receita.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Sr. Presidente, eu agradeço e, antes de fazer alguns poucos comentários sobre o Relatório da Receita, eu quero falar do meu posicionamento em relação às matérias da Comissão Mista de Orçamento. É claro, e acho não restam dúvidas àqueles que nos acompanham ao longo de todas as sessões, que nós temos um posicionamento político de cumprimento de acordo firmado, com relação a projetos de Governo.

Mas, independente de qualquer matéria política, estaremos sempre buscando manter o funcionamento do nosso País debruçando-nos sobre projetos de Governo, como é o caso de alguns que aqui aprovados, por exemplo, o PLN 14, que garante recursos para obras edificantes, inclusive, entre tantos outros, recursos que irão para o Ministério dos Transportes, para o contorno da cidade de Caicó, no Rio Grande do Norte – o Deputado João Maia é filho da região do Seridó –, assim como para tantas pontes e tantas estradas pelo Brasil afora. Por isso não seria defensável o nosso posicionamento contrário.

Também em relação ao PL 15, nós nos reunimos na manhã de hoje, no início da tarde, colocamo-nos à disposição e flexibilizamos, mais uma vez, o nosso posicionamento, tanto meu quanto do Deputado Duarte Nogueira, em relação a essa matéria fundamental.

Como disse o Deputado João Maia, são recursos direcionados aos estudantes mais pobres do nosso País, que não podem ter, por parte do Congresso Nacional, uma recusa ou negativa em aprovar recursos que irão para o Ministério da Educação, para financiar o curso superior dos estudantes mais pobres do País.

A nossa postura, claro, sempre busca o equilíbrio entre o Palácio do Planalto e os partidos de oposição. Nós sempre buscaremos esse equilíbrio e tentaremos fazer com que esta Comissão seja a mais produtiva possível durante este ano e na gestão de V.Exa.

É algo que eu volto aqui a repetir. V.Exa. sabe que, sempre que há um diálogo entre os partidos de oposição, tentamos chegar a um consenso para nos debruçarmos sobre matérias essenciais.

No que se refere ao Projeto de Lei Orçamentária de 2013, ao Relatório da Receita, eu apenas estranhei, ou talvez haja um pouco otimismo por parte do Relator, quando ele acrescenta 23 bilhões de reais. Inclusive ontem eu tive oportunidade de questionar a Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, sobre esse valor, porque é dito no resumo da avaliação da Receita o seguinte: Conclui este relatório que a receita primária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2013 está abaixo do que pode ser arrecadado, tendo em vista o crescimento da economia e o aumento da lucratividade das empresas.

Eu tenho certo receio dessa supervalorização do crescimento do nosso País, porque, no ano de 2012, iniciamos estimando o crescimento do PIB em aproximadamente 5%. Mas já estamos terminando o ano com a expectativa e análise por parte do Relatório Focus do Banco Central de um crescimento da ordem de 1,5%, 1,4%.

O Projeto de Lei Orçamentária é feito com base em uma previsão de 4% de crescimento em 2013. Eu tenho certo receio, até porque todas as matérias ligadas a economia têm certo tom pessimista.

Eu tenho aqui matéria da revista *Veja*, da área de economia, do dia 15 de outubro, que diz: *Mercado segue pessimista com PIB e inflação em 2012*. A previsão de crescimento em 4% parece aos economistas um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para ajudar no raciocínio de V.Exa., o Governo trabalha com o índice de 4,5%, ou seja, ainda é mais otimista.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Então, 4,5%. Seria mais otimista ainda a visão do Governo, enfim. E a própria revista diz que para 2013 a expectativa permanece de crescimento em torno de 4%. Nem começou o ano! Se nós pegarmos como jurisprudência ou como exemplo o ano de 2012, que começou na faixa de 5% e hoje caiu para 1,5%, 1,4%, parece-me uma previsão otimista. Assim como a Justificativa 2, que é o aumento da lucratividade das empresas.

Pelo que me consta, as empresas do nosso País que mais lucram são as ligadas ao mercado financeiro, ou seja, os bancos, que já preveem uma diminuição do seu lucro no ano de 2013, assim como as diversas empresas com atividades nas áreas agropecuária e industrial.

Eu apenas faço essas ressalvas e essa consulta ao Relator: se nós não estaríamos sendo muito otimistas em acreditarmos nesse crescimento de 4,5%, e colocarmos o valor de 23 bilhões de reais ao projeto já encaminhado pelo Ministério do Planejamento.

Era essa a observação pois, ao ler o Relatório da Receita, eu me questionei. Então, trago aqui essa minha dúvida, até por ser advogado e não economista, por isso eu não tenho obrigação de conhecer a fundo essas logísticas. Apenas estranhei esse excesso, talvez, de otimismo na economia, em 2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à disposição.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta; Sr. Relator, Deputado Puty, minhas saudações.

Devo dizer que o Relator é mágico, e, na condição de mágico, ele faz sair coelho da cartola.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Só não garanto o pagamento de (ininteligível).

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Isso! É o que eu ia perguntar a V.Exa. (Risos.)

Agora, todo o mundo sabe que o maior, o grande perigo do trapezista é acreditar que pode voar, porque é aí que ele se esborracha. E é isso que está acontecendo com o Governo: ele é trapezista e acredita que pode voar.

Há aproximadamente 3 meses, o Ministro Guido Mantega comparecia a audiências no Senado, na CCAI e dizia com a maior tranquilidade: "Nós vamos crescer 4%, 4,5%". Ele acreditava! O pior é que ele acreditava nesse crescimento de 4,5%. Então, é um trapezista. Eu até brincava, àquela altura, no auge da música Ex-My Love, da nossa cantora paraense Gaby Amarantos, que o PIB do Brasil estava ex-my love, de 1,99 reais. Eu até fui muito condescendente, porque vale menos do que o ex-my love, lamentavelmente! Estava no auge a música. Então, nem ex-my love é. Está valendo, quanto? Um e quarenta por cento, não é? Vamos torcer para que o ano acabe logo, porque, senão, daqui a pouco, vai dar menos de 1%.

O Relator fez uma mágica de colocar esses 23 bilhões em cima de papéis.

Isso não vai existir, Relator. Não vai existir, lamentavelmente! Nós deveríamos ter tido aqui a coragem de reduzir, porque a projeção de crescimento, para 2013, de 4,5%, não existe. Não existe isso! Não existe! Então, me engana que eu gosto. Aliás, "me engana que eu gosto" é o que a gente faz todos os anos – todos os anos – aqui na Comissão Mista de Orçamento. Quer dizer, o próprio Relator diz: *"Olha, não garanto pagar as emendas"*, e não vai pagar...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Não garanto, porque, primeiro, não é atribuição minha. (Riso.)

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Nem se fosse! Nem se fosse! Até porque não está no DNA do partido de V.Exa. manter compromisso. Então, não será feito de qualquer maneira, não é?

Presidente, nós já aprovamos o Relatório. V.Exa. agradeceu à Oposição.

A Oposição aqui é construtiva, está para colaborar, mas nós sabemos que essa é uma peça de ficção, mais uma vez. E nós vamos ficar aqui – já vamos entrar no mês de dezembro – para aprovarmos esse Orçamento, na véspera de Natal, no fechamento do ano, Para passarmos o Natal com a família, vamos aprová-lo, sabendo que o contingenciamento do ano que vem será maior do que o deste ano. Até porque, para poder fazer o compromisso fiscal, já estão lá no PAC os 25 bilhões de reais. É um jogo contábil feito pelo Governo para poder cumprir as metas.

O Deputado Puty, parece que, além de mágico, agora virou trapezista. Mas, parabéns, Deputado! Estamos aqui para colaborar com o Governo de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado João Maia; depois os Deputados Celso Maldaner e Waldenor.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAIA – Presidente, eu sou economista e já estive no Governo. Conversando com o Deputado Felipe Maia, disse que não sou tão pessimista. Eu entendo, Senador Flexa, a responsabilidade de um Governo quando faz um orçamento.

Nós sabemos que o mundo vive uma crise. Todos nós sabemos disso. Talvez, o brasileiro mais lá da ponta saiba disso: nós temos a Europa em crise profunda; nós temos os Estados Unidos tentando sair de uma situação muito difícil; nós temos o Japão em situação de recessão; nós temos a China em desaceleração, e, diante disso, quando olhamos a taxa de desprego no Brasil, sentimo-nos animados, porque, apesar de tudo, temos uma economia que foi capaz de gerar emprego e gerar renda, pela sua diversidade. Nós temos que olhar o Brasil assim.

Desde as primeiras discussões sobre o Código Florestal, eu sempre disse: o Brasil tem a Amazônia, o Pantanal, o Semiárido – de onde sou oriundo –, o Sul, a Mata Atlântica, onde temos a agroindústria, um setor de tecnologia muito moderna, um setor têxtil que sofre uma concorrência medonha da China, um setor industrial pouco competitivo. O que eu quero dizer? O mundo, hoje, Senador Flexa Ribeiro, enxerga o Brasil como o País da oportunidade, e nós precisamos ajudar criando um ambiente de negócio favorável; ajudar fazendo uma carga tributária... Não que ela seja grande. É que no Brasil paga-se tanto de imposto como paga para poder pagar o imposto em dia. É complexo.

Então, eu acho que uma taxa de crescimento de 4%, 4,5% não é impossível, não, Deputado Puty, porque ela vem em cima de uma base muito baixa.

Quando o Deputado Felipe Maia perguntou-me a respeito disso, eu respondi o seguinte: "O Governo tem a obrigação de prever crescimento maior e inflação menor", porque se o Governo vai prever crescimento menor, ele está induzindo o mercado; e se ele prever inflação maior, está induzindo o mercado. Infelizmente, é assim.

Este Governo não está sendo diferente, Presidente Paulo Pimenta. Ele não está! Agora, o que precisamos é não fazer do Orçamento realmente uma peça de ficção. Para isso, precisa de ações. Ações! Sabem o que precisamos fazer? Desonerar a indústria; criar um ambiente de negócios mais fácil; precisamos criar um ambiente em que o investidor sinta confiança no Brasil. Não há como fazer mágica. Eles são conterrâneos, por isso eles brigam tanto, Presidente. É só por isso mesmo. Mas nós não precisamos criar um ambiente que seja desfavorável. Não podemos deixar que o investidor brasileiro e o investidor internacional achem que a toda hora vamos tirar um coelho da cartola, porque não vamos.

Dinheiro é bicho que não gosta de falta de respeito; investidor não gosta de falta de respeito. Ele quer saber, Senador Flexa, de regras. E quais são as regras? A questão, por exemplo, do IPI, a questão dos Municípios, nós vamos ter que resolver, porque a vida da gente fica lá nos Municípios, e se a gente não viabilizar as pequenas Prefeituras do Brasil, a gente não viabiliza a vida das pessoas que estão lá no Município. E as pessoas pensam assim: *"Será que nós vamos continuar comprando?".*

Então, eu quero encerrar as minhas palavras, Deputado Felipe, Senador Flexa Ribeiro e senhores membros da Comissão, dizendo o seguinte: nós não estamos prevendo nada impossível, não. Nada! Não é uma miragem, não; não é uma mágica, não, mas depende de trabalho – trabalho do Congresso, trabalho do Executivo, trabalho do Judiciário. Porque, para crescer – e essa é a meta de todos os brasileiros –, devemos gerar emprego e gerar renda. Não há um brasileiro que seja contra isso, seja ele do Governo ou da Oposição mais radical. Nós precisamos trabalhar. Precisamos trabalhar no Congresso para clarear regras; fazer com que o Executivo dê clareza às regras.

Por que nós vamos crescer 4,5%? A taxa de investimento do Brasil é baixa, nós precisamos fazer um esforço hercúleo. Ninguém tem crescimento sustentável com taxa de investimento abaixo de 20%. Ninguém. Nenhum país do mundo tem.

Então, como nós vamos fazer para que isso aconteça? Nós precisamos trazer o investimento privado sem sermos envergonhados. Se a gente não tem dinheiro para porto, vamos fazer com que o investimento privado venha para os portos, para as estradas, para os aeroportos. Nós somos um País que tem o pré-sal; somos um País que tem a Copa do Mundo; somos um País que tem as Olimpíadas. Nós temos tudo para crescer: depende de nós.

Portanto, Cláudio Puty – que é jovem, e não vai continuar brigando com o Senador Flexa Ribeiro –, eu acho que seu relatório não é miragem, mas ele depende de muito trabalho, e de muito trabalho de nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado João Maia.

V.Exa. está muito prestigiado, Deputado Cláudio Puty.

O Deputado Celso Maldaner tem a palavra. Depois, Deputado Waldenor.

Vejam como este Presidente é democrático: faz um debate depois da votação. Deixa a palavra livre, para que todos possam falar.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Para prestigiar os que vieram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Claro! Que votem e, depois, voltem à discussão: "Votei, e agora vamos discutir o assunto".

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER – Quero cumprimentar nosso Presidente, Paulo Pimenta; nosso Relator, Cláudio Puty, que já traz a experiência de

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; o Sr. Senador e os colegas. E quero dizer também que eu sou economista. Nessa área, também exerci três mandatos no Executivo, como Prefeito. Venho da área empresarial.

E eu diria, até pela característica do jovem, que o jovem é mais empreendedor. Quem já é mais maduro é mais equilibrado. Então, eu acho que temos que aproveitar esse potencial que há no País. Eu sou mais proativo. Eu aprendi muito com Napoleon Hill, que nos ensinou: *"Tudo o que o homem pensa e crê pode ser concretizado"*. Quer dizer, tudo aquilo em que você acredita pode se tronar realidade. Imaginem se nós fôssemos todos proativos – esta Casa, o Congresso Nacional, todos os Deputados Federais, os Senadores... Se todos fossem proativos com essa meta...

Por exemplo, você tem que saber o que quer. Se você não sabe o que você quer, qualquer caminho serve. Esse é o segredo do sucesso. Que bom que o Governo sabe aonde quer chegar: a um crescimento de 4,5% do PIB. Nós temos que ter clara a meta, nós temos que escrever no papel, nós temos que tornar isso realidade na cabeça da gente. Quando você acredita, a coisa dá certo. E temos que fazer um planejamento, cumprir etapa por etapa, e ter ação, como disse o colega. Claro, que temos que agir para isso.

Então, eu acho que é viável essa meta. Se nós falarmos do agronegócio, pela primeira vez na história do Brasil a soja ficou em primeiro lugar na exportação, ganhou dos minérios. No mundo estão faltando alimentos. Agora que acabamos de aprovar o Código Florestal Brasileiro, trazendo mais estabilidade jurídica e mais segurança para os nossos produtores, acho que só o agronegócio... Nos próximos dias nosso Governador vai ao Japão assinar um acordo para a exportação de carne suína para aquele país. Santa Catarina será o primeiro Estado a exportar. O Japão importa mais de 5,2 bilhões de dólares por ano, quer dizer, importa toda a produção de Santa Catarina e consome duas vezes a produção de Santo Catarina.

Só com o agronegócio nós temos condições de crescer 8%, 9%, 10%. Como eu falei, a soja ficou em primeiro lugar este ano. Então, eu acho que é viável essa meta.

Cláudio, parabéns! Você justificou bem. Como você colocou, se o Governo souber fazer as parcerias público-privadas, quer dizer, as concessões, acho que tudo é possível. Claro, temos que investir muito em infraestrutura logística. A água, claro, é uma preocupação que nós temos, mas a nossa grande dificuldade hoje na competitividade é a infraestrutura logística: precisamos investir em ferrovias e em outros modais, e não só em rodovias.

Estou convicto de que, se nós fizermos os investimentos que estão previstos, será possível, sim, crescermos e atingirmos essa meta em 2013. Claro, nós temos que fazer a nossa parte. Acho que devemos fazer o papel da Oposição, mas, nesse sentido, nós temos que dar a nossa colaboração e ajudar para que aconteça isso, para o bem do País.

Então, acho que é fundamental a participação de todos nessa proposta. E, com certeza, vamos chegar lá.

Queremos agradecer a compreensão de todos os colegas. Todas essas coisas que estão sendo discutidas vão ser resolvidas, não haverá problema nenhum. Vamos acreditar que é possível atingir essa meta.

Queremos parabenizar a todos que votaram a favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, eu acho que fui um dos primeiros Deputados da Situação, Deputado do Partido dos Trabalhadores, que publicamente se posicionou nesta Comissão a favor de tratamento isonômico, similar, igualitário para Oposição e Situação no que diz respeito à liberação de emendas.

Chamei até a atenção, naquela oportunidade, que considerava a Oposição o coração do processo democrático. É impossível pensar na democracia sem uma Oposição forte, consolidada, organizada.

Agora, eu não posso admitir – e quero me dirigir respeitosamente ao Senador Flexa Ribeiro – que se desconsidere que temos uma crise financeira internacional sem precedentes. É importante que a gente leve em consideração a crise que se abate sobre o mundo, de forma geral, com forte repercussão sobre a União Europeia. Vários países europeus hoje estão alterando de forma radical as suas leis, inclusive em prejuízo dos trabalhadores, especialmente leis trabalhistas, alterando substancialmente as suas políticas macroeconômicas. E, de forma comparativa, independente da disputa partidária, o nosso País convive hoje com uma estabilidade econômica que deve ser reconhecida e considerada.

Os indicadores econômicos que foram apresentados aqui ontem pela Ministra Miriam Belchior são irrefutáveis. Nós estamos vivendo num País com estabilidade inflacionária na casa dos 4,5%, 5,5%, 6%, não ultrapassando a meta estabelecida e até acordada com os organismos internacionais.

O nosso País mantém ainda hoje reservas cambiais acima de 300 bilhões de dólares, o que representa, do ponto de vista prudencial, uma garantia de que não iremos nos submeter às incidências mais perversas da

crise. Mantemos ainda uma política de encaixe bancário que também representa uma reserva substancial de recursos para fazer frente à crise internacional. A dívida do setor público, que, em 2002, era de 60%, diminuiu para 35%. Esse é um dado extraordinário e de grande relevância do ponto de vista econômico. Nós reduzimos substancialmente a taxa de juros. É até interessante, Deputado João Maia, que aqueles que reclamavam das altas taxas de juros agora estão reclamando da redução substancial delas.

Nós estamos acompanhando, inclusive, alguns dos maiores baluartes do PSDB, como o Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central, que agora está reclamando de que, se reduzirmos muito a taxa de juros, isso vai comprometer a estabilidade econômica do País. Ora, foram os mesmos economistas que reclamaram das altas taxas de juros praticadas no Brasil – apesar de que, no período em que eles governaram, a taxa SELIC praticada no País chegou a 26%.

Além disso, outros parâmetros ou indicadores da nossa economia revelam que o País está sob controle, há um reconhecido equilíbrio fiscal, e, portanto, nós estamos em condições, Senador, de estabelecer esta meta de crescimento. E quero concordar também com o Deputado Celso Maldaner de que é papel do Estado, seja qual for o Governo, estabelecer metas alvissareiras. Imaginem os senhores se o Governo da União, se o Governo Federal, se o Ministro da Fazenda estabelecesse uma meta de 1,5% ou de 2% para o crescimento do País. Não seria recomendável que um Ministro da Fazenda assim procedesse.

Portanto, eu quero também parabenizar o meu colega Deputado Cláudio Puty – doutor em Economia, professor universitário, uma pessoa muito qualificada do Estado do Pará – pelo parecer que nos apresenta, perfeitamente compatível com as possibilidades de crescimento do nosso País, de manutenção da estabilidade econômica e fiscal do Brasil.

Sr. Presidente, quero respeitosamente pedir desculpas se me exaltei nas minhas considerações. Mas esses são os meus pensamentos a respeito das metas estabelecidas pelo Governo da Presidenta Dilma para o ano de 2013.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Antes de passar a palavra para o Deputado Cláudio Puty, tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para um registro rápido.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Serei rápido, Presidente Paulo Pimenta. Só farei alguns comentários sobre a fala do Deputado Waldenor Pereira.

Deputado, ninguém discorda e ninguém desconhece a crise internacional que o mundo atravessa – lamentamos, inclusive. E queremos que o Brasil passe ao largo, se possível, ou sofra menor influência dessa crise. Isso é o que todos nós, brasileiros, queremos.

Agora, nós não podemos, em hipótese nenhuma, passar aos brasileiros uma informação que não seja correta, até porque isso os induz a tomarem decisões que podem vir a trazer consequências danosas à vida de cada um, à vida familiar, à economia familiar de cada um. Incentivar o consumo pode trazer endividamento que resulte em dificuldade até para a manutenção das famílias. Não podemos imaginar que o Governo possa induzir a sociedade a taxas de crescimento que não sejam reais.

Governos sérios, como há governos de países em crise, assumem... O Presidente dos Estados Unidos vai à televisão e diz: "Os Estados Unidos da América vão ter crescimento zero". Ele não tem nenhuma dificuldade em dizer isso, até porque ele está alertando a população para as dificuldades que o país está enfrentando, para que ela possa contribuir, inclusive, para que essa fase seja atravessada o mais rápido possível.

Agora, não tem como V.Exa. comparar o Brasil de 2002 com o Brasil de 2012. Vamos trabalhar juntos. Eu acho que V.Exa. é economista também. Os Deputados que o antecederam são economistas e fizeram análises como economistas. A minha formação acadêmica é de engenharia. Eu sei construir e construir de forma concreta. E é para isso que estamos aqui trabalhando obstinadamente no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente Paulo Pimenta, eu já disse que V.Exa. preside esta Comissão com competência, com sabedoria, porque leva todos nós de forma que se chegue ao resultado que o Governo procura – e alcança sob a presidência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador, pela sua gentileza.

Fizemos um bom debate. Ele foi qualificado nessa lógica invertida que nós queremos hoje aqui: vota-se e depois se discute.

Por gentileza, Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Quero, Presidente, agradecer os comentários aos senhores. Acho que são muitos valorosos. E queria agradecer a uma pessoa a quem ainda não agradeci, o Mário Cappi, da Assessoria do PT, que foi muito importante também na construção, além dos assessores da Receita. Temos aqui uma equipe de consultores muito competente.

Se nós pensarmos bem, não estamos fazendo uma previsão muito ambiciosa de crescimento com 4,5%, porque, na realidade, 100% de 1 são 2. A base

sobre a qual nós estamos crescendo é baixa: vai ser provavelmente menor do que 2% este ano. Então, vamos lembrar: de 2009 para 2010, ou de 2008 para 2009, nós tivemos um crescimento zero e, no outro ano, crescemos 7,5%, porque a base de comparação é muito baixa. Existe um efeito estatístico nisso também, Felipe. Então, não é difícil crescermos 4,5% no ano que vem.

Mas, obviamente, aqui estamos especulando e temos todo o direito de especular, porque os analistas do mercado financeiro também o fazem, os economistas famosos também o fazem. Está todo mundo especulando sobre alguma base científica, mas, ao fim e ao cabo, estamos tratando do futuro, e o futuro a Deus pertence.

Esse é o primeiro fato, em relação ao crescimento do PIB. Outro fato é o crescimento da arrecadação. O crescimento da arrecadação que nós estamos apresentando, Senador – obviamente tudo como previsão, assim como fez o Executivo fez –, é baseado também em dois fatos estatísticos.

O primeiro é que o Executivo e a Receita – e assim deve ser, é até um princípio da elaboração orçamentária, o princípio da prudência – são conservadores no método. Com o princípio da elaboração orçamentária, do programa orçamentário, a Receita Federal – é o seu modelo – é conservadora. E o Legislativo tem tido a tradição de aumentar essa previsão de receita. E, nos números gerais, nós temos acertado mais do que o Executivo nos últimos anos, com exceção de 1 ou 2 anos, em que tanto o Executivo quanto o Legislativo erraram porque foram atropelados pela crise econômica.

Essa é a segunda coisa que eu gostaria de mencionar.

Voltando aos números, no que se refere a receitas previdenciárias, elas têm sido surpreendentes. Os economistas têm teses para tudo, mas uma coisa eles não conseguem explicar: por que o mercado de trabalho continua tão pujante. Têm tese e teoria para tudo, mas não conseguem explicar isso. Não há um consenso entre economistas, entre empresários sobre as causas de um mercado de trabalho tão pujante, não obstante o baixo crescimento econômico. Acho que isso é uma coisa que a gente tinha de discutir. Tem pelo menos mais três explicações para isso, nem todas parecem ser muito convincentes, mas a receita previdenciária tem surpreendido.

Então, primeiro, o crescimento de 4,5% não é algo fantástico, porque a base de comparação é pequena. A receita que nós estamos aumentando também não é grande coisa. Nós estamos aumentando 23 bilhões sobre uma base de 1 trilhão e 250 bilhões. Então, é um crescimento de 1% da arrecadação prevista para o ano que vem. É um coelho pequenininho, é um filhote de coelho, Senador Flexa Ribeiro; é um coelhinho que eu estou tirando da cartola. O aumento previsto é bem menor do que os aumentos previstos no passado.

E tendo dito tudo isso, voltemos aos componentes, receita previdenciária, e componentes, inclusive, sugeridos pelo próprio Governo, que admitiu que mandou receitas abaixo das reestimativas, que foram principalmente as não administradas: concessões do pré-sal, aeroportos, 4G, e tudo mais. Isso é receita líquida e certa.

Agora, o que vai ser executado no ano que vem, em comparação com os nossos números, vamos ver no ano que vem. Isso garante a base para um debate aqui. Acho que nós não estamos pecando por excesso de ousadia, nós estamos sendo muito prudentes, basicamente apresentando o mesmo número que eles encaminharam para cá, que é de 1,5% a mais. E esperamos que com isso consigamos garantir as bases para os elementos políticos de aprovação. Não podemos tapar o sol com a peneira: o processo de aprovação do Orçamento é processo eminentemente político. Então, não podemos nos ater apenas a elementos técnicos para falar do seu processo de aprovação.

E assim deve ser, e por isso as emendas parlamentares também são fundamentais, não como um processo de defesa de interesses de Parlamentares, mas como um processo de influência sobre o rumo do Orçamento Federal, o que eu acho que é absolutamente legítimo.

Temos tido nos últimos meses, anos, certa criminalização da política. Eu acho que nós temos que afirmar alto e bom som que esse processo é político, que o processo de emendamento do Orçamento é absolutamente legítimo porque é um processo democrático de influência sobre os rumos do Orçamento da União. Afinal, nós não queremos deixar só um Poder ditar os rumos do Orçamento.

Obrigado pela deferência, e vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Cláudio Puty, pelas suas palavras.

Antes de concluir a reunião, eu quero mais uma vez aqui agradecer a presença aos senhores, e quero dizer o seguinte, Deputado Felipe Maia, que tem sido parceiro de todas as reuniões de Líderes, com outros colegas: eu estou muito entusiasmado com este debate do final do ano aqui na Comissão.

Eu acho que a gente conseguiu desenvolver várias ferramentas, vários mecanismos que vão permitir uma participação muito maior e muito mais qualificada da sociedade no debate. Não só ferramentas tecnológicas, como a pauta eletrônica, que vai permitir que qualquer pessoa possa acompanhar em tempo real,

ou o *e-Democracia*, que vai permitir que as pessoas tenham, em tempo real, o *chat* das nossas reuniões, de modo que, quando nós estivermos debatendo aqui o Orçamento, os nossos internautas vão estar ligados em tempo real conosco, trazendo sugestões, opiniões.

Já estão na Internet – vejam como passou despercebido – todos os precatórios que a União vai pagar no ano que vem, informação que nunca tinha sido disponibilizada. E hoje a nossa Comissão transformou isso numa prática. No meio do ano nos disponibilizamos aquilo que já estava no Orçamento, mas agora, desde segunda-feira, qualquer cidadão brasileiro encontra na página da Comissão de Orçamento todos os precatórios da União que vão ser pagos no ano que vem.

E vejam os senhores como vai ser interessante – eu estava conversando com a Socorro: o Congresso está preparando uma cobertura especial de todo o processo de votação do Orçamento, por meio de nossas agências, a Agência Câmara e a Agência Senado. Inclusive hoje dez jornalistas estão fazendo uma espécie de treinamento, de qualificação para conhecer mais o Orçamento. E as transmissões das votações do Orçamento, no final do ano, terão um locutor explicando para a população, em tempo real, o debate que nós estamos fazendo, o sentido das manifestações das Lideranças, para que a população possa ter facilitada a sua compreensão. Às vezes nosso debate é difícil de entender para quem não é do meio. É difícil entender obstrução ou outra iniciativa.

Então, eu acho que a gente vai ter um final de ano muito qualificado do ponto de vista do debate. E acho que esse ensaio aqui hoje foi uma demonstração importante de que este espaço aqui pode ser um espaço muito significativo do debate estratégico das grandes questões da economia nacional, do Orçamento do País. E, para isso, a presença da Oposição é fundamental.

Então, agradeço aos senhores mais uma vez. Estamos com a missão de votar o relatório cumprida.

Uma última questão: eu quero fazer uma ponderação aos senhores. A Socorro está me informando que o Senador Romero Jucá entregará ainda hoje o relatório preliminar de sua autoria.

Pelo Regimento – prestem atenção, que é uma coisa importante para a gente decidir –, abre-se o prazo de emendas corrido: 3 dias. Nós teríamos quinta, sexta e sábado. Mesmo que a gente prorrogue para segunda-feira... Segunda-feira é um dia em que nós temos poucos Parlamentares, o que vai dificultar bastante. Se nós prorrogarmos para terça, eu terei dificuldade de interstício para colocar o relatório em votação na semana que vem – só poderia fazê-lo na quinta, quando teria dificuldade com o *quorum* novamente.

Regimentalmente, eu poderia dar os 3 dias e encerrar na segunda. O que eu estou sugerindo é que, por acordo, a gente abra mão desse interstício de 48 horas, e eu, em vez de encerrar na segunda-feira o prazo para as emendas, prorrogo esse prazo até terça-feira, para facilitar.

Então, reduzimos um dia do interstício, mas oferecemos um dia melhor de trabalho para que os Parlamentares possam apresentar as emendas. Mas eu preciso saber se há disposição nesse sentido dos senhores, até para que eu possa tomar essa decisão. Parece-me mais razoável.

Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Eu quero fazer uma questão à Mesa: sexta-feira é feriado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pelo Regimento, é dia corrido para efeito de Orçamento e prazos. Mas, quando o prazo acaba em feriado ou em final de semana, recebe-se na segunda-feira. Só que receber na segunda-feira vai significar pouca coisa, porque a maioria dos Parlamentares não vai estar aqui. Por isso eu estou propondo atirar para terça...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – V.Exa. receberia na terça?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para nós tentarmos votar o relatório na quarta. Pelo Regimento, eu teria que ter 48 horas. Por isso eu teria que puxar para segunda, mas eu acho que é um prejuízo maior para os Parlamentares, tanto da base quanto da Oposição, eu definir segunda-feira como o prazo para receber as emendas. Então, eu proponho empurrar até terça, reduzir o tempo de trabalho do Relator e jogar para uma sessão, talvez, na quarta, para fazer a votação do relatório.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Orientado pelo Senador Flexa Ribeiro, acompanho o posicionamento do PSDB.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – É mais uma demonstração de boa vontade...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Até porque amanhã é um dia muito complicado. Normalmente os Deputados já estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Parece-me mais razoável que se faça isso.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Desde que o Relator entregue o relatório, e não há segurança disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas eu acho que isso a gente pode construir com ele – não é Socorro? Na terça-feira à noite, a gente encerra o prazo e, na quarta-feira, a gente faz...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Nós vamos ter o acesso ao relatório hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se ele for entregue hoje, ele estará disponibilizado pela Internet. Será só o tempo de colocá-lo na página.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Temos que ter a certeza, não é? É o que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estamos trabalhando com a hipótese de que ele vai entregar hoje.

Mas, igualmente, eu preciso ter essa certeza, porque, vamos supor que ele entregue e eu não tenha mais como falar com os senhores...

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Se não for entregue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se não for entregue hoje, morre esse cronograma todo. Perfeito?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA – Estamos acertados dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Concluída a votação das matérias constantes do acordo firmado em reunião dos Líderes, encerro os trabalhos.

Antes, convoco reunião ordinária para dia 6 de novembro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Declaro encerrada a reunião.

Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 6 e 7 de novembro de 2012.

Aos seis e sete dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 24. Verificou-se, durante esse período, a presença dos seguintes parlamentares: **Deputados Titulares**: Aníbal Gomes, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, João Leão, João Maia, Laurez Moreira, Leonardo Gadelha, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Renato Molling, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; **Senadores Titulares**: Antonio Carlos Valadares, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Deputados Suplentes**: Assis Carvalho, Cláudio Puty, Jaime Martins, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Roberto de Lucena e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares: Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Luciano Castro, Reinaldo Azambuja e Wandenkolk Gonçalves; e os Senadores Titulares: Armando Monteiro, Benedito de Lira e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quinze horas e quatro minutos, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, por não haver quórum suficiente para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que suspenderia a reunião, antes deixando a palavra à disposição. O Deputado Duarte Nogueira usou a palavra para falar a respeito do prazo de apresentação de emendas ao Relatório Preliminar. Logo após, o Deputado Augusto Coutinho falou sobre a execução de emendas individuais. Na sequência, o Presidente anunciou o cancelamento das duas reuniões anteriormente convocadas para esse dia, 6/11/2012, às 18 e às 20h respectivamente. Anunciou, ainda, que não haverá nenhuma deliberação sem acordo, por isso convocou reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias – CRLP, para o dia 7/11/2012. A reunião foi suspensa às 15h08, com convocação para reinício às 14h30 do dia 7/11/2012. Às 14h29 do dia 7/11/2012, os trabalhos foram reiniciados. O Presidente informou haver quórum regimental para deliberação, porém conforme acordado com as Lideranças Partidárias, não haveria apreciação de matérias. Assim, o Presidente cancelou as reuniões marcadas previamente para esse dia, 7/11/2012, às 18 e 20h, bem como a reunião convocada para o dia 8/11/2012, às 10h. Em seguida, convocou reunião ordinária para o dia 13/11/2012, terça-feira. Antes de encerrar a reunião, o Presidente informou que já havia cronograma de reuniões do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios – COI, para verificação das irregularidades apontadas: no dia 13/11, reunião com órgãos gestores – Valec, Petrobrás e DNIT; dias 20 e 21/11 – audiências públicas. **ENCERRAMENTO:** às 14h32 o Presidente encerrou a Reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 14.ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 24, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados; não há na representação do Senado.

Antes de cancelar a reunião, coloco a palavra à disposição, caso algum dos Srs. Parlamentares deseje fazer algum registro.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, saúdo V.Exa. e os demais Parlamentares membros desta Comissão.

Faço registro de que hoje é o último dia para a apresentação de emendas ao relatório preliminar. A própria ausência de *quorum* do Senado impede que avancemos em qualquer ação nesta Comissão, o que nos permite ter algumas horas a mais para trabalhar na apresentação de emendas a serem ainda feitas ao relatório preliminar, para depois deliberarmos sobre outras questões.

Só pretendia fazer este registro e submeter à apreciação de V.Exa.: como não há *quorum*, se há alguma outra sugestão de andamento dos trabalhos no dia de amanhã, se eventualmente houver *quorum* nas duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem. A palavra está à disposição de todos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, mais uma vez, nós, do Democratas, temos chamado a atenção para a falta de respeito, eu diria, ao Congresso Nacional por parte do Governo no que tange à emendas Parlamentares. Temos visto total desatenção por parte do Governo. Diante disso, a relação de confiança que muitas vezes é necessária ao bom andamento do Poder Legislativo poderá ficar prejudicada, pelo que tenho sentido na própria Casa, diante dessa relação e da quebra de compromissos que tem se seguido por parte do Governo.

Era o registro que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem.

Vamos suspender as reuniões que teríamos hoje às 18 e às 20 horas. Antes da reunião de amanhã, faremos nova reunião de Líderes e, até a nova deliberação, nenhuma matéria será colocada em votação.

Antes de suspender a reunião, informo que o Sr. Senador Roberto Jucá está presente com o relatório preliminar pré-encaminhado, recebendo as emendas, e convido os Srs. Parlamentares presentes a irem a minha sala.

Declaro suspensa a reunião até amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 10.ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada a apreciação das matérias constantes na Pauta nº 24/2012.

Informo que os avulsos, as matérias, encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para a deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No entanto, respeitando o acordo que firmamos com as Lideranças, tanto das bancadas do Governo quanto da Oposição, não teremos questão alguma colocada na Ordem do Dia e vamos cancelar as reuniões marcadas para hoje, às 18h20min, e, para amanhã, às 10 horas. Faremos uma reunião na próxima terça-feira e, até lá, esperamos que o diálogo avance e que o entendimento aconteça.

Informo ainda aos senhores e às senhoras que já definimos um cronograma relativo à pauta do nosso Comitê de Obras Irregulares. No próximo dia 13, faremos a reunião técnica, às 16 h, com a participação do Tribunal de Contas, DNIT, VALEC, PETROBRAS, e nos próximos dias 20 e 21 realizaremos aqui neste plenário, durante toda a tarde e, se necessário, à noite, as audiências públicas.

Portanto, estamos reservando três datas para as reuniões do Comitê de Obras Irregulares, já que teremos 22 obras a serem analisadas, para que o COI faça a sua análise e, posteriormente, o Plenário da Comissão também. Então, dias 13, 20 e 21 de novembro.

De resto, quero agradecer a presença sempre cordial às senhoras e senhores assessores de todas as bancadas que nos prestigiam e desejar um bom final de semana a todos. Vamos nos reencontrar aqui na terça-feira.

Quero agradecer ao meu amigo da Bahia, que me trouxe ontem duas cocadas. *(Risos.)* Se os senhores e as senhoras, porventura, forem aos seus Estados e quiserem trazer alguma coisa para o Presidente na próxima semana, com certeza serão também citados aqui e o agradecimento público será feito. *(Risos.)*

Muito obrigado.

(Não identificada) – Aceita um queijo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pode trazer queijo. (Risos.)

Está encerrada a sessão.

Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 13 de novembro de 2012.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 25. Verificou-se a presença dos seguintes parlamentares: **Deputados Titulares**:

Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, João Maia, João Paulo Lima, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Senadores Titulares**: Armando Monteiro, Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Romero Jucá e Wellington Dias; **Deputados Suplentes**: Celso Maldaner, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Luiz Pitiman, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão: **Senadora Suplente**: Angela Portela. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Duarte Nogueira, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Lucio Vieira Lima, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago e Professora Dorinha Seabra Rezende; e os Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Sérgio Souza. **ABERTURA:** às quinze horas e vinte e um minutos, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou iniciados os trabalhos. Contudo, por não haver quórum suficiente para deliberação, o Presidente anunciou que suspenderia a reunião, antes declarando que o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias trabalhava no sentido de obter acordo para votação do Relatório Preliminar. Às 15h23, a reunião foi suspensa e sua continuação foi convocada para 18h. Às 18h03, o Presidente em exercício, Deputado João Maia, nos termos do *art. 14 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, declarou os trabalhos reabertos e, devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, suspendeu a reunião, convocando a continuação para o período subsequente ao seu término. Às 19h47, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reabriu a reunião, declarando não haver acordo entre as Lideranças para deliberação. **ENCERRAMENTO:** às 19h49 o Presidente encerrou a Reunião. Antes, porém, cancelou as reuniões previamente convocadas para o dia 14/11/2012 e anunciou a convocação de reunião para o dia 20/11/2012, terça-feira. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 25, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se nas mesas dos trabalhos.

Não há *quorum* para deliberação.

Na reunião dos Líderes que realizamos há pouco, marcamos nova reunião para às 18 horas. Estamos buscando entendimento para que possamos hoje votar o relatório preliminar. Na medida em que não conseguirmos chegar a um entendimento, informo que vou incluir na pauta e colocarei em deliberação o relatório preliminar na reunião das 18 horas. Portanto, teremos uma deliberação hoje, seja pelo entendimento, seja pela manifestação da maioria dos Parlamentares presentes.

Isto posto, informo que, às 18 horas, daremos início à reunião para deliberarmos hoje sobre o relatório preliminar, sob pena de comprometermos os prazos para votação do Orçamento.

Esta reunião está suspensa e convocada para às 18 horas.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Maia) – Boa noite a todos, Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Roteiro de reunião nº 30-A, de 2012. Continuação da 15ª Reunião Ordinária às 18 horas, 13 de novembro de 2012.

Reabertura. Declaro reiniciada a 15ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 25, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalhos.

Há *quorum* para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude do início da Ordem do Dia, no plenário da Câmara dos Deputados, suspendo a presente reunião. Antes convoco a continuação dessa reunião ordinária para após o término da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, neste plenário.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, comunico a todos que, buscando ainda entendimento entre as Lideranças e honrando aqui o nosso compromisso de auxiliar todas as bancadas para verem atendidos os seus objetivos, em conversa com os Líderes e com o Presidente Mar-

co Maia, estou definindo o cancelamento da reunião de hoje, cancelando todas as reuniões de amanhã e marcando reuniões a partir da próxima terça-feira.

Na terça-feira e na quarta-feira da semana que vem, tínhamos agendado também, às 14 horas, nossas audiências públicas. Teremos que fazer uma reorganização com a nossa amiga Socorro, porque temos as audiências públicas do COI marcadas na semana que vem, na terça-feira e quarta-feira. Portanto, o nosso prazo começa a ficar complexo.

Agradeço aqui ao nosso amigo Luciano pela cocada da semana passada. Eu tinha entendido que outros assessores também trariam, de seus Estados, nesta semana, algum tipo de colaboração para o bom andamento da nossa reunião, mas ficou só na Bahia essa contribuição. *(Risos.)*

De resto, agradeço pelo convívio fraterno que tenho com os senhores e com as senhoras, desejando a todos um bom fim de semana, e nos reencontraremos aqui, na próxima terça-feira.

Bom feriado e bom fim de semana a todos e a todas.

Mais duas cocadas nos autos de trabalho. Vamos ver se isso motiva os senhores e as senhoras para a semana que vem. Cada um que trouxer alguma coisa vai receber um registro público. Pelo jeito, teremos cocada no Natal deste ano. *(Risos.)*

Ata da Décima Sexta Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 20 de novembro de 2012.

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram os **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Senadoras Suplentes:** Ana Rita e Angela Portela; **Deputados Titulares:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes:** Antonio Balhmann, Antonio Brito, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Nelson Marchezan Junior, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Compareceram também os Deputado Ronaldo Caiado e Pauderney Avelino, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Maia, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** Às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que o Deputado Cláudio Puty foi nomeado Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. A seguir, após entendimento entre as Lideranças Partidárias, propôs o seguinte procedimento para andamento dos trabalhos: votação do Relatório à Medida Provisória 583/2012-CN, votação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN e não deliberação dos Relatórios aos Projetos de Lei para abertura de créditos adicionais, enviando-os para apreciação do Plenário do Congresso Nacional, conforme dispõem os *artigos 106 e 107 da Resolução nº 1/2006-CN*. Acerca do acordo entre as Lideranças, pronunciaram-se os Deputados Pauderney Avelino, Claúdio Puty e Ronaldo Caiado, além do Senador Paulo Paim, o qual usou a palavra para elaborar questionamento sobre emenda de sua autoria rejeitada no Relatório Preliminar. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente anunciou que havia Requerimento, ainda a ser apresentado, solicitando visita às obras na Rodovia BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul, a fim de verificar as razões pelas quais o empreendimento foi considerado com irregularidades pelo Tribunal de Contas da União – TCU. A seguir, passou-se à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 5ª Reunião de Audiência Pública, em 30/10/2012; 9ª Reunião Extraordinária, em 30 e 31/10/2012; 14ª Reunião Ordinária, em 6 e 7/11/2012 e 15ª Reunião Ordinária, em 13/11/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura das Atas, sendo atendido. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram **aprovadas. EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA: 1 – Relatório à Medida Provisória nº 583/2012-CN**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que especifica". Relatora: Senadora Angela

Portela. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela Inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. A Relatora apresentou seu Relatório. Não houve quem quisesse discutir. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **2 – Relatório Preliminar com Emendas, Errata e três Adendos apresentados ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013). Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Ao Relatório Preliminar foram apresentadas 127 emendas. Voto: pela aprovação nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação da emenda de nº 1, pela prejudicialidade da emenda nº 62 e rejeição das demais. O Relator-Geral apresentou o Relatório, a Errata e os Adendos, sendo que o de nº 3 foi retirado. Declarada aberta a discussão, também foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria o Deputado Marcus Pestana e os Senadores Paulo Paim e Romero Jucá. Declarado o final da discussão, também foi encerrado o prazo para apresentação de destaques, às 15h51. Em votação, o Relatório Preliminar, Errata e os Adendos 1 e 2, ressalvados os 16 destaques apresentados, foram **aprovados**. Para permitir que o Relator-Geral melhor estudasse os destaques apresentados, o Presidente passou à apreciação da inclusão em extrapauta do **Requerimento nº6/2012 – CMO,** de autoria do Deputado Mauro Lopes, o qual solicita "diligência compreendendo a visita de membros desta Comissão às obras de implantação e pavimentação de trecho rodoviário entre Porto Alegre, Esteio e Sapucaia, no estado do Rio Grande do Sul – BR-448 em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU com recomendação de paralisação." Em votação, a inclusão do Requerimento foi aprovada por unanimidade. O autor apresentou seu Requerimento. Não houve discussão. A seguir, o Requerimento nº 6/2012-CMO foi **aprovado** por unanimidade. Logo após, o Presidente solicitou ao Plenário que houvesse eleição do Senador João Costa para o cargo de 3º Vice-Presidente por aclamação, uma vez que ele foi indicado para substituir o anterior ocupante do cargo, Senador Vicentinho Alves, por meio dos Ofícios 165 e 169/2012 do Bloco Parlamentar União e Força, composto por PTB, PR, PSC e PPL. Houve a aprovação do Plenário e o Senador João Costa foi declarado empossado no cargo de 3º Vice-Presidente. A seguir, o Relator-Geral pronunciou-se sobre os 16 destaques apresentados ao Relatório Preliminar: os de número 2, 7, 13, 14 e 16 foram pela prejudicialiade e os demais foram pela rejeição. O Senador Paulo Paim fez uso da palavra para tecer comentários sobre sua emenda e respectivo destaque tidos como rejeitados. Logo após, o Presidente solicitou autorização para votação em bloco dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. O pedido foi aprovado, constando como único voto contrário o do Senador Paulo Paim. Dessa forma, o posicionamento do Relator-Geral, pela rejeição dos destaques 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 15 foi **aprovado**, constando como único voto contrário o do Senador Paulo Paim. A seguir, o Presidente definiu o prazo para apresentação de emendas como o período compreendido entre os dias 21 a 29/11/2012. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 16h09. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado PAULO PIMENTA, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, dentro de alguns minutos vamos iniciar a nossa reunião. (Pausa prolongada.)

Senhoras e senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 16ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 26, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Informo que está publicada no *Diário do Congresso* a designação do Deputado Cláudio Puty como nosso Vice-Líder do Governo na Comissão. Cumprimento o Deputado Cláudio Puty. Tenho certeza de que a sua nomeação será muito importante para esta Comissão.

Senhoras e senhores, informo que na próxima quinta-feira, às 10 horas, teremos audiência pública, com a presença do Presidente do Banco Central, para avaliação do cumprimento dos objetivos e das metas da política monetária creditícia e cambial, evidenciando os impactos e o custo fiscal das suas operações e resultados demonstrados nos balanços.

Informo ainda aos senhores e as senhoras que na próxima semana, na terça e quarta-feira, nós teremos as audiências públicas do Comitê de Obras Irregulares. É muito importante a presença dos senhores nas próximas terça e quarta-feira. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, quero propor um entendimento de procedimento antes de darmos início à Ordem do Dia.

Agradeço a presença ao nosso Relator-Geral. Travamos uma série de conversas com os Líderes de todos os partidos da Câmara e do Senado. Estamos entrando num momento muito importante e, mais do que nunca, é necessário esforço para o entendimento da Comissão. Temos hoje um *quorum i*mportante e, sem dúvida alguma, temos condições, inclusive, de votarmos questões aqui, mesmo que não haja consenso. Mas não é esse o entendimento nem a disposição deste Presidente, que tem feito aqui sempre um esforço no sentido de se chegar ao entendimento com a Oposição e com todos os partidos.

A proposta que nós apresentamos aqui para o entendimento geral da Comissão – eu gostaria que os senhores observassem para ver se há a possibilidade de construirmos um entendimento em cima desses pontos – é, primeiro, votarmos hoje a Medida Provisória nº 583, que está pronta para ser votada e que trata de recursos para os efeitos da seca. Votaremos o relatório preliminar ao Orçamento, elaborado pelo nosso Relator-Geral, o Senador Romero Jucá.

Os PLNs que podem ser votados hoje nós remeteremos todos eles para o Congresso. Não vamos deliberar mais nenhum PLN. Serão lidos e relatados diretamente em plenário. E nós teremos aqui reuniões deliberativas somente quando da análise dos relatórios dos sub-relatores setoriais. E este é o prazo para que nós possamos ter construído um entendimento de procedimentos, entendimento este imprescindível para que o próprio Congresso possa deliberar não só os créditos que já estão lá, como também os novos créditos que nós vamos remeter. Todos os que conhecem o Congresso Nacional sabe que não existe a possibilidade de deliberarmos no Congresso sem entendimento.

Portanto, temos esse prazo para construirmos com o Governo e com a Oposição um acordo de procedimentos que possibilite que esse entendimento se realize. A votação que nós faríamos no dia de hoje seria um gesto, tanto por parte dos partidos do Governo como dos partidos da Oposição, de crédito na construção desse entendimento.

A palavra está à disposição dos Srs. Líderes que quiserem levantar alguma questão sobre a proposta de procedimento e de encaminhamento que eu estou aqui apresentando a todos os senhores e a todas as senhoras.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, entendendo que o prazo do calendário para se cumprir a votação de todos os procedimentos é bastante exíguo e que sem a apreciação e a votação do relatório preliminar dificilmente se chegaria ao prazo para se votar o Orçamento até o dia 20 de dezembro, entendendo também que sem a votação do relatório preliminar os Parlamentares não podem apresentar as emendas ao Orçamento da União, entendendo também que este prazo deverá ser fixado após a votação do relatório preliminar, nós, numa demonstração de boa vontade não apenas para com esta Comissão de Orçamento, mas, sobretudo, para com V.Exa., que tem se havido com muita correção, seja na direção dos trabalhos desta Casa, seja na condução do diálogo com os partidos de oposição, entendendo o apelo de V.Exa. para que possamos votar hoje esse relatório preliminar, entendendo as questões que estão sendo colocadas pela Oposição e pelos partidos da Oposição, V.Exa. assume integralmente essas nossas proposições, como também V.Exa., que é fiador do acordo, se não houver o entendimento por parte do Governo de que o tratamento que é dado aos partidos de oposição não for reformulado, V.Exa. também suspenderá as votações seguintes.

É fundamental que se coloquem essas questões, porque não queremos de forma nenhuma prejudicar a execução orçamentária, mas não queremos também prejudicar Prefeitos, Governadores, gestores de partidos que ora estão na oposição, porque Prefeito, Governador, esse não faz oposição. Prefeito e Governador têm que ter os recursos necessários para as suas ações de Governo. E esse Governo não tem tido esse tipo de visão.

Portanto, acatando o apelo de V.Exa. e com o crédito que V.Exa. adquiriu junto aos partidos de oposição, nós concordamos em votar hoje a Medida Provisória nº 283, que destina recursos a regiões de seca, e também esse relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Volto a dizer aquilo que tive a oportunidade de dizer aos Líderes: não há possibilidade de votarmos nenhuma questão do Congresso sem que haja o entendimento.

Portanto, a decisão que estamos tomando de não votarmos, inclusive os PLNs, hoje, remetermos todos ao Congresso, por si só, vai ajudar para que nós possamos o mais rapidamente possível produzir um entendimento que permita as votações necessárias para a votação e a aprovação do Orçamento.

Senhoras e senhores, mais alguma questão? Nós vamos imediatamente entrar na Ordem do Dia.

Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, é uma questão de esclarecimento para a posição que irei tomar mediante o relatório preliminar.

Pela informação que recebi, o Senador Romero Jucá, Relator, rejeitou todas as emendas apresentadas.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eu atendi a Emenda nº 1, que abre a possibilidade de as emendas de 2 milhões da saúde poderem ser feitas em investimento para qualquer setor do Ministério da Saúde. Antes era somente no Fundo, e nós estamos possibilitando que seja FUNASA ou outros setores de investimento.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Muito bem. Eu apresentei a Emenda nº 3, que trata do benefício dos aposentados e dos pensionistas. A pergunta que eu faço ao Relator e ao Presidente: é este o momento que eu tenho para defender a emenda? Eu queria, então, fazer o debate sobre a situação dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – No momento em que nós colocarmos em discussão o relatório, V.Exa. terá sua oportunidade.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Aproveito para fazer aqui o registro, em seu nome, hoje é dia 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, V.Exa. é um ícone dessa luta.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Aqui quero publicamente homenageá-lo nesta data.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Eu me sentiria homenageado, principalmente, se aprovássemos a emenda dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Hoje é o Dia da Consciência Negra. No Dia do Aposentado nós vamos ver se...

O SR. SENADOR PAULO PAIM – São os dois mais discriminados no País, Presidente, negro e idoso. É por isso que estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está certo, Senador Paulo Paim.

Nosso Vice-Líder do Governo, Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Presidente Paulo Pimenta, Relator Romero Jucá, eu gostaria de, usando da palavra em nome da Vice-Liderança, saudar a nossa oposição, saudar Pauderney Avelino, saudar Bruno Araújo, saudar todos os membros da oposição que concordaram em nos dar esse crédito, literalmente inclusive, para que nós possamos votar hoje a medida provisória e o relatório e assim abrir um processo que interessa não só a todos os Parlamentares, mas ao Brasil.

Portanto, parabenizo o Presidente Paulo Pimenta pelo acordo feito e quero dizer que faremos todos os esforços para que haja o melhor canal de diálogo possível, Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para reafirmar nosso acordo.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Nós tivemos o reconhecimento dos gestos dos partidos de Oposição e gostaríamos de pedir a todos os membros da Comissão que entendessem – caso realmente o acordo não seja cumprido nos próximos 14 dias, momento em que serão apreciados os relatórios setoriais – e não responsabilizasse a Oposição pela não aprovação do Orçamento. É fundamental que depois não venham desenhar outro quadro diferente do que foi acertado na data de hoje.

Fica claro aqui que, conforme estabelece o Regimento, art. 82, se forem feitos por acordo, todos os projetos terão, no mínimo, um prazo de 22 dias. Se formos seguir o Regimento, art. 82, inciso X até o XV, são 41 dias. Então, realmente isso já mostra que não teria como este Orçamento ser votado.

O entendimento é necessário, assim como também o cumprimento do acordo que está sendo feito. A cada momento está sendo procrastinada essa decisão, adiada, pedindo entendimento de nossa parte e que a Oposição reflua da sua decisão de não votar enquanto o entendimento e o acordo não forem cumpridos.

Então, Sr. Presidente, solicito a V.Exa., mais uma vez, que fique bem claro, para que amanhã não tentem desenhar nenhum quadro de intransigência ou de radicalismo das Oposições, mas, sim, um tratamento mínimo, digno que deve ser dado aos partidos de Oposição no País, até porque eleitor não é eleitor apenas de Parlamentares da base do Governo, são eleitores também dos Deputados e Senadores de oposição e, com isso, eles têm direito também a todo empenho das suas emendas na área da saúde, educação e tantas outras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, uma questão aqui pequena, mas vou apresentar para que não fique nenhuma dúvida. Temos uma série de obras importantes no COI, e alguns Parlamentares manifestaram interesse em visitar obras. Nós, inclusive, temos um convite. Eu me comprometi com alguns Parlamentares que desejarem, inclusive, Deputado Mauro Lopes, também. É uma questão formal, mas ela precisa ser aprovada aqui na Comissão.

Então, vamos apresentar um requerimento aqui hoje para poder fazer uma visita à BR-448, no Rio Gran-

de do Sul, segunda-feira. Não precisariam nem votar, eu poderia ir lá como Presidente, mas vou submeter a votos para formalizar. Se algum outro Parlamentar tiver interesse e quiser dar um tratamento mais amiúde, estou me colocando à disposição, junto com o Deputado Mauro Lopes, para que esse Parlamentar tenha espaço para discutir, debater e levantar suas dúvidas a respeito de qualquer uma das obras que estão elencadas pelo Tribunal de Contas como obras passíveis de paralisação. Correto? Ok.

Nada mais havendo a tratar, vamos para a ordem do dia. Acharam que eu iria encerrar, não é?

Farei um registro aqui, porque hoje há vários Parlamentares presentes. Meu amigo Luciano, da Bahia, em duas oportunidades presenteou o Presidente com cocadas vindas da Bahia. Vários assessores ficaram de trazer coisas dos seus Estados, e, até agora, não apareceu nada, com exceção das cocadas que vieram da Bahia. Inclusive, o Deputado Paulo Wagner ficou de trazer um camarão para nós.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por terem sido distribuídas cópias antecipadamente.

Não havendo discussão, conforme estabelecido na alínea "f", no art. 8º do Regimento Interno, coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 5ª reunião de audiência pública, realizada no dia 30 de outubro; 9ª reunião extraordinária, realizada nos dias 30 e 31 de outubro; 14ª reunião ordinária, realizada no dia 6 e 7 de novembro; e 15ª reunião, realizada no dia 13 de novembro.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado. Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 1988, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com o expediente será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e Lideranças partidárias nessa data.

Conforme o disposto no parágrafo único, art. 110, da Resolução nº 1, de 2006, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 583, de 2012, que "abre crédito extraordinário no valor de 676 milhões de reais em favor do Ministério de Integração Nacional". Relatora: Senadora Ângela Portela. Foram apresentadas 9 emendas. Voto favorável, nos termos da MP, com indicação para a inadmissibilidade das 9 emendas.

A Relatora está com a palavra para a apresentação do relatório.

A SRA. SENADORA ÂNGELA PORTELA – Vamos à leitura do relatório, Sr. Presidente.

"Com base no art. 62 da Constituição, a Presidente da República adota e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 108, de 2012, a Medida Provisória nº 583, de 10 de outubro de 2012, que "abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 676.000.000,00, para os fins que específica".

O crédito extraordinário aberto por meio da Medida Provisória 583, de 2012, tem por finalidade atender aos subtítulos constantes das seguintes categorias de programação do Ministério da Integração Nacional, conforme anexo que a integra:

Ações de Defesa Civil – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); Auxílio Ernergencial Financeiro (Lei n° 10.954, de 2004) – Nacional (Crédito Extraordinário), no valor de R$ 176.000.000,00 (cento e setenta e seis milhões de reais).

Segundo a exposição de motivos n° 00221/2012/MP, o crédito, no que se refere às ações de defesa civil, tem por finalidade o atendimento às populações vítimas de estiagem prolongada verificada em várias cidades do País, em especial nos Municípios da região do Semiárido do Nordeste, notadamente nos casos de desastres reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência e estado de calamidade pública.

Relativamente ao Auxilio Emergencial Financeiro, nos termos da Lei nº 10954/2004, a exposição de motivos justifica que os recursos serão destinados a socorrer e a assistir famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos atingidas por desastres, que perderam sua produção em decorrência da seca e que não contribuíram para o Fundo Garantia-Safra.

A exposição de motivos explica a relevância e a urgência da matéria com base nas graves consequências e nos sérios transtornos oriundos das estiagens, o que caracteriza a essencialidade da atuação governamental com vistas a minorar os efeitos acarretados aos moradores das localidades prejudicadas, como carência de alimentos e de água para consumo.

Cabe mencionar, ainda, que o Poder Executivo não indicou as fontes de recursos que viabilizarão a abertura deste crédito, nem no texto da medida provisória, nem na pertinente exposição de motivos.

Recebida no Congresso Nacional, a MP 583/2012 teve fixado o seu cronograma de tramitação e foi reme-

tida a esta Comissão Mista de Orçamento, nos termos do que estabelecem as normas regimentais pertinentes à matéria. Foram apresentadas nove emendas ao crédito extraordinário.

Quanto à constitucionalidade, a Constituição autoriza o Poder Executivo a adotar medidas provisórias em casos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição). Relativamente a matérias orçamentárias, no entanto, não pode ser utilizado referido instrumento, salvo no caso de crédito extraordinário, que somente pode ser aberto para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. São, portanto, três os pressupostos constitucionais para a abertura de crédito extraordinário: urgência, relevância e imprevisibilidade.

Adequação Financeira e Orçamentária.

O exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias, na forma preconizada pelo citado art. 5º, § 1º, da referenciada Resolução, "abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial, a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Pluríanual, a Lei de Diretrizes Orçarnentárias e a Lei Orçamentária da União".

Quanto ao mérito, Sr. Presidente. Quanto a esse aspecto, não há que se questionar as finalidades do crédito, tendo em vista que sua destinação atende a despesas de caráter humanitário, com vistas a minimizar o sofrimento de milhares de seres humanos, em linhas gerais, vítimas de estiagem prolongada verificada em várias cidades do País.

Da análise das emendas apresentadas, constata-se que todas devem ser declaradas inadmitidas, por contrariarem norma regimental da Comissão Mista de Orçamento, constante do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, que trata da apreciação dos créditos extraordinários abertos por medida provisória.

Vamos ao voto. Sr. Presidente.

Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 583, de 10 de outubro de 2012, atende aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo-se por inadmitidas as emendas de nos 001 a 009."

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senhoras e senhores, recebemos esse protótipo do novo avião KC-390, que está sendo desenvolvido pela EMBRAER e pela Força Aérea Brasileira. É uma homenagem ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos por esta Comissão e a apresentação de um projeto que promete ser um grande projeto de futuro para a aviação nacional, um avião que vai ocupar um espaço importante no mercado mundial. E os representantes da Aeronáutica estão aqui para prestar maiores informações aos Srs. Deputados que ainda não conhecem o projeto.

O Deputado Augusto Coutinho é o Sub-Relator da área e um dos grandes incentivadores do projeto do KC-390.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, eu só queria fazer um registro. Pessoalmente, tive a oportunidade de, a convite do Ministério da Aeronáutica, conhecer esse projeto. Eu o considero um projeto importante para o Brasil, um projeto inovador, porque o Brasil sai na frente, e seria importante que os colegas, Deputados e Senadores, conhecessem um pouco do que ele representa para as Forças Armadas do Brasil.

Queria apenas fazer o registro desse testemunho, porque tive a oportunidade de conhecer pessoalmente esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

Pauta nº 26.

Apreciação do relatório preliminar, com emendas, errata e Adendos 1, 2 e 3 apresentados ao Projeto de Lei nº 24, de 2012. Estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

Relator-Geral, Senador Romero Jucá.

Foram apresentadas 127 emendas.

O voto é pela aprovação do relatório preliminar com emendas, errata e Adendos de nºs 1 e 2, nos termos apresentados pelo Relator-Geral. Há também o Adendo de nº 3.

Nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto da aprovação da Emenda

nº 1 pela prejudicialidade da Emenda nº 62 e pela rejeição da demais.

O Relator-Geral está com a palavra para apresentação do relatório, da errata e Adendos nºs 1, 2 e 3.

O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da Comissão Mista de Orçamento.

A palavra está à disposição do Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, o projeto do Orçamento traz receita de 2 trilhões, 250 bilhões e despesa de igual valor. Desse montante, 610 bilhões referem-se a refinanciamento da dívida pública, 110 bilhões ao orçamento de investimento das estatais e 1 trilhão, 530 bilhões ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, conforme apresentado.

Quero registrar que segui o escopo do relatório preliminar do ano passado. Nós mantivemos os mesmos dispositivos, inclusive o mesmo valor de emenda individual, porque para este ano nós vamos ter um orçamento com mais dificuldades para confeccionar para o ano que vem do que o Orçamento vigente.

A estimativa de receitas foi menor. Houve crescimento de apenas 1,2% do Orçamento do ano passado para este ano. Portanto, nós procuramos ter o cuidado de atuar seguindo a linha já tomada pela Comissão de Orçamento, de responsabilidade fiscal e de cuidado com os gastos públicos.

É fundamental registrar duas coisas: mantivemos aqui os mesmos dispositivos do Orçamento anterior e não acatamos emendas que definiam novas despesas, porque o relatório preliminar não é o relatório próprio para se definir despesas ao Orçamento e, sim, o relatório que fixa normas e procedimentos para construção e para o andamento da votação do Orçamento.

Sendo assim, Sr. Presidente, rejeitei 126 emendas apresentadas e acatei apenas uma, do Deputado Edinho Araújo, exatamente por ser uma emenda de procedimento. Ela abria a possibilidade de os 2 milhões fixados para a área da saúde serem colocados em qualquer área de investimento da saúde, não só no Fundo Nacional de Saúde, mas também no Ministério.

Então, nós acatamos essa emenda, rejeitamos as demais, apresentamos uma errata de texto e três adendos, também anexados aos procedimentos.

Portanto, este é o relatório.

Peço a sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, Sr. Relator, todo mundo sabe que os aposentados e pensionistas do nosso País estão com uma defasagem nos seus vencimentos que ultrapassa a 70%.

No fim do ano passado, na discussão da peça orçamentária, no plenário, eu diria antevéspera do Natal, fizemos um acordo com todos os Líderes de que naquele ano não seria possível, mas que neste ano todos trabalhariam em prol de um reajuste para os aposentados do Regime Geral da Previdência Social.

Inclusive, interrompemos a Vice-Presidente da Câmara, que presidia os trabalhos, interrompemos a votação, fomos para uma reunião paralela, e voltamos de lá com esse acordo firmado. E é natural que, este ano, nós estejamos aqui com o objetivo de que o acordo seja cumprido. Acordo firmado, na oportunidade, sem qualquer obstáculo de nenhuma liderança, naquela oportunidade.

É bom lembrar que eu estou falando aqui do Regime Geral da Previdência Social; é bom lembrar que eu estou falando de um orçamento que é superavitário, acima de 13 bilhões por ano. Se pegarem a retrospectiva histórica, nessa área não há déficit. Eu chego a dizer, e repito, que eu renuncio ao mandato de Senador se me mostrarem que há déficit no regime geral da previdência urbana, e é disso que eu estou tratando.

Nós apresentamos aqui uma proposta que nasceu de um debate no próprio Ministério da Previdência. Qual o argumento usado, e que nós respeitamos? Disseram: *"Paim, não adianta vincular ao salário mínimo, porque o Governo não vai aceitar a inflação mais o PIB."* E diga-se: viajei praticamente todo o País para construir a proposta da inflação mais o PIB. E a proposta que apresentei foi a inflação e o dobro do PIB. Mas, depois, na negociação, junto com as centrais e as confederações, concordei que fosse a inflação mais o PIB, matéria articulada junto ao Palácio e, num segundo momento, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff.

Estive lá conversando com a Presidenta Dilma antes da votação, inclusive da inflação mais o PIB na questão do salário mínimo. Resposta da Presidenta: *"Paim, eu não posso assumir qual o índice, mas está aberto, a partir de hoje, o debate para construir uma alternativa ao fator previdenciário."*

E eu espero que a Câmara vote hoje o entendimento do substitutivo construído aqui, de lavra e redação do Ministro Pepe Vargas, e, ao mesmo tempo, o reajuste real para os aposentados.

O que nós construímos nas reuniões das quais participamos? Buscamos um índice medido baseado na arrecadação do Fundo de Garantia e da própria Previdência. O índice se chama GFIP. O GFIP, em 2011, segundo informações que recebemos, ficou na ordem de 3,5%.

Então é esse o apelo que faço a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Meu amigo Relator e meu colega do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Paulo Pimenta, é esse o apelo que eu faço, porque o pessoal que fica nessa faixa não ganha dez salários mínimos coisa nenhuma. Mostrem-me quem do Regime Geral da Previdência ganha dez salários mínimos. A maioria, 90%, não passa de três salários mínimos, e uma parcela muito pequena chega a três ou quatro salários mínimos. É esse pessoal que, quando feito o cálculo, como é feito para o Executivo, Legislativo e Judiciário, foi cortado ao meio pelo fator previdenciário.

Vamos pegar o caso de uma mulher: ela ganhava 2 mil reais, aposentou-se com mil reais e, na hora do reajuste, não ganha nem acompanhando o salário mínimo nem acompanhando quem está na ativa.

Entendo ser uma proposta equilibrada, tranquila, justa e que esta Casa poderia aprovar.

Pegando o gancho do meu querido Presidente Paulo Pimenta, hoje é 20 de novembro, dia nacional de combate a todos os preconceitos. Infelizmente, no nosso País, há um preconceito ainda muito grande. E não vou citar preconceito contra negros, índios, mas contra os idosos. Hoje é o dia de nós mostrarmos que o Congresso Nacional, na sua independência, aponta uma política de reajuste também para o aposentado do Regime Geral da Previdência Social, que são os mais pobres, já que a questão do salário mínimo, graças a Deus, está resolvida.

O salário mínimo cresce todo ano a inflação mais o PIB. Eu sei que o GFIP é um pouco menor que o PIB. Mas não há problema. Entendo que por aí nós poderemos construir um grande acordo. Por isso peço o entendimento do nobre Relator e de todos os Senadores e Deputados para que a gente aprove a proposta.

É uma questão de justiça para aqueles que estão há muito, muito tempo sem um centavo de reajuste. Para não dizer que estão há muito, muito tempo sem um centavo, na véspera da reeleição, agora, do nosso projeto nacional – sou da base do Governo –, nós aprovamos 80% do PIB. Esse índice deve dar menos que 80% do PIB, como nós aprovamos naquele momento. E o Presidente Lula sancionou.

É bom dizer que, se fosse o substitutivo do Pepe, o Presidente Lula também o teria sancionado. O que ele não aceitava era o meu projeto original, que mantinha o fim do fator e ficava só o tempo de contribuição.

Eu entendo que essa matéria foi bem discutida. Foi discutida no Ministério da Previdência e também com a sociedade. E é possível, a partir daqui, mediante a votação desta emenda, nós construirmos um grande acordo no plenário do Senado, quando da votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero registrar a presença no plenário do nosso sempre colega Ricardo Barros, que nos prestigia neste momento. S.Exa. tem muita experiência e conhecimento das lidas aqui da nossa Comissão.

Mais algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra?

Deputado, a palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Srs. Deputados, Srs. Senadores, na condição de Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas, queria registrar minha estranheza com a presença desse adendo que surgiu aqui. Estamos no espírito...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Quero apenas registrar que já foi solicitada a retirada do adendo. Ele havia sido feito antes do entendimento. É importante retirá-lo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – É, porque nós estamos numa política de cooperação, de acordo. Assinei, em cima da hora, o relatório preliminar.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eu ia pedir a palavra exatamente para registrar que foi retirado o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foi uma falha minha, Deputado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Foi retirado o adendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Peço desculpas a V.Exa. Inclusive o Senador havia pedido a palavra e eu acabei concedendo a palavra a V.Exa. Então, a culpa é desta Presidência.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Está ótimo, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A palavra ainda está à disposição. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O Senador já solicitou a retirada do Adendo nº 3.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, em respeito ao Senador Paulo Paim, ao que S.Exa. colocou, gostaria apenas de fazer um registro, antes de nós votarmos a matéria.

É exatamente o seguinte: entendo louvável e meritória a luta do Senador Paulo Paim e de todos aqueles que defendem o ganho real acima de um salário mínimo para os aposentados.

Acontece que eu rejeitei essa emenda, porque ela fixava e definia valores para esse tipo de reajuste. E nós entendemos que não é no relatório preliminar que isso deve ser discutido.

Eu mantive no relatório preliminar a possibilidade de se discutir no futuro essa questão, de acordo com a possibilidade de recursos no debate da confecção do Orçamento.

Portanto, nós rejeitamos aqui no relatório preliminar essa matéria, mas vamos discutir, no mérito, no momento oportuno, tanto no relatório setorial quanto no relatório geral, essa questão que foi aqui levantada pelo Senador Paulo Paim, inclusive com debates ocorridos no ano passado.

Portanto, quero registrar, por uma questão de forma, que nós indeferimos essa emenda e outras emendas que configuravam despesas e efetivavam valores para o relatório preliminar.

Esse foi o motivo da negação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador. Senhoras e Senhores...

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, é possível uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O Senador Romero Jucá aponta que no relatório setorial esse tema voltará à discussão, ou no geral.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Ou no geral.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Pergunto a V.Exa.: quem é o relator dessa área da Previdência? Já está indicado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um momento, Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Os dez relatores setoriais já estão indicados.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – E dessa área da Previdência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já estou checando aqui para informar a V.Exa.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – É o senhor?

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Pode ficar tranquilo que eu vou construir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Armando Monteiro.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O Senador Armando Monteiro é o Relator dessa área da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senador.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Independentemente do resultado da votação, eu quero dizer que continuarei, naturalmente, junto ao relator setorial debatendo esse tema e apresentarei também o destaque em plenário.

Claro que eu acredito na votação favorável à minha emenda aqui neste plenário. Uma vez aprovada aqui, fica mais fácil a discussão e a aprovação junto ao relatório setorial que trata da questão da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, a discussão está encerrada.

Comunico a V.Exas. que temos destaques para votação em separado.

Estamos fazendo o levantamento de quantos destaques foram apresentados.

O relatório, a errata e os Adendos de nºs 1 e 2 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques.

Temos 16 destaques, para surpresa deste Presidente.

Nós vamos passar para o Relator analisar os destaques. Enquanto ele analisa os destaques, vamos votar o requerimento para a visita na obra do COE.

Deputado Mauro Lopes.

Requerimento para inclusão na Ordem do Dia do Requerimento 06, de 2012, de autoria do Deputado Mauro Lopes.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o requerimento de inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Tem a palavra o Deputado Mauro Lopes.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Srs. Deputados, Sras. Senadoras Ângela Portela e Ana Rita, Srs. Senadores, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, o Requerimento nº 6, de 2012, requer diligência compreendendo a visita de membros desta Comissão às obras de implantação e pavimentação de trecho rodoviário entre Porto Alegre, Esteio e Sapucaia, no Estado do Rio Grande do Sul, BR-448, em que foram identificados graves indícios de irregularidades pelo TCU, com recomendação de paralisação.

E considerando que essa rodovia é de relevância para o Estado, uma vez que a BR-116 está saturada, já com 120 mil veículos/dia, com a construção dessa BR– 448, vai receber uma carga de 40 mil veículos, vai

desafogar o trânsito da 116. É inconcebível manter uma situação dessas no Rio Grande do Sul. É impossível.

Para não discordar plenamente, sem estar *in loco* para ver a situação de perto, nós resolvemos fazer esse requerimento para que nós possamos, *in loco*, fazer uma visita às obras com membros do COE, com o Ministro dos Transportes, com o Ministro do TCU, Walton Alencar Rodrigues.

Que nós possamos fazer uma visita e depois retornar para trazer as informações ao Plenário, para que este tome uma decisão. Não podemos paralisar uma obra dessa relevância apenas porque o TCU recomenda a paralisação – acho que lá é um órgão de auxílio ao Congresso Nacional. Então, nós temos a responsabilidade de ir lá verificar de perto, para tomarmos posteriormente uma decisão quanto à paralisação ou à continuidade das obras.

Por isso peço aos meus pares, para que possamos realmente aprovar esse requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Deputado Mauro Lopes.

Em virtude da indicação do Senador João Costa, ilustre colega do PPR de Tocantins para o cargo de 3º Vice-Presidente da Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, conforme teor do Ofício nº 169, de 6 de novembro de 2012, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, Gim Argello, encaminhado à Presidência da Comissão, consulto o Plenário se podemos fazer a eleição do colega por aclamação. *(Pausa.)*

Havendo a concordância de todos, em votação a proposta de eleição por aclamação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleito e empossado o Senador João Costa, do PPR do Tocantins, como 3º Vice-Presidente da Comissão, para 2012. Convido S.Exa. para fazer parte da Mesa junto conosco, caso V.Exa. ache interessante. Para nós será uma honra a sua presença aqui na Mesa.

Alguma outra questão?

O Senador já está concluindo aqui a análise dos destaques. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, nós vamos aqui dar parecer sobre os destaques que foram apresentados.

Destaque nº 1. Negado o aumento para pessoal, fixando valores.

"Não" ao Destaque nº 2, mas fica prejudicado porque tem o mesmo texto do Destaque nº 1.

Também estamos rejeitando o Destaque nº 3, que pretende o aumento de emendas. "Não."

O Destaque nº 4 à Emenda 41, que muda a característica de RP2 para RP3, também rejeitamos. "Não."

O Destaque nº 5, que amplia os valores de cancelamento da Emenda 40, também negamos. "Não."

O Destaque nº 6, que aumenta o valor das emendas individuais para 16 milhões, é rejeitado. Nós não estamos aumentando, nós estamos fixando. Esse é o nosso papel, e o Congresso está fazendo a sua parte na contenção de gastos. Portanto, "não" à Emenda 38.

O Destaque nº 7 fica prejudicado, porque o destaque anterior já foi negado. Também é rejeitado o Destaque nº 7. "Não."

O Destaque nº 8, que suprime dispositivos, também é rejeitado. "Não."

Ao Destaque nº 9, que pretende aumento de pessoal, também é "não".

O Destaque nº 10 pretende aumentar as RIDEs, implementando mais despesas. Ao Destaque nº 10, "não."

Ao Destaque nº 11, que aumenta a renúncia de receitas, também é "não."

Ao Destaque nº 12, que suprime dispositivos, é "não."

Ao Destaque nº 13 é "não". Está prejudicado, porque outro destaque anterior já foi negado.

"Não" ao Destaque nº 14. Também foi prejudicado, porque outro destaque igual teve o parecer negado.

Ao Destaque nº 15, do Senador Paulo Paim, é "não", porque esse dispositivo não deve ser discutido nessa questão, e, sim, no momento apropriado.

E o Destaque nº 16 também é rejeitado. "Não." É prejudicado, porque pretende também o mesmo aumento de pessoal que foi negado na outra questão.

Portanto, todos os pareceres são "não." Já que os pareceres são todos contrários, eu faço um requerimento à Mesa solicitando a V.Exa. a votação em globo de todos os destaques, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador Paulo Paim.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – É só um esclarecimento. Para mim é importante a fala do nobre Relator, Senador Romero Jucá, que deixou claro que não é esse o momento para essa emenda, mas que...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – De discutir o mérito.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – De discutir o mérito, exatamente.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Quero que fique claro que eu não estou me comprometendo com a emenda. Apenas por uma questão de procedimento e de forma de confeccionar o relatório, nós entendemos que essa discussão de mérito sobre a questão de reajustes salariais, reajustes para os aposentados e para outros setores deve ser feita no relatório setorial, depois, no relatório geral e, depois, no Congresso Nacional.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – O seu entendimento, Relator... Permita-me, pois para mim é importante. V.Exa. não está entrando no mérito da emenda. V.Exa. está dizendo que eu devo tratar esse assunto lá no relatório setorial e depois na Comissão Geral. É isso que eu farei, sob a orientação do Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Exatamente.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Não vou considerar a emenda rejeitada. Encaminhada para o...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não, não. A emenda é rejeitada porque ela é uma emenda ao relatório setorial.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Quanto ao mérito! Quanto ao mérito! Quanto ao mérito!

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Então, ela não é ajustada, ela não é colocada no relatório setorial.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Isso. Eu vou remeter ao relatório setorial e à Comissão Geral.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Ela deve ser discutida no relatório setorial e no relatório geral.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Está esclarecido, Relator.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, só uma questão.

Tenho um pedido do Deputado Efraim Filho, ao qual subscrevi um dos destaques, em que ele solicita que esta votação seja em separado. O Deputado está chegando aqui para fazer a defesa.

Então, seria votar em todos os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é o requerimento? **O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ** – Qual é o destaque?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – É o n° 3, Senador.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O Destaque nº 3?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – A Emenda é a 123.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Emenda 123. Vamos ver aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Requerimento do Senador Romero Jucá para que a gente vote em bloco.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Emenda 123 é uma emenda do Deputado Efraim Filho, que aumenta em 437 bilhões o atendimento para aumento de pessoal. Essa emenda já foi prejudicada...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Não, acho que não, Senador.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Aliás, a 123, não, desculpe, a 122. A emenda conflita, pois aumenta o número de emendas que podem ser apresentadas. Nós não estamos mexendo. Isso faz parte da instrução normativa, que é referendada no relatório preliminar e, portanto, nós não estamos alterando a instrução normativa, não estamos aumentando o número físico de emendas. Nós somos contrários, demos parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O requerimento do Senador Romero Jucá pede que a votação seja em bloco.

V.Exa. deseja encaminhar contrariamente a esse encaminhamento?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não, não, então prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Como não há nenhuma questão em contrário, colocaremos em votação em bloco o parecer do Relator-Geral sobre os destaques.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, 1 minuto só, menos que1minuto. Eu não farei o encaminhamento para solicitar a votação da emenda em destaque, mas votarei contra, porque eu entendo que, no mérito, ela poderia ser apreciada agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. (Pausa.)

Como ninguém se manifestou contrariamente, entendo que me foi concedida essa prerrogativa.

A proposta em votação dos destaques por tipo de voto...

Em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do senhor.

Nós estamos votando para aprovar em bloco, primeiro.

Na representação do Senado Federal, os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Contrário o voto do Senador Paulo Paim.

Aprovado, com um voto contra.

Agora vamos votar o parecer do Relator-Geral pela rejeição de todos os destaques. Corrigindo: foram rejeitados os de nº 1, 3, 6, 8, 12 e 15; e prejudicados os de nºs 2, 7, 13, 14 e 16.

O SR. SENADOR PAULO PAIM – Sr. Presidente, eu estou votando, pelo que eu entendi, contra os destaques e não contra o relatório preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ficou claro? Repetindo: foram rejeitados os destaques de nºs 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

(Não identificado) – Não dava para eu segurar uma posição se nem eu conhecia o que era. Como é que eu ia defender? Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foram rejeitados os de nºs 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 15; e prejudicados os de nºs 2, 7, 13, 14 e 16.

Em votação os destaques rejeitados pelo Relator-Geral.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram; os que discordam se manifestem. *(Pausa.)*

Voto contrário do Senador Paulo Paim.

Aprovado na representação da Câmara e do Senado.

Declaro prejudicados os Destaques de nºs 2, 7, 13, 14 e 16 por confrontarem a Resolução nº 1.

Informo que vamos abrir o prazo de emendas a partir de amanhã, dia 21, encerrando-se no próximo dia 29. Portanto, estou estabelecendo o prazo de emendas dos dias 21 a 29, prazo de 9 dias, na medida em que temos a prerrogativa de definir em até dez dias. Estamos definindo em nove dias, que é um bom tamanho.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, por que não até o dia 30, que é uma sexta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Porque esta sexta-feira será utilizada pelos consultores para preparar o material para os sub-relatores trabalharem já durante o final de semana. Senão V.Exa. não vai ter condição de pegar o material já com uma análise prévia dos sub-relatores.

Esta sessão será conhecida como a sessão KC 390.

A sessão está encerrada.

Ata da Segunda Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada no dia 22 de novembro de 2012, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil – referentes ao 1º semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes parlamentares: **– Deputados**: Antônio Balhmann, titular da CDEIC/CD e suplente da CMO/CN; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Joaquim Beltrão, Suplente da CMO/CN; Luiz Pitiman, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Osmar Serraglio, suplente da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular da CMO/CN; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; **– Senadores**: Eduardo Braga, titular da CAE/SF, Titular da CMA/SF; Jayme Campos, Titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/

SF. Teve a ausência justificada o Deputado João Dado, titular da CFT/CD. **ABERTURA**: às dez horas e vinte e seis minutos, o Presidente, Dep. Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citou as Comissões participantes e convocou os integrantes da Mesa para tomarem seus lugares. Foram chamados o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados – Deputado Antônio Andrade, o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados – Deputado Edson Santos e o expositor convidado, Dr. Alexandre Tombini – Presidente do Banco Central do Brasil. Em seguida, explicou os objetivos da reunião e passou a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antônio Tombini, o qual iniciou sua apresentação às 10h29. Ao final da apresentação, às 11h07, o Presidente colocou a palavra à disposição dos debatedores. Fizeram uso da palavra, na seguinte sequência, os Deputados Claudio Puty e Vanderlei Siraque e o Senador Lindbergh Farias – todos fizeram questões relativas à meta de superávit primário e intervenções econômicas por parte do governo. Após manifestação dos debatedores, o Presidente convidou o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para compor a Mesa. Na sequência, passou a palavra ao expositor, Dr. Alexandre Tombini, para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores. **ENCERRAMENTO:** feitas as devidas respostas, às 11h48, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, bom dia!

Declaro iniciada a 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública de 2012, com a participação das Comissões de Finanças e Tributação; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Fiscalização Financeira e Controle; também, do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Econômicos; e a Comissão Mista de Planos e Orçamentos, a nossa Comissão.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial do Estado brasileiro, com ênfase nos impactos e custo fiscal de suas operações, e dos resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agradeço a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, que já está aqui, na Mesa dos trabalhos, juntamente com o Diretor de Polícia Econômica, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Agradeço a presença dos senhores e senhoras da imprensa e também das assessorias, sempre presentes e atuantes aqui na nossa Comissão.

Quero comunicar a todos que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno no Senado, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

A lista para o debate está aberta.

Registro a presença dos Parlamentares Cláudio Puty e Vanderlei Siraque.

Com a palavra, mais uma vez agradecendo pela presença, o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Alexandre Tombini. Muito obrigado, Dr. Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito bom dia, Exmo. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Cumprimento também os Deputados Cláudio Puty e Vanderlei Siraque, que se encontram nesta reunião no momento.

Exmos. Srs. Deputados, estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, conforme mencionado pelo Presidente da Comissão, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 4 de maio de 2000, para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços

do Banco Central do Brasil, referentes ao primeiro semestre do ano corrente, do ano de 2012.

Na minha apresentação, procurarei ficar dentro do tempo estabelecido. Eu espero falar de quatro itens, sendo o primeiro as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil; brevemente, falarei da nossa visão, a visão do Banco Central sobre o cenário econômico e financeiro internacional. Em seguida, passarei aos dois principais itens da apresentação: a evolução da economia, da atividade econômica, e, concluindo, a evolução da inflação e a nossa visão no Banco Central sobre a inflação.

O sumário executivo da minha apresentação, o resumo do que vou falar aqui nesta introdução, seria o seguinte.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiro, no que se refere ao resultado do Banco Central no primeiro semestre de 2012, ele foi positivo em 12 bilhões e 300 milhões de reais.

Em relação ao cenário internacional, a nossa visão é de que permanece um cenário complexo, com perspectiva de baixo crescimento nos próximos anos.

Em relação à atividade econômica no Brasil, o ritmo de atividade já está mais intenso, já no presente, neste semestre, segundo semestre de 2012, e esperamos também um ritmo intenso de atividade econômica no ano de 2013.

Quanto à inflação e trajetória de convergência ainda que sujeita a reversões, a nossa visão é de uma inflação com convergência para meta de forma não linear.

Em relação às demonstrações, então, o resultado contábil, como mencionei no resumo, é positivo em 12,3 bilhões de reais no primeiro semestre de 2012. De acordo com a legislação aplicável, esse resultado do primeiro semestre é transferido, e foi transferido, ao Tesouro Nacional no mês de setembro deste ano.

Atualizando os dados, a posição até setembro, ou seja, a posição do terceiro trimestre do ano é de um resultado positivo do Banco Central de 2 bilhões e 900 milhões de reais, perfazendo um total, no ano, até setembro, de 15 bilhões e 200 milhões de reais, resultado positivo do Banco Central no período janeiro a setembro de 2012.

Aqui vemos um desdobramento desse resultado de 12,3 bilhões, um resultado positivo nas operações de mercado aberto, operações com taxas de juros de 22,6 bilhões aproximadamente, no primeiro semestre, com um custo na remuneração dos compulsórios da ordem de 14,3 bilhões de reais; o pagamento de juros junto ao Governo Federal, ou seja, a remuneração da conta única que o Tesouro Nacional tem no Banco Central, vem perfazendo um total de 25,9 bilhões de reais de custo para o Banco Central; e aqui outras receitas e despesas financeiras e administrativas com o resultado positivo de 30 bilhões.

Basicamente, o que se tem aí nesse último item são as reservas internacionais. Esse resultado então, como mencionei, totaliza um resultado positivo do Banco Central, no primeiro semestre de 2012, de 12,3 bilhões de reais.

Em relação à manutenção das reservas internacionais, sobre o custo de manutenção, há, primeiro, um custo de captação de 4,17% no primeiro semestre. Esse custo vem caindo ao longo dos últimos semestres, em função também da redução das taxas internas de juros no País; uma rentabilidade, em função do ambiente internacional, de 0,86% no primeiro semestre, perfazendo então um custo de carregamento das reservas de 3,30. Ou seja, esse custo, sem contar a variação cambial, esse custo aplicado ao estoque aproximado do saldo médio do primeiro semestre de 679 milhões de reais, daria um custo da ordem de 22,5 bilhões de reais – custo de carregamento das reservas sem a variação cambial.

Com a variação cambial, esse custo muda dramaticamente.

Só para termos uma referência, no segundo semestre de 2011, houve um resultado positivo mesmo no carregamento, em função da variação cambial, da ordem de quase 88 bilhões de reais. No primeiro semestre deste ano, levando em consideração a variação cambial, aquele custo de carregamento vira um resultado positivo de 31,4 bilhões de reais, com as reservas internacionais acumuladas no Banco Central do Brasil.

Outro assunto, sempre de interesse desta Comissão, são os swaps cambiais, instrumento utilizado pelo Banco Central nas suas intervenções no mercado de derivativos. A história é a seguinte: desde 2002, quando esse instrumento passa a ser utilizado, o resultado acumulado é de 8,7 bilhões de reais em favor do Banco Central.

Em relação às barras azuis, nós temos os resultados semestrais com o instrumento swap cambial. Nós vemos que, no primeiro semestre de 2012, o resultado da posição de swaps cambiais do Banco Central foi de 800 bilhões de reais – resultado positivo. Aqui está uma visão do primeiro semestre, objeto desta prestação de contas para o Congresso Nacional. Na linha vermelha está esse acumulado desde o início do ano até junho: 800. Casualmente, até setembro, um resultado acumulado também se encontra em 800 milhões de reais.

A posição de swaps no Banco Central – swap, basicamente, é uma compra ou venda sintética de dólares, de moeda estrangeira no mercado futuro –, neste caso, é de compra. Ou seja, no Banco Central,

a posição comprada, em dólar futuro, nesse mercado de swaps, está em 5 bilhões de dólares. Essa posição tem vencimento nos próximos 2 meses, a posição comprada. Uma parte venceria agora, no final do mês de novembro; outra, no início do ano.

Em relação ao cenário internacional, vou ser muito breve. Já disse no resumo que a nossa visão é de um cenário sujeito a um crescimento mais baixo, por causa da média histórica da economia global. Aí está um pouco da evolução das taxas de crescimento ao longo dos 2 últimos anos. Nas projeções, para o ano de 2012 e 2013, da economia global, nós vemos uma revisão para baixo das perspectivas de crescimento.

Naturalmente, essas perspectivas de crescimento estão afetadas ainda pela crise financeira internacional, que já dura cerca de 5 anos – nós começamos em 2007 e 2008 –, que deixou um legado de um peso fiscal para várias economias, principalmente as avançadas, economias também da União Europeia. Nós conhecemos bem essa história no Brasil. Dissipar um peso de dívidas, nos níveis em que se encontra a dívida pública nessas regiões, é um processo lento, um processo demorado.

Em relação à nossa visão sobre eventuais riscos maiores na área financeira, de certa forma, nós vimos esse processo sendo mitigado. Uma série de medidas foram tomadas, principalmente na Europa: sobre as questões referentes aos bancos, ao provimento de liquidez para os bancos, isso já vem sendo endereçado desde o final do ano passado; a capitalização do sistema bancário, principalmente no que se refere à Espanha, também vem sendo endereçada. Recentemente, também houve a divulgação de uma nova modalidade de financiamento para dívidas soberanas, em casos específicos, que teve como consequência uma certa tranquilidade nos mercados financeiros.

Ainda que nós achemos que a probabilidade de ocorrência de um evento extremo atualmente tenha diminuído em função dessas medidas, certamente, o quadro de crescimento o quadro de crescimento ainda permanece o mesmo, ou seja, o de um crescimento baixo em relação à média mundial e por um período mais prolongado.

Em relação aos Estados Unidos, tem sido uma das áreas de crescimento que tem apresentado maior vigor, ainda que com revisão recente para baixo. Mas já se veem sinais mais consistentes de recuperação, principalmente do mercado imobiliário, melhoras no mercado de trabalho norte-americano. Mas, certamente, a discussão colocada agora é a questão da contração fiscal encomendada para o início do ano vem, como isso vai ser endereçado. Se não for endereçado, teria impactos importantes. Então, um esforço é necessário no sentido de que essa contração, que já está encomendada, não se materialize. Certamente, não nos valores que seriam observados, caso nada seja feito entre hoje e o inicio do próximo ano.

Então, tem esse risco. Mas a economia vem apresentando alguns sinais mais consistentes de recuperação, o que é bom para a economia mundial e, certamente, bom para o Brasil.

Em relação a outro mercado que eu gostaria de mencionar, o da China, a nossa visão é de que aquele país tem capacidade de conduzir o processo de desaceleração suave de sua economia, como vem fazendo. E é basicamente isso que se tem verificado. As conclusões mais recentes em relação à China é de que a sua taxa de crescimento se estabiliza em patamares elevados. De maneira que essa nossa visão de um pouso suave da economia vem sendo corroborada mais recentemente pelos dados daquela economia e pela visão dos organismos internacionais.

O quadro essencialmente é esse. Num período mais recente, houve questões relacionadas com rebaixamento do grau de crédito de risco soberano da França. A questão do *fiscal cliff*, o abismo fiscal, que eu mencionei há pouco, tomou um lugar de maior atenção nas discussões internacionais. Há também o conflito no Oriente Médio, que ganhou novos contornos recentemente. Enfim, uma série de eventos fez com que as moedas se movimentassem recentemente. O dólar ganhou valor em relação a várias moedas nas últimas semanas. E não foi diferente em relação ao Brasil.

Com relação ao nosso País, e sobre a questão da política de câmbio brasileira, o que tenho dito reiteradas vezes é que nós não temos no País qualquer objetivo de câmbio; nós estamos sob o regime de câmbio flutuante no País. O que se tem dito ao longo do tempo é que nós sempre tomaremos as precauções, para evitar que o Brasil seja objeto de especulação, que o nosso mercado seja uma praça de desvalorização de importantes moedas, como, por exemplo, o dólar, contra a nossa moeda. Então, isto nós temos feito ao longo do tempo. Temos tomado precauções para que isso não ocorra. A própria Presidenta Dilma, recentemente, em entrevista, mencionou esse fato.

Voltando à política em relação à moeda estrangeira, nós não temos qualquer banda formal ou informal em relação a essa moeda. O Banco Central não defende nem para baixo nem para cima qualquer nível da taxa de câmbio. Nós também temos dito reiteradas vezes que o Banco Central está sempre pronto para intervir no mercado e fazer com que ele funcione dentro da normalidade. Isso vem ocorrendo no País nos últimos tempos e continuará ocorrendo dessa forma. Inclusive, como é sabido, em relação ao calendário, no

final do ano, tradicionalmente, há uma oferta menor de dólares, com talvez uma demanda maior de dólares, movimento esse que tende historicamente a se reverter no início de ano.

Então, é isso o que nós temos feito, ao longo dos últimos anos. No passado oferecemos, mas não foi preciso. E, se preciso for, interviremos também na questão da provisão temporária de liquidez na virada do ano.

O Banco Central continua praticando exatamente a política cambial que sempre praticou, tomando as precauções para que o real não vire uma moeda de valorização muito além dos seus fundamentos em relação a outras moedas fortes que estão sendo empatadas aí por conjunturas, por políticas adotadas em outros países.

Em relação ao cenário internacional e um pouco da política cambial, que é objeto desta reunião, eram estas as palavras que eu gostaria de colocar aqui nesta manhã.

Indo agora para a atividade econômica, o resumo da minha apresentação, primeiro, que o ritmo da atividade já está mais intenso. Essa foi a realidade do terceiro trimestre, que já acabou. O nosso indicador *proxy*, do Produto Interno Bruto, indicador coincidente, digamos assim, indicador do Banco Central, IBC-Br. O crescimento do terceiro trimestre foi de 1,15%, o que dá um crescimento anualizado da ordem de 4,7% do PIB. Então, nós já estamos experimentando um crescimento mais forte no terceiro trimestre.

Os prognósticos para o quarto trimestre são de um crescimento importante e já há indicações de mercado, inclusive, de um crescimento em níveis semelhantes no primeiro trimestre de 2013.

A indústria apresenta sinais moderados de crescimento da produção. Em relação à agricultura temos a previsão da CONAB e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para 2012, para o ano e para o próximo ano safra, de safras recordes de grãos no País.

O setor de serviço continua em trajetória de expansão. Nós temos fatores importantes de sustentação da demanda interna, como emprego, a renda e o próprio crédito da economia.

Com relação ao índice de atividade, que falava há pouco, esse índice, de certa forma, procura reproduzir o nível de atividade ampla da economia brasileira. Nós já temos aí na medição trimestral essa aceleração do crescimento. No terceiro trimestre, atingiu aquele nível de 1,15, trimestre contra trimestre, ajustado sazonalmente, o que dá, como mencionei, um crescimento analisado da ordem de 4,7% da economia brasileira. Ou seja, isso já é passado, é terceiro trimestre, e já demonstra, então, aquilo que o Banco Central vinha falando já de algum tempo, que no segundo semestre a economia cresceria numa velocidade maior do que cresceu no primeiro semestre deste ano.

Em relação às perspectivas, uso aqui a pesquisa Focus, junto a agentes privados, e há uma perspectiva de crescimento, no segundo semestre, da ordem de 4%, anualizado, e um crescimento para 2013 também ao redor desse mesmo percentual, ao redor de 4% para 2013. Essa é a previsão do mercado, previsão que, enfim, parece plausível.

Em relação à política macroeconômica adotada, um conjunto de estímulos foi introduzido na economia desde agosto de 2011, entre eles, na condução da política monetária, nós tivemos a redução da taxa básica de juros, a SELIC. Houve uma melhora importante das condições de liquidez do sistema financeiro também, com redução da liquidez depositada no Banco Central, que se voltou para o mercado, para o sistema financeiro.

Também as empresas e as famílias enfrentam melhores de condições de taxas de *spread* de financiamento e de refinanciamento, veremos isso em seguida, além da introdução de incentivos tributários e fiscais.

Em relação ao impulso monetário, temos a trajetória da taxa SELIC, desde final de agosto de 2011. A taxa saiu de 12,50 para 7,25, caindo 525 pontos nesse período.

Do lado direito desse gráfico, está a evolução do recolhimento compulsório. De um pico de quase 450 milhões de reais em dezembro, que estava depositado no Banco Central, hoje temos 350 milhões, praticamente 100 milhões a menos, liquidez essa que não está no Banco Central, que está no sistema.

Em relação às condições de financiamento, aqui eu tomo como base a taxa prime que o Banco Central recolhe, que é junto a empresas AA, pelo menos três instituições financeiras que têm operações de 5 milhões de reais ou mais no mercado. Então, é uma taxa que é comparável a taxas internacionais. Nós vemos aí uma queda da taxa prime, de 17,5% em agosto de 2001 para 11,9% em agosto de 2012, uma queda significativa dessa taxa, que é comparável internacionalmente a de empresas semelhantes aqui e lá fora.

Em relação às taxas que estamos mais habituados a divulgar no Banco Central, a questão do crédito da pessoa física e o crédito da pessoa jurídica, no que se refere ao crédito referencial, fora os recursos direcionados, também houve, nesse período de agosto de 2011 a agosto de 2012, uma queda de 11 pontos percentuais na taxa cobrada às pessoas físicas e uma queda de quase 9 pontos percentuais na taxa cobrada à pessoa jurídica nesse período, comportando aí uma redução de spread no período, visto que a taxa SELIC caiu 525 pontos.

Em relação a esses fatores de sustentação da demanda, a taxa de desemprego está em nível historicamente baixo. Hoje foi divulgada a nova taxa para o mês de outubro, mostrando a contínua redução do desemprego na economia brasileira, já num nível de 5,3%, um nível historicamente baixo para a taxa de desemprego na economia brasileira.

A economia continua gerando empregos formais na faixa de 1 milhão nos últimos 12 meses, 1,3 milhão desde o início do ano.

A renda real do trabalhador continua em ascensão, logo, a massa salarial também expande. A massa salarial em expansão, junto com um crédito que cresce em níveis mais moderados, mas continua crescendo de forma expressiva, nós temos fatores de sustentação para a demanda doméstica para a frente.

Em relação a investimento, há perspectivas mais favoráveis para o investimento privado, o nível de confiança do empresariado continua em níveis elevados, está em níveis elevados. As condições de financiamento, como mencionei, estão bastante melhores do que estavam em meados do ano passado, e temos um processo de ajustamento dos estoques industriais no País. Isso também seria um elemento positivo para um investimento mais forte à frente.

Taxa de desemprego, aqui eu ainda estou com dado de setembro, não foi possível atualizar agora pela manhã, mas, como eu mencionei, esse dado já está em 5,3%, divulgado hoje pelo IBGE.

Empregos formais, também no gráfico da direita, crescendo aí 1,3 milhão de empregos de janeiro a setembro de 2012, se comparados com o mesmo período do ano passado.

Este gráfico sintetiza isso que eu venho dizendo, ou seja, temos um aumento do pessoal ocupado, na faixa de 2% nos últimos 12 meses; um rendimento real que cresce à faixa de 4% nos últimos 12 meses. Combinando crescimento de emprego com crescimento de renda, temos uma massa salarial real que cresce em torno de 6% no período de janeiro a setembro de 2012, em relação ao mesmo período do ano passado. Isso certamente dá sustentação à demanda.

Aqui nós vemos as vendas no varejo como uma proxy para a demanda na economia. Nós temos aí, no acumulado de 12 meses, o comércio varejista crescendo na faixa de 8% e o ampliado, que inclui também automóveis e construção civil, crescendo na faixa de 6,6 % nos últimos 12 meses, um crescimento robusto da demanda no Brasil.

Em relação à indústria, agora olhando a economia pelo lado da oferta dos três setores – indústria, agropecuária e setor de serviços –, nós temos também a questão dos estoques em níveis mais adequados, favorecendo uma recuperação da produção; temos a confiança dos empresários em alta; e melhores condições de competitividade para a indústria nacional, o que se verifica nos últimos meses.

No gráfico da esquerda, está a evolução dos estoques na indústria, mostrando um recuo desses estoques, o que é um indicador importante para a frente. Ou seja, deve haver reposição de estoque, logo deve haver mais produção ao longo do tempo para atender esse menor nível de estoques.

Em relação à confiança na indústria, temos aí também os dados recentes que apontam um PMI, que seria o sentimento dos gerentes de compra das empresas industriais, com níveis em torno de 50 pontos, ou ligeiramente acima disso, indicando a entrada da indústria na região de expansão de sentimento.

Ainda em relação à confiança na indústria, temos um dado da CNI, um dado mais recente, que apresenta um crescimento, em níveis mais elevados, e um dado da FGV, divulgado hoje, que recua um pouco em novembro, mas também em níveis bastante elevados em relação àquilo que foi o vale, em setembro do ano passado.

Então, níveis de confiança da indústria elevados e estoques sendo ajustados para baixo são indicadores alvissareiros para a evolução da indústria mais à frente.

Em relação à competitividade, um indicador – taxa de câmbio real, a taxa de câmbio efetiva real, uma cesta de moedas, não só real/dólar, mas real e as moedas principais, parceiros comerciais ajustados pelo diferencial de inflação – mostra uma taxa real de câmbio que desvalorizou recentemente, que está em outro patamar. Isso também ajuda nesse processo de evolução da indústria à frente.

Em relação à agropecuária, a safra de grãos, como falei, deve bater novos recordes. Segundo as mais recentes estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da CONAB, 166 milhões de toneladas para o ano safra 2011-2012. De 176,8 a 181,6 milhões de toneladas, a previsão de safra de grãos para o ano safra 2012-2013. Ou seja, representaria um incremento entre 6,5 a 9,3% em relação à safra deste ano.

Os preços internacionais ajudam nesse processo e se sustentam em patamares favoráveis para a agropecuária. Para o Plano Safra, ou seja, os recursos para o financiamento da produção e comercialização, a projeção é que se expandam nesse ano safra, na faixa de 7,5% – esse próximo ano safra em relação ao corrente ano.

Esta é a perspectiva do mercado, também retirada da pesquisa Focus, que pesquisa a projeção de crescimento do PIB da agropecuária no terceiro trimestre em

relação ao terceiro trimestre do ano passado, quarto trimestre deste ano em relação ao quarto trimestre do ano passado, já mostrando uma recuperação, depois do abalo que a agropecuária sofreu, um forte abalo, no primeiro trimestre deste ano, aí retratado nesta barra azul, com uma contração de 8,5% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao primeiro trimestre de 2011.

Então, vamos ter uma evolução mais favorável para a agropecuária no período à frente.

Em relação às fontes de financiamento, está aí o gráfico retratando aquele crescimento estimado de 7,5% para o próximo ano safra, ou seja, um total de 115 milhões de reais para esse novo período de safra.

O setor de serviços continua evoluindo de forma favorável. Tem crescido ao longo do tempo mais do que a média da economia. Esta também é a previsão do mercado: um crescimento maior à frente, nos próximos trimestres. Ele vem moderando em relação ao comportamento dos últimos anos, mas continua crescendo, expandindo-se de forma significativa.

O último item da apresentação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito à inflação, e aí encerro a minha apresentação.

A nossa conclusão sobre a inflação é que temos um processo de convergência ao centro da nossa meta, de 4,5. Esse é um processo não linear, sujeito a reversões. Vivemos recentemente uma reversão impactada pelos preços agrícolas que subiram bastante no período de maio, junho a julho, agosto, com reflexos, primeiro, nos preços no atacado. Mas os preços agrícolas no atacado sobem primeiro, apesar de já apresentarem também um recuo desde meados de outubro, ou seja, do mês passado. Esses preços já apresentam uma forte deflação, inclusive. A transmissão dos preços ao consumidor se dá nesse trimestre ainda, no quarto trimestre do ano.

Nós temos para frente visto também um crescimento projetado do salário em ritmo mais moderado, também como fator de controle da inflação, crescimento, expansão robusta, porém, em ritmo mais moderado do que no passado recente.

Menor crescimento dos preços administrados em 2013. E, certamente, para a inflação ficar sob controle, a política monetária se mantém e se manterá sempre vigilante para que isso ocorra.

Convergência à meta de inflação. Essa é a nossa projeção no Banco Central, divulgada no último relatório de inflação, em setembro deste ano, mostrando aí a convergência, a inflação ao redor da meta para o próximo ano, no centro da meta, no terceiro trimestre de 2013.

Em relação aos preços agrícolas, que eu mencionava, aqui neste gráfico nós temos, na linha azul, o IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor; na linha verde, o preço agrícola no atacado. Nós vimos que ele subiu bastante no atacado. Na linha verde, em julho, subiu primeiro. Depois, a linha azul, sobe o preço ao consumidor, sobe impactado principalmente por esse preço agrícola. Já em meados de novembro, temos forte recuo da inflação nos preços agrícolas e esperamos, nos próximos meses, maior reflexo sobre os preços no nível do consumidor.

Esse é um comportamento que mais ou menos se repete ao longo da história. Foi assim, por exemplo, em 2010, 2011, um processo muito mais prolongado de aumento dos preços agrícolas do que nós verificamos neste momento.

Em relação a rendimento médio nominal, também nós vimos aí, são taxas de crescimento, crescimento do rendimento médio nominal. Para chegar ao real, tem de descontar a inflação, mas o nominal já numa faixa de crescimento menor do que se viu ao longo do ano de 2011.

Os preços agrícolas. Este é o índice de preço no atacado que nós vemos desde meados de outubro, um índice de preço agrícola no atacado na área da redução de preço, na área da deflação.

Esta é a evolução do preço dos alimentos. Em azul, nós vemos o acumulado em 12 meses. Houve crescimento desses preços. De maio a outubro, ele cresceu de 5 para 10% no acumulado de 12 meses. Foi um crescimento forte, refletindo aquele choque agrícola que mencionamos anteriormente. Em vermelho, está a inflação do IPCA, retirada a evolução dos preços dos alimentos.

Em relação ao preço dos serviços, também, em função de todo esse processo de inclusão econômica e social que ocorreu no País na última década, há uma pressão maior de demanda por bens e serviços. Os serviços têm apresentado uma inflação, ao longo do período, acima da inflação geral da economia, do IPCA. Aqui nós vemos certo recuo na margem, mais recentemente no preço dos serviços, mas girando ainda numa faixa elevada de 8% a inflação de serviço acumulada em 12 meses.

Na linha vermelha, nós vemos o Índice de Preço ao Consumidor, retirando-se a influência do preço do serviço também na faixa de 4.2% acumulado em 12 meses.

Outra variável importante de atenção à questão da evolução do preço dos imóveis, o que nós vemos aqui é a taxa de crescimento do preço. Isso aqui não é o preço, é a taxa de crescimento do preço. O que nós vemos nos meses recentes é o recuo da elevação do preço dos imóveis. Esse aí é um Índice FipeZap, pe-

gando Brasil e São Paulo, e o que se vê é um recuo na expansão dos preços dos imóveis no País.

Em relação aos preços monitorados, essa evolução de cerca de um quarto da inflação medida pelo IPCA refere-se a preços monitorados, e esses preços estão, no acumulado de 12 meses, na faixa de 3,2%. Essa tem sido a evolução.

Para concluir a parte de inflação, nós temos o quadro de perspectivas da inflação, a evolução desde dezembro de 1999, praticamente desde a implantação do Regime de Metas de Inflação no País. O que nós vemos é que a inflação corrente, as perspectivas para a inflação são uma inflação sob controle dentro da essência do Regime de Metas de Inflação no País.

Sumarizando, então, Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Deputados e Senadores, em relação ao resultado do Banco Central do Brasil, no primeiro semestre de 2012, foi um resultado positivo de 12 bilhões e 300 milhões de reais. Em relação ao cenário externo, aquele cenário de complexidade permanece. Há uma menor probabilidade de ocorrência, na nossa visão, de eventos extremos, porém, com perspectivas de crescimento abaixo da média histórica por alguns anos.

No Brasil, já vivemos um ritmo de atividade mais intenso. Foi confirmado nos dados do terceiro trimestre. As informações para o quarto trimestre são de bom crescimento também, igualmente, para o primeiro trimestre do próximo ano. Nós vimos nas projeções de mercado, inclusive, nas projeções dos organismos internacionais, para o ano de 2013, um crescimento da economia brasileira ao redor de 4%.

Em relação à inflação, nós tivemos um quadro de inflação sob controle. O Banco Central, certamente, está vigilante para que a inflação sempre permaneça sob controle, convergindo em direção ao centro *(falha na gravação.).*

Muito obrigado, Exmos. Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, ilustre convidado Alexandre Tombini, nosso Presidente do Banco Central.

Registro a presença na Mesa do Deputado Antônio Andrade, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; do Deputado Edson Santos, 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; do Senador Lindbergh Farias e do Deputado Zeca Dirceu, além dos Parlamentares que já foram citados anteriormente.

A palavra estará à disposição no momento em que os integrantes das demais Comissões desejarem dela fazer uso. A lista de inscritos no momento tem a inscrição de um Parlamentar: Deputado Cláudio Puty. Os demais Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra, já podem fazer suas inscrições. O Deputado Vanderlei Siraque será o próximo.

Cláudio Puty, por gentileza.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Obrigado, Presidente Paulo Pimenta.

Gostaria de saudar as presenças do Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini; do Diretor Carlos Hamilton; do Deputado Edson Santos, do Deputado Antônio Andrade, nossos Presidentes respectivos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Finanças e Tributação, e de toda a equipe do Banco Central aqui presente, de meus colegas Parlamentares: Siraque, Lindbergh e Zeca Dirceu.

Presidente, V.Exa. fez algumas considerações que eu considero muito importantes. Nós tivemos, há poucos dias, a aprovação tanto do relatório preliminar do Orçamento quanto do da Receita. E, quando da aprovação do relatório da Receita, tivemos um interessante debate, particularmente com a Oposição ao Governo da Presidenta Dilma, sobre os números previstos para o crescimento do produto no ano de 2013, ali estabelecidos na forma do Projeto de Lei do Orçamento.

Sabemos que houve uma frustração nos números referentes ao crescimento este ano em relação ao PLOA 2012. Isso já admitido pelo próprio Governo, que encaminhou um projeto a esta Casa com a previsão de crescimento econômico na ordem de 4,5%, que foi mantida pelo Congresso, em votação nesta Casa, inclusive, com perspectiva de aumento da arrecadação.

Esse debate obviamente causou certa polêmica com a Oposição, que, dentro da sua perspectiva, duvida da possibilidade de crescimento econômico nesses termos.

Os números aqui apresentados foram a partir das estatísticas, pelo índice do Banco Central, que tem se mostrado um previsor muito robusto – parabenizo inclusive a equipe técnica do Banco Central por isso. Os índices demonstram a possibilidade de uma recuperação econômica inclusive acima do esperado. Estamos, como você falou, senão me engano, com uma taxa analisada de 4.7% no cenário de alta do dólar. Ontem, tivemos uma apreciação considerável do dólar, com inflação em níveis acima do centro da meta, mas ao contrário do que se alardeou por boa parte da Oposição a Presidente Dilma, essa inflação não fugiu do controle. Parece-me que temos ainda um forte componente associado ao mercado de trabalho, sobre a forma de serviço, como aqui apresentada pelo senhor, e temos enormes desafios para o ano de 2013 que me parece que serão atingidos a contento pela equipe econômica do Governo.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas. Você falou en passant, digamos, da situação da Europa, você usou a expressão fiscal cliff, mas que falasse um pouquinho mais como é que vocês estão avaliando, como é que vocês estão monitorando as dificuldades da Europa em gerenciar a sua política econômica no geral, particularmente a política monetária fiscal.

Parece-me que a recuperação dos Estados Unidos, apesar dos conflitos com o Congresso Americano, entre o Executivo e o seu Legislativo, a capacidade de gerenciamento da política monetária tem tido efeitos, ao contrário dos impasses associados aos próprios impasses da União Europeia. Isso tem gerado consequências para o seu crescimento, à medida que não há unidade política suficiente para se tomar as decisões que precisam ser tomadas, sejam elas quais forem. Eu gostaria que vocês avaliassem, particularmente, como vocês estão vendo a Europa de maneira mais pormenorizada.

Em relação ao Brasil, você fez uma exposição bastante abrangente, mas a última ata do COPOM demonstra uma votação de 5x3 em relação ao comportamento da própria taxa básica em outubro como em relação ao futuro. Eu gostaria que o senhor comentasse como o Banco Central vê o mix macroprudenciais, a própria operação da taxa básica num cenário aqui demonstrado pelo senhor, pela recuperação do produto, de maneira robusta, com consequência das medidas tomadas pela Presidenta Dilma Rousseff, e como consequência das características do nosso processo de comportamento de preço.

Muito obrigado e parabéns pelo belo trabalho à frente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Vanderlei Siraque. Antes que faça uso da palavra, quero registrar também a presença do Deputado Osmar Serraglio, que está integrando também está audiência.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Siraque.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE – Bom dia à Mesa, aos Deputados, aos Senadores, quero cumprimentar o Presidente Alexandre Tombini do Banco Central, toda equipe pela apresentação, mas eu estou vendo aqui algo que eu não compreendi, na verdade. É uma contradição entre o crescimento do consumo que foi apresentado, 8.2%, num crescimento previsto, em relação ao crescimento do PIB, em torno de 4%, em especial também o crescimento da indústria, um crescimento muito moderado da indústria.

O que me parece, e tenho analisado um pouco, principalmente, o setor químico, petroquímico e plástico – sou Presidente da Frente Parlamentar desse setor –, é que tem uma importação muito grande, uma defasagem muito grande, principalmente, em 2011, cerca de 27 bilhões de dólares, um desequilíbrio da balança comercial neste setor da economia, o setor químico.

Parece que essa contradição, esse fenômeno entre o crescimento do consumo e o crescimento, bem abaixo, do PIB parece que tem a ver com a importação e a exportação, com a balança comercial, especialmente, com a taxa de câmbio. Alguns setores têm reclamado que a taxa de câmbio deveria estar em torno de R$2,60, em comparação com o dólar.

Então, eu gostaria, na verdade, de ouvir uma explicação desse fenômeno. Eu não consigo compreender o crescimento do consumo e o não crescimento do PIB nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há nenhum outro Parlamentar inscrito além do Senador Lindbergh Farias. Vou devolver a palavra ao nosso Presidente Banco Central, que vai responder às questões e já fazer as suas considerações finais.

O Senador Lindbergh tem a palavra.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, é um prazer estar aqui com o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

Eu queria começar dizendo que a Presidenta Dilma, agora, na Espanha, na Conferência Ibero-Americana, fez um pronunciamento que eu classifico como histórico, avaliando o cenário da crise econômica internacional, o desafio da Europa e fazendo um balanço dos anos 90, da aplicação de determinadas políticas na América Latina.

Há uma parte em que ela cita o esforço, no Brasil, de conciliar a responsabilidade fiscal com crescimento econômico. Dirigindo-se aos países europeus, numa parte do discurso, ela diz:

"O que parece cada vez mais claro é que sem crescimento será muito difícil o caminho da consolidação fiscal. Os ajustes serão cada vez mais onerosos socialmente e cada vez mais críticos politicamente."

Ao falar dos anos 90, Deputado Cláudio Puty, ela diz assim:

"Quando nos reunimos em Guadalajara, duas décadas atrás, a América Latina ainda vivia as consequências de sua 'crise da dívida'. Os governantes de então, aconselhados pelo Fundo Monetário Internacional, acreditavam, erradamente, que apenas com drásticos e fortes ajustes fiscais poderíamos superar com rapidez as gravíssimas dificuldades econômicas e sociais nas quais estávamos mergulhados. Levamos assim duas décadas de ajuste fiscal rigoroso tentando digerir a crise da dívida soberana e a crise bancária que nos afetava e, por isso, neste período, o Brasil es-

tagnou, deixou de crescer e tornou-se um exemplo de desigualdade social."

Eu acho esse um balanço muito interessante do que nós enfrentamos, todos aqui, nos anos 90, na América Latina, em relação à situação da Europa. Parece-me que um grande esforço do Governo Federal é conciliar responsabilidade fiscal com crescimento econômico.

O senhor vai ter sempre a minha defesa neste plenário das reuniões do Congresso Nacional, do Senado Federal, pela questão – já falei repetidas vezes –de, num momento decisivo da nossa conjuntura econômica, em agosto do ano passado, o Banco Central ter tido a clareza do sinal do desaquecimento da economia no Brasil e no mundo e ter baixado a taxa de juros da forma que baixou.

Naquele momento, este plenário estava lotado de Parlamentares da Oposição a criticar a postura do Banco Central e a postura do Governo brasileiro. Hoje, a falta de debate, Sr. Presidente, nesta Casa, significa também que a política adotada pelo Banco Central é uma política que mostrou seu rumo acertado.

Eu faço questão de dizer isso porque, de fato, não foi um debate menor para o País. Fico pensando: se nós não tivéssemos tomado aquela medida, em agosto de 2011, daquela forma, criticada como foi, como estaria a situação econômica do País hoje? E vemos, novamente, um sinal de aceleração da nossa economia.

Mas eu fiz essa introdução toda para falar sobre as contas públicas também; e queria que o senhor falasse. Está na imprensa que não conseguimos chegar à meta cheia de superávit primário. Eu, sinceramente, no cenário de desaquecimento econômico que nós enfrentamos, acho que o Governo, que a Presidenta Dilma, acho, agiu corretamente. Nós tínhamos que fazer desonerações. Houve queda na arrecadação.

Agora, é preciso frisar uma coisa: a nossa dívida pública continua caindo; a nossa dívida pública em relação ao PIB está em 35% e continua caindo. Fala-se sempre do superávit primário, a meta cheia, mas é preciso ter essa trajetória da nossa dívida. O déficit nominal é de 2,7%, acumulado ao longo dos últimos 12 meses.

A briga na Europa. O Tratado de Maastricht é para que os países europeus cheguem a menos de 3% de déficit nominal. Só a Alemanha está com menos de 3%. A dívida pública de todo mundo estourou, e nós estamos com 35%.

Então, eu quero aqui, nessa questão fiscal, dizer o seguinte: nós não atingimos a meta do superávit primário porque não tínhamos como atingir num cenário como esse. Nós tínhamos que fazer a economia reagir. Foi correta a postura do Governo.

Agora, é preciso frisar que, em relação às contas públicas, a nossa dívida continua caindo, tanto o déficit nominal quanto a dívida pública em relação ao PIB. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é em relação ao câmbio. A nossa Presidenta deu uma entrevista importante ao jornal Valor Econômico. Em relação ao câmbio, para a indústria, seria melhor, claro, uma desvalorização maior do dólar. Eu queria perguntar a V.Exa. o seguinte: qual o impacto? Há uma projeção de impacto na inflação em relação à desvalorização do dólar? Por exemplo, a cada 10 centavos, se chegar a R$2,10 o dólar, qual impacto isso teria na inflação? Se chegar a R$2,20, a R$2,30, que é um cenário que muitos consideram como ideal para a nossa indústria, qual o impacto disso na inflação?

Queria perguntar também sobre o reajuste da gasolina e do diesel, que, com certeza, deve ocorrer (riso) mais cedo ou mais tarde. Neste ano ou no próximo, nós vamos ter o reajuste da gasolina e do diesel. Alguns analistas chegam a falar em reajuste de 15%, em 12%, 13%, 14%, 15%. Mas sempre um valor superior a 10%. Existe alguma projeção por parte do Banco Central em relação ao impacto disso na inflação? Seria melhor, no caso, um reajuste único, ou dois ou três reajustes no ano? Isso faz diferença?

O fato é que a discussão sobre o reajuste da gasolina e do diesel é algo que nós temos que encarar. Isso vai ter que ocorrer. O Banco Central tem alguma estimativa sobre o impacto disso na inflação?

No mais, Presidente, quero parabenizá-lo. Eu, que faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, tenho acompanhado dia a dia essa conjuntura econômica, sua evolução. Aqui no Brasil, era como se fosse só tarefa do Banco Central o controle da inflação. Hoje, eu vejo muito presente no Governo da Presidenta Dilma uma política mais articulada, de vários Ministérios, em relação à inflação. A exposição de V.Exa. é também muito mais ampla, vendo cenários, perspectivas, olhando a economia internacional.

Então, eu quero novamente parabenizar V.Exa. e sua equipe pela condução e pelo trabalho à frente do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador.

Quero convidar para compor a Mesa também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, para que possa responder às questões que foram colocadas e também, na medida em que não há mais nenhum Parlamentar inscrito, fazer suas considerações finais.

A palavra está à disposição de S.Exa.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Exmo. Presidente da Comissão.

Eu queria também cumprimentar os demais componentes da Mesa, pois não tive oportunidade: Senador Rodrigo Rollemberg, Deputado Antônio Andrade, Deputado Edson Santos, que compõem a Mesa neste momento.

Começando pela ordem, o Deputado Cláudio Puty fez referência à questão internacional primeiramente, quer um pouco mais de detalhe sobre a nossa visão de Europa e, se eu entendi também, do fiscal cliff, do abismo fiscal nos Estados Unidos.

Em relação à Europa, primeiro, as projeções de crescimento para este ano são de contração econômica para a zona do euro em torno de 0,5%. Há organismos internacionais que também preveem contração menor para o próximo ano na União Europeia, o que é importante para nós, sendo a União Europeia o principal parceiro comercial do País. Certamente, isso tem impacto sobre a evolução da economia global e nos afeta diretamente, ainda que numa proporção relativamente limitada.

As medidas que foram tomadas no âmbito financeiro foram importantes. Os anúncios feitos também vão na direção correta. Primeiro, V.Exa. se recorda, no segundo semestre do ano passado, houve toda uma recidiva da crise europeia, e a questão da liquidez dos bancos europeus foi, digamos, um ponto de atenção. Vários desses grandes bancos europeus financiavam no mercado de atacado americano. O mercado dos fundos norte-americanos ia buscar liquidez lá. Essa fonte de liquidez cessou em função das perspectivas da União Europeia naquele momento. Com isso, as dificuldades de liquidez, ou seja, de os bancos se financiarem, ficou certamente muito mais difícil naquele período.

Daí, o Banco Central Europeu lançou aquela LTRO – Long Term Refinancing Operation, que seria um financiamento de liquidez para os bancos de até 3 anos, com taxas bastante favorecidas. Isso realmente resolveu aquele problema de liquidez, que era iminente e que criava uma situação de abismo, digamos assim, não fiscal, mas financeiro naquele momento, a probabilidade, a ocorrência de um evento extremo, de uma quebra, enfim, com repercussões desconhecidas.

Então, isso foi, de certa forma, eliminado. Houve uma grande operação em dezembro daquele ano e outra em fevereiro deste ano. As duas chegaram a 1 trilhão de euros. A questão do funding dos bancos foi resolvida de forma temporária, emergencial, mas foi resolvida para os próximos 3 anos. E existe lá o mecanismo, caso essa situação exista no futuro.

Em relação à capitalização, que é uma questão mais estrutural, tudo bem, resolveu-se o problema da liquidez, mas há instituições no sistema financeiro europeu com ativos que talvez devessem ser ajustados para baixo. Isso sendo feito, o capital das instituições sofreria impacto. Logo, há necessidade de capitalização dessas instituições.

O problema espanhol. Houve aquele anúncio da disposição da União Europeia de estender até 100 bilhões de euros para o sistema. Uma hora se fala em cifras menores. Enfim, essa questão avançou e tranquilizou a questão da capitalização dos bancos.

Depois, a questão dos soberanos. Obviamente, com relação a todo o rescaldo, digamos, dessa dívida financeira, das intervenções que foram feitas pelos Estados nos sistemas financeiros nacionais e também da desaceleração, até contração, da economia, que deteriorou marcadamente a situação fiscal daqueles países, houve o problema do financiamento e o refinanciamento dos governos – Itália, Espanha, etc. Mais recentemente, foi anunciado também pelo Banco Central Europeu aquelas operações OMT – Outright Monetary Transactions, que seriam financiamento de uma compra ilimitada de título soberano no mercado secundário. De maneira que só o anúncio dessa operação já melhorou as condições de financiamento e refinanciamento dos Estados, que andavam no sentido de um mau equilíbrio, ou seja, num financiamento no mercado a taxas de 7% ou acima de 7%. Eles consideram 7% um ponto. Enfim, acima disso, o financiamento se dá em bases insustentáveis, e problemas, questões de solvência aparecem.

Então, também foi endereçado isso, com essa operação. Não houve nenhuma operação. Quer dizer, há uma série de condições para isso. Os países precisam pedir, precisam ter acesso ao mercado, precisam ter um programa da troica, do FMI, do Banco Central Europeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Gostei de ver o senhor chamando troica. (Riso.)

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Da troica europeia, junto com o FMI, quer dizer, o Banco Central Europeu, a União Europeia e o Fundo Monetário. Está ali o caminho das pedras. Se preciso for, o mecanismo já está definido.

Isso tudo leva a crer que a probabilidade de ocorrência de um evento extremo, de fato, foi diminuída. E os mercados refletem isso de uma forma mais consistente. Mas, o crescimento, de novo, é baixo, em

função desse rescaldo fiscal. Há contração este ano, provavelmente uma pequena contração no ano que vem, para a zona do euro. Eu vou voltar depois à Europa, na pergunta do Exmo. Senador Lindbergh Farias.

Em relação aos Estados Unidos, de fato, a nossa visão é que, entre hoje e o início do ano, haverá evolução e não teremos o abismo fiscal. Nas contas de participantes de mercado até das autoridades norte-americanas, poderia chegar a 5% do Produto Interno Bruto a contração fiscal encomendada.

Então, não cremos que isso ocorreria. Haverá sim evolução nesse front. Isso pode ser inclusive uma área de surpresa positiva. Recentemente, os mercados já... As primeiras conversas pós-eleições nos Estados Unidos, nas conversas da equipe e do Presidente Obama com o Congresso norte-americano, houve um sentimento de perspectivas favoráveis de evolução. Os mercados refletiram isso. Nas últimas semanas, houve certo entusiasmo do mercado em relação ao possível desfecho positivo na questão do fiscal cliff.

A nossa visão, mais neutra, é a visão de que parte disso vai ser endereçada. Mas, certamente, há um risco nessa questão.

Em relação ao Brasil, decisões, enfim, perspectivas da nossa política, o Banco Central foi bastante claro na sua última ata, como V.Exa. mencionou. Houve inclusive um registro, pela primeira vez, uma dissidência em relação à decisão, mas houve concordância. Aí, eu falo sobre o controle da ata. Houve concordância sobre qual a melhor estratégia de política monetária, dado o cenário que nós vimos naquele momento, que seria a manutenção das condições monetárias estáveis por um período suficientemente prolongado. Essa seria a melhor estratégia para conduzir a inflação para a meta estabelecida pelo Governo.

Então, essa é, digamos assim, uma leitura, uma tradução do que foi dito naquele momento. Certamente, o que eu tenho dito reiteradas vezes é que nós estamos num outro ambiente do custo do dinheiro no País. As taxas de juros de política refletem isso. Nós reduzimos 525 pontos nesse período, como foi mencionado. Estamos num outro intervalo, mais próximo do que ocorre no resto do mundo. Agora, os ciclos monetários permanecem conosco. Então, quando preciso for, nós faremos ajustes no instrumento, para cima ou para baixo, para, digamos, atender ao que é definido no nosso regime de metas de inflação.

Em relação aos comentários do Deputado Vanderlei Siraque sobre essa aparente contradição entre o crescimento do PIB de um lado e o crescimento da indústria de outro, o crescimento do consumo de um lado e o crescimento da indústria de outro, eu queria dizer que acho que há consciência dentro do Governo a respeito da necessidade de se aumentar a competitividade da indústria, do setor produtivo brasileiro.

Nesse caso, o Banco Central maneja os seus instrumentos para administrar a demanda agregada. A oferta, as condições que as empresas, enfim, os agentes do setor privado, os agricultores operam têm a ver muito com o lado da oferta da economia, que é uma decisão de política mais ampla de Governo. E o Governo tem endereçado, tem visto isso como uma necessidade de se aumentar, digamos, a produtividade do setor produtivo, a produtividade da indústria, logo, a competitividade dessa indústria.

As políticas que têm sido adotadas vão nessa direção. Ou seja, há uma identificação, porque o custo de capital era muito alto. Temos feito progressos no País em relação à redução do custo de capital. Ou seja, quanto custa na ponta para o financiamento do setor produtivo. A redução do spread, todo esse programa vem nessa direção.

Outra questão que de longo tempo vem sendo identificada como afetando negativamente a competitividade do setor produtivo é o custo mais elevado da energia no País, em relação aos nossos competidores. Também há um programa para endereçar isso, para reduzir o custo da energia.

A desoneração da folha de pagamento também vai na lógica de aumentar a competitividade do setor produtivo, reduzindo o custo do emprego.

São iniciativas que visam justamente, digamos, reduzir essa contradição que V.Exa. mencionava, ou seja, de haver um crescimento muito à frente do consumo em relação ao produto. Acho que é esse tipo de resposta que tem que ser dada, pelo lado da oferta.

Em relação à taxa de câmbio, quer dizer, a esse impacto na economia como um todo, nós estamos num regime de câmbio flutuante, o que tem sido bom para o País, tem nos protegido. Naturalmente, como mencionei, há sempre necessidade de nos defendermos num mundo em que as condições de liquidez são totalmente diferentes do que eram há alguns anos. Quer dizer, estamos num momento de saída da crise, com os bancos centrais tentando políticas nunca antes tentadas. Faltam também instrumentos. Há, portanto, um nível de custo do dinheiro muito baixo no mundo, dinheiro que, se não tivermos cuidado, pode entrar no País e, depois, sair rapidamente e deixar uma trilha de problemas, como já vimos no passado.

Então, é a consciência de uma defesa, mas não há nível. O Banco Central não defende nenhum nível de câmbio, muito menos uma banda de câmbio. Mas, nós temos essa consciência de que precisamos nos proteger do ponto de vista de estabilidade financeira e

não deixar que esses fluxos entrem e saiam, causando problemas quando são exagerados.

Essa dicotomia ou essa contradição aparente vai sendo reduzida ao longo do tempo, quando você vai ter ainda uma demanda resiliente no País, uma demanda que cresce devido àqueles fatores que eu mencionei, de um lado, e um setor produtivo nacional que oferta mais para essa demanda, porque ele é mais competitivo, porque ele consegue competir com as fontes externas de proteção.

Então, para a gente manter a inflação sob controle para a economia crescer de uma forma sustentável, tem que haver a competição. Eu acho que a saída para resolver essa contradição é pelo lado da oferta e não pelo lado, digamos, da redução das fontes de competição da economia brasileira.

Essa é a minha explicação para o fenômeno que V.Exa. colocou.

Senador Lindbergh Farias, obrigado pelas palavras, todos os senhores, enfim, sobre a condução da política pelo Banco Central.

V.Exa. menciona a evolução das contas públicas. De certo, acho que o fundamental no caso brasileiro... Nós estamos vendo aí problemas que outras jurisdições, economias avançadas e centros financeiros enfrentam na área fiscal. Nós temos uma relação dívida/PIB inequivocamente em trajetória declinante já há alguns anos. As projeções, inclusive usando parâmetros de mercado... Temos aí um box, um quadro, um relatório de inflação de setembro que detalha uma evolução da dívida líquida, da dívida bruta, do resultado nominal do Governo, tomando por base os parâmetros do próprio mercado, do Focus. Nessa trajetória, que está lá no relatório, a dívida, que está agora em nível de 35,2%, em 2012 – é a projeção –, segue uma trajetória declinante até 2016. De acordo com parâmetros do mercado, estaria já na faixa de 28,8%, de acordo com esse nosso estudo. Ou seja, claramente, num mundo onde países que agora estão sob programas do Fundo Monetário, de organismos europeus, estão pensando numa convergência para níveis de 120% do PIB, da sua dívida bruta em vários anos. Ou seja, nós temos uma situação confortável. É preciso manter esse diferencial no País. Isso nos diferencia e nos dá capacidade de crescer de forma tranquila nos próximos anos, tendo isso equacionado.

A questão também da evolução do resultado nominal é bastante positiva. Como V.Exa. mencionou, já vimos cumprindo o Tratado de Maastricht há alguns anos. Então, estamos numa situação relevante.

Do ponto de vista da política macroeconômica, de certo, no início do ano, as nossas projeções para 2012 eram na faixa de 3,5% de crescimento. O crescimento vai ser bastante menor do que isso, em função de tudo que vimos ao longo do ano, principalmente no primeiro semestre, ainda que cresçamos numa velocidade de 4%, analisado no segundo semestre. O crescimento para o ano será bastante inferior. A nossa projeção hoje é de 1,6% no relatório. Ou seja, uma frustração de dois pontos de percentagem do PIB. Isso é refletido em todas as variáveis, inclusive na evolução fiscal.

Voltando ao seu comentário, faz todo sentido pensar que nós temos uma política de responsabilidade fiscal, uma política fiscal que conduz a uma redução da relação dívida/PIB. É um importante fator da força da nossa economia.

Em relação às outras duas questões... De novo, em relação ao câmbio, não há banda, o câmbio é flutuante, nós nos defendemos para excessos. Enfim, nós vimos, em alguns momentos, o real em relação ao dólar fora do que seria razoável, pelos fundamentos, reflexo de fluxos. Nós atuamos tanto na nossa política de aquisição de reservas internacionais, que continua – desde abril não compramos –, caso as condições de mercado permitam, essa política de absorção, de esterilização dos impactos monetários. Tomamos algumas medidas no campo do preço, com tributação ao Governo, para evitar os fluxos de curtíssimo prazo que podem sair a qualquer momento.

Hoje, nós temos uma composição. Nós não afetamos marcadamente os volumes de recursos, mas a natureza dos recursos foi afetada. Nós tínhamos 70% a 30% em relação a investimentos diretos e os demais fluxos. Hoje, nós temos 30% a 70%. Ou seja, o grosso das entradas é investimento direto.

A propósito, o investimento direto vem muito forte. Eu lembrei aqui, da última vez, na nossa prestação de contas na CAE do Senado Federal – Comissão de Assuntos Econômicos, que o investimento direto estrangeiro no Brasil fechou na faixa de 66 bilhões, quase 67. O segundo país que mais recebeu na América Latina foi o México, recebeu 19 bilhões, menos de um terço do que o Brasil.

O Brasil continua recebendo investimento direto forte. O número que nós divulgaremos hoje nas contas externas, também com crescimento expressivo do investimento direto, nós estamos, no acumulado de 12 meses, na faixa de 66 bilhões, no mês de outubro, de 7,7 bilhões de investimento direto no País. Ou seja, continua entrando dinheiro, continuam os estrangeiros acreditando no potencial da economia brasileira, tanto que nós somos a quarta região no mundo que mais recebe recursos de investimentos estrangeiros direto, depois da Europa como um todo, de China e Hong Kong, com uma área única. Depois dos Estados Unidos, o Brasil é quem mais recebe investimento estrangeiro

direto. É uma clara demonstração da confiança dos investidores no potencial da economia brasileira, nas perspectivas e no atual estágio da economia brasileira.

Em relação à acessibilidade, o que eu posso lhe dizer, Senador, é que o repasse do câmbio para a inflação existe e diminuiu ao longo do tempo, até mesmo pela própria operação do câmbio flutuante. Quando nós iniciamos o sistema de metas, em 1999, vínhamos de um regime de câmbio fixo, em que qualquer variação na taxa de câmbio era mais permanente. Logo, passava mais para a inflação. O repasse era enorme, quase um para um, mas era enorme. Esse repasse foi caindo ao longo do tempo, porque, no câmbio flexível, é da natureza do regime, que vai e volta. Com isso, os repasses são mais comedidos. Tivemos um impacto. Quer dizer, a inflação, nos níveis atuais, reflete um pouco do que ocorreu no câmbio de abril para cá. É um impacto moderado.

Eu demonstrei aqui, num dos gráficos que mostrei, a taxa de câmbio real, que é o que interessa para o setor produtivo. Não é a taxa nominal, porque se a taxa nominal vem com a inflação a competividade é comida por dentro. Mas, aqui, nós vimos que a taxa de câmbio real tem se sustentado em outros patamares. Ou seja, o câmbio andou, o real se desvalorizou nesses últimos meses, a inflação se mantém sob controle. Logo, o câmbio andou, o real desvalorizou-se nesses últimos meses, a inflação mantém sobre controle, logo, a taxa de câmbio real andou para outro patamar, mas isso diz respeito a toda política macroeconômica. Em relação à questão do câmbio, não há banda, não há ponto que o Banco Central defenda, nem para cima nem para baixo.

Em relação ao último assunto, quer dizer, não está na nossa alçada definir esse preço, um preço importante da economia, tem um impacto significativo. O peso da gasolina direto é da ordem de 4%, 3,90, no Índice de Preço ao Consumidor. Isso tem repercussões em outros segmentos da economia, então, é um preço relevante.

Nós, como hipótese de trabalho nas nossas projeções, temos explicitado zero de variação, mesmo porque nós não sabemos, enfim, são decisões de outros órgãos de Governo, enfim, 0% para 2012, e a nossa projeção de preços administrados para o próximo ano, salvo engano, 2.4% em 2013, os preços administrados que envolvem uma grande quantidade de preço bruto.

O SR. SENADOR LINDBERGH FARIAS – Já que pergunto o preço da gasolina, energia elétrica também, uns 20%, impactaria quanto?

Em relação à gasolina, o Bradesco tem um estudo que fala que 18% do aumento da gasolina dariam 0,6 a mais de inflação. Se são elas por elas, preço da gasolina com energia elétrica, quanto é o impacto da energia elétrica, da redução?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI– O impacto, nós já mencionamos. Estimamos em 0,5% o impacto da energia elétrica no próximo ano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Presidente Alexandre Tombini, Dr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo.

Quero saudar, mais uma vez, os integrantes das demais Comissões que também são protagonistas desta audiência, Deputado Antônio Andrade, do PMDB de Minas Gerais, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; o Deputado Edson Santos, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; o Senador Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. S.Exa. é Presidente dessa importante Comissão do Senado, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, agradeço pelo comparecimento ao Presidente do Banco Central, a sua equipe técnica e às demais Comissões envolvidas.

Declaro encerrada esta reunião.

Está encerrada a presente reunião.

Ata da Sexta Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 de novembro de 2012.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta, para reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Dnit e da Valec do Ministério dos Transportes; da Funasa do Ministério da Saúde; do Dnocs; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2.928/2012-TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto nos artigos 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012 – LDO 2013. Compareceram os seguintes parlamentares: **Senadores Titulares** Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, João Costa e Paulo Paim; **Deputados Titulares** Au-

gusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes** Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Jaime Martins, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira e Roberto de Lucena. Compareceu também o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como não membro. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Maia, Leonardo Gadelha, Lucio Vieira Lima, e Paulo Magalhães, bem como os Senadores Titulares Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA:** o Presidente iniciou os trabalhos ao informar que estava sendo distribuído um relatório que serviria como subsídio para os Senhores Parlamentares acompanharem a reunião, o qual estava à disposição na mesa de trabalhos. Anunciou a composição da Mesa: Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves–COI, Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG). Coordenador de Obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – Dnocs, Sr. Glauco Rogério Araújo Mendes. Presidente da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Sr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – Dnit, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, representado pelos Srs. Carlos Eduardo Veras e Eloi Ângelo Palma Filho; Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Sr. Guilherme Henrique de La Rocque Almeida. Anunciou a presença dos demais representantes do Tribunal de Contas da União: Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 4; Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 2; Sr. Eduardo Nery Machado Filho – Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 3. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 15 minutos, com exceção do representante do Dnit, que disporia de 30 minutos, para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderado o disposto no art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012 – LDO 2013. Informou, ainda, conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. Logo após, passou a palavra ao Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Na sequência, a representante do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Obras e Patrimônio da União – Secob 4, apresentou os achados de auditorias realizados no âmbito do DNOCS. A seguir, assumindo a Presidência da reunião, às 15h20, o Deputado Mauro Lopes passou a palavra ao representante do DNOCS, Sr. Glauco Rogério Araújo Mendes fazer sua exposição a respeito dos questionamentos levantados pelo TCU. Debateram as irregularidades suscitadas no DNOCS, na seguinte sequência, os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Antônio Balhmann, Duarte Nogueira, Lira Maia e Josias Gomes. Às 15h50 o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, deu início à análise das irregularidades verificadas no âmbito da Funasa ao passar a palavra ao representante do TCU, Sr. Eduardo Nery Machado Filho – Secob 3, Secretário de Obras e Patrimônio da União, o qual falou sobre os achados de auditoria no referido órgão. A seguir, fez uso da palavra o Presidente da Funasa, Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho, o qual discursou sobre os questionamentos apresentados pelo TCU. A respeito das irregularidades verificadas na Funasa, debateu o Deputado Paulo Rubem Santiago. Às 16h16, o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, iniciou a discussão sobre as irregularidades levantadas no âmbito da Valec. A representante do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Obras e Patrimônio da União – Secob 4, apresentou os achados de auditorias realizadas nesse órgão. A seguir, o Diretor-Presidente da Valec, Sr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior, fez uso da palavra para justificar os questionamentos apresentados pelo TCU. Ao final da justificação, a representante do TCU fez últimas considerações. Debateu as irregularidades apresentadas o Deputado Paulo Rubem Santiago, havendo réplica por parte do Presidente da Valec e da representante do TCU. Logo após, mani-

festaram-se para participação no debate os Deputados João Leão, Paulo Pimenta – aparteado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago – e Josias Gomes. Às 17h26, o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, deu início à análise das irregularidades verificadas no âmbito do DNIT ao passar a palavra ao representante do TCU, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Obras e Patrimônio da União – Secob 2, o qual apontou as irregularidades verificadas em auditorias. Na sequência, o representante do DNIT, Sr. Carlos Eduardo Veras, fez uso da palavra e prestou esclarecimentos acerca dos questionamentos feitos pelo TCU. O segundo representante do DNIT, Sr. Eloi Ângelo Palma Filho complementou os esclarecimentos. Na sequência, o representante do TCU, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, recebeu a palavra novamente para manifestar-se sobre a apresentação dos representantes do DNIT. O Deputado Paulo Pimenta debateu os problemas apontados pelo TCU. O Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, afirmou estar prestes a encerrar a reunião e antes de fazê-lo passou a palavra aos representantes do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho e Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, bem como aos Representantes do DNIT, Srs. Carlos Eduardo Veras e Eloi Ângelo Palma Filho, para considerações finais. **ENCERRAMENTO:** Às 18h23, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, retornou à Presidência e encerrou a reunião às 18h25. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro iniciada a 6ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do DNIT, da VALEC, do Ministério dos Transportes, da FUNASA, do DNOCS e ainda representantes do Tribunal de Contas da União para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas por meio do Acórdão nº 2928/2012, do Plenário do Tribunal de Contas da União, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, para o atendimento ao disposto nos arts. 94 e 97 da Lei nº 12.708, de 2012.

Informo que está sendo distribuído ao Plenário o relatório que servirá de subsídio para os Srs. Parlamentares acompanharem esta reunião. Esse relatório encontra-se também à disposição na mesa dos trabalhos.

Anuncio a composição da Mesa: Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, ilustre Deputado, por Minas Gerais, Mauro Lopes. Nós teremos uma ordem na audiência pública e iniciaremos com as obras do DNOCS. Para isso, convido o Sr. Glauco Rogério de Araújo Mendes para compor a Mesa dos trabalhos. Convido também o Sr. Guilherme Henrique de La Rocque Almeida, Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, e **A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO**, Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (SECOB-4).

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada palestrante disporá de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas. (Pausa.)

Nós usaremos a seguinte metodologia: para cada empresa, para cada órgão chamado, usará a palavra primeiro o Tribunal de Contas, para apresentar as suas razões, e depois cada representante de instituição disporá do tempo de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, se for o caso, ponderando o disposto no art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012.

Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares terão um prazo para interpelar os expositores e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto em exposição, 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas, pelo mesmo prazo.

Portanto, pela ordem dos trabalhos de hoje, nós teremos primeiro DNOCS, depois FUNASA...

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Primeiro, a FUNASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Primeiro, o DNOCS – já está na mesa. DNOCS, FUNASA, VALEC e DNIT. É isso? (Pausa.) São os quatro grupos de obras de que iremos tratar hoje, iniciando pelo DNOCS.

Vou convidar o Deputado Mauro Lopes para que assuma a coordenação dos trabalhos.

Comunico a todos que, tão logo se inicie a primeira discussão, automaticamente estará aberta a lista de inscrições para os Parlamentares que desejarem falar sobre cada grupo de obras.

São essas questões iniciais.

Deputado Mauro Lopes, passo a palavra a V.Exa., para uma saudação, antes de passar-lhe a coordenação dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES – Boa tarde, senhoras e senhores. É com prazer que estamos aqui para dar andamento ao trabalho do Comitê de Obras Irregulares. Queremos realmente agilidade nesse trabalho, dado o adiantado do fim do ano, em que teremos que tomar todas as posições do COI, todas as deliberações, para que possamos votar o Orçamento na Presidência do nosso Exmo. Sr. Deputado Paulo Pimenta.

Então, como S.Exa. já fez a apresentação, agora nós passamos a palavra ao Presidente do DNOCS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O DNOCS, representado pelo Sr. Glauco Rogério de Araújo Mendes, usará da palavra, mas, primeiro, falará o Tribunal de Contas. (Pausa.)

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eu gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa. Gostaria de cumprimentar também os Parlamentares aqui presentes. Senhoras e senhores, boa tarde.

Eu sou Juliana Pontes, do Tribunal de Contas da União. Eu trabalho na 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras (SECOB-4).

Inicialmente, nós iremos falar sobre a única obra do DNOCS que foi agendada para a audiência pública de hoje, que é o Projeto de Irrigação Baixo Acaraú, situado no Estado do Ceará.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui, eu mostro alguns dados básicos dessa obra. Ela está com um percentual de execução de 54% e compreende duas fases. A primeira fase desse projeto já está concluída, e a segunda fase, à época em que nós estivemos lá, estava com 4% de execução. O custo global estimado é de cerca de 165 milhões (data-base de abril de 2008), valores iniciais. O contrato cuja irregularidade com recomendação de paralisação está associada é o Contrato 46/2002, e a irregularidade associada é sobrepreço, com um potencial dano ao Erário de cerca de 8,7 milhões.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que essa obra não tem a IGP, que é irregularidade com recomendação de paralisação, confirmada pelo Plenário ou pelo Relator, como assim determina a LDO.

Nós do Tribunal até solicitamos informação ao COI do porquê de esta obra estar sendo discutida aqui hoje. Ela é uma pIGP. A pIGP é uma IGP que, apesar de ainda não ter sido confirmada nem pelo Plenário nem pelo Relator, por meio de decisão monocrática, está entre a listagem das fiscalizações com irregularidades detectadas pela equipe de fiscalização. Ou seja, ela não é ainda uma fiscalização com IGP. Ela é uma pIGP.

A situação processual desse processo é bem simples. Nós fizemos uma primeira análise inicial, e chegou-se a um sobrepreço de 11,8 milhões, na data-base de novembro de 2002. Nessa oportunidade, houve uma proposta de concessão de medida cautelar, para determinar ao DNOCS a suspensão da execução desse contrato até a deliberação definitiva da matéria pelo Tribunal. E houve a proposta de comunicação à CMO de identificação dessas irregularidades.

Em seguida, o DNOCS e a EMSA celebraram, em 14 de setembro, o quinto termo aditivo, por meio do qual eles acordaram que, até a decisão de mérito, eles iriam fazer a retenção dos valores em apuração pelo Tribunal. Ou seja, já há uma retenção desses valores associada a esse contrato.

A Ministra Relatora determinou a oitiva prévia dos interessados antes da adoção da medida cautelar. Foram analisadas essas oitivas, e o sobrepreço, nessa análise, baixou dos 11 milhões iniciais para 8,7 milhões. Como temos aí uma proposta de IGP pela unidade técnica e já há uma retenção de valores associada à questão até o mérito do Tribunal, a última movimentação que tivemos nesse processo foi a reclassificação da obra de IGP para IGR. Isso é proposta da unidade técnica. IGR é quando eu tenho uma irregularidade com recomendação de retenção cautelar.

A LDO traz um dispositivo que diz o seguinte: a obra é IGP até que se possa tomar uma medida de prevenção para aqueles valores em apuração. A partir daquele momento, se a empresa contratada concorda com essa retenção, a obra passa a ter a classificação de IGR, e ela sai do quadro bloqueio.

No momento, eu não tenho ainda a apreciação pelo Tribunal se a classificação dessa obra de fato vai ser convertida de IGP para IGR, mas já há uma proposta no gabinete da Relatora, que é a Ministra Ana Arraes, com essa proposta de IGR.

Eu agradeço a todos.

Se alguém tiver alguma dúvida, depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Passamos a palavra ao representante do DNOCS, Sr. Glauco Rogério de Araújo Mendes.

O SR. GLAUCO ROGÉRIO DE ARAÚJO MENDES – Boa tarde.

Quero cumprimentar a Mesa, as Sras. e Srs. Deputados e os demais presentes.

Nós fomos surpreendidos com essa classificação e com esse pedido de inclusão na Comissão Mista da nossa obra.

Essa é uma obra que já tem a primeira fase concluída. Não entendemos até então porque houve essa

indicação, principalmente agora, depois da alteração do índice, que passou de IGP para IGR.

O DNOCS tomou todas as medidas cabíveis. E, a partir do momento que tomou conhecimento da decisão do TCU, passou a fazer as retenções devidas para se resguardar. Isso está sendo feito desde setembro de 2011, conforme o aditivo celebrado. E nós estamos aguardando o TCU para tal acontecimento.

Não entendemos, então, já que é uma obra de cunho social importantíssimo para a nossa região, onde pôde mudar em caráter social toda a região. Hoje da obra está sendo explorada a primeira etapa, e a segunda já se encontra em torno de 54%.

Reconhecemos que vai ser um prejuízo para o Erário caso essa obra venha a ser paralisada. Temos os canais principais executados, já temos grande parte das adutoras e pretendemos agora no começo do ano licitar 50% dos lotes da segunda etapa. Disponibilizamos uma apresentação em rede e um relatório fotográfico das obras em andamento.

Então, nós estamos aguardando esse pronunciamento do TCU, visto que ainda não há uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Realmente o Tribunal de Contas apurou essa suposta irregularidade, e a Ministra Ana Arraes ainda não se pronunciou.

Então, no momento, seria interessante abrir espaço para os Parlamentares que desejarem se pronunciar, alguém que tenha interesse nessa obra do DNOCS, que, aparentemente, pelo TCU, tem um sobrepreço de mais de 8 milhões, 8 milhões e 700 mil.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, da bancada do PSDB do Ceará.

Nós cearenses sabemos da necessidade que temos neste momento em que o Nordeste passa por estiagem e temos perspectiva de não termos chuvas até fevereiro, pelo que apresentou o INPE na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e nos preocupamos quando nos deparamos com todos esses relatórios apresentados pelo TCU.

É de suma importância também nós deixarmos bem claro, e o Governo deixar de dizer, que as obras estão paralisadas por causa do TCU.

No caso da transposição de águas do Rio São Francisco, os jornais do Nordeste dizem que a culpa é do TCU – está havendo seca no Nordeste porque o TCU paralisou as obras da transposição de águas do Rio São Francisco.

O TCU está na sua missão de fazer com que o recurso público seja realmente bem aplicado. Nós temos que acabar com essa articulação de culpabilizar os outros por falta, às vezes, de interlocução, em toda obra, com o órgão que é o executor e a empresa que executa a obra, um trabalho mais profícuo, ver as planilhas de preço apresentado na hora de fazer contratações, a questão dos aditivos. A mesma obra está paralisada com a Transnordestina. Nós observamos lá. O que já foi construído pela Transnordestina está lá abandonado.

O que nós pedimos aqui à Comissão de Orçamento e, automaticamente, à nossa Ministra Arraes, que também é Parlamentar e é do Nordeste, é que nós possamos não prejudicar o andamento dessas obras, porque é a garantia de nós termos trabalho para o homem do campo, é a garantia de nós termos renda, é a garantia de termos um projeto, como nós conhecemos, que está dando resultados positivos na produção lá da região, que nós possamos equacionar o mais rapidamente possível e não permanecer essa obra nessa listagem que o TCU detectou de irregularidade e não podermos alocar recursos para o Orçamento de 2013.

É claro que cada obra dessas que deixa de ser executada, no final sai um custo para o Brasil mais elevado. Se você for verificar os bilhões que vão ser necessários para nós concluirmos a transposição de águas do Rio São Francisco, quer dizer, já se fala que será concluída em 2015, mas tudo isso vai ter um custo Brasil.

Então, a nossa participação é para dizer que é importante realmente esta Comissão ter a sensibilidade e a Ministra ter também a sensibilidade, porque é importante essa obra para o nosso Ceará, para o nosso Nordeste, principalmente neste momento em que nós estamos com essa adversidade no tocante às nossas chuvas na região nordestina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o Deputado Antonio Balhmann.

O SR. DEPUTADO ANTONIO BALHMANN – Sr. Presidente, Deputado Mauro Lopes, companheiros, os projetos de irrigação do Nordeste brasileiro, no caso específico do Ceará, muito destacadamente o projeto de irrigação do Baixo Acaraú, a sua continuidade e a permanência da sua conclusão, são até mais importantes pela defesa e pela solução que esses projetos representam para a questão da seca do Nordeste. Eles são muito mais importantes sob essa ótica, até mesmo quanto à necessidade de termos a obra para ocupar a mão de obra num período de seca.

O projeto de irrigação do Baixo Acaraú hoje abriga culturas que afirmam o Ceará como um dos grandes exportadores de frutas do País. Quer dizer, hoje nós nos rivalizamos com Pernambuco, com a Bahia, como grandes exportadores de frutas. E para essa vocação econômica, que tem um impacto extremamente impor-

tante na vida econômica, na geração do emprego e promoção da riqueza no Ceará, grandes investimentos estão sendo feitos exatamente suportados por esse projeto de irrigação.

Então, hoje o Governo, tanto federal como estadual, investe mais de 1 bilhão de dólares no Porto do Pecém, e o Porto do Pecém se afirma como o maior porto exportador de frutas do País, porque tem infraestrutura de operação, com contêiner reefer, que são contêineres refrigerados que operam na exportação de frutas, hoje disponibilizados no Porto de Pecém.

Grande parte da fruticultura do Ceará, que está concentrada muito especialmente no Vale do Jaguaribe, é transferida, reforçando a produção do Ceará, para o Vale do Acaraú, para o baixo vale, assentada no esforço desse projeto. E a conclusão desse projeto é ansiosa para a região norte do Ceará. Agora mesmo estamos agendando um grande grupo de empresários que vão investir na região norte do Ceará, onde está a irrigação do Baixo Acaraú, e a base do fornecimento das matérias-primas para esse *agribusiness* que se desloca para lá é exatamente a produção do Baixo Acaraú. Então, essa irrigação para nós é um projeto extremamente importante, mais do que isso, é estratégica para o Ceará.

Uma parte hoje da citricultura de São Paulo se desloca para essa área, que é exatamente a área que não tem ainda as patologias que hoje acometem os laranjais da Região Sudeste do Brasil. Então, ele se torna também, em função dessas possibilidades – e eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Fruticultura, afirmo isso com toda a segurança –, extremamente importante hoje, não só para a fruticultura do Nordeste, não, nem só para a fruticultura do Ceará. Ele é um projeto essencial para a fruticultura brasileira, porque a maior fração das exportações brasileiras de frutas sai dessas regiões.

Então, é um apelo que nós fazemos, baseados na observação que fez o nosso companheiro Deputado Raimundo Gomes de Matos: nós não podemos paralisar a obra devido a alguma informação ou percepção do TCU. Precisamos dar continuidade ao projeto, que, como já afirmei, é extremamente essencial para o Ceará, pois gera emprego não apenas na construção do projeto, mas gera emprego para o resto da vida, porque é o tipo de solução que não depende de chuva. Faz com que o Nordeste brasileiro, em especial o Ceará, não precise necessariamente da chuva, a não ser para formar os estoques que perenizam os rios que alimentam os projetos como esse.

Eram essas as observações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados presentes nesta audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, eu sou coordenador da bancada do PSDB nesta Comissão. No entanto, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, do Ceará, colega de bancada, já se manifestou e, obviamente, como Parlamentar do Ceará, S.Exa. se preocupa com os impactos sociais e econômicos que a paralisação dessa obra possa trazer, inclusive postergando os benefícios que efetivamente trará quando da sua conclusão.

Sabemos da maneira ciosa com que o Tribunal de Contas da União, como órgão de apoiamento do Poder Legislativo, sempre se tem portado, e todos nós respeitamos os seus técnicos, os seus pareceres e os seus posicionamentos.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Irrigação também. Portanto, sei da importância que um projeto de irrigação dessa natureza tem para o Nordeste, não só para o Ceará, mas para todo o Brasil.

Tenho dito sempre que o mundo tem cinco grandes desafios no futuro: a energia, o alimento, a pobreza, o meio ambiente e a água. E o Brasil tem nesses cinco desafios uma importância planetária muito grande. Então, precisamos verificar, no gabinete da Ministra-Relatora, qual é a perspectiva da manifestação oficial do seu parecer, se podemos vislumbrar quando o parecer de S.Exa. deverá ser exarado, para que nós possamos, a despeito do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves, coordenado pelo Deputado Mauro Lopes, subsidiar os demais membros desta Comissão para tentarmos ter as duas coisas realizadas simultaneamente: o zelo, para que o sobrepreço ou irregularidades não tenham continuidade, mas que ao mesmo tempo a preocupação com a questão social e econômica também seja considerada, até porque nosso papel na Comissão é este mesmo, avaliar os dados técnicos, os seus impactos e, à luz da transparência da decisão da Comissão, publicamente assumir o ônus e o bônus das decisões que eventualmente venhamos a tomar. Para isso precisamos ter informações. E eu, membro desta Comissão, me considero até este instante com poucas informações para dar a segurança necessária a esta Comissão, a fim de que possa, juntamente com os técnicos e as informações que os senhores trazem no dia de hoje, nos orientar para que as decisões sejam tomadas.

Quero agradecer, portanto, a presença de todos. Faço essas considerações e quero deixá-las aqui, publicamente, para dizer da importância dessa obra. Mas lamento que o Governo Federal, ao longo des-

ses últimos 10 anos, tenha sido muito relaxado nessa questão de prestar contas, fazer um bom planejamento. Através de um bom planejamento é que se consegue a boa execução das coisas. Se você deixar tudo para a última hora, se não tem zelo pela abertura das informações, e sempre interpreta o papel do Legislativo, desta Comissão, ou do Tribunal de Contas sempre como um desafeto do Poder Executivo e não como um benefício para o bom andamento dos trabalhos e a boa aplicação do recurso público, acho que isso é um conflito que não gera bons resultados para o País.

Nós temos sempre batido nesta Comissão, e este ano mais ainda. O Governo está sempre procurando enxugar transparência, sempre limitando o acompanhamento da sociedade daquilo que vem sendo feito como forma de tentar tornar mais ágeis as ações das obras e dos serviços, quando, na verdade, isso retira a transparência e, além de retirar a informação e o bom andamento da transparência das informações, sempre acaba gerando uma desconfiança em relação ao andamento das obras e daqueles que por elas foram contratados.

Então, para efeito do nosso zelo, como Parlamentar, parece-me mais salutar que consultemos o gabinete da Relatora, no sentido de ver se vai ser possível um prazo mais curto para conhecer o seu relatório, seja ele qual for, para depois tomar uma decisão de liberar ou não a obra. Não podemos sinalizar nessa direção sem termos essas informações. Isso me parece mais salutar, Sr. Presidente Mauro Lopes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, cumprimento o nosso Líder, Deputado Duarte Nogueira.

O que às vezes pode caracterizar um sobrepreço, ou a malversação da utilização do recurso público é que às vezes não se chega aqui com esse detalhamento aos Parlamentares, nem também à imprensa.

A observação do Deputado é importante, porque observamos uma obra que teve início em 2002. Falamos de uma obra que foi projetada, calculada, dimensionada praticamente há 10 anos. Vemos a dificuldade que, com certeza, a equipe da Ministra Relatora tem de fazer todas essas planilhas de coisas passadas há 10 anos, e às vezes também, com o andar das obras, é detectada alguma adversidade que naquele momento não foi detectado. É a questão do solo, é a questão também da falta de organograma do Governo em liberar o recurso. Vemos isso às vezes nas prefeituras, obras que ficam paralisadas ... Por exemplo, nessa transição de vários Prefeitos, muitos estão preocupados, porque não concluíram a obra não por malversação de recursos, tampouco por falta de gestão, mas por falta de liberação desses recursos. Aí fica a inadimplência, e o Município impedido de receber os recursos.

Esse detalhamento que o Deputado Duarte Nogueira pediu é importante para detectarmos realmente quantos meses, quantos anos essa obra ficou paralisada em virtude de não ter tido o real descontingenciamento dos recursos. É claro, se a obra está paralisada, existe toda uma mobilização para reiniciá-la ou mantê-la parada. Quer dizer, existe tudo isso que, com certeza, a Ministra Relatora vai ter que analisar.

Seria importante, como já foi ressaltado também pelo nosso Líder Deputado Balhmann, termos mais clareza para que, por determinadas interpretações, não prejudiquemos uma obra de suma importância para a economia do Ceará e do Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Peço que agilizemos mais os trabalhos, porque ainda temos quatro questionamentos.

Com a palavra o Deputado Lira Maia.

O SR. DEPUTADO LIRA MAIA – Sr. Presidente, nobres convidados, colegas Parlamentares, eu nem sei se esta seria já a hora de eu falar, mas, como V.Exa. sabe, eu tenho cinco reuniões na mesma hora, agora. Eu deveria estar no 12, lá no 4, sobre o trabalho escravo, enfim. Eu fiz questão de participar pelo menos um pouco aqui e vou me antecipar.

Primeiro, pontuo ao Tribunal de Contas que, se com a vigência da Lei 8.666 já existem essas impropriedades, imaginem agora depois que algumas medidas provisórias têm vindo a esta Casa e, em alguns aspectos, há um "liberou geral", no sentido de se querer apressar politicamente algumas obras.

Mas queria me referir, Sr. Presidente, à obra que começou em 1970, a BR-163, a Santarém-Cuiabá, ainda no Governo militar, quando ele definiu um plano de exploração e desenvolvimento da Amazônia, no sentido de descongestionar os portos do Sul do País. Foi criado o Porto de Santarém e foi criado, aberto e iniciado o projeto da BR-163, que é a Santarém-Cuiabá.

Há 42 anos, nós estamos aguardando essa obra lá em Santarém, no Pará. E o povo do Centro-Oeste brasileiro também espera por essa obra, que tem quase 1.800 quilômetros, dos quais só 400 quilômetros faltam ser asfaltados. E existe um trecho também ao qual, segundo recomendação do TCU, não deve ser destinado recurso para a continuação da obra.

Então, eu queria aqui fazer um apelo. Acho que é prudente o TCU estar presente, porque ele tem uma tarefa muito nobre no País, no sentido de organizar e fazer com que as leis de fato sejam cumpridas. Mas

acho que o remédio não é deixar de pôr o recurso no Orçamento. O remédio é deixar o recurso no Orçamento, e o órgão executor deve se entender com o TCU, fazendo as coisas como devem ser feitas. Se nós tirarmos o recurso do Orçamento, de repente nós tiramos a oportunidade até dos órgãos executores de negociar, de trabalhar. Isso vale para qualquer obra.

Então, a tarefa desta Casa é, de fato, manter os recursos para a obra. A tarefa do Executivo é fazer as obras benfeitas, de qualidade e dentro da regularidade.

Advogo aqui, portanto, a tese de que nós, membros da Comissão de Orçamento, devemos deixar e colocar recursos para as obras, mesmo com a recomendação de irregularidades do TCU. E então fica registrado que as obras só terão continuidade se realmente as impropriedades forem resolvidas. Se fizermos o inverso, nós excluímos totalmente a oportunidade.

E, vejam bem, o Deputado Raimundo falou de uma obra de 12 anos. A nossa tem 42, e nós esperamos que essa obra, de fato, não venha a sofrer solução de continuidade.

Eu sou de um partido de oposição ao Governo, mas dou a mão à palmatória. Essa obra ficou muito tempo, praticamente, servindo de discurso a Presidentes e mais Presidentes, que prometeram ao Brasil que resolveriam o problema. E a obra realmente andou agora neste Governo. Temos que dar a mão à palmatória.

Então, vamos fazer com que o Governo dos companheiros possa inaugurar essa obra, que até eu vou bater palmas lá em Santarém.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Obrigado, Deputado.

É exatamente por isso que estamos fazendo esta audiência pública, para discutirmos os questionamentos, a fim de que votemos o Orçamento colocando recursos em todas as obras. Essa é a finalidade nossa aqui.

Com referência ao Baixo Acaraú, nós não temos praticamente quase nada para discutir, porque temos que aguardar o pronunciamento da Exma. Sra. Ministra Ana Arraes. Depois, então, poderemos realmente discutir esse caso.

Com a palavra o Deputado Josias Gomes, membro deste Comitê de Obras Irregulares.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Sr. Presidente, na verdade eu pedi a palavra apenas para registrar uma preocupação com a fala do Deputado Duarte Nogueira em relação à politização de um tema que eu julgo desnecessário, mas que foi corrigido pelo Deputado Lira Maia ao reconhecer que, neste Governo, a partir de 2003, começou-se a investir em obras estruturantes para resolver o problema em definitivo da seca do Nordeste.

Não digo "resolver", porque a seca não tem solução, mas que se procure uma convivência mais digna para os nordestinos. Não só as obras ali, como em todo o Brasil, tiveram ampla possibilidade de fiscalização, algo que imagino que não existia em Governos passados.

O Tribunal de Contas, a CGU, o Ministério Público Federal, qualquer que sejam o órgão competente para fiscalizar obras, assim o faz, e sem nenhuma tentativa de tergiversação por parte do Governo. E mais, o nosso Governo é, sim, um dos mais transparentes do mundo. Recentemente, num encontro que houve aqui, a Hillary Clinton veio e reconheceu isto, que o nosso País é, sim, transparente. É por essa razão que nós estamos aqui no COI, discutindo e debatendo esses atrasos.

Por isso, essa politização do debate não contribui com uma das grandes soluções para o Nordeste trazida pelo Governo do PT. Eles tiveram condição, pois administraram o Brasil por mais de 500 anos e não investiram pesado em obras de infraestrutura no Nordeste.

Então, Deputado Lira Maia, ao recolocar nos seus termos o debate, eu só fiz essa recomendação para que nós discutamos o objeto, porque nós estamos aqui sendo delegados pelos nossos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Deputado.

Encerrada a discussão sobre o Baixo Acaraú, agradeço a presença do Sr. Glauco.

Agora nós vamos desfazer a Mesa.

Eu tenho a impressão de que o Secretário do TCU vai continuar. Vamos convidar para participar aqui, agora, o Dr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras do Patrimônio da União, e o Sr. Gilson Carvalho de Queiroz Filho. *(Pausa prolongada.)*

Sras. e Srs. Deputados, para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes poderão dispor de 15 minutos para que possam expressar seus questionamentos – questionamento, no caso, será do TCU. Inclusive, o primeiro a falar agora será o Dr. Eduardo Nery Machado Filho, que fará o seu questionamento.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Inicialmente, eu quero dar boa-tarde a todos aqui e cumprimentar os membros da Mesa, especialmente o Exmo. Deputado Mauro Lopes, que é Coordenador do COI, o Presidente da FUNASA e os demais Parlamentares aqui presentes.

Estamos tratando aqui de duas obras que foram objeto de recomendação, pelo TCU, para inclusão no quadro ao Congresso Nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira obra de que vamos aqui tratar é a obra de esgotamento sanitário no Município de Pilar,

em Alagoas. O objeto dessa obra é a implantação do esgotamento sanitário em 58% da cidade de Pilar. O contrato foi firmado em fevereiro de 2010. O valor da obra é de 1 milhão 980 mil reais. Atualmente ela está com 58% de execução física – dados de maio de 2011.

O Tribunal recomendou a paralisação da obra, basicamente em função de dois indícios de irregularidade: sobrepreço de 340 mil reais, que corresponde a 17% do valor do contrato, e também a inadequação do projeto ao plano de trabalho.

Em relação ao sobrepreço, o Tribunal identificou que os valores contratados estavam 17% acima do preço referencial calculado. Então, essa seria uma medida corretiva a ser adotada.

O segundo problema detectado, a meu ver até o mais grave, seria a questão do plano de trabalho. A equipe, ao chegar à obra, verificou que o projeto que estava sendo executado não guardava relação com o projeto aprovado no plano de trabalho. Havia sido alterada a concepção do projeto. No entanto, essa alteração não tinha sido feita no plano de trabalho nem na planilha orçamentária.

Então, as medidas saneadoras informadas, indicadas pelo Tribunal, foram justamente correção do sobrepreço e adequação e aprovação, pela FUNASA, desse novo plano de trabalho, ajustado à realidade, a essa alteração do projeto.

Agora em 2012, o TCU voltou à obra e identificou que a Prefeitura já havia apresentado à FUNASA esse novo projeto, readequado. No entanto, a própria FUNASA tinha identificado inconsistências: documentação ainda incompleta, falta da planilha orçamentária e de outros documentos, tal como o cronograma físico-financeiro.

Em 16 de agosto a Prefeitura de Pilar apresentou uma manifestação contendo reformulações na planilha e no cronograma físico-financeiro. No entanto, essa documentação ainda não foi aprovada pela FUNASA. Então, o TCU, neste momento, aguarda que a FUNASA aprove o novo projeto, o novo plano de trabalho, inclusive que ela avalie a adequação dos preços contratados, aí sim, para que o TCU novamente se posicione em relação à recomendação de continuidade, bloqueio ou não dessa obra.

Essa é a atual situação da obra de Pilar.

A segunda obra que será tratada nesta audiência pública também é da FUNASA. Trata-se de abastecimento de água no Município de Augusto Corrêa, no Pará. Essa é uma obra em que o valor do contrato é de 1 milhão 684 mil reais. Em maio de 2011, havia 31% de execução financeira. O TCU retornou em maio de 2012 para apurar a situação da obra, quando havia 33% de execução física. Detectou-se um dano potencial ao Erário de 620 mil reais, que é o que hoje em dia sustenta a recomendação de bloqueio.

Então, em relação a esse indício de irregularidade, o TCU detectou um sobrepreço de 620 mil reais, dos quais 412 mil reais correspondiam a serviços pagos que não teriam sido executados, entre os quais 77 mil reais de um poço tubular que foi pago, mas não foi perfurado; duas elevatórias que não haviam sido executadas, porém pagas; e também outros serviços que foram medidos, mas não estavam associados à execução de qualquer serviço e totalizavam 299 mil. Em razão disso, foi apontada inclusive fiscalização deficiente do convênio, porque a FUNASA havia atestado o pagamento dessas medições como se estivessem corretas.

Diante do exposto, a medida corretiva indicada pelo Tribunal foi a compatibilização da execução física, porque naquela ocasião se identificou que havia 31% de execução física, em 2011, e já 60% de execução financeira.

Então, havia esse descompasso em função daqueles serviços que tinham sido medidos, mas não haviam sido executados. Então, a medida corretiva era: compatibilizar a execução física com a financeira. O Tribunal voltou em 2012 e identificou que a execução física tinha subido de 31% para 33%. No entanto, ainda estava aquém – bastante aquém – dos 60% de execução financeira. Por isso, o Tribunal manteve a recomendação de bloqueio.

A Prefeitura de Augusto Corrêa informou que a obra encontrava-se em andamento, notificou a contratada para a realização de adequações da obra e encaminhou à FUNASA a documentação necessária, para análise e aprovação das alterações de projeto. Por sua vez, a FUNASA informou que suspendeu o repasse dos recursos – portanto, não houve mais aportes de recursos nessa obra – e que estão em análise a primeira e a segunda prestações de contas. A FUNASA ainda não deu o aval em relação às duas primeiras prestações de contas e também não aprovou as alterações de projeto pleiteadas pela Prefeitura de Augusto Corrêa. Em função disso, o Tribunal decidiu que a medida corretiva era essa compatibilização, mas que não foi ainda confirmada pelo Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Dr. Nery.

É com satisfação que recebemos aqui o Presidente da FUNASA, Dr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, que fará o seu pronunciamento com referência ao questionamento do TCU.

O SR. GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO – Boa tarde, coordenador da Mesa, Deputado Mauro Lopes, em nome de quem cumprimento os

demais Parlamentares presentes; boa-tarde, nossos amigos do TCU.

Eu vou tratar, na mesma ordem, inicialmente da Prefeitura de Pilar. Nós temos esse convênio, como já foram apresentados os dados, para uma obra de um sistema de esgotamento sanitário. Conforme a característica das obras da FUNASA, são obras pequenas, obras de saneamento para Municípios com menos de 50 mil habitantes, comunidades rurais, comunidades especiais. Então, normalmente são Municípios onde se têm grande dificuldade de fiscalização e de execução de obras. *(Pausa.)*

No caso da Prefeitura de Pilar, nós temos uma obra de coleta e de tratamento do esgotamento sanitário, uma rede coletora e a estação. Nessa obra, dentro do processo de convênio da FUNASA, em que se faz o adiantamento ao convenente em algumas parcelas, foi repassada a primeira parcela de 800 mil, em 02/4/2007, e a segunda parcela de 800 mil, em 14/5/2007.

Quanto à forma de execução do convênio, a portaria que regulamenta esses repasses dispõe o seguinte: a primeira parcela é repassada na assinatura do convênio; a segunda parcela é repassada a partir da informação do próprio convenente sobre o andamento da obra. Nem sempre se dá a presença da FUNASA para fazer essa conferência, tendo em vista que a FUNASA tem hoje cerca de 12 mil convênios e apenas 211 engenheiros na ativa em seu quadro.

Então, nessa obra aconteceram todas essas questões levantadas pelo TCU e um dos indícios de irregularidades mais graves foi exatamente o de terem sido desembolsados os recursos em desconformidade com o plano de trabalho. Houve algumas alterações na obra; ela estava sendo executada de forma diferente do projeto e do plano de trabalho aprovados, além da identificação de sobrepreço, o que também foi levantado. Então, quando a FUNASA falou que a obra tinha boa e regular aplicação dos recursos, tal se deu com base na informação prestada. A partir dessas contestações, a FUNASA se fez presente e verificou que estava realmente diferente do que tinha sido aprovado.

Então, a nossa atual situação é: a obra está paralisada; falta a apresentação da nova planilha e das modificações do projeto; e o convênio está registrado na situação de inadimplência no valor de 1 milhão e 600 mil, com indicativo de instauração de Tomada de Contas Especial. Entretanto, no dia 1º de novembro, a Prefeitura novamente levou documentação à FUNASA, na Superintendência de Alagoas, e apresentou um novo projeto, que ainda não foi analisado. Portanto, nós podemos ver que, com as modificações que tinham sido feitas até o momento, parece que vai ser possível fazer uma análise e conseguir, talvez, dar continuidade a essa obra. Não temos uma garantia total, visto que ainda não foi analisado esse projeto. De qualquer forma, boa parte da obra foi realizada, porque foi feita uma terraplanagem e também foi iniciada a edificação de apoio, que é o laboratório e as outras questões de operação da obra.

Então, no momento, achamos que é importante não instaurar a Tomada de Contas Especial para podermos ter tempo de analisar o projeto e, assim que nós tivermos um resultado, aí, sim, adotaremos uma ação efetiva.

Então, em relação a Pilar, essa é a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Tem mais outra obra?

O SR. GILSON DE CARVALHO QUEIROZ FILHO – Tem.

A situação de Augusto Corrêa, no Pará, eu diria que é mais simples. Lá nós temos um Termo de Compromisso do PAC. Trata-se de uma obra de 2008 para a construção de um sistema de abastecimento de água. O repasse dos recursos financeiros para essa obra também se deu da mesma forma: a primeira parcela, no valor de 310 mil, relativa a 20% do valor do convênio, foi repassada em setembro de 2009; a segunda parcela, no valor de 620 mil, cerca de 40% do convênio, foi repassada em 20 de janeiro de 2010. Então, foram repassados até agora 60% do previsto. E foi identificado realmente que houve um adiantamento por parte da Prefeitura à empresa contratada para fazer a obra. A Prefeitura antecipou pagamentos. Então, tínhamos 60% da obra paga, com 20% dela concluída, quando isso foi identificado. E quando o TCU foi verificar, já tinha algo em torno de 31%.

Então, isso aí decorre do modelo de contrato, de convênio que a FUNASA faz, de modo que, até determinado momento, o convenente tem certa liberdade de ação, antes de uma ação de supervisão por parte da FUNASA.

Então, isso foi notificado e, de acordo com a orientação do TCU, foram paralisados os repasses – a partir daí não houve mais nenhum tipo de repasse – e foram realizadas fiscalizações mensais pela FUNASA. Essa obra tinha uma pequena alteração nas unidades de reserva, a troca de local de reservatórios, o que já foi aprovado pela FUNASA. Era simplesmente um reservatório elevado sobre um reservatório apoiado, mas isso foi modificado e foram feitas as duas unidades separadas, mas com volume exatamente igual. Então, isso já foi aprovado.

Houve a suspensão, mas hoje a obra está em andamento normal, com percentual de execução de 60,9%. Já está compatível com os recursos liberados. Nós tivemos 60% dos recursos liberados e, a partir

daí, a obra caminhou, já atingiu o volume de recursos pagos, e o Município já apresentou a prestação de contas da primeira parcela, que é o exigido no convênio. Nós temos, então, essa prestação de contas em análise na FUNASA.

Estas são algumas fotos da obra do reservatório elevado e alguns detalhes do assentamento da rede e da adução.

A sugestão da FUNASA para essa situação é que: hoje está em andamento normal, com percentual de execução compatível com os recursos liberados. Então, propomos a retomada normal dos repasses, a partir desse momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Queremos agradecer as presenças do Dr. Gilson Queiroz e do Dr. Eduardo Nery e damos por encerrado os questionamentos.

Quero saber se algum Parlamentar deseja pronunciar-se.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados membros da Mesa, há 8 anos um grupo de Parlamentares criou nesta Casa a Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, Frente hoje coordenada pelo Deputado Francisco Praciano, do PT do Amazonas, e eu a integro na condição de Secretário-Geral.

Muitos de nós já temos tido participação na Comissão Mista de Orçamento e observamos, ano após ano, os avisos do Tribunal de Contas da União relativos a obras consideradas com irregularidades graves, muitas daquelas que são levadas à paralisação, dada a gravidade das irregularidades encontradas.

Esses documentos que estão hoje à disposição dos Deputados revelam a permanência de um conjunto de comportamentos e de atitudes que continuam se reproduzindo ao longo do tempo. É como se não houvesse TCU, TCE, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, absolutamente. É como se o ato da incapacidade técnica associado à improbidade, à malversação do dinheiro público fosse tolerável, fosse um ato constitutivo da história da República, que veio da Colônia, veio do Império. E isso faz com que nós tenhamos que, na Comissão Mista de Orçamento, adotar atitudes mais rígidas em relação a essas ocorrências.

Eu tenho aqui em mãos as informações relativas à construção de trecho rodoviário Porto Alegre-Esteio-Sapucaia, BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul. Três contratos: Contrato nº 484, de 2009; Contrato nº 491; Contrato nº 492 – todos com quatro indicações de superfaturamento decorrente de itens pagos em duplicidade, superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado, superfaturamento decorrente de quantitativo inadequado, *etc.*, *etc*. Ou seja, comportamentos que se repetem nos contratos e que revelam aqui, pelos valores estimados ou pelos valores informados, serem altamente lesivos ao patrimônio público e, evidentemente, indicadores disso em razão das investigações realizadas, das auditorias feitas pelo TCU e pelo que nós já acompanhamos aqui em outros episódios. Na condição de ser um dos Subrelatores da CPI dos Sanguessugas e membro da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, fui convidado a ir a Estados e a Municípios acompanhar obras em situação de irregularidade. Creio que esta Comissão tem um papel fundamental, porque constitui parte da Comissão Mista de Orçamento o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária e, consequentemente, o comitê de acompanhamento dos gastos feitos pelo Governo Federal. Evidentemente que isso aqui é um sintoma da contaminação do Estado pelo crime organizado.

Parece que eu estou olhando relatórios similares a outros. Eu estou nesta Casa já no meu terceiro mandato e, durante todos esses anos, repetem-se as condutas, repetem-se os atos que são nitidamente lesivos ao patrimônio público e comprometem inclusive os planos de ação inscritos no PPA, na LDO e na LOA, ao longo de vários e vários Governos. Parece-me que estamos chegando ao limite, Sr. Presidente. Chegamos ao limite.

Nós já testemunhamos aqui, na legislatura anterior, uma discussão infrutífera na Comissão de Orçamento para saber se passaríamos a relativizar ou não os avisos do TCU pertinentes às obras com irregularidades graves, como se esses avisos passassem a ter um caráter secundário. Nós os levaríamos para uma reunião de Líderes, chamaríamos as empresas, os contratados, os contratantes, etc. para rediscutir se nós adotaríamos automaticamente esse critério da suspensão da transferência de recursos.

Então, este é um fato grave que demonstra a fragilidade do Estado brasileiro. E eu não quero nem me referir agora às informações que circulam desde anteontem, com a Operação Porto Seguro, deflagrada pela Polícia Federal, prova evidente, ou pelo menos indício mais grave, de que o Estado contaminou-se in totum pelo crime organizado.

A inclusão de pessoas nas agências reguladoras, que, com os seus parceiros dentro de Ministérios da República, passam a fraudar certidões, documentos e passam a obter benefícios é a mais grave confirmação da contaminação absoluta do Estado pelo crime organizado.

E esta Comissão, que já viveu momentos cinzentos – quando aqui se constituiu a CPI dos Anões do Orçamento, quando foram mudadas várias normas de funcionamento desta Comissão –, tem que se expor ao País e tomar as atitudes necessárias para que fatos como esse não se repitam.

As comunidades reivindicam as obras, os Municípios reivindicam os investimentos, o Congresso Nacional é sensível, aprova o Orçamento, são transferidas as dotações para a execução pelos Ministérios, e o que nós vemos aqui é a atuação do crime organizado contra o patrimônio público.

É evidente que esse caso aqui dos contratos do trecho rodoviário Porto Alegre-Esteio-Sapucaia talvez não seja repetido em outras esferas, em outros órgãos da administração, mas isso aqui é uma indecência, é uma confissão de que o Brasil, apesar de completar 123 anos de República, ainda é uma República bichada, contaminada pelas oligarquias, pelo crime organizado, pelo desvio do patrimônio público.

Isso aqui tem que ser enfrentado e é por essa razão – e eu concluo, Sr. Presidente – que nós da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção pleiteamos desde as legislaturas em que presidiram esta Casa o Deputado Arlindo Chinaglia, o Deputado Michel Temer, hoje Vice-Presidente da República, e o Deputado Marco Maia, atual Presidente, que nós temos entrado na pauta com os projetos de combate à corrupção prontos. São 14 projetos prontos para a deliberação na pauta, em um universo de quase 150 propostas de projetos de lei, de leis complementares e de emendas à Constituição.

A Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional tem a responsabilidade de dar um basta a isso aqui para que nós até livremos da agenda do TCU, da agenda dos órgãos de fiscalização e controle esse tipo de função. Ninguém, em sã consciência, acha meritório propor a paralisação de obras. Obra parada, despesa dobrada, serviço protelado, postergado, negado à maioria da população. Mas me parece que a brandura da nossa legislação não tem sido suficiente para tolher os passos do crime organizado no desvio do patrimônio público.

Aqui fica esta manifestação, e falo também em nome do Presidente da Frente, o Deputado Francisco Praciano, do PT do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Paulo Rubem Santiago, muito obrigado pelo seu pronunciamento.

Vamos encerrar essa etapa. Agradeço a presença dos senhores.

Vamos passar para a VALEC.

Eu gostaria de convidar **A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO**, Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, e também o Sr. Josias Sampaio Cavalcante Jr., Presidente da VALEC.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes dispõem de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União.

Inicialmente vamos ouvir a Sra. Juliana Pontes Monteiro, do TCU.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Boa tarde novamente a todos.

Iremos tratar agora das obras ferroviárias com recomendação de paralisação pelo Tribunal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui uma breve introdução do que seria o conceito de irregularidade grave com recomendação de paralisação, constante da LDO. Uma irregularidade grave do tipo IG-P é aquela que tem que preencher todos estes requisitos: tem que ser materialmente relevante em relação ao valor total contratado; tem que ter potencialidade de ocasionar prejuízos ao Erário ou a terceiros; tem que ensejar nulidade ao procedimento licitatório ou de contrato; ou configurar um grave desvio aos princípios da administração.

Os dois objetos hoje da nossa apresentação serão a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, o trecho Caetité-Barreiras, porque para o trecho Ilhéus-Caetité não há recomendação de paralisação pelo Tribunal; e a Ferrovia Norte-Sul, trecho Tocantins, os Lotes 13 e 14.

Nós iniciamos pela FIOL. Trouxemos um esquema para que os senhores entendam que os trechos da FIOL até então licitados e contratados se estendem de Ilhéus até Barreiras. Para o trecho entre Ilhéus e Caetité, não há recomendação de paralisação; e, para o trecho entre Caetité e Barreiras, existe a recomendação de paralisação pelo Tribunal. São fiscalizações distintas.

Os objetos nos quais o Tribunal recomenda a paralisação são os Contratos 58, 59, 60 e 85, todos de 2010, que compreendem os Lotes 5 a 7 e o Lote 5-A, que é uma ponte sobre o Rio São Francisco.

O percentual de execução desse trecho da FIOL até o momento é de 1%, com apenas parte dos canteiros construída. O Tribunal esteve lá, a primeira vez, em 2010 e fiscalizou o edital. Naquela ocasião, ele fez uma grande fiscalização que abrangeu todos os lotes, tanto da parte de Ilhéus-Caetité quanto da parte Caetité-Barreiras.

Posteriormente, em 2011, o Tribunal separou a fiscalização dos dois trechos em duas auditorias. Na auditoria do trecho entre Caetité e Barreiras, foram

constatadas várias impropriedades relativas ao projeto básico da obra.

A parte de Ilhéus até Caetité, o Tribunal somente fiscalizou no início de 2012, este ano. Então, as recomendações que eu trago para os senhores referem-se a esse trecho, mas se repetem também no trecho de Ilhéus até Caetité.

A grande diferença é que essa primeira etapa da obra, que vai de Ilhéus até Caetité, já estava com um percentual de execução um pouco mais acelerado do que o final da obra, entre Caetité e Barreiras. E o Tribunal resolveu que, por conta do percentual de execução elevado, não iria propor a recomendação de paralisação para o primeiro trecho. Então, essa é a diferença básica.

Quais são as principais irregularidades associadas a essa obra? Em relação a projeto, há problemas de sondagens. As sondagens durante a realização do projeto básico foram feitas de forma extremamente deficiente, a ponto de não se poder configurar quais seriam as quantidades de material de escavação de primeira, de segunda e de terceira categorias de forma precisa.

Além das deficiências de sondagem, também havia deficiências na elaboração dos projetos de obras de arte especiais, que seriam as pontes e os viadutos. Essa deficiência se caracteriza pela falta de detalhamento da quantidade da armação, do projeto estrutural de todas essas pontes.

O que foi feito? Mesmo com o projeto básico e o executivo contratado, deixou-se para o executor da obra, a empresa contratada, fazer esse detalhamento. Vejam que só essas duas questões que já pontuei, deficiências na sondagem e falta de detalhamento do projeto estrutural das pontes e viadutos, já permitem que o valor dessa obra não seja, de fato, sabido pela administração.

Licitei e contratei uma obra por um valor, e, a qualquer momento, os limites de aditivos podem superar aquilo que determina a Lei de Licitações. Isso pode provocar uma série de circunstâncias na execução da obra que redundam principalmente no atraso da entrega desses projetos. São projetos extremamente importantes para o País, que geram emprego, renda e desenvolvimento por onde passam essas ferrovias.

O que vimos na Ferrovia Norte-Sul, trecho entre Tocantins e Goiás, foi uma grande deficiência na gestão e na execução da obra, causada exatamente por conta da deficiência desses projetos. Isso provocou o atraso de alguns contratos, da execução de alguns lotes, de até 10 anos. Há contratos que estão se encerrando agora, licitados em 2001, na Ferrovia Norte-Sul Tocantins.

Fora isso, esses problemas de projeto, extremamente semelhantes aos que nos deparamos na FIOL, causaram a entrega de trechos da Ferrovia Norte-Sul Tocantins pelos quais não vai poder passar nenhum trem. A linha não tem continuidade.

Em uma reportagem do Valor Econômico, a própria VALEC coloca que cinco contratos, salvo engano, da Ferrovia Norte-Sul Tocantins, com execução em torno de 90% a 99%, vão necessitar de mais 400 milhões de reais, para serem, de fato, colocados em operação.

Isso tudo é propiciado pela deficiência desses projetos. Uma vez que não tenho saldo para arcar com os aditivos acima de 25%, para entregar a obra como um todo – quando falo em obra como um todo, é uma obra que funciona plenamente, sem restrição de uso e sem problema de utilidade –, para fazer frente a esses aditivos, começo a excluir desse contrato serviços que são essenciais para o funcionamento da obra, a exemplo da drenagem e da hidrossemeadura. Se não temos uma obra com a drenagem feita, na hora que as chuvas passarem, elas vão carregar toda a obra. Se não temos a hidrossemeadura, o plantio feito, sabemos quais são os efeitos da erosão. Afora outros problemas, como baixa qualidade na execução de aterros e problemas de fiscalização, que também decorrem, muitas vezes, desses problemas de projeto, porque é muito mais difícil gerir uma obra em que é necessário fazer modificações a todo o momento, do que gerir uma obra que está com o projeto bem feito.

As medidas corretivas associadas a todos esses problemas, que incluem não só os problemas de falta de sondagem e falta de detalhamento de projetos, até problemas de traçado, como trouxemos aqui, ano passado, todas as medidas corretivas, já foram listadas. A VALEC tem-se empenhado bastante em cumprir todas.

Ao longo deste ano, pude acompanhar, durante várias reuniões, a boa disposição e o bom planejamento da VALEC no sentido de tentar resolver todas essas pendências. Uma obra licitada com um projeto ruim, de fato, traz uma série de medidas a serem tomadas, que demandam um esforço muito grande, para corrigir problemas.

A VALEC, de fato, se esforçou, trouxe alguma coisa até o tribunal, entregou algumas medidas que já vinha implementando, mas não foi suficiente, em razão da complexidade dessas questões, para sanear tudo.

Entre as medidas corretivas que o Tribunal apontou para a VALEC, apenas a última, que seria a exclusão dos itens de serviços por administração da planilha orçamentária, foi de fato realizada e entregue pela VALEC. Então, resta pendente ainda, completamente, a entrega das outras medidas. Muito foi feito, mas, de

fato, a VALEC ainda não conseguiu cumprir tudo de forma efetiva.

A situação processual hoje da FIOL, trecho Caetité-Barreiras, no Tribunal, está na seguinte fase: o Tribunal já apontou para a VALEC quais as medidas corretivas que ela tem que adotar, como eu já disse para os senhores, para poder reverter essa situação. O último acórdão até incluiu mais uma consideração, que foi que a VALEC promovesse estudos com vistas a alterar as especificações de uma norma de estudos geotécnicos para projetos. A VALEC já fez essa alteração, e os documentos estão em fase de análise pela unidade técnica.

Então, de todas as pendências relacionadas, a questão da normatização dos estudos geotécnicos para projetos e a questão dos serviços de administração já foram cumpridas pela VALEC. As demais questões, ou seja, a verdadeira quantificação de material de primeira, segunda e terceira categorias; as questões do detalhamento do projeto estrutural das obras de arte especiais; os estudos para a definição de jazidas, também, de areia e brita – porque se licitou a obra sem fazer um estudo adequado, mas quando se iniciou a obra viu-se que se estava pegando material, areia e brita, não daquela jazida mais distante, mas de uma jazida mais próxima. Isso influi no custo da obra, porque isso impacta na distância de transporte desses materiais, e o custo é relevante.

Por tudo isso, apesar de a VALEC já ter demonstrado boa vontade e ter entregado parcialmente algumas coisas em relação às medidas saneadoras, o Tribunal ainda entende que não está na hora ainda de recomendar a continuidade dessa obra, porque, até o momento, não se pode precisar – com o que o VALEC apresentou, por óbvio – qual seria o real valor dessa obra. E isso é temerário, porque eu posso mais uma vez ver acontecer com a VALEC aquilo tudo que aconteceu com a Ferrovia Norte-Sul, trechos Tocantins e Goiás.

Eu vou passar agora para a Ferrovia Norte-Sul, Tocantins, Lotes 13 e 14. Os Lotes 13 e 14 ficam exatamente no trecho entre Palmas e Uruaçu. A irregularidade com recomendação de paralisação desta ferrovia não diz respeito ao projeto, ao contrário do que aconteceu na FIOL, mas sim a sobrepreço.

Nós temos sobrepreço nesses dois contratos. A análise do Tribunal se dá nos preços de 2007. Então, é no contrato, ou seja, como ele foi licitado e contratado. Temos, até o momento, 15,5% de sobrepreço no Lote 13 e 17,82% de sobrepreço no Lote 14.

Quando eu falo que esses valores são iniciais, é porque não fizemos ainda a análise com os aditivos. Muito provavelmente, com todos os aditivos inseridos a esses contratos, esse sobrepreço poderá ficar maior.

A preços iniciais, o sobrepreço nesses dois contratos, nesses dois lotes, soma cerca de 82 milhões, a preços de abril de 2007. Esses preços não estão atualizados.

Vejam que tanto no Lote 13 quanto no Lote 14 o percentual de execução é elevado. Temos aí 93,37 em um e 90,57 em outro.

A situação processual desses dois objetos no Tribunal, atualmente, encontra-se na fase de análise, pela unidade técnica, de elementos adicionais encaminhados pela construtora.

Aqui nós dizemos: "Com o intuito de complementar as informações apresentadas nos pedidos de reexames interpostos, a construtora encaminhou ao TCU documentação adicional com discriminação de despesas constantes da administração local."

Eu vou ser breve, mas eu preciso traçar um histórico em relação a esses dois contratos, para que os senhores entendam melhor.

O Tribunal, em 2008, fez a fiscalização da obra e determinou a retenção cautelar desses valores até que o Tribunal apreciasse o mérito da questão. Isso para quê? Para que a obra não fosse inserida no Quadro Bloqueio, sabendo da importância desse empreendimento para o Brasil.

Acontece que, especificamente nesses dois lotes, a empresa contratada não concordou com a retenção. Então, ela foi à Justiça, conseguiu uma liminar e, ao invés de IG-R – que é aquilo que eu explicava para os senhores, Irregularidade com Recomendação de Retenção –, a irregularidade passou a ser IG-P.

Essa obra, em que pese o Tribunal ter recomendado a sua paralisação, nunca foi para o Quadro Bloqueio. Sempre que ela vem ao COI, o COI, por conta dos aspectos sociais e econômicos da obra, de fato não a insere no quadro. Mesmo assim, o tempo que ela gasta para ser concluída, como eu havia dito para os senhores, faz com que a obra atrase. A obra está sempre atrasada. Até hoje, salvo engano, ela não foi entregue. Está com percentual elevado, mas a previsão de entrega era para 2010, 2011. Entretanto, como há uma decisão da Justiça no sentido de que a contratada não precisaria fazer a retenção, o Tribunal optou por manter a recomendação da irregularidade com paralisação.

O Tribunal já chegou ao mérito desse processo – os Acórdãos nº 1.922 e nº 1.923, de 2011 –, pedindo para que fossem repactuados os valores, ou seja, que a VALEC adotasse providências no sentido de repactuar os valores. A VALEC não obteve êxito junto à contratada. A VALEC também informou que instaurou

uma TCE, Tomada de Contas Especial, para apurar o sobrepreço apontado pelo TCU. Merece destaque isso. A gente precisa ver como está o andamento dessa TCE.

Em relação a essa decisão que chegou ao mérito, pedindo para a VALEC adotar providências no sentido de repactuar os valores desses contratos para sanear o sobrepreço, foram interpostos recursos do tipo Pedido de Reexame, e, no momento atual, a construtora encaminhou uma documentação adicional a esses recursos que estão em fase de análise, para que se possa chegar a uma solução final acerca dos recursos interpostos.

Agradeço. Era só o que eu tinha a dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra agora o Sr. Josias, Presidente da VALEC.

O SR. JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR – Boa tarde a todos, aos Srs. Deputados, a Sra. Juliana.

Quero agradecer as palavras aqui dirigidas à VALEC com relação ao seu empenho. Realmente, a VALEC tem se empenhado em resolver e em sanear as medidas aqui apontadas.

(Segue-se exibição de imagens.)

A gente está tratando aqui da Ferrovia Oeste-Leste, chamada de FIOL, dos Lotes 5 a 7, e da Ferrovia Norte-Sul, Lotes 13 e 14, conforme apontado.

Esse mapa, que tenta mostrar a malha toda, mostra a importância da FIOL e da FNS, da conexão da FIOL com a FNS. O trecho de que estamos falando vai de Caetité a Barreiras, naquela parte final, que é a região produtora de grãos do oeste baiano, que integra a região do Matopiba, uma importante região produtora de grãos, nova fronteira agrícola do País.

Essa é a futura ligação nos Lotes 13 e 14, que também são apontados com indícios de irregularidades.

Afora as medidas pontuais de que vamos falar aqui, a VALEC também tem tomado medidas estruturantes na empresa. Aprovamos nova estrutura organizacional e realizamos o concurso público para prover de quadro próprio a implantação do escritório de gestão de projetos.

Está em elaboração o nosso planejamento estratégico, a instalação do escritório de processos e a reativação da Comissão de Ética.

Sobre a FIOL, são dois trechos: o trecho que está em obras, com mais ou menos 12% de execução dos Lotes 1 a 4, com 537 quilômetros; e o trecho que está paralisado é o dos Lotes 5, 5-A, 6 e 7, com aproximadamente 485 quilômetros, que liga a estrada ao oeste baiano. Nesse trecho não temos licença de instalação. As obras estão paradas. Foram apenas instalados canteiros. Não conseguimos a licença de instalação: primeiro, por problemas de gestão ambiental no primeiro trecho; e depois, em razão de encontrarmos uma região de cavernas no segundo trecho, Caetité-Barreiras.

Em outubro, agora, conseguimos sanear todas as pendências que tínhamos junto ao IBAMA, e a licença foi novamente reestabelecida. Uma vez reestabelecida a licença ambiental, já solicitamos a ampliação da licença ao segundo trecho. Isso está em trâmite no IBAMA, uma vez aprovado o trecho de cavernas.

Aqui temos um esquema linear da obra. Aquela parte vermelha é a que está em obra, dos Lotes 1 ao 4. O trecho em branco é o da obra não iniciada ainda.

O Lote 5A é a ponte sobre do Rio São Francisco. Nós praticamente revisamos todo o projeto, que ainda está em etapa de revisão, evidentemente. Questionamos o tipo de fundação utilizado, o método construtivo, o tamanho dos vãos – se eram de 25, 30 ou 35 metros – e qual a engenharia mais adequada, de modo a atender ao que o Tribunal de Contas recomendou.

O Lote 6, que é o que está mais expressamente citado nos acórdãos, teve 3 problemas de variantes. O traçado foi alterado em 48% na sua extensão. Com isso, não se tinha ainda a exata definição de quanto custaria. Nisso, reconhecemos que o Tribunal de Contas tem razão. Mas nesse tempo não ficamos inertes, estamos trabalhando para sanear isso aqui.

A última pendência que está listada ali é o trecho da região de cavernas, em São Félix do Coribe, com 6,2 quilômetros. Lá ainda não tínhamos o traçado definido. Então, eu só podia fechar orçamento quando conseguisse aprovar junto ao IBAMA o traçado. A nossa equipe técnica de espeleólogos foi com a equipe do IBAMA ao trecho. Percorremos o trecho e foi aprovado qual o melhor traçado que impacta menos o meio ambiente. Já temos uma posição do IBAMA quanto a isso. Agora estamos detalhando esse trecho para podermos fechar o orçamento e apresentar ao Tribunal de Contas.

No Lote 7 havia uma questão também com relação ao pátio de Barreiras, à locação do pátio de barreiras. As medidas saneadoras já foram adotadas, como eu falei. Houve a reavaliação da ponte do Rio São Francisco e no Lote 6 houve a variante das cavernas. Então, obtivemos lá a aprovação junto ao IBAMA, com a melhoria considerável do nosso traçado.

Eu poderia, pela legislação, destruir duas cavernas para ter que me afastar de uma. Mas conseguimos um traçado que não interfere em nenhuma caverna. Então, acho que foi uma vantagem ambiental e técnica também.

Evidentemente, isso nos dá uma obrigação junto ao IBAMA de monitorar essas cavernas com relação a vibrações.

Temos aí duas outras variantes, como eu falei.

No Lote 7, há o pátio intermodal de Barreiras. No pátio de Barreiras, o traçado fazia aquela curva que está ali embaixo. Naquela ponta, naquela parte mais baixa do mapa, há uma região calcária também. Ali foram cadastradas 68 cavernas, quando nosso especialista parou, porque havia tanta caverna que não valia a pena continuar estudando. Então, aquele traçado estava inviabilizado.

Através de sobrevoos e inspeção em campo, ele verificou uma nova posição para que pudéssemos passar o traçado, que é aquela linha tracejada lá de cima. Isso dá um encurtamento de 55 quilômetros no traçado.

Aquela última pontinha ali é o Lote 7; em azul é o Lote 8, lá embaixo; subindo, está o Lote 9 – que não estão em obras. Então, a interferência no Lote 7 é naqueles 15 quilômetros finais após o pátio. Nós estamos revendo o orçamento para apresentar ao Tribunal de Contas e eliminar aquele trechinho que está na sequência, sem detalhamento ainda.

Medidas saneadoras já em andamento: realização de estudos com vistas à seleção do melhor método para produção de concreto nas obras de arte – isso já está sendo implantado pela VALEC; realização de sondagens, além de contar com nossas apoiadoras, que já temos contratadas, nós vamos fazer em paralelo o contrato específico para sondagem para a FIOL; exclusão dos itens serviços por administração, que era um cheque como se fosse em branco para o pessoal de campo, isso já foi excluído da nossa planilha; criação de uma comissão para avaliação e recebimento dos projetos e, eventualmente, apuração de responsabilidades; revisão da especificação de estudos geotécnicos; criação da comissão especial para proceder à revisão da norma que trata do projeto básico; exclusão da expressão "por determinação da fiscalização". Então, esse poder discricionário que era dado à fiscalização de campo foi retirado da nossa norma, principalmente com relação ao item "Colchão Drenante".

Por que a VALEC entende que não se deve paralisar a obra? Primeiro, porque a obra está paralisada. A VALEC entende que tem condições, até abril do ano que vem, de ter todos os problemas saneados e apresentar ao TCU. Se, por acaso, o orçamento vier a ser cortado, nós perderemos essa possibilidade, a partir de abril, de dar continuidade à obra. Também há um comprometimento nosso de não tocar a obra até que isso esteja saneado, até que tudo isso seja saneado.

Então, a VALEC adotou medidas efetivas para sanear os problemas. Algumas ainda não estão documentadas. E a Juliana tem razão, porque ela tem que se pautar pelo andamento processual. Algumas ainda não estão protocoladas, porque não temos condição ainda. Não temos tudo fechado ainda, mas não estamos parados. E, uma vez que tivermos os documentos, vamos protocolizá-los.

Impacto econômico: devido ao atraso na fruição da obra, há riscos socioambientais devido a isso. Esse é o cronograma que a VALEC pretende para sanear tudo. Então, até o final de abril, teremos todas essas pendências saneadas e protocoladas junto ao TCU.

Com relação à Ferrovia Norte-Sul, eu queria destacar que é justamente o trecho onde futuramente a FIOL se conectará com a Ferrovia Norte-Sul. Esses trechos estão praticamente prontos – estão 99,9% prontos.

Entendo até as razões por que o TCU aprontou a paralisação, mas a VALEC formou uma comissão, que ainda está em andamento, para apurar. A VALEC, em um primeiro momento, fez a retenção, mas depois, por determinação da Justiça, não pôde fazer essa paralisação.

Essas são algumas fotos da obra, que praticamente estão concluídas, razão pela qual entendemos que não cabe paralisação.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Tribunal de Contas quer pronunciar ainda mais alguma coisa? Gostaria de tirar alguma dúvida?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eu só gostaria de colocar que o Tribunal recomendou a paralisação para o segundo trecho, entre Caetité e Barreiras, mas a obra não tinha de fato condições de prosseguimento, porque não tinha licença ambiental. Conforme ele disse, a licença ambiental foi obtida agora, em outubro?

O SR. JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR – Não. Não temos ainda.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eles ainda não têm. Não é?

O SR. JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR – Nós reestabelecemos no primeiro trecho e pedimos a ampliação do segundo trecho.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Certo.

Então, veja que, por mais que o Tribunal tenha adotado a medida de recomendar a paralisação para corrigir tudo e só então iniciar, mesmo assim não houve prejuízo, porque a VALEC não teria condições de iniciar esse trecho, porque não tinha a licença ambiental.

Então, eu acho que foi realmente a melhor medida a ser tomada.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Entre os Parlamentares presentes, há algum que queira fazer um pronunciamento?

Paulo Rubem Santiago com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, vou retomar parte das preocupações anteriores que já citei aqui, inclusive porque me parece que as coisas se repetem de tal forma que nós perdemos a noção da grandeza dos prejuízos que o Tribunal de Contas da União indica como dano potencial ao Erário – eu me refiro aqui à Ferrovia Norte-Sul, no trecho Palmas, em Tocantins, a Uruaçu, em Goiás – de 82 milhões de reais.

Cotidianamente nós assistimos, nos Estados brasileiros, praticamente todas as semanas, a notícias de operações da Polícia em busca de assaltantes de carros– fortes. Às vezes, nos jornais, vejo que foram levados 80 mil reais. É como se nós enfileirássemos mil carros-fortes, e esses recursos todos desaparecessem. Nós não estamos saindo do Império, nós estamos em pleno século XXI. A engenharia nacional é uma referência mundial em obras, em iniciativas, em procedimentos.

Eu assisti, há quase 14 anos, a problemas similares na duplicação da rodovia BR-232, no meu Estado, em Pernambuco, especialmente nessas questões das sondagens, material de primeira. Isso continua se repetindo. É como se nós passássemos uma borracha nas nossas escolas de engenharia, nas faculdades, na experiência acumulada pela engenharia nacional. Parece que se começa uma obra cometendo-se os mesmos erros, deixando-se em aberto as mesmas lacunas de exercícios anteriores. É como se tudo aquilo que o Tribunal de Contas já produziu para o País do ponto de vista de fiscalização não existisse.

Então, os senhores se debruçam, a cada ano, sobre as mesmas questões, que são básicas: as sondagens, as obras de engenharias, os projetos. Começam uma obra sem saber quando ela vai terminar. Parece-me que essa situação é mais indicativa da gravidade disso que estamos enfrentando aqui.

Como não me balizo pela lei da inércia, espero que não continuemos isso a cada ano. Virou rotina. É como o batimento cardíaco de quem faz exercício, que se eleva. Vem o TCU, vem a empresa pública – quiçá alguns queriam que viessem até os contratados para que expusessem as suas razões –, aquilo vai-se repetindo, e não acontece nada.

Sabe o que é um prejuízo estimado de 82 milhões de reais numa única obra, num só trecho? É num trecho, não é na obra toda. São 82 milhões de reais. É porque nós não sentimos a mordida no bolso de cada um de nós. Se nós Deputados sentíssemos, a cada mês, o desconto no nosso contracheque parlamentar dessa parte do Erário que é desviada, certamente a conduta seria outra.

Então, quero reiterar as preocupações de vários Parlamentares desta Casa, Parlamentares desta Comissão, da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção, de que nós não podemos mais compactuar e permitir que determinadas obras continuem.

Eu sou daqueles que me alinho com a tese de que obra parada é despesa dobrada. Mas também não podemos computar como prejuízo aquilo que nós não tínhamos. É como os Governadores que dão incentivo fiscal de ICMS e dizem que não há perda de receita, porque está se concedendo um benefício de algo que não existia. Como é que eu posso estimar que haja prejuízo, se a obra continuar parada, até que seja regularizada? Ou como é que eu vou continuar uma obra que não atendeu ainda plenamente ao ver zero, ou seja, às exigências do Tribunal de Contas da União? Como é que eu vou andar de bicicleta e, ao mesmo tempo, consertar o pneu? Só se for artista de circo.

Como isso não é comédia – é trágico que estejamos vendo ainda em pleno segundo ano do século XXI ações dessa natureza –, repetem-se os mesmos problemas. Talvez fosse bom, numa outra vinda do TCU, colocar aqui uma memória, uma linha do tempo, com problemas como sondagens, projetos etc., e passar esse filme para que nós víssemos. Vindo assistir a essa sessão, perceberíamos o quanto se lesa do patrimônio do País e o quanto se pede que se continuem as obras em nome do desenvolvimento.

Pelo que eu entendi da explicação do Presidente da VALEC, as preocupações, as sugestões e as exigências do TCU não foram plenamente atendidas: "Estamos estudando, estamos providenciando". Não sei do ponto de vista da técnica, da cautela do Tribunal de Contas da União, até que ponto esse "em andamento" responde às ponderações do Tribunal de Contas da União. Não sei se há essa tolerância de parte do TCU ao recomendar a paralisação de uma obra, a suspensão da transferência de recursos.

E que aqui não se venha fazer aquela falsa dicotomia de que nós queremos o desenvolvimento, que quem quer paralisar a obra é contra o desenvolvimento, porque algumas coisas que nós já ouvimos aqui não são expressão do desenvolvimento. São expressões do crime organizado em obra pública. Isso já sabemos. Esta Casa já tem essa memória. O Senado a tem, a Câmara a tem. Vimos que tentaram aprovar medidas na LDO para 2013 aqui no Plenário, e, graças ao bom senso e à serenidade de Parlamentares, nós conseguimos impedir no Plenário determinadas facilitações que levariam a situações muito mais graves no futuro.

Lembro-me aqui da intervenção até de membros da Câmara e do Senado quando da apreciação em Plenário do relatório final da LDO.

Queria ponderar e, se possível, ouvir do TCU mais uma vez se contemplam as exigências do TCU as explicações dadas ao Presidente da VALEC: "Estão em estudo, estamos providenciando." "Então vamos liberar, vamos continuar e, no meio do caminho, vamos tentando acertar".

Se se contemplam, se o TCU atesta que não há risco de esse sobrepreço acontecer, que se continue e se apure a fiscalização até o final. Se isso não está de acordo com as exigências, não há porque nós transigirmos aqui, porque onde passa um boi passa uma boiada e nós não queremos que isso aqui fique como uma marca permissiva da Comissão Mista de Orçamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Faço o questionamento do Deputado Paulo Rubem.

Com a palavra o Presidente da VALEC.

O SR. JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JÚNIOR – Reconheço muitas das palavras do Deputado com relação à boa técnica. A VALEC está tentando se reestruturar para buscar novamente essa boa engenharia, a boa engenharia que constrói o País.

Reconhecemos boa parte das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas. Elas têm a sua origem, tanto na extensão da Norte-Sul, quanto na FIOL, na concepção, na sondagem, naquilo que é básico e não foi atendido inicialmente. Agora, temos a opção de voltar à estaca zero ou tentar arrumar como está. Foi esta a opção que nós adotamos: tentar arrumar a casa do jeito que está.

Já apresentamos isso. Temos mostrado a nossa cara ao Tribunal de Contas, reconhecido as nossas falhas, pedido a oportunidade. Tivemos esse pedido acatado por diversos Ministros e, no embate franco, direto, com a SECOB, temos mostrado os nossos erros e buscado saneá-los, tanto é que os próprios Ministros reconheceram a atuação da VALEC nesse sentido.

A gente não pede aqui para continuar uma obra irregular. O que a gente pede é o seguinte: se a gente conseguir sanear os problemas, se a VALEC for capaz de saneá-los até abril, a gente pede a oportunidade de continuar com a obra. Eu acho que é razoável o nosso pedido. Infelizmente – e é bom que aconteça –, a gente é julgado também pelo espelho da Ferrovia Norte-Sul. Eu acho que a engenharia é isso, a gente aprende e deve aprender com os erros do passado para tentar não cometê-los mais.

Então, o que a VALEC está pedindo é a oportunidade de, uma vez saneados esses problemas, lógico, com o debate com o Tribunal de Contas, ter a chance de poder continuar a obra, que é relevante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra a representante o Tribunal de Contas.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Penso que V.Exa. tem muita razão no que diz, mas eu gostaria de pontuar algumas coisas.

Primeiro, o Tribunal já se manifestou no sentido de que, enquanto a VALEC não entregar as medidas corretivas de forma a saber quanto custa essa obra, não há como liberá-la. Esse é o entendimento do Tribunal. Em contrapartida, há de se colocar aqui o empenho da VALEC em tentar entregar, de forma final, de forma concluída, todas as medidas corretivas de que ela precisa realizar para poder chegar ao valor final dessa obra.

Como eu disse, uma obra licitada e contratada, sem um projeto básico, de fato, bem construído, gera uma série de problemas posteriores que são muito mais difíceis de consertar. Talvez por isso a VALEC tenha tentado, ao longo deste ano, entregar-nos algo conclusivo, e de fato ainda não conseguiu.

Só que, depois da reestruturação da VALEC – acho que isso merece ser dito –, o contato da VALEC com o Tribunal melhorou bastante. Nós nos reunimos, até por determinações dos relatores desses processos ao longo deste ano, e eles sempre nos trouxeram as medidas que estão providenciando. O fato é que ficar sempre no gerúndio de "estamos fazendo", "estamos providenciando" não traz aos autos – e nós estamos lidando com o processo; no Tribunal nós temos um processo –, os elementos que de fato precisariam estar ali para que o Tribunal se pronunciasse, já que trabalhamos com fatos trazidos aos autos.

De todo modo, ela já nos trouxe muitas informações e muitos indícios de que de fato está trabalhando nisso. Eu vejo com muitos bons olhos o fato de a VALEC se comprometer a não iniciar essa obra antes da entrega completa desse valor.

Veja que o que eu estou pedindo, o que o Tribunal está pedindo, é o valor da obra, porque é isto que é temerário: não saber quanto vai custar essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Até para saber quanto vai pagar, não é?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Exatamente.

Nesse sentido, eu gostaria de dizer que, de fato, todas as ações empreendidas pela VALEC merecem louvor. Eu louvo a iniciativa da VALEC. A VALEC nos procurou, os técnicos nos procuraram, o relator possibilitou esse contato. Tivemos várias reuniões ao longo deste ano, mas os problemas são grandes. Problemas complexos exigem de fato soluções complexas.

Entendo que esse compromisso dela tenha que ser de fato pontuado aqui, o compromisso de não iniciar a obra, não colocar a bicicleta para andar enquanto o pneu está por consertar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu queria dar os parabéns ao Tribunal de Contas da União, na pessoa da Dra. Juliana Pontes, e gostaria de dar os parabéns à VALEC, que mudou, viu, irmão? À VALEC, Josias, meus parabéns. Eu tenho acompanhado a Ferrovia Norte-Sul, desde o seu nascedouro, e realmente você mudou aquela estrutura da VALEC. Então, eu quero lhe dar os meus parabéns, a toda a sua equipe que está lá, à sua equipe de campo. Vou lá, entro no carro, vou correr trecho, olho. Vou a Ilhéus, vou cá a Barreiras, vejo os canteiros. Realmente, mudou.

Eu venho do setor ferroviário. A minha vida se iniciou fazendo ferrovia. Eu fiz a Ferrovia Carajás, fiz a Pera Ferroviária da Mina. Fiz mais de 400 quilômetros de trecho na Ferrovia Carajás. No setor de ferrovia, há um mote que diz que trem não tem desvio. Ou se faz uma obra bem-feita, perfeita, ou vai haver problemas no futuro. A ferrovia tem que estar lá com uma estrutura boa. E a estrutura boa da ferrovia está embaixo, ela começa desde a sua base e vai até a sua estrutura final.

Então, o que acontece? Por exemplo, às vezes, um técnico do TCU, que vai fiscalizar uma ferrovia, acha que os mesmos preços de rodovia devem ser aplicados em ferrovia. Não é não, gente. Começa pela base. A compactação de uma ferrovia é totalmente diferente da compactação de uma rodovia. Nas tubulações de concreto, para as rodovias, o tubo de concreto aplicado numa parede pequena é o CA-1, o CA-2, o CA-3, o CA-4; já numa ferrovia é totalmente diferente, o tubo é o F1, o F2, o F3, o F4. Então, é uma concepção de engenharia idêntica, porém diferente. Os preços de ferrovia realmente são diferentes dos preços de rodovia.

A VALEC tem procurado ver essas questões no campo de qualidade de serviços, principalmente nesse trecho. Eu tenho acompanhado esse trecho que está em andamento agora. Há fiscalização nesse trabalho da VALEC.

Se houver paralisação dessa obra, o que vai acontecer? Parou a obra, parou tudo. A VALEC vai ficar sem poder resolver os problemas da obra. Quando a obra para, a dotação orçamentária é zero para esse determinado trecho. Tudo aquilo que poderia ser feito para corrigir aquilo que não foi feito a VALEC não vai poder fazer. Então, a paralisação dessa obra, meu caro Presidente, Deputado Mauro Lopes, não pode acontecer.

O TCU tem que ficar lá de lupa, olhando e fiscalizando. A VALEC tem, cada vez mais, que fazer o que está acontecendo, melhorando a sua qualidade no trabalho. Isso já está acontecendo no primeiro trecho, de Ilhéus até Caetité. Agora, daí para frente, vamos continuar esse trabalho do trecho Ilhéus-Caetité, porque, se a obra for paralisada, fica tudo paralisado. Se a obra é paralisada, cancelam-se todos os contratos, haverá novas licitações de projetos disso e daquilo, serão necessárias novas dotações, e nós vamos perder aí mais um ano. Então, não há sentido.

Eu acho que essa obra deve continuar, porém com olho de lupa do Tribunal de Contas da União. A obra não pode parar. Eu sou radicalmente contra paralisar uma obra desse porte nessa situação. É uma questão de bom senso. É aquilo que V.Exa. disse, meu caro Deputado: "Uma obra paralisada é prejuízo certo". É prejuízo.

Agora, vamos continuar o trabalho de olho de lupa.

Parabéns à VALEC por esse belo trabalho que vocês estão fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o nosso nobre Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Presidente, nosso Coordenador, Deputado Mauro Lopes; Dr. Josias, Dra. Juliana, eu acho que nós temos que fazer uma discussão, Deputado Paulo Rubem, Deputado João Leão, mais conceitual.

Eu estou cada vez mais convencido de que, em que pesem a seriedade e importância do trabalho que o Tribunal de Contas desenvolve, esse instituto do pedido de paralisação das obras acabou sendo de tal forma banalizado, que hoje ele não pode – ou não consegue – ter a importância e a relevância que a opinião de um órgão como o Tribunal de Contas deveria ter.

Veja, por exemplo, Deputado Paulo Rubem, o ano passado o Tribunal de Contas pediu a paralisação de 27 obras. O Congresso Nacional não acatou 22 delas. Destas 22, doze hoje já estão cem por cento resolvidas. Ou seja, a vida demonstrou que a posição do Congresso Nacional de entender que deveriam ser feitos ajustes do contrato, que deveriam ser cumpridas as exigências do Tribunal sem paralisar a obra, estava certa.

Agora, eu pergunto aos senhores: se nós tivéssemos simplesmente recebido a solicitação do Tribunal de Contas e determinado a paralisação dessas obras, quem teria arcado com esse prejuízo? Doze obras já estão cem por cento resolvidas, obras sobre as quais o Tribunal dizia que, se não fossem paralisadas, não teríamos como resolvê-las. E aí? As obras não foram

paralisadas, as obras continuaram, e os problemas foram sanados.

Então, entendo que um instrumento de um órgão como o Tribunal de Contas, pela sua importância, que diz que uma obra tem que ser paralisada não pode ser feito de uma forma tão corriqueira.

E eu digo mais: eu acho que nós temos que entender bem do que estamos falando aqui. O Deputado Paulo Rubens, por exemplo, falou de desvios, de corrupção. Nós estamos falando de obras com indícios de corrupção. Se for isso, estamos, inclusive, no lugar errado. Se aquilo que o Deputado Paulo Rubens disse aqui sobre obras com indício de corrupção, sobre desvios de 82 milhões de reais, bom, então, tem que ser mandado para a Polícia Federal! Quer dizer, o Tribunal de Contas não deveria nem mandar para nós – entendem? Eu não estou falando disso.

Pelo que eu entendo – e me corrijam-me os senhores e as senhoras se eu estiver errado –, o que existem muitas vezes são divergências de metodologia, existem divergências conceituais.

A PETROBRAS veio aqui e disse que tem conseguido, com a sua metodologia, reduzir o custo da obra da refinaria em 480 milhões de reais. O Tribunal de Contas vem aqui e diz que tem um sobrepreço de 1 bilhão e 300 milhões de reais. Por que razão eu vou entender que o técnico do Tribunal de Contas, que tem a sua opinião e a sua metodologia, é um anjo e o engenheiro e os técnicos da PETROBRAS, que têm outra metodologia, estão tramando um mecanismo para desviar 480 milhões de reais dos cofres públicos? Pelo amor de Deus! Não é esta a discussão que esta Comissão tem que fazer. Isso tem que ser feito na Polícia Federal, não sei onde, mas não aqui.

Eu acredito que nós não podemos tratar aqui como se estivéssemos tratando de indícios de corrupção, de desvio de dinheiro público. Até porque – repito – eu acho que se o Tribunal identificou isso, ele tem que mandar é para Polícia Federal, ele tem que mandar para outro lugar.

Agora, vejam bem: eu parto do pressuposto de que tanto o técnico da VALEC quanto do Ministério da Saúde ou do Tribunal, todos são funcionários públicos concursados, todos querem fazer o seu trabalho da melhor maneira possível e todos têm o mesmo nível de honestidade e credibilidade. Não acho que nenhum seja mais ou menos honesto do que o outro. E acho que não há nenhuma razão para alguém aqui pensar o contrário. Assim como os nossos consultores. Não é porque alguém passou no concurso do Tribunal de Contas ou do Ministério Público que vai ser mais honesto do que ninguém. Todos são funcionários públicos que têm suas obrigações, seus deveres e procuram cumpri-los da melhor maneira possível. Parto desse pressuposto.

Nós temos que avançar no sentido de desenvolver uma metodologia que seja de comum acordo entre todos. Porque a lei coloca o Congresso Nacional... Eu quero aqui de novo recorrer a uma questão que eu já abordei, Deputado Paulo Rubem Santiago. Olhe aqui: o que diz a LDO? O Tribunal de Contas levará em consideração, na deliberação pelo bloqueio e o desbloqueio, convênios, etapas, parcelas, obras com indícios de irregularidades, a classificação da gravidade e indícios etc.

Muito bem. E que diz a LDO? Ao Congresso Nacional caberá analisar:

> "I – os impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso das obras;
> II – os riscos sociais, ambientais e à segurança da população decorrentes do atraso da obra;
> III – a motivação social e ambiental do empreendimento;
> IV – o custo da deterioração ou perda das parcelas executadas;
> V – as despesas necessárias à preservação das instalações e serviços já executados;
> VI – as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
> VII – as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados; e
> VIII – o custo total e o estágio de execução física e financeira dos contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas.

Então, a lei determina que *"cabe ao Congresso Nacional"*. Aqui não existe nenhum artigo ou parágrafo que fale em obra com indício de corrupção ou desvio de dinheiro público. Não há nada no Capítulo 10 da LDO que diga que nós estamos tratando desse tipo de obra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Deputado, poderia me conceder um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Com todo o prazer.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Bom, eu acho importante que possamos evoluir nessa discussão, primeiro porque me parece que não é o TCU que é corriqueiro com a proposta de paralisação de obra. O que são corriqueiras são as irregularidades – ou não?

É só consultar a memória das audiências que o TCU faz nesta Casa, seja na área ferroviária, seja na área rodoviária, seja na área portuária, seja na área aeroviária e por aí vai. Nós sabemos muito bem que não é o TCU que vem aqui, de forma inoportuna, e pro-

põe que se paralise uma obra e que se façam ajustes. Corriqueiras são as irregularidades, que levam à demissão de diretorias de empresas públicas, que levam à mudança da nomenclatura de empresas do Governo Federal – o ex-DNER virou DNIT. Então, o aspecto da tradicionalidade não é relativo ao TCU, que cumpre o seu papel. A verdade é que há setores que não se emendam e repetem as mesmas irregularidades.

Toda obra é importante, é evidente, senão ela não teria sido proposta, senão ela não mudaria a paisagem, até para que se apresentasse aqui um gráfico de uma obra rodoviária, de uma obra portuária, um aeroporto, uma usina hidrelétrica, uma grande refinaria, como lá no meu Estado, em Pernambuco.

Outra questão é que é interessante se falar da divergência de métodos. Eu nunca vi nesta Casa divergência para menos; sempre são para mais. Eu sonho com o dia em que vou chegar aqui e vou ver o TCU dizendo às empresas e aos contratantes: "Podem aumentar! Vocês merecem ganhar mais! Por que vocês estão cobrando tão pouco? Por que vocês contrataram uma obra num valor e a estão executando 60% mais barata? Aumentem! Ampliem as obras! Contratem mais! Expandam!"

A divergência de método é sempre contrária ao Erário público. Então, não é uma coisa tão simples. É uma tradição, é uma história, é um hábito, é um costume – um mau costume.

Outra coisa, concordo com o Deputado Paulo Pimenta: muitas das obras foram se corrigindo ao longo do tempo. É verdade, eu já acompanhei isso aqui. Mas muitas outras, talvez em igual ou até em maior quantidade, ficaram pelo meio do caminho.

Vou citar aqui uma da minha Região Nordeste: Projeto de Irrigação Pontal Sul. Já passou por aqui, mas já escorregou por aqui mais do que pedra que rola dentro do rio. Eu visitei as obras do Pontal Sul. A cada 700, 800 metros, uma tomada d'água clandestina no canal de irrigação.

Não satisfeitos com o Pontal Sul, propuseram o Pontal Norte, e levaram a que a CODEVASF, uma empresa pública, ainda no segundo mandato do Presidente Lula, fosse aos sítios que seriam desapropriados e ameaçasse os agricultores com a Polícia Federal caso eles não assinassem a anuência às desapropriações. Pois agora, há cerca de 6 meses, a empresa que havia sido contratada com assessoria da IFC, do Banco Mundial, para uma sociedade de propósito específico, caiu fora. E está lá o Governo Federal, que enfiou mais de 200 milhões no Pontal Norte e agora vai ter de começar tudo da estaca zero.

Então, a preocupação do Deputado Paulo Pimenta procede. Algumas obras foram se corrigindo, foram se ajustando e, ao final, elas se concluíram de forma benéfica à sociedade, mas muitas, em igual quantidade, ficaram pelo meio do caminho. É só pedir que o TCU nos traga aqui aquelas que nunca conseguiram se corrigir.

Eu lembraria isso, para que nós não invertêssemos a questão. O que é corriqueiro não é o TCU propor paralização; corriqueiras são as irregularidades, são os vícios que não se emendam. Parece que é uma sina, um carma. O Brasil vai conviver ainda, não sei por quantas décadas, com irregularidades em obras públicas, repetindo aquilo que foi dito aqui.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Acho que esta discussão sobre a necessidade de cada vez mais as obras serem licitadas com projetos executivos e não com projetos básicos vai, a médio prazo, significar um avanço muito importante para o País em termos disso que estamos aqui discutindo, mas nós temos um saldo de obras que estão aí.

E eu quero concluir dizendo que fiz questão de falar isso porque eu não quero que paire aqui nenhuma dúvida sobre o tipo de obra que estamos discutindo, que discussão estamos fazendo.

Deputado Paulo Rubem e Deputado João Leão, há poucos dias, visitei uma obra da Transposição do São Francisco no trecho que está sendo executado pelo Exército em Pernambuco, próximo a Paulo Afonso, na divisa com a Bahia. É uma imensa obra de engenharia, um canal de aproximação. E o engenheiro nos explicou que, quando já havia lá um bom percentual da obra executada – o Deputado Josias estava junto –, choveu 130 milímetros num dia. Fazia quase 2 anos que não chovia e choveu 130 milímetros num dia. E toda a água daquela bacia hidrográfica, daquela região toda, correu de maneira acumulada, pegou o lado da obra e atirou tudo o que já havia sido feito pelo Exército de volta, para dentro do canal. O engenheiro nos explicou, de maneira muito tranquila, que o projeto original não previa a necessidade de um sistema de drenagem que pudesse evitar que a água da chuva corresse para o canal. E, por conta disso, foi necessária uma nova obra, quase tão grande quanto a primeira: um sistema de coleta de água de toda a bacia hidrográfica naquela região que joga toda essa água para dentro de outro canal, que leva a água de volta para o rio, para evitar que essa água caia no canal principal e possa, mais uma vez, danificá-lo.

Ninguém questionou. Todo mundo concordou, porque, de fato, como não havia uma previsão original, e como haveria uma previsão original... Inclusive, pode ser que nunca mais aconteça isso – foram 130

milímetros num dia, o que acontece uma vez a cada 10 ou 20 anos.

Agora, pergunto aos senhores o seguinte: e se não fosse o Exército que estivesse fazendo aquela obra? E se fosse uma empresa, que chegasse aqui e dissesse: "Infelizmente, o projeto original não previa o que aconteceu, e nós precisamos fazer um aditivo, ou uma nova licitação, o que significa 40%, 50%, 60% do valor da obra original".

E se não fosse o Exército que estivesse fazendo aquela obra? Então, não é possível nós partirmos do pressuposto de que, pelo fato de que era o Exército... *"Então, está bem. Nós temos que entender: não estava previsto, trata-se de uma obra de engenharia complexa, isso pode acontecer."* Isso pode acontecer com qualquer obra.

O que eu não aceito é a ideia de que, sempre que se tem que fazer uma discussão técnica apresentada por profissionais de tanta ou mais qualidade que os técnicos do Tribunal de Contas, engenheiros e profissionais de órgãos de Governo que muitas vezes encontram alternativas que reduzem custos – sabemos disso –, isso seja tratado como se nós estivéssemos aqui discutindo obras com indícios de corrupção ou coisa do gênero.

Isso é o que eu gostaria de dizer muito mais como uma resposta para, digamos assim, não passar como verdade especialmente algumas questões colocadas pelo colega.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o Deputado Josias Gomes.

O SR. DEPUTADO JOSIAS GOMES – Sr. Presidente, Deputado Mauro Lopes, Srs. Deputados, eu gostaria que o Deputado Paulo Rubem estivesse aqui agora para nós colocarmos algumas questões nos seus devidos lugares. Nós temos em execução no País, só do PAC, cerca de 30 mil obras, entre pequenas, médias e grandes.

Ora, vieram para esta Comissão 22 obras com pedido de paralisação. Então, não há esse grande problema, nem técnico, nem de corrupção, nas obras que estão havendo no País. Alguém está superestimando – e não sei com que interesse – alguns problemas, como, por exemplo, o pontuado aqui pelo Dr. Josias Sampaio, a quem quero parabenizar por estar fazendo um trabalho excelente, sobretudo, Deputado Leão, numa das obras que V.Exa. conhece como ninguém e que terá uma importância social para um Estado encravado numa região que tem 68% do seu território no Semiárido nordestino, a Bahia. Essa obra vai, sim, mudar a economia de toda uma região e vai incluí-la no processo de desenvolvimento do País.

E aqui louvo a iniciativa da VALEC. A humildade do Dr. Josias Sampaio me parece ser um indício muito forte de que nós estamos num caminho muito correto para atingir um dos grandes feito do nosso Governo que é impor uma linha de desenvolvimento no interior do País.

Então, essa obra não pode ser paralisada. Não há razão para isso, e as razões já foram aqui listadas pelo Deputado João Leão e pelo Deputado Paulo Pimenta.

E digo mais: na própria fala da Dra. Juliana, ela reconhece que a VALEC tem feito um esforço extraordinário no sentido de buscar uma linha que afirme a obra como necessária e os custos como factíveis.

Nesse sentido é que eu, como membro da Comissão, creio que nós temos o dever, não só para com o Estado da Bahia, mas para com o desenvolvimento do País, de tocar essa obra, nas condições, inclusive, que ele, o Presidente da VALEC – e nós temos que dar crédito à sua fala –, está propondo: não quer recomeçar a obra enquanto não forem solucionadas as pendências a que o Tribunal de Contas aludiu.

Ora, se está em curso um processo, dito pelo próprio Presidente e atestado pelo Tribunal, que se refere a uma situação nova e séria, nós não temos razão aqui para a continuidade dessa obra não ser liberada, a despeito da palavra de nosso Presidente ter sido no sentido de que só o fará quando as imperfeições, digamos assim, apontadas pelo Tribunal de Contas forem corrigidas.

Era essa a minha fala, Deputado Mauro Lopes. Quero ver se nós deixamos essa obra ser tocada. Eu lamento o fato de o Deputado Paulo Rubem Santiago não estar aqui para fazermos esse debate, porque, senão, acaba parecendo que aqui há um bando de doidos com obras cheias de corrupção, de desvios, de erros e o diabo a quatro. Estou falando de 30 mil obras do PAC e de 22 que o órgão pediu que não fossem continuadas, seja por problema de corrupção, seja por problema técnico.

Então, nós não vamos aqui fazer um debate enviesado sobre um tema de tamanha importância não só, no nosso caso, para a Bahia, mas para o Brasil como um todo, que são as outras obras que foram colocadas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Deputado Josias.

Encerramos o debate sobre a VALEC. Eu agradeço muito à Dra. Juliana, do TCU, e ao Dr. Josias.

Vamos agora ao debate sobre o DNIT.

Para compor a Mesa, eu gostaria de convidar, com muita alegria, o Dr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, do TCU, o Dr. Eduardo Veras, do DNIT, e o Dr. Eloi Angelo Palma Filho. *(Pausa.)*

Sras. e Srs. Deputados, membros do TCU, considerando que nós teremos muitas obras do DNIT a serem discutidas aqui, nós vamos ser breves, uma vez que cada palestrante terá 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devem ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União.

Realmente são muitas obras, e nós queremos, com a maior brevidade possível, dar andamento aos nossos trabalhos.

Inicialmente, passamos a palavra ao Dr. José Ulisses, do Tribunal de Contas da União, para seus questionamentos.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS – Exmo. Sr. Deputado Mauro Lopes, Deputados, senhoras e senhores, boa tarde.

Começaremos, relativamente ao DNIT, pelas rodovias. Ao todo, seis rodovias foram indicadas com IGP, sendo que, dessas, apenas uma é IGP nova. Cinco dessas seis, desde o ano passado, foram recomendadas à IGP no Congresso Nacional. Vou detalhar agora, uma a uma, essas seis recomendações de paralisação.

Em primeiro lugar, começando pela BR-116/RS, num custo global estimado de 968 milhões de reais, foi apontado o sobrepreço de 72 milhões de reais. No caso concreto dessa obra, concluímos hoje o procedimento de inspeção no DNIT, já que não havia chegado informações novas, e, mediante essa inspeção, foi comprovado que o DNIT repactuou esses contratos alterando o valor e diminuindo esse sobrepreço para 66 milhões de reais. Destaco que, nesse caso concreto, a ação do TCU trouxe um benefício efetivo, porque já fazem parte dos contratos os 66 milhões de reais. Dada essa alteração contratual, concluímos o relatório de inspeção e o encaminhamos ao Relator ainda hoje com a proposta de que essa obra não seja mais incluída no quadro de IGPs. Então, para a BR-116, que, inicialmente, estava sendo indicada para paralisação, devido a essas novas alterações por parte do DNIT nos contratos, a recomendação é a de não mais paralisar a obra, por conta de que as questões restantes não seriam materialmente relevantes, conforme as disposições da LDO.

Dando seguimento, passo agora para a BR-448/RS. Trata-se de um empreendimento com custo global estimado em 854 milhões de reais e um dano potencial Erário de 91 milhões de reais. O TCU, no mês de outubro, mais precisamente no dia 24 de outubro, determinou ao DNIT uma série de correções nos contratos, justamente para corrigir esses sobrepreços levantados. Cientes e comunicados dessa decisão tanto o DNIT quanto as empresas, o DNIT informou que iria cumprir a decisão do Tribunal, não obstante as empresas terem entrado com embargo de declaração desse acórdão, o que tem caráter suspensivo perante o Tribunal. Então, o que resta por enquanto é a indicação de paralisação pelo TCU.

É importante ressaltar que, nesse caso concreto, tanto o DNIT como as empresas tiveram pelo menos três oportunidades de se manifestarem nos autos, e, a partir dessa linha de argumentação produzida tanto pelas empresas quanto pelo DNIT, a SECOB-2 voltou a instruir os autos, submetendo, ao final, uma proposta de decisão ao Tribunal, que, conforme disse anteriormente, em 24 de outubro de 2012 determinou a correção dos pontos levantados.

A terceira obra é a BR-440/MG, um contrato antigo que começou inicialmente com um convênio com a Prefeitura de Juiz de Fora, com um custo estimado em 117 milhões de reais e um dano potencial ao Erário de 14 milhões de reais. Comunicado da decisão do TCU, dos trabalhos realizados e dos pontos levantados, o DNIT acordou por somente executar as obras suficientes a não causar eventuais danos ao que já tinha sido realizado. O que resta fazer, nessa linha de pensamento e raciocínio, é uma galeria de concreto. E isso também foi feito por sugestão do próprio Relator, no caso, o Ministro Raimundo Carreiro, que determinou que somente essa galaria poderia continuar, e o restante da obra, onde havia sobrepreço, seria objeto de uma nova licitação, uma nova contratação.

Embora tenha o DNIT informado ao TCU que concorda com isso e que vai fazer somente a galeria, ainda não comprovou efetivamente a alteração contratual, apenas informou que parte da galeria será concluída em fevereiro de 2013. O Tribunal aguarda novas informações com relação ao restante dos itens do contrato, para, se for o caso, informar o Congresso Nacional.

A próxima obra é uma ponte sobre o rio Araguaia, na BR-153/TO, que liga a cidade de Xambioá, no Tocantins, a São Geraldo do Araguaia, no Pará. Essa obra, inicialmente, foi objeto de convênio com o Governo do Estado e, posteriormente, o contrato firmado pelo Governo do Estado foi assumido pelo DNIT. Ao fiscalizar a obra, ainda no ano passado, o TCU levantou uma série de impropriedades relativas a preço e também a questões de projeto. E, informado dessas questões, mais recentemente o DNIT comunicou ao TCU sua pretensão de rescindir esse contrato e firmar uma nova licitação diante de novo projeto que está sendo desenvolvido, já que o projeto original não seria adequado à realização da obra. Não obstante, até agora, o DNIT não comprovou a rescisão desse contrato. E, por conta disso, a indicação de paralisação continua.

Relativamente à quinta obra, a BR-080/GO, que também é objeto de convênio com a Agência de Transportes do Estado de Goiás – AGETOP, quando o TCU a fiscalizou, notou, além das questões de sobrepreço, um problema mais grave ainda: como são vários lotes contratados, o que ocorreu é que um dos lotes estava sendo executado fora do traçado original, de forma que o próximo lote não coincidisse com esse lote, perdendo-se todo o serviço executado. O DNIT, ciente dessas impropriedades, informou ao Tribunal, que já oficiou à Agência Goiana, para que apresente justificativas, dada a alteração de traçado; e também informou ao Tribunal que pretende denunciar o convênio, e ele próprio dar continuidade à obra.

Não obstante, mais uma vez, não houve comprovação documental ainda dessas providências. O Tribunal aguarda a finalização dessas ações pelo DNIT, para, se for o caso também, informar o Congresso Nacional.

Por fim, a BR-163/PA, que apresenta questões de superfaturamento relativas a preço, a questões de projeto, a quantitativos. São vários lotes de obra, e as indicações de paralisação são somente relativas a dois lotes. Nesse caso, também já há decisão do Tribunal. O DNIT, mais uma vez, informou que iria ajustar os contratos, e, não obstante, as empresas recorreram da decisão do Tribunal. Isso está sendo objeto de análise agora pela Secretaria de Recursos do Tribunal, que aguarda do DNIT a comprovação da efetivação daquelas medidas determinadas em acórdão do Tribunal.

Sr. Presidente, basicamente são essas as informações. Estarei à disposição para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado.

Ouviremos agora o representante do DNIT, Dr. Carlos. (Pausa.)

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS – Boa tarde a todos. Desculpem-me o pequeno atraso.

Vou apresentar as obras classificadas com IGP pelo Tribunal de Contas da União e as providências que o DNIT vem tomando para o saneamento de cada uma delas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Temos ali a primeira lista em que constam obras que já têm as soluções devidamente apuradas pelo DNIT, conforme determinações do Tribunal de Contas da União.

Reiterando o que disse o Dr. Ulisses, para a BR-440, por exemplo, já aprovamos o relatório final de revisão de projeto em fase de obras, em que houve a redução no contrato de 55,2%, e já estamos providenciando a rescisão do contrato, tendo em vista que as obras das galerias pluviais foram devidamente concluídas. Seguiu-se estritamente a determinação do Tribunal de Contas da União. No acórdão, o TCU determinou que executássemos as obras estritamente necessárias, para garantir que as galerias fossem devidamente executadas, de forma que não houvesse mais prejuízos para a população local.

Essa rescisão contratual, inclusive, já está em análise na nossa Procuradoria Federal Especializada e, saindo de lá, vai para a deliberação da Diretoria Colegiada. Portanto, na visão do DNIT, não há mais por que essa obra ser configurada como irregularidade grave, tendo em vista que o DNIT tomou todas as providências necessárias para seu saneamento.

Passando para a BR-163/PA, o TCU havia determinado a retenção cautelar de 18,3 milhões em um dos contratos e de 13,3 milhões em outro contrato, ou, alternativamente, poderíamos fazer o reforço dessas cauções no mesmo valor. Isso o DNIT fez. E também fez tratativas junto às empresas de forma que tivéssemos o reforço dessas cauções justamente nesses valores. De qualquer modo, o DNIT ainda irá discutir com o Tribunal de Contas da União, durante a execução do contrato, sobre todas essas irregularidades. De qualquer maneira, para prevenir qualquer eventual dano ao Erário, já foi feito esse reforço de caução, atendendo às determinações do Tribunal de Contas da União. Portanto, novamente, essa obra não deveria configurar como IGP.

Temos ali, na BR-153/TO, a obra na ponte sobre o Rio Araguaia. Da mesma forma, o DNIT, inicialmente, informou ao Tribunal de Contas da União que iríamos dar continuidade ao contrato após a aprovação do projeto executivo dessa obra. Porém, já agora no FISCOBRAS 2012, percebemos que o TCU fez indicação de vício de origem. Portanto, o DNIT considerou pertinente procedermos à rescisão do contrato, aguardarmos a aprovação do projeto executivo, que está em análise, para fazermos nova licitação e darmos continuidade à obra.

Sob essa ótica, entendemos que seria bastante temerário termos a obra com IGP mantido, pois não teríamos mais recursos para isso. Então, se o DNIT resolvesse licitar essa obra já no primeiro semestre de 2013, não poderíamos executá-la, porque, com certeza, iria gerar muitos prejuízos para a população local.

Passando-se para a BR-80, conforme bem explicitou o Dr. Ulisses, o achado mais grave ali foi um desvio de traçado com relação ao projeto executo. Essa obra encontra-se paralisada desde o momento em que o TCU fez a auditoria. Portanto, não temos mais nenhum novo quantitativo sendo medido – absolutamente nada! Na verdade, o DNIT ainda não procedeu

à denúncia do convênio, pois abrimos espaço para que a AGETOP apresentasse as devidas justificativas tanto para o desvio de traçado quanto para os supostos sobrepreços apontados pelo Tribunal de Contas da União. Esse convênio está com data de encerramento prevista para o final de dezembro, e, de qualquer modo, ele não será prorrogado.

Qual vai ser a linha de ação do DNIT, já que a obra está paralisada e o convênio não será prorrogado: o DNIT tentará oficializar, na verdade proceder com as ferramentas administrativas necessárias para reaver todo o indício de irregularidade e todo o sobrepreço apontado pelo tribunal. Caso não haja sucesso por essas vias, será aberto processo de tomada de contas especial.

No caso dos terminais hidroviários, o DNIT já revogou o Edital nº 70/2012 no qual ele iria contratar as obras de construção em Anori, em Alvarães e em Anamã. Entendemos então que o relatório perdeu o seu objeto, tendo em vista que já não há mais editais. Da mesma maneira, com relação a Barcelos, o DNIT não mais procederá a qualquer repasse para a CODOMAR. Além disso, o DNIT revisará todo o orçamento e o projeto, de maneira que a obra só retorne sua execução depois de apuradas todas as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas de União.

Portanto, não há mais essa irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado...

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS – Sr. Presidente, ainda há mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Há mais uma?

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS – Com relação à BR-116, o Dr. Ulisses, na verdade, já apontou que o tribunal resolveu não gravar mais essa obra com IGP, tendo em vista que o DNIT tomou todas as providências necessárias.

Passaremos agora à discussão da BR-448/RS, que, sob a ótica do DNIT, hoje é uma obra que ensejaria maior discussão junto ao Tribunal de Contas da União. Tendo em vista a importância dessa obra para a Região Sul do País, entendemos que vale discutir um pouco mais sobre ela. Trata-se, no caso, de uma obra de 22 quilômetros de extensão que representa uma alternativa à BR-116/RS. Entendemos que essa obra é demasiadamente importante para a Região, tendo em vista que representa alternativa à BR-116. Hoje, o volume diário médio é de 130.000 veículos por dia, o que tem ocasionado imensos congestionamentos. Os Deputados que estiveram na Região, esta semana, verificaram isso in loco. Temos a expectativa de que com a obra da BR-448 possamos aliviar em pelo menos 40% o volume de tráfego da BR-116.

Em termos logísticos, a BR-448 tem potencial de tornar viável a circulação de mercadorias no Rio Grande do Sul, pois 80% hoje da carga transportada no Rio Grande do Sul são transportados pela BR-116. Sendo a BR-116 um gargalo, isso aumenta consideravelmente os custos logísticos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui vemos a imagem do viaduto de acesso, uma obra extremamente complexa, com muitas obras de arte especiais. Ela se destaca justamente por isso. O Lote nº 3 é um lote de pequena extensão, mas de grande valor devido à grande quantidade de obras de arte especiais.

O DNIT tem hoje um projeto embrionário que seria no Escritório de Gerenciamento de Projetos, onde nós estamos fazendo a análise de valor agregado de todos os nossos empreendimentos. Nós temos já alguns empreendimentos mapeados: BR-448, BR-101/AL, BR-163/PA. Empreendimentos importantes já têm a curva de valor agregado devidamente montada.

O que essa curva de valor agregado nos transmite? Por que ela é uma ferramenta de análise bastante importante para o DNIT, principalmente quando pensamos no caso de eventual paralisação dessa obra?

A curva acima representa o andamento previsto para essa obra. Logo quando nós licitamos a obra, aquele era o ritmo idealizado para ela. Mas nós sabemos que uma coisa é o projeto, outra coisa é a obra. Naturalmente vai haver alguma diferença.

A curva alaranjada, logo abaixo de outra, representa o ritmo da obra hoje. Quando comparamos essas duas curvas, verificamos que a nossa curva hoje, a alaranjada, está muito assemelhada à curva planejada, o que indica o correto andamento da obra, o andamento adequado.

Na nossa realidade, hoje, são poucas as obras que nós podemos verificar que de fato estão com andamento adequado. Isso já seria um grande indicativo de que a paralisação dessa obra poderia ser bastante prejudicial. Na verdade, nós podemos, por meio dessa curva de valor agregado, verificar que, se nós tivermos a paralisação dessa obra agora, com a natural translação daquela curva ali... Nós temos, por exemplo, um patamar – a curva, em vez de permanecer com aquela curvatura suave, ela vai virar um patamar, ficando paralela ao eixo X –, nós vamos ter o prolongamento dessa obra e naturalmente nós poderemos incorrer em aumento de custo dela simplesmente pelos reajustes. Nós temos ali uma obra de quase 1 bilhão de reais. Então, nós podemos naturalmente imaginar que uma

paralisação no contrato e reajustes anuais poderão ser bastante danosos para o Erário. Às vezes, podemos chegar até a conclusão... Dependendo de quanto tempo essa obra vai permanecer paralisada, podemos pensar que só em reajustamento teremos quase o mesmo valor de sobrepreço apontado pelo TCU, extrapolando um pouco essa análise.

Pois bem, os impactos de uma eventual paralisação.

Nós temos uma obra com 62% executada. O investimento total estimado inicial era de 854 milhões de reais. Hoje, estamos perto de 1 bilhão de reais, considerando os aditivos feitos. A SECOB havia apontado inicialmente um sobrepreço de 115 milhões. Após o início das discussões com o DNIT, esse sobrepreço baixou para a ordem de 92 milhões de reais.

Então, nós vemos com isso que, tecnicamente, existe margem para discussão com relação a cada um dos sobrepreços apontados pelo TCU.

A Agenda 2020, composta por uma série de entidade, deu o seguinte parecer: a perda de área pela falta da BR-448/RS é de 2,6 milhões por dia, chegando a 624 milhões por ano. Ora, o sobrepreço potencial que o TCU está apontando é inicialmente de 92 milhões. Nós estamos falando de 1 ano: fora o que teríamos de custo para o Erário devido a reajustamento, um prejuízo potencial de 624 milhões para a região.

Além de tudo, nós teremos riscos de ordem social e ambiental e para a segurança dos usuários: é uma região com tráfego bastante intenso e muitos acidentes. Além disso, nós teremos custos decorrentes da deterioração ou perda das parcelas executadas. Nós temos muitas obras de arte especiais, nós temos muitas estruturas pré-moldadas já aguardando somente a instalação no local. Então, sem a devida execução da obra, nós vamos ter essas peças simplesmente abandonadas no canteiro e, obviamente, vai haver a deterioração delas.

Aqui nós trouxemos alguns dos apontamentos que o Tribunal de Contas fez. Nós destacamos ali três para percebermos como o sobrepreço apontado pelo Tribunal de Contas da União é passível de discussão sob o ponto de vista técnico.

Quanto ao fornecimento, preparo e colocação de formas de aço em CA-50, a primeira coisa que nós podemos perceber ali é que temos peças densamente armadas. Isso é uma peculiaridade da obra, pois nós temos a obra de arte especial, estruturas muito robustas.

O TCU indicou inicialmente que a adoção do preço de referência, considerando a composição de corte e dobra ocorrendo na obra, estaria equivocada. Que na verdade isso já viria feito da fábrica, e nós só instalaríamos. Ou seja, não haveria corte e dobra no canteiro.

Em visita ao local, o próprio TCU pôde verificar que existe, sim, corte e dobra sendo realizados na obra. Então, nós temos uma situação que deve, sim, ser equacionada e melhor estudada, tanto pelo DNIT como pelo próprio Tribunal de Contas da União.

E é questionável também a metodologia adotada pela equipe do Tribunal na composição do preço de referência, aquela que foi utilizada para o cálculo do sobrepreço. Nós vemos que foram mescladas composições de bueiros, obras de arte especiais e dados de aços industrializado da PINI.

Bem, como nós temos muitas obras de arte especiais e como o próprio DNIT sabe que o SICRO é um sistema que está defasado, nós firmamos um contrato para atualização do SICRO, para implantação do novo SICRO, com uma série de composições de custos unitários de obras de arte especiais, que nós sabemos que isso é um ponto fraco do nosso sistema de custo e que enseja esse tipo de observação pelo TCU. Como nós não temos a composição do SICRO, isso aí dá margem para que discutamos tecnicamente, sim, qual seria a composição de custo unitário mais adequada para aquela determinada obra. E, considerando que são obras de arte especiais com muitas peculiaridades, é importante que se seja cauteloso na hora de montar uma composição de custo de referência.

Movimentação e lançamento de vigas pré-moldadas também é uma composição de custo unitário que não existe no SICRO, e novamente deu margem a discussão. O TCU indicou que o preço unitário adotado para o serviço possuiria uma produtividade inferior àquela que poderia ser observada na prática. Poderia ser observada na prática.

Nós vemos o seguinte: para o cálculo da execução do serviço, coisa que o TCU não considerou à época, devem ser considerados também o transporte, o içamento, o lançamento e a amarração dessa viga. Não podemos trabalhar somente com o içamento dela. Afinal de contas, dependendo da forma como a estrutura pré-moldada está no local da obra, eu posso ter a obra sendo transportada diretamente do canteiro para o local onde ela será instalada, ou ainda posso ter, por exemplo, uma bacia intermediária, onde eu transporto as obras da usina de pré-fabricados, loco aquela obra no berço e, posteriormente, eu iço.

Então, qual seria a melhor maneira que o DNIT enxerga para se chegar, enfim, a um resultado quanto a isso? Seria a verificação, a aferição da composição in loco, pois é assim que deve ser feito.

O DNIT entende o seguinte: nós podemos trabalhar sim com composições de referência, mas efe-

tivamente o que está sendo executado tem que ser medido em campo. E, por conta disso, nós temos muita diferença entre aquilo que está na obra e aquilo que o TCU propõe, porque assim como o DNIT propõe, na época de projeto, composições de referência, o TCU também trabalha com composições de referência. E aí vem a pergunta: quem está certo? DNIT? TCU? Ambos são técnicos e ambos têm a capacidade de dizer o que estaria mais adequado para aquela obra.

Também no caso do colchão drenante, que foi discutido no âmbito desse relatório, nós temos aqui um caso claro em que o próprio Tribunal de Contas verificou, quanto àquele apontamento que havia inicialmente, após se fazerem aferições de campo, que o DNIT estava certo quando colocou que a perda por contração do material, no caso colchão drenante, não era de 5%, como o TCU apontado, e, sim, de cerca de 20%, como estava previsto no projeto. O TCU foi lá, aferiu em campo e viu que a perda na verdade era de 27%.

A linha na qual o DNIT trabalha é a seguinte: diante dessas controvérsias que existem junto ao Tribunal de Contas da União com relação à BR-448, considerando as peculiaridades dessa obra, nós vemos que, sim, saem dos padrões que o DNIT está acostumado a executar e também dos padrões que o TCU mesmo está acostumado a fiscalizar. Portanto, o DNIT se coloca à predisposição, inclusive agora. Considerando que nós temos uma obra que está em andamento, uma obra que está num bom andamento e que é de grande importância para a região, nós propomos que essa obra não seja paralisada, e sim que nós possamos, junto com o TCU, como técnicos que somos, ir a campo, aferir e tirar todas essas questões a limpo. A verdade é essa. É isso o que o DNIT propõe. Afinal de contas, o DNIT não concorda com várias das conclusões do TCU, e aí fica uma discussão sobre quem está certo e quem está errado, e quem vai dizer isso é a técnica, é a aferição em campo.

Na verdade, o DNIT possui em seus quadros servidores tecnicamente tão capazes quanto os do Tribunal de Contas da União – e também abertos para essa discussão sadia junto ao Tribunal. Aqui, como o Deputado ressaltou, nós não estamos numa discussão entre anjos e demônios, e sim entre técnicos. Nós do DNIT queremos o tecnicamente mais adequado para as nossas obras. E é assim que nos visualizamos a BR-448. É uma obra que possui, sim, inicialmente, indícios de irregularidades graves, só que são potenciais indícios de irregularidades graves. E justamente por esse potencial é que nós estamos dispostos a discutir isso junto ao Tribunal de Contas da União, sem qualquer problema.

Por fim, uma coisa que é importante nós visualizarmos... O DNIT tem se preocupado bastante com o equilíbrio global do contrato. Não adianta nada nós querermos que a empresa que está em campo só perca. Nós sabemos que existem determinadas composições de custos unitários do DNIT que pagam menos do que aquilo que é efetivamente executado, assim como nós temos também composições que eventualmente podem pagar a mais. O que nós, enquanto DNIT, queremos? Que seja pago o justo: onde eventualmente o contratado estiver perdendo, nós faremos o contraponto onde ele está eventualmente ganhando, para daí nós chegarmos ao valor justo para aquela obra.

Era só isso, Deputado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Dr. Carlos.

Com a palavra o Dr. Eloi Angelo Palma.

O SR. ELOI ANGELO PALMA FILHO – Só quero complementar dizendo que a BR-448 é mesmo uma obra muito complexa. Ontem os Deputados tiveram a oportunidade de subir no mastro da ponte estaiada, a 54 metros de altura. Eu e o Ulisses preferimos ficar ao nível do chão – a minha área é mais subterrânea mesmo. Então, é uma obra complexa – não vai haver no SICRO outras peculiaridades. Lá há cura térmica e guindastes gigantescos que não estavam no custo e estão sendo utilizados.

Com isso queremos tentar demonstrar que há uma compensação ao longo da obra. Não seria possível, no momento da obra, ter toda essa perfeição de orçamentação, mas nós entendemos que o orçamento foi feito de acordo com a lei, que diz que temos que usar o SICRO. A nossa visão é que temos que receber o produto, o concreto 30 MPa, temos que receber o aço cortado e dobrado, e ir pagando o preço pactuado com a empresa.

Obviamente que aprendemos com as experiências que o Tribunal nos apresenta, e para outras obras futuras o DNIT está já preparando composições de concreto usinado. Então, que se chegue ao meio-termo e que se diga que, a partir deste momento, muda a regra do jogo. Até então, nós temos convicção de que seguimos a regra do jogo, a utilização do SICRO. Em momento nenhum foi feita aquela maneira de cálculo para obter alguma vantagem para alguém. Utilizou-se a engenharia e o conhecimento da Casa, que já tem 70 anos de rodoviarismo, e o SICRO, que, com mais de 20, 30 anos, é um sistema em aperfeiçoamento. O Sistema foi utilizado naquele momento assim como em outras obras já inauguradas – a BR-324, na Bahia, e a ponte do Rio Madeira –, obras tão complexas quanto essa em que foi utilizado o mesmo sistema de custo e que foram executadas com sucesso.

Então, é essa a abertura que nós queremos ainda deixar ao Tribunal, queremos conversar mais, porque é uma questão realmente técnica. Como o Deputado Pimenta falou, é metodologia: nós temos que ter um entendimento único. Mas nós temos convicção daquilo que falamos, porque o órgão executa rodovias há mais de 50 anos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Dr. Eloi.

E, para a sua conclusão, o Dr. José Ulisses.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O senhor vai abrir a palavra depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – O.k.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS – Sobre os pontos levantados pelo DNIT, quero em primeiro lugar ressaltar que, como eu disse desde o início, nesse processo tanto o DNIT quanto as empresas tiveram oportunidade de se manifestar, e, no caso, ocorreu mais de uma vez. Só para exemplificar, o processo, no primeiro semestre, foi submetido ao exame do Relator e, estando no gabinete do Relator, tanto o DNIT como as empresa entraram com nova documentação. O processo retornou à Secretaria para nova instrução, que foi feita.

A última instrução produzida no âmbito da Secretaria ressaltou, em vários pontos, a ausência de evidências para os argumentos produzidos tanto pelas empresas como pelo DNIT e, também, a ocorrência de algumas inconsistências. Trazendo o ponto específico, a título de exemplo, de corte e dobra de aço, foi informado pelas empresas que utilizaram 700 mil horas de armador. O mesmo dado trazido pelo DNIT informa 500 mil horas de armador. Ou seja, há inconsistência entre o dado trazido pelo DNIT e o dado trazido pelas empresas. Mas vale ressaltar que nenhum dos dois casos se fez acompanhar de uma evidência que comprovasse o afirmado. O que, de certa forma, impossibilita também à equipe técnica do TCU convalidar aqueles números.

Há também outros pontos que, como o Dr. Eloi falou agora, são inquestionáveis. O concreto produzido na obra é usinado, não é um concreto em betoneira, até porque, dada a quantidade de concreto prevista para a obra, acho que há muito tempo nenhum engenheiro pensaria em utilizar betoneira fazer esse concreto.

Bem, submetido, depois de mais de uma instrução produzida no âmbito da Secretaria, ao Relator, o Relator produziu um voto e um acórdão que foram submetidos ao Plenário. E o Plenário do TCU, diante dos argumentos trazidos pelas empresas, pelo DNIT e pela Secretaria, tomou uma decisão: hoje nós temos uma decisão do Tribunal, não mais uma opinião da Secretaria. E é uma decisão baseada nos elementos constantes do processo.

Evidentemente que o TCU pode reavaliar isso. Mas uma reanálise, primeiro, hoje se dará em fase de recurso – já há um acórdão do Tribunal e existem embargos de declaração impetrados pelas empresas, não pelo DNIT, com relação à decisão proferida pelo Tribunal. A equipe técnica também está sempre, a qualquer tempo, disponível para avaliar os elementos produzidos. Mas é importante ressaltar que esses elementos probantes devem ser acompanhados, para que se possa realmente fazer uma análise adequada.

Era o que eu gostaria de destacar no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Com a palavra o nobre Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Em primeiro lugar, eu quero registrar aqui, Deputado Mauro Lopes, a importância da sua liderança, do seu trabalho junto ao COI. Também ressalto a importância da visita que fizemos ontem ao Rio Grande do Sul. Bom seria que nós pudéssemos visitar mais obras. Desde o início do ano, eu imaginei que a nossa Comissão poderia ter um trabalho muito mais itinerante, mas, infelizmente, por questões políticas, é difícil tomar decisões na Comissão. Mas, por mim, a gente estaria sempre visitando obras. Eu acho que todos participaram ontem – Eloi, Dr. Ulisses, Romiro – têm sempre, quando fazem a visita *in loco*, a possibilidade de ter uma leitura muito mais abrangente.

Quero cumprimentar também o Carlos Eduardo, pela sua apresentação.

Eu quero dizer que a BR-448 hoje é uma obra que está sendo executada no coração da região metropolitana de Porto Alegre. Eu não quero aqui ser repetitivo, mas está evidente, está claro, que se trata de uma discussão de metodologia. É uma discussão técnica. Em nenhum momento creio que qualquer pessoa de bom senso acredite que nós estamos aqui a discutir algo que vá além disso. São questões complexas, muito complexas. Ontem tivemos a oportunidade de ver algumas in loco, Deputado Mauro Lopes. A quantidade de lixo que foi encontrada quando da necessidade da remoção da terra para terraplanagem não prevista, pelo que me consta, no projeto original. Quer dizer, uma coisa é você ter que chegar lá e fazer uma remoção de terra; outra coisa são toneladas e toneladas de lixo. O projeto original previa que as famílias que seriam removidas teriam que ir para as casas. Mas as casas até hoje não estão prontas. Se não houvesse sido feita a Casa de Passagem, até hoje a obra estaria paralisada. E quanto isso teria impactado

no custo da obra. Se até hoje ela não tivesse começado, qual a correção que já haveria no contrato? O DNIT tem culpa disso? As empresas têm culpa? Isso é responsabilidade da Prefeitura. A Prefeitura fez uma licitação para contratar as casas; deu-as zeradas. Ninguém se interessou em fazer as casas porque o preço proposto pela Prefeitura era muito baixo. Isso atrasou a construção. E como é que fica a situação de quem está executando a obra? Quer dizer, seria razoável que alguém aqui pudesse dizer que o projeto básico tinha que prever inclusive que a licitação na Prefeitura para a construção das casas ia dar zerada. Como é que se vai ter o nível de discernimento para poder prever situações que são absolutamente passíveis de serem demonstradas tecnicamente?

Então, eu acho que existe uma diferença muito grande entre ter-se um indício de irregularidade provocado por uma suspeita de mau uso do dinheiro público, de corrupção, de coisa do gênero, do que uma discussão técnica, de metodologia, de alternativas, de engenharia, propostas, de soluções encontradas, e assim por diante.

Eu estou convencido, Dr. Ulisses, em que pese a sua manifestação, de que, para o País, para a obra, o custo acessório da paralisação seria muito pior, exatamente baseado naquilo que a LDO nos obriga, que é exatamente analisar os aspectos, além daqueles que o Tribunal analisa, eu espero, Deputado Mauro Lopes, que se apresente o parecer pela não paralisação dessa obra, e que nós possamos aprovar isso no plenário da Comissão, para que não haja qualquer risco de essa obra ser paralisada. E as questões técnicas vão continuar sendo discutidas, vão continuar sendo debatidas; essas, e certamente muitas outras que aparecerão no decorrer da execução da obra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Antes de encerrar, para as considerações finais, eu gostaria de dar oportunidade à Dra. Juliana, caso queira. Pode falar daí mesmo.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eu não entendi. V.Exa. quer que eu apresente as obras?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Não, não, não; só considerações finais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Considerações finais para se despedir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Só para nós encerrarmos a reunião.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Ah, tá. Mas, Romiro, é para eu falar das obras do DNIT, que a gente está fazendo nas áreas fluviais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Não, não. Não há necessidade.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Não há necessidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – São só considerações finais para encerrarmos.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Ah, tá.

Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer. As audiências públicas são uma previsão da LDO – a LDO prevê a realização dessas audiências. Eu acho que é um excelente momento para que o Tribunal e os gestores apresentem os seus argumentos e nós cheguemos a um consenso. Eu acho que a grande finalidade da audiência pública é essa.

V.Exa. mencionou as 27 obras cuja paralisação o Tribunal recomendou. Apesar de apenas parte delas ter sido indicada para o quadro-bloqueio – o que indicaria que, de fato, essa sistemática não tem mais efetividade, tal qual ela tinha quando foi criada –, eu gostaria de pontuar que, das 12 irregularidades que V.Exa. mencionou, grande parte foi corrigida pelo gestor antes mesmo do envio dessa informação pelo TCU ao Congresso. Isso vem demonstrar não que a sistemática esteja de fato ultrapassada, mas a postura dos gestores, até por conta desse dispositivo que está presente na LDO.

Então, o que vimos percebendo é que os próprios gestores, a exemplo do que o DNIT apresentou aqui – várias medidas sendo tomadas tempestivamente para corrigir as questões apontadas pelo Tribunal –, vêm usando essa sistemática em benefício da sua própria atuação. Eu vejo essa sistemática como válida e percebo que a hora de o Tribunal agir é na fase de edital, que é quando ele de fato consegue ter muito mais efetividade, porque nós não vamos lidar com um contratado, com um terceiro na relação jurídica. Entendo também que poderíamos fazer mais uso da IGR, que é a irregularidade com recomendação de retenção, uma vez que, enquanto aqueles valores não são apurados pelo Tribunal, no mérito, há esse depósito, há a apresentação dessa garantia para que a obra não vá para o quadro. São mecanismos que a própria LDO vem trazendo e atualizando a cada ano e para os quais podemos perceber que há retorno.

Outra questão que eu gostaria de pontuar é que de fato o Orçamento é uma peça técnico-política. A parte técnica cabe ao Tribunal, porque ele auxilia o Congresso nisso, e nós trazemos as informações. E a parte política, como a própria LDO prevê no art. 95, salvo engano, fica a cargo do Congresso Nacional, que avalia se as questões sociais, econômicas, de meio ambiente e outras afins, como V.Exa. leu, preci-

sam ser mensuradas ou consideradas na hora de eu inserir ou não uma obra no quadro-bloqueio, o que é uma prerrogativa do próprio Congresso.

Então, o Tribunal, nessa medida, vem atuando e recomendando as obras que porventura ele, por meio da técnica e por meio da LDO, entende como classificadas como recomendação de paralisação. A lei indica o que é uma IGP, o Tribunal, tecnicamente, analisa o que é uma IGP, indica ao Congresso, e cabe aos senhores, por meio até desta audiência pública, aonde nós trazemos as informações, decidirem e analisarem se de fato essa obra deve ir para o quadro ou não.

Eu louvo a ação de todos e a nossa presença aqui, porque eu acho que isto contribui muito para a democracia, contribui muito para a formação da República, e me sinto muito feliz em dizer que eu acho que o Tribunal, a cada ano, vem cumprindo o seu papel e o vem entregando da forma como a LDO exige de nós.

Eu agradeço a presença de todos, agradeço a possibilidade de o Tribunal ter vindo até aqui, e desejo a todos boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado.

Para suas considerações finais, tem a palavra o Dr. Ulisses.

O SR. JOSÉ ULISSES RODRIGUES VASCONCELOS – Deputado, como consideração final, eu gostaria de ressaltar a importância do Congresso Nacional nesse trabalho todo de obras. Todas essas auditorias de obras são realizadas pelo Tribunal a pedido do Congresso Nacional, inseridas na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Quero destacar também que não foi somente para essas obras que houve indicação de paralisação. Na verdade, o trabalho do Tribunal é muito mais amplo. Nós fizemos mais de 200 obras este ano, e muitas delas não chegaram como IGP porque, no curso da fiscalização, ou logo após a fiscalização, os órgãos tomaram a iniciativa de ajustar contratos, de ajustar editais de licitação. Então, o benefício proporcionado para a sociedade como um todo por esse trabalho do Tribunal em auxílio ao Congresso Nacional é muito relevante e alcança importâncias muito superiores a essas indicações de paralização.

Eu destaquei aqui uma obra, a 116 Rio Grande do Sul, que apenas em um contrato houve a economia proporcionada, isso é, já efetivada no contrato de mais de 60 milhões de reais; isso é um custo muito maior do que essas equipes, porque a sociedade gasta pagando salário essa ação do Tribunal em apenas uma obra.

Eu gostaria de agradecer, ao final, esta oportunidade de vir aqui e também destacar, como foi destacada a ação da VALEC, aqui, anteriormente, e do DNIT também. Em 52 obras fiscalizadas pelo órgão, há uma discordância maior em apenas uma que, é a 448/Rio Grande do Sul; em todas as outras o órgão tem tomado as ações necessárias ou está em andamento para resolver as questões levantadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Obrigado.

Com a palavra o Dr. Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO VERAS – Deputado, eu gostaria, em nome do Diretor Executivo, Dr. Tarcísio e do nosso Diretor Geral, General Fraxe, agradecer a oportunidade de estarmos aqui falando pelo DENIT, explanando o nosso ponto de vista sobre as nossas obras, tendo esse diálogo com o Tribunal de Contas da União, que cada vez vemos como importante, inclusive na figura do Dr. Ulisses, que sempre que o DENIT precisou conversar ele estabeleceu um canal livre de diálogo. Então, essa ação do TCU de se aproximar do gestor é muito louvável, é de extrema importância, não só ele como os auditores da SECOB-2, que sempre se dispuseram a conversar com os técnicos do DNIT. E eu acho que é a partir desse diálogo que temos o engrandecimento da administração.

Na verdade, vemos o seguinte: a ação do TCU eu acho que acima de tudo ela tem o poder pedagógico, eu diria, que de todas essas discussões, no âmbito dos relatórios o DENIT muitas vezes tira ótimas ideais para melhorar as sugestões.

Eu acho que as indicações do Tribunal são importantíssimas. Não obstante, é importante destacarmos o seguinte. Hoje, nós, enquanto gestores, estamos numa posição, eu diria que relativamente frágil. Veja: nós temos hoje, falando DENIT, um quadro muito pequeno de servidores, muitas vezes não conseguimos, como o próprio Dr. Ulisses falou, nas oportunidades que temos, manifestar-nos perante o Tribunal de Contas da União conseguir nos manifestarmos com aquela efetividade que gostaríamos, justamente pelo pequeno número de braços que temos para poder fazer o trabalho.

A verdade é esta: O Tribunal fiscaliza, nós executamos as obras, respondemos o Tribunal de Contas da União, o Ministério Público da União, a Controladoria-Geral da União e por aí vai.

Então, nós, enquanto gestores, temos uma gama enorme de atividades, e nós acreditamos piamente que, com a reestruturação do DNIT, inclusive a qualidade das nossas respostas junto ao Tribunal de Contas da União venha a melhorar bastante e que essas discussões técnicas não tenham que vir à CMO para serem resolvidas, e que, na verdade, consigamos, durante as

próprias fiscalizações, como fizemos, por exemplo, na própria 163-Pará, o lote da empresa CCM; conseguimos junto ao Tribunal de Contas da União. Era uma obra que tinha... Todos os apontamentos do TCU eram por IGP; todos eles, baixamos para IGC – todos –, inclusive há de se ressaltar que alguns apontamentos eram baseados em evidências relativamente frágeis, e nós tivemos a oportunidade de demonstrar isso.

Então, esse é outro ponto que há de ser considerado; enquanto técnicos, temos que admitir que nós, enquanto DNIT, erramos, mas que também o Tribunal de Contas da União é passível de erro, e eu acho que é aí que temos que discutir; chegar a um acordo. Quem está errado? DNIT, Tribunal, nenhum dos dois? Temos um caminho do meio, que é o caminho do equilíbrio. Então, é justamente atrás disso que nós estamos. Junto ao Tribunal de Contas da União buscar o caminho do meio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Dr. Eloi Palma.

O SR. ELOI ANGELO PALMA FILHO – Só agradecer a oportunidade e só pedir que tenhamos discernimento em nossas decisões, tanto de gestão quanto de auditoria, pois isso é mais importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Eu quero neste momento agradecer o comparecimento dos representantes do DNIT, da VALEC, da FUNASA, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, do Tribunal de Contas e dizer que fiquei muito feliz com a viagem que fiz ontem ao Rio Grande do Sul e feliz ainda. Realmente, se me perguntarem neste momento quem sou eu, eu digo: sou um homem feliz. Trabalhei 33 anos no DNIT, e hoje estou aqui, na Comissão de Transportes do Congresso Nacional, defendendo e trabalhando hoje o desenvolvimento e a infraestrutura deste País.

E, para o encerramento, eu gostaria que fosse feito pelo nosso Presidente Paulo Pimenta, que muito nos honra e engrandece este Parlamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Muito obrigado Deputado Mauro Lopes.

Só quero agradecer também a participação de todos – acho que este é um espaço muito importante de debate, de discussão – e cumprimentar mais uma vez V.Exa. pelo trabalho que está fazendo. Amanhã teremos mais uma tarde de audiências.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Está encerrada a reunião.

Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização,realizada em 27 e 28 de novembro de 2012.

Aos vinte e sete e vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram neste período os **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, João Costa e Paulo Paim; **Senadora Suplente:** Ângela Portela; **Deputados Titulares:** Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes:** Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira e Roberto de Lucena. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Maia, Leonardo Gadelha, Lucio Vieira Lima e Paulo Magalhães; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA: às** quatorze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que havia quórum para abertura, mas não para deliberação naquele momento. Por esse motivo, a reunião foi suspensa às 14h59. Antes, porém, foi convocada a continuação para o dia 28/11, quarta-feira, às 14horas. No dia 28/11, às 14h39, o Presidente declarou a reunião reaberta. Declarou também não haver acordo entre as Lideranças partidárias, motivo pelo qual encerraria a reunião. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 16h40. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, boa tarde. Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 17ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta nº 27, de 2012. Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa dos trabalhos.

À medida que não há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nós iremos suspender a presente reunião e convocar a sua continuidade para amanhã, às 14 horas, com a mesma pauta. Informo ainda aos senhores e às senhoras que, dentro de 5 minutos, daremos início à audiência pública para discussão do Comitê de Obras Irregulares, coordenado pelo Deputado Mauro Lopes, que já se encontra presente. Teremos audiências públicas hoje para tratar das obras do DNOCS, FUNASA, VALEC e DNIT e também audiência pública amanhã, às 15 horas, para as obras do Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades e PETROBRAS.

Portanto, a reunião está suspensa até amanhã, às 14 horas. Dentro de 5 minutos, daremos início à audiência pública do COI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro aberta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta de nº 27, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há quorum para deliberação na representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em função da inexistência de acordo entre as Lideranças, eu declaro encerrada a presente reunião. (Pausa.)

Haverá reunião do COI às 15 horas.

Ata da Sétima Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos realizada em 28 de novembro de 2012.

Às quinze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, para reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério da Integração, Ministério das Cidades e Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2.928/2012-TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto nos artigos 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012 – LDO 2013. Compareceram os seguintes parlamentares: **Senadores Titulares** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e João Costa; **Deputados Titulares** Aníbal Gomes, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Josias Gomes, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; **Senadora Suplente** Ângela Portela; **Deputados Suplentes** Celso Maldaner, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Marcos Rogério, Osmar Serraglio e Roberto de Lucena. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; bem como os Senadores Titulares Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA:** o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, iniciou os trabalhos informando que haveria a apreciação das obras com indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Convidou os representantes dos órgãos envolvidos para comporem a Mesa: Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Francisco Teixeira e Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 4, do Tribunal de Contas da União – TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho. A representante do TCU começou sua apresentação e evidenciou os achados de auditorias no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Às 15h38 o Deputado Josias Gomes assumiu a Presidência. A seguir, os representantes do órgão questionado apresentaram suas justificativas. Além do Sr. Francisco Teixeira, também fez uso da palavra, em nome do Ministério, o Sr. Marcílio Lira de Araújo, Coordenador Geral de Supervisão de Obras DOH/SIH. Após apresentadas as justificativas pelos representantes do Ministério da Integração Nacional, o Presidente em exercício concedeu a palavra à representante do TCU para últimas considerações. Às 15h52 teve início a discussão sobre

as obras com indícios de irregularidades no Âmbito do Ministério das Cidades. Após a composição da Mesa, a primeira exposição foi feita pelo representante do TCU, Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 3, o qual falou sobre achados de auditorias. Na sequência, o Sr. Manoel Renato Machado Filho, Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, fez considerações acerca dos questionamentos levantados pela Corte de Contas. A palavra foi devolvida ao representante do TCU para considerações finais. Às 16h20 o debate sobre as irregularidades percebidas no âmbito da empresa estatal Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, teve início. Após a composição da Mesa, novamente representou a Corte de Contas o Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secob 3, o qual foi o primeiro a fazer uso da palavra. Durante a exposição do representante do TCU, o Deputado Giovanni Queiroz interpelou-o para realizar questionamento, momento em que o Presidente em exercício, Deputado Josias Gomes, solicitou que as perguntas fossem feitas apenas após manifestação dos representantes da Petrobras. Fizeram esclarecimentos quanto aos questionamentos do TCU os Srs. Flávio Fernando Casa Nova da Motta e Glauco Colepícolo Legatti, Gerentes Gerais de Implementação de Empreendimentos para RENEST – Refinaria Abreu Lima e COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, respectivamente. Para debater os achados de auditoria na Petrobras, inscreveram-se os Deputados Giovanni Queiroz e Paulo Pimenta. Houve réplica por parte do representante do TCU. **ENCERRAMENTO:** Às 17h40, o Presidente em exercício, Deputado Josias Gomes, encerrou a reunião. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro iniciada a 7ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Essa reunião foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades, da PETROBRAS e ainda, representante do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 2.928, de 2012, do TCU-Plenário, em obras e serviços sob responsabilidade dos órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes, que sou eu, Coordenador do Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades. Graves (COI), desta Comissão, para atendimento ao disposto nos arts. 94 e 97, da Lei nº 12.708, de 2012.

Para compor a Mesa, eu convido o Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Francisco Teixeira.

Convido também a Sra. Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, da SECOB do Tribunal de Contas da União, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho.

Quero apresentar também o Dr. Romiro, Consultor da Câmara dos Deputados, e o Dr. Renato, que está ali e que eu gostaria que também participasse conosco. Ele é do Senado Federal.

Para darmos início aos nossos trabalhos, eu convido a Sra. Juliana Pontes, que falará em nome do Tribunal de Contas da União, a fazer os questionamentos.

Com a palavra a Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar os componentes da mesa, na pessoa do Deputado Mauro Lopes, Coordenador do COI.

Gostaria de cumprimentar as senhoras e os senhores presentes.

Nós falaremos hoje sobre três obras. A primeira delas, que está no quadro-bloqueio desde 2002, é da drenagem do Tabuleiro dos Martins. Ela tem um percentual executado, até a última informação que o Tribunal obteve, de 63%. O contrato objeto é o Contrato nº 1, de 1997. Como eu havia dito, as obras estão paralisadas e constam do quadro-bloqueio desde o exercício de 2002.

O custo global estimado dessa obra, com dados de novembro de 1997, é de cerca de 48 milhões. O potencial dano ao Erário, associado a preços também de novembro de 1997, é de 18,7 milhões, o que corresponde a 63,6% daquele contrato – 15 milhões já viraram superfaturamento, e 3,6 milhões, desses 18 milhões, são sobrepreço.

Esse processo, até por ser bastante antigo no Tribunal, foi a mérito. Já foram determinadas para os gestores quais seriam as medidas corretivas a serem tomadas para que essa obra pudesse ser excluída, para que a recomendação de paralisação fosse excluída pelo Tribunal.

Entre as medidas corretivas, eu posso citar problemas relacionados a projetos e a sobrepreço, além da apresentação de algumas documentações, como

os documentos comprobatórios da titularidade do terreno onde se situa uma das lagoas.

A situação processual dessa obra no Tribunal encontrava-se, até o início deste ano, na pendência da entrega, pelo gestor, das medidas corretivas. Entretanto, em 21 de setembro, a SEINFRA entregou toda a documentação acerca do cumprimento dessas medidas.

O Tribunal, consoante o art. 96, § 4º, da LDO, tem prazo de até 3 meses para se pronunciar sobre o saneamento ou não das irregularidades. A unidade técnica já instruiu, já fez a análise dessas medidas entregues pelo gestor, e o processo já está no gabinete do Relator. Parece-me que seria pautado para hoje, mas ele foi transferido para a próxima reunião. Eu tive uma conversa com o gabinete do Relator.

A proposta da unidade técnica – eu quero deixar claro que ainda não é a decisão do Plenário – é de reclassificação da irregularidade e condicionamento de continuidade da obra à adoção de medidas preliminares pelo Ministério da Integração Nacional. Ou seja, hoje a gente não tem um convênio vigente associado a essa obra. Então, a proposta da unidade técnica é no sentido de que, caso o Governo Federal decida repassar novamente recursos para essa obra, todas aquelas questões já indicadas pelo Tribunal sejam avaliadas pelo Ministério da Integração Nacional ou pela concedente que vier a se responsabilizar por esse empreendimento.

(Segue-se exibição de imagens.)

A segunda obra é o Canal do Sertão Alagoano, que está em execução. O percentual de execução do empreendimento como um todo é de 41%. São 150 quilômetros, e temos aí os Trechos I a V. O Trecho I já está com 98% de execução; o Trecho II, 40%; o Trecho III, 1%, e os Trechos IV e V não foram iniciados.

O que eu gostaria de deixar claro é que, quando o Tribunal decide e seleciona uma obra para fiscalizar, ele o faz baseado na Lei Orçamentária. Quando, em 2010, o Tribunal fiscalizou os Trechos III, IV e V, ele assim o fez porque havia dotação na LOA. Entretanto, os Trechos IV e V, atualmente, não possuem recurso federal associado.

De todo modo, como um controle de forma preventiva, o Tribunal tem atuado no sentido de que, caso o Ministério da Integração decida alocar recursos para esses Trechos, uma vez que o próprio Governo do Estado de Alagoas sinaliza que o fará mediante convênio, ele siga exatamente as medidas corretivas já apontadas pelo Tribunal.

O custo global estimado dessa obra, com data base em abril de 2012, gira em cerca de 2,4 bilhões. Os potenciais danos ao Erário, associados a preço de janeiro de 2010 e relativos aos Trechos IV e V apenas, são os que estão listados aqui, porque os dos Trechos I, II e III estão em fase de análise.

Veja que eles são classificados como IGR – os Trechos I, II e III não são IGP. Qual é a diferença da IGP para a IGR? A IGR é aquela obra que nasceu como IGP, com recomendação de paralisação pelo Tribunal, mas, por conta de o gestor ter apresentado ou uma retenção cautelar ou uma garantia associada ao dano até a deliberação em definitivo pelo Tribunal, deixa de ter a recomendação da sua inserção no quadro e se torna uma obra IGR, com recomendação de retenção associada.

As medidas a serem tomadas pelo gestor, consoante o Acórdão nº 1.622, de 2012, compreendiam exatamente a apresentação de garantias, tal qual foi feito com o Trecho III, para os Trechos IV e V. Vejam que o próprio Governo e a contratada – porque esses Trechos já têm contrato – estão impossibilitados de fazer isso neste momento. Se a obra não foi iniciada e ainda não tem uma execução, parece-me que fica um pouco difícil eles tomarem essas medidas no momento.

Então, tão logo se decida pelo início desses dois Trechos, há de se também pensar na possibilidade de reclassificar os Trechos IV e V para IGR, uma vez que o próprio Tribunal já sinalizou com a possibilidade.

A situação processual do Canal do Sertão Alagoano hoje no Tribunal é a seguinte: todos os Trechos do Canal do Sertão, até por serem obra em linha, têm um questionamento de sobrepreço associado.

Formou-se um grupo de trabalho, por determinação do Acórdão nº 3.146, de 2010, para que uma equipe do Tribunal, por meio de uma inspeção, avaliasse os principais serviços em campo, a fim de dirimir questionamentos acerca da produtividade e das composições de determinados serviços.

Esse grupo de trabalho foi à obra, tanto em 2011 quanto em 2012, e chegou a um relatório final, depois de várias reuniões não só com o Governo do Estado mas também com as empresas contratadas. Chegou-se a um produto final, que está em fase de manifestação pelos responsáveis. Ele foi enviado, para manifestação, ao Governo do Estado de Alagoas, às construtoras responsáveis, à projetista e à supervisora.

Os demais Trechos da obra que não seriam IGP, que não seriam os Trechos IV e V, aqueles dos quais eu inclusive falei que não têm recurso federal, seriam os Trechos I, II e III. Todos eles têm uma IGR associada.

Como está a situação das garantias apresentadas pelas contratadas? Na fiscalização realizada em 2011, verificou-se que a garantia prestada pelas contratadas mostrava-se inadequada. Qual era a inadequação? A garantia tem que estar associada ao trânsito em julgado pelo Tribunal e não à solução da questão via Judiciário.

Então, teria que ser modificada essa cláusula para que essa garantia, de fato, pudesse ser aceita pelo Tribunal.

O Acórdão nº 1.822, de 2011, determinou a correção da irregularidade por ocasião da apólice do seguro-garantia. Essa apólice, salvo engano, venceria em 19 de dezembro de 2011 – corrijam-me, se eu estiver enganada.

Na fiscalização realizada em 2012, verificou-se que, na renovação da referida apólice, a SEINFRA deixou de cumprir a determinação expedida no acórdão. Ou seja, é muito importante dizer que, para a manutenção da IGR, tem de haver uma garantia de fato válida, para que essa obra continue sendo IGR. Salvo contrário, ela tem que ser reclassificada. Tem que haver uma proposta da unidade técnica para ela ser reclassificada em IGP novamente.

A última informação é que foi firmado um termo de apostilamento no Contrato nº 18, de 2010, para retenção cautelar de valores com indícios de sobrepreço, o que permitiu a emissão da ordem de serviço para início dos serviços do Trecho III.

A última obra da qual nós vamos falar hoje é a Barragem do Rio Arraias. A Barragem do Rio Arraias se localiza em Tocantins e tem 60% de execução. A obra está paralisada e consta do quadro-bloqueio desde 2009. O Canal do Sertão não consta do quadro-bloqueio.

O custo global estimado é de cerca de 34 milhões, a preços de dezembro de 2003. Há um dano de 10 milhões, sobrepreço de 5,2 milhões e superfaturamento de 5,7 milhões, em virtude de reajustes indevidos e de preços unitários acima do mercado. Esse processo também já foi a mérito.

Esse Acórdão nº 1.475 ratificou o item 9.1 do Acórdão nº 3.239, de 2011, que dizia para a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário do Tocantins que promovesse a repactuação do contrato de forma a ajustar os preços, tanto aqueles preços que estavam acima dos preços de mercado como os índices de reajustes de preços utilizados no contrato que geraram o superfaturamento.

Com as informações mais atualizadas de 2012, quando houve a última fiscalização, foi informado ao Congresso o estágio atual das obras. Não foram detectadas novas irregularidades em 2012, e a situação processual dessa obra, hoje, no Tribunal é a seguinte: contra aquele acórdão de mérito foram interpostos embargos de declaração. Os embargos de declaração foram julgados pelo Tribunal, foram considerados procedentes, e a empresa EGESA interpôs outro recurso – pedido de reexame – contra aquele acórdão que determina o mérito desse processo. O mérito é exatamente a repactuação do contrato.

Como as medidas saneadoras indicadas naquele acórdão de mérito foram objeto de determinações constantes do último acórdão e há um recurso associado, essas medidas se encontram suspensas. Ou seja, hoje o gestor e a contratada não são obrigados a cumprir aquelas determinações até que o Tribunal aprecie esse recurso. O recurso encontra-se aguardando pronunciamento no gabinete do Relator.

Obrigada.

Quem tiver alguma dúvida, eu estou à disposição.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Muito obrigado, Dra. Juliana.

Agora nós temos o prazer de ouvir o Dr. Francisco Teixeira, do Ministério da Integração Nacional, para as suas considerações.

O SR. FRANCISCO TEIXEIRA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Mauro Lopes, a Dra. Juliana...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mauro Lopes) – Antes do início do seu pronunciamento, gostaria que nosso caro Deputado Josias Gomes, que aqui se encontra e que faz parte do Comitê, assumisse a Presidência dos trabalhos, para que eu possa, em outro auditório, presidir outra reunião.

Então, eu passo a Presidência ao Dr. Josias, para que dê continuidade aos trabalhos.

Muito obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Com a palavra o Dr. Francisco.

O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA – Começando pelo final, acerca da Barragem, eu estou aqui, enquanto Secretário de Infraestrutura Hídrica, acompanhado do Diretor do Departamento de Obras Hídricas, do Ministério da Integração Nacional; do nosso Coordenador-Geral de Obras Hídricas, Marcílio Lira, e também do Secretário-Adjunto de Alagoas, Dr. Alzir Lima.

Com relação à Barragem do Rio Arraias, no Tocantins, essa barragem foi objeto do Convênio nº 113, de 2007, firmado entre o Ministério da Integração e o Governo do Tocantins. Após tudo aquilo que foi explicado pela Dra. Juliana, esse convênio foi paralisado, e não houve mais repasse do Ministério da Integração.

O Governo de Tocantins foi notificado a prestar contas dos recursos – e, por isso, hoje se encontra, inclusive, inadimplente – que foram repassados ou a fazer uma possível devolução. Então, a obra está paralisada desde os questionamentos levantados no acórdão do TCU.

No sistema de macrodenagens, no Tabuleiro do Martins, em Alagoas, também foi feita uma obra no início. Houve um problema de erosão no deságue dessa obra no primeiro convênio. No segundo convênio, foi proposto terminar a obra, recuperando aquilo que tinha sido executado. Como, até 2005, quando foi feito esse convênio, depois de 2005 e até o encerramento do convênio, em 2007, não houve um progresso por parte do Governo do Estado de Alagoas, a execução física desse convênio, dessa obra, não foi aceita pelo Ministério da Integração Nacional. Esse convênio se encontra hoje em processo de tomada de contas especial. O relatório da nossa Coordenadoria-Geral de Convênios, ligada à Diretoria de Gestão Interna, Relatório nº 38/2009, concluiu pela restituição integral do valor repassado no âmbito do Convênio nº 200305.

Portanto, assim como a Barragem de Arraias, em Tocantins, isso aqui também se encontra paralisado, e o Ministério requerendo a devolução de recursos.

Quanto ao Canal do Sertão Alagoano, como bem falou a Dra. Juliana, o Ministério hoje tem instrumento de repasse em relação aos Trechos II e III, que estão em obras. E há uma linha de eletrificação para fazer esse canal funcionar em breve, e se conseguir, nas etapas 1, que já foi concluída, 2 e 3, botar água nele, acionando a estação de bombeamento que fica no Lago de Moxotó.

Os trechos objeto de questionamento do Tribunal de Contas, de forma mais clara, que são o IV e o V, encontram-se com contratos, como bem foi dito, do Governo de Alagoas com as empresas. O Ministério não tem qualquer instrumento de repasses desses trechos. Os Trechos III e IV encontram-se no PAC, mas esses não se encontram.

Tirada a lição do III, onde o TCU, se não me engano, no ano passado, fez uma auditoria prévia, e o Ministério adequou baseado nas recomendações do TCU no momento de fazer o instrumento de repasse, caso os Trechos IV e V venham a ser também objetos de instrumento de repasse do Ministério da Integração para dar continuidade ao canal, nós obviamente vamos acatar todas as sugestões do TCU no sentido de resolver os problemas.

Eu queria aqui pedir permissão para passar a palavra ao Secretário de Alagoas, o Dr. Marcílio, nosso Coordenador, se quiser acrescentar alguma coisa.

Marcílio é o Coordenador de Obras da Diretoria de Obras Hídricas.

Por favor, Marcílio.

O SR. MARCÍLIO LIRA DE ARAÚJO – Boa tarde, senhores e Srta. Juliana.

Só endossando o que o Secretário falou, o canal está em plena execução nos Trechos II e III: Trecho II com 90% de execução, Trecho III com 60%. O Trecho I está com 98%, está faltando fechar uma instalação elétrica, que está sendo executada – dentro de 45 dias deve se encerrar isso –, para poder permitir o bombeamento da água e assim permitir que já tenha uma etapa útil funcionando, certo?

Gostaria de passar a palavra para o Secretário. Ele vai entrar em detalhes com relação à renovação dessas fianças, dessas garantias. Ele trouxe aqui essas garantias para a gente ver. Se der tempo, ainda vamos passar um vídeo da obra do canal, que está a pleno vapor.

O SR. ALZIR LIMA – Boa tarde a todos.

Eu tenho pouco a acrescentar. Já foi muito bem esclarecido pelo Secretário Francisco Teixeira. Só informo, Dra. Juliana, que me foi passada uma atualização da garantia do Trecho II, que entrou em vigor no dia 25 de setembro de 2012, com prazo de vigência até 24 de março de 2013. Eu vou passar para a mão de vocês.

Eu gostaria de pedir a permissão para que fosse exibido um pequeno vídeo de 4 minutos, para os senhores terem a ideia exata de como está o andamento das obras do canal hoje.

Boa tarde e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Vamos fazer o seguinte: vamos assistir a esse vídeo, mas quero lembrar que o tempo é exíguo para que a gente ouça todos, porque nós temos outras audiências. Mas, em respeito ao que vocês trouxeram, vamos ouvir e anexar aqui aos nossos relatórios, que serão posteriormente do conhecimento do público.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Eu agradeço ao Dr. Francisco Teixeira, Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração, ao Secretário de Alagoas e ao outro companheiro do Ministério da Integração, o Marcílio.

Muito obrigado a vocês.

A doutora tem algo a acrescentar?

A SRA. JULIANA PONTES MONTEIRO DE CARVALHO – Eu só gostaria de pedir ao Governo do Estado de Alagoas que encaminhe esse novo termo da garantia para o Tribunal, tão logo seja possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Agradeço a todos e desfaço a Mesa para, em seguida, convidar os próximos presentes, o Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, Dr. Manoel Renato Machado Filho, e o Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio do Tribunal de Contas, Sr. Eduardo Nery Machado Filho, para compor a Mesa e iniciarmos os trabalhos.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão cada um de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderando o disposto no art. 94 da Lei 12.708, de 2012, e a LDO de 2013.

Com a palavra o Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, SECOB 3, do Tribunal de Contas da União, Sr. Eduardo Nery Machado Filho.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Boa tarde a todos, aos membros da Mesa, na ilustre presença do representante do Presidente do COI, Exmo. Deputado, e aos demais senhores presentes a esta audiência pública, representantes também do Ministério das Cidades e da CMO.

No caso, trataremos de duas obras do Ministério das Cidades em que o TCU recomendou a inclusão da obra no quadro bloqueio da LOA.

A primeira obra diz respeito às obras de implantação do Complexo Viário do Baquirivu, em Guarulhos, São Paulo.

O valor do contrato dessa obra é de 101 milhões e 673 mil reais. Ela já vem sendo incluída no quadro bloqueio desde 2004 e, atualmente, conta com 89% de execução física. A inclusão dessa obra no quadro bloqueio motivou-se pela existência de um sobrepreço, um superfaturamento decorrente de prática de jogo de planilha e de preços acima de mercado. Um débito de aproximadamente 7 milhões de reais, que corresponde a cerca de 7% do valor do contrato.

O TCU, em 2012, por meio do Acórdão nº 2.146 determinou à Prefeitura de Guarulhos que descontasse o débito apurado no pagamento de serviços a executar e que repactuasse os preços dos serviços a executar com base no ciclo. Essas foram as medidas saneadoras estabelecidas pelo plenário do TCU. Além disso, também o plenário determinou que fosse formalizado encerramento do convênio com os órgãos repassadores de recursos públicos federais vinculados à obra em apreço.

No caso em questão, essa é uma obra em que a Prefeitura de Guarulhos vem informando que não tem mais interesse no convênio. No entanto, não ocorre.... Diz que também não tem interesse de dar continuidade às obras, no entanto, não é formalizado o encerramento do convênio. Daí o motivo de ela continuar sendo incluída no quadro bloqueio. Existe um débito e, como existe... De forma que não se recomenda aportar recursos para essa obra.

A Prefeitura de Guarulhos vem informando que, além disso, estava impossibilitada de encerrar o contrato também, porque o processo administrativo da contratação foi apreendido numa operação do Ministério Público Federal. O Ministério das Cidades, por sua vez, apresentou ao TCU uma lista dos contratos de repasse vinculado à obra, os contratos de repasse que estariam encerrados e com a prestação de contas aprovada, e solicitou à Caixa que fornecesse a documentação pertinente às prestações de contas dos contratos de repasse.

Como não há formalização desse encerramento do contrato, o TCU pediu que ao menos seja demonstrado que aquelas prestações de contas já foram concluídas e que não há riscos de que novos recursos possam ser aportados para esse convênio. Só então o TCU poderia deixar de recomendar a inclusão dessa obra no quadro bloqueio. Mas, como informado, até agora isso não foi demonstrado, o convênio não foi encerrado e a documentação não foi toda ainda encaminhada.

Para encerrar as informações acerca dessa obra, os processos administrativos foram apreendidos pelo Ministério Público Federal, conforme já informado, que determinou a busca e apreensão de todos os documentos. Isso vem dificultando o encerramento desse processo. E, no âmbito do TCU, o débito, que foi aqui mencionado, vem sendo apurado. Já existe um processo de Tomada de Contas Especial para reaver os valores que foram pagos indevidamente. Em razão do Acórdão nº 355, de 2007, já se determinou a citação dos responsáveis, e o processo agora está em fase final, aguardando julgamento do Plenário.

Em relação à segunda obra, sobre a qual o Ministério das Cidades veio tratar, que diz respeito à drenagem nas bacias dos córregos Canela e Borá, em São José do Rio Preto, quanto ao contrato, na verdade, o Tribunal fiscalizou o edital de pré-qualificação, que somava 134 milhões, dos quais 62 milhões seriam de recursos provenientes diretamente do OGU e 69 milhões de recursos obtidos pela Prefeitura de São José do Rio Preto por meio de financiamento do FGTS.

A obra em questão teve uma recomendação de inclusão no quadro em função do projeto básico deficiente, uma vez que, dentre alguns dos problemas identificados, havia ausência de projeto estrutural da galeria, do canal de concreto, ausência de sondagens para subsidiar a definição e a profundidade das fundações, das galerias, bem como o quantitativo de escavações em solos moles, entre outros problemas técnicos identificados na elaboração do projeto básico. O Tribunal apurou que o projeto, naquela ocasião, referente a 71% das obras ainda estaria indevido. Ele teria de ser refeito ou complementado.

O Tribunal, por meio do Acórdão nº 1.705, determinou como medida saneadora para essa obra que

a Prefeitura de São José do Rio Preto elaborasse um novo projeto básico, completo e suficiente para uma adequada compreensão do escopo do contrato; readequasse a planilha orçamentária, levando em conta os quantitativos então levantados no novo projeto, no projeto ajustado; anulasse a pré-qualificação, de modo a levar em conta as novas soluções do projeto que viesse a ser elaborado, e fizesse uma licitação, observando também alguns achados, que o próprio Tribunal tinha identificado, referentes à restituição do certame licitatório.

A Prefeitura de São José do Rio Preto trouxe ao Tribunal as medidas saneadoras, informando que a licitação estava suspensa, a Concorrência nº 11, de 2012. Foi elaborado um projeto básico completo e foi adequada a planilha orçamentária também.

Quanto à nova licitação, também foi informado que seriam adotados os entendimentos que foram apontados pelo TCU. O Ministério das Cidades, por sua vez, avisou que ia aguardar a decisão definitiva do TCU acerca da irregularidade. E a Caixa também faria uma nova análise do projeto, após a definição desse imbróglio.

A situação atual é que esses elementos foram apresentados pela Prefeitura de São José do Rio Preto, foram analisados pela unidade técnica. O processo, inclusive, está na pauta de julgamento de hoje, a análise dessas medidas saneadoras está na pauta de hoje. Então, o Tribunal já vai se posicionar acerca do atendimento ou não dessas medidas saneadoras, se o projeto apresentado pela Prefeitura de São José do Rio Preto é suficiente para o prosseguimento das obras. Hoje ele já vai ter essa resposta.

Enfim, essa é a atual situação, a atual posição da obra no âmbito do Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Obrigado, Dr. Eduardo.

Eu passo a palavra ao Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades, Sr. Manoel Renato Machado Filho, pelo período de 15 minutos.

O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO – Boa tarde a todos!

Boa tarde, Deputado Josias. Boa tarde, Ramiro e demais integrantes da Mesa, Eduardo Nery, representante do Tribunal. É uma satisfação voltar a esta Comissão para prestar esses esclarecimentos.

Tenho uma apresentação, mas eu gostaria, enquanto o pessoal a coloca...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO – Foi entregue à Secretaria. Você a quer em meio digital novamente? Pasta CMO.

Enquanto colocam a apresentação, eu vou passar às mãos do Deputado Josias a posição do Ministério sobre como foi solicitado um ofício de convocação, de convite para participação da audiência.

Eu represento aqui a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, e nós estamos prestando esclarecimento sobre a obra de drenagem em São José do Rio Preto, uma vez que a do Baquirivu é uma obra de mobilidade urbana, não está comportada nas competências da Secretaria de Saneamento, é de outra Secretaria finalística do Ministério. Então, eu não tenho esclarecimentos a prestar.

De qualquer maneira, eu vou fazer chegar à Secretaria finalística responsável as ponderações colocadas aqui pelo Tribunal de Contas da União, para que esse assunto seja definitivamente esclarecido e superado.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em relação à obra de São José do Rio Preto, tratam-se, como o Eduardo já colocou, de dois contratos sob a gestão do Ministério das Cidades: um com recurso do Orçamento Geral da União, no valor de 60 milhões de reais, incluindo contrapartida, outro, no valor de 72,2 milhões, formalizado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, tendo o Ministério das Cidades como gestor também.

Os contratos somam 132 milhões de reais com o objetivo de fazer a macrodrenagem e a microdrenagem dos córregos Canela e Borá, na área urbana da cidade de São José do Rio Preto. Ambas as obras estão não iniciadas ainda, o que ensejou a oportunidade de fazer as correções em tempo oportuno, evitando maiores transtornos, paralisação das obras e incremento de custos.

Bom, esses são os valores que estão envolvidos por parte do Governo Federal.

Aqui temos um slide mostrando a disposição das duas bacias que serão trabalhadas: a mais à direita é a do Córrego Borá, objeto do contrato com recursos do Orçamento Geral da União; e a parte mais a esquerda, a parte mais em azul, a do Córrego Canela, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. São duas bacias vizinhas, vamos chamar assim, e ambas são cortadas, dentro da área urbana da cidade, pela Rodovia Washington Luís, que é a SP-310.

Na área urbanizada, pode-se ver que ambas as bacias estão localizadas em áreas de adensamento consolidado e de elevada densidade demográfica, especialmente no que se refere à parte para baixo da SP-310, ou da Rodovia Washington Luís. E o que estamos pretendendo fazer basicamente está relacionado no slide: amortecimento das vasões de pico, microdrenagem, pavimentação, duplicação da galeria,

no Córrego Borá; e, no outro, amortecimento, microdrenagem e pavimentação. Eu vou explicar um pouco melhor mais à frente.

Basicamente, o objetivo fundamental é evitar inundações e alagamentos na área urbana da cidade, especialmente na área central da cidade de São José do Rio Preto.

Nós vamos ver umas fotos mais à frente que mostram a gravidade do problema e os transtornos pelos quais a população rotineiramente está submetida.

São dois projetos que foram dimensionados para o tempo de retorno de 100 anos para macrodrenagem e de 10 anos para microdrenagem. O que significa isso? Significa que, se forem implementados, com as curvas de pluviosidade que hoje se detêm, é possível evitar transtornos significativos em horizontes temporais de até 100 anos. Então são obras de grande relevância para a cidade e que têm o condão de evitar grandes prejuízos, inclusive perda de vidas humanas.

Esse aqui é o Córrego Borá, financiado com recursos do Orçamento Geral da União. Está prevista a execução de várias bacias de detenção. Especificamente são nove lagoas de amortecimento, para evitar que as vazões de pico se verifiquem e haja transbordamento do curso d'água. Além disso, microdrenagem em cinco bairros que estão relacionados aqui à direita. Os Bairros Jardim Tarraf, Jardim Tarraf II, Jardim Aclimação, Alto Rio Preto, Jardim Maracanã e Bosque da Saúde, e um amortecimento global de mais de 100 mil metros cúbicos de vazão. Além disso, um canal aberto, na parte mais à esquerda do *slide,* na parte mais em vermelho, e um canal fechado aqui, na parte mais à direita, onde há um adensamento mais intenso. Mais substancial é a parte central da cidade, a Avenida Bady Bassitt.

Além disso, algumas obras de urbanização lateral nos córregos, para evitar a reinvasão, a reocupação das margens dos córregos e dar um uso urbano às margens, especialmente com uso lúdico: pistas de caminhada, ciclovias, rearborização da cidade, justamente para dar um aproveitamento mais efetivo dessas áreas e evitar a reocupação.

Essa questão é muito importante. Não adianta nada o Estado fazer um investimento substancial, e depois, pela característica da urbanização que existe no Brasil, que é extremamente desordenada, você permitir a reocupação das áreas e reexpor outras populações ao risco que está se pretendendo evitar.

Esse tipo de urbanização e esse tipo de intervenções têm uma relevância muito grande. Às vezes passa despercebido pelo cidadão comum a relevância que esse tipo de questão tem nesse tipo de obra. Não se trata de perfumaria. É o que a gente costuma colocar. É justamente o que vai garantir, no futuro, que essas áreas não sejam reocupadas e não se exponham novas populações a esses problemas que nós hoje estamos propondo resolver.

Temos o mesmo tipo de abordagem aqui para o Córrego do Canela. É muito parecido. A única diferença é que nós temos um volume de amortecimento maior. Enquanto lá é de 103 mil metros cúbicos, aqui é de mais de 200 mil metros cúbicos. O grosso desse amortecimento está centrado dentro da calha do rio, que é o que a gente chama de amortecimento *in line*. São várias bacias em linha de amortecimento das vazões de pico, que são justamente as estruturas que vão evitar o transbordamento do canal durante os momentos de pluviosidade mais intensa.

Além disso, estão previstas também lagoas de estabilização nas partes mais altas da cidade e microdrenagem complementar, pavimentação, obras complementares de urbanização, ciclovias, enfim, é um conjunto bastante expressivo de intervenções.

Nós trouxemos aqui algumas fotos das últimas cheias que ocorreram em 2009 e em 2010 na região. Dá para ver a violência pela situação dos veículos.

Então, naquela primeira foto, nós temos uma *van* quase virada. Aqui nós temos um carro – está meio escuro – completamente capotado. Ele foi arrastado pela força das enchentes, inclusive levou esse poste.

Temos aqui alguns transtornos que são corriqueiros nas regiões centrais dessa cidade, como, por exemplo, levar capa de asfalto, como nessa última foto aqui. Temos aqui outras fotos mostrando os transtornos, também na enchente de 2010. Você vê que é uma área que tem uma verticalização elevada, inclusive prédios, cujas garagens são frequentemente inundadas.

E, por último, algumas fotos que dão melhor ideia dos momentos de vazão de pico e o transtorno e o desespero da população que passa frequentemente por esse tipo de situação.

Então, realmente não há, do nosso ponto de vista, como discutir o mérito das intervenções. Podemos discutir e até aperfeiçoar a sua concepção, mas o mérito das intervenções, na nossa opinião, Deputado, estão muito claras.

Bom, então, na sequência, o Eduardo, que me antecedeu, já colocou quais foram os apontamentos da auditoria do TCU que foram formalizados pelo Acórdão 2.382, e, depois, complementado pelo Acórdão 1.705, as determinações que o acórdão estabeleceu e, em relação ao Ministério das Cidades, solicitou que nós não homologássemos um documento que a gente chama de Síntese do Projeto Aprovado, ou SPA, que é justamente a autorização que o Ministério dá para o início da intervenção. Então, nós suspendemos imedia-

tamente, tão logo comunicados. Essa foi a providência, eu diria, principal, que o Ministério adotou, suspendeu a homologação da SPA, até que haja decisão de mérito definitiva pelo TCU, que está suspensa até o momento; encaminhou ofícios à Prefeitura, instando-a a adotar as providências necessárias para sanear ou esclarecer os apontamentos realizados, e também solicitou à mandatária da União – a Caixa Econômica Federal, que atua representando o Ministério na análise dos projetos – que acompanhasse isso e prestasse os esclarecimentos naquilo que lhe coubesse, uma vez que ela também havia aprovado um projeto em que, ao ver do TCU, existiam algumas ponderações que mereciam ser esclarecidas.

Em relação às providências referentes aos dois contratos são muito parecidas, muito embora sejam fontes de recursos completamente diferentes. Mas as providências são similares. A única diferença adicional que nós fizemos foi sugerir à Prefeitura, caso fosse realmente necessário relicitar a obra, que examinasse a possibilidade de licitar as duas obras em separado, porque, como nós vimos ali, elas não têm qualquer relação uma com a outra. As obras do contrato, com recursos do Orçamento Geral da União, não têm relação direta com as obras de contrato de financiamento, a princípio, não precisariam estar no mesmo procedimento licitatório. Então, essa foi a recomendação que fizemos, a princípio.

As providências adotadas pela Prefeitura. É preciso registrar aqui que a Prefeitura adotou uma postura construtiva e proativa no sentido de esclarecer os seus pontos de vista e imediatamente começou a complementar o material. Então, em 25 de agosto, ela apresentou uma nova versão do projeto à 3ª SECOB, lá, do TCU, que foi quem fez os apontamentos do relatório original, com vistas a atender as falhas. Em 12 de novembro, após reuniões com a equipe técnica, complementou essas informações mediante a reapresentação dos orçamentos das obras, que foram refeitos para alterar e adequar os preços unitários para suprimir os indícios de sobrepreço e as quantidades que se encontravam em divergência com aquelas que estavam alinhavadas no projeto.

Apresentou também um documento técnico, justificando as razões pelas quais, na sua visão, não era necessário anular a pré-qualificação, e no sentido de dirimir o TCU a modificar o seu ponto de vista. E, além disso, reapresentou o projeto de engenharia em paralelo, para reanálise na Caixa Econômica Federal, responsável pela análise do projeto em nome do Ministério.

Em 16 de novembro, agora, quer dizer, muito recente, a 3ª SECOB emitiu um complemento de seu relatório em que concluiu que o projeto básico foi complementado e alterado, e entendeu que estava cumprida a medida corretiva descrita no item 9.1, que é justamente a deficiência do projeto. Então, estaria saneado esse ponto do acórdão original.

Também entendeu que as alterações nos preços unitários e nas quantidades da planilha orçamentária teriam sido suficientes para sanear os indícios de sobrepreço detectados. Então, entendeu também que a questão do sobrepreço estaria pacificada.

Em relação às medidas corretivas referentes à licitação propriamente dita, que eram uns apontamentos relacionados aos índices e às exigências para qualificação dos interessados em participar da licitação, a SECOB entendeu que – mesmo que o Município não houvesse atendido plenamente a recomendação original, que seria cancelar o processo de pré-qualificação e reiniciá-lo sobre novas bases – não havia dano aos potenciais licitantes, e que, por isso, poderia acatar essa solicitação também. Então, em síntese, desde que fossem atendidas aquelas duas condições que estão relacionadas ali na apresentação, que fosse fornecido aos licitantes um novo projeto básico e a nova planilha orçamentária e reiniciado o prazo para que as empresas licitantes interessadas elaborassem suas propostas de preços. Ou seja, que fosse feita uma proposta de preço compatível com o novo projeto, com as adequações no projeto básico que haviam sido implementadas.

Em vista dessas ponderações, ainda que não seja uma posição definitiva, no mérito, do Tribunal de Contas da União, já que o relatório da área técnica ainda não foi convalidado pelo Plenário do Tribunal, como o Eduardo que me antecedeu colocou aqui. Estava para a agenda de hoje, não é Eduardo? Nós entendemos, então, o Ministério, que não caberia a nossa sugestão de incluir essa obra na lista de obras com graves irregularidades para o Orçamento de 2013, caso o Plenário acate a recomendação da 3ª SECOB. Como o Ministério já se comprometeu a não implementar nenhuma iniciativa que não esteja em linha com o acórdão final que o Tribunal vai emitir, a nossa visão é de que o assunto não deveria constar do Anexo da Lei Orçamentária Anual de 2013, por absoluta desnecessidade.

Essa é a nossa posição. Eu gostaria de agradecer, estou aqui à disposição para prestar algum esclarecimento. Gostaria só de registrar a presença do Dr. Valdeci Medeiros, gerente da área de drenagem da Secretaria Nacional de Saneamento, e que me acompanha aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Muito obrigado ao Dr. Manoel Renato Machado Filho, do Ministério das Cidades.

Quero só saber se há algum acréscimo a fazer.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Excelência, só reforçando aqui o que o Dr. Renato falou, realmente a unidade técnica entendeu que a medida saneadora havia sido adotada e propôs ao Relator que a obra fosse retirada do quadro-bloqueio. Mas, no entanto, ainda não é o posicionamento do TCU. Então, hoje, na sessão de hoje, talvez o Tribunal já tenha até deliberado sobre a matéria, mas até o final do dia de hoje já teria um posicionamento do Plenário do TCU a respeito da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Eu quero agradecer a.

O SR. MANOEL RENATO MACHADO FILHO, do Ministério das Cidades; ao Sr. Eduardo Nery Machado Filho, do TCU; e desfazer, ao mesmo tempo, a Mesa, para que nós possamos compor a Mesa seguinte, com o Dr. Glauco Colepícolo Legatti, representando a PETROBRAS, na condição de Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima.

Muito obrigado aos senhores.

O Dr. Eduardo Nery vai continuar conosco aqui para acompanhar.

Também convido o Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos da COMPERJ, Sr. Flávio Fernando Casa Nova da Motta, que representa a PETROBRAS para este empreendimento. *(Pausa.)*

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que os palestrantes disporão de 15 minutos para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não devam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderando o disposto no art. 94 da Lei 12.708, de 2012, que é a LDO de 2013.

Quero comunicar também que, conforme o estipulado no art. 256, inciso V, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Quero passar inicialmente a palavra para o Dr. Eduardo Nery, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, SECOB 3, do Tribunal de Contas da União, que dispõe de 15 minutos para sua exposição.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Dando continuidade aqui, então, cumprimentando mais uma vez os membros da Mesa, o Exmo. Deputado que preside agora esta reunião, os representantes da PETROBRAS e da CMO, como os Parlamentares aqui presentes.

Nós vamos tratar aqui de duas obras da PETROBRAS, nas quais o Tribunal recomendou sua inclusão no quadro-bloqueio. A primeira delas é o contrato de tubovias das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. O contrato em questão soma 731 milhões e 800 mil reais. Aqui, no caso, a recomendação de inclusão no quadro-bloqueio decorreu de um sobrepreço de 163 milhões, de 22,5% do valor do contrato, que foi devido a uma desclassificação indevida de proposta de preços que seriam supostamente inexequíveis.

Um dos pontos que levou o Tribunal a questionar a inexequibilidade que a PETROBRAS alegou para desclassificar, no caso três empresas, foi a própria oscilação, variação nos preços das estimativas de custo da PETROBRAS.

A PETROBRAS, quando elaborou a estimativa de custo para essa contratação, revisou o valor das suas estimativas por quatro vezes. Inicialmente a estimativa somava 662 milhões, chegou a 920 milhões, e, no final, depois de ajustes, somou 837 milhões. Então as suas estimativas variaram em 39%. O valor da menor proposta, que no caso foi considerada inexequível, foi de 568 milhões. Se esse valor da primeira estimativa da PETROBRAS fosse considerado adequado, essa proposta não teria sido desclassificada. Cinco empresas seriam desclassificadas por preços inexequíveis, caso não fosse revisado o valor da estimativa do segundo convite. No caso, a PETROBRAS teve que realizar dois convites para poder concretizar a contratação. E, mesmo após a última revisão, três empresas ainda foram desclassificadas por inexequibilidade.

Fazendo uma análise das propostas do segundo convite, nós vemos ali no quadro, a tabela seguinte, que indica ali as empresas. No caso, cinco seriam desclassificadas, caso não houvesse a revisão do preço da estimativa. Mas, ainda assim, mesmo com a revisão do preço da estimativa, que passou de 920 milhões para 837 milhões, ainda assim, três empresas...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem. A gente pode, para entender melhor, fazer uma pequena interpelação durante a explanação? Acho que seria bom porque eu estou vendo ali rapidamente – não estive muito prestando atenção –, em relação à proposta da PETROBRAS e à classificação das pessoas, que o vencedor ganhou com menos 20% e o outro, com menos 12%. E alguém teve até menos 32%, foi desclassificado; 38%, desclassificado.

Eu não estou dando conta de entender, porque, quando eu vou fazer alguma obra, eu faço uma estimativa de custo, eu contrato um engenheiro calculista e tal, eletricista e tal, faço a cotação de material, e, às vezes, ponho a mão de obra de 20%, digamos, sobre

o valor a ser contratado, pois o indivíduo pode me dar um desconto, ganhar com 5% a menos ou com 5% a mais daquele preço básico. Mas 20%, 32%? Será que não é erro da própria PETROBRAS não? Trinta e oito por cento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Deputado, a despeito da sua preocupação, coerente, eu sugiro, por uma questão de mérito, que o representante do TCU faça as suas ponderações, considere, inclusive, a sua preocupação e, em seguida, ouvimos a PETROBRAS, e aí V.Exa. poderá fazer uma fala com mais concretude.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, obrigado. Porque, com certeza, o TCU deve estar preocupado com esses absurdos também, não é?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Sim.

Dando sequência, o motivo da nossa preocupação é justamente na linha do que o Exmo. Deputado colocou de que havia propostas que teriam preços que não eram 32% e que poderiam ser erro da própria PETROBRAS. E o que nos chamou mais a atenção é que a própria estimativa da PETROBRAS variou demasiadamente ao longo da contratação. A PETROBRAS começou com uma estimativa de 662 milhões; só que, no primeiro momento, ela apenas obteve propostas de valores muito altos e foi revisando e aumentando o valor da sua estimativa. Num dado momento, as empresas entraram com preços muito baixos, mas a estimativa da PETROBRAS já tinha sido elevada demasiadamente. Assim, a própria variação do custo da estimativa da PETROBRAS ao longo desse período deixou fragilizada a questão da desclassificação dessas empresas.

Nós passamos agora a avaliar justamente essa questão. Se pegarmos o preço das três empresas que foram desclassificadas, a média do valor delas daria, mais ou menos, uma contratação 124 milhões mais barata do que a realizada. Entre os argumentos apresentados pela PETROBRAS para sustentar a regularidade do certame, ela defende que o TCU deveria utilizar a estimativa de custo dela para o cálculo de sobrepreço; que ela teria utilizado critérios objetivos no julgamento da licitação; e que ela teria desclassificado as propostas inexequíveis com base em critérios técnicos.

Ora, em relação ao TCU utilizar a estimativa de preço – porque a PETROBRAS defende que o TCU utilize uma referência de preço para calcular se há sobrepreço ou não –, entendemos que não se aplica nesse caso aqui, porque existia uma proposta com valor 164 milhões mais barato, então, cabia demonstrar que ela é inexequível. Ou seja, seria um dano decorrente de uma desclassificação injustificada, e não seria o caso de se fazer uma comparação com base num preço hipotético.

Outro ponto defendido pela PETROBRAS é que foram utilizados critérios objetivos. No caso, a PETROBRAS adotou como critério que, se houvesse proposta com menos de 15% abaixo do valor da estimativa, ela seria, a princípio, considerada inexequível e teria que demostrar a sua exequibilidade. Para isso, a PETROBRAS estaria amparada em recomendações práticas internacionais.

Então, o primeiro ponto é que recomendações práticas não definem essa variação de menos 15% como critério de aceitabilidade de preço. Isso não está previsto em normas internacionais. Além disso, não estava claramente definido, no procedimento licitatório, que essa variação seria adotada como critério de aceitabilidade de preço.

Em relação à questão da desclassificação de propostas inexequíveis, a PETROBRAS desclassificou com base em três motivos: inexistência de profissionais exercendo funções exigidas contratualmente; a mão de obra indireta, chamada de MOI, significativamente abaixo da estimativa da PETROBRAS; e o índice de produtividade das empresas que foram consideradas inexequíveis estaria maior em pelo menos, 40% do que é estimado pela PETROBRAS.

No caso, o Tribunal entendeu que não se justificava porque, na própria empresa que foi contratada, se fossem levados em conta os mesmos critérios utilizados para desclassificar as três propostas inexequíveis, também se desclassificaria a proposta que foi considerada vencedora.

Fizemos isso com base em quê? Em relação ao quantitativo de mão de obra indireta. No caso da empresa que tinha a menor proposta, a Galvão Engenharia, ela apresentou um quantitativo de mão de obra 67% inferior ao do estimado pela PETROBRAS; a Serveng, que foi também uma das desclassificadas, tinha 40%; a Engevix, menos 15%. Mas a empresa que foi contratada tinha 47%, ou seja, usando esse critério, ela também seria desclassificada.

Em relação à inexistência de profissionais exercendo funções exigidas contratualmente, uma das empresas foi desclassificada porque ela não teria determinados profissionais na relação da sua proposta de preços. Nesse caso ali, por exemplo, a estimativa da PETROBRAS exigia que houvesse um gerente de construção e montagem. No caso da proposta da Galvão, não foi achada exatamente essa função, e esse foi um dos motivos pelo qual ela teria sido desclassificada. Mas havia outras funções que a PETROBRAS exigiu, como, por exemplo, gerente de QSMS, que também não estavam previstas no DFP no caso, na

proposta da empresa que foi contratada. Ou seja, se fosse adotado esse critério, a princípio, ela também deveria ter sido eliminada.

Por fim, em relação aos índices de produtividade, no caso da proposta da PETROBRAS, ela alegou que a produtividade da empresa considerada inexequível estava muito alta. Só a título de ilustração, colocamos os valores que mostram a proporção entre a produtividade da PETROBRAS, da empresa da menor proposta e da empresa que foi contratada. Se compararmos a produtividade da menor proposta à produtividade da empresa que foi contratada – estamos falando de produtividade da mão de obra direta na montagem de tubulação –, os valores são muito próximos, portanto, não se justificaria a desclassificação.

Por conta disso, o Tribunal entendeu que não foram apresentados elementos consistentes que justificassem a inexequibilidade daquelas propostas. Por isso, entre as medidas corretivas determinadas, determinou que a PETROBRAS renegociasse o valor do contrato com base nessa menor proposta, de 163 milhões de reais e, caso não fosse bem sucedida, convocasse as empresas por ordem de classificação, para, então, contratar as empresas na ordem de classificação.

A PETROBRAS prestou novos esclarecimentos em agosto de 2012, que foram analisados. Isso estava pautado na sessão plenária de hoje, e não tenho ainda notícia do resultado desse julgamento.

Quando a equipe do TCU esteve nas obras, a obra estava em fase muito inicial de licitação e a empresa estava em fase de mobilização. Agora a PETROBRAS traz informações mais atualizadas e parece que a obra já tem um avanço físico maior.

Em relação às obras da Refinaria Abreu e Lima, o TCU vem fiscalizando desde 2009 essas obras. Em 2009, o TCU identificou problemas de superfaturamento no contrato de terraplenagem, o que ensejou uma recomendação de bloqueio mais condicionada à retenção de valores. O indício de sobrepreço era de cerca de 90 milhões de reais. A PETROBRAS apresentou garantias para cobrir esse possível dano; o Tribunal vem voltando ano a ano, às obras da RNEST; e se certificou de que essas garantias foram apresentadas e estão sendo cumpridas. A PETROBRAS, inclusive, renegociou parte do contrato, para reduzir o valor desse dano que o Tribunal levantou.

No FISCOBRAS, em 2010, quatro contratos de unidades industriais tiveram recomendação de bloqueio, também em razão de indícios de sobrepreço. A PETROBRAS já apresentou esclarecimentos; o Tribunal vem realizando reuniões técnicas e análises; e há previsão de posicionamento do Tribunal a respeito desses esclarecimentos ainda este ano. É um empenho do Relator.

Em 2011, houve mais um contrato incluído, que é o contrato de dutos. O motivo da recomendação de bloqueio também foi indícios de sobrepreço, e a medida corretiva foi a repactuação do contrato. A PETROBRAS apresentou esclarecimentos; e o Tribunal analisou e acatou parte dos esclarecimentos. O valor do sobrepreço foi reduzido para 61 milhões de reais, 10,5% do valor contrato; e foi mantida a recomendação de bloqueio. É o Acórdão nº 2.056/2012, de agosto passado.

Um resumo da situação atual da obra é apresentado no quadro seguinte, em que estão quatro contatos de 2010 com recomendação de bloqueio, que somam cerca de 10 bilhões de reais; e um contrato de 2011, no valor de 640 milhões de reais. Os cinco contratos somam 11,5 bilhões de reais aproximadamente, e o valor do indício de sobrepreço calculado é de 1,38 bilhão de reais, cerca de 13% do valor do contrato.

Os critérios adotados pelo PTCU para análise de preço são feitos com base nas estimativas de custos da PETROBRAS. Nós adotamos o coeficiente de produtividade e os quantitativos e consumo de materiais das próprias estimativas de custos da PETROBRAS, portanto, entendemos que consideramos as particularidades das obras da indústria petrolífera.

O quadro seguinte apresenta como o Tribunal analisa as estimativas de custo. São utilizados os valores de quantidade, produtividade e consumo de materiais da própria estimativa de custos da PETROBRAS. Quando o Tribunal se atém à questão do preço dos insumos, ele utiliza, para isso, referenciais existentes em orçamentos de obras, tais como as tabelas ABENE, SICRO, SINAPI, Datafolha e CADTEC.

Em relação à questão da mão de obra direta, o TCU utilizou como referência acordos coletivos de trabalho. A PETROBRAS adicionou, na sua estimativa de custo, a taxa de atratividade de 30%. Nesse sentido, os esclarecimentos relativos à questão da taxa de atratividade não foram considerados suficientes para justificar a inclusão. Na verdade, a PETROBRAS não justificou essa necessidade do uso da taxa de atratividade, principalmente em função de que essa taxa de atratividade que a PETROBRAS alega necessária para atrair mão de obra para as obras da RNEST não foi prevista para as obras de outros contratos licitados também na Abreu e Lima, no mesmo período.

Para a licitação da Unidade de Destilação Atmosférica e para a Unidade de Hidrotratamento de Diesel não foram previstas taxas de atratividade, e mesmo para a Unidade de Coqueamento Retardado foi prevista uma taxa de atratividade menor, de 20%.

De modo que não se viu justificativa para prever essa taxa de atratividade de 30% apenas para as obras de tubovia, já que todos os contratos foram executados no mesmo sítio e no mesmo período.

Também segundo o sindicato local, há previsão de que 70% da mão de obra está sendo empregada diretamente da região, o que também seria outro motivo que não justificaria a inclusão dessa taxa de atratividade.

Por fim, em relação à questão da mão de obra indireta, o TCU utilizou como parâmetro referencial salários da pesquisa do Datafolha. A PETROBRAS apresentou esclarecimentos e demonstrou que as funções existentes na estimativa de custo e as funções existentes na pesquisa do Datafolha não permitiam uma correlação direta. A unidade técnica entendeu que realmente eram procedentes essas afirmativas, portanto, a tendência é de não haver mais questionamentos em relação à mão de obra indireta. As justificativas apresentadas foram suficientes.

Em relação a alimentação e mão de obra, que também sustentam parte do sobrepreço calculado, o TCU adotou como parâmetro o cadastro de terceirizados do Governo do Estado de São Paulo. Também em relação à alimentação, a PETROBRAS demonstrou e a unidade técnica verificou que, no caso da obra especificamente do RNEST, existe um cardápio típico, regionalizado, que foi negociado com o sindicato. Realmente ali é oferecido esse cardápio aos trabalhadores do RNEST, razão pela qual esse apontamento do sobrepreço referente à alimentação tende a ser elidido.

Em relação a transporte de mão de obra, a PETROBRAS alega principalmente que há, dentro da refinaria, um deslocamento em condições severas de tráfico, o que justificaria um custo mais elevado para o transporte de pessoal da refinaria até as suas cidades locais. Então, o Tribunal entende que esse deslocamento dentro da refinaria é irrelevante perto das elevadas distâncias que são percorridas, principalmente dentro de rodovias em boas condições de tráfego.

Em relação aos critérios de BDI, a PETROBRAS também apresentou justificativas. O Tribunal adotou um BDI diferenciado para fornecimento, de 13%. A PETROBRAS defende que se trata de uma aquisição complexa de equipamentos de engenharia e que necessitaria de um percentual maior de BDI.

No caso em questão, verificou-se também que parte dessa equipe especializada é necessária para trabalhar na aquisição desses equipamentos especializados. Isso realmente se justifica e já está presente na estimativa de custo da PETROBRAS, em um item específico de mão de obra indireta, razão pela qual não se justificaria também ressarcir esses serviços no BDI da obra.

Por fim, em relação aos encargos de qualidade, segurança, meio ambiente e saúde, foram adotados integralmente os custos previstos pela PETROBRAS. Sabemos que a PETROBRAS tem rigor com relação à qualidade, segurança, meio ambiente, e todos esses itens foram considerados na estimativa de custo do TCU.

Outro ponto que também sustenta o sobrepreço encontrado diz respeito à faixa de variação de preços. A PETROBRAS estima o preço da obra e considera uma variação de 20% sobre o valor do seu orçamento. O TCU entende que, em parte dessa estimativa de custo, não deve ser aplicada essa faixa de variação, porque se trataria de contratação a preços unitários de parte daqueles serviços.

Até o momento, o TCU entendeu que ainda não haviam sido apresentadas justificativas que demonstrassem a aplicação dessa faixa de variação para toda a estimativa de custo. Reforçando, o TCU considerou a aplicação da faixa, mas não considerou a aplicação da faixa integralmente. Considerando a aplicação da faixa, o preço referencial do TCU, com faixa, seria de 9,5 bilhões de reais. Se não fosse considerada a faixa, seria de 8,1 bilhões de reais, ou seja, o indício de sobrepreço seria maior ainda. Considerando os 9,5 bilhões de reais, o indício de sobrepreço...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Um bilhão e quatrocentos reais a mais?

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Sim, dos cinco contratos.

Concluindo, atualmente nós do Tribunal fizemos várias inspeções e análises de esclarecimentos prestados pela PETROBRAS. O Tribunal vem se empenhando e aprofundando nessa questão, para dar um posicionamento conclusivo à CMO a respeito desse sobrepreço.

Atualmente, em relação à faixa de variação de preço, o Tribunal já fez uma análise profunda e encaminhou um relatório preliminar para a PETROBRAS, em agosto de 2012, para que ela se manifestasse. Em setembro, a PETROBRAS apresentou esclarecimentos. A previsão é de que o Tribunal aprecie, ainda neste ano, ainda em dezembro, esse processo que trata da aplicabilidade da faixa de variação e que vai estabelecer diretrizes para se calcular todos esses outros sobrepreços.

Em relação aos demais preços, também foram realizadas reuniões técnicas e análises, bem como há um empenho do Relator de fazer o julgamento desses esclarecimentos até o final, ainda neste ano.

Eu quero agradecer a todos e me colocar à disposição para os esclarecimentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Nery.

Quero passar imediatamente a palavra ao Sr. Glauco Colepícolo. *(Pausa.)*

Então, o Sr. Casa Nova vai iniciar os esclarecimentos em relação ao COMPERJ, por 15 minutos.

O SR. FLÁVIO FERNANDO CASA NOVA DA MOTTA – Boa tarde, senhores. Boa tarde, senhoras.

Muito obrigado pela oportunidade de representar a PETROBRAS nestas discussões sobre possíveis irregularidades identificadas pelo Tribunal.

(Segue-se exibição de imagens.)

A suposta irregularidade identificada pelo Tribunal já foi mencionada. Há um suposto sobrepreço na contratação desses serviços, que chamamos de tubovias.

Antes de entrar nos argumentos da PETROBRAS, quero salientar que tubovias são vias de tubos que interligam as diversas plantas que estão sendo construídas dentro da refinaria COMPERJ. Sem esses tubos interligando as diversas unidades, não existirá operação da refinaria.

Na verdade, em qualquer refinaria, todos os contratos, todas as unidades em construção são interligadas e não existe uma refinaria sem que todos os contratos chequem ao seu fim.

Voltando ao assunto, o Tribunal identificou o sobrepreço quando comparou o valor do contrato assinado com o valor da menor proposta apresentada no processo licitatório. Essa é uma diferença de avaliação de outros processos, inclusive da refinaria do Nordeste que o TCU tem feito. A PETROBRAS entende que o sobrepreço deveria ser calculado sobre o valor de mercado, mas esse valor de mercado não foi identificado. O que o TCU fez, o que a SECOB fez, desculpa, foi comparar o preço assinado do contrato com o menor preço apresentado durante o processo licitatório.

A PETROBRAS, quando realiza um processo licitatório, elabora uma estimativa de custos que baliza a decisão da companhia sobre a contratação ou não da melhor proposta. A regra para a PETROBRAS é contratar a melhor proposta. O que queremos dizer com melhor proposta? Não necessariamente a melhor proposta será a menor proposta do certame. Todas as vezes que temos preços muito abaixo dos valores estimados pela PETROBRAS, a PETROBRAS passa para um processo seguinte, que seria de avaliação da exequibilidade dessa proposta de menor preço. Foi o que aconteceu nesse processo das tubovias. A PETROBRAS recebeu um conjunto de propostas e algumas delas, três, quatro propostas, estavam muito abaixo do valor mínimo que deveria ser esperado pela PETROBRAS. Então, a PETROBRAS, antes de decidir pela desclassificação da proposta por preço inexequível, ela convoca essa empresa que deu o menor preço para verificar a sua proposta. Foi isso o que aconteceu nesse certame. A PETROBRAS convidou a empresa citada pelo Dr. Eduardo Galvão para que explicasse por que o preço dela era tão abaixo do valor esperado pela PETROBRAS. As explicações não foram suficientes, não houve tecnicamente condições de a PETROBRAS aceitar aquela proposta.

Por exemplo, dentro da proposta de menor peço, o material que deveria ser aplicado na obra estava proposto por essa empresa por 30 milhões de reais, quando o valor estimado pela PETROBRAS no mercado seria de 60 milhões. Então, não há como a PETROBRAS aceitar uma proposta extremamente abaixo de um valor mínimo esperado. Isso caracteriza para a PETROBRAS um valor inexequível. Essa é a regra que a PETROBRAS estuda.

O Deputado fez uma pergunta no começo: *"Não estaria errada a estimativa da PETROBRAS*?" Poderia estar por esta razão: a PETROBRAS chama aquele proponente que deu um valor muito baixo, como senhor citou, 38% de diferença, e questiona como ele chega àquele valor, inclusive para verificar se a PETROBRAS errou. Nessa oportunidade, a PETROBRAS consegue avaliar tecnicamente se aquela proposta contém exatamente todos os requisitos necessários para levar à frente a obra. É nesse momento em que a PETROBRAS define: ou ela está errada e, portanto, pode alterar a sua estimativa de custo para baixo, e mesmo para cima, quando as propostas todas são a maior, ou identifica que aquela contratada não entendeu o objeto e o escopo do contrato, e, arguindo a sua estratégia de execução de serviço, arguindo a sua capacidade de execução, chega à conclusão de inexequibilidade. Foi o que aconteceu nesse processo. A PETROBRAS julgou inexequível, portanto, desclassificou e foi questionada então pela SECOB sobre as razões da desqualificação.

O Dr. Eduardo, a Secretaria cita que as justificativas apresentadas durante o processo pela PETROBRAS não foram suficientes. Ora, se as justificativas não foram suficientes, a PETROBRAS precisa de mais oportunidade, de alguma oportunidade, para então apresentar justificativas que sejam suficientes. Nós havíamos entendido que havíamos esgotado o assunto, havíamos mostrado para a Secretaria razões suficientes para desclassificar. Não convencemos. Sobre o processo da Refinaria do Abreu e Lima, senhores, estamos discutindo há 3, 4 anos, tentando chegar a entendimentos com o Tribunal no sentido de esclarecer por que os preços são aqueles contratados.

Nesse caso, a PETROBRAS entende que tem condições de, continuando as discussões técnicas

de alto nível que temos com a SECOB, demonstrar, de maneira decisiva, que de fato a proposta de menor preço não era possível ser aceita, porque ela não seria executada. A PETROBRAS não poderia aceitar uma proposta de menor valor, colocando em risco o empreendimento.

Como eu falei no início, a tubovia, não sendo executada, sendo paralisada, causará prejuízo para a partida da refinaria, para a operação da refinaria, porque a tubovia interliga todas as unidades da refinaria. Atrasando a execução da tubovia, seja por paralisação, por determinação do Tribunal, seja porque a empresa não honre os seus compromissos, uma empresa que der um preço muito baixo, isso afeta o empreendimento inteiro. Então, a PETROBRAS não poderia, não deveria, assinar um contrato, se esse valor proposto, o menor valor proposto, manifestava-se naquele momento inexequível.

Repito: se os argumentos não são suficientes, a PETROBRAS entende que é capaz de continuar a discussão com o Tribunal, entender onde nós não estamos sendo claros e complementar a sua defesa. Aliás, nos últimos dias, encaminhamos aqui, a Comissão Mista, ao COI mais esclarecimentos, tentando ser mais objetivos na definição por que julgamos que o menor preço era inexequível.

Essas seriam as consequências caso tivéssemos a determinação de paralisar o empreendimento. Julgamos não ser necessário paralisar, porque os prejuízos seriam enormes para o Brasil, para a companhia e para o Estado do Rio de Janeiro. Nós fizemos uma avaliação; a perda de receita de um mês da refinaria é em torno de 200 milhões de reais. O custo para manter as instalações, já construídas, que deverão ficar paradas, esperando um novo contrato de tubovias, caso esse seja paralisado, gira em torno de 8 milhões ao mês, e outros números que estão ali. Falo do custo mensal da manutenção dos contratos que teriam que ficar parados enquanto substituíssemos – se fôssemos obrigados – a atual contratada. Então, esses são os custos mensais de uma possível substituição.

Aqui lembrando que, somente para dispensar a empresa atualmente contratada, em torno de 60 milhões de reais, apenas para mandá-la embora, porque ela já assumiu compromissos, já espera faturar aquele contrato. Para desmobilizá-la, teríamos um custo também.

O interessante é que nós gostaríamos de apresentar que, uma vez determinado o distrato atual, nós necessitaríamos de um tempo para renegociar com uma possível nova contratada, como, por exemplo, a de menor preço. Esse tempo traria um impacto para o empreendimento completo de cerca de 4 meses. Se essa negociação não fosse satisfatória, se não conseguíssemos uma negociação, conforme sugerido pela SECOB, nós partiríamos para uma nova licitação, que é um processo extremamente longo que certamente impactaria, no mínimo, em 10 meses a operação da refinaria.

Como eu falei no começo, atrasando a tubovia, nós atrasaremos a operação da refinaria e perderemos receita mensal do processamento dos 165 mil barris da refinaria. Entendemos que a solução para esse problema reside em maior aprofundamento da discussão e não na paralisação imediata ou na colocação dessa obra no Anexo 6.

A PETROBRAS entende que, como vem fazendo em todos os processos, tem a capacidade de esclarecer definitivamente, com argumentos sólidos, mais objetivos, porque nós julgamos que os argumentos eram objetivos, mas, na avaliação do SECOB, esses argumentos não foram suficientes. Queremos nova oportunidade e temos a consciência de que tomamos a decisão correta, porque a PETROBRAS não poderia arriscar contratar um serviço por um valor tão pequeno, com alto risco ou com a certeza de que ele não seria honrado até o seu final.

Acrescentando consequências nesse contrato, que hoje tem cerca de 900 pessoas, 900 pessoas imediatamente perderiam o emprego sem possibilidade de recolocação imediata, como eu disse, porque uma nova negociação tomaria tempo, uma nova licitação tomaria mais tempo ainda. Teríamos perdas de funções. Essas empresas são rodeadas de subcontratadas. Por exemplo, estimamos que, no mínimo, 100 subcontratos, fornecedores de alimentação, transporte, vigilância, pequenos materiais, de material de escritório, essas empresas giram, em torno de cada um desses contratos, por exemplo, de tubovias e seriam imediatamente prejudicadas também.

Teríamos o risco de uma nova licitação se a negociação não fosse bem-sucedida. Chegar com valor até superior ao valor que estamos pagando; não há como garantir que a licitação dará um preço inferior. Por fim, como esses contratos são interligados com os demais, haverá consequências em outros contratos. Por exemplo, um determinado contrato avançará normalmente, mas, em determinado momento, para ser concluído, ele precisará da tubovia. Ora, se a tubovia for paralisada para licitar de novo, ela ficará atrasada e não fornecerá o insumo para uma unidade que está andando normalmente e essa unidade terá uma desaceleração, desemprego e custo adicional por empreendimento.

Entendemos, portanto, que é importante chegar à conclusão de que a PETROBRAS – desculpem-me o termo – não pode concordar com a determinação

do sobrepreço, inclusive porque não é esse o critério. Sobrepreço se fosse comparado com o mercado; comparamos com a proposta que a PETROBRAS afirma que é inexequível. A PETROBRAS usou, sim, critério objetivo de desclassificação. Vimos que a empresa deu um preço muito abaixo do mínimo, discutimos exaustivamente, tentamos demonstrar isso ao Tribunal e não fomos felizes até o momento, mas acreditamos que vamos conseguir demonstrar. As empresas desclassificadas foram chamadas a demonstrar que a proposta inexequível é exequível, mas elas não o fizeram, pois não conseguiram demonstrar. Entende a PETROBRAS que a paralisação trará prejuízos, não sendo vantajosa para a PETROBRAS, para o Rio de Janeiro nem para o Brasil.

Finalizando, eu gostaria de agradecer pela oportunidade. Repito: a PETROBRAS está pronta para completar os esclarecimentos. Confiamos que isso é possível de ser feito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Agradeço ao Dr. Casa Nova os esclarecimentos e passo imediatamente a palavra ao Dr. Glauco Colepícolo Legatti, Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima.

O SR. GLAUCO COLEPÍCOLO LEGATTI – Boa tarde a todos.

Presidente da Mesa, Dr. Eduardo Nery, vamos falar aqui sobre a Refinaria Abreu e Lima, sobre a qual eu gostaria de dar algumas informações gerais. Quando falamos na Refinaria Abreu e Lima e em paralisação de contrato, dá a impressão de que a obra está em seu início, de que há a possibilidade dessa discussão de paralisação e tudo mais.

Eu gostaria de passar uma visão geral.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Refinaria Abreu e Lima ocupa uma área de cerca de 6 quilômetros quadrados, sendo toda ela utilizada em sua construção. Estamos falando num investimento de 17 bilhões de dólares, com o objetivo de atender à demanda de *diesel* do Norte e Nordeste do Brasil. Estamos falando também de empregos na construção, hoje, de aproximadamente 44 mil empregados trabalhando dentro da refinaria. O número de empregos na operação é de 1,5 mil. O início das obras foi em setembro de 2007 e o início da operação será em novembro de 2014. Essa refinaria processará 11% da capacidade atual da PETROBRAS e representará 20% do consumo de *diesel* do País.

O estágio de andamento dessas obras. Dentre os contratos que nós temos, o indicativo de paralisação envolve cinco contratos. No contrato da destilação atmosférica, nós encontramos 80% de realização física. No contrato da unidade de coque, 58%. O hidrotratamento especifica os produtos para diesel e nafta para níveis de baixo teor de enxofre. No consórcio de tubovias, na faixa de 60%, e o consórcio de dutos que interligam a refinaria com o porto na faixa de 56%. Estão empregados, apenas nesses cinco contratos, cerca de 28 mil empregados. É a maior obra de infraestrutura existente no País hoje.

A seguir, a curva de pessoal. Hoje estamos com 44 mil empregados. Estamos saindo de uma greve que teve a duração de 45 dias no período entre agosto e novembro.

Essa é uma unidade de destilação, para que vocês tenham ideia do porte das instalações.

A seguir, um forno de uma das unidades de destilação e os tipos de equipamentos de que estamos falando.

Essa é a unidade de coque que está sendo montada. São as duas maiores unidades de coque que teremos na América Latina.

Aqui são as unidades de hidrotratamento. A seguir, a unidade de geração de hidrogênio. Outra visão do HDT de Nafta de Coque.

Aqui uma visão da tubovia. Essas são as tubovias. Serão instaladas cerca de 29 mil toneladas de tubulação.

Aqui é na chegada da área portuária dos dutos.

Aqui é o ponto final, que são os píeres onde o petróleo vai chegar e sair.

Essas instalações são do contrato de dutos onde estão as instalações de importação e de exportação.

Como o Dr. Eduardo já colocou antes, vamos passar pelo histórico desses projetos de uma forma bem sucinta. Por que discutimos tanto esses projetos junto ao TCU? Porque são extremamente complexos, são projetos que demandaram discussão sobre a metodologia de estimativa de custos e o aperfeiçoamento da PETROBRAS e do TCU no entendimento desses projetos. Começamos com diferenças muito grandes de entendimento, fizemos uma série de reuniões técnicas entre nós, entre assessores de fora, tanto os nossos quanto os do TCU, para estarmos convergindo numa nova visão, num novo trabalho entre a PETROBRAS e o próprio TCU nos projetos futuros.

Dentro dessa auditoria de 2010, tivemos aqueles contratos, que são da destilação, do coque, do HDT, do UGH e tubovias. Esses projetos encontram-se em análise pela SECOB 3, e a defesa já foi apresentada pela PETROBRAS.

No projeto de 2011, tivemos o contrato dos dutos. Também aguardamos julgamento definitivo. Hoje foi retirada a questão da faixa de variabilidade. Em 2012 foram analisados novos contratos e revisitados os con-

tratos antigos. Nos contratos antigos observou-se que a PETROBRAS estava mantendo as recomendações do TCU e para os contratos novos não foi encontrada nenhuma irregularidade. Uma coisa importante: não foi encontrado nenhum achado relativo à gestão contratual – não tem medição errada, não tem pagamentos efetuados em desacordo. Isso é um ponto muito favorável de todas as auditorias por que a Refinaria Abreu e Lima está passando.

Na auditoria de 2010 – só para se ter uma ideia de que já viemos aqui no ano de 2009 – esses projetos estiveram no COI e receberam parecer favorável à continuidade dos seus contratos. Em fevereiro tivemos a defesa da PETROBRAS, e assim por diante. Em novembro de 2011 também estivemos nesta Casa, neste mesmo dia, 28 de novembro do ano passado. Pelas avaliações, em função do estágio de análise e avaliação face à complexidade desses projetos, foi recomendado que tivessem continuidade. Durante o ano de 2011 prestamos novos esclarecimentos e hoje estamos em fase de análise mais adiantada, para aguardar a avaliação e o julgamento pelo TCU.

Na auditoria de 2011, seguimos praticamente a mesma estrutura. Vale destacar que em 2011 também estivemos nesta Casa para colocar as condições e receber o parecer favorável a sua continuidade. Houve novas instruções técnicas e esclarecimentos adicionais num ponto, que é faixa de variabilidade. Como foi muito bem colocado em alguns momentos, deve-se discutir quanto é essa faixa. Isso é um processo que foi apartado. Esses projetos todos estão aguardando a definição da faixa de variabilidade para ter seu julgamento e análise final.

Os números, quando se fala em sobrepreço e valores, são muito significativos, quando nós falamos de valores em reais, para esses valores que são 14% dos valores contratados, da ordem de 1,3 bilhão, na visão do TCU. Grande parte desses valores é referente à metodologia, à forma de fazer o cálculo. E esse é o trabalho que nós estamos fazendo, em constante avaliação com o Tribunal.

A respeito dos achados da auditoria, o Dr. Eduardo fez a sua colocação, e a visão da PETROBRAS para alguns desses itens é um pouquinho diferente. Cabe-nos fazer alguns destaques para esses pontos.

Faixa de variabilidade, a precisão da estimativa. Como foi dito, a engenharia faz um preço, estima um valor. Na PETROBRAS, para esse modelo, para esse nível de projeto e de detalhamento, para a complexidade dos projetos que vocês viram pelas imagens que eu passei aqui, a margem de variabilidade de preço para alguém que nos está fornecendo é de menos 15 a mais 20, em face da sua complexidade. Essa faixa de variabilidade não foi entendida, em função de que alguns itens nós colocamos com quantidade determinada. E existe uma discussão sobre o que é contingência, se a contingência já está por dentro, se não está, ou se está na faixa. Nós acreditamos que vamos, com essa nova instrução, conseguir identificar esses pontos. Esse item é tão relevante e tão importante, que foi destacado.

A PETROBRAS está evoluindo nesse tipo de trabalho. Trouxemos consultores, até consultores dos grupos internacionais que trabalham conosco, de estimativa de custos em avaliação dos nossos projetos, para juntos, PETROBRAS e TCU, tentarmos chegar a um entendimento dessas coisas. O TCU certamente também fez suas avaliações.

Salário da mão de obra indireta. Notei que o Dr. Eduardo já falou sobre o assunto, acho que o tema está até superado. Eu não tinha essa informação, mas é bom deixar claro o conceito e como é a questão metodológica e de interpretação. A forma de fazer os cálculos deve ter como base... Eu não sei o que vai acontecer. São obras de longo prazo, para daqui a 3, 4 ou 5 anos. Nós temos que fazer um estudo do que vai acontecer com a mão de obra daqui a 3, 4 ou 5 anos, além de uma caracterização para saber se aquela mão de obra está adequada àquele valor.

Inicialmente, entendeu-se que a base de cálculo era a do Datafolha para algumas funções. É natural esse entendimento, por quê? Quem vai ser o gerente de uma obra daquele tamanho, como aquela que mostrei na fotografia para vocês? Não é aquela pessoa com o salário normal estimado pela Folha de S.Paulo ou pelo Datafolha; é uma pessoa específica com uma determinada capacitação.

Ademais, os salários são diferenciados. Se nós pegarmos hoje os preços de salários da massa salarial – segundo nossa estimativa, não a da empresa, e sim a estimativa da PETROBRAS – de 2009 para esses contratos, trazendo para a data de hoje, com os reajustes adequados do contrato, e se os compararmos com os valores praticados na obra efetivamente, verificaremos que esses salários variam de 50% a 200% do valor que eu estimei. Por exemplo, nós temos os salários de alguns gerentes. Um gerente que ocupe um cargo cujo contrato seja de 3 bilhões de reais, como este aqui, não é um gerente cujo salário eu encontro tabelado, mas sim um gerente especializado naquela atividade. São poucas as funções, mas, ao longo do tempo e pelo tamanho do contrato, acabam sendo um número significativo.

Então, nós encontramos coisas que hoje deveriam ser... Se eu buscar no Datafolha, vou encontrar 13 mil reais, e o salário praticado no mercado para um

profissional dessa categoria é da ordem de 30 mil reais. O salário de um diretor de um contrato é da faixa de 60 mil reais, que não é aquele salário que estava lá. Apresento isso apenas para ilustrar a diferença e a dificuldade que nós efetivamente levamos desse entendimento com o TCU. Num caso como este, como o Dr. Eduardo disse, pelo que entendi, já estaria bem colocado.

Com relação a custo de insumos, há muito esclarecimento. A PETROBRAS, ao longo desse tempo, colocou para o nosso entendimento o seguinte: o andaime de uma obra é um andaime comum. Para nós, falar em andaime de obra industrial é uma coisa. Na análise do TCU, inicialmente muitos desses insumos, quando nós buscamos no SICRO e SINAPI, foram interpretados de forma um pouco diferente. Essas coisas, acredito, foram esclarecidas e davam margem a diferenças muito grandes. Algumas dessas obras são feitas a mais de 30 metros ou 40 metros de altura e precisam de andaimes e guindastes de grande porte ou máquinas específicas para aquela movimentação.

A próxima imagem mostra a questão dos insumos de alimentação, sobre a qual o Dr. Eduardo já comentou. Eu acho que esse ponto inclusive já está superado, não precisamos nem falar sobre ele. Vale lembrar – e isso é algo importante para todos vocês – que estamos falando de 45 mil pessoas. Nós trabalhamos em três turnos: de manhã, de tarde e de noite. Essas pessoas chegam, tomam café na obra, almoçam, jantam, fazem um lanche à noite e muitos têm ainda o jantar. Quando falamos de 2 reais ou 3 reais para uma refeição, ao longo de 5 anos nós estamos falando de milhões. Os números são extremamente expressivos. Qualquer variação de 2 reais, 5 reais, 10 reais em algumas atividades é representativa.

Atratividade para mão de obra. Percebi que a PETROBRAS ainda não conseguiu explicitar corretamente isso. Talvez os nossos processos ainda tenham deixado alguma margem de dúvida. Eu gostaria de tentar dirimir algumas coisas.

Para analisar a atratividade da mão de obra, como nós efetuamos? Nós temos mais de 20 contratos dentro da refinaria. À medida que os contratos iam sendo licitados, as condições de um contrato para o outro – a estimativa – iam sendo feitas com o cenário anterior. Nós íamos aprendendo com os cenários anteriores e íamos evoluindo. Em alguns cenários nós conseguimos colocar atratividade em algumas poucas funções. Em outros contratos, nós avaliamos, estudamos e vimos que a atratividade tinha que atingir um nível maior de pessoas.

Para dar um exemplo, nós buscamos alguns estudos, estudos localizados lá para Pernambuco, estudos que a PETROBRAS fez em relação ao que tinha que ser feito sobre a mão de obra. Mas, para comprovar se nós estávamos errados ou certos e para saber como dirimirmos essa dúvida – e o Dr. Eduardo Nery até já nos disse algumas vezes: "Mostrem-me as folhas e o que aconteceu, e nós vamos rediscutirmos esse tema" –, vou dar um exemplo do que nós estamos vivendo hoje e do que representam os salários da mão de obra direta, após esse último acordo que nós acabamos de fazer com os empregados.

A função de ajudante é a de menor salário na refinaria. Quando pegamos a nossa estimativa de custo do salário dele de 2009, atualizamos pelos indicadores do contrato e colocamos os 30% da atratividade, assim chamados, isso dá um salário hoje – salário constituído de salário e seus benefícios – de 957 reais, pela estimativa de custo. As empresas estão pagando 1.291 reais, ou seja, o salário mais a atratividade, mais os benefícios que coloquei naquela época. Trazendo para a data de hoje, o valor é 35% menor para a função de ajudante.

Agora vamos pegar outra função: um operador de máquinas, um operador de escavadeira. Quando fazemos esse nosso trabalho, trazendo o valor para a data de hoje, vale 2.334 reais. O salário hoje dessa pessoa, incorporadas todas as vantagens que esse empregado está tendo, é equivalente a 3.385,22 reais, o que representa 45% do aumento.

O que compõe esse salário? O salário, mais a cesta básica, mais os benefícios, mais a folga. A cada noventa dias, ele tem cinco dias de folga. Há a passagem de avião, se for mais de mil quilômetros para a sua casa. Há um complexo de ações.

O que temos para dizer é que a análise desses projetos é complexa. Por isso, em função dessa complexidade, temos procurado mostrar isso. Muitas vezes, não conseguimos mostrar isso de uma vez só. E as inspeções que o TCU tem feito, têm comprovado, e muito, essas coisas que estamos efetuando.

BDI sobre revenda. Desculpem-me, porque acabei não vendo se já tinha dado causa, mas o BDI de revenda estava muito vinculado nas nossas discussões como se fosse uma simples intermediação. E nós gostaríamos de mostrar que o BDI de fornecimento não é simples mediação. BDI de fornecimento é para equipamentos complexos, como esses que estão ali. Muitas vezes o equipamento não é brasileiro, é importado. Tem suas taxas, tem seus custos com alfândega, custos com desembaraço, custos com pareceres de auditores independentes para a Receita. Ou seja, dentro desse item há outros tópicos que não são apenas a simples intermediação. Pode estar em alguns itens

alguma coisa de engenharia, de projeto, de detalhamento, mas não voltado ao seu suprimento.

Hoje tem sido muito comum termos problemas com grande parte dos fornecedores em relação a prazo de entrega ou à qualidade da entrega. Assim, faz-se necessário colocar um conjunto de inspetores ou um conjunto de pessoas junto à empresa que é fornecedora, para fazer esses acompanhamentos. Isso tudo vai cair em algum lugar, e esse lugar – nós assim consideramos – está dentro desse BDI. Por isso, ele não pode ser, em face de sua complexidade, simples intermediação.

Efetuando essas análises e considerando – e já incorporando na própria estimativa da PETROBRAS – uma série desses entendimentos que estamos passando aqui, utilizando o CICLOPE, utilizando o SINAPI, não considerando os 100% da taxa de variabilidade para alguns equipamentos, fazendo alguns ajustes com algumas coisas que nós já convergimos de entendimento com o TCU, vimos o seguinte: do entendimento com o TCU temos um sobrepreço de 1.300. Na visão da PETROBRAS – e nós entendemos que estamos corretos –, nós compramos cerca de 480 milhões abaixo do que no mercado poderia ser comprado.

Portanto, em vez de haver um sobrepreço, na nossa visão haveria um subpreço. Por quê? Nós não compramos preços. Como o colega disse anteriormente, nós temos uma estimativa de preço. E eu tenho um valor mínimo, 15% a menos, 20% a mais. Fora dessa tabela, eu não compro. Preços acima eu nunca compro. Acima de 20%, nós nunca vamos comprar, porque estará fora. Abaixo dos 15%, temos que fazer a avaliação, a reanálise de cada um desses projetos. Essa é a chamada faixa de aceitação de propostas.

Para 2011, ocorre a mesma coisa. Inicialmente, o sobrepreço no ano passado, quando nós discutimos, estava na casa de 24%. Hoje, nas últimas análises que o próprio TCU fez, a ordem de grandeza pode ser encarada como 10%, em se aceitando algumas daquelas considerações. E nós voltamos para esse projeto, aguardando a deliberação referente à taxa de variabilidade da estimativa.

Aqui nós temos um conceito diferenciado, ou seja, parte é preço global, parte é preço unitário. No contrato de preço unitário, há o entendimento de que não deveria ser considerada nenhuma variação na faixa. No entendimento da PETROBRAS, a faixa de variabilidade não teria muita relação com o modelo do contrato. Nós deveríamos rediscutir isso.

Quais são as consequências das perdas? As ordens de grandeza são grandes. Nós estamos falando sempre de grandes números. A refinaria hoje está na ordem de 68% de execução física total da obra. Podemos observar isso naquela primeira imagem.

E nós estamos falando de uma perda de receita da ordem de 214 milhões mensais. Qualquer contrato desses que for paralisado implica paralisação de outros contratos. Assim, tem-se um custo de paralisação ou de preservação das unidades na ordem de 83 milhões.

Nós já estamos, nesse mês de dezembro, energizando as subestações de entrada. Quanto à estação de tratamento de água, que é uma unidade que vai fazer praticamente 100% da água de reuso dentro da refinaria, no final deste ano também entra em operação a parte de água filtrada.

Os custos indiretos desses contratos somam aproximadamente 47 milhões. Nós temos 40 milhões de investimentos.

O que nós dissemos? Se parar algum contrato como esses, do mesmo jeito do COMPERJ, nós teremos que rediscutir os demais contratos, porque gerar uma incógnita ou um risco de paralisação implica rediscussão do que fazer ou quanto tempo vai parar, se vai parar, como isso vai para frente.

Quais são os riscos sociais? Serão impactados 44 mil postos de trabalho. Haverá impacto para cerca de 700 empresas subcontratadas, para os programas de capacitação de mão de obra local e desenvolvimento de fornecedores e empresas, além do impacto negativo no mercado de bens e serviços.

E quais são os custos adicionais decorrentes? Custos para preservação, despesas adicionais de desmobilização, custos financeiros de demandas judiciais, eventual retirada dos equipamentos de propriedade das empresas.

E isso é uma refinaria nova, como essa que nós estamos construindo. Da primeira fábrica que começa a entrar em operação até a última fábrica – podemos chamar assim –, a operação vai levar 16 meses. Portanto, nós vamos operar em 2014. Em meados de 2013, nós começamos a dar a partida na refinaria. Este mês nós estamos começando a circular e a operar as primeiras linhas de combate a incêndio, para poder ligar as subestações.

O que implica fazermos isso? Aquele nosso contrato de tubovias praticamente percorre todas as instalações, porque eles são as veias por onde correm os produtos que circularão na refinaria: água, vapor, petróleo, seus derivados, seus produtos acabados. Qualquer coisa disso tem um grande impacto em toda a refinaria.

Concluindo, em face da complexidade da análise de um projeto dessa magnitude, em face dos entendimentos e dos esclarecimentos que a PETROBRAS já demonstrou, em face da comprovação in loco daquelas

ideias ou planos – as informações que nós demos lá em 2009, lá em 2010, estão-se comprovando na prática para esses contratos –, esperamos e entendemos que fica demonstrado exatamente que não existe sobrepreço nesses contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Eu agradeço.

O Deputado Paulo Pimenta, nosso Presidente, já pediu inscrição. Em seguida, Deputado Giovanni, eu...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu tenho um compromisso da bancada agora. Se o Deputado Paulo Pimenta me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Pode ser.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O nosso Presidente é sempre muito gentil, muito cordial.

Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Sr. Presidente, eu queria fazer só um comentário e rápido. Primeiro, para dizer o seguinte: eu não gostaria de ouvir as colocações das perdas por paralisação, porque parece uma chantagem. Se vocês pararem, nós vamos perder tantos milhões ou tantos bilhões, desempregam-se 44 mil empregados e 200 contratos teriam que ser refeitos. Esse argumento é horrível. Não façam mais isso, porque eu me sinto chantageado.

Acho que um empreendimento desse porte realmente é importante para o Brasil e precisa ser concluído. Agora, ao final, pelo dito aqui pelo Tribunal de Contas, na fase inicial, quando a gente vê aquela defasagem de valores apurados e aferidos pelo Tribunal de Contas, Deputado Paulo Pimenta, fica assim. Eu estou há 20 anos na Casa. Em 12 anos, nos meus primeiros anos nesta Comissão de Orçamento, denunciei algumas obras superfaturadas. Por exemplo, o Fórum Trabalhista de São Paulo, do Juiz Lalau, foi denúncia minha, e depois o Tribunal de Contas também conferiu isso e reiteradas vezes citava isso.

Todavia, o que me assusta é essa defasagem e a não punibilidade de ninguém. Alguém tem que estar errado. A empresa que colocou um subpreço 30% mais barato foi afastada do processo de concorrência, porque se alegava que ela não tinha condições de executar aquela obra. Eu acho que essas empresas sempre fazem um depósito ou uma carta bancária para garantir o contrato da obra. Não existe isso? Parece que existe. Ora, se ela trouxe a carta bancária ou fez um depósito prévio para garantir a execução da obra, não há por que não dar a ela, que deu um preço menor, a condição de fazê-lo. Essa é a primeira questão. Ou, então, se essa empresa fez esse subpreço, a ponto de não poder executar a obra, que ela seja penalizada rigorosamente. Ou seja, não pode mais participar de concorrência pública e vai para um CADIN, vamos assim dizer, das empresas que não são viáveis, que não têm responsabilidade com o contrato que assina. Essa é a primeira questão, Sr. Presidente.

A gente tem que tirar daqui isso, porque, senão, o Tribunal de Contas vai cansar de apurar e de nos trazer esse tipo de problema de sobrepreço e de subpreço todo o dia.

Eu acho que a explanação do Dr. Flávio foi convincente. Há muita coisa, muita filigrana. É uma obra tão grande, com tantos detalhes técnicos, desde o salário do contratado, do engenheiro especial, contrato por resultado inclusive. Eu acho que na PETROBRAS deve haver isso também e sei que há em outras empresas. Mas tudo isso a gente pode admitir.

Agora, quando uma empresa contratada para fazer tubos coloca um preço diferencial do segundo, do primeiro, de 100% praticamente entre o menor e o maior, aí existe alguma coisa errada. Ou a empresa que colocou sobrepreço tem que ser excluída das concorrências públicas, ou a que colocou subpreço tem que ser excluída, ou o pessoal que trabalha com a licitação na PETROBRAS, o pessoal de licitação, tem que ser demitido por incompetência, alguma coisa tem que acontecer. Alguma coisa tem que acontecer!

Eu acho muito difícil para vocês do Tribunal de Contas aferirem isso. É difícil! São áreas muito sofisticadas em termos de tecnologia moderna, inclusive na intermediação na compra de equipamentos, como disse o Dr. Glauco. É preciso contratar gente qualificada, gente que tenha competência para aferir se aquele equipamento é aquele mesmo desejado. Aí, sim, há margem para esse tipo de interpretação, mas outras ações não podemos engolir.

Eu vou ter que sair. Eu acho que a obra não pode parar, mas o Tribunal tem que continuar a aferir e nos sugerir algum projeto de lei que nos permita dar aos senhores instrumentos para que a PETROBRAS e qualquer outra empresa estatal possam rifar empresas inconsequentes ou irresponsáveis que tragam propostas com disparidades tão grandes. Nós temos que penalizar. Não podemos mais aceitar esse tipo de irresponsabilidade. A diferença de uma empresa para outra é tão grande que dá vergonha.

Eu queria cumprimentar o Tribunal de Contas por estar sempre atento a isso. Vocês são os nossos olhos, ouvidos, a nossa matemática, a nossa máquina de multiplicar e somar para tentar fazer com que tenhamos as obras públicas realmente feitas no seu devido valor. Cumprimento os senhores dizendo o seguinte: não basta vir aqui. Não usem mais esse argumento das perdas. As perdas são enormes. Paralisou qualquer obra, há perda. Agora, alguém tem que pagar por essa perda. Então, continua a obra, mas tem que

continuar apurando e responsabilizar alguém. Alguém tem de estar errado. O Tribunal de Contas pode até estar errado, mas o Tribunal de Contas está aferindo isso com muito cuidado.

Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta. Deputado Josias, permita-me, pois tenho que sair, porque tenho um compromisso agora, uma reunião, e já estou atrasado 30 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

Passo a palavra ao nosso Presidente e companheiro, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Eu quero, primeiro, cumprimentar o representante do Tribunal de Contas e o da PETROBRAS, os nossos consultores, o Deputado Josias.

Eu gostaria de fazer uma ressalva. Lamento até que o Deputado Giovanni Queiroz não possa ficar. Na realidade, não é uma questão de querer ou não. A lei determina e estabelece inclusive que é de responsabilidade do gestor informar o custo da paralisação, o custo da desmobilização.

Então, quero dizer o seguinte: a LDO determina que o Congresso Nacional leve em consideração, quando tomar a sua decisão, esses elementos apresentados pela PETROBRAS, que, ao mesmo tempo, estabelecem que a responsabilidade de informar é do titular, do órgão ou entidade federal executora ou concedente. Portanto, a PETROBRAS estaria incorrendo inclusive numa atitude contrária à lei se ignorasse esse dispositivo que está previsto e aprovado por nós na LDO.

Em segundo lugar, eu cada vez me convenço mais de que é muito importante esse tipo de audiência, esse tipo de debate, até mesmo por uma questão pedagógica. É muito fácil a imprensa, às vezes, até por falta de uma capacidade técnica mais apurada a respeito de um debate como este, entender numa discussão como esta que, eventualmente, alguém aqui está discutindo desvio de dinheiro ou que o Congresso Nacional está discutindo a possiblidade de passar a mão em cima de uma suspeita de corrupção identificada pelo Tribunal de Contas, como muitas vezes colegas acabam tratando essa matéria.

Estamos aqui discutindo uma questão de metodologia. E eu quero repetir aquilo que eu disse ontem: não há, *a priori*, nada que nos assegure que um profissional da PETROBRAS ou do Tribunal de Contas que fez a sua análise seja mais ou menos competente, ou mais ou menos honesto, ou mais ou menos interessado no bom uso do dinheiro público.

Agora, convenhamos que, se nós estamos diante de um tema complexo, difícil, que envolve em largos aspectos algumas questões de difícil solução, paralisarmos essa obra... O Tribunal de Contas acha mesmo que devemos votar aqui hoje e semana que vem aprovar a paralisação dessas duas obras? Essa é a posição do Tribunal de Contas, sinceramente? Será que nós temos a certeza de que o País segura a repercussão, o custo, o reflexo dessa decisão.

Eu quero dizer aos senhores com todo o respeito que eu não acredito nisso. Acho que, de fato, se fôssemos bancar isso, nem o Tribunal de Contas nos traria essa posição, tamanho o impacto da responsabilidade de uma decisão como essa, o custo da desmobilização de uma obra que hoje envolve quase, direta e indiretamente, 50 mil pessoas.

E por que eu digo isso? Porque eu estou convencido de que esse instituto da paralisação não pode ser banalizado. Nós temos que encontrar algum outro tipo de mecanismo que possa dar ao Tribunal credibilidade naquilo que ele faz, para segurança dos seus estudos, suas análises. Mas não nos coloque aqui diante da seguinte situação: *"Olha, nós encontramos lá um monte de irregularidade, agora, se vocês quiserem fazer isso, vocês liberam a obra"*.

Eu quero aqui dizer o seguinte: acho que é valido, é importante o trabalho que foi feito, mas os argumentos apresentados pela PETROBRAS nos dão a tranquilidade necessária de entender que existem temas que devem continuar sendo debatidos. Neste momento, de maneira alguma, não podemos caminhar no sentido da paralisação dessas obras.

Essa é a minha posição e gostaria de aqui deixá-la consignada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Eu quero conceder 5 minutos a cada um dos expositores para as considerações finais.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Especificamente, aproveito a intervenção do Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, em relação ao Tribunal, se realmente ele paralisaria a obra, se é isso que o Tribunal deseja. Na verdade, o Tribunal atua dentro dos estritos ditames da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Da forma como o modelo foi configurado, o Tribunal atua dentro do nível técnico, ele não atua dentro do nível político. Cabe ao Congresso avaliar as questões políticas, se a obra deve realmente entrar no quadro-bloqueio ou não.

Então, a análise do Tribunal se atém à questão técnica, se há sobrepreço ou não. O Tribunal não trabalha com informações encaminhadas exclusivamente à Comissão Mista, como as que o Dr. Glauco e o Dr. Casa Nova aqui trouxeram e o Deputado bem lembrou, que são determinadas pela própria LDO, que o gestor

deve apresentar o custo de uma eventual paralisação. O Tribunal não trabalha com essas informações. O Tribunal não tem nem mecanismo para se pronunciar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Talvez, Dr. Eduardo, tenhamos que corrigir a LDO, de modo que o Tribunal, ainda na sua fase de auditoria e acompanhamento, tenha acesso a essas informações, para que, quando encaminhar para nós o relatório, analise também, previamente, esses outros elementos que hoje não estão chegando até o Tribunal.

O SR. EDUARDO NERY MACHADO FILHO – Deputado, na verdade, a LDO, atualmente, não obriga, mas já prevê que o gestor pode encaminhar essas informações também ao Tribunal. Nesse caso, o Tribunal já poderia criticá-las, analisá-las e trazer um posicionamento a respeito dessa documentação ao Congresso. Mas, usualmente, isso não ocorre. Geralmente, essas informações são apresentadas somente aqui nas audiências públicas.

De modo geral, não vejo, dentro do que foi apresentado aqui, dentro do que já tinha sido apresentado na minha exposição, outros esclarecimentos.

Coloco-me à disposição, caso haja necessidade de alguma outra intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Gomes) – Quero agradecer aos representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério das Cidades, da PETROBRAS e do Tribunal de Contas da União o comparecimento aqui, bem como o dos Parlamentares que estiveram presentes.

Declaro encerrada esta reunião.

Ata da Décima Oitava Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 4, 5 e 6 de dezembro de 2012.

Aos quatro, cinco e seis dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram neste período os **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim e Romero Jucá; **Senadoras Suplentes:** Ana Rita e Angela Portela; **Deputados Titulares:** Arnon Bezerra, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Márcio França, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende , Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes:** Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Manoel Salviano, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Stepan Nercessian e Vanderlei Siraque. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Augusto Coutinho, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, Josias Gomes, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes e Paulo Magalhães; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. **ABERTURA: às** quinze horas e sete minutos, o Presidente em exercício, Deputado Waldenor Pereira, declarou aberta a reunião. Informou que havia quórum para abertura, mas não para deliberação naquele momento. Por esse motivo, a reunião foi suspensa às 15h07. Antes, porém, foi convocada a continuação para o dia 5/12, quarta-feira, às 14horas. No dia 5/12, às 15h08, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reiniciou os trabalhos. Porém, devido à falta de acordo entre as Lideranças partidárias, a reunião foi imediatamente suspensa. No dia 6/12, às 10h06, o Presidente reabriu a reunião. Contudo, por não haver quórum suficiente no recinto, o Deputado Giovanni Queiroz solicitou o encerramento da reunião. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 10h08. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldenor Pereira) – Suspendo a reunião e convocação a continuação desta para amanhã, quarta-feira, às 14h, neste plenário.

A reunião está suspensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 18ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há quorum para deliberação na representação da Câmara e do Senado Federal. (Pausa.)

A reunião permanecerá suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Declaro reiniciada a 18ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 28, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara e do Senado Federal. No entanto, primeiro vamos ouvir o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quanto ao *quorum* na lista de presença, eu até concordo com V.Exa. que já vem sendo postergado o encerramento há algum tempo. Então, faço um apelo a V.Exa., pela evidente falta de *quorum*, de presença física, que V.Exa. encerre a sessão, a fim de que possamos retomá-la na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito bem. Na realidade, Deputado, vou encerrar a sessão. Eu a vinha mantendo até mesmo na expectativa de que pudéssemos avançar no entendimento. Não passou pela minha cabeça em nenhum momento aproveitar esse quorum para poder tomar qualquer deliberação que não fosse fruto do entendimento entre as lideranças da Câmara e do Senado. Mas na medida em que há uma provocação formal por parte de V.Exa., não me resta qualquer decisão diferente dessa.

Então, a sessão está encerrada. Convoco uma próxima sessão para terça-feira, às 14h30min.

Ata da Décima Nona Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 11 e 12 de dezembro de 2012.

Aos onze e doze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram neste período os **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Senadoras Suplentes:** Ana Rita e Angela Portela; **Deputados Titulares:** Aníbal Gomes, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Márcio França, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes:** Antonio Balhmann, Antonio Brito, Assis Carvalho, Átila Lins, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Nelson Marchezan Junior, Osmar Serraglio, Roberto Balestra, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro, Vander Loubet, Vanderlei Siraque e Waldir Maranhão. Compareceram, também, os seguintes parlamentares não membros: Deputados Hugo Leal e Weliton Prado Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Arnaldo Jardim, Edio Lopes e João Maia; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira e Sérgio Petecão. **ABERTURA: às** quinze horas e três minutos do dia onze de dezembro, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que havia quórum para deliberação. Contudo, avisou que havia estabelecido um cronograma permitindo que os parlamentares entrassem em contato com os Relatores Setoriais até 18h para eventuais soluções de problemas quanto às emendas. O cronograma previa, ainda, reunião, às 18h30, entre o Relator-Geral, Relatores Setoriais, Coordenadores de Bancada e Colegiado dos Representantes das Lideranças Partidárias. O Presidente informou, também, que seria seguida a seguinte ordem de apreciação dos Relatórios Setoriais, por áreas temáticas: V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano; VII – Justiça e Defesa; X – Trabalho, Previdência e Assistência Social; VIII – Poderes do Estado e Representação. Assim, a reunião foi suspensa às 15h07, e sua continuidade foi convocada para 18h do mesmo dia. Às 19h36 o Presidente declarou a reunião reaberta. **Apreciação das Atas das seguintes Reuniões**: 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20/11/2012; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 22/11/2012; 17ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 27 e 28/11/2012; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27/11/2012; 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28/11/2012; 18ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 4, 5 e 6/12/2012. O Presidente solicitou a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores ao Plenário, porém o Deputado Giovanni Queiroz solicitou que fossem lidas e distribuídas. Presidente apresentou ao Deputado Giovanni Queiroz o *art. 111 do Regimento Interno do Senado Federal* para dispensar a leitura das Atas, porém o Deputado solicitante contra-argumentou com o *art. 30 do Regimento Comum do Congresso Nacional*. Assim, o Presidente decidiu pela leitura e anunciou que haveria discussão e votação em bloco das Atas. O Deputado Assis Carvalho foi designado para iniciar a leitura, sendo substituído pelos Deputados João Paulo Lima e Zeca Dirceu. Deputado Giovanni Queiroz discutiu as Atas. Em votação, foram **aprovadas** por unanimidade. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento

de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA: 1– Relatório à Medida Provisória nº 588/2012 – CN,** que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R$ 1.683.716.400,00 (um bilhão, seiscentos e oitenta e três milhões, setecentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), para o fim que especifica". Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: Favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 1 e pela rejeição da emenda nº 2. O Relator apresentou o Relatório. Discutiram os Deputados Marcus Pestana e Giovanni Queiroz. Enquanto o Relator analisava o destaque apresentado, o Presidente passou à apreciação do item seguinte da Pauta. **2 – Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE**, sobre Diretrizes e Orientações para a análise da admissibilidade de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, apresentado ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", em razão do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN. Coordenador do CAE: Deputado Marcus Pestana. O Presidente solicitou a dispensa da leitura do Relatório, porém o Deputado Giovanni Queiroz manifestou-se contrariamente. O Coordenador do CAE, Deputado Marcus Pestana, leu o Relatório. Após a leitura, Deputado Giovanni Queiroz solicita, com embasamento no *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, a interrupção dos trabalhos devido à falta de quórum presencial de 1/6 na representação do Senado Federal. A reunião foi suspensa às 20h48, pelo prazo de 5 minutos. Às 20h54, o Presidente reabriu a reunião e imediatamente a suspendeu por 10 minutos. O Deputado Giovanni Queiroz levantou Questão de Ordem acerca do *art. 134 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, solicitando o encerramento da reunião, a qual foi indeferida pelo Presidente. A reunião foi reiniciada às 21h04. Novamente o Deputado Giovanni Queiroz solicitou o encerramento da reunião e seu pedido foi indeferido. Retornou-se à apreciação do Relatório à Medida Provisória 588/2012 – CN. Em votação, o Relatório foi **aprovado por unanimidade**, ressalvados os destaques. O voto do Relator sobre os destaques foi pela aprovação parcial do destaque nº 1, de autoria do Deputado Marcus Pestana, à emenda nº 2 do Deputado Izalci, pela inclusão do artigo 2º, e rejeição do destaque nº2. Em votação, o destaque nº1 foi **aprovado parcialmente** e o destaque nº 2 foi **rejeitado. Requerimento para inclusão de item na Pauta**: Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2013. Autor: Deputado Marcus Pestana. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu o Requerimento. Em votação, o Requerimento foi **aprovado por unanimidade.** Apreciação do **Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE,** sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2013. O Relator, Deputado Marcus Pestana, apresentou o Relatório. Foram consideradas inadmitidas 7 emendas: 71100002, 71280015, 71070001, 71070009, 50170003, 60020004, 50240005, 50240006 e 60070004. Quando iniciada a discussão, o Deputado Leandro Vilela apresentou a Contestação nº 4/2012-CMO acerca de emenda apresentada pela Bancada do Estado de Goiás, 71100002, declarada no Relatório do CAE como inadmitida. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu a matéria. O Deputado Marcus Pestana solicitou a palavra para esclarecer disposição contida no item 17 do Relatório apresentado. O Deputado Leandro Vilela, autorizado pela Bancada de Goiás, apresentou a Contestação. O Presidente passou à análise do próximo item da pauta enquanto as Consultorias de Orçamento estudavam a contestação apresentada pelo Deputado Leandro Vilela. **3 – Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei nº 24 de 2012 – CN** (PLOA 2013), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013". **Apreciação do Relatório da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. Relator Setorial: Eliseu Padilha. O Relator apresentou, com aquiescência do Plenário, os pontos mais relevantes de seu Relatório. Às 21h41, o Deputado Assis Carvalho assumiu a Presidência. Discutiu a matéria o Deputado Giovanni Queiroz. O Presidente, Deputado Paulo Pimenta, retornou à condução dos trabalhos às 21h47. Encerrada a discussão, o Presidente anunciou que foram apresentados 4 destaques. Contudo, retornou à questão anterior, a Contestação nº 4/2012-CMO, apresentada pelo Deputado Leandro Vilela, sobre a inadmissibilidade de emenda da Bancada de Goiás. O Presidente **indeferiu** a contestação. O Deputado Leandro Vilela apresentou recurso ao Plenário contra a decisão do Presidente. Em votação, o Recurso foi **rejeitado**. O Presidente retornou à **apreciação do Relatório do CAE sobre o exame de admissibilidade das emendas coletivas apresentadas ao PLOA 2013**. O Relatório foi **aprovado por unanimidade**. A seguir, foi iniciada a **votação do Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano,** que foi **aprovado por unanimidade**, ressalvados os destaques. Em votação, as Obras com Indícios de Irregularidades apontadas pelo TCU na Área Te-

mática V, foram **aprovadas** por unanimidade, conforme os termos apresentados no Relatório. Apreciação dos destaques. O Relator manifestou-se contrariamente aos 4 destaques apresentados. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados**. Às 22h04, o Presidente suspendeu a reunião, convocando sua continuação para o dia seguinte, às 9h30. Às 10h09 do dia 12 de dezembro, a reunião foi reiniciada. **Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa**. Relator Setorial: Deputado Augusto Coutinho. O Relator apresentou o Relatório e a Errata. Iniciada a discussão o Deputado Giovanni Queiroz fez uso da palavra, bem como o Deputado João Paulo Lima e a Senadora Ana Rita. O Relator fez uso da réplica quanto às ideias apresentadas pela Senadora Ana Rita. Foram apresentados 9 destaques, os quais não foram acolhidos pelo Relator. O Deputado Luciano Castro solicitou que o Deputado Augusto Coutinho recomendasse ao Relator-Geral acolhimento da emenda da Bancada do Estado de Roraima. O Deputado João Leão fez uso da palavra para tecer comentários sobre a execução das emendas individuais. Em votação o Relatório Setorial da Área Temática VII e Errata, ressalvados os destaques, foram **aprovados por unanimidade**. O Presidente solicitou ao Plenário autorização para votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator. Somente o Deputado Giovanni Queiroz foi contrário e a autorização foi **aprovada**. Em votação, os destaques foram rejeitados. **Apreciação do Relatório da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social**. Relator Setorial: Senador Armando Monteiro. O Relator apresentou o Relatório e a Errata. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório e a Errata foram **aprovados por unanimidade**. Passou-se à apreciação do **Relatório Setorial da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**. Relatora Setorial: Deputada Cida Borghetti. A Relatora apresentou o Relatório e respectivo Adendo. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu a matéria. Houve réplica por parte da Relatora. Foram apresentados 5 destaques. Devido ao início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que não poderia votar o Relatório. Contudo, anunciou que continuaria com a leitura e discussão dos Relatórios Setoriais de outras Áreas Temáticas. **Apreciação do Relatório da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação.** Relator Setorial: Deputado Luciano Castro. O Relator apresentou o seu Relatório. Deputado João Paulo Lima assumiu a Presidência às 12h11. A pedido do Deputado Giovanni Queiroz, por não haver quórum presencial na representação do Senado Federal, a reunião foi suspensa por dez minutos, às 12h11. Às 12h16 a reunião foi reiniciada pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta. Não houve quem quisesse discutir a matéria. Foram apresentados 10 destaques. O Deputado Cláudio Puty fez uso da palavra para tecer comentários acerca da necessidade de aprovação do orçamento. A reunião foi suspensa às 12h19min e sua continuidade foi convocada para as 14h30min do mesmo dia. Às 19h55min, a reunião foi reiniciada. Passou-se à **apreciação do Relatório da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.** Relator Setorial: Deputado Waldenor Pereira. O Relator apresentou o Relatório. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu a matéria. Encerrada a discussão, o Presidente anunciou que foram apresentados 8 destaques. Como a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados acontecia concomitantemente, o Presidente passou à **apreciação do Relatório da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** Relator Setorial: Senador Wellington Dias. O Relator apresentou o Relatório. Discutiu a matéria o Deputado Giovanni Queiroz. Ao final da discussão, o Presidente anunciou que foram apresentados 4 destaques. Na sequência, o Deputado Márcio França anunciou que iria apresentar contestação, porém o Presidente decidiu que não poderia recebê-la, uma vez que o Relatório do CAE já havia sido apreciado. Logo após, às 20h49min, a reunião foi suspensa por 5 minutos por haver votação nominal no Plenário da Câmara dos Deputados. A reunião foi reiniciada às 20h58min do mesmo dia. O Deputado Giovanni Queiroz levantou questão de ordem acerca do *art. 128 da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, a qual foi indeferida. Passou-se à **apreciação do Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde.** Relator Setorial: Senador Flexa Ribeiro. O Relator apresentou seu Relatório, contudo foi interpelado durante a leitura pelo Deputado Giovanni Queiroz. Após a leitura, foi aberta a discussão, tendo participado o Deputado Giovanni Queiroz. Ao final da discussão, foram apresentados 9 destaques. Passou-se à **apreciação do Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** Relator Setorial: Deputado Wandenkolk Gonçalves. O Relator apresentou o seu Relatório. O Deputado Giovanni Queiroz discutiu a matéria, sendo aparteado pelo Deputado Hugo Leal. Discutiram, ainda, os Deputados Cláudio Puty e Hugo Leal. Encerrou-se a discussão e foram apresentados 20 destaques. Na sequência, houve a **apreciação do Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura.** Relator Setorial: Senador Clésio Andrade. O Relator apresentou seu Relatório. O Deputado Assis Carvalho assumiu a Presidência às 22h29. Discutiu a matéria o Deputado Luciano Castro. A reunião foi sus-

pensa às 22h34min, por dez minutos. A reunião foi reaberta às 22h50. Passou-se à **votação do Relatório e Adendo da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**. Relatora Setorial: Deputada Cida Borghetti. O Relatório e Adendo, ressalvados os destaques, foram **aprovados aprovados**. A Relatora manifestou-se pela rejeição dos 5 destaques apresentados. A seguir, o Presidente solicitou autorização ao Plenário para realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi **aprovado por unanimidade**. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados**. **Relatório da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**. Relator Setorial: Deputado Luciano Castro. O Relatório foi **aprovado por unanimidade**, ressalvados os destaques. O Relator manifestou-se favoravelmente, dentre os 10 destaques apresentados, apenas ao de nº5. Os demais foram pela rejeição. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. O destaque de nº5, referente à emenda nº 50310001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, foi **aprovado por unanimidade.** Os demais destaques foram **rejeitados.** Passou-se à **votação do Relatório da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte** que foi **aprovado por unanimidade**. O Relator manifestou-se pela rejeição de todos os 8 destaques. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. Em votação, os destaques foram rejeitados. **Votação do Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário.** O Relatório foi aprovado. O Relator manifestou-se pela rejeição de todos os 20 destaques apresentados. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. Em votação, os destaques foram **rejeitados**. **Relatório Setorial da Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente.** A Senadora Ana Rita foi designada Relatora *ad hoc*, devido à ausência do Relator anteriormente designado, Senador Wellington Dias. O Relatório foi **aprovado por unanimidade,** ressalvados os destaques. A Senadora Ana Rita, como Relatora *ad hoc*, manifestou-se pela rejeição de todos os 4 destaques apresentados. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. Em votação, os destaques foram **rejeitados.** A obra com indício de irregularidade apontada pelo TCU na área Temática III, com votação em separado, foi **aprovada por unanimidade**, conforme termos apresentados no item I.3.5 do Relatório. **Votação do Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde**, que foi **aprovado por unanimidade**, ressalvados os destaques. O Relator deu voto pela rejeição dos 9 destaques apresentados. As obras com indício de irregularidades apontadas pelo TCU na área Temática II, com votação em separado, foram **aprovadas por unanimidade,** conforme termos apresentados no Relatório. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. Em votação, os destaques foram **rejeitados. Votação do Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura.** Em votação, o Relatório e as duas Erratas, ressalvados os destaques, foram **aprovados** por unanimidade. As obras com indícios de irregularidades apontadas pelo TCU na área Temática I, com votação em separado, foram aprovadas conforme termos apresentados no Relatório. O Relator formulou parecer pela rejeição dos 18 destaques apresentados. O Deputado Giovanni Queiroz fez uso da palavra para comentar sobre as rodovias nacionais. O Relator utilizou-se da réplica. A seguir, o Presidente solicitou ao Plenário realizar votação em bloco dos destaques, conforme tipo de voto do Relator, e foi autorizado. Em votação, os destaques foram **rejeitados**. **ENCERRAMENTO:** a reunião foi encerrada pelo Presidente às 23h30. Antes, porém, foi convocada Reunião para o dia 18/12/2012, às 14h30. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Paulo Pimenta,** Presidente**.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e Senhores, há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa de trabalho.

Há quorum para a deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Senhoras e Senhores, fizemos uma reunião dos Líderes com os Relatores Setoriais e definimos o seguinte cronograma, que passo aqui a apresentar aos senhores e às senhoras.

Os relatórios setoriais todos estão prontos. Nós vamos abrir um espaço até as 18 horas, para que todos os Parlamentares tenham oportunidade de buscar junto aos relatórios setoriais o atendimento a alguma

questão que não necessite que destaques sejam feitos. Nós vamos tentar fazer uma negociação com os Relatores Setoriais até às 18 horas, para ver o que é possível que o Relator Setorial incorpore ao seu relatório.

Às 18h30min, nós faremos uma reunião com o Relator-Geral, os Relatores Setoriais, os coordenadores das bancadas na Câmara e no Senado e os 27 coordenadores das bancadas dos Estados, aqui na sala de reuniões da Presidência. Os Estados serão comunicados da sua posição, e o Relator-Geral também vai informar os valores que os Estados terão para fazer uma equalização no valor das suas emendas.

Posteriormente a esta reunião, nós iniciaremos hoje a votação dos relatórios setoriais. Pela ordem, no dia de hoje, o primeiro será Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cujo Relator Setorial é o Deputado Eliseu Padilha; Justiça e Defesa, Deputado Augusto Coutinho; o terceiro relatório que deverá ser apreciado hoje à noite é o Trabalho, Previdência e Assistência Social, do Senador Armando Monteiro; o quarto, do Deputado Luciano Castro, é Poderes de Estado e Representação.

Se for possível, avançaremos mais hoje, mas se nós conseguirmos somente votar esses quatro relatórios, amanhã, a partir das 14 horas, iniciaremos a análise dos demais seis relatórios. Entendo que, já existe um planejamento de que entraremos à noite, amanhã, para concluirmos amanhã a votação dos demais seis relatórios, concluindo, portanto, a análise de todos os relatórios-setoriais.

Alguma dúvida, algum questionamento por parte dos senhores? É isso? (Pausa.)

Agradeço a gentileza.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu gostei muito, meu caro Presidente, da sua maneira de lidar com a coisa, de que não precisa de destaque, que o Relator resolve. Então, eu vou procurar o Relator para não ter que fazer destaque. Se eu não conseguir, eu vou procurar S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Exatamente. Esse é o espírito. Vamos tentar achar uma solução.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – (Risos.) Gostei muito. V.Exa. é um homem muito inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

A reunião está suspensa até às 18h30min.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

Há quorum para deliberação da representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, e eu, um simples Deputado, não prestei muita atenção nas reuniões anteriores, gostaria que a ata fosse lida. E eu gostaria até de receber cópia das atas.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, acho que nós fizemos nos últimos dias um esforço bastante grande para chegar, neste momento, a um entendimento bastante avançado. Houve uma reunião agora bastante demorada com os Relatores Setoriais, com o Relator-Geral, com os coordenadores de cada bancada estadual.

Eu queria fazer um apelo ao Deputado Giovanni Queiroz, para que fizesse uma reflexão sobre esse pedido ou, então, nos desse a oportunidade de ouvir o Plenário. A maioria do Plenário pode nos ajudar a decidir se realmente se faz necessária a leitura dessa ata.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como é? Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – S.Exa. está fazendo um apelo a V.Exa. para que faça uma reconsideração.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Zeca...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em favor do bem comum.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – ...deixa eu lhe contar – e em favor acima de tudo do Brasil e do Congresso Nacional.

A verdade é que nós estamos passando por momentos estranhos nesta Casa. Em outros momentos, lá atrás, nós do PDT e PT, do PCdoB do saudoso Sérgio Miranda, tínhamos aqui alguns embates cobrando do Governo uma postura de respeito ao Congresso Nacional. Postura de respeito que reclamamos ainda hoje. Eu, em particular, o faço.

Não estou aqui delegado pelo PDT para falar pelo partido, estou falando por mim, como Parlamentar e membro desta Comissão. Posso dizer que me sinto agredido pelo comportamento que, lamentavelmente, tem tido a Secretaria de Relações Institucionais, colocando de joelhos, com pires na mão, o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, V.Exa...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Posso fazer o discurso agora, ou você quer que eu faça durante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Gostaria de fazer uma sugestão a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Vamos ler as atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. não prefere fazer uma fala e usar este espaço da leitura da ata? Eu lhe concedo o espaço para que V.Exa. possa fazer uma manifestação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como os atos são diversos, eu gostaria de a cada momento fazê-lo.

Então, eu gostaria que, primeiro, se fizesse a leitura da primeira ata que vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – As atas serão lidas e votadas em bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – As atas serão lidas e votadas em bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Lidas todas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Discutidas e votadas em bloco.

Passa-se à leitura das atas.

Deputado Assis, por gentiliza, poderia me auxiliar na leitura das atas?

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO – Sr. Presidente, não entendi. O Deputado Zeca Dirceu não propôs uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas não teve acolhimento e, regimentalmente, o Parlamentar...

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Sr. Presidente, ainda em tempo.

Eu recebo aqui o art. 111. Eu queria chamá-lo, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – De qual Regimento?

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Do Regimento Interno do Senado Federal, para que esse pedido de leitura de ata fosse apreciado por todo o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Art. 111 do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Presidente, primeiro tem que ser o Regimento Comum, depois o Regimento da (ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz.

(Não identificado) – Não há, no Regimento Comum, previsão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu gostaria que V.Exas. pudessem inclusive ajudar a Mesa.

A informação que eu recebo é que não há nenhuma disposição do Regimento Comum a respeito dessa matéria. Não havendo...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O art. 30 do Regimento Comum:

> "Art. 30. Uma vez aberta a sessão, o 1º Secretário procederá à leitura do expediente.
>
> § 1º A ata da sessão, salvo disposto no § 5º do art. 27, que não cabe, será a constante do Diário do Congresso Nacional, na qual serão consignados, com fidelidade, pelo apanhamento taquigráfico, os debates, as deliberações tomadas e demais ocorrências."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há nada aqui que diga que ela, obrigatoriamente, tenha que ser lida.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Faz parte do processo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O meu entendimento é o seguinte: o art. 30 do Regimento Comum não determina que a ata tenha que ser lida. O art. 111...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Presidente, mas o § 1º diz: "a ata da sessão..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O art. 111 do Regimento do Senado diz o quê? Que os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da sessão anterior.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Salvo discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Portanto, havendo a solicitação de que seja colocado para decisão do Plenário, baseado no art. 111 do Senado, vou ouvir o Plenário sobre essa questão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu queria, mais uma vez, discordar de V.Exa. e dizer o seguinte: o art. 30 do Regimento Comum – e V.Exa. só pode buscar o Regimento do Senado ou do Câmara, se este aqui não atender ao pleito que ora estamos discutindo – diz que, uma vez aberta a sessão, procederá à leitura do expediente. E diz o § 1º que a ata da sessão, salvo disposto no § 5º do art. 27 – que não é o caso – será a constante do Diário do Congresso Nacional, na qual serão consignados... Ou seja, a ata, os debates, as deliberações e tal. As questões de ordem e pedido de retificação sobre a ata serão decididos pelo Presidente, mas a leitura da

ata se impõe, para que possa haver inclusive algum pedido de retificação que sobre a ata poderá ocorrer.

Sem a leitura, não tem como pedir uma retificação. E é o que eu quero. Eu quero ouvir a ata e ver se cabe alguma retificação da minha parte a fazer.

É esse o meu entendimento.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Eu não entendo assim, Presidente. Eu acho que o Regimento Comum é vago. Ele não trata disso.

O Regimento do Senado está muito claro que há essa possibilidade de se chamar a opinião de todo o Plenário. Acho que ela é democrática e acho que temos que fazer isso aqui agora.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Olha, estaremos aqui rompendo com a tradição desta Casa, desta Comissão.

Logicamente que estou sozinho, haverei de apelar à CCJ sobre a decisão, se for contrária ao que aqui pressupõe.

Eu acho que é democrático que possamos ouvir a ata, até porque a recebemos neste momento, E ninguém aqui, em sã consciência, tem condição de bem votar uma ata recebida apenas neste momento.

Então, portanto, acho que é de bom tom lê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou determinar a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO

Ata da 16ª reunião ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 20 de novembro de 2012.

"Às quinze horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram os **Senadores Titulares:** Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, João Costa, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias; **Senadoras Suplentes:** Ana Rita e Angela Portela; **Deputados Titulares:** Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; **Deputados Suplentes:** Antonio Balhmann, Antonio Brito, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Hugo Motta, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcos Rogério, Marcus Pestana, Nelson Marchezan Junior, Osmar Serraglio, Roberto de Lucena, Toninho Pinheiro e Waldir Maranhão. Compareceram também os Deputado Ronaldo Caiado e Pauderney Avelino, como não membros. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Duarte Nogueira, Felipe Maia, João Maia, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira, Clésio Andrade, Flexa Ribeiro e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** Às quinze horas e dez minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que o Deputado Cláudio Puty foi nomeado Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. A seguir, após entendimento entre as Lideranças Partidárias, propôs o seguinte procedimento para andamento dos trabalhos: votação do Relatório à Medida Provisória 583/2012-CN, votação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei nº 24/2012 e não deliberação dos Relatórios aos Projetos de Lei para abertura de créditos adicionais, enviando-os para apreciação do Plenário do Congresso Nacional, conforme dispõem os artigos 106 e 107 da Resolução nº 1/2006-CN. Acerca do acordo entre as Lideranças, pronunciaram-se os Deputados Pauderney Avelino, Cláudio Puty e Ronaldo Caiado, além do Senador Paulo Paim, o qual usou a palavra para elaborar questionamento sobre emenda de sua autoria rejeitada no Relatório Preliminar. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente anunciou que havia Requerimento, ainda a ser apresentado, solicitando visita às obras na Rodovia BR-448, no Estado do Rio Grande do Sul, a fim de verificar as razões pelas quais o empreendimento foi considerado com irregularidades pelo Tribunal de Contas da União — TCU. A seguir, passou-se à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 5ª Reunião de Audiência Pública, em 30/10/2012; 9ª Reunião Extraordinária, em 30 e 31/10/2012; 14ª Reunião Ordinária, em 6 e 7/11/2012 e 15ª Reunião Ordinária, em 13/11/2012. O Presidente solicitou ao Plenário dispensa da leitura das Atas, sendo atendido. Não houve discussão. Em votação, as Atas foram aprovadas. EXPEDIENTE: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. ORDEM DO DIA: 1 – Relatório à Medida Provisória nº 583/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$676.000.000,00, para os fins que especifica". Relatora: Senadora Angela

Portela. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: favorável, nos termos da Medida Provisória, com indicação pela Inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas. A Relatora apresentou seu Relatório. Não houve quem quisesse discutir. O Relatório foi aprovado por unanimidade. 2 – Relatório Preliminar com Emendas, Errata e três Adendos apresentados ao Projeto de Lei nº 24 /2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013", (PLOA 2013). Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Ao Relatório Preliminar foram apresentadas 127 emendas. Voto: pela aprovação nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação da Emenda nº 1, pela prejudicialidade da Emenda nº 62 e rejeição das demais. O Relator-Geral apresentou o relatório, a errata e os adendos, sendo que o de nº 3 foi retirado. Declarada aberta a discussão, também foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria o Deputado Marcus Pestana e os Senadores Paulo Paim e Romero Jucá. Declarado o final da discussão, também foi encerrado o prazo para apresentação de destaques, às 15h51. Em votação, o Relatório Preliminar, Errata e os Adendos 1 e 2, ressalvados os 16 destaques apresentados, foram aprovados. Para permitir que o Relator-Geral melhor estudasse os destaques apresentados, o Presidente passou à apreciação da inclusão em extrapauta do Requerimento nº 6/2012 da Comissão Mista de Orçamento, de autoria do Deputado Mauro Lopes, o qual solicita 'diligência compreendendo a visita de membros desta Comissão às obras de implantação e pavimentação de trecho rodoviário entre Porto Alegre, Esteio e Sapucaia, no estado do Rio Grande do Sul – BR-448, em que foram identificados indícios de irregularidades graves pelo TCU com recomendação de paralisação'. Em votação, a inclusão do requerimento foi aprovada por unanimidade. O autor apresentou seu requerimento. Não houve discussão. A seguir, o Requerimento nº 6/2012 da CMO foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Presidente solicitou ao Plenário que houvesse eleição do Senador João Costa para o cargo de 3º Vice-Presidente por aclamação, uma vez que ele foi indicado para substituir o anterior ocupante do cargo, Senador Vicentinho Alves, por meio dos Ofícios nºs 165 e 169, de 2012 do Bloco Parlamentar União e Força, composto por PTB, PR, PSC e PPL. Houve a aprovação do Plenário e o Senador João Costa foi declarado empossado no cargo de 3º Vice-Presidente. A seguir, o Relator-Geral pronunciou-se sobre os 16 destaques apresentados ao relatório preliminar: os de nºs 2, 7, 13, 14 e 16 foram pela prejudicialidade e os demais foram pela rejeição. O Senador Paulo Paim fez uso da palavra para tecer comentários sobre sua emenda e respectivo destaque tidos como rejeitados. Logo após, o Presidente solicitou autorização para votação em bloco dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. O pedido foi aprovado, constando como único voto contrário o do Senador Paulo Paim. Dessa forma, o posicionamento do Relator-Geral, pela rejeição dos destaques 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 15 foi aprovado, constando como único voto contrário o do Senador Paulo Paim. A seguir, o Presidente definiu o prazo para apresentação de emendas como o período compreendido entre os dias 21 a 29/11/2012. Encerramento: a reunião foi encerrada pelo Presidente às 16h09. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

Está lida a ata, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – As atas serão discutidas em bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não pode ser individualmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já há uma jurisprudência sobre isso.

Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ– Jurisprudência? Aqui não é o Supremo Tribunal.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO – Passo à leitura.

"Ata da Segunda Reunião Conjunta de Audiência Pública, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, realizada no dia 22 de novembro de 2012, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se as seguintes Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – CMO; de Finanças e Tributação – CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC; de Fiscalização Finan-

ceira e Controle – CFFC da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, no Plenário 4, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, Dr. Alexandre Antonio Tombini, para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados do Balanço do Banco Central, referentes ao primeiro semestre do exercício de 2012, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – Deputados: Antônio Balhmann, titular da CDEIC/CD e suplente da CMO/CN; Cláudio Puty, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD; Joaquim Beltrão, Suplente da CMO/CN; Luiz Pitiman, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD; Osmar Serraglio, suplente da CMO/CN; Paulo Pimenta, titular da CMO/CN; Vanderlei Siraque, titular da CFFC/CD e suplente da CMO/CN; Zeca Dirceu, titular da CMO/CN e da CDEIC/CD e suplente da CFT/CD; – Senadores: Eduardo Braga, titular da CAE/SF, Titular da CMA/SF; Jayme Campos, Titular da CAE/SF; Lindbergh Farias, titular da CAE/SF; Rodrigo Rollemberg, titular da CMA/SF. Teve a ausência justificada o Deputado João Dado, titular da CFT/CD. Abertura: às dez horas e vinte e seis minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, iniciou a reunião, informando que se tratava de Audiência Pública conjunta, citou as Comissões participantes e convocou os integrantes da Mesa para tomarem seus lugares. Foram chamados o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Antônio Andrade, o 1º Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Edson Santos, e o expositor convidado, Dr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil. Em seguida, explicou os objetivos da reunião e passou a palavra ao convidado, Dr. Alexandre Antonio Tombini, o qual iniciou sua apresentação às 10h29. Ao final da apresentação, às 11h07, o Presidente colocou a palavra à disposição dos debatedores. Fizeram uso da palavra, na seguinte sequência, os Deputados Cláudio Puty e Vanderlei Siraque e o Senador Lindbergh Farias – todos fizeram questões relativas à meta de superávit primário e intervenções econômicas por parte do Governo. Após manifestação dos debatedores, o Presidente convidou o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal para compor a Mesa. Na sequência, passou a palavra ao expositor, Dr. Alexandre Tombini, para responder aos questionamentos feitos pelos debatedores. Encerramento: feitas as devidas respostas, às 11h48, o Presidente encerrou a reunião. Antes, porém, agradeceu a presença do Dr. Alexandre Antonio Tombini, dos Presidentes de Comissão e demais Parlamentares. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional."

Está lida a ata, Presidente.

Seguinte.

"Ata da Sexta Reunião de Audiência Pública da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 de novembro de 2012.

Às quinze horas e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Paulo Pimenta, para reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do DNIT e da Valec, do Ministério dos Transportes; da FUNASA, do Ministério da Saúde; do DNOCS; e ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2.928/2012-TCU-Plenário, em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos órgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, desta Comissão, para atendimento ao disposto nos arts. 94 e 97 da Lei nº 12.708/2012 – LDO 2013. Compareceram os seguintes Parlamentares: Senadores Titulares Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, João Costa e Paulo Paim; Deputados Titulares Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner,

Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Deputados Suplentes Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Jaime Martins, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira e Roberto de Lucena. Compareceu também o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como não membro. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Maia, Leonardo Gadelha, Lucio Vieira Lima, e Paulo Magalhães, bem como os Senadores Titulares Antônio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Souza e Wellington Dias. ABERTURA: o Presidente iniciou os trabalhos ao informar que estava sendo distribuído um relatório que serviria como subsídio para os Senhores Parlamentares acompanharem a reunião, o qual estava à disposição na mesa de trabalhos. Anunciou a composição da Mesa: Coordenador do Comitê de Avaliação das informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, Deputado Mauro Lopes. Coordenador de Obras do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Sr. Glauco Rogério Araújo Mendes. Presidente da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho; Diretor-Presidente da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, Sr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte – DNIT, Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe, representado pelos Srs. Carlos Eduardo Veras e Eloi Ângelo Palma Filho; Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Sr. Guilherme Henrique de La Rocque Almeida. Anunciou a presença dos demais representantes do Tribunal de Contas da União: Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União; Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União; Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União. Para melhor ordenamento dos trabalhos, o Presidente comunicou que os palestrantes disporiam, cada um, de 15 minutos, com exceção do representante do DNIT, que disporia de 30 minutos, para expor as medidas saneadoras já adotadas e as razões pelas quais as obras não deveriam ser paralisadas, apesar dos indícios apontados pela Corte de Contas, se for o caso, ponderado o disposto no art. 94 da Lei nº 12.708, de 2012 – LDO 2013. Informou, ainda, conforme o estipulado no art. 256, § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. Logo após, passou a palavra ao Deputado Mauro Lopes, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Na sequência, a representante do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Obras e Patrimônio da União – SECOB 4, apresentou os achados de auditorias realizados no âmbito do DNOCS. A seguir, assumindo a Presidência da reunião, às 15h20, o Deputado Mauro Lopes passou a palavra ao representante do DNOCS, Sr. Glauco Rogério Araújo Mendes, fazer sua exposição a respeito dos questionamentos levantados pelo TCU. Debateram as irregularidades suscitadas no DNOCS, na seguinte sequência, os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Antônio Balhmann, Duarte Nogueira, Lira Maia e Josias Gomes. Às 15h50, o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, deu início à análise das irregularidades verificadas no âmbito da FUNASA ao passar a palavra ao representante do TCU, Sr. Eduardo Nery Machado Filho – SECOB 3, Secretário de Obras e Patrimônio da União, o qual falou sobre os achados de auditoria no referido órgão. A seguir, fez uso da palavra o Presidente da FUNASA, Sr. Gilson de Carvalho Queiróz Filho, o qual discursou sobre os questionamentos apresentados pelo TCU. A respeito das irregularidades verificadas na FUNASA, debateu o Deputado Paulo Rubem Santiago. Às 16h16, o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, iniciou a discussão sobre as irregularidades levantadas no âmbito da Valec. A representante do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho, Secretária de Obras e Patrimônio da União, apresentou os achados de auditorias realizadas nesse órgão. A seguir, o Diretor-Presidente da Valec, Sr. Josias Sampaio Cavalcante Júnior, fez uso da palavra para justificar os questionamentos apresentados pelo TCU. Ao final da justificação, a representante do TCU fez as últimas considerações. Debateu as irregularidades apresentadas o Deputado Paulo Rubem Santiago, havendo réplica por parte do Presidente da Valec e da representante do TCU. Logo após, manifestaram-se para participação no debate os Deputados João Leão, Paulo Pimenta – aparteado pelo Deputado Paulo Rubem Santiago – e Josias Gomes. Às 17h26, o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, deu início à análise das irregularidades verificadas no âmbito do DNIT ao passar a palavra ao representante do TCU, Sr. José Ulisses Rodrigues

Vasconcelos, Secretário de Obras e Patrimônio da União (...), o qual apontou as irregularidades verificadas em auditorias. Na sequência, o representante do DNIT, Sr. Carlos Eduardo Veras, fez uso da palavra e prestou esclarecimentos acerca dos questionamentos feitos pelo TCU. O segundo representante do DNIT, Sr. Eloi Ângelo Palma Filho complementou os esclarecimentos. Na sequência, o representante do TCU, Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, recebeu a palavra novamente para manifestar-se sobre a apresentação dos representantes do DNIT. O Deputado Paulo Pimenta debateu os problemas apontados pelo TCU. O Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, afirmou estar prestes a encerrar a reunião e antes de fazê-lo passou a palavra aos representantes do TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho e Sr. José Ulisses Rodrigues Vasconcelos, bem como aos Representantes do DNIT, Srs. Carlos Eduardo Veras e Eloi Ângelo Palma Filho, para considerações finais. ENCERRAMENTO: Às 18h23, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, retornou à Presidência e encerrou a reunião às 18h25. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado Assis.

Por gentileza, o Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Passo a ler a seguinte:

"Ata da Décima Sétima Reunião Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa, da 54.ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 e 28 de novembro de 2012.

Aos vinte e sete e vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, Plenário 02 da Câmara dos Deputados. Compareceram neste período os Senadores Titulares: Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, João Costa e Paulo Paim; Senadora Suplente: Ângela Portela; Deputados Titulares: Augusto Coutinho, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Eliseu Padilha, Felipe Maia, João Leão, João Paulo Lima, Josias Gomes, Laurez Moreira, Leandro Vilela, Luciano Castro, Mauro Lopes, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Paulo Wagner, Professora Dorinha Seabra Rezende, Reinaldo Azambuja, Renato Molling, Waldenor Pereira, Wandenkolk Gonçalves e Zeca Dirceu; Deputados Suplentes: Antonio Balhmann, Assis Carvalho, Celso Maldaner, Cláudio Puty, Giacobo, Jaime Martins, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Luiz Carlos Setim, Luiz Pitiman, Marcus Pestana, Osmar Serraglio, Professor Sérgio de Oliveira e Roberto de Lucena. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Aníbal Gomes, Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Giovanni Queiroz, Irajá Abreu, João Maia, Leonardo Gadelha, Lucio Vieira Lima e Paulo Magalhães; além dos Senadores Titulares Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. ABERTURA: às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, declarou aberta a reunião. Informou que havia quórum para abertura, mas não para deliberação naquele momento. Por esse motivo, a reunião foi suspensa às 14h59. Antes, porém, foi convocada a continuação para o dia 28/11, quarta-feira, às 14horas. No dia 28/11, às 14h39, o Presidente declarou a reunião reaberta. Declarou também não haver acordo entre as Lideranças partidárias, motivo pelo qual encerraria a reunião. ENCERRAMENTO: a reunião foi encerrada pelo Presidente às 16h40. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputado, por gentileza, agradeço a participação.

Deputado Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Passo a ler o seguinte.

Às quinze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, para reunião que foi convocada com a finalidade de ouvir representantes do Ministério da Integração, (...) e Petrobras (...) e, ainda, representantes do Tribunal de Contas da União, para discutir os indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (...) por meio do Acórdão nº 2.928 (...), em obras e serviços de engenharia sob a responsabilidade dos Orgãos supracitados, por solicitação do Deputado Mauro Lopes (...), Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irre-

gularidades Graves desta Comissão, para atendimento ao disposto nos artigos 94 e 97 da Lei n° 12.708 (...) LDO 2013. Compareceram os seguintes parlamentares: Senadores (...) Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e João Costa; (...) Aníbal Gomes, Cida Borghetti, Duarte Nogueira, Eliseu Padilha, Giovanni Queiroz, Josias Gomes, Laurez Moreira, Mauro Lopes, Paulo Pimenta, Paulo Wagner, Reinaldo Azambuja, Renato Molling e Wandenkolk Gonçalves; (...) Suplente Angela Portela; (...) Celso Maldaner, Joaquim Beltrão, Leonardo Monteiro, Lira Maia, Marcos Rogério, Osmar Serraglio e Roberto de Lucena. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Arnaldo Jardim, Arnon Bezerra, Augusto Coutinho, Edio Lopes, Eduardo Sciarra, Felipe Maia, Irajá Abreu, João Leão, João Maia, João Paulo Lima, Leandro Vilela, Leonardo Gadelha, Luciano Castro, Lucio Vieira Lima, Osmar Júnior, Paulo Foletto, Paulo Magalhães, Paulo Rubem Santiago, Professora Dorinha Seabra Rezende, Waldenor Pereira e Zeca Dirceu; bem como os Senadores Titulares Benedito de Lira, Cássio Cunha Lima, Clésio Andrade, Paulo Paim, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Sérgio Souza e Wellington Dias. ABERTURA: o Presidente em exercício, Deputado Mauro Lopes, iniciou os trabalhos informando que haveria a apreciação das obras com indícios de irregularidades no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Convidou os representantes dos órgãos envolvidos para comporem a Mesa: Secretário de lnfraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Francisco Teixeira, e Secretária de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (...), do Tribunal de Contas da União – TCU, Sra. Juliana Pontes Monteiro de Carvalho. A representante do TCU começou sua apresentação e evidenciou os achados de auditorias no âmbito do Ministério da Integração Nacional. As 15h38 o Deputado Josias Gomes assumiu a Presidência. A seguir, os representantes do órgão questionado apresentaram suas justificativas. Além do Sr. Francisco Teixeira, também fez uso da palavra, em nome do Ministério, o Sr. Marcílio Lira de Araújo, Coordenador Geral de Supervisão de Obras (...). Após apresentadas as justificativas pelos representantes do Ministério da Integração Nacional, o Presidente em exercício concedeu a palavra à representante do TCU para últimas considerações. As 15h52 teve início a discussão sobre as obras com indícios de irregularidades no Ambito do Ministério das Cidades. Após a composição da Mesa, a primeira exposição foi feita pelo representante do TCU, Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (...), o qual falou sobre achados de auditorias. (...) Após a composição da Mesa, novamente representou a Corte de Contas o Sr. Eduardo Nery Machado Filho, Secretário de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (...), o qual foi o primeiro a fazer uso da palavra. (...) Fizeram esclarecimentos quanto aos questionamentos do TCU os Srs. Flávio Fernando Casa Nova da Motta e Glauco (...) Legatti, Gerentes Gerais de Implementação de Empreendimentos para RENEST– Refinaria Abreu Lima – e COMPERJ (...), respectivamente. Para debater os achados de auditoria na Petrobras, inscreveram-se os Deputados Giovanni Queiroz e Paulo Pimenta. Houve réplica por parte do representante do TCU. Encerramento: às 17h40, o Presidente em exercício, Deputado Josias Gomes, encerrou a reunião. (...) Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

Próxima ata.

"(...) ABERTURA: às quinze horas e sete minutos, o Presidente em exercício, Deputado Waldenor Pereira, declarou aberta a reunião. Informou que havia quorum para abertura, mas não para deliberação naquele momento. Por esse motivo, a reunião foi suspensa às 15h07. Antes, porém, foi convocada a continuação para o dia 5/12, quarta-feira, às 14horas. No dia 5/12, às 15h08, o Presidente, Deputado Paulo Pimenta, reiniciou os trabalhos. Porém, devido à falta de acordo entre as Lideranças partidárias, a reunião foi imediatamente suspensa. No dia 6/12, às 10h06, o Presidente reabriu a reunião. Contudo, por não haver quorum suficiente no recinto, o Deputado Giovanni Queiroz solicitou o encerramento da reunião. ENCERRAMENTO: a reunião foi encerrada pelo Presidente às 10h08. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado Paulo Pimenta, Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Três minutos. Questão de Ordem 461, de 2009: 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Questão de Ordem 461, de 2009. A palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quatro meia um, de 2009? Só me permite 3 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Três minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é irrisório, mas eu vou tentar ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O tempo está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Primeiro quero me justificar junto aos outros companheiros quanto a que o nosso procedimento em relação às atas, para que pudéssemos ler todas... E, aliás, faltam duas ainda por serem lidas, Sr. Presidente. Ou não vão ser lidas as seis? Porque até agora foram lidas só quatro atas, não? Primeiro, eu queria essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foram lidas todas as atas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Eu acompanhei. Eu queria que a Mesa fizesse a conferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Assis leu 3, o Deputado João Paulo Lima leu 1, o Deputado Zeca leu 2: 6 atas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Rapidinho, assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, o senhor me desculpe.

Então, eu vou iniciar agora as minhas considerações. Com relação à primeira ata, quando aqui se anuncia que o Deputado Puty foi nomeado Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, eu queria cumprimentar o Governo pela assertiva. Na verdade, o Deputado Puty orgulha o Pará pela sua postura, pelo seu desempenho como Parlamentar. Eu queria cumprimentar o Governo por isso. Ao mesmo tempo, não poderia cumprimentar o Governo por outros fatos como, por exemplo, não querer empenhar as emendas parlamentares.

Quero deixar bem claro, Sr. Presidente. Eu faço a defesa das emendas de todos os Parlamentares porque não vejo nenhum programa do Governo mais importante do que as emendas parlamentares, feitas por Deputados honrados e sérios que visam efetivamente a levar ao interior, às suas cidades, às suas comunidades o apoiamento do Governo Federal para edificações que realmente venham a contribuir para o desenvolvimento do Brasil, nos diversos interiores deste País. Se há desvios, cadeia; como há desvios do Governo no Executivo – cadeia.

E aqui eu pude (ininteligível) – e V.Exa. leu uma ata, Deputado Zeca –, quando aqui veio o Tribunal de Contas da União a mostrar os desvios na PETROBRAS. Desvios de bilhões de reais – de bilhões de reais. Então, eu quero dizer apenas aos companheiros Parlamentares que estamos aqui em defesa do Parlamento.

Por outro lado, nós, Deputados, não temos o direito de nos omitirmos, de nos acovardamos, de sermos negligentes, incompetentes e de permitirmos que o Orçamento da União, a principal peça deste Congresso Nacional, seja instrumento de pressão ou até de chantagem contra qualquer partido ou Parlamentar.

Eu lamento profundamente que os partidos de oposição – que inicialmente haviam feito também uma certa obstrução, como no caso do PDT, alguns Parlamentares logicamente querendo levar às vezes até migalhas para o seu interior, para atender a sua população – tenham aceitado empenhos menores do que aquilo que aprovamos no Orçamento da União. Quando o Governo diz que não tem dinheiro, que não tem como empenhar, aí os números falam mais alto. E eu tenho aqui, exata e oficialmente do Governo, ainda uma margem para empenho de 161 bilhões de reais. O Governo dizer que não pode empenhar mais 4 bilhões para atender aos 15 milhões de reais de Parlamentares é uma vergonha.

Nós estamos aqui nos sujeitando, nos subordinando à vontade de um planejamento que deixa de aplicar o autorizado por ineficiência do Estado brasileiro há quanto tempo, por quantos anos? Até quando vamos ser omissos e alienados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ou nós nos rebelamos em defesa do Parlamento brasileiro, ou não merecemos voltar ao Congresso Nacional.

É essa a nossa ponderação neste início de conversa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-las, coloco em votação as Atas das seguintes reuniões: 16ª Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de novembro de 2012; 2ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 22 de novembro de 2012; 6ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 27 de novembro de 2012; 7ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 28 de novembro de 2012; 17ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2012; 18ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 2012.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Na representação no Senado Federal.

Os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura de expediente. Serão transcritas as notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista do expediente será enviada, através do correio eletrônico, aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da Resolução de nº 2006 do Congresso Nacional, passaremos à apreciação do relatório apresentado à Medida Provisória nº 588, de 2012, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Fiscais de Crédito no valor de 1 bilhão, 683 milhões, 716 mil e 400 reais, para fim que especifica. Relator: Deputado Zeca Dirceu.

Foram apresentadas duas emendas. Voto favorável, nos termos da medida provisória, com indicação pela inadmissibilidade da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2.

O Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU – Voto.

O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que compete à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Consoante o art. 5º da citada Resolução, combinado com o art. 6º, §§ 1º e 2º, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais se passam a examinar.

Exame do aspecto constitucional – pressupostos de relevância e urgência:

O §3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que *"A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62"*.

Por sua vez, o art. 62 estabelece que 'em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional'.

(...)

Exame da adequação financeira e orçamentária:

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002, *"o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União"*.

Da análise da medida provisória, não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes (...).

Embora a EM nº 286/2012 não especifique a origem dos recursos, o Anexo da MP 588 indica as fontes 318 e 380 na programação orçamentária acrescida.

Ademais, a abertura deste crédito motiva-se pela não aprovação do PLN 15/2012 (...).

A par disso, vale salientar que o inciso V do art. 167 da Constituição Federal não exige a indicação da origem dos recursos para abertura de crédito extraordinário.

Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN, de 2002, prevê que "*No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato"*.

A Exposição de Motivos nº 00286/2012/MP, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

Exame do mérito.

Tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM 286/2012 aliada à insuficiência da dotação em análise, considera-se imprescindível e necessária a intervenção do Governo Federal, tornando meritória a edição da Medida Provisória em exame.

Análise das Emendas.

Foram apresentadas, no prazo regimental, duas emendas a este crédito extraordinário. (...)

(...) a emenda nº 1 não possui ligação temática específica de um crédito extraordinário, objeto da medida provisória em análise, em confronto com o §8º do art. 165 da Lei Maior (...).

Já a emenda nº 2 pretende indicar a origem de recursos, com base na fonte apontada no anexo da presente medida provisória. No entanto, a interpretação do inciso V do art. 167 da Constituição não obriga a indicação dos recursos correspondentes para aber-

tura de crédito extraordinário. Além disso, as fontes propostas pela emenda nº 2 estão indicadas no PLN 15/2012 para o mesmo propósito. O PLN 15/2012 já foi aprovado pela CMO e aguarda apreciação do Plenário do Congresso Nacional. Assim, considero prudente rejeitar, no mérito, a emenda nº 2.

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 588, de 2012, na forma apresentada pelo Poder Executivo, tendo por inadmitida a emenda nº 1 e rejeitada, no mérito, a emenda nº 2.

Concluo, Sr. Presidente, salientando a importância desse grande programa que é o FIES, e que o Governo, de fato, precisa desse novo crédito para poder dar continuidade a ele e atender ao maior número possível de jovens estudantes e universitários do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Zeca Dirceu.

Em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, declaro inadmitida a emenda indicada pelo Relator em seu voto.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente, nós apresentamos um destaque, que não foi acolhido, no sentido de que, nos termos da legislação vigente, não é identificada a fonte de financiamento ou demonstrado o superávit financeiro. Então, é fundamental que estejamos apresentando esse ponto para correção, para que possamos apoiar a iniciativa.

Então, eu pondero essa questão. Nós estamos apresentando aqui um destaque, que encaminhamos à Mesa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Por 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agora são 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A Resolução nº 461, de 2009, só diz respeito a atas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – São só 3 minutos quando se trata de uma só ata. Como eram sete, deveria multiplicar-se por sete, ou seja, 21 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já há jurisprudência.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas eu vou acompanhar V.Exa. na decisão.

Sr. Presidente, no caso aqui desta medida provisória não há o que contestar. A única contestação que eu poderia fazer é que, em vez de 1 bilhão, pudéssemos ter aqui 1 bilhão e 600 para o FIES, pudéssemos ter aqui mais 3 bilhões para investimento na universidade pública deste País, ou acrescida até para financiamento do ensino superior. E esse 1 bilhão e 683 milhões, sem dúvida nenhuma, atende muito a nossa juventude que, ansiosa por uma universidade, poderia vir a cursá-la e acrescentar ao Brasil uma condição melhor. Até porque nós, brasileiros, às vezes vamos para o ufanismo e dizemos que moramos no melhor país do mundo. Eu acho que seria até o melhor país do mundo para se viver, estivéssemos nós cumprindo a nossa obrigação de gestores eficientes e não deixando o Brasil...

Por exemplo, segundo análise feita recentemente por uma entidade inglesa – o Senador Cristovam Buarque fazia referência a essa avaliação –, de 40 países do mundo, o Brasil foi situado, em qualidade de ensino, no 39º lugar. E o Senador Cristovam Buarque dizia: *"Falta de vergonha de todos nós".* Perdemos a vergonha aceitando o Brasil nessa colocação. Na análise da ONU, de 85 países do mundo, nós estamos situados em 73º lugar. Que vergonha! Que vergonha este País! Não dá nem oportunidade aos seus jovens de se educarem. Não tira o jovem da rua para colocá-lo numa escola decente.

E eu me lembro de que tenho aqui no Orçamento da União 12 milhões dos meus 15 propostos para a educação. Para a educação, Deputado Paulo Pimenta, para atender, na Região Norte do Brasil, na temperatura escaldante daquela região, minimamente nossas escolas com centrais de ar condicionado, porque a temperatura média, por estudo feito pela Universidade Federal de Curitiba, durante 4 meses do ano, é de 32 a 46 graus. As crianças não suportam o calor da sala de aula. As professoras, muitas delas, levam as crianças para debaixo de uma árvore mais próxima da escola para continuar a administrar sua aula. Isso porque não há a mínima condição ambiental adequada para que as crianças possam estudar.

E esse mesmo estudo ainda confirma, Sr. Presidente, que as crianças perdem a capacidade de concentração a uma temperatura tão escaldante. E daí fica logicamente prejudicado todo o processo educacional. E nós, da Região Norte? Quando avaliados pelo FIES,

o que nós vemos? É que nós do norte e do nordeste estamos enquadrados no último terreno, por falta de uma adequada condição mínima para que as nossas crianças possam continuar a estudar.

Então, Sr. Presidente, eu sei que V.Exa., que tem também a educação como instrumento de renovação e transformação efetiva deste País, há de aplaudir esse FIES de 1 bilhão e 600 mil, mas não vai deixar de lutar também, como eu, para que sejam empenhados os 15 milhões de todos os Deputados, para que possamos atender à educação, à saúde, à infraestrutura dos nossos Municípios interioranos, que necessitam, efetivamente, que o nosso braço chegue lá na ponta, a favor do próprio Estado brasileiro.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão. Eu não vou adiante enquanto nós não tratarmos do destaque.

V.Exa. gostaria de usar a palavra novamente?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Eu queria ponderar que nós estamos, através desta emenda, dando mais consistência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu gostaria de pedir a V.Exa. que se reunisse com a Consultoria e o Relator, até para argumentar e explicar melhor aqui.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. vai suspender a reunião por 15 minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não senhor.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Acho que deveria fazê-lo, Sr. Presidente, senão nós não discutimos o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa., se quiser fazer uso da palavra, por gentileza. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – É essencial defendermos a prerrogativa do Congresso, dar transparência. Nós já temos problemas gravíssimos, como o orçamento paralelo do BNDES fora do controle, o que é uma coisa escandalosa em termos de execução orçamentária. Nós estamos oferecendo uma emenda que soma a favor da transparência, já que não está demonstrado de onde saem os recursos com a nitidez necessária.

Então, não vejo por que não acolher a emenda apresentada. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Enquanto o Deputado elabora o parecer sobre o destaque, vamos passar ao próximo ponto da pauta.

Item nº 2 da pauta.

Apreciação do relatório de atividade do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE sobre diretrizes e orientações para a análise da admissibilidade de emendas. Relator do Comitê de Admissibilidade: Coordenador do CAE, Deputado Marcus Pestana.

Esclareço que o relatório que será apreciado pelo Plenário contém diretrizes e orientações para a elaboração de emendas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Na verdade, Sr. Presidente, eu queria pedir a todo o Plenário a dispensa da leitura, porque o relatório já foi utilizado como parâmetro, como diretriz, todos tomaram conhecimento, e nós estamos formalizando a aprovação.

Então, eu o dou como lido para efeitos de apreciação, porque ele é de conhecimento geral. Eu acho que seria um expediente protelatório injustificável.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, eu gostaria também de contestar o relatório para que eu possa fazer a defesa de uma emenda da bancada de Goiás que está sendo prejudicada no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não é esse ainda. Este é só das diretrizes.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Ah, sim.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu gostaria de discutir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ele vai ser colocado em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu acho que sua leitura é importante, porque nós o recebemos agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não é esse, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O que nós estamos discutindo aqui é o relatório de atividade do Comitê de Admissibilidade de Emendas, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Esse relatório é o relatório que já foi utilizado para a apresentação das emendas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Nós estamos atrasados então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ele já está na pauta há vários dias. Portanto, não há necessidade, porque não terá nenhum efeito prático. Ele já foi usado. O próximo relatório, sim.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se o rejeitássemos aqui, qual seria o procedimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nenhum.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Anularia tudo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas, se eu pedir para discutir e ler aqui alguns artigos, alguns itens, com certeza nós vamos aprimorar o nosso conhecimento sobre a matéria, perfeito? Eu gostaria desse tempo, para que os nossos colegas todos, e eu inclusive, viéssemos a ter melhor conhecimento de uma matéria que já surtiu os seus efeitos, mas de que eu não tomei conhecimento. Aliás, nesta Casa, muitos procedimentos são feitos, mas nós não temos condições de ver todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu quero discutir.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Agradecendo muitíssimo a possibilidade de exercitar a minha oratória, vamos à leitura.

"Parte geral.

Considerações iniciais.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, constituído com fundamento no art. 18, IV, da Resolução nº 1/2006-CN, tem por atribuição efetuar o exame de admissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de Lei Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

O exame de admissibilidade de emendas corresponde à análise preliminar, anterior à de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais (...).

Os comitês darão à CMO e às comissões permanentes de ambas as Casas conhecimento das informações e das análises que procederem por meio de relatórios de atividades (...).

A Resolução nº 1/2006-CN define o objeto das emendas de bancada estadual e de comissão, estabelecendo condições para sua admissibilidade.

As diretrizes e orientações aprovadas pela CMO integram e preenchem as lacunas existentes no conjunto de normas de admissibilidade (...).

Com o fito de racionalizar e tornar mais célere o exame de admissibilidade no âmbito do CAE, os trabalhos poderão ser descentralizados pelo Coordenador.

As disposições contidas neste trabalho tomaram por base os relatórios já aprovados pela CMO (...).

Emendas individuais.

A Resolução nº 1/2006-CN prevê a apresentação de até 25 emendas individuais ao projeto de lei orçamentária. O valor total de atendimento das emendas por autor é aquele fixado no Parecer Preliminar que definirá, também, a programação passível de ser objeto de emendas individuais.(...)

Pelo art. 50 da Resolução, as emendas individuais que destinem recursos para entidade privada devem atender às disposições da Lei (...).

As emendas individuais destinadas a entidades privadas poderão conter programação genérica (...)

As transferências para o setor privado poderão ter a identificação da entidade no subtítulo ou na justificação. Entretanto, devem ser observadas as alterações trazidas pelo Decreto 7.568 (...).

No caso de projetos, a Resolução nº 1/2006-CN prevê que, em seu conjunto, as dotações de emenda individual devam ser suficientes para a conclusão da obra (...)

Considerando o elevado quantitativo de emendas individuais e a necessidade da análise de sua admissibilidade no curto prazo, este Comitê propõe a atuação conjunta com as Relatorias Setoriais (...).

Assim, consideram-se incorporados ao seu Relatório de Atividades as propostas de parecer pela admissibilidade que constarem dos respectivos relatórios (...).

Os pareceres pela inadmissibilidade que constarem dos respectivos relatórios setoriais poderão ser submetidos previamente à apreciação do CAE.

Emendas de bancada estadual.

Estão previstas de 15 a 20 emendas de apropriação, além de três emendas de remanejamento. (...)

A admissibilidade das emendas de remanejamento exige a verificação das dotações acrescidas ou incluídas, bem como da viabilidade dos cancelamentos (...) Não pode ser indicado, para tais emendas, o uso de cancelamento da reserva de contingência ou da reserva de recursos. (...)

As bancadas somente poderão propor remanejamentos de dotações no âmbito da mesma

Unidade da Federação, do mesmo órgão e do mesmo grupo de natureza de despesa (...).

O art. 47, II, da Resolução nº 1/2006-CN determina que as emendas de bancada estadual devam ser de interesse de cada Estado e identificar de forma precisa seu objeto. Assim, não será permitida a utilização de designação genérica que possa: contemplar obras distintas, ou resultar, na execução, em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada.

As duas condições devem ser atendidas concomitantemente. (...)

Conforme a Lei das Licitações (Lei nº 8.666/93), o conceito de obra está associado à construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta. (...)

Para efeito de atendimento da primeira parte do art. 47, II, da Resolução, entende-se, em consonância com decisões anteriores da CMO, que não se deve considerar como obras distintas a obra complexa ou o empreendimento com objeto preciso, determinado e identificado (...).

Portanto, para ser considerado como obra única, o conjunto de obras deve fisicamente integrar-se e complementar-se (...).

Desse modo, atendidas as demais restrições da Resolução nº 1/2006-CN (...), consideramos admissíveis emendas de bancada estadual que contenham a descrição da obra ou do empreendimento "x", a exemplo dos seguintes casos: (...)"

Aí vem uma série de exemplos.

"De outra forma, caracterizam infração à norma do art. 47, II, da Resolução, por contemplarem obras distintas ou para mais de um ente, a aprovação de emendas de bancada estadual com programação genérica que não indique exatamente a obra (...)

A especificação precisa do objeto da obra ou empreendimento permite melhor acompanhamento da execução (...)

As bancadas estaduais, portanto, devem estar atentas à necessidade de reapresentar, neste exercício, as emendas aprovadas no exercício anterior. A verificação do disposto no art. 47, § 2°, aplica-se apenas aos projetos plurianuais (...)

Caberá à respectiva bancada estadual demonstrar, na ata da reunião de sua aprovação (...)

Considera-se também delimitado o objeto e atendido o requisito da primeira parte do art. 47 (...)

A conjugação do localizador com a modalidade de aplicação mostra a possibilidade de a programação resultar, durante a execução orçamentária, em transferências voluntárias, convênios ou similares (...)

Considera-se que programações com localizador estadual no subtítulo combinado com a Modalidade de Aplicação 30 (...)

Propõe-se a vedação, nas emendas coletivas, da utilização da Modalidade de Aplicação 99 (...).

Emendas de Comissão.

A Comissão somente poderá apresentar emenda ao Orçamento de acordo com a sua competência regimental (...).

O art. 26, § 2°, permite a atualização do Anexo por intermédio do Parecer Preliminar (...)

A ideia das áreas e subáreas temáticas constantes do Anexo da Resolução nº 1/2006-CN teve por objetivo criar paralelismo e correlação entre as competências dos órgãos da administração pública e a competência regimental das Comissões. (...)

As emendas de Comissão não podem destinar recursos a entidades privadas, salvo se contemplar programação já constante do PLOA/2013. (...)

No caso de programações destinadas às transferências voluntárias, o inciso III do art. 44 exige que a justificação da emenda comprove que a aplicação dos recursos obedecerá aos elementos, critérios e fórmulas, em função da população beneficiada (...).

Aplicam-se às emendas de Comissão que criam nova programação em relação ao PLOA/2013 as mesmas restrições contidas no art. 47 (...)"

Seguem o anexo e a tabela. Então se passa à apresentação de emendas individuais, com todas as regras especificadas.

"Das emendas coletivas.

As emendas coletivas devem observar os quantitativos de emendas constantes da Resolução nº 1/2006-CN. O número de emendas por bancada é fixado pelo art. 47 (...)

As emendas de remanejamento de bancada estadual somente poderão propor remanejamento de dotações no âmbito da mesma Unidade da Federação (...).

A justificação das emendas de bancada estadual deve conter as informações mínimas de custo, cronograma e financiamento necessárias à avaliação e parecer (...).

À emenda de Comissão que contemple categoria de programação constante do projeto de lei não se aplicam as restrições previstas no art. 47 (...).

Aplicam-se às emendas de Comissão que criam nova programação em relação ao PLOA/2013 as mesmas restrições contidas no art. 47, incisos II a V (...).

O disposto neste item não se aplica às emendas de Comissão que destinarem recursos a transferências voluntárias de interesse nacional (...).

O cancelamento constante de emenda de remanejamento proposta por Comissão deverá, nos termos do art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN: ser compatível com as competências da comissão; incidir sobre a mesma subárea (...); resguardar a compatibilidade das fontes de recursos (...).

Brasília, novembro de 2012."

Eu tenho uma admiração enorme pela memória de Leonel Brizola, e hoje eu posso retribuir isso sendo instrumento de obstrução do PDT aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, antes eu queria fazer uma questão de ordem a V.Exa., de acordo com o art.134, parágrafo único, que diz assim:

"Art. 134. .....

Parágrafo único. No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput – ou seja, um sexto de Senadores e Deputados –, *o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião, ex officio, ou por provocação de qualquer parlamentar*. "

E é isso que provoco a V.Exa., porque nós não temos nenhum Senador, neste momento, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas V.Exa. pode encerrá-la também, Presidente. O senhor tem autoridade para isso. São 20h48min. (Pausa.)

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas o som está funcionado, Sr. Presidente...

(A reunião é suspensa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só falta 1 minuto. V.Exa. poderia antecipar. (Pausa.)

Presidente, já é tempo, Sr. Presidente. Há muitas comemorações natalinas, muitos Deputados aqui também estão querendo acompanhar os Senadores. Eu acho que é hora de V.Exa., já vencidos os 5 minutos, retomar e encerrar. Por sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Como é uma prerrogativa do Presidente suspender ou encerrar, eu vou reabrir os trabalhos e suspendê-los novamente por mais 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem. Sr. Presidente. Sr. Presidente, o art. 29, § 2º, diz o seguinte:

"Art. 29 .....

.....

§2.º No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex-officio ou por provocação de qualquer Congressista".

É o § 2º do art. 29.

Portanto, eu acho que V. Exa. deve encerrar, e não mais postergar essa sábia decisão que V. Exa. tomará, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é o Regimento?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Regimento comum, art. 29,§ 2º. (Pausa.)

Sr. Presidente, é um parágrafo tão curtinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, ocorre que a Resolução nº 01, que é de 2006, é parte integrante do Regimento Comum. Portanto, a resolução é também do Regimento Comum. E é evidente que, por ser de 2006...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ela é derivada do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por ser de 2006, e o Regimento Comum ser de 1970, na interpretação deste Presidente, a norma atual, parte também do Regimento Comum, deve ser observada, e, portanto, eu vou observar aquilo que dispõe a Resolução nº 01 e vou manter a reunião suspensa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Por quanto tempo, Sr. Presidente? Até amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Num primeiro momento, por 10 minutos. Se houver necessidade, suspenderei por mais tempo. Mas, em princípio, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, neste caso, eu quero recorrer da decisão de V.Exa., entendendo que a Resolução nº 01 é derivada do Regimento Comum. Perfeito? Ela não se sobrepõe ao Regimento Comum.

Portanto, acho que V.Exa., logicamente, querendo dar continuidade à reunião, o que é louvável, está cumprindo a sua missão. No entanto, não pode afrontar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O art. 1º da Resolução nº 01 diz:

> "Art. 1.º Esta Resolução é parte integrante do Regimento Comum e dispõe sobre a tramitação das matérias a que se refere o art. 166 da Constituição e sobre a Comissão Mista Permanente prevista no § 1º do mesmo artigo, que passa a se denominar Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO".

Portanto, na minha opinião, naturalmente que V.Exa. tem a prerrogativa...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E o que ele fala sobre este momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem a prerrogativa de recorrer da minha decisão tanto para a Comissão de Constituição e Justiça como também para a Mesa do Senado, mas a interpretação que eu tenho é a que eu já anunciei.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, e qual é o artigo da Resolução que versa sobre a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Resolução nº 01, art. 134, parágrafo único.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Parágrafo único. Sim, esse foi aquele primeiro levantado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Qual dos dois deve prevalecer? Isso não é da Resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Na opinião deste Presidente, vai prevalecer o art. 134, parágrafo único, da Resolução, por ser ele mais recente e trazer uma nova redação para aquilo que já estava no Regimento Comum. Mas V.Exa. tem a prerrogativa de, discordando da minha interpretação, recorrer...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Até para que nós possamos ter uma definição, porque aqui existe um conflito explícito de interesses – um dá a V.Exa. a condição única de encerrar; o outro flexibiliza um pouco mais –, acho que se V.Exa. fizesse a opção pelo primeiro, estaria atendendo melhor todos nós que precisamos acompanhar os nobres Senadores, com certeza, em véspera natalina, já cumprindo a sua missão até essa hora, como Parlamentares. Então, nós também temos o direito de nos recolher para o descanso natural de quem trabalhou o dia todo.

Passaram-se apenas 5 minutos. V.Exa. deu 10 minutos. Ainda vamos esperar mais 5 minutos.

O Deputado João Leão, com certeza, se aí estivesse, na posição de V.Exa., faria a opção pelo primeiro artigo por mim citado. E ele concorda que precisa dos 15 milhões empenhados. Isso eu tenho certeza também, porque ele interioriza, para a satisfação dos seus conterrâneos, a condição de poder melhor qualidade de vida dar àquelas populações distantes. Nós todos temos certeza, todos os Deputados e Senadores aqui presentes, de que, se presente tivesse algum Senador, estaria aqui também dizendo a V.Exa. que nós precisamos do empenho dos 15 milhões de reais.

Eu, em particular, Sr. Presidente, vou dizer a V.Exa.: coloquei, dos 15 milhões, 12 milhões para a educação. O senhor calcula que condição as nossas crianças lá no Sul do Pará, com uma temperatura de 46 graus, às vezes, têm de estudar? Não liberam nem o ar condicionado para as nossas crianças poderem estudar! Qual é a condição que tem uma criança de aprender? Estudo da Universidade Federal de Curitiba constatou isso. E o professor perde 30% da sua capacidade de ensinar, de transferir conhecimento. Não consegue!

Mas como é que vai este Brasil para frente, se não educarmos os nossos jovens, as nossas crianças? A criança vai para a escola, hoje, debaixo de peia, porque, na verdade, principalmente a do Pará, gostaria de estar indo para o ribeirão ali próximo da escola para tomar banho, devido ao calor ardente, sufocante que a região impõe a cada um, e nós estamos aqui a mendigar, com pires na mão, pedindo esmolas para o Governo, quando o dinheiro está aqui.

No ano passado, Deputado João Leão, o Governo deixou de aplicar 110 bilhões de reais autorizados por nós, aqui, do Congresso Nacional. Deixou de aplicar esses recursos por ineficiência. Olha que loucura! Um Brasil que precisa de portos para não deixar mais navios esperando por embarque ou desembarque 60, 90 dias – está aqui um ex-Ministro dos Transportes que sabe da luta que teve para ajudar na infraestrutura deste País e sabe como estamos hoje, com os nossos portos, as nossas rodovias. Eu tenho, lá, no Pará, a BR-155, que é a pior do Brasil, uma vergonha! Um carro leve,

para circular 350 quilômetros, leva 8 horas! Olha que loucura estamos vivendo no Brasil!

E há dinheiro sobrando aqui, no Orçamento! Se não estivessem sobrando recursos financeiros; se houvesse frustração de receita além do que está previsto, que é de 23 bilhões – a frustração prevista de receita este ano...

Mas, então, Sr. Presidente...

Já está no horário de encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço imensamente a sua manifestação. Tenho certeza de que recolhe o pensamento e o sentimento de muitos colegas que gostariam de dizer a mesma coisa e só não o dirão porque V.Exa. já disse.

Retomando os trabalhos, temos o quorum mínimo de Senadores: Clésio Andrade, Romero Jucá.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só para fazer mais um questionamento. Veja o senhor como é sábia essa Resolução nº 01. Aquele art. 134 diz só se pode abrir os trabalhos tendo um sexto. V.Exa. suspendeu por 5 minutos; não poderia ter reiniciado a sessão sem ter quorum. V.Exa. a suspendeu e reiniciou de novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou observar. Vou observar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se eu fosse V.Exa., corrigiria esse erro, que foi um erro apenas, digamos assim, de procedimento, de momento – V.Exa. não se ateve a esse detalhe –, e recuperaria essa falha encerrando a reunião, para que V.Exa. não venha a se penitenciar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a contribuição de V.Exa.

A reunião está...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Retomada.

O relatório do CAE está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Voltamos à medida provisória, Deputado Zeca Dirceu.

Para oferecer parecer sobre o destaque, Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Nós vamos acolher o destaque parcialmente, apenas por um erro matemático: onde se lê 500 reais, na verdade a soma dá 400 reais. A MP, por ser um crédito extraordinário, não tinha a obrigação de prever a fonte de recursos, mas, como foi incluído o anexo prevendo essa fonte de recursos, então, está correto o destaque apresentado, que aperfeiçoa a medida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação o relatório na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, na representação do Senado Federal, ressalvados os destaques.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o destaque e o parecer favorável do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que acompanham o voto do Relator favorável ao destaque permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório com o destaque.

Requerimento para inclusão na pauta do relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas quanto à admissibilidade de emendas coletivas apresentadas ao Projeto de Lei nº 24, de 2012. Autor: Deputado Marcus Pestana.

O Deputado está com a palavra, para a apresentação do requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – O Comitê de Admissibilidade se reuniu com base nas diretrizes e fez o seu trabalho, que é ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Marcus Pestana, nós estamos discutindo o relatório para incluir na pauta.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O requerimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Ah!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está com a palavra para defender o requerimento para incluir na pauta o relatório.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Peço, então, apoio para que a gente possa dar mais esse passo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu queria uma cópia do requerimento para ver de que se trata, para que eu possa discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Uma cópia do requerimento para o Deputado Giovanni Queiroz. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Senhora, o Deputado Giovanni Queiroz está aqui, do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Giovanni Queiroz quer uma cópia do requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, o autor também merece. O autor também merece uma cópia do requerimento.

Foi tirar cópia. Nós vamos aguardar. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ...o requerimento.

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, meu não. O requerimento não é meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, com a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ah, a palavra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado.

O requerimento, em nome do Deputado...

Sr. Presidente, eu não estou entendendo. O senhor pode me explicar um pouco mais? Este requerimento... A inclusão do relatório do CAE?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, Deputado Giovanni Queiroz, o Deputado Marcus Pestana já explicou: é um requerimento para incluir na Ordem do Dia o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – De admissibilidade de emendas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O requerimento será colocado em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito. Eu queria dar uma lida, porque só agora chegou às minhas mãos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não há como tomar uma posição sem lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se V.Exa. já tomou conhecimento, eu vou colocá-lo em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, eu quero só encaminhar e eu tenho 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não há previsão de encaminhamento para requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não há? Há, sim. Espere aí, Presidente, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Para requerimento, não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas diz o Regimento Comum:

> *Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter a sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos (...)*

É o art. 41. Eu só quero fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. tem 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Obrigado.

> "*Conforme o art. 25 da Resolução nº 1/2000-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade – CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias...*"

Repito: "Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO."

Eu reli esse parágrafo para que todos os companheiros pudessem a ele atenção especial dedicar.

> "*2. O exame de admissibilidade de emendas corresponde ao exame preliminar, anterior ao de mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1/2006-CN. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO, que contrariar norma constitucional, legal ou regimental, será inadmitida, caso aprovada na CMO a proposta do*

Comitê de Admissibilidade (arts. 15, XI, e 25 da Resolução nº 1/2006-CN).

3. O Comitê, no uso de suas atribuições, levou em consideração o Relatório de Atividades – Diretrizes e Orientações disponibilizados no site da CMO, diretrizes que integram e preenchem as lacunas de modo a permitir uma interpretação sistemática do conjunto de normas de admissibilidade.

4. O principal papel do Comitê foi o de analisar as emendas apresentadas e encontrar soluções capazes de sanear os vícios que tornavam a emenda inadmissível.

5. Do exame preliminar de inadmissibilidade das 473 emendas de bancadas estaduais, foram identificadas inicialmente problemas de inadmissibilidade em 99 emendas; das 82 emendas de comissões da Câmara dos Deputados verificaram-se inadmissibilidades em 7 emendas; e, das 49 emendas de comissões permanentes do Senado Federal, foram identificadas inadmissibilidades em 5.

6. Essas inadmissibilidades iniciais foram devidamente comunicadas aos Coordenadores de Bancadas e Presidentes de Comissões permanentes acompanhadas de alternativas e sugestões de ajuste técnico, quando possível. Os pedidos de correção foram apresentados diretamente no sistema informatizado da CMO – SISEL (...)"

Mais um minuto só e encerro, Sr. Presidente.

"*... da Parte geral do Relatório de Atividades, considerou viáveis todos os casos em que havia correlação entre as competências dos órgãos da administração pública e a competência regimental das Comissões, em continuidade ao entendimento já manifestado pelo CAE em exercícios anteriores*".

Sr. Presidente, continuo no próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Em votação o requerimento...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Encaminhamos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Deputado Marcus Pestana.

Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Nós fizemos um trabalho rigoroso de compatibilização e de análise de consistência das diversas emendas de bancada e de comissão com a legislação vigente, a Constituição, a Resolução nº 1, a LDO.

Do exame de 473 emendas – já foi dito aqui – de bancadas, foram identificados, inicialmente, problemas de inadmissibilidade de 99 emendas. Das 82 de Comissão da Câmara, verificaram-se inadmissibilidades em 7 emendas; das 49 emendas de Comissão Permanente do Senado Federal, foram identificadas inadmissibilidades em 5.

Nós fizemos todo um trabalho de recuperação, de procura dos Coordenadores de bancada, dos Presidentes de Comissão para correção e aproveitamento do máximo de propostas de emendas e, ao final, chegamos à inadmissibilidade de 9 – apenas 9 inadmitidas –, de um total de 473 emendas de bancadas, somadas às 82 de Comissões da Câmara e às 49 de Comissões Permanentes do Senado.

Então, é um número muito pequeno, mas eu queria chamar a atenção para o fato de que foi inevitável, porque há incompatibilidade, e nós resolvemos... Eu elogio aqui a assessoria técnica da Câmara, que trabalhou de forma intensa na análise dessas emendas, dando-nos apoio, suportando todo tipo de pressão, mas fomos rigorosos no sentido da observância dos dispositivos legais e normativos.

Portanto, vou ao meu voto.

Os trabalhos deste Comitê foram pautados pela observância das normas constitucionais, legais e regimentais que tratam do tema.

Propomos que, dentro das emendas de bancada estadual e de Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado apresentadas ao PLOA 2013, sejam consideradas inadmissíveis apenas aquelas que constam do Anexo ao presente Relatório. Também serão consideradas como não admitidas as emendas individuais que assim constarem dos Relatórios Setoriais a serem apresentados à CMO.

As demais emendas, coletivas e individuais, devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes encaminhados pelos Autores, considerados viáveis pelo Presidente da Comissão e acolhidos pelo CAE.

Brasília, 05 de dezembro de 2012.

É o relatório.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Para contestar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Leandro Vilela.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, eu gostaria de, em nome da bancada de Goiás, nos termos do art. 148 da Resolução nº 01/06, apresentar contestação, para que o Plenário desta Comissão venha deliberar sobre a inadmissibilidade da Emenda nº 71100002, da bancada de Goiás.

Ressalto que houve um erro na elaboração da presente emenda, sendo equivocada a construção da inclusão de dotação. O Comitê de Admissibilidade alega que houve alteração de objeto na emenda, mas o que realmente houve foi alteração de órgão de Ministério, uma vez que a emenda foi elaborada como "infraestrutura urbana no Ministério das Cidades", enquanto deveria ser "infraestrutura econômica no Ministério da Integração Nacional". Em tempo hábil, corrigimos o erro através do Sistema SISEL, mas não foi acatado pelo Comitê.

Nesse sentido, solicito que se dê provimento à presente constatação, para se adequar a emenda aos moldes propostos no Sistema de Correção SISEL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa., por gentileza, encaminhe para a Mesa a contestação.

Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, para discutir.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é para discutir e para me somar a Goiás. Eu tenho minhas origens em Goiás, conheço bem o Estado. Embora represente o Estado do Pará, tenho ali familiares que moram em Goiânia e acho que a defesa de um Parlamentar a favor do seu Estado é absolutamente legítimo.

E quero dizer mais, Sr. Deputado. Nós estamos aqui hoje mais no papel de tentar devolver ao Congresso Nacional a respeitabilidade que, durante alguns anos, este teve. Lamentavelmente, o Congresso Nacional, nesses últimos anos, tem sido desautorizado naquilo que é mais importante para a Nação – e o Senador Jucá sabe disso. E houve aqui inúmeros debates sobre como este Congresso já foi bom em outros tempos, quando respeitado pelo seu governo, época em que V.Exa. era Líder, mas hoje se desfaz, perde o rumo. O Congresso Nacional não se faz respeitar. Nós Parlamentares estamos diminuídos, apequenados, diminutos, de joelhos, pedindo, de mãos vazias, esmola num Ministério ou noutro, ou pedindo à Secretaria de Relações Institucionais que venha empenhar aquilo a que temos direito.

V.Exa., Deputado goiano, que representa aqui o seu Estado e o seu povo, luta para colocar e incluir mais recursos no seu Estado, legitimamente. A defesa é absolutamente legítima. De repente, no ano que vem, o Governo não vai empenhar essa emenda. Veja quantas emendas de bancada foram empenhadas este ano ainda. Não existem 3% de emendas empenhadas de emendas de bancada, nobre Deputado. É lamentável.

E as nossas? O Governo ainda tem uma margem de 161 bilhões para empenhar. Frustração de receita de 23 bilhões, frustração líquida prevista – só. Por que não empenham as emendas nossas de bancadas? Por que não empenham as emendas legítimas de bancadas e de Comissões e de Parlamentares que estudaram, trabalharam, deram sua contribuição tentando levar, interiorizar recursos que pudessem efetivamente ser aplicados? Quando o Governo concentra nos seus programas e nos seus projetos, ele já prova ser ineficaz, para não dizer incompetente, irresponsável até, deixando sobrar dinheiro que vai para um fundo de liquidez do Banco Central, e não operacionaliza aquilo que nós aqui autorizamos a fazê-lo, por absoluta incompetência. Então, não há por que nós sermos coniventes com isso. Levar o dinheiro para os Municípios, para os Estados é dar condições ao Governo Federal de aplicar efetivamente, de executar as ações previstas no Orçamento, já que o Governo Central não tem a mesma competência.

Por isso, eu me somo a Goiás, para pelo menos buscar aprovar a sua emenda de bancada, como outros Estados já o fizeram e o meu também o faz, tentando contribuir com o Governo, para que este possa ser mais eficaz, mais eficiente, mais diligente, menos preguiçoso, menos incompetente, mais determinado, mais corajoso no sentido de ir ao encontro da demanda nacional de infraestrutura, de ações sociais que possam realmente dar vigor ao País.

Portanto, Sr. Presidente, eu não vou me cansar de usar este microfone para alertar os companheiros de que podemos nos unir no sentido de cobrar do Governo, sob pena de não deixarmos de avançar nas votações, e de fazer com que o Governo venha ao encontro de um anseio, que tenho certeza é de todos, de ver suas emendas, as emendas dos seus Estados, das suas bancadas aprovadas e executadas, para que nós possamos ver um Brasil melhor.

Nós somos absolutamente incompetentes. Temos sido, mas eu quero aqui tentar resgatar a vontade de muitos. E, logicamente, eu preciso do companheirismo de todos, para que possamos buscar, com o Governo, sensibilidade para que ele aplique efetivamente o que

está autorizado no Orçamento, com recurso em caixa, sem que tenha havido frustração de receita que justifique a sua omissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA – Para deixar registrado em ata, nos termos do Item 17 do relatório apresentado, que também consideramos como admitidas todas as emendas dos Relatores Setoriais.

E eu queria, só para não voltar a falar mais, dizer que houve uma opção metodológica pelo total rigor e observância do disposto na Resolução nº 01, na LDO, no PPA.

Lá em Minas se fala "onde passa boi passa boiada", caso comece a haver subjetividade. O nosso trabalho não é de análise de mérito, é um trabalho de medir a consistência das emendas. Demos um amplo espaço, contatamos todos os coordenadores, todos os presidentes de Comissões para que as retificações fossem feitas.

No caso específico de Goiás, infelizmente porque há todo um mérito na iniciativa, há uma mudança de unidade orçamentária na execução, na mudança de escopo, na mudança de Ministério, entrando, portanto, em conflito com o disposto nos arts. 38, 45, 48 e 147, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional e demais normas da CMO.

O recurso é legítimo, e o Plenário vai decidir.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um momento, Deputado. V.Exa. quer...

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Gostaria apenas de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É uma questão de ordem? É uma discussão?

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – É uma discussão. Para discutir ainda a matéria.

Quero agradecer o apoiamento do Deputado Giovanni Queiroz e fazer a defesa de Goiás no sentido de que o Estado, perdendo uma emenda, sem dúvida nenhuma, terá um prejuízo.

Embora nós tenhamos um índice baixo de empenho, o que é sabedor de todos nós nesta Casa, é uma emenda inclusive que atende à RIDE, a região do Entorno do Distrito Federal, com problemas extremos e graves. Esses recursos são fundamentais para investimentos e buscam a melhoria da qualidade de vida da população, principalmente do Entorno do Distrito Federal. De forma que a bancada de Goiás sofre um grande prejuízo.

Não houve erro que prejudique o mérito, apenas, quando da redação, em vez de se colocar "no Ministério da Integração Nacional", foi colocado "Ministério das Cidades". Nós gostaríamos, então, de pedir, através desta contestação, que fosse acatada esta nossa emenda, não prejudicando, assim, o Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Erro de redação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Leandro Vilela, cabe a esta Presidência deferir ou não a contestação. Estou pedindo que a assessoria técnica faça uma análise e, enquanto essa análise é feita, nós vamos para o próximo ponto da Ordem do Dia, em que o Deputado Eliseu Padilha fará a leitura do Relatório Setorial da Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano. E, depois, no momento adequado, voltaremos para tratarmos da matéria.

O Relator Setorial, ilustre Deputado Eliseu Padilha, do PMDB do Rio Grande do Sul, está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O relatório está em discussão... *(Pausa.)*

Desculpe-me. Tem a palavra o Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devo inicialmente dizer que o trabalho da Sub-relatoria restou profundamente facilitado e simplificado pela excepcional atenção e assistência que este Relator recebeu dos Consultores do Orçamento e da assessoria da Secretaria-Geral da Mesa desta Comissão.

Para não cometer injustiças, nós vamos simbolizar essa equipe com três nomes: a Socorro, que efetivamente nos socorre a cada momento e a cada instante; o Dr. Sanches e o Dr. Tollini, que aqui se encontram presentes e que têm acompanhado esse *métier* há décadas e sabem, nos detalhes, como nós podemos cometer menos erros e podemos contemplar o máximo possível das pretensões dos Parlamentares. Esta distinção os nossos consultores conseguem fazer com larga facilidade. Nós temos realmente que agradecer a eles.

Eu, pessoalmente, que estou nesta Casa há muitos anos, já participei desta Comissão várias vezes e já estive no Poder Executivo, posso dizer que nós aqui na Comissão avançamos muito, a partir do conhecimento dos nossos consultores, a quem eu renovo os meus agradecimentos.

Com a aquiescência de V.Exa., Sr. Presidente, e de toda a Comissão, eu peço permissão para, em vez de ler dezenas de laudas do relatório inteiro, ler um resumo do que seja o relatório e, se for o caso, prestar esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, tendo em vista que o relatório da Área Temática V, que abrange a programação dos Ministérios do Planejamento e das Cidades, já foi divulgado há vários dias, dando oportunidade para sua análise detalhada, seguindo prática usual nesta Comissão, vou me permitir, com a concordância do Plenário, apresentar tão somente as partes de maior impacto decisório de nosso parecer.

Segundo o projeto encaminhado pelo Poder Executivo, os orçamentos propostos para a área temática totalizam dotações de 36,2 bilhões de reais, sendo 15,3 bilhões de reais no Planejamento e 20,9 bilhões de reais nas Cidades. As despesas de custeio, de investimentos e em inversões financeiras totalizam 22,4 bilhões de reais. Desse total, 12,5 bilhões de reais destinam-se a despesas pertinentes ao Programa Minha Casa, Minha Vida e 7,2 bilhões de reais às despesas com investimentos vinculados ao PAC, sobretudo em saneamento, assentamentos precários, transportes urbanos e drenagem.

A Área Temática V recebeu 962 emendas, com solicitações no montante de 9,3 bilhões de reais. As bancadas estaduais apresentaram 72 emendas de apropriação e as Comissões, três de apropriação e uma de remanejamento, totalizando pleitos no montante de 7,4 bilhões de reais. As 886 emendas individuais totalizaram solicitações de 1,9 bilhão de reais. Em ambas as modalidades de emendas, o programa com o maior número de solicitações foi Planejamento Urbano, com 44 emendas coletivas e 822 individuais, as quais concentraram 68% dos valores solicitados.

Esta relatoria mobilizou um total de 4,4 bilhões de reais para o atendimento das emendas. Desse total, 1,9 bilhão de reais foi destinado às emendas individuais e 2,5 bilhões de reais às emendas coletivas. Os recursos para as emendas individuais provieram integralmente da Reserva de Recursos. Para as coletivas, 0,8 bilhão de reais proveio da mesma Reserva de Recursos, e 1,7 bilhão de reais proveio de cancelamentos realizados em conformidade com o relatório preliminar e as orientações lá consignadas.

Para orientar o remanejamento de recursos, esta relatoria adotou um conjunto de critérios adicionais, com vistas a obter maior equilíbrio entre os ajustes realizados e o atendimento aos pleitos. Assim, não impusemos reduções em alocações de valor inferior a 2 milhões de reais; não efetuamos reduções em dotações financiadas por fontes vinculadas; limitamos os cortes nas dotações do Ministério do Planejamento a, no máximo, um terço de seu valor; e estendemos às inversões financeiras vinculadas ao PAC o percentual de corte de 10%, definido no relatório preliminar para os investimentos.

Definimos, também, critérios objetivos para propiciar uma equilibrada distribuição dos recursos entre as emendas coletivas. Nesse sentido, tomamos como referência as práticas adotadas pelos Relatores Setoriais, nos anos anteriores – em vários anos –, adotando a combinação de quatro critérios para a alocação de recursos às emendas de bancada, que são: primeiro, a proporcionalidade ao número de emendas apresentadas na área temática; segundo, a proporcionalidade à população da Unidade da Federação; terceiro, a proporcionalidade ao inverso da renda *per capita* da Unidade da Federação; e, por último, a proporcionalidade ao inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Em outras palavras, nós priorizamos, valorizamos e, melhor, aquinhoamos a equidade, a distributividade, a redistributividade e a atenção ao social, considerando o IDH.

Como critério complementar de ajuste, adotamos a premissa de que o valor destinado às emendas não deveria representar grande disparidade entre o valor maior e o menor valor alocado, ressalvado quando orientado pelas coordenações das bancadas ou a necessidade da realização de outros ajustes. Finalmente, elegemos como merecedoras de tratamento diferenciado as emendas relativas a obras de trânsito urbano em capitais ou grandes cidades, as relativas a ações na área de saneamento e, ocasionalmente, informações adicionais, por entendermos ser papel do Relator estar atento às áreas críticas para atendimento.

Assim, pudemos atender a todas as emendas de apropriação apresentadas pelas bancadas estaduais, com o montante de 2,3 bilhões de reais. Em relação às emendas de apropriação das Comissões, também as atendemos, embora parcialmente, distribuindo 165 milhões de reais. Daí, o seu caráter nacional e a amplitude das suas programações, que remetemos à consideração da Relatoria-Geral a possibilidade de adicionarmos ainda mais recursos a essas emendas de apropriação das Comissões.

Com relação às emendas individuais, o Relator adotou o critério já tradicional de interpretar, diligentemente, a intenção dos autores, mas – peço atenção aos Srs. Parlamentares e aos representantes das bancadas – recomendamos aos autores que verifiquem como ficaram suas propostas, a fim de permitir que eventuais correções sejam ainda feitas no momento oportuno.

Esta Relatoria não identificou, na sua área de competência, emendas que propusessem alocações

vinculadas a obras irregulares; não apresentou emendas de Relator; não constatou a existência de créditos extraordinários ou especiais em tramitação; e não entendeu necessário criar novas ações para as obras.

A Relatoria se deparou com diversidade de enquadramento programático das emendas coletivas relativas a adequações nos sistemas viários urbanos. Enquanto algumas bancadas as propuseram no âmbito do Programa Mobilidade Urbana, outras o fizeram no Programa Planejamento Urbano. A fim de assegurar uniformidade de tratamento, tais emendas foram enquadradas nos mencionados programas, segundo a natureza das obras pretendidas. Outrossim, recomendamos também às bancadas que examinem o enquadramento que foi dado às suas emendas dessa natureza, a fim de que possam solicitar mudanças desejáveis, se o julgarem necessário.

Aqui, ressalto o caso, por exemplo, de Goiás, que de forma competente o Deputado Vilela trouxe à consideração da Comissão e sei que o Relator-Geral já tem o assunto sob seu controle e, na medida do possível, vai adaptar o equívoco de nominação de uma das emendas.

É este o resumo de nosso relatório. Pedimos à Comissão que vote pela sua aprovação, e conclamamos, portanto, todos nobres Parlamentares presentes a acompanharem, na medida do possível, a nossa posição.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis Carvalho) – O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, logicamente que, em respeito ao Ministro Eliseu Padilha, eu não vou pedir a V.Exa. para encerrar neste momento por que só tem um Senador. E a qualquer momento, não havendo dois, deve V.Exa. de pronto encerrar os trabalhos.

Mas eu quero discutir um pouco, lembrando o seguinte, Deputado Eliseu Padilha, por quem eu tenho o maior respeito, porque V.Exa. foi um digno representante de todos nós no Ministério.

Neste relatório, na página 7, traz aqui: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quanto à sua realização orçamentária. Na realização orçamentária, em 2010, foram autorizados 5 bilhões e 947 milhões de reais; empenhados 5 bilhões e 132 milhões; pagos 4 bilhões e 600 milhões. Em 2011, foram 5 bilhões; empenhados 3 bilhões.

Quando vamos para o Ministério do Comércio, Indústria e Desenvolvimento, em 2010: autorizados 16 bilhões de reais; executados 2 bilhões de reais. Em 2011: 22 bilhões; 2,3 bilhões. Em 2012, agora este ano, Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. é Presidente desta Comissão, veja a discrepância: de 22 bilhões autorizados por nós no Orçamento de 2012, execução acumulada, como V.Exa. bem cita, até 5/11, só 3 bilhões e 820 milhões foram pagos.

Isso aqui a imprensa sempre fala que é uma peça de ficção. Peça de ficção porque o Governo não a cumpre. Nós estamos aqui até uma hora dessas e vamos continuar até mais tarde, com o esforço que V.Exa. fez e tantos outros companheiros e colegas fazem para relatar bem, buscar aperfeiçoar melhor as distribuição dos recursos nacionais e, na verdade, isso não ocorre. Na verdade, o Governo coloca isso na última gaveta da escrinvaninha do Ministério do Planejamento e executa, por autorização nossa, através de decretos, como já fez este ano, mais de 100 bilhões de reais remanejados.

Olhem que loucura! Os Srs. Deputados se aterrorizarão se forem melhor observar a execução orçamentária neste País. Nós estamos fazendo aqui papel de bobos ou de palhaços, ou de palhaços. A execução orçamentária é uma vergonha! Só por decreto, Deputado Maia, foram 123 bilhões de reais remanejados por autorização nossa na LDO e na lei orçamentária se nós deixarmos continuar. Por medida provisória mais 47 bilhões, se não estou equivocado no valor, mas é aproximadamente isso.

Enfim, nós estamos aqui e a pergunta que me faço é não ficar com vergonha de quem em mim votou. Eu não vou me acovardar nem me acomodar, nem deixar de tentar contribuir com o Congresso Nacional. Vou responder aqueles que me elegeram para que amanhã eu tenha vergonha de lá voltar e pedir novamente o voto para defender o interesse do nosso povo do Pará, do povo do Brasil.

Então, eu vou continuar aqui a ser esse crítico para que possamos ter uma peça orçamentária que não seja uma ficção. Aliás, o Governo quando nos manda a peça orçamentária e depois, através de medidas provisórias e decretos, faz os remanejamentos, prova que é absolutamente incompetente para planejar. Ou está deliberadamente decidido a nos desautorizar, a dizer que o Congresso Nacional não tem direito nenhum de mexer em coisa nenhuma, porque eles só fazem o querem.

E a nós apenas a condição de reles Parlamentar no interior deste Brasil, homens que vieram de todos os lugares, homens como o Deputado Lucio Vieira Lima, que veio lá da Bahia, e tantos outros de Minas Gerais, onde eu nasci, estamos fazendo o papel de bobos ou de palhaços, repito.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto a favor do relatório do nosso ilustre Deputado Eliseu Padilha, por-

que S.Exa. fez um relatório decente e respeitoso ao Congresso. Mas, lamentavelmente, Deputado, não veremos esse relatório ser respeitado com as emendas aqui aprovadas, de emendas de bancada, feita com carinho, com reunião de bancada, discutindo as suas necessidades, as dificuldades naturais que todos nós enfrentamos. Infelizmente, vai ser mais uma peça de ficção que vai para a quinta gaveta, se é que tem, do Ministério do Planejamento ou do Ministério da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E, quero, de antemão, depois de votada a matéria, pedir a V.Exa. que encerre porque não há mais Senador para continuar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não entendi, V.Exa. está pedindo que eu conclua a análise da matéria e depois encerre os trabalhos?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. decide como melhor deve ser feito em função da lisura do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados. (Pausa.)

Foram apresentados quatro destaques.

Senhores, senhoras, nós temos uma questão preliminar, que é a contestação do relatório do Comitê de Admissibilidade.

O Deputado Giovanni Queiroz, como qualquer um dos Srs. Parlamentares... Deputado Giovanni Queiroz, por gentileza. V.Exa., como qualquer um dos Parlamentares, tem a prerrogativa de, no momento em que desejar, provocar esta Presidência, e eu, imediatamente, suspenderei os trabalhos, tão logo seja provocado.

Eu vou indeferir a contestação da bancada de Goiás. Isso vai gerar um debate, uma discussão a respeito da contestação. Vai ficar a critério dos senhores decidir fazer essa discussão hoje ou amanhã. Eu devo suspender a qualquer momento a reunião, tão logo seja provocado por qualquer um dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Vilela, vamos transferir para amanhã o debate. É melhor.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sim. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Então, eu vou indeferir a contestação. V.Exa. já me disse que vai fazer um recurso ao plenário dessa minha decisão...

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Eu gostaria de apresentar o recurso hoje ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pode apresentar o recurso.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Quero deixar apresentado, até porque amanhã eu viajo. Vou me retirar na parte da manhã, numa viagem com o Presidente Michel Temer, e, com a preocupação de não poder estar presente, já quero deixar o recurso apresentado hoje, para que ele possa entrar em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pode votar o recurso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu gostaria de fazer um apelo para votarmos hoje o recurso.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, vejam bem. É uma questão... Por gentileza, o recurso.

Senhores, só um pouquinho. Vamos tentar matar este assunto. Ele é relativamente simples de resolver aqui, certo? Eu vou indeferir a contestação. O Deputado Leandro Vilela está fazendo um recurso ao plenário para que acate a sua contestação. É um assunto bastante simples. Eu vou colocar em votação para o Plenário se acata a minha decisão ou não, correto?

Então, na bancada da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que acolhem o recurso encaminhado, contrário à decisão da Presidência, por gentileza, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Nós estamos votando aqui...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Aprovado o recurso. Já deu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós tivemos quatro votos contrários.

Foi acolhido o recurso do Deputado Leandro Vilela.

Agora, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o recurso permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Votou contrário.

Não foi acolhida na representação do Senado. O recurso não foi acolhido.

Foi aprovado na Câmara e não foi aprovado no Senado.

Vamos agora para... (Pausa.)

Vencida esta questão da contestação, eu vou colocar em votação o relatório...

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, um voto só no Senado derruba a contestação? Derruba o recurso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado, foi por unanimidade da representação do Senado. Não houve nenhum voto favorável. (Risos.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Portanto, de ofício, V.Exa. deve encerrar a reunião e não validar esse recurso, a votação.

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Não há quorum mínimo? Tem validade a votação?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, o Regimento prevê que, a qualquer momento, qualquer Parlamentar pode provocar o Presidente para suspender.

Fiz um alerta; não houve qualquer solicitação antes da votação; a votação foi encaminhada sem que houvesse qualquer contestação sobre quórum de presentes; eu fiz a votação e proclamei o resultado. Não me restava outra interpretação possível, diante da votação da representação do Senado.

Portanto, o recurso foi rejeitado. (Pausa.)

Senhores, foi rejeitado. Ele foi aprovado na Câmara e rejeitado no Senado.

Vamos adiante.

Em discussão...

O SR. DEPUTADO LEANDRO VILELA – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa., agradeço aos meus pares na Câmara. Desculpem-me os Senadores, mas o Estado de Goiás perde uma emenda de bancada, mesmo tendo as dificuldades, e podendo não ser empenhada, mas é uma oportunidade de o Estado pelo menos requerer os benefícios a sua sociedade.

Eu só tenho que agradecer aos meus pares aqui desta Casa, aos membros da Câmara. Se me permite, ao Senador, V.Exa., infelizmente, tirou de Goiás o direito legítimo de uma emenda de bancada. É legítimo do nosso Estado. Infelizmente, Goiás perde, dentro do seu direito legal, por um erro técnico, que foi, claro, ocasionado pela nossa assessoria técnica durante a formulação das emendas de bancada. Mas eu não posso deixar de registrar aqui à Casa e à Comissão o apoio recebido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

Em votação o relatório do CAE, apresentado pelo Deputado Marcus Pestana.

> "Entre as Emendas de Bancada Estadual, a Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal considerou inadmitidas as Emendas de nº 7110002, 71280015, 7107001, 7107009, 5017003, 60020004, 5027005, 50240006, 60070004. Também serão consideradas como inadmitidas as emendas individuais que assim constarem dos relatórios setoriais a serem apresentados à apreciação da CMO.
>
> As demais emendas coletivas individuais devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes encaminhados pelos autores, considerados viáveis pelo Presidente da Comissão e acolhidas pelo CAE."

Em votação.

Na representação da Câmara dos Deputados, quem concorda com o relatório do CAE permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Na representação do Senado, os Srs. Senadores que concordam com o relatório do CAE, apresentado pelo Deputado Marcus Pestana, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Agora, colocarei em votação o Relatório Setorial da Área Temática V, Planejamento e Desenvolvimento Urbano, com ressalva de destaques, que foram apresentados em número de quatro.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução 01, de 2006, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques.

Representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não entendi. O que nós estamos votando? De novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – São obras com indícios de irregularidades graves.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas isso aí não faz parte da Área Temática V.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Que já estão...

Não é o relatório do Comitê de Obras Irregulares.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não é.

Isto aqui, Sr. Presidente... Nós estamos votando, e votamos e aprovamos, a Área Temática V, ressalvados os destaques, perfeito? Nós não vamos votar hoje os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sim, mas eu estou concluindo a votação ainda.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não. Essa aí já é outra matéria. Se for outra matéria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, determina que as obras com indício de irregularidades graves apontadas pelo Relator devem ser votadas... (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas é outra matéria, Sr. Presidente. Não se trata do relatório da Área Temática V.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Existem duas obras.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Dentro da Área Temática V, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Da Área Temática, na pág. 6.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Da Área Temática V?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Da Área Temática V, que são apontadas com indício de irregularidades graves, que não são aquelas obras que estão no relatório do CAE.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Elas fazem parte do relatório. Pela resolução, a sua votação deve se dar em separado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Em separado. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É isso que eu estou fazendo.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Apreciação dos destaques.

Deputado Eliseu Padilha, para dar seu parecer sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós temos aqui quatro destaques que foram apresentados ao nosso relatório. Eu os nomino e profiro parecer em conjunto sobre os quatro, porque tratam rigorosamente do mesmo tema. São eles: o Destaque nº 1, firmado pelo Deputado Luciano Castro, que vem em nome da bancada de Roraima; o Destaque nº2, ainda da bancada de Roraima; o Destaque nº 3, ainda da bancada de Roraima, também firmado, naturalmente, pelo Deputado Luciano Castro; o Destaque nº 4, da Deputada Rose de Freitas, representando a bancada do Espírito Santo.

Explico rapidamente o que é proposto. É proposto o cancelamento de dotação constante da Fonte 20.000 para suplementação de emendas que foram propostas à nossa relatoria.

Como o nosso relatório já está aprovado, não há mais disponibilidade nenhuma de parte do Relator Setorial para poder proceder a esse cancelamento e remanejamento para suplementação.

Portanto, esses destaques só poderão ser atendidos, se for o caso, pelo Sr. Relator-Geral, que é quem tem a jurisdição para poder ou não cancelar recursos na Fonte 20.000.

Por essa razão, Sr. Presidente, pedindo vênia, escusas até, aos nobres Parlamentares que, representando suas bancadas, firmaram esses destaques, eles não podem tecnicamente ser acolhidos por esta Relatoria.

Portanto, o voto é pela rejeição aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação.

A representação da Câmara dos Deputados que concorda com o parecer do Relator pela rejeição dos destaques permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

A representação do Senado Federal que concorda permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Sérgio Souza, se quisesse, aprovaria todos os destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, de ofício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu quero agradecer aos Srs. Parlamentares. Quero agradecer inclusive a tolerância ao Deputado Giovanni Queiroz, que permitiu que nós pudéssemos votar este relatório.

De fato, eu espero que amanhã nós tenhamos aqui o quorum, para que não nos crie este constrangimento. Quero agradecer ao Deputado Eliseu Padilha.

A reunião será suspensa e retomada amanhã, às 9 horas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não suspenda, encerre. Não é justo passarmos de um dia para outro com a lista de presença aberta. Essa é uma irregularidade a que nós temos que colocar fim. Existe uma tolerância, que não é o caso agora. Eu quero que V.Exa. realmente encerre a reunião, para retomarmos numa nova reunião no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu agradeço a sua contribuição, mas eu vou suspender a reunião e retomá-la amanhã, às 9h30min.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vou recorrer da decisão de V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não faça disso jurisprudência, porque é uma irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A reunião está suspensa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Bom dia. Declaro reiniciada a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 29, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na mesa dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem. Só se pode abrir a sessão, iniciar a sessão, com a presença de, no mínimo, dois Senadores, que não temos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz, temos um Senador e uma Senadora.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Chegaram agora ao plenário. Melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Temos quorum.

Quero saudar o Deputado Ricardo Barros, como autor da Resolução nº 01, que será designado *ad hoc* como assessor do Presidente para interpretar questões omissas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu tenho certeza de que ele vai estar do lado da verdade – e a verdade é que o senhor deve encerrar, que quorum não existia no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Augusto Coutinho está em condições de apresentar o seu relatório?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agora. Então, vamos iniciar os trabalhos. Depois, a Deputada Cida Borghetti. (Pausa.)

Relatório Setorial da Área Temática VII – Justiça e Defesa. Relator Setorial, Deputado Augusto Coutinho, do Democratas de Pernambuco.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório e da errata. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

A palavra está à disposição.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, estamos aqui com a Relatoria do parecer da Área Temática VII – Justiça e Defesa, sobre o Projeto de Lei nº 24, de 2012, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013, na parte referente aos Ministérios da Justiça e da Defesa.

Nos termos do art. 165, caput e § 5º, da Constituição Federal, combinado com o art. 32, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24, de 2012, que estima receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube a esta Relatoria a missão de apreciar propostas orçamentárias na Área Temática VII – Justiça e Defesa, que abrange os órgãos Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, conforme consta no Anexo II do Parecer Preliminar aprovado pela CMO, e de propor relatório setorial, incorporando as emendas a despesas apresentadas às programações dos referidos órgãos.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, inciso I, alínea "b", da Resolução nº 1, de 2006, e no item 35.1.2 da Parte B – Especial do Parecer Preliminar da CMO.

Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2012, e formulamos algumas recomendações à Relatoria Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2013.

Análise da proposta setorial e da execução orçamentária recente.

Informações gerais.

A proposta orçamentária para 2013 consigna dotação total de R$77.135,3 milhões para os dois órgãos da Área Temática VII, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa. Desse total, cabem ao Ministério da Justiça R$10.758,3 milhões e ao Ministério da Defesa R$66.377,1 milhões.

Observa-se, inicialmente, um acréscimo nominal de cerca de 2,4% no valor total do Orçamento da Área Temática, em relação à Proposta para 2012, que atingiu R$75.348,2 milhões. Acréscimo nominal insignificante, considerando uma inflação acumulada nos últimos 12 meses da ordem de 5,5% (IPCA) ou 7,5% (IGP-M), dependendo do índice utilizado.

Ainda que se considere o IPCA – que é menor –, necessitaríamos de valores da ordem de R$79.454,7 milhões, para manter a proposta no mesmo nível de 2012; ou seja, a proposta de R$77.135,3 milhões não chega a representar sequer os mesmos níveis reais de aplicações na área. Em termos de valores constan-

tes, temos uma redução da ordem de 3% em relação à proposta para 2012.

Dessa forma, temos, na realidade, uma redução em termos reais dos recursos destinados ao setor. Soma-se a isso o fato de que a proposta orçamentária anterior (para 2012) também impunha perdas em termos reais aos recursos do setor, pois o acréscimo nominal era de meros 2,6% em relação ao Orçamento de 2011. Esse aparente desinteresse do Governo pela área de segurança pública é particularmente preocupante quando observamos o País ser atingido por crescentes índices de violência.

Adicionalmente a tudo isso, vemos em 2012 um forte contingenciamento, especialmente no âmbito do Ministério da Justiça, onde o corte é de cerca de R$2,2bilhões. Não é de surpreender que os índices de violência no Brasil tenham crescido a olhos vistos, já que a área de segurança não tem sido tratada como prioridade, ficando o cidadão a mercê da criminalidade.

Por outro lado, vemos com certa esperança, bons projetos na área de segurança pública e de defesa desenvolvidos pelos dois Ministérios, como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON; a Reestruturação e Modernização do Sistema Criminal e Penitenciário, no âmbito do Ministério da Justiça; a Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON; a utilização de veículos aéreos não tripulados – VANT; as operações de Garantia da Lei e da Ordem – GLO; o desenvolvimento do cargueiro tático militar (KC-390); e a construção de submarinos convencionais e nucleares, por parte das Forças Armadas, apenas para citar alguns desses projetos.

As dotações do Ministério da Justiça encontram-se concentradas nas esferas fiscal e da seguridade social, com um total de R$10.758,3 milhões. Já na Defesa, figuram também R$8,3 milhões para a Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, no orçamento de investimento das estatais. Deduzindo-se esse valor da dotação total do Ministério da Defesa, alcança-se o montante de R$66.368,7 milhões para as esferas fiscal e da seguridade social no PLOA-2013.

É importante mostrar a representatividade das dotações de ambos os órgãos frente ao Produto Interno Bruto e à Receita Corrente Líquida, considerados os orçamentos fiscal e seguridade social. Assim podemos ter uma noção da evolução dos montantes alocados para os dois Ministérios nos últimos orçamentos, como vemos na tabela a seguir.

A programação do Ministério da Justiça teve redução em termos nominais em relação aos 3 anos anteriores. Descontando-se a inflação, a redução em termos reais fica ainda mais acentuada. Vale observar que o orçamento da Justiça em 2010 foi equivalente a 0,27% do PIB e 2,2% da RCL, e a proposta atual é de 0,22% do PIB e 1,6% da RCL.

No caso do Ministério da Defesa, também se nota evidente decréscimo em termos reais e proporcionais. Em 2010, o Orçamento da Defesa representava 1,57% do PIB e 12,6% da RCL, ficando em 1,33% e 9,8% respectivamente no PLOA-2013. Ainda que se leve em consideração a saída da Agência Nacional de Aviação Civil no ano de 2012, não se justificaria tamanha queda, já que o orçamento daquela agência para 2011 representava apenas R$410,7 milhões.

Em seguida, é apresentada a evolução das dotações e respectiva execução, por órgão e Grupo de Natureza de Despesa – GND.

As áreas de segurança Pública e Defesa demonstram grandes gastos de custeio, especialmente no item Pessoal e Encargos Sociais. Embora haja também grande demanda por investimentos em ambos os setores, a alocação de recursos orçamentários para bens de capital é baixa, e a efetiva aplicação é ainda menor em função, especialmente, do forte contingenciamento imposto por força de decreto presidencial.

No Ministério da Justiça é proporcionalmente bastante significativo o montante da Reserva de Contingência com recurso de taxas, especialmente a fonte 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia, que corresponde ao montante de R$194,6 milhões de programação contingenciada. Esse contingenciamento sinaliza uma arrecadação desproporcional em relação aos serviços prestados. No caso das taxas, os valores deveriam ser equivalentes ao custo da prestação do serviço, em respeito à natureza desse tributo; visto que a taxa é uma contraprestação do contribuinte em função de um serviço prestado pelo Estado. A carga suportada pelo contribuinte deve ser proporcional ao custo de manutenção daquele serviço, sem cobrança excessiva como o contingenciamento sugere.

Devido a restrições de ordem legal e regimental, não nos foi possível remanejar os recursos da Reserva de Contingência para efetiva aplicação, mas apresentamos a sugestão de que tais recursos sejam liberados para execução ou que os valores das taxas sejam reduzidos.

No que tange à execução orçamentária, nota-se que o contingenciamento tem impactado fortemente o Ministério da Justiça, especialmente no grupo Investimentos. Em 2012, de um total de 2,2 bilhões para investimentos, o Ministério da Justiça empenhou apenas 490 milhões até o dia 20 de novembro.

Diante dos desafios que se apresentam na área de segurança, as restrições orçamentárias, especial-

mente o contingenciamento de dotações já aprovadas, impostas ao setor são de difícil justificativa.

Não se deseja aqui criticar alocações, por vezes generosas em outros setores; porém, em um momento em que os cidadãos são atingidos diária e intensamente por um nível de violência inaceitável, não há como deixar de demandar prioridade para área de segurança pública e defesa. Prioridades essas que não são se veem presentes na proposta orçamentária do atual Governo, mas que procuramos, neste relatório, corrigir, na medida do que nos foi possível.

Emendas apresentadas.

No âmbito da Área Temática VII, foram apresentadas 506 emendas, sendo 503 emendas de apropriação e 3 de remanejamento. Das emendas de apropriação, 25 são de bancada estadual, 15 são de comissão e 463 são emendas individuais.

Foram remanejadas duas emendas individuais para outros setores, por motivos de adequação quanto à programação setorial. São elas a Emenda 28270001, transferida para a Secretaria de Direitos Humanos, relacionada com a Área Temática VIII, e a Emenda 29330018, transferida para o Ministério de Minas e Energia, relacionado com a Área Temática I.

Restaram, portanto, 504 emendas cujos pareceres são apresentados neste relatório.

Considerações preliminares.

Para subsidiar os atendimentos dos pleitos e também os cancelamentos realizados, foram utilizados especialmente os critérios de relevância estratégica nacional, necessidades setoriais e regionais e a perspectiva de execução de cada ação.

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral, considerado o limite fixado pelo item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. As programações apresentadas como atípicas foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação mais adequada. Em todos os casos possíveis, buscou-se manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Para fins de adequação à classificação orçamentária, foram procedidos ajustes em algumas emendas, de forma a torná-las compatíveis com a estrutura constante do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 e da Proposta Orçamentária para 2012, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo.

O exíguo espaço de tempo estabelecido para a elaboração deste Relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta Relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. Por isso, recomenda-se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas. Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada ao Presidente desta CMO, solicitar que sejam procedidas as devidas alterações.

Para o atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria evitou ao máximo promover cancelamentos, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos.

Houve, contudo, eventual necessidade de cancelamento para atendimento das emendas de apropriação no valor de R$50 milhões, bem como cancelamento para remanejamento da ordem de R$20 milhões.

Em relação ao cancelamento de R$50 milhões para atendimento de emendas de apropriação, entende esta Relatoria que, constatada capacidade de execução no âmbito da ação afetada, poderá a Relatoria-Geral promover a integral recomposição.

Assim como normalmente ocorre com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes em alguns elementos de classificação de diversas emendas coletivas, visando a adequá-las aos parâmetros técnicos e legais aplicáveis. Algumas alterações foram feitas por solicitação dos próprios autores, especialmente com o objetivo de evitar a inadmissibilidade das emendas, por força das disposições da Resolução nº 1/2006.

Com indicação pela inadmissibilidade dos seus textos originais, as Emendas 71230011 e 71230015, da bancada de Rondônia, receberam voto pela aprovação parcial nos termos de parecer que propõe ajuste na programação a fim de ajustar a parte inquinada e permitir seu acatamento em acordo com disposições legais aplicáveis, em especial a Resolução nº 1/2006.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, combinada com o disposto no item 26.2 do Parecer Preliminar da CMO, no montante de R$423.169.372,00. Sempre que possível, dentro do critério já exposto anteriormente, o atendimento das emendas coletivas foi incrementado com recursos provenientes dos cancelamentos seletivos, em dotações de programações genéricas, definidas como aquelas com subtítulo nacional.

De Remanejamento.

A área temática recebeu três emendas coletivas de remanejamento, tendo duas recebido parecer pela aprovação parcial e a Emenda 60020004, que visa promover ajuste de ordem técnica na programação do Comando do Exército, tendo recebido parecer pela inadmissibilidade, exclusivamente em função do impedimento de seu acatamento por força do art. 45 da mesma Resolução nº 1, em que pese seu mérito.

Entendendo, contudo, que a alteração proposta pela Emenda 60020004 é importante e tecnicamente necessária, indicamos ao final deste relatório que a Relatoria-Geral promova o ajuste técnico solicitado pelo órgão.

Minhas considerações finais, Sr. Presidente.

As necessidades por investimentos no setor são muito grandes, especialmente se considerarmos os acontecimentos recentes na área de segurança pública e considerando, inclusive, o inestimável apoio suplementar que as Forças Armadas têm prestado no combate à criminalidade. Diante das limitações de recursos que esta Relatoria teve à sua disposição para suplemento dos programas dos Ministérios da Justiça e da Defesa, procuramos ajustar a programação com alocação das dotações visando a possibilitar uma distribuição mais eficaz possível.

Contudo, alguns investimentos permanecem com dotações em níveis excessivamente baixos, razão pela qual apresentamos aqui algumas indicações ao Relator-Geral, objetivando complementação ao trabalho desta relatoria.

São as seguintes as indicações que desejamos fazer ao Relator-Geral, visando ao aperfeiçoamento da Proposta Orçamentária para o Setor de Justiça e Defesa:

1. complementação, conforme suas disponibilidades, dos recursos de todas as emendas coletivas, em especial as relativas às seguintes ações estratégicas:

a) No âmbito do Ministério da Justiça: apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública;

b) No âmbito do Ministério da Defesa: desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X 190);

– Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico;

– Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON;

– Aquisição de Blindados Guarani;

– Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020;

– Aprestamento da Marinha;

– Missão Antártica;

– Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz;

2. alteração do indicador de Resultado Primário 2 (RP-2) para o indicador de Resultado Primário 3 (RP-3) da ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X);

3. recomposição na programação do Ministério da Justiça, ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública no valor de 50 bilhões de reais; e

4. remanejamento na programação do Ministério da Defesa, ação 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército, com cancelamento de GND 3 e acréscimo de GND 4, no valor de 68,080 milhões para ajuste técnico da programação."

Indicação para as Emendas nºs 71270009, do Sistema Integrado de Prevenção de Violência e Criminalidade, videomonitoramento na cidade de Aracaju, Sergipe, como também indicação de emenda para o Relator-Geral para a Academia da Força Aérea de Pirassununga e as instalações militares do Exército também naquela cidade de Pirassununga.

3. Voto.

Diante do exposto, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012, na parte referente aos órgãos afetos à Área Temática VII – Justiça e Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas também parcialmente, conforme discriminado nos anexos a este parecer, e pela inadmissibilidade da emenda 60020004.

É este o nosso voto.

Sala da Comissão, de 2012.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

O relatório e a errata estão em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O ilustre Deputado Giovanni Queiroz nos traz a sua contribuição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Espero realmente contribuir, Sr. Presidente. Não quero atrapalhar.

Primeiro, cumprimento o Relator Augusto Coutinho, que fez um relatório minucioso, e traz algumas informações curiosas. Entre essas informações, eu tenho me utilizado sempre de uma delas no plenário para manifestar a importância da execução orçamentária, para que nós deixemos de ter apenas uma peça de ficção – Orçamento, peça de ficção. Não dá para ser desmentida essa ficção. Quanto mais vemos as análises feitas pelos nobres Relatores, com o apoio, logicamente, da nossa assessoria técnica da Câmara

e do Senado, os quadros de desempenho da evolução das dotações revelam-se um negócio incrível.

Deputado Paulo Pimenta, preste atenção num detalhe só. A LOA deste ano autorizou investimentos no Ministério da Justiça de 2 bilhões e 209 milhões de reais. Srs. Deputados, Sr. Senador, Sra. Senadora, 2 bilhões e 200 milhões. Ao final do ano, o Sr. Ministro da Justiça dá uma declaração absolutamente verdadeira, honesta: "Eu até me suicidaria antes de ir para uma cadeia pública, uma penitenciária no Brasil." Isso significa ser honesto, porque, na verdade, é uma pocilga. Que pocilga? Pocilga é onde se criam porcos, e porcos são criados em ambiente limpo. Então, a gente teria que buscar uma nova denominação para a porcaria que são as instituições prisionais no Brasil.

Deixaram de aplicar os recursos. Dos 2 bilhões e 202 milhões de reais, só 489 milhões foram empenhados. Olha que coisa terrível, olha que incompetência de gestão deste Governo, que, tendo dinheiro, autorização orçamentária, não consegue executá-la, Presidente. É uma vergonha! E o Ministro disse, com honestidade, que é uma vergonha o sistema prisional brasileiro, que não recupera ninguém. Aliás, forma, profissionaliza, melhora, dá um *upgrade* nos marginais deste País, porque ali eles são colocados numa situação vergonhosa, literalmente vergonhosa.

Para o ano que vem, logicamente por não ter aplicado todos os recursos neste ano, o Governo vem com uma proposta de apenas de 1,5 bilhão. Espero que, realmente, venha a corrigir quanto à habilitação dos seus órgãos na aplicação dos recursos, para melhorar a qualidade de vida do nosso povo do Brasil como um todo.

Sr. Presidente, eu fico aqui a pensar. E a Polícia Federal, que reclama por salários, por correção salarial, já defasada, que é extremamente importante para a segurança interna deste País, das nossas fronteiras, assim por diante? Enquanto não se aumentam os salários destes ou não se paga efetivamente o que merecem, nós continuaremos a ter que ampliar hospitais para tratar de quem é viciado nas drogas que permeiam a sociedade brasileira, porque a Polícia Federal não está aparelhada. Não compram nem equipamentos para a Polícia Federal! Olhe que vergonha: nem para comprar os equipamentos que a Polícia reclama há tanto tempo, para aparelhá-los melhor, Sr. Relator, eles o fazem. V.Exa. coloca aqui 1,5 bilhão, que veio da proposta do Governo, do Executivo, e eles deixam de aplicar 1 bilhão e 700 milhões este ano – deixaram de aplicar. Está autorizado, mas não o fizeram.

Então, Sr. Presidente, eu fico a pensar que nós estamos num mundo que hoje nos coloca como um Congresso falido, um Congresso desrespeitado.

Aí eu vejo a FUNAI reclamar por mais recursos para a demarcação de terra indígena. Para os Deputados que já conhecem a sistemática, deve assustar muito a demarcação de terra indígena. Sr. Presidente, a FUNAI demarcou uma terra no Pará de 752 mil hectares para 162 índios. Com a demarcação dessa área, eles se sobrepuseram a 2 mil famílias de produtores rurais. Entre estes, 400 assentados pelo próprio INCRA. Olha que absurdo! Eu sei que meu tempo já está se encerrando. Já foram 5 minutos? Falarei só mais 1 minuto. Gostaria somente de dizer a V.Exa. que o Ministro José Eduardo Cardozo está preocupado também com a reserva Apyterewa, para onde estão deslocando os trabalhadores, dando-lhes apenas uma lona preta para que eles possam morar, quando o compromisso é de o INCRA dar a casa, indenizá-los devidamente, pagar um pé de cacau pelo preço que vale, porque foram plantados há 5 ou 6 anos, em fase franca de produção. Lamentavelmente, a FUNAI se nega a pagar o preço que a CEPLAC diz que vale. O preço definido pela CEPLAC é de 72 reais por pé de cacau em fase de produção, e a FUNAI está pagando 4,84 reais por pé de cacau para um produtor humilde que mora nos rincões do interior do Pará, no Município de São Félix do Xingu, às margens do Rio Xingu. Poucos de nós tivemos a oportunidade ainda de pisar ou tocar nas suas águas, mas aqueles corajosos brasileiros que para lá foram agora estão sendo arrebatados, jogados à margem do processo de civilização propriamente dito.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a minha contribuição, cumprimentando mais uma vez o Relator. Acho que não me permiti logicamente adentrar a inteireza do relatório, mas me parece um relatório responsável.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA – Quero parabenizar o Deputado Augusto Coutinho. Quem conhece S.Exa. sabe da sua competência, mas também da sua dureza. (Risos.) O Deputado Augusto Coutinho é um Deputado muito competente. Tive oportunidade de conhecê-lo na Assembleia Legislativa de Pernambuco e um pouco mais aqui. Deputado, eu acho que é importante destacar a intenção do Governo em dar as máximas garantias para o investimento numa peça orçamentária.

Quanto à realização total ou integral dessa previsão, nós, que tivemos experiência no poder público, sabemos, não por incompetência, das dificuldades

que a legislação nos impõe para a execução dessas metas. São muitos os fatores que contribuem para que você não consiga atingir certo objetivo. Outra coisa é que, muitas vezes, o orçamento é curto. Nós estamos vivendo um quando internacional muito difícil, no qual o Brasil, por meio da Presidenta Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida, toma uma série de medidas para que a gravidade da crise internacional não chegue com uma força que venha a desmantelar a economia.

No mais, foi importante, sabendo da capacidade de V.Exa., a indicação pela aprovação.

Portanto, quero parabenizá-lo pelo relatório.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Eu agradeço ao Deputado João Paulo Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senadora, por gentileza.

A SRA. SENADORA ANA RITA – Sr. Presidente, Deputado Augusto Coutinho, Relator da Área Temática VII, eu quero apenas fazer referência ao sistema prisional. Sabemos que realmente há um problema no sistema prisional do País, mas quero destacar, em particular, o sistema prisional voltado para as mulheres.

Eu sou Relatora da CPMI da Violência contra as Mulheres e estive visitando boa parte dos Estados brasileiros. Em particular, estivemos recentemente visitando o presídio feminino do Pará, que nos remete a uma situação muito degradante. Sabemos das responsabilidades também dos Governos Estaduais, mas o Governo Federal tem papel preponderante no que se refere ao fortalecimento dessa política nos Estados.

Eu gostaria muito que o Relator tivesse um olhar preferencial para a questão da violência contra a mulher nos presídios femininos, para que essa política seja reforçada em âmbito nacional, principalmente onde há carência de infraestrutura, como é o caso, por exemplo, do Pará e de outros Estados brasileiros, no atendimento às mulheres em situação prisional.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Prezada Senadora Ana Rita, eu não me recordo – estou me certificando com a assessoria – de termos recebido emenda de bancada sobre este ponto de que V.Exa. falou, com o qual concordo.

Na verdade, nós trabalhamos com essas emendas. Todas as emendas individuais foram acatadas, mas eu ressalto a importância que V.Exa. dá a esse assunto, que, de fato, é muito grave, principalmente em se tratando das mulheres, da falta de investimentos nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Não havendo mais nenhum Parlamentar que deseje discutir a matéria, a discussão está encerrada. O prazo para apresentação de destaques também está encerrado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós temos nove destaques que já tinham sido apresentados. Eu estou checando se tivemos mais algum destaque apresentado. V.Exa. já tem condições de ter o parecer sobre os destaques que tinham sido apresentados?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Tenho, sim, Sr. Presidente. Desde o início do nosso relatório, o entendimento com o Relator-Geral do Orçamento é que nós não aplicássemos todas as verbas que a nós foram destinadas e que esses destaques seriam feitos, ou quaisquer ajustes seriam feitos com o relatório final.

Portanto, lamentavelmente, Sr. Presidente, diante das muitas dificuldades que a gente tem e do cobertor muito curto que a gente tem, nós não vamos poder acatar nenhum deles. Encaminhamos isso ao Relator final, assim como foi acordado em reunião com V.Exa., o Relator-Geral e todos os Relatores setoriais. Lamentavelmente, a gente não vai ter condições de atender a nenhum desses destaques.

Aproveito para lembrar, Sr. Presidente, que no dia de ontem o Relator-Geral, o Senador Romero Jucá, destinou a todos os coordenadores de bancada valores que poderiam ser acrescidos e acomodados eventuais desconfortos de suas bancadas. Então, o que a gente remete, diante do que foi acordado, é que os Srs. Deputados e Senadores que destacaram a matéria procurem se entender com o Relator, o coordenador da sua bancada, a bancada do Estado, que, no dia de ontem, eles receberam recursos para que pudessem acomodar eventuais desajustes que possam ser cometidos.

Fica a nossa sugestão. Lamentavelmente, nós não vamos ter condições de atender a nenhum desses destaques, Sr. Presidente .

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Eu compreendo a posição do Relator, foi uma das relatorias que menos recursos teve para atender às demandas e aos pleitos. No entanto, Sr. Presidente, eu pediria ao Relator que, mesmo sabedor de que não é possível atender aos destaques, destaques da minha bancada, que V.Exa. possa recomendar ao Relator-Geral esses destaques da bancada de Roraima.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Prezado Deputado, eu farei isso, como fiz. A propósito, quero registrar as últimas indicações que fiz verbalmente não estão no meu relatório. Assim nós faremos ao Relator-Geral quanto à bancada de Roraima. Fique certo disso, V. Exa. que é representante daquele Estado e sempre atento aos interesses do Estado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro que a bancada da Bahia está respeitando o acordo de não colocar destaques, neste primeiro momento, nos relatórios setoriais. Mas, no segundo, a bancada da Bahia está fora do acordo. Nós vamos brigar e lutar muito para que a Bahia tenha o máximo possível de recursos e tenha, pelo menos, o que tem tido nos anos anteriores. Também vamos lutar para que as nossas emendas que estão aí sejam empenhadas ainda neste exercício. O meu Deputado paraense, o dono do Estado de Carajás...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Antes fosse. (Risos.) É Giovanni Queiroz o meu nome.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – ...eu sei que é Giovanni Queiroz. (Risos.) Você, Giovanni, está comigo há mais de 20 anos nesta Comissão. É um dos Deputados mais competentes desta Comissão, e eu estarei ao lado dele: ele, lutando pelo Pará, e eu, lutando pela Bahia.

Mas não é possível, Sr. Presidente, que, dos 600 milhões de reais que temos em emendas de bancada para a Bahia, até agora só tenham sido empenhados 2 milhões e poucos mil reais. Não é justo. Então, nós precisamos chegar a um acordo. Na bancada de Pernambuco, acontece a mesma coisa. Todas as bancadas estão aqui. E o senhor, Sr. Presidente, é o nosso intermediário. V.Exa. é e sempre foi. Havia uma história nesta Casa, uma época em que o Presidente resolvia o problema de todos os Estados da Federação. Portanto, nós contamos com o senhor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado pela confiança.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Essa calma gaúcha é perigosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já vi que há acréscimo de 100%. O Deputado Giovanni Queiroz dobrou o seu apoio em plenário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Reforcei.

Obrigado, Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Às ordens, Giovanni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estou preocupado porque hoje é dia 12/12/12. Quero perguntar se esse é o dia do fim do mundo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É o número do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Dia 12/12/12, hoje.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Número da ressurreição do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Caro Presidente, não fique preocupado, não, porque estamos dispostos a passar o Natal e o Ano Novo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas já fui informado de que é o dia 21, e não o dia 12.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É o 12 invertido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores, em discussão.

Foram apresentados nove destaques.

O parecer é pela rejeição dos nove destaques.

O relatório setorial e a errata da Área Temática VII – Justiça e Defesa estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 01, de 2006, estabelece que não será aceita solicitação para a votação em separado de destaque após aprovação do requerimento para votação em globo dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques por tipo de voto do Relator Setorial.

A proposta para a votação de destaques está em votação.

O Relator rejeitou todos os destaques.

Primeiramente, estou pedindo autorização ao Plenário para votar em bloco.

Os Srs. Parlamentares que concordam...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Sr. Presidente, não deve. É um por um. Tem que ser. É o correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vou colocar em votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam que sejam votados em bloco...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam que sejam votados em bloco permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

O ilustre Relator, o Deputado Augusto Coutinho, apresentou parecer pela rejeição de todos os destaques.

Em votação o parecer do Deputado Augusto Coutinho na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer do Relator que rejeita todos os destaques.

Portanto, não serão apreciados na representação do Senado, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Desta forma, está concluída a Área Temática VII.

Cumprimento o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO – Sr. Presidente, eu agradeço aos nobres pares, Deputados e Senadores presentes.

Quero só fazer uma observação. Na reunião de ontem foi chamada a atenção para a importância do valor do item para a demarcação e a regularização de terras indígenas. Nós fizemos um remanejamento e colocamos 20 milhões, que eram os mesmos 20 milhões que estão no Orçamento deste ano. Para o Plenário ter uma ideia, desses 20 milhões, neste ano de 2012, só foram empenhados 8 milhões e 300, e pagos, até esta data, 4 milhões e 200.

Só esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Augusto Coutinho.

Passaremos agora ao o relatório setorial da Área Temática Trabalho, Previdência e Assistência Social.

O Ilustre Senador Armando Monteiro, contando com a compreensão da Deputada Cida Borghetti, que eu já havia anunciado, será o próximo.

Obrigado, Deputado.

Relatório setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. O Relator Setorial é o Senador Armando Monteiro, que está com a palavra para a apresentação do relatório e da errata.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

A palavra está à disposição.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o presente relatório trata da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013, referente à Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social. Essa área cuida das matérias relativas aos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fizemos constar neste relatório as informações exigidas pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo Parecer Preliminar. Desse modo, apresentamos a execução orçamentária recente, registramos informações relacionadas aos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício de 2012, e formulamos algumas recomendações à Relatoria-Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2013.

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática, nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo do relatório.

O projeto de lei orçamentária para 2013 propõe despesas da ordem de 486,5 bilhões de reais para os órgãos objeto de análise desta relatoria setorial, abrangendo os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, sendo 361,7 bilhões para o Ministério da Previdência, 63 bilhões para o Ministério do Trabalho e 61,8 bilhões para o Ministério do Desenvolvimento Social. As dotações previstas para os órgãos em análise representam 29,6% do total de dotações dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013.

Para o conjunto dos órgãos da Área Temática, a Proposta Orçamentária de 2013 apresenta acréscimo de 7,68%, em comparação com o autorizado para 2012. A expressiva magnitude das dotações da Área Temática deve-se, em larga medida, a despesas primárias de caráter obrigatório, que atingem cerca de 94% das dotações, equivalentes, portanto, a 456 bilhões, cuja natureza impede cancelamentos ou remanejamentos. São exemplos: pagamentos de benefícios previdenciários e sentenças judiciais respectivas, no valor de 348 bilhões; pagamento de benefícios de prestação continuada e renda mensal vitalícia, no valor de 33

bilhões; pagamento do seguro-desemprego, no valor de 25 bilhões de reais.

Outra programação que possui dotação significativa, no âmbito do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT é a transferência do PIS/PASEP ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, de natureza financeira, no valor de 17 bilhões de reais.

No Orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego, as dotações constantes do programa "0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais" que agora passaram a ser classificadas como "0999 – Reserva de Contingência" têm o objetivo de atender passivos da União, relativos à cobertura dos expurgos inflacionários nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Seu financiamento provém da fonte "184 – Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa", a qual foi instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

Caberia aqui fazer uma breve digressão histórica acerca dos fatores que levaram à constituição desses passivos da União e à consequente criação da citada contribuição.

Em 2000, o Supremo Tribunal Federal – STF reconheceu a aplicação a menor de índices de atualização monetária nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por ocasião dos planos econômicos editados pelo Governo em janeiro de 1989, o chamado Plano Verão, e, em abril de 1990, o Plano Collor. Na ocasião, a Alta Corte determinou que a Caixa Econômica Federal creditasse nas contas vinculadas do FGTS valores em torno de 17% e 44% sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990. Com isso, estimou-se à época um passivo da ordem de 40 bilhões de reais.

A fim de propiciar recursos suficientes para atender a tal volume de despesas, sem comprometer o equilíbrio patrimonial do Fundo, foi editada a Lei Complementar nº 110, de 2001, a qual previu a cobrança de duas novas contribuições, a cargo dos empregadores. Uma delas, prevista no art. 1º da Lei Complementar, seria devida em decorrência de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos do FGTS durante a vigência do contrato de trabalho.

A outra contribuição, prevista no art. 2º, incidiria a alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador. A primeira contribuição continua a ser exigida, enquanto a segunda deixou de ser recolhida desde janeiro de 2007, conforme previa o § 2º do art. 2º da referida Lei Complementar. De acordo com os balanços patrimoniais do Fundo, até 2011 já foram carreados para os cofres do FGTS o montante de R$ 23 bilhões decorrentes da arrecadação de ambas as contribuições.

Existem alguns fatores que vêm reforçando nossa convicção de que os motivos que embasaram a criação da contribuição adicional para o FGTS não mais existem, mostrando-se plenamente cabível a extinção de sua cobrança.

Um primeiro aspecto reside no fato de o Poder Executivo ter anunciado, trinta dias após a sanção da Lei Orçamentária de 2012, por meio do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias: Programação Orçamentária e Financeira de 2012, a retenção da receita da contribuição, com a justificativa de que "não há exigência legal do repasse imediato desses valores ao Fundo". A intenção de manter tal retenção em 2013 também se expressa no projeto de lei orçamentária ora analisado, uma vez que, conforme já mencionado acima, o Poder Executivo consignou os recursos provenientes da arrecadação em Reserva de Contingência.

Adicionalmente, cumpre mencionar que as demonstrações financeiras do FGTS vêm apresentando resultados superavitários ano a ano, ao mesmo tempo em que seu patrimônio já alcança a cifra de R$ 41 bilhões. A conjugação de tais resultados e a atitude do Governo Federal tornam evidente que a receita da contribuição instituída pela Lei Complementar nº 110, de 2001, já cumpriu sua principal função, que é a de suprir o patrimônio do FGTS para fazer face à dívida contraída com os trabalhadores e, assim, afastar a possibilidade de qualquer desequilíbrio patrimonial no referido Fundo.

Nesse sentido, julgo oportuno fazer menção ao Projeto de Lei Complementar nº 378/2006, o qual tive a oportunidade de relatar em legislatura anterior, por ocasião de sua tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e que tem o cunho de estabelecer prazo máximo de vigência da contribuição social instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 2001. Este projeto já contou com o parecer favorável de todas as Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados e, desde o início deste ano, encontra-se pronto para inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados. Juntamente com esta proposição, encontra-se em fase avançada de tramitação o Projeto de Lei Complementar nº 198, de 2007, do Senado Federal...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – De 2007 ou de 2009?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – De 2009...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É o que está no relatório.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Agradeço. Aqui no nosso indicaram erroneamente. Agradeço ao Deputado Giovanni.

(...) aprovado no Plenário daquela Casa por unanimidade e remetido à Câmara dos Deputados em agosto de 2012, o qual define o término da cobrança da contribuição em 1º de junho de 2013.

Em meu entendimento, a aprovação dessas proposições representará o fim de mais uma distorção que se instalou em nosso sistema tributário impedindo que a contribuição adicional ao Fundo de Garantia, criada com a finalidade precisa e de caráter provisório, transforme-se em mais um tributo permanente, agravando de forma incabível o custo do trabalho e a formalização do emprego, afetando, portanto, de forma danosa, a competitividade de nossa economia.

(Não identificado) – Só aproveitando para dar uma cutucada no Governo, para ver se esse Governo (ininteligível.)

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Quanto às emendas apresentadas, no âmbito da nossa Área Temática, foram apresentadas 287 emendas de apropriação e três de remanejamento ao PLOA de 2013, totalizando 290 emendas. Do total de emendas apresentadas, 277 referem-se a emendas individuais e 13 a emendas coletivas.

A maior parte das emendas beneficia o Fundo Nacional de Assistência Social, destinando-se ao atendimento das ações relativas à Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Básica e Especial, que representam 68% das emendas individuais. O Ministério do Trabalho e Emprego, Administração Direta, recebeu 12% das emendas destinadas, sobretudo para o PROJOVEM e o Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários. Ao FAT foram apresentadas 11% das emendas, direcionadas, principalmente, para qualificação social e profissional dos trabalhadores e ao funcionamento de unidades descentralizadas. As emendas destinadas ao INSS, que representam 5% do total de emendas do setor, contemplam apenas projetos de instalação de novas unidades de atendimento do INSS, em consonância com o pleito formulado pelo Ministro da Previdência Social.

Empreendemos também grande esforço no sentido de contactar os autores das emendas que evidenciaram incorreções para que, por intermédio de expediente formal dirigido à Presidência da Comissão Mista de Orçamento, fossem solicitadas alterações dessas emendas para elidir os vícios nelas contidos. Em outros casos, efetivamos adequações de ordem técnica para viabilizar o correto atendimento e posterior execução das proposições dos Parlamentares. Entre os ajustes efetuados, destacam-se: correção de subtítulos do Grupo de Natureza de Despesas, modalidade de aplicação, esfera e funcional. Ao final, todas as emendas foram admitidas.

Quanto ao atendimento das emendas.

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram da reserva de contingência e da reestimativa de receita, no montante de 159,5 milhões.

No que tange às emendas coletivas, adotamos um critério que destinou 40% dos recursos disponíveis para as de Comissão e 60% para as emendas de bancada. Tal critério visou privilegiar moderadamente os pleitos dos Estados, sem, contudo, penalizar em demasia as emendas elaboradas pelas Comissões do Congresso Nacional.

Vale destacar que, após o rateio acima mencinoado, as emendas coletivas de apropriação dentro de suas respectivas naturezas, de bancada ou de comissão, foram atendidas com igual montante de modo a preservar o princípio da equidade intrassetorial.

Vale ressaltar que, conforme os Itens nºs 29 30 do Parecer Preliminar, esta Relatoria Setorial poderia realizar cortes de até 20% nas dotações consignadas a investimentos e inversões financeiras. No entanto, tendo em vista o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação do setor em análise, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte. Dessa forma, foram utilizados para o atendimento das emendas coletivas de apropriação somente os 105,8 milhões que nos foram repassados da Reserva de Recursos.

Quanto às emendas de remanejamento, entendemos que a Proposição de n° 71170007, de autoria da bancada do Paraná, deva ter atendimento integral, na medida em que se trata de um remanejamento entre duas ações relacionadas à proteção social, o qual os ilustres Parlamentares do aludido Estado consideraram relevante realizar.

Quanto às demais emendas de remanejamento, propusemos um atendimento de 10% do valor pleiteado. Isso porque, tendo em vista a relevância das dotações oferecidas como cancelamento, acreditamos não ser prudente efetuar um corte mais extenso em tais valores.

Indicação à Relatoria Geral

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria contou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades

de aporte de recursos em ações estratégicas, em especial o fortalecimento da qualificação profissional, são grandes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento do País.

Como restou demonstrado neste Relatório, houve sensível preocupação por parte dos ilustres Parlamentares em reforçar dotações destinadas à qualificação dos trabalhadores. Tal preocupação assenta-se no reconhecimento de que a superação da pobreza e a geração de renda na atualidade têm como principal empecilho não a falta de empregos, mas a inadequação entre o perfil educacional dos trabalhadores desempregados e as competências exigidas pelos postos de trabalho ofertados. O setor produtivo tem enfrentado obstáculos nas contratações devido à escassez de mão de obra qualificada em vários setores da economia, o que prejudica o incremento da produtividade do crescimento econômico do país. Esse cenário, infelizmente, mantém grande parte da população ainda dependente dos programas de transferência de renda e limita o processo de superação da pobreza pelos meios mais saudáveis, que são o ingresso no mercado de trabalho formal e a ocupação de postos de trabalhos que exigem competências e qualificações diferenciadas. Nesse contexto, solicitamos especial atenção do Sr. Relator Geral, no sentido de assegurar recursos que fortaleçam as políticas de capacitação de trabalhadores e nos permitam sobrepujar esse importante gargalo para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Outras emendas coletivas de inegável importância merecem também nossa recomendação de reforço junto ao Relator Geral, dentre as quais destacamos as de: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, unidades essas que cumprem importante papel no provimento de serviços previdenciários aos cidadãos em todo o território nacional; Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – PROJOVEM, que busca a melhoria da escolaridade, a qualificação profissional e a inclusão cidadã dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos; e o Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação, que visam alavancar o potencial de geração de emprego e renda a partir das vocações locais. Endossamos o mérito de todas as emendas coletivas apresentadas e rogamos ao nobre Relator Geral que, na medida das possibilidades, some-se aos nossos esforços de apoiar as iniciativas apresentadas.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, relativamente à programação da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

Agradeço também aos companheiros pela atenção que dispensaram à leitura do nosso relatório.

Fico à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em discussão o relatório e a errata.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, pelo tempo regimental de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Armando Monteiro, não consegui acompanhar todo o seu relatório, até porque o senhor extraiu parte daquilo que está aqui relatado nessa parte. Mas pude observar que o senhor foi detalhista. O seu relatório nos traz informações interessantíssimas.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Obrigado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Entre outras coisas, quero observar que, no Ministério do Trabalho, por exemplo, houve uma redução substancial de valores, exatamente na área de programação de gestão e manutenção do Ministério do Trabalho. Quero dizer a V.Exa. que não vou reclamar, embora (ininteligível) dizem que é do PDT, e não é, porque não teve anuência nem da bancada nem do partido. Esse Ministério é extremamente importante para o Brasil. Mas ali nós temos, de repente, encontrado... É bom ter menos recurso, porque os Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho têm sido abusados e abusivos. Eles têm adentrado em algumas propriedades, indústrias etc. Tudo para eles é trabalho escravo, porque eles querem a mídia. É uma vergonha! Existem situações que, sem dúvida nenhuma, têm que ter punição com todo o rigor, mas, lamentavelmente, muitos desses, ao visitarem algumas empresas, como, por exemplo, no Pará, em Ulianópolis, numa usina de açúcar e álcool, a única do Pará, constataram mil trabalhadores escravos. Vejam que vergonha! Melhores condições nenhum deles têm nem nas suas próprias casas, nem em outros lugares. Mas assim eles os qualificaram e, depois, na Justiça, logicamente, a empresa veio a ganhar todas as ações. Mas não há punição para esses fiscais autoritários, irresponsáveis que, às vezes, adentram em propriedades com o intuito apenas de prejudicar, não de ajudar.

Aliás, essa é uma observação que eu tenho feito, Sr. Presidente: o servidor público púbico brasileiro,

com raras exceções, esqueceu o que é ser servidor. Ser servidor é servir à sociedade, ao cidadão, ajudar, propor, facilitar a tramitação de processos, de demandas naturais dos cidadãos junto aos órgãos oficiais, sejam municipais, sejam estaduais, sejam federais, com raras exceções. Aqui na Câmara nós temos servidores padrão. Atendem com presteza. Mas, na grande maioria, não são.

Segundo, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vi aqui o volume de recursos que gastamos para o seguro-desemprego, o seguro-defeso. Eu sou do Pará. Nós tínhamos lá 32 mil pescadores cadastrados há cerca de seis anos. Hoje esse número foi para 180 mil. Sr. Presidente, é uma roubalheira desgraçada! Isso os fiscais do trabalho não fazem, ir lá ver, verificar, confirmar o que eu estou dizendo aqui agora.

Há um Município extraordinário na margem do Rio Araguaia, pega uma parte deste rio, Sr. Presidente, que se chama Floresta do Araguaia, maior produtor de abacaxi do Brasil. E o melhor abacaxi do Brasil. Não é só o maior produtor não, mas o melhor. O pessoal do Rio Grande do Sul fica com inveja, porque lá eles não produzem abacaxi direito. Mas eles gostam do abacaxi. Mas o nosso abacaxi é muito bom. O pior é que lá não há mais do que 60 pescadores, mas, registrados há 860. É uma vergonha, Senador! Uma vergonha!

Então, o Governo precisa estar mais atento a isso, porque são desperdícios de dinheiro público, tão necessário para outras ações que ele deveria desenvolver, como, por exemplo, empenhar e pagar as nossas emendas parlamentares, de bancada, de comissões e as individuais, que são tão ou mais importantes que vários programas de Governo.

Sr. Relator, V.Exa. está de parabéns quando se reporta àquela multa, que já deveria ter sido extinta há muito tempo. Absolutamente correto. Penalizar um pouco menos o empregador.

Mas deixo aqui esse comentário, dizendo mais: do Ministério do Trabalho, o que salva é o PROJOVEM Trabalhador. E aí eu tenho que elogiar. Eu não sei se aqui foram acrescidos os recursos para atender o PROJOVEM Trabalhador, em uma ação que é fundamental para a qualificação da nossa juventude, do nosso jovem trabalhador, de 18, como o senhor disse, até os 29 anos, e que tem dado resultados expressivos.

Aí, sim, estimular essa ação do Ministério do Trabalho é fundamental para que nós possamos compartilhar um desenvolvimento nacional de melhor nível, com a qualificação de mão de obra de que nós tanto necessitamos e que está escassa, particularmente na nossa Região Norte, em vários setores, do soldador ao eletricista, do operador de máquinas ao mecânico de moto.

Então, nós precisamos qualificar realmente o nosso jovem, e é uma forma de darmos a eles a condição de independência efetiva, ou seja, dando-lhes a oportunidade do conhecimento.

Então, parabéns, Sr. Relator.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Agradeço ao nobre Deputado Giovanni. Compartilho, em grande medida, as preocupações e os comentários que V.Exa. trouxe, de forma, a meu ver, muito própria e pertinente.

Quanto ao PROJOVEM, quero lhe dizer que houve, sim, um incremento de valores para o programa, que tem um grande alcance social.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Parabéns, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não temos mais nenhum Parlamentar inscrito.

Com relação ao abacaxi, no Rio Grande do Sul há um abacaxi muito bom, em Terra de Areia, na região do Deputado Padilha. E vamos ver se quem está produzindo esse abacaxi lá no Pará também não são os gaúchos que foram para lá. Vamos dar uma checada nisso...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O gaúcho sempre contribui muito com a produção agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ...para ver se não é o nosso, de Terra de Areia, que foi levado para lá.

(Não identificado) – O Prefeito da cidade é gaúcho, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Viu?

(Não identificado) – Alguma coisa havia do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A discussão está encerrada e o prazo para a apresentação dos destaques também.

Nenhum destaque foi apresentado.

O Relatório Setorial e a errata da Área Temática X, Trabalho, Previdência e Assistência Social, está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A errata, também, aprovada.

Agradeço ao Senador Armando Monteiro.

O SR. SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e aos nobres pares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Passaremos, de imediato, para a leitura da Área Temática VI, Fazenda, Desenvolvimento e Turismo. Relatora Setorial: Deputada Cida Borghetti, do PP do Paraná.

A Relatora Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório e do adendo.

O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Está com a palavra a nossa Relatora, para a apresentação do seu relatório.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Em cumprimento ao disposto no art. 84, inciso XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2°, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 91, de 2012-CN (nº 387/2012, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013".

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida pelo art. 17 da Resolução nº 1 de 2006-CN, e de conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Area Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo –, a programação dos órgãos: Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Turismo; Encargos Financeiros da União; Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, Operações Oficiais de Crédito e Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Na condução desta relatoria, deparamo-nos com temas relevantes, que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas econômicos do País, como dívida pública, transferências financeiras a Estados e municípios, financiamento do setor produtivo, entre outros. A fim de contribuir com estes debates, inserimos neste Relatório algumas análises sobre os temas mencionados consubstanciados nos itens 2 e 3 deste Relatório.

Porém, como nossa principal preocupação foi a de buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir distorções da Proposta Orçamentária para 2013. Esse sentimento permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta área temática e que nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Assim sendo, vamos diretamente à leitura do item 4 – Atuação da Relatoria Setorial, do Relatório Setorial, apresentado.

4. Atuação da Relatoria Setorial.

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 617 emendas, sendo 614 emendas de apropriação e três de remanejamento.

As 614 emendas de apropriação compreendem 564 emendas individuais e 50 coletivas, sendo 13 emendas de comissões e 37 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos Orgãos integrantes deste Setor.

4.1. Recursos para o atendimento das emendas.

Segundo o que estabelece o item 30.1 da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das Areas Temáticas, os cancelamentos passíveis de serem efetuados pela Relatoria Setorial em dotações consignadas a despesas com investimentos, GND 4, devem ter como limite global o percentual de 20% do total programado, sendo o limite máximo para cada subtítulo de 50% da dotação, para programações com identificador de resultado primário igual a dois, RP 2, e de no máximo 10%, quando programação com identificador de resultado primário igual a três, RP 3, inclusive para o atendimento de emendas de remanejamento, desde que respeitado o limite global mencionado.

Já de acordo com o item 30.2. da mesma Parte Especial, o total dos cancelamentos em dotações consignadas a despesas com inversões financeiras, GND 5, deve ter como limite global o percentual de 15% do total programado no GND 5, podendo os cancelamentos em cada subtítulo incidirem em qualquer percentual, desde que respeitado o limite global mencionado.

Esta Relatoria procedeu a um minucioso exame das programações, das unidades orçamentárias desta Area Tematica e promoveu cortes pontuais, respeitando os limites impostos pelo Parecer Preliminar.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2013.

4.2. Critérios de atendimento das emendas.

4.2.1. Emendas individuais.

As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infraestrutura turística, promoção de eventos para a divulgação do turismo, qualificação de profissionais associados ao segmento do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, promoção do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, promoção do desenvolvimento industrial.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução. Dessa forma, foram realizadas adequações de funcional-programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária. Buscou-se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão dos mesmos, caso não atendam à intenção parlamentar.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

4.2.2. Emendas coletivas.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, buscamos inicialmente ouvir os autores dessas emendas para ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis iguais. Procuramos também levar em consideração as informações disponíveis sobre as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada em cada unidade da Federação, o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2013.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou levar em consideração um conjunto de critérios de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos. Dessa forma, para a alocação dos recursos às emendas de apropriação das bancadas estaduais, levamos em consideração o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, bem como o número de emendas apresentadas na área temática.

Como era de se esperar, os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável às numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promoverem ajustes nos subtítulos, assim como de efetivar adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais. Nesse caso, seguimos as orientações emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE desta Comissão, buscando-se novamente sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores em suas proposições.

Nesse sentido, e seguindo orientação do Comitê de Admissibilidade de Emendas, duas emendas de remanejamento foram consideradas inadmitidas, sendo uma de bancada estadual e uma de comissão.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de 37 emendas de bancada estadual e de 14 emendas de comissão, sendo que destas uma de remanejamento.

Ressalte-se que, em estrito cumprimento aos termos do Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

4.3. Obras com indícios de irregularidades

De acordo com o item 35.2 do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 35.3 do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta área temática, não há dotações que podem conter irregularidades.

II. Voto da Relatora.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, encaminhado pela Mensagem nº 91, de 2012-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta área temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Gostaria de agradecer neste momento e passar, portanto, ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado, Deputada Cida Borghetti.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputada Cida, eu lamento que a gente não possa discutir agora. O Presidente, por determinação da Presidência da Casa, pediu que se suspendesse a votação de todas as Comissões. Então, quero saber se posso discutir agora ou se V.Exa. vai encerrar antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. pode discutir.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Depois não vamos votar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito.

Ao discutir, eu queria cumprimentar V.Exa. Deputada Cida. V.Exa. está copiando a eficiência do maridão, baita companheiro desta Comissão, sabe tudo de Orçamento e nos fez aprender muito aqui quando era Parlamentar. E agora V.Exa. traz um relato interessante.

Eu queria fazer um breve comentário sobre a questão dos juros no Brasil. Nesta Casa, eu sempre fui um crítico dos juros mais caros do mundo que aqui se praticavam até pouco tempo. E esses juros caríssimos sangravam o País de forma extraordinária. Continuam ainda sangrando, embora na casa de 2%. Um juro agora mais civilizado, por iniciativa inclusive da Presidente da Dilma, que eu aplaudi. Fui à tribuna dizer que precisava haver uma mulher corajosa como ela para enfrentar o sistema financeiro nacional e internacional e baixar a taxa SELIC para um patamar que pudesse deixar o Brasil respirar.

E como bem V.Exa. relata, temos aqui valores sempre acima de 120 bilhões de reais só de juros, juros extraordinariamente altos, enquanto o Brasil, para a área social, ou para investimentos, não passa de 60, 70 bilhões de reais. E quando consegue aplicar, não passou ainda de 45 bilhões de reais no investimento. Mas nós transferimos para o setor especulativo bilhões de reais, todos os anos, e o fizemos durante décadas.

Eu estou aqui há exatos 22 anos, Deputado, junto com V.Exa., e só agora, de um ano para cá, nós pudemos ver a Presidente Dilma, este ano, ir para o enfrentamento para valer e reduzir a taxa SELIC, a ponto de V.Exa. poder bem relatar o decréscimo da necessidade orçamentária para suprir esse custo de operações que temos.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que, logicamente, não houve tempo de ver todo o relatório, mas pelas origens de V.Exa., pelo companheiro que tem, tenho certeza de que esse relato vem ao encontro daquilo que nós precisamos em termos de Orçamento da União. No entanto, sabemos que o Governo Federal... Apesar do esforço de V.Exa. e de todos nós, Parlamentares desta Comissão e do Congresso Nacional, ao pensarmos, ao elaborarmos as nossas emendas individuais, isto aqui não passa de uma peça de ficção.

É lamentável. V.Exa. bem interpreta aqui a vontade de ver transformado o Brasil, fazendo dotações orçamentárias, estudando o equilíbrio entre os diversos órgãos que devam receber recursos, tentando manter, como V.Exa. aqui bem o faz, a condição de o País continuar a ter crédito.

Lamentavelmente, é esta a minha reclamação aqui nesta Casa, neste período. Que o Governo venha a respeitar o Congresso Nacional; venha a respeitar nós todos, Parlamentares; não venha a diminuir a importância da emenda do goiano, do mineiro ou do paraense; venha a respeitar o Deputado Presidente desta Comissão, Paulo Pimenta, na sua intenção de bem servir os seus Municípios lá no interior do Rio Grande do Sul.

Nós todos precisamos que haja empenho imediato de todas as emendas parlamentares, as emendas de bancada. O Pará, que no ano passado aprovou em torno de 400 milhões de reais de emendas de bancada, só teve empenhados 20 milhões de reais. Nós estamos fazendo papel de bobo nesta Casa.

Então, eu queria pedir a mais companheiros que se somem ao nosso esforço. Quando tivermos cinco companheiros, apenas cinco companheiros dispostos a isso, nós vamos poder pedir verificação de *quorum* e derrubar a reunião para que o Governo acorde e venha ao encontro da vontade do Parlamento brasileiro, que não pode ser tratado como de quinta categoria, como tem sido feito nesses anos todos em que aqui estou.

O Governo, o Executivo... Aliás, nós também temos um pouco de culpa, primeiro por essa omissão nossa, essa nossa negligência, essa nossa tolerância excessiva, que nos torna cúmplices. Esse nosso excesso de tolerância nos torna cúmplices daquilo que às vezes questionamos: o não cumprimento do Orçamento por parte do Executivo, que se utiliza do Orçamento como instrumento de pressão, de coação, de constrangimento de Parlamentares, que têm que ficar com pires na mão pedindo pelo amor de Deus: *"Atendam à minha escola, atendam ao meu hospital."*, e assim por diante.

Portanto, ao cumprimentá-la, ao mesmo tempo, faço este desabafo da frustração de aqui estar tentando contribuir com o Brasil, como o faz V.Exa. neste momento, e não vermos uma ressonância desse esforço de todos nós no Governo Federal, particularmente nos Ministros da área econômica, Planejamento e Fazenda, que mantêm a tutela e mantêm presos pelo beiço, como dizemos lá no interior, muitos dos nossos Parlamentares, para tomarem benção do Governo. Senão, não liberam a sua emenda. Não existe a independência necessária para dizermos: liberdade ao Parlamento brasileiro é o que queremos! Independência e respeito é o que desejamos! E vamos conseguir isso, porque vamos insistir nessa luta!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Deputados e Sras. Deputadas, não há nenhum outro Parlamentar inscrito para a discussão.

Deputada Cida Borghetti.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Quero agradecer a confiança ao Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, ao Presidente, aos nobres pares, à equipe técnica, aqui representada pelo competente Edson Tubaki.

Aproveito para cumprimentar o Deputado Giovanni Queiroz e agradecer-lhe as palavras proferidas aqui. Todos nós aqui defendemos o Brasil como ninguém, queremos um Brasil melhor. Obrigada pelas palavras de carinho em referência ao Deputado Ricardo Barros.

Também gostaria de aproveitar para desejar a todos um feliz e santo Natal e um próspero ano-novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O relatório e o adendo. Está concluída a discussão. Foram apresentados cinco destaques. O prazo para apresentação de destaques está encerrado.

Como nós estamos com a Ordem do Dia em andamento, e não há possibilidade de deliberação durante a Ordem do Dia, nós voltaremos para votar esta matéria em outro momento, mas nada nos impede de continuarmos a leitura dos relatórios. Portanto, convido o Deputado Luciano Castro para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Presidente, não force muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Enquanto nós aguardamos, a Deputada Cida terá o tempo para fazer o seu parecer dos destaques.

Deputado Luciano Castro, por gentileza.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, não force muito a barra. Eu acho que o Deputado Luciano Castro é um baita companheiro, merece todo o destaque de todos nós, mas a matéria será deliberada e não pode ser agora discutida e debatida. Eu queria sugerir a V.Exa. que suspendesse a reunião, sob pena de estarmos infringindo o Regimento. Então, queria pedir a V.Exa. que deixássemos para ouvi-lo – e com muito prazer eu aqui estarei a ouvi-lo – em outro momento.

Era essa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a contribuição de V.Exa. e peço-lhe inclusive que localize em qualquer um dos Regimentos o artigo que diz que não pode haver discussão durante a Ordem do Dia. Certamente, se for encontrado, acatarei a sua questão de ordem.

Enquanto isso, o Deputado Luciano Castro vai fazendo a leitura do seu relatório. *(Pausa.)*

Relatório Setorial da Área Temática VIII, Poderes do Estado, Representação. Relator-Setorial, Deputado Luciano Castro.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, do art. 60, do Regulamento Interno da CMO.

A palavra está à disposição.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a abrangência setorial da nossa Área Temática VIII compõe-se da programação orçamentária integral dos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público da União, e, no âmbito do Poder Executivo, da programação da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores.

No cumprimento das normas orçamentárias, esta Relatoria não identificou qualquer incompatibilidade nas programações analisadas na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, no PPA 2012/2015 e na LDO 2013.

Na programação global da área, o valor total programado para 2013 no âmbito desta área totaliza R$ 60,1 bilhões, incluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais de cerca de R$ 2,9 bilhões.

Ações do PAC.

O PLOA 2013 prevê a alocação de R$ 5,3 bilhões em ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no âmbito desta área temática, sendo R$ 3,2 bilhões na Secretaria de Aviação Civil e R$ 2,1 bilhões na Secretaria Especial de Portos.

Emenda apresentadas.

Foram totalizadas 420 emendas nesta área temática, das quais 47 coletivas e 373 individuais, que pretendiam alocar R$ 4.342,9 milhões.

Recursos repassados pela Relatoria-Geral.

A Relatoria-Geral repassou R$ 615,3 milhões para atendimento das emendas. Desse valor, R$ 161,2 milhões para atender emendas individuais e R$ 454 milhões para atender as emendas coletivas.

Corte nas programações constantes do projeto.

Promovemos corte linear de 5% em investimentos equivalentes a R$ 69,7 milhões para complementar os recursos recebidos pelo Relator-Geral. Excluímos do corte apenas a programação do STF – Supremo Tribunal Federal, já que a Corte em nenhum momento também encaminhou qualquer pedido de emenda. O corte incidiu nas dotações a partir de R$ 10 milhões. Em todas as dotações menores que R$ 10 milhões não houve cortes.

Adequação das emendas apresentadas.

Realizamos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração. Não houve mudança nas finalidades pretendidas pelos autores.

Análise e atendimento das emendas individuais.

Não foi identificada qualquer emenda individual que descumprisse as normas legais ou regimentais. Portanto, todas são admissíveis. O valor atendido em cada emenda limitou-se, na forma regimental, ao respectivo montante demandado.

Análise e atendimento das emendas coletivas.

Emendas de remanejamento. Foram apresentadas três emendas de remanejamento nesta Área: Emenda 50170006, Emenda 50250001, Emenda 60070004. A Emenda 60070004 deixou de ser por nós analisada porque tem parecer do CAE pela inadmissibilidade.

A Emenda 50170006 remaneja R$ 50 milhões da Presidência da República. Se atendida conforme demandado, haverá prejuízo ao regular funcionamento dos órgãos. Por isso, estamos atendendo o pleito com R$ 5 milhões apenas.

A Emenda 50270001 foi acatada por nós tal como solicitada, pois a autora da emenda é a própria responsável por administrar e zelar pelo bom e regular emprego das verbas públicas afetadas.

Emendas de apropriação. Todas merecem acolhimento, pois nenhuma contraria as normas.

Diante da variedade de objetivos propostos, não nos foi possível estabelecer padrão para atendimento das emendas. Orientamo-nos, basicamente, pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestação dos autores das emendas e dos órgãos beneficiários.

Às 17 emendas foi possível estabelecer um critério comum, tendo sido alocados 10 milhões para cada uma. Para outras cinco emendas alocamos 5 milhões para cada. Para as demais 21 emendas foram alocados, segundo suas particularidades, de 4 milhões a 35 milhões.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis. Desse modo, não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques.

Correções de erros e omissões.

Houve três demandas de correção de erros e omissões, duas por intermédio da Sra. Ministra do Planejamento e uma pelo 1º Secretário do Senado.

Atendemos todas com amparo na Resolução nº 1, de 2006-CN. Nenhuma dessas alterações demandou recursos desta Relatoria.

Chegou-nos, ainda, pedido do Deputado Domingos Dutra, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Neste caso, não pudemos atendê-lo, em virtude de regra da Resolução nº 1, de 2006 (art. 144), que proíbe a apresentação pelos relatores de emendas solicitadas.

Obras com Indícios de Irregularidades Graves.

Não consta do Anexo VI do PLOA 2013 (Relação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves) obra ou programação pertencente a esta Área Temática.

Criação de Ações Orçamentárias.

Conforme o Anexo IV, foram incluídas 55 ações na programação, com vistas a acomodar emendas para ações não contempladas no PLOA original.

Indicações à Relatoria-Geral.

Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria-Setorial trabalhou, indicamos e solicitamos ao Relator-Geral as seguintes providências para exame:

a) suplementar o atendimento da emenda nº 50120001, da CCJ da Câmara dos Deputados, que destina recursos para a implantação de varas da Justiça do Trabalho;

b) aumentar o atendimento da emenda nº 60030004, da CCJ do Senado Federal, que visa dotar o Ministério Público do Trabalho de melhores condições de atuação;

c) aumentar o valor alocado na emenda nº 60080004, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal, com vistas a assegurar a adequada atuação do Ministério Público Federal na fiscalização e controle da aplicação da lei;

d) ampliar os recursos alocados na emenda nº 71100009, da bancada de Goiás, para viabilizar a aquisição do edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Goiânia– GO.

Nesse caso específico, comento apenas que eu pude atender em parte. Como se trata de aquisição de prédio, é importante que o Relator-Geral possa complementar, porque ninguém compra metade de um

prédio. Ou comprará todo ou não comprará. Então, é uma questão sensível a fim de atender a Procuradoria Regional do Trabalho em Goiânia, no Estado de Goiás.

Voltemos:

e) acrescer o atendimento da emenda nº 71100010, também da bancada de Goiás, para favorecer a construção do complexo trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região em Goiânia – GO;

f) suplementar o atendimento da emenda nº 71170008, da bancada do Paraná, que objetiva a aquisição de imóvel para a instalação do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região em Curitiba – PR; e

g) alocar recursos nas emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para melhorar as condições de trabalho do Parlamento brasileiro e viabilizar o fiel cumprimento dos contratos já firmados.

Estou acrescendo ainda ao Relator-Geral as seguintes recomposições de dotações que sofreram corte por esta Relatoria Setorial: na Justiça Federal de 1º Grau, na sequencial 000109, em que fizemos um corte de 1.471.411, eu peço ao Relator-Geral que possa repor. Na sequencial 000125 da Justiça Federal de 1º Grau, também sobre implantação de Varas Federais, que ele possa repor 1.104.000 reais. Na sequencial 000126 da Justiça Federal de 1º Grau, implantação de sistema integrado de gestão de informações jurisdicional, reposição de 2.230.774. Na sequencial 000144 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, construção do edifício sede do Tribunal da 1ª Região em Brasília, 5.750.000 reais.

Também encaminho, na sequencial 00093 do STJ, a restrição que fizemos na Ação 4236, apreciação de julgamento de causas, R$ 1.074.993, para exame do Relator-Geral.

Adicionalmente, estamos solicitando atendimento à Emenda 5.012.0004 da CCJ da Câmara para suplementar a programação da Justiça Federal que foi remanejada pela Relatoria-Geral por se tratar de despesa com pessoal, que é privativo no caso do Relator-Geral.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 24, de 2012, na parte abrangida na Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação –, com as alterações propostas neste relatório.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – O Relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu acho que não cabe discutirmos, porque não há Senadores. Então, tem que suspender de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Há duas Senadoras.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não há nenhuma. Há uma Senadora. (Pausa.) Senadora, a senhora é sempre bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não pode discutir. Não há Senador. Não pode continuar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Vamos suspender por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só 10, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Só 10 minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Temos que ir ao plenário votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Paulo Lima) – Está suspensa por 10 minutos. (Pausa.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, retomo a sessão.

Não há nenhum Parlamentar inscrito para a discussão.

Não havendo inscritos para a discussão, a discussão está encerrada, e o prazo para apresentação de destaques também.

Senhoras e senhores, nós vamos suspender a reunião para que o nosso Relator possa preparar o seu parecer aos destaques. Nós só podemos votar pela parte da tarde. Já estamos no quinto relatório. Portanto, retomaremos a reunião a partir das 14h30min.

Foram apresentados 10 destaques. Naturalmente, nós estamos muito na dependência da Ordem do Dia da Câmara e do Senado. Gostaria que todas as Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores se programassem, porque hoje é o nosso prazo limite para a aprovação dos sub-relatórios setoriais.

Portanto, se nós conseguirmos votar à tarde, muito bem. Se não conseguirmos, teremos sessão à noite para a conclusão da análise dos relatórios.

O Deputado Cláudio Puty, nosso Vice-Líder do Governo, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Paulo Pimenta, quero cumprimentá-lo pela condução serena dos trabalhos e cumprimento todos os Parlamentares que aqui se fizeram presentes até o momento.

Em nome do Governo, agradeço o esforço para que nós possamos hoje concluir a votação de todos os relatórios sub-setoriais. Isso é muito importante para que possamos ter o Orçamento de 2013 aprovado na semana que vem, sem maiores sobressaltos.

Neste momento, o plenário da Câmara está abarrotado de Parlamentares. A Ordem do Dia da Câmara ainda está em andamento, mas, dentro em breve, iniciaremos a sessão do Congresso, que prometerá tratar tanto das questões associadas ao veto presidencial, aos royalties do petróleo, à leitura do veto, ao requerimento de urgência urgentíssima. Se depender desta Liderança e, com certeza, dos Parlamentes aqui presentes, poderemos também aprovar os PLNs que estão na pauta do Congresso. São cerca de 45 projetos de créditos suplementares que são fundamentais neste final de ano.

Parabéns a todos aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Obrigado.

Retornaremos com Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, relatório do Deputado Waldenor Pereira.

É evidente que, tendo *quorum* e não tendo Ordem do Dia, antes do relatório, iremos votar aqueles que foram lidos e não votados pela parte da manhã.

O sétimo será Agricultura; o oitavo, infraestrutura; o nono, saúde, e o décimo, Integração Nacional e Meio Ambiente.

A reunião está suspensa e será retomada posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, declaro reiniciada a 19ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação da matéria constante da Pauta nº 29, de 2012.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre as mesas de trabalho.

Senhoras e senhores, seguiremos aquela dinâmica de lermos os relatórios e, na hora em que tiver concluída a Ordem do Dia, nós vamos votá-los.

Temos quorum presencial da Câmara e do Senado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já encerrou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não. Não, não encerrou. No Senado, já; na Câmara, não.

Qual o próximo relatório em condições? (Pausa.)

Senador Wellington Dias. (Pausa.)

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Estava ao telefone aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Waldenor.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Desculpe aqui, estou aqui numa votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não era votação, mas para ler o teu relatório. Acabou de perder tua vez. (Pausa.)

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quem está aqui dos relatórios? Quem falta? Vamos pela ordem de quem está aqui. (Pausa.)

Senhores da assessoria da PSDB da Câmara, por gentileza, estamos precisando entrar em contato com o Deputado Wandenkolk Gonçalves.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Posso começar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Relatório Setorial da Área Temática IV, Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte. Relator-Setorial Waldenor Pereira.

O Relator-Setorial está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo para destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, quero pedir licença a V.Exas. para fazer a leitura de um resumo do relatório, mas que contém todas as informações necessárias à apreciação da matéria relativa à Área IV, que trata das temáticas já destacadas por V.Exa: educação, cultura, ciência, tecnologia e esporte.

Em atendimento ao disposto no art. 35, § 29, Inciso III, do Ato das Disposições Çonstituclonals Transitórias (ADCT), a Exma. Sra. Presidenta da República encaminhou ao Congresso Naclonal, por meio da Mensagem nº 91, de 2012-CN (nº 387, de 2012, na origem), o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

Após designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fisscalização, coube a esta Relatoria a honrosa missão de analisar e relatar a proposta orçamentária da Área Temática IV, composta pelos seguintes órgãos: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e Ministério do Esporte.

Análise da proposta, quanto ao Ministério da Educação.

O Projeto de Lei Orçamentária para 2013 (PLOA 2013) alocou R$ 79,2 bilhões ao Ministério da Educação, o que representa acréscimo de R$ 6,9 bilhões, (+9,6%) em relação ao PLOA 2012, e de R$ 15,2 bi-

lhões, um acréscimo de 23,7% se comparado com a despesa executada em 2011.

Quanto ao Ministério da Cultura, o montante de R$ 2,8 bilhões destinados ao orçamento do Ministério da Cultura para o próximo exercício representa acréscimo de R$ 1,0 bilhão, o que corresponde a um aumento de 58,1% em relação ao PLOA/2012, e de R$ 1,2 bilhão, o que representa 72,6% se comparado com as despesas executadas em 2011.

Quanto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o montante de R$ 9,1 bilhões destinados ao orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para o próximo exercício representa um acréscimo de R$ 1,2 bilhão, ou 15,1% em relação ao PLOA/ 2012, e de R$ 2,6 bilhões (+39,1%) se comparado com as despesas executadas em 2011.

Quanto ao Ministério do Esporte, o montante de R$ 1,9 bilhão destinado ao orçamento do Ministério do Esporte para o próximo exercício representa acréscimo de R$ 288,4 milhões, um aumento de 17,8% em relação ao PLOA de 2012, e de R$ 721,5 milhões, representando um acréscimo percentual de 60,7, se comparado com as despesas executadas em 2011.

Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Conforme demonstrado nas informações complementares ao PLOA 2013, as receitas estimadas para o FUNDEB totalizam 107,2 bilhões. O valor da complementação da União está estimado em R$ 10,720 bilhões. No entanto, o valor é de R$ 10,713 bilhões, sendo 85% da complementação para 2013 (R$ 9,112 bilhões) mais 15% de complementação devida de 2012 (R$ 1,601 bilhão). Para fixação desse valor, desde o exercício de 2010, o Poder Executivo tem invocado o art. 6º, §1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que estabelece regras relativas à transferência dos recursos, o qual faculta o repasse de 15% até 31 de janeiro do exercício seguinte.

Verifica-se, portanto, que a proposta orçamentária para 2013 não atende ao que determina o art. 60 do ADCT que fixa a complementação da União para 2013 em, pelo menos, 10% dos recursos do FUNDEB, pois faltou incluir na proposta orçamentária a quantia de R$ 1,608 bilhão da complementação referente a 2013, parcela que a mencionada lei permite que seja transferida até 31 de janeiro de 2014.

Das emendas apresentadas.

À programação dos Ministérios que integram esta Área Temática foram apresentadas 1.843 emendas, sendo 1.732 individuais e 111 coletivas. Das 111 emendas coletivas, 109 são de apropriação e duas de remanejamento. As bancadas estaduais apresentaram 94 emendas de apropriação e duas de remanejamento.

Já as Comissões Permanentes apresentaram 15 emendas de apropriação.

Dos recursos para o atendimento das emendas.

Para atendimento das emendas individuais apresentadas neste Relatório Setorial, foram utilizados os recursos reservados para essa finalidade, conforme disposto no Item 25.1 do Parecer Preliminar.

Para atender as emendas coletivas, esta Relatoria utilizou somente os recursos recebidos, conforme previsto no Item 26.2 do Parecer Preliminar, no montante de 1 bilhão 153 milhões e 100 mil reais.

Convém registrar que, apesar da autorização expressa nos Itens 29 a 32 do Parecer Preliminar para que os Relatores Setoriais pudessem efetuar cortes na programação das respectivas áreas, decidimos preservar integralmente a Proposta Orçamentária dos Ministérios componentes dessa Área Temática IV.

Os dados sobre o número e o valor das emendas coletivas individuais de apropriação propostas e aprovadas são os seguintes: foram apresentadas 72 emendas coletivas ao Ministério da Educação, que somaram o valor de 6 bilhões 498 milhões de reais.

O valor aprovado por esta Relatoria soma 712 milhões e 600 mil reais de emendas coletivas.

As emendas individuais – 711 – destinadas ao Ministério da Educação representaram 529 milhões e 300 mil reais.

Somando-se as emendas coletivas, de um total de 72, com 711 emendas individuais, totalizam 784 as emendas apresentadas ao Ministério da Educação, com um valor aprovado de 1 bilhão 261 milhões e 900 mil reais.

Ao Ministério da Cultura foram apresentadas 13 emendas coletivas, que totalizaram o valor 1 bilhão 615 milhões. Deste total, a Relatoria Setorial aprovou 169 milhões e 200 mil reais.

Foram ainda destinadas ao Ministério da Educação 310 emendas individuais, que totalizaram 206 milhões e 600 mil reais.

Somando-se as emendas coletivas, 13, com as emendas individuais, 310, totalizamos 323 emendas apresentadas ao Ministério da Cultura, que somam um valor aprovado de 375 milhões e 800 mil reais.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação foram apresentadas 11 emendas coletivas e 102 emendas individuais.

As 11 emendas coletivas totalizaram o valor de 1 bilhão 509 milhões e 500 mil reais, tendo sido aprovada por esta Relatoria 106 milhões e 600 mil reais.

O total de emendas individuais somou o valor de 102 milhões e 100 mil reais, o que, no seu total, re-

presentou, entre emendas coletivas e individuais, 188 milhões e 700 mil reais.

Ao Ministério do Esporte foram apresentadas 13 emendas coletivas e 609 emendas individuais.

As emendas coletivas somaram 2 bilhões 505 milhões, tendo sido aprovados por esta Relatoria 164 milhões e 700 mil reais.

As emendas individuais totalizaram 707 milhões e 300 mil reais, apresentando uma totalização, para o Ministério do Esporte, de 622 emendas e o valor de 872 milhões de reais.

Também foram aprovadas parcialmente duas emendas de remanejamento apresentadas: a nº 7120001, da bancada do Rio de Janeiro, e a nº 71210018, da bancada do Rio Grande do Norte.

Dos Critérios de Atendimento das Emendas

Emendas Individuais

Tendo em vista o mérito das proposições, todas as emendas individuais apreciadas nessa área temática foram atendidas integralmente.

Emendas Coletivas

Aprovamos todas as emendas coletivas que haviam recebido parecer favorável do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE. Contudo, diante da escassez de recursos, valores aprovados ficaram aquém dos montantes solicitados nas emendas. Apesar dessas limitações, procuramos atender da melhor forma possível as emendas apresentadas pelas bancadas e pelas Comissões.

No caso das bancadas, procedemos a diversas simulações que consideraram população, renda *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Optamos por trabalhar com base no inverso do IDH por considerarmos esse critério mais igualitário no atendimento do valor médio por emenda e por unidade federativa.

Dessa forma, buscamos atender melhor às Unidades da Federação menos desenvolvidas sem que ocorressem grandes disparidades nos valores das emendas. A partir desse critério, fizemos alguns ajustes considerando o mérito das proposições e as solicitações das bancadas.

Por sua vez, no atendimento das emendas de Comissão, além do mérito da proposição, avaliamos qual o benefício que a programação orçamentária a ser reforçada proporcionaria de forma mais abrangente à população brasileira por intermédio de programas de abrangência nacional.

Recomendação ao Relator-Geral

Esta Relatoria recomenda ao Relator-Geral que analise a possibilidade de ampliar o atendimento às emendas que não puderam ser satisfatoriamente contempladas neste relatório na seguinte ordem de prioridade: 1) Ação 20UQ – Apoio à Extensão Tecnológica para Inclusão Social de Desenvolvimento Sustentável; 2) Ação 00LV – Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para Ciência, Tecnologia e Inovação; 3) Ação 14U2 – Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais; 4) Ação 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer e, por último, 5) Ação 0048 – Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais.

Recomendamos ainda ao Relator-Geral examinar a possibilidade de adequar o valor da complementação da União ao FUNDEB ao que determina a legislação, conforme exposto no Item 2.6 deste relatório.

Ajustes técnicos.

Quando da elaboração dos respectivos pareceres, várias emendas foram ajustadas ou para adequá-las às normas vigentes ou para corrigir inadequações técnicas.

De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores na justificativa das emendas. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Srs. Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões, que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade.

Convém registrar que, conforme previsto nos itens 18.1.2.1 e 41 da parte B do Relatório Preliminar, o Relator-Geral, por meio das Emendas nº 81000007 a nº 810017, efetuou troca de fontes no âmbito do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sem alteração do montante da programação originalmente proposta pelo Poder Executivo.

Essas modificações estão expressas no documento constante desse relatório, denominado "Alterações Induzidas pela Relatoria-Geral".

É o nosso relatório.

Pelo exposto, portanto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.412, Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática IV, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Esse é o nosso voto. É o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, o relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, se eu ficar sem discutir, eu fico alijado, até porque o exercício da minha função parlamentar me impõe que eu o faça.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Paulo Pimenta) – Confesso a V.Exa. que até estranhei quando coloquei em discussão e V.Exa não se manifestou.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não fosse a benevolência de V.Exa., que é reconhecida por todos, eu já estaria alijado do processo de debate.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Paulo Pimenta) – A palavra está à sua disposição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu não pude me ater à leitura do relatório sintético do nobre Parlamentar, mas eu tenho aqui algumas observações a fazer.

Deputado Waldenor Pereira, eu continuo a dizer que, se nós, neste Parlamento, não nos levantarmos para defendê-lo, ele deve ser fechado. Ele não está servindo a mais nada além de instrumentalizar o Executivo para, na utilização do mesmo, nos pressionar, nos humilhar, nos deixar na lama.

E é interessante: a LDO tem o art. 131, que diz que o Orçamento da União não pode ser utilizado como instrumento de pressão. Isso está explícito na LDO há mais de 10 anos.

Na bancada do PDT, alguns Deputados já não são mais atendidos na liberação nem no empenho das emendas prometidas, contrariando o princípio legal. O Giovanni, logicamente, é o primeiro da lista.

Eu estou aqui apenas a exercer minha função parlamentar de tentar buscar, com a companheirada que responde por este Brasil, que empenhou o seu voto, a sua confiança em nós todos para defendê-los, que nós nos unamos no sentido de mudar tudo isso.

E eu trago mais um dado – não fossem tantos por vocês, pelos próprios companheiros testemunhados –, um dado interessante. Eu tenho aqui a relação de todas as emendas de todas as bancadas de todos os Estados, e o máximo empenhado foi 10%.

Olha que vergonha para este Parlamento que se debruça como V.Exa., nobre Parlamentar, para fazer um orçamento decente, responsável, para os Deputados todos, que, nas suas bancadas, debatem, que ouvem o Governo do Estado, os Secretários de Estado, entidades universitárias, centros de ensino especializados, que recebem demandas de toda ordem, que selecionam um grupo enorme de emendas para depois apresentá-las aqui e as defenderem. Eles vêm para cá, brigam e, de repente, isso vira lixo; literalmente, vira lixo.

E mais: elas não estão empenhadas não é porque não se pode empenhar, não. Nós temos aqui um espaço de 142 bilhões de reais, das nossas emendas parlamentares, que ainda podem ser empenhados até o final do mês.

Nós estamos mentindo para o povo brasileiro que nós estamos aqui a defendê-los quando levamos isso para lá e dizemos: "Olha, escreve para o Prefeito, manda a cópia da nossa emenda para a Câmara de Vereadores" e "Agora nós vamos resgatar o nosso hospital, tão necessário à nossa população, para que não esperem 3 meses na fila do hospital para consertar a perna quebrada". Nós estamos mentindo, porque estamos dando ao Governo a condição de executar ou não, e o Governo está executando o seu programa, e não aquilo o que nós propomos, como correção e aperfeiçoamento da peça orçamentária desse projeto de lei, o que é nossa obrigação fazer.

Deputado Márcio França, eu fico aqui pensando quanto indignados não devem estar aqueles cidadãos que lá ficam almejando obter um pequeno recurso para ajudá-los a transformar a sua própria vida. E nós Parlamentares é que enxergamos isso, porque nós permeamos a sociedade como um todo; vamos aos rincões deste Brasil afora. E aqui, agora, nos entregamos e, literalmente, nos vendemos.

De que vale o Parlamento se não é pelo seu orçamento? Aliás, o Parlamento foi criado por causa do orçamento, lá atrás, há 300 anos. Era o orçamento o instrumento único que dava a condição de existir ao Parlamento, não só para fiscalizar receitas, mas propor despesas para os reinos de então. E agora nós temos um orçamento que não passa de uma ficção e, pior do que uma ficção, um instrumento de pressão.

Então, Sr. Presidente, fica aqui, mais uma vez, o meu apelo aos nobres Parlamentares, Srs. Senadores e Sra. Senadora do Espírito Santo, parece-me, não é verdade? É um belo Estado. Sra. Senadora, nós temos que ter conosco a responsabilidade de resgatar o respeito ao Parlamento brasileiro e, lamentavelmente, nós só faremos isso se nós tivermos a coragem de exigir do Governo que ele faça cumprir o Orçamento, que empenhe aquilo que está previsto ser empenhado e que pode ser empenhado, sob pena de não merecermos a confiança daqueles que um dia depositaram em nós o voto para que aqui pudéssemos estar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado Giovanni Queiroz.

Não há nenhum Parlamentar inscrito. Portanto, considero encerrada a discussão e encerrado também o prazo para apresentação de destaques, que foram apresentados em número de oito.

O Relator terá o tempo necessário para preparar o seu relato sobre os destaques. Quando retornarmos para a votação, votaremos essa matéria.

Como continuamos com a Ordem do Dia da Câmara, passaremos agora para o Senador Wellington

Dias, o nosso Relator da Área Temática Integração Nacional e Meio Ambiente.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento da CMO.

A palavra está à disposição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não entendeu o quê?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O que V.Exa. propôs agora. O senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu leio isso em todos...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O senhor só abriu o prazo para que pudéssemos apresentar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É. Eu já li isso aqui várias vezes. Eu disse que, ao final da discussão, estaria encerrado o prazo de destaques. Foi isso.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – E V.Exa. parece que mencionou "Com a palavra"...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO – é o mesmo texto de todos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ah, sim. Porque, se V.Exa. estivesse dando a palavra a alguém, logicamente, eu estaria sendo premiado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Entendi. Quando eu disse "A palavra está à disposição", V.Exa. acusou, não é...? Só que eu quis dizer que estava à disposição do Relator. Então, foi uma falha de minha parte, que deveria ter dito: "A palavra está à disposição do Relator". Então, me penitencio com V.Exa...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Nessas circunstâncias, V.Exa. tem de ser bem explícito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas a palavra está à disposição do Relator.

O SR. SENADOR WELLINGTON DIAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, os que acompanham estes trabalhos, primeiro agradeço a toda equipe, a todos que acompanharam esse trabalho na pessoa da Helena e do Marcelo.

Relatório

Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, Item III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Excelentíssima Presidente da República, por meio da Mensagem nº 91, de 2012-CN (387, de 2012, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013".

Por designação do Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Pimenta, coube-me, na condição de Relator Setorial, apreciar proposta orçamentária relativa à Área Temática III, constituída dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas unidades orçamentárias e fundos.

Considerações Finais

Dos Recursos Destinados à Irrigação

No tocante aos recursos totais destinados a irrigação, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelece a obrigatoriedade de aplicação de 20% desses recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste. Considerando a falta de regulamentação desse dispositivo quanto aos critérios específicos de consolidação de aferição de dados, a seleção dos valores relativos à irrigação no Orçamento da União tem sido efetivada com base nas dotações classificadas na Subfunção 607 – Irrigação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dessa forma, foi possível identificar a seguinte situação na Proposta Orçamentária para 2013 (vide tabela de nº 7).

Conforme os dados expostos, verifica-se que a Proposta Orçamentária para 2013 cumpriu o dispositivo constitucional referido, respeitados os limites mínimos de 20% para a Região Centro-Oeste e de 50% para a Região Nordeste. Cabe ressaltar que as informações complementares ao projeto em pauta, em demonstrativo específico exigido pela LDO 2013, também apresenta memória de cálculo com os mesmos critérios e resultados expostos na tabela anterior.

Ressalte-se que atendimentos das emendas nas fases setoriais e geral afetarão os percentuais acima demonstrados, razão pela qual o mínimo constitucional deverá ser reavaliado pela Relatoria-Geral.

Dos Créditos Especiais Extraordinários

Da Atuação da Relatoria

Das Emendas Individuais e Coletivas

Análise de Admissibilidade das Emendas Apresentadas

De acordo com o art. 25, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas pelo Projeto de Lei Orçamentário 2013.

Até a finalização deste relatório, o CAE ainda não tinha aprovado o seu Relatório Final no plenário da CMO, embora tenha divulgado o Relatório de Atividades do Comitê em 21 de novembro de 2012, com

diretrizes e orientações para análise da admissibilidade de emendas.

Após várias emendas coletivas terem sofrido ajustes apontados pelo CAE, todas receberam parecer pela admissibilidade. Por intermédio do SISEL nº 21, a Senadora Lídice da Matta solicitou o remanejamento dos recursos da Emenda nº 28790002 (UO-53101 – Ministério da Integração Nacional) para a Emenda nº 287900-24 (UO-65101 – Secretaria de Políticas para as Mulheres), no valor de 100 mil reais, procedimento que deve ser completado na fase da Relatoria-Geral.

No que se refere às demais emendas individuais, cabe trazer à colação os Itens 14 a 16 da parte geral do Relatório de Atividades, do CAE, publicado em 21 de novembro de 2012, conforme exposto.

Dessa forma, a análise realizada por esta Relatoria concluiu o parecer pela admissibilidade de todas as emendas individuais, à exceção das emendas a seguir apontadas, cujo parecer é pela inadmissibilidade, por contrariar dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013.

As Emendas nº 26160013, do Deputado Glauber Braga, e nº 36110015, da Deputada Luiza Erundina, pretendem destinar recursos para "*Contribuição à Divisão para Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento das Nações Unidas – DPADM, do Ministério da Integração – No Exterior".*

Segundo a justificativa de cada emenda, em outubro passado, o Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC, previsto no Decreto nº 7.505, de 2011, conforme citado aqui, foi apresentado no Seminário Internacional *Próximo Passo da Iniciativa Governo Aberto.*

No entanto, em que pese o inquestionável mérito e relevância dessas iniciativas, as pretensões contrariam o § 1º do art. 12 da LDO 2013, segundo o qual as contribuições e anuidades para organismos e entidades internacionais devem ser destinadas exclusivamente ao repasse de recursos com a finalidade de cobertura dos orçamentos gerais dos respectivos organismos e entidades internacionais, admitido o pagamento de taxas bancárias relativas a esses repasses.

Além disso, a ação indicada para contemplar o objeto das emendas foi "8172 – Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil", que não se ajusta à finalidade pretendida, tendo em vista o caráter estritamente nacional do título orçamentário.

Dos Remanejamentos de Dotações

Padrões de Custo Unitário e Médio

Em relação aos padrões de custo unitário e médio, sempre que possível, utilizei como referencial para acolhimento de emendas os custos informados pelo Poder Executivo na Proposta Orçamentária e, em sua ausência, os custos implícitos nas emendas apresentadas.

Das Obras com Indícios de Irregularidades

O Tribunal de Contas da União – TCU informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução de algumas obras inerentes a esta Área Temática. Contudo, consta da Proposta Orçamentária apenas o seguinte empreendimento: "Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano – no Estado de Alagoas", funcional "18.544.2051.10CT.0027", na Unidade Orçamentária 53.101 – Ministério da Integração Nacional.

Nesse caso, mantive esse projeto no Orçamento da União. No entanto, a execução orçamentária dessas programações ficará condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeitas à prévia deliberação por esta Comissão Mista, como determina o art. 166, § 1º, da Constituição, na forma do disposto no art. 93 da LDO 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012).

Tendo em vista o disposto no art. 70, II, da Resolução nº 01/2006-CN, indico para votação em separado de referida programação orçamentária.

Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013, no que concerne às unidades orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, e pela indicação de inadmissibilidade, pelas razões citadas, das Emendas nº 26160013 e nº 36110015.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Wellington.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o ilustre representante do Estado do Pará, Deputado Giovanni Queiroz, pelo prazo de 5 minutos regimentais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu não vou me cansar de tentar alertar os companheiros para o nosso procedimento de permitir a continuidade de votação dessa peça que, sem dúvida nenhuma, é uma peça de ficção.

Eu já disse aqui e fico pensando... O Senador Wellington, que já foi nosso colega Deputado, foi nosso Governador de um Estado do Nordeste, sabe o quanto são importantes as emendas propostas pelas bancadas, pelas Comissões e, de repente, ver isso tudo como um instrumento simples para cumprir uma previsão constitucional, é preciso ter o Orçamento da União.

Não há nada mais preparada do que a Assessoria de Orçamento da Câmara e do Senado. Vem com esmero, com dedicação, dar a sua contribuição. Ajuda o Parlamentar que precisa, ajuda o Relator a compor uma peça que entendemos ser o melhor que a gente pode propor para a aplicação dos recursos no País. E, de repente, Senador, a gente vê isso. Chega ao final do ano, no mês de dezembro, já no dia 12/12/2012 – dia do PDT, por isso, eu tenho orgulho de falar em nome do meu partido –, e, de repente, a gente vê em frangalhos o Orçamento.

Não vou cansar de repetir que, na verdade, os Deputados que aqui estão precisam estar atentos a um preceito constitucional legal. Aliás, a LDO, no seu art. 118, que vou ler, e que sirva para o Governo Federal, para a Sra. Ideli Salvatti, nossa Ministra de Relações Internacionais, senão, vou entrar com um processo contra ela por crime de responsabilidade.

> "Art. 118. A execução da Lei Orçamentária de 2013 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal – e aí vem o principal –, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional."

Esse art. 118, que fala de 2013, está também na LDO de 2012, e veda, proíbe: não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso.

A Sra. Ideli Salvatti tinha que tomar mais cuidado com seus passos e com a sua pretensiosa postura de querer impor ao Congresso Nacional a vontade que é dela, não é nem do Executivo. Acho que a Presidenta Dilma nem sabe disso. São iniciativas avulsas, extemporâneas, que não coadunam com o bom desempenho do Executivo. Mas o Executivo não vai apear da sua vontade de ter sob o comando também o Parlamento. Lógico que não. Já fez o PAC e, com o PAC, esvaziou os Ministérios.

Já nos propuseram aqui. Nós já aprovamos e vamos tomar cuidado, já autorizamos que, por decreto, em termos lineares, o Executivo possa manipular, manejar todo o Orçamento, todo, os 10% do Orçamento. Parece que há uma proposta voando por aí no sentido de que poderá vir com 20% no ano que vem. Olhem que loucura! Ou seja, não precisam mais de Congresso Nacional!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, ainda faltam 2 minutos. Agora prestei atenção. Estou de frente para o relógio. E seu relógio deve estar errado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas só no gesto agora, o senhor me tomou 1 minuto. Na verdade, eu entendo que nós estamos vivendo um momento extremamente grave no País. Deputado Wandenkolk, dos 400 milhões de reais que aprovamos no ano passado no Orçamento da União, de emendas para o nosso Estado, só 20 milhões foram empenhados e liberados. Mas essa média de 5% é a média de todos os outros Estados do Brasil. Olha que vergonha!

Então, nós estamos fazendo aqui o papel de trouxas, de bobos, de bobos da corte! Lá no Palácio, com certeza, ficam rindo da gente.

Senador Flexa Ribeiro, companheiro do Pará, dedicado homem público do nosso Estado, estão nos fazendo de trouxas. O senhor já ouviu falar nessa terminologia "de trouxa"?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É o coitado que não tem rumo para onde ir e que perambula pelos caminhos da vida, sem saber onde ancorar-se. Esse é o trouxa. Somos nós nas mãos desse Governo, que nos usa, fazendo aqui um orçamento que não passa de peça de ficção. Não tenho reparos a fazer ao vosso relatório, não. A discussão minha é política. É o que significa o Orçamento para o País. E, para o País, ele é extremamente importante. Aliás, é a peça mais importante que nós do Parlamento podemos gerar. E, ano a ano, temos que fazê-lo, com a melhor e a maior dedicação, com a vontade de realmente colocar rumo em um país que, às vezes, nos envergonha. Mas aqui, de repente, nós estamos abrindo mão do nosso direito e da nossa responsabilidade constitucional, que é fazer o Orçamento e fiscalizar a sua execução.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não temos nenhum Parlamentar inscrito para a discussão.

Considero que a discussão está encerrada e o prazo para a apresentação de destaques também. E eles foram apresentados em número de quatro.

Agradeço ao Senador Wellington.

Evidentemente, todos os Relatores Setoriais terão que aguardar, porque nós estamos esperando a conclusão da Ordem do Dia. Eu acho que vale a pena fazermos tudo hoje, do que termos que fazer reunião amanhã à tarde, à noite. Então, hoje vamos resolver esse assunto, até para que a gente tenha mais oportunidade de convívio com o Deputado Giovanni Queiroz.

E vamos agora convidar...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, se for amanhã, eu aqui estarei de plantão, para alegrar os companheiros, como V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – E vamos convidar o Senador Flexa Ribeiro... Senador Wellington.

– Quero só agradecer também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Márcio França.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – Eu estou com alguns pedidos aqui, alguns requerimentos da minha bancada, que dizem respeito à contestação por não aceitação da admissibilidade das emendas que eles haviam apresentado. E a orientação que nos foi dada foi para requerermos exatamente neste instante, após a leitura do relatório. São quatro casos. São dois casos, aliás, da Deputada Luiza Erundina e do Deputado Glauber Braga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Márcio França, eu...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se V.Exa. quiser responder primeiro ao Deputado Márcio França...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Márcio França, eu estudei essa matéria, tentando encontrar uma solução. No entanto, o que ocorre? Nós votamos ontem o relatório do CAE, que foi apresentado pelo Deputado Marcus Pestana. O item 18 diz o seguinte: "No tocante às emendas individuais, o Comitê decidiu por atuar de forma conjunta com as Relatorias Setoriais, incorporando ao seu Relatório de Atividades as propostas de parecer pela inadmissibilidade constantes dos respectivos Relatórios, conforme o art. 70, item III, letra "c", da Resolução." Ou seja, todas as emendas que foram consideradas inadmissíveis pelos Setoriais foram votadas ontem, junto com o Relatório do CAE, portanto, já consideradas inadmitidas. Dessa forma...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – E qual é o recurso que cabe ao Parlamentar que entende que está errado o entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Na realidade, teria que ter sido discutido quando da discussão do relatório do CAE. Quando nós discutimos o relatório do CAE, nós lemos todas as emendas...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – Sim, mas foi sempre de bancada, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Como?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – O CAE examinou por bancada, não a individual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O que ocorre? O CAE examinou as emendas de bancada e incorporou as individuais que foram consideradas inadmitidas por cada um dos Relatores Setoriais. Portanto, essas duas emendas já foram analisadas e já foram consideradas inadmitidas junto com o relatório do CAE.

Por conta disso, eu não tenho nem como receber a contestação, porque ela é matéria já votada e já vencida. Essa é a interpretação que eu...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – A orientação que a Consultoria de Orçamento deu foi exatamente oposta à que V.Exa. está dando. É claro que V.Exa. tem a prerrogativa de decidir e não de orientar. Mas é muito mais simples aceitar a contestação e colocar na votação junto com o Orçamento. Se, por acaso, for rejeitada, foi rejeitada. Porque, também, fica um papel...

Veja, no instante correto foi feita a emenda. Por algum motivo, foi rejeitada. Eles fazem a contestação. A orientação da assessoria da Comissão foi para fazer a contestação aqui, agora. Eu venho no papel de representante da bancada, e ela sequer vai ser aceita. Aí, fica uma situação delicada para quem está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Márcio França, eu quero dizer a V.Exa. que fiz todo o esforço possível para que essas duas emendas pudessem ser salvas, vamos dizer assim. Mas foi unânime, por toda a Consultoria Legislativa do Orçamento, até mesmo em função de decisões tomadas em outras oportunidades, que não me resta outra alternativa a não ser considerar que essas emendas já foram votadas, no corpo do relatório do CAE, porque assim foi indicado pelo Relator Setorial, não me restando outra alternativa.

Então, eu lamento, mas não encontrei uma alternativa regimental que me possibilitasse acolher a contestação. Portanto, eu não posso receber a contestação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou passar para V.Exa. uma cópia do relatório do CAE. Eventualmente, se V.Exa. quiser voltar a esse assunto, eu estarei à disposição para ouvi-lo, certo?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO FRANÇA – Era preciso que pelo menos ficasse unificado na assessoria de V.Exa. um entendimento. Hoje à tarde a consultoria sugeriu que fosse feito dessa maneira. Fui orientado dessa maneira, e é assim que está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeito. Como eu não estou recebendo, nós podemos voltar a tratar o assunto, caso consigamos construir outro entendimento. Por enquanto, essa é a decisão.

Eu gostaria, inclusive, que o pessoal da assessoria de V.Exa. nos identificasse a orientação que foi dada na consultoria, para que possamos buscar esse questionamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, está havendo votação nominal neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está havendo votação nominal. Portanto, nós vamos suspender os trabalhos por 5 minutos, para que os Parlamentares possam votar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se 5 minutos não forem suficientes, fica suspensa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Prorrogamos por mais um tempinho.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas não se pode abrir para prorrogar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não se pode abrir se não houver quorum.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, não havendo quorum, não tem nem que prorrogar, tem que encerrar.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O art. 128 da Resolução nº 1 diz o seguinte: *"A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 dias úteis após a sua distribuição."*

Esse relatório foi distribuído no dia 10/12 às 19 horas. Eu queria que o Senador permitisse que a gente o fizesse amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. está lendo o art. 128?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É, o principal, só iniciei a leitura e vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. poderia ler o 128?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – *"A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 dias úteis após a sua distribuição(...)"* Isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pode continuar.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, depois o resto é do relatório geral, o relatório do Projeto de Lei de Diretrizes, que estão apensados aos relatórios setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Então, eu vou ler para V.Exa.

> "Art. 128. A apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer 3 (três) dias úteis após a sua distribuição, nos casos do relatório do Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual, do relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e do relatório do Projeto de Lei do Plano Plurianual, e 2 (dois) dias úteis nos casos das demais proposições, salvo se a CMO dispensar esse último prazo por deliberação da maioria absoluta de seus membros."

Portanto, são dois dias.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – São dois dias só? Isso na interpretação de V.Exa., na minha, seriam três. Mas como é V.Exa. quem decide, eu só posso acatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Está tudo certo.

Relatório Setorial da Área Temática II – Saúde. Relator-Setorial: Senador Flexa Ribeiro, PSDB do Pará.

O Relator-Setorial está com a palavra para a apresentação do Relatório. O prazo de destaque está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso 1º do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

Com a palavra o ilustre Senador do Estado do Pará, Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, coube-nos a honrosa missão de relatar a proposta orçamentária do órgão Ministério da Saúde para o ano de 2013, aí incluídos os programas de trabalho das unidades orçamentárias a ele vinculadas direta ou indiretamente.

Análise da proposta orçamentária. A proposta de Orçamento da União para 2013 reserva ao Ministério da Saúde, no âmbito do Orçamento da Seguridade Social, recursos da ordem de R$94,6 bilhões, um acréscimo nominal de 1,3%, correspondente a R$1,2 bilhão, em relação à dotação do Ministério da Saúde autorizada para 2012. Quantos aos valores empenhados em 2010 e 2011, há crescimento respectivamente de 40,6% para 2010 e 20,5% para 2011.

Devido ao volume de recursos, é importante destacar na programação de trabalho do Ministério da Saúde os valores destinados à Ação 8585 – Atenção

à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade – MAC. O valor per capita médio nacional do MAC vem crescendo, nos últimos anos, de R$160,31 empenhados em 2011, para R$172,36 autorizados em 2012, e R$180,50, previstos pela PLOA de 2013. Para 2013 percebe-se que todos os Estados ficaram abaixo da média nacional, tal situação decorre da alocação de R$7 bilhões em dotação nacional, o que representa ampliação significativa na rubrica nacional quando comparados com anos anteriores, conforme o quadro abaixo.

Na Ação 8585, em 2010, a reserva era de R$309 milhões; em 2011, foram empenhados para a reserva R$306.200.000,00. Foram autorizados, em 2012, R$589.720 mil. E a PLOA de 2013 prevê recursos para a reserva nacional de R$7 bilhões.

Quanto à Atenção Básica, verifica-se que a média *per capita* nacional vem crescendo nos últimos anos e o PLOA de 2013 busca manter tal crescimento, passando de R$65,60 em 2012 para R$74,30 em 2013. Novamente, entretanto, constata-se a ampliação de dotações de reservas nacionais, sendo de R$1,1 bilhão no piso de atenção básica fixo e de R$1,9 bilhões no piso de atenção básica variável.

Também há um quadro no relatório que mostra a evolução dessa reserva nacional de 2010, na Ação 8577, de R$0,61 milhão, e, na Ação 20AD, de R$ 382,39 milhões. Em 2011, R$ 750 mil na Ação 8577, e de R$ 483,98 milhões na Ação 20AD. Autorizados em 2012: Ação 8577, R$190 milhões, e Ação 20AD, R$561,010 milhões.

No plano da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2013, há uma reserva nacional para a Ação 8577, de R$1.107.180.000,00, e na Ação 20AD, de R$1.946.800.000,00.

Piso Constitucional de Aplicação em Saúde.

Em 13 de janeiro do presente exercício foi finalmente sancionada a Lei Complementar nº 141, que após 12 anos de intensos debates veio regular a Emenda Constitucional nº 29/2000 (Emenda da Saúde).

No âmbito da União, a norma manteve a previsão de que o valor a ser aplicado em um exercício tomasse por base "o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior" (base móvel), acrescida da "variação nominal do Produto Interno Bruto do ano anterior". Porém, a grande inovação da Lei Complementar nº 141/2012 foi afastar a subjetividade que durante anos permeou a definição de "ações e serviços públicos de saúde" para fins de cômputo no Piso Constitucional e, assim, aproximar as referidas despesas da intenção original do constituinte da Emenda Constitucional nº 29/2000. Nesse sentido, a Lei Complementar fixou regras, diretrizes e condições para identificar as despesas passíveis de serem consideradas nos recursos mínimos a serem aplicados.

Dotações do PLOA 2013 computáveis para fins do piso constitucional.

O PLOA 2013 é o primeiro Orçamento federal a ser apreciado pelo Congresso Nacional já sob a égide da Lei Complementar nº 141, de 2012. Neles são previstos recursos da ordem de R$ 86,6 bilhões, classificados com identificador de uso de código 6, que passa a identificar o Piso Constitucional da Saúde para 2013. Contudo, o parecer preliminar aprovado por esta Comissão Mista de Orçamento em 20 de novembro de 2012 apontou divergência de interpretação da Lei Complementar nº 141 em relação às despesas previstas no PLOA e passíveis de serem computadas no mínimo constitucional da saúde.

Com base no que preceitua o art. 35 da Resolução nº 1/2006-CN, combinado com o § 3º do art. 90 do Regimento Comum do Congresso Nacional, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados solicitaram ao Presidente da Comissão Mista de Orçamentos – CMO, que lhes fosse possibilitado apresentar manifestação formal acerca das mencionadas divergências de interpretação.

A Comissão Mista de Orçamento, nos termos do Ofício Presidencial nº 414/2012/CMO, acatou o pleito e fixou o prazo de 6 de dezembro para que os Colegiados enviassem parecer contendo os respectivos entendimentos.

Em reuniões ocorridas em 5 de dezembro, as referidas Comissões Temáticas aprovaram por unanimidade *"parecer PLN 414/2012/CN na parte referente às despesas computadas no piso constitucional da saúde, na forma da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012"* que manifesta o entendimento de que as despesas divergentes mencionadas no parecer preliminar não devem integrar o rol das passíveis de serem computadas no piso constitucional da saúde. Ambos os pareceres foram remetidos à Comissão Mista de Orçamento e constam do Anexo V deste relatório.

Nos termos do que dispõe o art. 90, § 3º, alínea "e" do Regimento Comum do Congresso Nacional, deve esta relatoria fazer referência expressa a manifestações das Comissões Técnicas. Nesse sentido, ratifico integralmente o entendimento das Comissões Temáticas e adoto os fundamentos dos citados pareceres para implementar a reclassificação das despesas relacionadas.

Passamos, a seguir, a expor, de maneira resumida, a motivação da exclusão de cada uma das rubricas do cômputo do mínimo constitucional.

Despesas com a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Agência Nacional de Saúde – ANS – foi criada pela Lei nº 9.961, de 2000, com a finalidade institucional de promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto as suas relações com prestadores e consumidores.

Entendemos que as despesas com saúde suplementar não atendem aos princípios de acesso universal, igualitário e gratuito previstos na Lei Complementar nº 141, pois são voltadas à promoção da defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, com a regulação das operadoras setoriais. Dessa forma, não devem ser computadas no Piso Constitucional.

Despesas com Participação da União no Capital Social – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRAS.

O §2.º do art. 198 da Constituição prevê que os entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – apliquem anualmente recursos mínimos em "ações e serviços de saúde" e não em "participação em capital social de empresas", ainda que tais empresas venham a atuar na produção, aquisição e distribuição de hemoderivados.

As despesas em questão referem-se à integralização da participação federal em empresa pública, na forma de inversão financeira. Não há como considerar a realização de dispêndios com a "constituição da empresa" como despesas com "produção de hemoderivados", esta, sim, prevista na Lei Complementar nº 141.

Por fim, devemos mencionar que o ressarcimento que futuramente vier a ser efetuado pelo SUS à HEMOBRAS pela produção e fornecimento deverá ser considerado para fins de piso, uma vez que atenderá à Lei Complementar nº 141.

Despesas com hospitais universitários do MEC.

A Lei Complementar nº 141, de 2012, determinou que:

> "para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos (...) considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas (...) que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7.º da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes: sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas (...)".

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Senador.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRA – Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Esvaziou o plenário. Não há Deputado suficiente. Não há como continuar. O Presidente, de ofício, que o faça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – V.Exa. quer interromper a leitura, do seu colega...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já interrompi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – ... do seu Estado, de bancada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já interrompi, até porque eu gosto muito dele e quero poupá-lo hoje, para amanhã.

Vamos fazer isso, de ofício, Sr. Presidente. Não há Deputados. Os Senadores ficam dispensados por hoje.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Deputado Giovanni, podemos completar a leitura dos pareceres e, se não houver...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vamos completar a leitura, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Se não houver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a sua generosidade.

Quero dizer que faremos força para que o Estado do Pará seja um dos mais aquinhoados neste Orçamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas torça para não chegar outro Deputado, senão vou reclamar de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu sugiro às Lideranças das bancadas, dos partidos de Governo que possam acionar seus Parlamentares para que compareçam ao plenário, porque, da próxima vez que isso ocorrer, eu vou encerrar a reunião.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se estiver faltando Deputado ou Senador aqui do Governo.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Presidente, eu só gostaria de também pedir a compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu vou agradecer a generosidade de V.Exa. A próxima vez que isso ocorrer, a reunião vai ser encerrada, de ofício, por mim.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Wandenkolk Gonçalves.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Presidente, eu só queria pedir aquiescência ao Deputado Giovanni Queiroz, até porque tenho com-

promissos inadiáveis amanhã e estou com problema sério de garganta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Também é do Pará.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Do Pará, para S.Exa. possibilitar a leitura do nosso relatório ainda na noite de hoje. Deputado Giovanni, por favor.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O que está em jogo aqui é o Brasil. Vamos devagar. O Pará também faz parte, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senador.

"para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos (...) considerar-se-ão como despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas (...) que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7.º da Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e às seguintes diretrizes: sejam de responsabilidade específica do setor da saúde, não se aplicando a despesas relacionadas a outras políticas públicas (...)".

É importante mencionar que os hospitais universitários federais são unidades orçamentárias vinculadas ao MEC e que a Lei Complementar nº 141 determinou que "fossem repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem órgão Ministério da Saúde, para ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde".

Portanto, não se justifica computar nos recursos mínimos dotações consignadas para atendimento de unidades orçamentárias vinculadas a outro órgão.

Despesas com Saneamento e Resíduos Sólidos.

A Lei Complementar nº 141 determinou expressamente que não seriam consideradas para fins de apuração dos percentuais mínimos despesas com "saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade" e com "limpeza urbana e remoção de resíduos".

As poucas exceções foram previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 2012. Deve-se esclarecer que tais exceções já constam do Orçamento de 2012 e estão previstas na Proposta de Orçamento para 2013, são elas: a) melhorias Sanitárias Domiciliares e Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas; b) Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais; c) Saneamento Básico em Aldeias Indígenas; d) Saneamento Ambiental e Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais.

Importa ainda destacar que saneamento em "pequenas comunidades" previsto pela Lei Complementar nº 141 não se aplica às ações de saneamento em Municípios de até 50 mil habitantes. Nos termos da Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, considera-se "localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE".

Despesas com o Programa Academia da Saúde.

O programa foi criado pela Portaria nº 719, de 2011, com o objetivo de "contribuir para a promoção da saúde da população a partir da implantação de polos com infraestrutura, equipamentos e quadro de pessoal qualificado para a orientação de práticas corporais e atividade física e de lazer e modos de vida saudáveis". As atividades a serem desenvolvidas incluem: a) promoção de práticas corporais e atividades físicas; b) orientação para a prática de atividade física; c) promoção de atividades de segurança alimentar e nutricional e de educação alimentar; d) práticas artísticas.

Portanto, em que pese o programa atender à promoção e prevenção da saúde, ele se enquadra nos chamados "fatores determinantes e/ou condicionantes da saúde" – alimentação, lazer, educação etc. – e, por força do disposto na Lei Complementar nº 141, deve deixar de ser computado no Piso Constitucional.

Apuração das dotações do Ministério da Saúde e computáveis no Mínimo Constitucional, segundo a Lei Complementar nº 141, de 2012.

Em função das exclusões aprovadas, o recálculo do piso deixa de considerar despesas relacionadas a saneamento; resíduos sólidos; HEMOBRAS; hospitais universitários do MEC; Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e Academia da Saúde.

Conforme entendimento já constante do PLOA, as despesas afetas à assistência médica a servidores; fontes de operações de crédito; e Farmácia Popular sob o regime de copagamento também deixam de integrar o mínimo constitucional.

Com tais exclusões, o valor em ações e serviços públicos de saúde, para fins do cômputo do Piso Constitucional, passa a ser 84,4 bilhões de reais.

Deve se esclarecer que as despesas não classificadas como "ações e serviços públicos de saúde" continuam a ser despesas do Setor, porém não computáveis no Piso Constitucional da Saúde. Dessa forma, a execução não se submete às disposições da Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Projeção do Piso Constitucional da Saúde para 2013.

Efetuados os ajustes mencionados anteriormente, constata-se que o montante mínimo projetado para a saúde em 2013 é da ordem de 82,3 bilhões de reais, o que coloca a proposta encaminhada pelo

Poder Executivo – 84,5 bilhões de reais – acima do Mínimo Constitucional estabelecido, em cerca de 2,1 bilhões de reais.

Emendas apresentadas.

Ao plano de trabalho do Ministério da Saúde foram apresentadas 2.427 emendas, sendo 98 coletivas e 2.329 individuais, com pleitos da ordem de 12,2 bilhões de reais.

Das emendas coletivas, noventa e uma foram de apropriação e sete de remanejamento. Dentre as de apropriação, oitenta e cinco são de autoria de bancadas estaduais e seis de Comissões, sendo duas da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

A maior demanda por unidade orçamentária ocorreu no Fundo Nacional de Saúde, que recebeu 2.316 emendas, seguida pela Fundação Nacional de Saúde, com 109 emendas.

Atuação da Relatoria no atendimento das emendas.

No atendimento das emendas, tanto individuais quanto coletivas, foram mobilizados recursos da ordem de 3,9 bilhões de reais, dos quais 3,1 bilhões de reais representam acréscimos efetivos à programação do setor, por constituírem recursos oriundos da reserva de contingência e reestimativa de receitas.

Os 813,9 milhões de reais restantes advieram do remanejamento de investimentos e inversões financeiras do Ministério da Saúde, passíveis de utilização pela Relatoria-Setorial, nos termos do item 8 da Parte B do Parecer Preliminar. Tal remanejamento, que representa cerca de 13,7% da programação de investimentos do Setor, seguiu critério seletivo em comum acordo com o Ministério da Saúde.

No que diz respeito às emendas individuais, todas foram integralmente aprovadas, o que implicou a utilização de 2,1 bilhões de reais.

Para atender aos pleitos das bancadas e Comissões, foram utilizados 1,776 bilhões de reais, valor bem inferior aos 9,957 bilhões de reais solicitados. Mesmo diante da escassez de recursos, buscamos ouvir a todos que nos procuraram, sempre perseguindo o equilíbrio e a justiça nas alocações dos escassos recursos.

Para as emendas de Comissão, prevaleceu o critério de mérito na alocação dos recursos, sendo destinado um total de 150 milhões de reais. Quanto à distribuição, foi conferida preferência, no âmbito do Fundo Nacional de Saúde, àquela destinada ao fomento de laboratórios públicos oficiais, e, na Fundação Nacional de Saúde, optamos por alocar os recursos de forma igualitária entre ações de esgotamento sanitário, abastecimento de água e resíduos sólidos.

Os recursos restantes foram alocados às emendas de apropriação das bancadas estaduais, segundo critério técnico e de mérito, respectivamente na proporção de 55,3% e 44,7%. O critério técnico levou em consideração a média aritmética entre a população da Unidade da Federação, o inverso do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de cada Unidade da Federação e a quantidade de emendas apresentadas à Área Temática.

Correção de Erros e Omissões na Programação do Setor.

Conforme determina a Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, os Relatores somente poderão apresentar emendas à programação da despesa com a finalidade de corrigir erros e omissões de ordem técnica ou legal.

A análise da programação do Setor apontou as seguintes inadequações técnicas, que merecem correção: 1) modalidade de aplicação “Fundo a Fundo” na ANVISA; 2) modalidade de aplicação “DELEGAÇÃO” na Saúde; 3) classificação inadequada de ações na FUNASA; 4) desmembramento de ações afetas a Despesas Obrigatórias e/ou Relevantes.

Indicações ao Relator-Geral

Solicitação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS.

Por meio do Ofício n.º 612, de 27 de novembro de 2012, o CONASS solicitou que o montante dos recursos destinados ao Ministério da Saúde seja ampliado em, pelo menos, 10,9 bilhões de reais, em quatro ações principais, dentre elas, “Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade” e “Piso de Atenção Básica Fixo”.

Estadualização de dotações nacionais dos procedimentos em média e alta complexidade – MAC.

É importante que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores atentem para isto: parte significativa dos recursos foi destinada a dotações “nacionais”.

Diante dessa situação, indicamos ao Relator-Geral a redistribuição parcial dos recursos de dotações nacionais, de forma a manter o per capita das dotações alocadas em 2012, conceder um reajuste linear de 2,5% e ajustar algumas distorções.

Estadualização de dotações nacionais do PAB.

Foram ampliados os recursos alocados para aplicação nacional nas Ações 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo e 20AD – Piso de Atenção Básica Variável – Saúde da Família, com a redução das dotações estadualizadas. Propomos o restabelecimento do patamar per capita de alocação de 2012 e o aumento linear de 5,0% das respectivas dotações. Para implementação de tais ajustes, a dotação “nacional” do PAB-Fixo seria reduzido em aproximadamente 423 milhões e a do PAB-Variável em 1 bilhão de reais.

Alteração do texto da Proposta Orçamentária para 2013.

Conforme mencionado neste relatório, ratificamos o entendimento das Comissões Temáticas do Congresso Nacional, responsáveis pela área da Saúde, e implementamos os devidos ajustes na programação do Ministério, com a consequente mudança do identificador de uso.

Entretanto, nos termos do que dispõe a LDO para 2013 – art. 37, §2º, II, alínea "a" –, uma mera portaria da Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderia, "justificadamente", vir a alterar novamente a classificação do identificador de uso que evidencia na Lei Orçamentária as despesas do piso constitucional da União.

Dessa forma, a fim de garantir a vontade do Parlamento, mostra-se essencial que o texto da referida lei esclareça que tal faculdade de alteração prevista na LDO não se aplica aos casos supramencionados, uma vez que esse é o entendimento do Poder Legislativo.

Nesse sentido, indico a inclusão de parágrafo ao art. 3º do Plano de Lei Orçamentária Anual de 2013, com a seguinte redação:

"Fica vedada a atribuição de identificador de uso de código 6 a despesas orçamentárias relacionadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar; fontes oriundas de operações de crédito, amortização e encargos de financiamento da dívida; pagamentos de aposentadorias e pensões; assistência médica e odontológica a servidores, empregados, militares e dependentes; farmácia popular pelo sistema de copagamento; participação da União em capital social de empresas; implantação e melhorias em sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário em Município de até 50 mil habitantes; manejo de resíduos sólidos; atenção à saúde em serviços ambulatoriais e hospitalares prestados pelos hospitais universitários e ao Programa Academia de Saúde."

Voto do Relator

Diante de todo o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista:

I – Autorize o Relator-Geral a implementar as indicações constantes dos itens 3.2 deste relatório;

II – Ratifique o entendimento adotado pela Comissão de Assuntos Sociais, CAS, do Senado Federal, e pela Comissão de Seguridade Social e Família, CSSF, da Câmara dos Deputados, no que diz respeito às divergências de interpretação afetas à Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

III – Aprove o Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, no que concerne às unidades orçamentárias do Ministério da Saúde, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, o relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a sua tolerância de ter permitido que a leitura continuasse. E, por conta disso inclusive, se V.Exa. quiser falar mais de 5 minutos neste momento terá franqueada a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade.

Sr. Presidente, eu vi aqui uma nota de subsídios e apreciação do relatório de S.Exa., o Senador Flexa Ribeiro.

Senador, V.Exa. esteve atento a uma distorção grotesca no que diz respeito à distribuição dos recursos da Ação 8.585, que é Média e Alta Complexidade, onde o Governo centraliza 7 bilhões em nacional. Eu não entendi apenas por que a LDO veda que V.Exa. faça a distribuição. E, por isso, V.Exa. sugere e já mostra inclusive uma sugestão de distribuição, já teve aqueles recursos para as unidades federadas. E não poderia ser diferente. Eu não poderia esperar de V.Exa. outra coisa que não isso, até porque a penalização ao Pará nos colocaria em relação a outros Estados que ficariam com 176 reais para atendimento de média e alta complexidade e nos levaria para a condição de termos apenas 70 reais, ou seja, menos da metade do que aquele que mais receberia. Que proposta indecente! Que proposta indecente! Como é que o setor de Planejamento vem aqui...? Poderiam chamar a Ministra do Planejamento para vir aqui se explicar, porque isso é uma irresponsabilidade. Deveria dar cadeia para quem propõe um negócio desses, no mínimo.

Eu espero que o Relator-Geral, com bom senso, vá verificar que, se não houve erro grotesco – pode ter havido, no que eu até não acredito –, essa é uma distorção irreparável principalmente para nós do Pará, que temos uma carência de atendimento de média e alta complexidade nos hospitais regionais, que precisam ser ampliados, dotados de equipamentos. O Governador aqui esteve e pediu emendas nessa linha, que nós da bancada, inclusive, atendemos.

Senador Flexa, não adianta atendermos as emendas dos nossos governantes, do nosso povo, porque, na verdade, o Governo não atende. Eu só quero pedir a V.Exa. que não haja acordo de V.Exa., do Deputado Wandenkolk e de outros Deputados. Se olharem as distorções na proporção do projeto original, com certeza haverão de se somar a nós, pois, no relatório final, se não for corrigida essa matéria, temos a obrigação, nós três, de ainda buscarmos outros companheiros para

nos ajudarem a não deixar que façam essa corrosão vergonhosa sobre vários outros Estados, não só o Pará – o nosso é o pior, mas todos, Maranhão, Amapá, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, todos.

Presidente Paulo Pimenta, se eu fosse benevolente com esse povo que acho que faz Orçamento só por fazer, diria que houve um erro. Mas eu acho que isso aqui foi má intenção, centralizando mais uma vez, no Ministério, a competência para aplicar como quer ou como queira o Executivo.

Então, queria cumprimentar V.Exa., Senador, pelo relatório, por ter sido diligente na observação da distorção e propor ao Relator-Geral que venha fazer a correção devida.

Lamento profundamente que, embora eu até acredite que o Relator-Geral vá fazer a correção, isso aqui vai continuar sendo uma peça de ficção. Que coisa vergonhosa! Não cumprem o Orçamento da União!

Nossa existência, o Parlamento, está atrelada efetivamente ao Orçamento. Nós existimos pelo Orçamento, para fiscalizar receitas e despesas, autorizar o Governo a fazer isso ou aquilo, regular a relação entre os homens na sociedade. Mas, lamentavelmente, não é esta a visão de quem hoje governa este País e nos sujeita à humilhante condição de vermos agora o que aconteceu há pouco, quando me negava um Deputado: *"Deputado Giovanni, para lhe dizer que as emendas da bancada foram liberadas, só a sua ficou contingenciada". (Riso)* Eu achei graça, é uma piada. Isso é Ideli Salvatti. Como se eu tivesse que me submeter a esse tipo de pressão ridícula, nojenta, hipócrita, miúda de quem quer ser rainha e, na minha leitura, passou a ser uma coisa abominável.

Mas, muito bem, eu quero é cumprimentar V.Exa. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, a discussão está encerrada e o prazo para apresentação de destaques também está encerrado.

Foram apresentados nove destaques, que serão analisados no momento oportuno, e o tempo necessário para que o Relator possa apresentar o seu parecer a esses destaques.

Iremos agora para o nono relatório. O ilustre Parlamentar do Estado do Pará, Wandenkolk Gonçalves é o Relator Setorial, que está com a palavra.

O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I, art. 60 do Regimento Interno da CMO.

Vejam as senhoras e os senhores que as últimas intervenções, todas desta Comissão, têm sido do Pará e todas da Oposição, o que mostra a força do Pará aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não é de Oposição; eu sou da base do Governo e apenas sou um Parlamentar coerente. Eu sou aliado, mas não subordinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Desculpe-me V.Exa., porque acabei interpretando de maneira equivocada suas manifestações. (Risos.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas veja como é democrática esta Comissão, em que o PSDB do Pará tem dois relatores setoriais, um da saúde e outro da agricultura, o que mostra a força do Pará e a força do PSDB nesta Comissão.

Deputado Wandenkolk, por gentileza, a palavra está a sua disposição.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Boa noite, senhoras e senhores.

Quero cumprimentar o Presidente e, através dele, os Senadores e a Senadora presentes, os Deputados que nos honram neste momento preocupante.

Quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Giovanni Queiroz antes de entrar especificamente no meu relatório. Quero fazer um reconhecimento, Deputado Giovanni, da vossa determinação e, acima de tudo, do ato que busca trazer a este Parlamento as prerrogativas de matérias que são direcionadas e prerrogativas do Parlamento brasileiro. Mas digo a V.Exa. que temos uma saída para isso, basta que todos nós queiramos: é só aprovarmos o Orçamento impositivo, e essas questões estarão resolvidas de uma vez por todas.

Queria, Sr. Presidente, num segundo momento, fazer um agradecimento. Como Deputado ainda chegando a esta Comissão e a este Congresso Nacional, quero agradecer à consultoria do meu partido e à assessoria aqui presente, também da Comissão de Agricultura, que nos ajudaram de maneira muito determinada, de maneira muito competente, para que nós pudéssemos chegar finalmente a esse relatório.

Não é fácil. O Deputado Giovanni, que também é um dublê de médico e ouviu o relatório do Senador Flexa Ribeiro, da saúde, é um produtor rural e ouvirá agora o nosso relatório sobre agricultura, pesca e desenvolvimento agrário.

Quero dizer a todos vocês que é difícil, o cobertor é muito curto. No dia em que este Congresso definir a agricultura como prioridade, eu tenho certeza de que diminuirão os problemas de saúde e que o orçamento da nossa pasta, da nossa agricultura haverá de ser mais consubstanciado.

Sr. Presidente, recebemos a honrosa missão de examinar e relatar as peças orçamentárias concernen-

tes à Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento agrário. Além das áreas contempladas, matérias relativas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Ministério da Pesca e da Aquicultura.

Como é de praxe, verificamos inicialmente que a proposta é compatível com a Constituição Federal e com as leis orçamentárias vigentes.

A Proposta para a Área Temática IX.

O montante programado para 2013 para a Área Temática IX totaliza R$14,2 bilhões, sendo R$12,4 bilhões do Orçamento Fiscal, R$1,8 bilhão do Orçamento da Seguridade Social e R$29,8 milhões do Orçamento de Investimento das Estatais. Os detalhes dessa programação serão analisados a seguir.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

A despesa orçamentária total proposta para o MAPA em 2013 é de R$9,2 bilhões. Esses créditos abrangem todas as Unidades Orçamentárias e os Fundos que compõem a estrutura organizacional do Ministério, inclusive o orçamento de investimento das seguintes empresas: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CEASAMINAS; e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais.

aNo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o valor total das dotações consignadas para o MAPA, em 2013, é de R$9,2 bilhões, montante esse 5,6% superior ao valor proposto em 2012, que foi de R$ 8,7 bilhões.

A gestão da programação desse órgão na esfera fiscal e da seguridade social é feita por meio de quatro unidades orçamentárias: a do MAPA, na administração central, com R$3.913.405; a EMBRAPA, com R$2.287.192; a CONAB, com R$2.957.843 e o FUNCAFE, com R$33.791.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem como área de competência a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e a identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. A proposta orçamentária para o exercício de 2013 deste órgão engloba duas unidades orçamentárias: 49.101 – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; 49.201 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O valor proposto para a área é de R$4.730 bilhões, superior em cerca de 10% ao valor da proposta de 2012, sendo R$1.561 bilhão para a unidade orçamentária MDA e R$3.169 bilhões para o INCRA.

Ministério da Pesca e Aquicultura.

Abro um parêntese para fazer uma menção honrosa, Sr. Presidente, um agradecimento e um reconhecimento todo especial ao Ministro Crivella, que esteve conosco ontem, no Estado do Pará, para o lançamento do Plano Safra. Faço este agradecimento a S.Exa. e a toda a equipe do Ministério por terem nos ajudado prontamente na produção e confecção deste relatório, inclusive, para surpresa agradável nossa, buscando créditos adicionais junto ao Relator-Geral e à Casa Civil, para o Ministério da Pesca.

A proposta orçamentária de 2013 para o Ministério da Pesca e Aquicultura é de R$249 milhões, 5,7% inferior aos R$264 milhões propostos e 23,4% inferior aos R$325 milhões aprovados para 2012.

Os R$249 milhões propostos para 2012 estão distribuídos entre os programas 2052 – Pesca e Aquicultura: R$ 132 milhões (53%), 2028 – Defesa Agropecuária: R$16 milhões (6%), e 2113 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura: R$101 milhões (41%).

Com relação à execução orçamentária de 2012, verifica-se índice de execução de 25,2%, sendo que o programa finalístico pesca e aquicultura apresentou 6,3% de execução até novembro de 2012.

Créditos extraordinários e especiais aprovados.

Tendo em vista o disposto no item o disposto no item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, esta Relatoria constatou a abertura de crédito extraordinário em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R$215.330.080,00, destinado a reforçar a provisão orçamentária da Ação 0359 – "Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002)".

Esse crédito foi editado por meio da Medida Provisória nº 596, de 6 de dezembro de 2012. Como pode ser reaberto no próximo exercício, é bastante provável que cause impacto na programação de 2013 que venha a ser aprovada para o MDA quando passa a concorrer com a receita auferida naquele exercício.

Dedicamos especial atenção à análise das informações levantadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU no que se refere a obras com pendências junto àquela Corte.

Observamos que, até esta data, nenhuma obra constante da programação desta área temática foi incluída na relação do TCU, não havendo, assim, restrições para alocação de dotações na proposta orçamentária para o ano de 2013.

Considerações finais.

A Relatoria da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário recebeu 816 emendas para análise, sendo 815 de apropriação e uma de remanejamento.

Das emendas de apropriação, 778 são individuais e 37 coletivas, sendo 29 de bancadas estaduais e

oito de Comissões, das quais quatro de Comissão da Câmara dos Deputados e quatro do Senado Federal.

O valor total solicitado pelas emendas de apropriação alcançou R$5,1 bilhões, sendo R$2,1 bilhões de bancadas estaduais, R$1,9 bilhão de Comissões e R$1,1 bilhão de emendas individuais.

A emenda de remanejamento, apresentada pela bancada do Estado do Ceará, totalizou R$50 milhões.

Não foram apresentadas emendas à programação de investimento das estatais desta área temática.

Observamos ainda que em razão do disposto no item 17.1.10 do Parecer Preliminar, as Comissões Permanentes de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, embora considerem prioridade absoluta, se abstiveram de apresentar emenda para fortalecer a programação destinada à defesa sanitária animal e vegetal.

Assim, com elas reconhecemos o acerto da proposta do Relator-Geral deste projeto de lei em reconhecer o caráter estratégico dessas ações em seu parecer preliminar e aguardamos confiantes as alocações de recursos nessa programação.

Principalmente, faço um adendo, com aspas do Relator, em relação à Região Norte, que até agora nenhum circuito novo de liberação da febre aftosa foi implantado nesses últimos 10 anos de Governo.

Ressaltamos também que a programação do Ministério da Pesca e Aquicultura deverá ser suplementada em R$50 milhões, em decorrência de solicitação encaminhada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a**O SR. PRESIDENTE** da CMO.

Esses recursos são essenciais para permitir a execução do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, Programa 2013-14, anunciado em 25 de outubro de 2012, pela Presidente da República, em cerimônia no Palácio do Planalto.

Análise de admissibilidade

A Resolução nº 1/2006-CN prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da sua discussão do correspondente Relatório Setorial.

Como apresentamos nosso parecer antes da votação pela CMO, não podemos incorporar a análise definitiva do relatório do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas – CAE.

No caso da Emenda de Remanejamento nº 71070001, sugerimos que o Presidente da CMO declare sua inadmissão, por contrariar o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Quanto às emendas individuais consideramos que todas estão em conformidade com as leis e normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Análise de mérito das emendas.

As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

Pelo inegável mérito, mas em razão da limitação de recursos, as acolhemos parcialmente. Os recursos foram distribuídos de forma equilibrada com a dimensão da oferta e da demanda dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada Estado.

Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Utilizamos, no modelo de simulação, indicadores construídos com informações oficiais do IBGE, tais como, a área utilizada com lavouras, população total residente e produto interno bruto *per capita*. A motivação política das diversas bancadas em apresentar emendas a esta área temática foi por nós interpretada como critério adicional para promover ajustes no atendimento de suas respectivas demandas.

As emendas individuais foram consideradas meritórias e aprovadas em sua totalidade.

Fontes de recursos.

Esta relatoria contou com um total de R$1,703 bilhão recebido do Relator Geral para o atendimento das emendas apresentadas, sendo: R$1,111 bilhão para as emendas individuais, nos termos do item 25.1 da Parte B – Parte Especial e do Anexo III, item 2.1, do Parecer Preliminar sobre o PLOA 2013; e R$391,4 milhões para as emendas de bancadas e de comissões, nos termos do item 26.2 da Parte B e do Anexo III, item 3.2, do Parecer Preliminar.

Verificando que os recursos destinados ao atendimento das emendas coletivas se apresentavam insuficientes para atender às expectativas das Comissões e das bancadas, optamos por promover parte dos cancelamentos permitidos no inciso VIII da Parte B do parecer preliminar.

Nos termos da Resolução nº 1/2006-CN, constatamos que as emendas de apropriação apresentadas a esta Relatoria atendem às normas constitucionais e legais em vigor e são compatíveis com a LDO 2013, com o PPA 2012-2015, com a Lei 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), e demais normas orçamentárias em vigor.

Parecer às emendas individuais.

Considerando o que foi exposto e após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Subseção V, da Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, e na Parte B do Parecer Preliminar, somos pela aprovação de todas as emendas individuais apreciadas.

Parecer às emendas coletivas.

Decidimos, após exame em relação ao mérito e às normas para apresentação das emendas contidas no Capítulo XIV e na Seção VI, da Resolução nº 1/2006-CN, do Congresso Nacional, bem como na Parte B do Parecer Preliminar, aprovar parcialmente todas as emendas coletivas de apropriação apresentadas.

Quanto à emenda coletiva de remanejamento, sugerimos à Presidência desta CMO que declare a inadmissibilidade da Emenda nº 71070001, por contrariar o art. 48 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Dessa forma, Sr. Presidente, concluo o nosso relatório, lendo a síntese do voto do Relator.

Pelo exposto no presente parecer, somos pela aprovação da proposta orçamentária para o ano 2013 (PLN nº 24, de 2012-CN), no que concerne aos órgãos e entidades albergados pela Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário, Pesca, nos termos apresentados pelo Poder Executivo na forma da Mensagem Presidencial nº 91, de 2012-CN (nº 387, de 2012, na origem), com as alterações decorrentes das emendas que propomos aprovação ou aprovação parcial.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Deputado.

O relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni, por gentileza.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Deputado Hugo está chegando na Casa agora e está estranhando que eu tenha pedido para discutir a matéria, logicamente, com espírito crítico.

Mas, Deputado Hugo, preste atenção: eu já falei em outras oportunidades da ineficiência do Estado brasileiro. E V.Exa., no seu relatório, explicita muito bem isso, a ineficiência do Governo.

No caso da execução orçamentária 2011/2012, o Governo deixou de executar este ano no Ministério da Agricultura, aliás, executou nas principais ações ao programa do Ministério apenas 3,5% no que diz respeito ao desenvolvimento da agropecuária. Ele tinha 1 bilhão, 416 milhões, executou 49 milhões, e assim por diante. Executou 62% na defesa animal, 52% na defesa vegetal e apenas 25% em pesquisa e desenvolvimento.

Este País vai ser o País dos miseráveis. Pesquisa, ciência, tecnologia, aplicação: 25%. Senadora, não houve frustração de receita que justificasse esse procedimento, frustração de receita programada, projetada, de 26 bilhões de reais apenas. Nós temos 161 bilhões ainda para empenhar. A senhora calcule a ineficiência da máquina. Se tivesse migrado esse recurso, ou permitido aos Estados e Municípios, com as nossas emendas de bancada e as nossas emendas individuais, nós estaríamos ajudando a União a executar efetivamente o orçamento e chegando lá na ponta com ações que, eu tenho certeza, serão consideradas absolutamente legítimas pela grande maioria do Parlamento.

É nossa função, Deputado Hugo, nós existimos, eu repito, pelo orçamento.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – V.Exa. me concede um aparte, Deputado Giovanni?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu acho que não cabe aparte, mas eu gostaria de ouvi-lo, se V.Exa. pedir aí para discutir.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Só para poder complementar o que V.Exa. está dizendo. É óbvio que V.Exa. fala de uma situação que já vem se repetindo por muitos anos com relação ao orçamento, mas nós temos um fato grave. No momento em que nós deixamos de executar o orçamento, principalmente dos Ministérios que são de infraestrutura, e agricultura também é um deles, nós temos o resultado imediatamente negativo no nosso crescimento. Não é por acaso que o País, que tinha perspectiva de crescer 3%, deixou para crescer 2%, falaram que ia crescer 1,5 e, este ano, está declarado, definitivo, que vai crescer só 1%.

Não tenha nenhuma dúvida de que grande parte desse crescimento reduzido, aliás, apesar da dicotomia aqui, apesar dessa perspectiva do PIB ser reduzida, muito em parte é a ausência de execução desses recursos, que ajudam a economia no seu todo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Então, eu só fiz isso para complementar o pensamento de V.Exa., para não ficar no seu isolamento aqui.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E eu agradeço a V.Exa. o aparte, até porque enriqueceu realmente o raciocínio de que, na verdade, nós estamos atravancando o nosso desenvolvimento, diminuindo a geração de renda, e assim por diante. E neste caso aqui num setor extremamente importante, o setor que ainda está bancando o superávit da balança comercial.

Deputado Wandenkolk, V.Exa. relata aqui, na ciência e tecnologia só 23% este ano aplicado. Olha que vergonha. Mas, aí, a gente vai pela reforma agrária. Na reforma agrária a coisa ainda fica pior.

Do total da reforma agrária, e na pesca particularmente, só 25%. E olha que baita Ministro, Ministro com vontade de transformar o País. Nobre Senador mineiro, eu sou mineiro também, embora adotado pelo Pará, é com muito carinho por tantos amigos de lá, quero dizer a V.Exa. que nós importamos 1,5 bilhão de pescados. Nós temos um déficit de balança comercial de

1 bilhão e 200 milhões. Exportamos 300. E o Ministro com a vontade louca de expandir o setor.

Aliás, se nós levarmos para o pequeno produtor nós vamos elevar a sua qualidade de vida para tirarmos esse paradigma de que produtor rural tem de nascer pobre, viver pobre e morrer na miséria. A piscicultura é uma alternativa econômica, que viabiliza a agricultura familiar. Para a agricultura familiar não foram liberados recursos.

Este é o planejamento que temos, a ineficiência da máquina do Estado atrasa este País. E basta comparar com o Chile, com o Uruguai, até a Argentina vai crescer mais do que a gente, só o Paraguai não vai crescer mais que o Brasil. Olha que absurdo!

Exatamente por isso que o Deputado Hugo acaba de apontar que a não aplicação do orçamento, ou a má aplicação, leva a essa situação penosa, de penúria, de vergonha, num País tão rico, com potencial extraordinário, e o Estado não tem competência e capacitação para executar aquilo que se propõe fazer. Por quê? Porque vilipendia, vou encerrar, Sr. Presidente, o orçamento.

V.Exa. fez um belo trabalho. Parabéns, Deputado Wandenkolk. Mas, lamentavelmente, as emendas de bancada, que V.Exa. aqui acolheu com muita propriedade, não serão executadas porque não foram executadas neste ano, nem empenhadas, nem as individuais, apenas parte delas, como moeda de troca, o que envergonha o Parlamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – O Deputado Cláudio Puty, que tinha pedido a palavra e, depois, o ilustre coordenador da bancada do Rio de Janeiro, Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, quero saudar o nosso Relator Setorial, meu conterrâneo, Deputado Wandenkolk, muito ativo aqui no nosso Parlamento, e informar que mesmo tendo participado do acordo referente aos destaques e sabendo que eles serão neste momento rejeitados, conforme procedimento anteriormente estabelecido, apresentei alguns destaques para a recomposição de orçamentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, assim como o Deputado Josias também, para que conste, para que organizemos inclusive os valores que pleitearemos junto ao Relator-Geral depois.

Tivemos, da parte do Executivo, um valor ao redor de 4 bilhões 730, que foi adicionado de 470 milhões de emendas, quase 10% do orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E no relatório final foram subtraídos 135 milhões, particularmente em programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Portanto, estou apresentando uma série de destaques, que já foram protocolados junto à Mesa, Presidente, Sr. Relator, para que nós possamos fazer a recomposição, e que serão tratados após conversa com o Relator-Geral.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Ilustre coordenador da bancada do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Sr. Presidente, Sr. Relator Setorial, eu poderia até me juntar ao discurso do Deputado Giovanni Queiroz, que coloca, com muita propriedade, essa questão – a gente reforça que, para o crescimento do País, o setor do agronegócio é um dos que mantém ainda o equilíbrio da nossa balança comercial, como ele bem lembrou –, mas vou também falar aqui na qualidade de coordenador da bancada do Rio, que disponibilizou...

Deputado Wandenkolk, o seu trabalho foi digno de um grande esforço para tentar colocar uma melancia dentro de um copo. É difícil. Há muitos desejos. No caso da nossa bancada, a bancada do Estado do Rio de Janeiro, nós tínhamos promovido um direcionamento de recursos especificamente para a questão da aquicultura.

O Estado do Rio tem um litoral que lhe é bastante favorável e não estamos falando aqui de *royalties*, estamos falando de pesca, estamos falando de uma produção pesqueira bastante importante, não só do ponto de vista do seu mar de limite, mas também internamente. E nós fomos contemplados apenas com 15% do que se previa para um Ministério para essa área do fomento da produção pesqueira e aquícola no Estado do Rio de Janeiro. Nós entendemos que isso ficou muito aquém do que se pode transformar.

Somente para V.Exa. ter informação, em 2011 nós conseguimos executar uma emenda do Ministério da Pesca e interiorizamos muitas das ações que tiveram uma repercussão extremamente positivas na produção aquícola no Estado, principalmente nos Municípios do interior, na produção aquícola de rios.

Não é uma tradição do meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, essa produção, mas exatamente pelo fomento, pelo incentivo que foi dado pelo Ministério da Pesca e estimulado por essas manifestações, por esses resultados positivos, porque é raro em execução orçamentária haver execução orçamentária de emenda de bancada, que nós colocamos, trabalhamos.

Foi até uma maioria bastante expressiva da bancada, nem foi de grupos, mas de maioria da bancada, e foi contemplado com apenas 15 milhões, que nós achamos que não daria nem para iniciar, quer dizer,

nem para consolidar esse trabalho, que foi iniciado em 2011.

Então, nós estamos fazendo esta ponderação sabendo das limitações, sabendo que V.Exa. já está fazendo a leitura do seu relatório, nós estamos partindo para outro momento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Hugo, só um aparte.

Estou vendo V.Exa. aí constrangido porque foi pouco, realmente, atendida a sua emenda. Eu queria dizer que constrangidos estamos todos nós, todos os Estados. V.Exa. conseguiu, no ano passado, 552 milhões de emendas para o Rio de Janeiro, 552 milhões. Só liberaram para V.Exa. 50 milhões. É a média de todos. Aliás, V.Exa. conseguiu um pouco mais, V.Exa. chegou perto dos 10%. Os outros Estados, o meu Estado, só 5% e vários outros Estados 5% Então, V.Exa. ainda teve 10%, 50 milhões, que foi para a construção...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Do TRE.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Do Tribunal Regional Eleitoral.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – É impressionante, tantas ações para serem...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, não se constranja; mesmo que fosse muito, se ele pudesse atender, ele não o faria; com certeza, não seria liberado, porque isso aqui é palhaçada, isso aqui é engodo. É mentira. Nós estamos aqui votando uma mentira, uma peça de ficção.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Deputado Giovanni, eu agradeço a intervenção, e a gente tem consciência disso. Mas, de qualquer forma, nós entramos aqui sempre, isso é uma questão regimental.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A esperança é que no ano que vem vai ser diferente.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL – Exatamente. Nós temos que fazer todo o procedimento. Em muitas coisas também a gente, às vezes, não acredita, mas a gente tem que cumprir todos os procedimentos. E estamos cumprindo aqui um procedimento, mesmo que, às vezes, possa ser uma peça de ficção, ser um ornamento público e não o orçamento público. Então, todos nós, infelizmente, esses conceitos já os temos.

E outra ponderação, Sr. Presidente: o Rio de Janeiro, apesar de ser a vigésima sexta unidade da Federação em termos de área agricultável e ser o segundo estômago do Brasil, o maior consumo de alimentos e produtos do agronegócio, é o vigésimo sexto em produção, mas, mesmo assim, – e ele luta lá para ocupar o seu espaço dentro da agricultura –, nós temos três unidades de altíssimo nível da EMBRAPA: EMBRAPA Agrobiologia, EMBRAPA Alimentos e EMBRAPA Solo. Três no Estado do Rio de Janeiro.

Foi outro esforço da bancada poder colocar recursos para a EMBRAPA, que tem o seu centro de pesquisa no Estado do Rio de Janeiro. E nem é o Estado do Rio de Janeiro que se aproveita diretamente disso exatamente porque está na vigésima sexta posição entre os Estados na produção agrícola. E, mesmo assim, o atendimento, para esse mesmo, que a gente tem a dificuldade, foi um pedido dentro de um tamanho razoável para investimento de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária e foi contemplado com apenas 5 milhões.

Sr. Presidente, só para poder encerrar, para não deixar passar aqui em branco e nem deixar o nosso Deputado Giovanni se manifestar sozinho, eu fiz questão de ressaltar exatamente esses dois aspectos, entendendo a relação, entendendo a posição do Deputado Wandenkolk. Mas, de qualquer forma, para o Estado do Rio de Janeiro o que foi contemplado ficou muito, mais muito aquém do que efetivamente poderia ser aproveitado em termos de economia e da questão aquícola.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Agradeço a vossa manifestação.

Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito, considero que a discussão está encerrada.

Encerrado também o prazo de destaques. Foram apresentados em número de 20 destaques, o que mostra o interesse do Plenário pelo tema.

Vamos passar agora para...

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Sr. Presidente, só para uma questão.

O Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, através do Senador Moka, acho que é do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, apresentou um destaque, mas, infelizmente, não pôde acessar a senha. Eu vou repassar. PAULO Eu não posso fazer nada; já falei para a assessoria, já falei para o próprio Senador Moka. Eu só gostaria de registrar. Ele me pediu que fizesse o registro do destaque dele que ficou prejudicado. É o mesmo para a EMBRAPA. Se eu o tivesse recepcionado, com certeza, ajudaria, até por tudo o que a EMBRAPA representa para nós, mas está prejudicada a admissibilidade do destaque por uma questão técnica de absorver o destaque. Eu repasso a V.Exa. para dar um tratamento que possa contemplar a possibilidade. Eu queria só registrar, porque o Moka mandou que eu pedisse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado.

Senhores, só peço que fiquem atentos os Sub-Relatores, porque teremos que votar ainda sete relatórios setoriais na noite de hoje.

Agora convido o nosso Senador Clésio Andrade, do PMDB de Minas Gerais, que é Relator Setorial da Área Temática I. Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo porque tem estado presente nas reuniões. Seu relatório acabou ficando para ser o último apresentado. Sei da sua dedicação e do seu trabalho.

O Relator Setorial está com a palavra para a apresentação do relatório e das Erratas 1 e 2. O prazo de destaques está iniciado e será finalizado ao término da discussão, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO. A palavra está à disposição.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente Paulo Pimenta, obrigado pelas palavras elogiosas, mas é um prazer estar aqui, ao lado de V.Exa. e de todos os nossos nobres colegas.

Cumprimento também todos os Parlamentares aqui, Senadores e Deputados, Senadoras e Deputadas; cumprimento os nossos colaboradores aqui, o Carlos Macho e o Luís Otávio.

Na realidade, eu vou procurar fazer um relatório bem sucinto, até porque, pelo próprio adiantado das horas, nós sabemos da importância das votações. Se houver algum questionamento, nós esclarecemos o que for possível.

Relatório Setorial da Área Temática I – Infraestrutura – PLOA 2013.

Coube-nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I – Infraestrutura.

Proposta do Poder Executivo para a Área Temática I.

A Área Temática I compreende a programação orçamentária dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações. Os recursos programados chegam a R$36,6 bilhões de reais no orçamento fiscal e R$100,8 bilhões de reais no orçamento de investimento.

A concentração de investimentos físicos em infraestrutura econômica é a principal característica da área temática, sendo que os investimentos da área correspondem a 24% do investimento total no orçamento fiscal e da Seguridade Social e a 91% do orçamento de investimento das estatais.

Emendas apresentadas.

A Área Temática I recebeu 91 emendas, sendo 24 individuais e 67 coletivas.

Análise de admissibilidade das emendas apresentadas.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas, CAE, propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA 2013.

Até a data fixada para apresentação deste relatório (7/12/2012), a CMO ainda não tinha votado o relatório final do CAE. Assim, esta relatoria viu-se na contingência de admitir todas as emendas coletivas, embora a última posição do CAE, consubstanciada em módulo específico do Sistema de Apoio à Elaboração das Normas Orçamentárias, SELOR, do Congresso Nacional, apontasse para a inadmissibilidade de três emendas coletivas: 71280015, 50240005 e 50240006.

Posteriormente, em 11 de dezembro, o relatório final do CAE foi aprovado no Plenário da CMO.

Em virtude dessa aprovação, as emendas de nºs 71280015, 50240005 e 50240006 foram inadmitidas. Assim, este Relator resolveu remanejar os valores inicialmente alocados a essas emendas, agora definitivamente inadmitidas na forma descrita na Errata nº 2, que já foi distribuída a V.Exas.

No que se refere às emendas individuais, para as quais o CAE propôs atuação conjunta com os relatórios setoriais, concluo o parecer pela inadmissibilidade de onze emendas individuais, a saber: Emendas nºs 26890008, 20450004, 20450005, 14030002, 14030003, 14030004, 14030005, 34300016, 13280009, 24330001 e 29160003, todas por não atenderem ao disposto na Resolução nº 1/2006-CN, art. 50, inc. III, que reproduzo abaixo:

> "Art. 50. As emendas individuais:
> .....
> III – deverão, no caso de projetos, resultar, em seu conjunto, em dotação suficiente para conclusão da obra ou da etapa do cronograma de execução a que se refere."

Com a aprovação do relatório do CAE, ficam essas emendas definitivamente inadmitidas em virtude do disposto no voto do CAE que reproduzo abaixo:

> "II – Voto
> *19. Propomos que, dentre as emendas de bancada estadual e da Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresentadas ao PLOA 2013, sejam consideradas inadmissíveis apenas aquelas que constam do Anexo ao presente relatório*.
> 20. Também serão consideradas como não admitidas as emendas individuais que assim constarem dos relatórios setoriais a serem apresentados à apreciação da CMO."

Recursos utilizados para aprovação das emendas.

Os recursos utilizados por esta relatoria para aprovação das emendas tiveram como origem:

a) recursos transferidos pelo Relator-Geral, no valor aproximado de R$ 358 milhões, com base no item 26.2 do Parecer Preliminar, para atendimento das emendas de bancada e de Comissão;

b) recursos transferidos pelo Relator-Geral, com base no item 25.1 do Parecer Preliminar, no valor estritamente necessário ao atendimento das emendas individuais;

c) recursos decorrentes de cancelamento de dotações consignadas as despesas com Investimentos (GND4), RP3 e RP2, constantes do PLOA 2013, no valor total aproximado de R$1.069 milhões, com base no item 30.1 do Parecer Preliminar.

Decisões sobre as emendas.

Emendas coletivas.

Para atendimento das emendas coletivas de apropriação, em virtude dos parcos recursos recebidos do Relator-Geral, este Relator se viu na contingência de realizar cortes selecionados nas programações da proposta orçamentária destinadas a investimentos com RP3, no limite de 10% por subtítulo, e com RP2, no limite de 50% por subtítulo, conforme autoriza o item 30.1 do Parecer Preliminar.

No que se refere às emendas coletivas de remanejamento, levamos em consideração os parâmetros e limitações impostos pela Resolução nº 1/2006-CN e pelo Parecer Preliminar, e o fato de que os cortes propostos diminuem a disponibilidade de recursos para atendimento das emendas de apropriação.

No que se refere aos autores, esta relatoria deu um tratamento uniforme ao atendimento das emendas de bancada e de Comissão. Desse modo, ao final, o valor

médio aprovado para as emendas de bancada foi de 28% do valor solicitado (31% para as emendas de apropriação e 19% para as de remanejamento); e o das emendas de Comissão, 23% (24% para as emendas de apropriação e 23% para as de remanejamento).

Quanto ao tipo das emendas, as de apropriação tiveram uma aprovação de 29% e as de Comissão 21%.

Caso sejam consideradas todas as emendas (de bancada e de comissão, de apropriação e de remanejamento) o valor aprovado alcança 26% do valor solicitado.

Quanto à distribuição entre as diversas bancadas e Comissões, este Relator considerou os argumentos apresentados por vários coordenadores de bancada e membros de Comissões permanentes em apoio às emendas de seu interesse e reavaliou, caso a caso, os atendimentos, tanto das bancadas como das Comissões. Daí a variação apresentada entre os percentuais de atendimento por bancada e por

Comissão. No caso das emendas de apropriação de bancada, este percentual varia

de 27 a 45%, para 14 das 16 bancadas que apresentaram esse tipo de emendas; no

caso das emendas de remanejamento, este percentual varia entre 14% e 20%, para 11 das 12 bancadas que apresentaram este tipo de emenda. Assim, esse Relator considera que obteve uma distribuição bem equilibrada dos recursos disponíveis.

Emendas individuais

Os recursos necessários à aprovação das emendas individuais admitidas foram inteiramente transferidos pelo Relator-Geral, em montante necessário a sua aprovação integral. Algumas emendas sofreram modificações em seus descritores ou em outros elementos com o objetivo de viabilizar a sua aprovação.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Constam da proposta orçamentária os seguintes subtítulos que correspondem a obras que constam da última relação oficial de obras com indícios de irregularidades graves informadas pelo Tribunal de Contas da União, que se encontram listadas na tabela 14 do relatório publicado.

De acordo com o item 35.2 do Parecer Preliminar, este Relator deve justificar a inclusão, acréscimo ou manutenção na proposta de dotação em subtítulos com indícios de irregularidades. Uma vez que não foi apresentada nenhuma emenda com

o objetivo de incluir no projeto subtítulos com indícios de irregularidades, tampouco

com o objetivo de aumentar dotações dos subtítulos com indícios de irregularidades,

resta a esta relatoria justificar a manutenção dessas dotações na proposta orçamentária.

Por outro lado, o mesmo item 35.2 indica que devo levar em consideração nesta análise as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Em face da ausência de um posicionamento tempestivo desse comitê, esta relatoria entende que deve, neste relatório, apresentar os subtítulos constantes da proposta com os indícios de irregularidades graves, o que está contemplado na Tabela 14 e, conforme o item 35.3 do Parecer Preliminar, indicar para votação em separado esses subtítulos.

SOLICITAÇÕES AO RELATOR-GERAL

A pedido dos coordenadores das respectivas bancadas estaduais e representantes de Comissão permanente, tomamos a liberdade de encaminhar ao Relator-Geral alguns pleitos:

a) recomendação no sentido de reforçar o atendimento à emenda nº 71140001 de remanejamento.

Trata-se de obra de fundamental importância para a cidade de Juiz de Fora. O valor solicitado foi de 100 milhões. Entretanto, tendo em vista erros cometidos na formulação da emenda, os cancelamentos indicados foram superiores aos permitidos pelas normas, daí o pequeno valor aprovado. Acrescente-se que o valor aprovado para esta emenda situou-se bem abaixo da média de aprovação para as demais emendas de remanejamento, ou seja, 15%;

b) recomendação no sentido de reforçar o atendimento às emendas nºs 71140006, 71140007 e 50240002, todas de remanejamento. Os valores aprovados por este Relator foram bem inferiores aos solicitados pela bancada e pela Comissão, tendo em vista o limite imposto pelo Parecer Preliminar aos sequenciais oferecidos para cancelamento;

c) recomendação no sentido de reforçar o atendimento à emenda nº 50240008, de apropriação, aprovada por este Relator com valor bem inferior ao necessário, tendo em vista a escassez de recursos disponíveis;

d) recomendação no sentido de reforçar o atendimento à emenda nº 71240015, de apropriação, aprovada por este Relator com valor bem inferior ao necessário, tendo em vista a escassez de recursos disponíveis. O objetivo da emenda é reforçar a dotação correspondente à manutenção de trechos rodoviários em Roraima, em especial o trecho Manaus-Boa Vista – fronteira com a Venezuela –que se encontra em andamento;

e) recomendação no sentido de alterar o indicador de resultado primário das

emendas nºs 71140001, 71140006, 71140007, 50240002 e 50240008, de RP2 para

RP3, conforme lhe é facultado, de acordo com o item 39 do Parecer Preliminar.

Antes de concluir, Sr. Presidente, eu me permitiria fazer uma colocação: não sei se o nosso Deputado Giovanni ainda se encontra, mas, de qualquer forma, até para contribuir, Sr. Presidente, com as colocações que ele fez, nós torcemos para que esse relatório de infraestrutura, adequado pelo Relator-Geral e aprovado por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário, venha a ter, pelo menos, uma proximidade de realização de 100%.

Nós, lamentavelmente, temos de considerar que os dois últimos anos... No ano passado, nos devolvemos, o Ministério dos Transportes devolveu quase 6 bilhões de reais porque não conseguiu gastar. Este ano vai devolver quase 6 bilhões de reais. Prevendo praticamente em torno de 17 bilhões de reais, na mesma toada, nós vamos devolver 7 bilhões de reais.

Então, além das questões das emendas de bancada, emendas individuais que não estão sendo cumpridas, acontecem também esses fatores, Senadora Ana Rita, que é lamentável. Nós temos de trabalhar junto ao Governo no sentido de que seja realmente realizada grande parcela desses investimentos, principalmente na questão do DNIT, que diz respeito às questões rodoviárias do País.

Para vocês terem ideia, hoje, nas nossas rodovias federais, morrem 9 mil pessoas por ano. Quando acontece a queda de um *boeing*, como aconteceram três nos últimos 10 anos, há uma comoção social geral com a morte de 200, 250 pessoas. Vocês sabem quantos *boeings* caem no País, nas rodovias por ano? A cada cinco dias, um *boeing* cai nas rodovias brasileiras e morrem todas as pessoas. É o equivalente.

Então, por aí, vocês veem que é uma situação grave que não justifica realmente não ser cumprido o orçamento na sua íntegra. Então, torcemos todos, dentro da visão também do nosso Deputado Giovanni, que a gente possa não só conseguir que o Governo possa executar fortemente esse orçamento, como possa também atender as emendas de bancada, porque nós sabemos que, se há uma dificuldade do ponto de vista de meio ambiente, gerencial, seja o que for, o Governo, na hora que ele libera a emenda orçamentária individual, principalmente aquelas dos outros setores, que as prefeituras e o Estado podem executar, eu não tenho dúvida de que está ajudando a economia a crescer.

Nós entendemos, e a nossa visão permite, Sr. Presidente, colocar, na visão nossa, na visão econômica que a gente tem, da própria entidade que eu presido, é que o País realmente só vai prosseguir no crescimento se tiver fortes investimentos em infraestrutura, porque o processo de exoneração está esgotado, não há como mais fazer o País crescer dessa forma, até porque o PIB está mostrando claramente isso, está gerando emprego e está aumentando o consumo. A massa de consumo, em função dessas distribuições, está se esgotando, desoneração tributária, Bolsa Família e outros programas sociais. Agora é hora, realmente, de investir forte, pesado em infraestrutura, para que o País possa ter realmente um crescimento adequado. É pelo que torcemos e fazemos empenho junto ao Governo.

Sr. Presidente, diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, relativa aos orçamentos das unidades orçamentárias especificadas neste relatório, nos termos da proposta do Poder Executivo, com as alterações aprovadas por esta Relatoria.

É o meu relatório. Nós estamos com a errata nº 2, que já foi distribuída para os senhores. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis Carvalho) – Muito bem, Sr. Relator. Então, o relatório e a errata estão em discussão.

Deputado Luciano Castro com a palavra para discutir o relatório e a errata.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Eu quero saudar o Senador Clésio Andrade pela clareza do seu relatório. Eu acho que poucos aqui, Parlamentares, conhecem tão bem a infraestrutura do País como V.Exa. Ao dirigir a CNT, sempre tinha um retrato claro da infraestrutura brasileira, em especial das rodovias, e acompanhou isso no dia a dia.

Naturalmente que o Orçamento nos permite corrigir muitos desses problemas. Eu sei o quanto angustia V.Exa. não poder dar uma amplitude de atendimento sabendo dos problemas que existem no País e como poderiam ser resolvidos com recursos mais disponíveis. De qualquer forma, eu quero elogiar o relatório de V.Exa.; dizer que, dentro daquilo que lhe foi possível, das limitações que lhe foram dadas, V.Exa. procurou atender a todos com equilíbrio, demonstrando claramente sensibilidade nas questões da infraestrutura do País, em especial na questão das rodovias.

Relativamente a nossa malha rodoviária, devo dizer que faço todo ano a leitura do relatório da nossa CNT – e saiu um, recente – sobre a avaliação de rodovias, e lá procuro o nome do meu Estado para ver se melhorou ou se não melhorou, se os investimentos chegaram ou se as coisas aconteceram. De qualquer forma, eu quero apenas saudar e agradecer a V.Exa. pela dedicação com que se prestou para fazer o melhor relatório da infraestrutura que nós já tivemos nos últimos tempos.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Assis Carvalho) – O relatório e a errata continuam em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, a discussão e o prazo para a apresentação dos destaques estão encerrados.

Foram apresentados 18 destaques.

Devolvo, portanto, a Presidência. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Foram apresentados 18 destaques.

Senhores e Senhoras, nós concluímos as leituras de todos os relatórios. Estamos agora na votação do último destaque em plenário. Trata-se de votação nominal. Alguns partidos estão obstruindo, por isso o *quorum* está avançando de maneira...

Quantos já temos? *(Pausa.)*

Os Relatores e todos que consultei são da opinião que nós temos que liquidar o assunto hoje. Então, vamos suspender a reunião por 10 minutos. São 22h30min.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não, para votar?

(Não identificado) – Para completar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não! Nós temos quorum.

(Não identificado) – Ah, sim!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Nós temos quórum. Com esse quorum que está aqui, nós temos condições de...

(Não identificado) – Pois é, mesmo porque há votação. Vamos suspendê-la só para votar e voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Tão logo conclua a Ordem do Dia, nós entramos votamos. Se nós trabalharmos aqui, podemos em pouco mais de 1 hora liquidar toda a sessão, e amanhã está todo mundo liberado.

Senador Giovanni Queiroz, nós vamos suspender a sessão por 10 minutos, aguardar a conclusão da Ordem do Dia, para que possamos recomeçar o trabalho.

Está suspensa a sessão, por 10 minutos. Retomaremos imediatamente, ao final da Ordem do Dia, para votar os sete relatórios. Quero o esforço de todos. Qualquer problema de *quorum* significará sessão amanhã. Todo mundo que eu consultei acha que é mais adequado que a gente termine hoje. Então, serão 10 minutos, até que as pessoas tomem água, liguem para casa para avisar que vão se atrasar, desmarquem a janta que estava marcada, e nós retomaremos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Presidente, enquanto o som está funcionando, quero me dirigir ao nobre Senador para dizer que a gente olha aqui o Orçamento, vemos o esforço de se fazer uma peça como essa, e o interessante é que V.Exa. atendeu o Estado do Pará em alguns milhões de reais, 3 milhões para a reconstrução de uma rodovia, ou para implantação de rodovia. Três milhões de reais! Três quilômetros! Na Amazônia sai mais caro. E são bilhões todo ano sobrando, porque o Governo não investe, não aplica.

Então, Deputado Paulo, V.Exa. tem que sair desta Presidência para ajudar a assessorar o Governo, ocupando um Ministério, com a sua consciência, porque não dá mais para continuar o País sem uma estrutura de logística no transporte que permita o Brasil produzir mais, e assim por diante.

Eu fico pesaroso de ver o esforço, mas cuja consequência a gente já sabe. O pior é que a gente ainda leva, e muitos Deputados se utilizam disso – eu também sou um dos que se utiliza até e digo: *"Olha, coloquei orçamento.."...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Deputado Giovanni Queiroz...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim. Nós não estamos em sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Estamos aqui informalmente conversando.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Sinto a liberdade de lhe fazer uma provocação, até porque...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, estamos batendo papo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quando eu assumi como Deputado, em 2003, tenho a impressão de que a emenda parlamentar era de 1 milhão ou 1 milhão e meio. Fomos aumentando para 10 milhões, 12 milhões, 15 milhões. Este é o primeiro ano, depois de vários anos, que não se aumenta, sem nunca executar. Começamos com um e pouco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu digo a V.Exa. que acho que a origem de toda essa situação em que a gente vive é nossa. Se nós definíssemos um valor de emenda que fosse exequível, no meu ponto de vista, nós teríamos muito mais força para ter uma conduta e uma postura de exigência de cumprimento integral desses valores. Acho que a gente acaba criando uma situação prejudicial para nós mesmos, porque aprovamos um valor sabendo que ele não vai ser empenhado. Então, eu quero dizer que concordo muito com as coisas do seu raciocínio, mas acho que o Congresso deve, na origem, mudar a sua conduta com relação a essa matéria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, é verdade. Deixe eu lhe contar. O que acontece, Deputado Paulo Pimenta, é que não há frustração de receita e nem impedimento orçamentário que justifique o não empenhar. O que está acontecendo, na verdade, é ineficiência do Estado. No ano passado, o Estado deixou de aplicar, independente das emendas, 110 bilhões de reais, 110 bilhões de reais! Este ano, temos agora, até o dia 5 de dezembro, empenhados – pagos, não! Empenhados – 161 bilhões de reais. Está certo que há uma frustração de receita prevista, projetada, de 23 bilhões. Restariam ainda em torno de 140 bilhões para serem empenhados. Por que não empenhar 4 bilhões e atender a todos os Parlamentares nas suas emendas individuais? Com mais 5 bilhões, empenham-se todas as emendas de bancada e de Comissões – todas!

Nós, ao diminuirmos de 15 bilhões para 10 bilhões ou para 8 bilhões, para torná-lo um orçamento impositivo – seria o ideal a perseguirmos o ano que vem, para não ficarmos tão desmoralizados nas nossas bases, não precisaríamos reduzir de 15 bilhões. Bastaria que o Governo... Com isso nós estamos ajudando o Governo a distribuir melhor os recursos, porque é obrigação da União atender às demandas do cidadão lá na ponta ou às demandas de todas as Regiões. Então, eu acho que nós tínhamos que resistir um pouco mais, exigir do Governo o pagamento do empenhado e que se empenhem os 15 milhões, no mínimo, de cada Parlamentar.

É por isso que eu estou aqui ainda insistindo e reprisando os meus argumentos, para tentar convencer e buscar mais apoiamento, que poderia ser dado assim: o Senador Flexa Ribeiro vai descansar; o Senador Clésio, lá das minhas Minas Gerais, também vai descansar. Aí, não tendo Senadores, a gente cancela e deixa para amanhã. Se V.Exa. cancelasse – suspendesse, não –, encerrasse a sessão.

Senador Flexa, sei que V.Exa. está me ouvindo e que gostaria de estar falando o que eu estou falando – o Senador Clésio está rindo lá, mas com vontade de dizer a mesma coisa. Estou usando o microfone, mas sei que não estamos em sessão. Isso aqui não é para coagir ninguém, mas tentar convencer. Veja V.Exa. que eu sou mais diplomático do que a Ideli. A Ideli mandou agora um recado para mim, para o nosso Coordenador de Orçamento, com o seguinte teor: *"Foram liberadas as emendas bancada do PDT para serem empenhadas, menos as do Deputado Giovanni Queiroz"*. Oh, olha só que beleza! Fiquei morrendo de medo! Vou contar isso tudo para o meu eleitorado.

Mas há um detalhe: o art. 118 permite-me entrar contra ela judicialmente, porque está usando indevidamente o Orçamento como instrumento de pressão – e de chantagem, o que é pior!

E aqui não estou exercendo nenhuma função de obstrução, estou apenas exercendo a minha função parlamentar de questionar a execução orçamentária e alertando os companheiros, para que possamos caminhar juntos.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente, só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Só um instante, deixem que eu me ache. O Senador Clésio já havia pedido a palavra. Na realidade, nós estamos aqui numa reunião informal.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Deputado Giovanni, na realidade, eu queria reforçar – V.Exa. tinha dado uma saída – exatamente este importante papel que V.Exa. está desempenhando. E, muito mais do que isso, é um aprendizado para todos nós, porque eu falava exatamente, quando citei o nome de V.Exa., do quanto isso é lamentável. Estou apresentando aqui

um relatório, mas sei que, no ano passado, 6 bilhões do Ministério dos Transportes foram devolvidos porque o Governo não conseguiu gastar, e este ano também deverão ser devolvidos 6 bilhões. A tristeza é que possa acontecer isso também com a situação rodoviária em que o País está. Eu falava inclusive da quantidade de mortes que hoje ocorre nas rodovias federais, 9 mil por ano, o que equivale à queda de um Boeing nas rodovias brasileiras a cada 5 dias, com a morte de todos os ocupantes. Quando cai um Boeing, vemos a comoção social, mas nas rodovias isso está acontecendo a cada cinco dias!

Eu acredito que a posição assumida por V.Exa., que a postura de V.Exa. tem que ser exaltada e registrada. E, quem sabe, seja um aprendizado para nós para o próximo Orçamento. Eu acho que nós vamos ter que caminhar para uma direção.

Eu falava também da questão econômica. O processo de exoneração tributária, o Bolsa Família, isso está esgotando-se. O Governo vai ter que investir forte em infraestrutura. E as emendas individuais e de bancada seriam uma forma de investir fortemente, principalmente aquelas emendas que são para as Prefeituras e para os Governos dos Estados, porque, ao chegarem, vão ser utilizadas rapidamente, não vão depender dessa dificuldade operacional que está havendo no Ministério dos Transportes.

Temos que registrar isso, Sr. Presidente. Nós da base aliada temos obrigação de fazer determinadas críticas construtivas, a fim de que o Governo possa andar melhor.

Parabéns, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu quero repetir, em tom de provocação: boa parte do que nós reclamamos, que perdemos de prerrogativas, foi aprovada por nós mesmos, na LDO, etc. Quando da tramitação das medidas provisórias, nós tivemos várias polêmicas este ano, porque é vedada a possibilidade de emendas que alterem a destinação dos recursos ou a alocação – decisão do Congresso na Resolução nº 1. O Congresso abdicou da sua prerrogativa. Quando votamos a LDO...

Eu acho que nós temos que parar num período anterior ao período da votação do Orçamento, fazer uma discussão mais de fundo e chegar a um patamar mínimo de entendimento sobre o papel do Congresso nesse processo. Por isso, acho que essas provocações todas são boas.

Tem a palavra V.Exa., Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Presidente Paulo Pimenta, eu quero parabenizar o Deputado Giovanni pela sua determinação e por tudo que vem dizendo ao longo desses dias. Tenho certeza de que é um sentimento que aflige cada um de nós, Parlamentares, porque trabalhamos intensamente para elaborar e aprovar o Orçamento, que é a peça que deveria reger os trabalhos do Executivo, e lamentavelmente ela se torna uma peça de ficção. E nós mesmos ajudamos, como V.Exa. disse, a torná-la uma peça de ficção, porque o Executivo remaneja recursos, cria verbas suplementares, e nós estamos aqui aprovando.

Lamentavelmente, o que o Deputado Giovanni Queiroz diz é uma verdade: o Governo se mostra incapaz de executar as obras que estão previstas, com os recursos aprovados. E o que se vê são os Estados e os Municípios sofrerem as consequências. Na base, é a população que sofre.

Deputado Giovanni Queiroz, tenho a dizer a V.Exa. que sou de oposição, faço oposição ao Governo instalado hoje no Brasil, mas quero convidar V.Exa. para que mudemos este quadro já nas próximas eleições, as de 2014. Que possamos colocar o nosso Senador Aécio Neves como candidato do PSDB à Presidência, e V.Exa. terá, com certeza absoluta, o respeito do Executivo para com o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhoras e senhores, vamos parar um pouco. (Risos.) Caso contrário, podemos convencê-lo a ser nosso Ministro.

(Não identificado) – Sr. Presidente, começou a Ordem do Dia. Parece que caiu o *quorum* no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Se caiu o quorum, estou aguardando aqui.

(Não identificado) – A Ordem do Dia estaria sendo encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Vamos parar um minutinho, só para nós darmos uma ajustada.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Está reaberta a reunião.

Senhoras e senhores, eu acredito que nós teremos condições de fazer um processo bem rápido, a depender da boa vontade dos colegas. Na realidade, já foram concluídas as discussões. Nós vamos votar direto cada um dos relatórios. Já foram rejeitados os destaques.

Com a palavra o Deputado Luciano Castro, por gentileza. *(Pausa.)*

A Deputada Cida Borghetti será a primeira.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Esta é uma homenagem que estamos fazendo à Deputada Cida Borghetti e a todas as demais mulheres

integrantes desta Comissão, a exemplo da Senadora Ana Rita, que está sempre conosco nesta Comissão.

A Deputada Cida Borghetti vai ser a primeira a apresentar o seu relatório, tão logo o documento chegue às suas mãos.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Eu já li meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Já leu? Já rejeitou os destaques?

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Todos foram lidos, Sr. Presidente. Resta apenas a votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu sei, senhores, mas há o destaque. S.Exa. tem que dar o parecer do destaque.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o meu colega Deputado Luciano, que gentilmente cedeu a sua vez num horário bastante avançado. Estamos aqui cumprindo a nossa missão de trabalhar a favor do povo brasileiro, enquanto nós aguardamos o nosso relatório – a Assessoria já o está trazendo – sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Sr. Presidente, enquanto aguardamos, quero apenas relembrar o acordo de procedimentos em relação aos destaques. Eles serão rejeitados in totum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Digamos assim: é uma recomendação. Depois, vamos rediscutir o assunto no âmbito do Relator Geral.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Se fosse esse o caso, seria um processo, digamos, liminar mais simples de repetição dos mesmos pareceres para todos os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Mas a ideia é essa.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Está bem, entendi. Então, podemos ter um texto padrão.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – O acordo é encaminhado ao Relator-Geral?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Perfeitamente. Rejeita, e quem quiser reapresentar que o reapresente para o Relator-Geral.

Vamos votar o relatório e, depois, os destaques.

O Relatório Setorial e o Adendo da Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo – estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade, na representação do Senado Federal.

Agora a Relatora vai apresentar o seu parecer para os destaques que foram colocados ao seu relatório. São cinco destaques.

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Resumo geral dos destaques. A Relatoria tomou a seguinte determinação: os cinco destaques que foram enviados, nós rejeitamos todos, e os autores estão à disposição para reapresentá-los ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1 estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para aprovação em bloco.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques, por tipo de voto da Relatora-Setorial.

Proposta para votação em bloco.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o parecer da Relatora pela rejeição em bloco dos destaques.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto da Relatora permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Representação do Senado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que acompanham o voto da Relatora permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer que rejeita todos os destaques.

Declaro prejudicados os destaques, por confrontarem...

O Relatório Setorial e o Adendo da Área Temática VI foram votados.

Está concluída a votação do relatório da nossa Deputada Cida Borghetti. (Palmas.)

A SRA. DEPUTADA CIDA BORGHETTI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Passamos agora para o próximo: Deputado Luciano Castro.

Relatório Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação. Relator-Setorial, Deputado Luciano Castro.

O Relatório Setorial da Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação – está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Foram apresentados dez destaques.

Agora iremos conhecer o parecer do Deputado em relação aos destaques.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após análise dos destaques apresentados, temos as seguintes considerações: foram apresentados dez destaques ao relatório, sendo três para recomposição de dotações, seis a emendas de apropriação, e um para remanejamento de valores entre emendas de um mesmo autor.

Todas as emendas destacadas se referem a alocações fundadas exclusivamente em cancelamentos nos sequenciais 020000, ou seja, na reserva de recursos, que foi totalmente utilizada pela Relatoria nos atendimentos aprovados pelo Plenário.

Tendo sido nosso relatório aprovado, ressalvados os destaques, qualquer novo cancelamento, para ser válido, teria de estar indicado nas emendas destacadas, o que não ocorreu.

Os Destaques nºs 1 a 3 solicitam a recomposição de dotações de projeto de lei parcialmente cancelados. Já indicamos esses destaques ao Relator-Geral, a recomposição dessas dotações.

Atenderei apenas ao Destaque nº 5, que solicita o remanejamento de 9 milhões da Emenda nº 50310002 para a Emenda nº 50310001, ambas da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, e que atende a uma solicitação do Tribunal de Contas da União.

Com esse fundamento, o nosso voto é pela rejeição dos Destaques nºs 1 a 4 e nºs 6 a 10, e pela aprovação do Destaque nº 5.

Esse é o meu relatório, e é como eu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1 estabelece que não serão aceitas solicitações para votação em separado de destaques.

Solicito autorização do Plenário para votação em bloco dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial.

Representação da Câmara, em votação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Representação do Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos dois blocos.

O Deputado está dando parecer favorável ao Destaque nº 5 à Emenda nº 50310001.

Em votação o parecer do Relator com relação à aprovação do Destaque nº 5.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agora votaremos os Destaques nºs 1 a 4, e 6 a 10; o voto do Relator-Setorial é pela rejeição.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Não havia necessidade, mas, para reforçar, foi para o Senado também.

Concluído o Deputado Luciano Castro.

O próximo é o Deputado Waldenor Pereira.

Relatório Setorial da Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte.

Está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

O art. 139, § 2º, da Resolução nº 1... (Pausa.)

Foram apresentados oito destaques.

A palavra está com o Relator, para dar o seu parecer.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, como destacou S.Exa., foram apresentados oito destaques no âmbito deste Setorial IV, que envolve as temáticas Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura e Esporte. Todos os destaques

solicitam a aprovação de emendas com o voto de Relator pela aprovação parcial.

Em que pese ao caráter meritório das proposições, este Relator não dispõe de recursos que permitam o atendimento dos destaques.

Com esse fundamento, voto pela rejeição dos Destaques nº 1 a 8.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para votação em bloco dos destaques.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para votação em bloco.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Na representação do Senado Federal, os que concordam com a votação em bloco permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Iniciaremos a votação do destaque, a votação em bloco.

O Relator Setorial é pela rejeição de todos os destaques.

Parecer do Relator pela rejeição em bloco, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator Setorial pela rejeição dos destaques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Foram rejeitados todos os destaques.

Passaremos agora para o próximo item.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA – Ainda em tempo, eu gostaria de pedir a V.Exa. permissão para fazer um agradecimento especial aos Consultores da Câmara e do Senado, na pessoa do Coordenador do Núcleo, Sr. Marcos Mendlovitz. Peço a S.Sa. que transmita também aos Srs. Cláudio, Maurício e Murilo os nossos agradecimentos pela forma brilhante com que atuaram como Consultores na construção deste relatório.

Quero agradecer ao Assessor da Liderança do Partido dos Trabalhadores, companheiro Mário Cappio, a participação, ajudando-nos a construir este relatório referente à Área IV, que tive a honra de relatar, indicado que fui pela bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Senhores e senhoras, faltam poucos minutos para concluirmos a reunião. Peço a todos compreensão.

Deputado Wandenkolk Gonçalves, por gentileza.

O Relatório Setorial da Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário – está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, por unanimidade.

Com a palavra o Deputado Wandenkolk Gonçalves, para apresentar o parecer sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Senadora, Srs. Senadores, nós recebemos vinte destaques – dez de recomposição e dez de solicitação de retorno de alocação das retiradas que nós fizemos.

Nosso relatório foi autoexplicativo – um cobertor curto. Nós gostaríamos de ter atendido a todos, mas infelizmente vamos ter que votar pela rejeição, pela indisponibilidade de recursos financeiros.

Mas quero fazer um adendo relativo à questão específica do Rio de Janeiro – imaginem Santa Catarina, que é o maior produtor de pescado do Brasil. O Deputado Cláudio Puty falava ainda agora sobre o MDA também. Eu faço um apelo a S.Exa.: que nos ajude, junto ao Relator-Geral, naquilo que pudermos fazer para recompor, dentro da possibilidade orçamentária.

Infelizmente, o parecer é pela rejeição de todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Pode contar comigo.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1 não aceita a solicitação de votação em separado de destaque.

Assim, solicito autorização dos senhores para proceder à votação em bloco dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial.

Os Srs. Deputados que concordam com essa autorização permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O voto do Relator Setorial relativo a todos os destaques é pela rejeição.

Votação em bloco do destaque do Relator Setorial, pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com parecer do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer, rejeitados os destaques.

Os destaques foram rejeitados, não havendo a necessidade de serem apreciados na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Agradeço ao Deputado Wandenkolk Gonçalves o seu trabalho.

Relatório setorial da Área Temática III, Senador Wellington Dias.

Convido a Senadora Ana Rita para que assuma a função de Relatora ad hoc da Área Temática III, em função da ausência do Relator.

Agradeço aos Senadores e às Senadoras presentes porque, se não agissem dessa forma, estariam inviabilizando a votação do Orçamento. Responsabilidade maior ainda têm aqueles que são Relatores-Setoriais, que, sendo da base do Governo, deveriam servir como exemplo para os demais Parlamentares.

Agradeço à Senadora.

Ao relatório setorial da Área Temática III, Integração Nacional e Meio Ambiente, foram apresentados quatro destaques.

Em votação o parecer do Relator-Setorial, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados. (Pausa.)

Aprovado.

Representação do Senado Federal. (Pausa.)

Aprovado, com a ressalva dos destaques, que são em número de quatro.

Por gentileza, com a palavra a Senadora, para dar parecer sobre os destaques.

A SRA. SENADORA ANA RITA – Sr. Presidente, o nosso parecer é pela rejeição de todos os destaques, dos quatro destaques apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senadora.

Srs. Parlamentares, como V.Exas. já sabem, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, não permite que sejam feitas votações em separado de destaques. Por isso, solicito a autorização dos senhores para a votação em bloco, por tipo de voto do Relator-Setorial.

Proposta em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Proposta em votação na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Iniciaremos a votação do relatório setorial pela rejeição de todos os destaques.

Em votação, em bloco, os destaques do Relator-Setorial, pela rejeição, na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o parecer que rejeita todos os destaques.

Os destaques foram rejeitados. Não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Agradeço à Senadora Ana Rita.

Convido o Senador Flexa Ribeiro, agradecendo a S.Exa. a boa vontade, por ter sido o último Senador a apresentar o relatório setorial.

Está presente também o Senador Romero Jucá.

Senhoras e senhores, na Área Temática III, o Tribunal de Contas informou a ocorrência de indícios de irregularidades graves na execução de algumas obras atinentes a esta área temática – uma obra. Consta na Proposta Orçamentária apenas o seguinte empreendimento: construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas (Funcional 18.544.0515.10CT.0027, da Unidade Orçamentária 53101, do Ministério de Integração Nacional).

Neste caso, foi mantido pelo Relator no projeto da União.

Esta votação, em função do art. 70, inciso II, tem que ocorrer em separado. Os Srs. Parlamentares da Câmara dos Deputados que concordam com este adendo, que faz parte do relatório, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os senhores representantes do Senado Federal que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos ainda o Senador Clésio Andrade; então, concluiremos.

Senador Flexa Ribeiro, por gentileza. (Pausa.)

Registro a presença do Senador Romero Jucá, nosso Relator-Geral.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório setorial da Área Temática II, Saúde, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, com ressalva dos destaques e das obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Representação do Senado.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório aprovado, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, ressalvados os destaques, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Flexa Ribeiro agora vai dar o parecer aos destaques.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Srs. Deputados, foram encaminhados nove destaques, todos eles para acréscimo de recurso às emendas coletivas. Lamentavelmente, por total indisponibilidade de recursos, fomos obrigados a rejeitar todos nove.

Encaminho a V.Exa., Sr. Presidente, solicitação para que, junto ao Relator-Geral, Senador Romero Jucá, atenda no Relatório-Geral essas possibilidades, o que lamentavelmente o Relator-Setorial não pode fazer.

Este é o voto, pela rejeição dos Destaques de nºs 1 a 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Antes de votar os destaques, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas, por unanimidade.

Como já repeti várias vezes a V.Exas., o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, não aceita solicitação para votação em separado de destaques. Por isso, peço a aprovação do Plenário para poder fazer a votação em bloco, por tipo de voto do Relator-Setorial.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para solicitar uma explicação. Se o art. 139 não permite votação em separado dos destaques, por que pedir autorização ao Plenário para fazê-lo, para votar em bloco? Acho que existe uma redundância ou um excesso de zelo de V.Exa., sempre muito atento ao Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Não permite destaque após a votação em bloco, mas confesso a V.Exa. que não tenho mais capacidade de questionar o que me dão para ler. Se me dão algo para ler, leio, para ir mais rápido. (Risos.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Fiquei pensando também por que não pedi só uma vez para votar em bloco todos, pois já li nove vezes esse pedido de autorização para votação em bloco. (Risos.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Como V.Exa. está me ajudando a postergar um pouquinho mais a aprovação dessa peça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Em votação, em bloco, os destaques do voto do Relator-Setorial – pela rejeição – na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados os destaques.

Os destaques foram rejeitados; portanto não serão apreciados na representação do Senado, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO – Sr. Presidente, quero somente deixar o registro dos agradecimentos aos Consultores que nos ajudaram na elaboração do Parecer da Área Temática II, Saúde: pelo Senado, Consultores Luiz Gonçalves, Luiz Perezino e Luciano Gomes; pela Câmara, Consultores Mário Gurgel e Sidney Bittencourt.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Eu que agradeço a V.Exa. o empenho, o trabalho e a dedicação.

Iremos agora para a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática I, do ilustre Senador do Estado de Minas Gerais Clésio Andrade, a quem cumprimento pela belíssima festa de entrega do Prêmio Imprensa, na semana passada.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Espero ser convidado também nos próximos anos.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Com certeza. Gostaria de que todos os Parlamentares pudessem estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Quero dizer aos senhores e às senhoras que o Rela-

tório Setorial e as Erratas de nºs 1 e 2 da Área Temática I, Infraestrutura, estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados, por unanimidade.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves, ressalvados os destaques, na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas, por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas, por unanimidade.

Ouviremos agora o parecer do Senador Clésio Andrade acerca dos destaques, que são em número de dezoito, apresentados ao seu relatório.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, depois da leitura do relatório e da aprovação, nós fomos analisar os destaques. Dezoito destaques foram apresentados: três de Minas Gerais, quatro da Bahia, dois da Paraíba, seis do Espírito Santo, um de Roraima, um de Alagoas e um da Comissão de Viação e Transportes. Todos os destaques pedem o retorno do valor original das emendas.

Como é sabido – e nós já havíamos discutido aqui –, o nosso percentual de distribuição variou entre 18% e 28%. Não é possível recompor, porque não há recursos. Portanto, rejeito todos os destaques, por falta absoluta de recursos para o atendimento.

Esta é a nossa posição com relação aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra só para fazer um comentário, Sr. Presidente, se me permitir V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – É claro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quando do relatório do Senador Clésio Andrade, nós estávamos em votação e eu não pude participar, mas a minha assessoria aqui anotava algumas observações feitas por V.Exa., nas quais V.Exa. constatava: "Nós temos afirmado, no decorrer desta votação de hoje e na de ontem, de que 6 bilhões não foram aplicados pelo Ministério."

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – No ano passado. E vai devolver 6 bilhões este ano também.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, no ano passado, e 6 bilhões este ano!

Veja V.Exa., Sr. Presidente, como temos a ineficiência do Estado, e em áreas extremamente importantes, de logística, para facilitar o desenvolvimento deste País.

Portanto, fico aqui apenas solidário a V.Exa., ao relatório de V.Exa., pela constatação – isto já me seria suficiente – daquilo que temos aqui apregoado: nós precisamos levar para os Estados e Municípios recursos financeiros, para que eles possam ser coadjuvantes no processo de desenvolvimento do País.

E mais, fizeram mais uma conta. V.Exa. disse que cairia um Boeing a cada 5 dias.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sim, a cada 5 dias.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Aí fizeram a conta: morre uma pessoa a cada hora, em função exatamente de não termos rodovias melhor aparelhadas para que o nosso cidadão possa por elas transitar.

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sr. Presidente, se me permite, a cada 6 bilhões devolvidos em cada ano – os do ano passado mais 6 bilhões são 12 bilhões –, fica a frustração de que isso volte a acontecer no ano que vem. Todos esses valores poderiam reduzir muito essa situação crítica.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Essa estatística horrível!

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Sim; essa estatística horrível, que é a pior do mundo.

Portanto, torcemos para que, no fim do ano que vem, estejamos otimistas com relação às realizações do Ministério do Transporte. Que não ocorra nenhuma devolução de recursos!

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito!

O SR. SENADOR CLÉSIO ANDRADE – É importante que nós, do Governo, também possamos fazer essas críticas construtivas, porque são dados realmente muito fortes. A cada Boeing que cai no mundo, há uma comoção social geral. Nas nossas rodovias cai um Boeing a cada 5 dias: as pessoas morrem nas nossas rodovias, a cada 5 dias, em número equivalente à queda de um Boeing. É muita coisa!

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – Srs. Parlamentares, como eu já disse para os

senhores nove vezes – e vou dizer agora pela décima vez –, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece que não será aceita solicitação para votação em separado de destaques, após a aprovação de requerimento para a votação em bloco dos destaques. Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em bloco dos destaques, por tipo de voto do Relator-Setorial.

Os Srs. Deputados que concordam com essa autorização permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Vinte vezes votada e vinte vezes aprovada essa autorização.

Como todos os destaques foram rejeitados, todos eles são do mesmo bloco.

Os destaques do Relator-Setorial – pela rejeição – na representação da Câmara dos Deputados.

Os senhores que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados os destaques, aprovando-se o parecer do Relator.

Como os destaques foram rejeitados, não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.

Dessa forma, concluímos a votação do Senador Clésio Andrade e de todos os Relatórios Setoriais.

Agradeço a todos. Tivemos aqui um bom debate, uma boa discussão e nenhuma obstrução que pudesse prejudicar o andamento dos trabalhos. (Palmas.) O Deputado Giovanni Queiroz foi um guerreiro do debate, da discussão. Agradeço aos Líderes, ao Deputado Cláudio Puty – a bancada do Pará teve uma presença muito forte aqui –, ao Vice-Líder do Governo, aos dois Relatores e ao orador mais presente.

Convoco reunião para terça-feira, 14h30min, para analisarmos o relatório do Relator-Geral.

Não esqueçam os senhores que amanhã é o prazo para entrega da planilha das bancadas dos Estados, a equalização das bancadas.

Com a palavra o Deputado Cláudio Puty.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY – Deputado Paulo Pimenta, Presidente, parabéns pela condução mais uma vez serena dos trabalhos!

Hoje quero cumprimentar todos os Relatores-Setoriais, o Senador Clésio Andrade, o Senador Flexa Ribeiro, assim como a Senadora Ana Rita e os Deputados Wandenkolk Gonçalves e Waldenor Pereira. Cumprimento os diversos Relatores-Setoriais que apresentaram os dez relatórios setoriais.

Hoje encerramos uma etapa muito importante para a aprovação da LOA na próxima semana, na terça-feira, com a aprovação, se tudo der certo, do Relatório Final do Senador Romero Jucá. Votaremos o Relatório Final, aprovando o Orçamento – quem sabe? –, na próxima quarta-feira, no Plenário do Congresso Nacional. Portanto, estamos todos de parabéns, Deputado Zeca Dirceu, Deputado João Paulo Lima!

E vamos adiante!

Uma boa noite a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) – A sessão está encerrada.

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 1ª Reunião Da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de Instalação, Da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 27 de fevereiro de 2013, às quatorze horas, no plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo Ii – Senado Federal.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e treze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do **Deputado André Zacharow**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença da Senadora Vanessa Grazziotin, dos Senadores Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira, Wilder Morais, João Vicente Claudino, Vital do Rêgo e da Deputada Jandira Feghali, dos Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Anthony Garotinho, Sarney Filho, Leonardo Monteiro, Ricardo Trípoli, Alfredo Sirkis e Arnaldo Jardim, membros da Comissão. Registra-se a presença do Senador Inácio Arruda. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Eventual declara aberta a presente Reunião destinada à instalação e à eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão. Em seguida, a Presidência anuncia os nomes dos Senhores Parlamentares que compõem as chapas para os cargos. A Senadora Vanessa Grazziotin concorre à Presidência, o Deputado Fernando Ferro à Vice-Presidência e o Deputado Sarney Filho à Relatoria. Após, a Presidência abre o processo de votação por aclamação. O Presidente declara, por unanimidade, a eleição da Mesa, por aclamação, sendo eleitos a Presidente da Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin, o Vice-Presidente, Deputado Fernando Ferro e o Relator, Deputado Sarney Filho. A seguir, os eleitos são convidados a participarem da Mesa de trabalhos, passando-se a presidência à Senadora Vanessa Gra-

zziotin. Usam da palavra os senhores parlamentares Sarney Filho, Márcio Macêdo, Sérgio Souza, Fernando Ferro e Alfredo Sirkis, além da Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, que convoca a próxima reunião para o dia 5 de março próximo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Deputado **André Zacharow,** Presidente Eventual da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 04, de 2008 – CN, destinada à instalação e eleição do presidente, vice-presidente e relator para este ano.

Com fundamento nos arts. 7º e 9º da Resolução nº 04, de 2008 – CN, a função de presidente será exercida por um representante do Senado Federal; por sua vez, as funções de vice-presidente e de relator caberão a representantes da Câmara dos Deputados.

Foi registrada, até o momento, a candidatura da Senadora Vanessa Grazziotin para o cargo de Presidente desta Comissão. Para o cargo de Vice-Presidente, a candidatura é do Deputado Márcio Macedo; para o cargo de Relator, a candidatura é do Deputado Sarney Filho.

Sugiro ao Plenário, se não houver outras indicações, que seja realizada esta eleição por aclamação.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, eu queria um aparte para dizer que eu estou retirando a minha candidatura em favor da candidatura do Deputado Ferro, que a pleiteou e está querendo contribuir para a gente ampliar o nosso número de parlamentares aqui, para ajudar a funcionar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Muito bem.

Deputado Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu agradeço o posicionamento do Deputado Márcio Macedo. Nós conversamos. Eu tenho preocupações e interesses nessa disputa. Tinha colocado isso a ele. Nós estávamos à disposição e, como ele exerceu com brilhante competência o seu cargo, inclusive com esse relatório que está em suas mãos aí, nós nos dispomos e aceitamos a indicação de muito bom grado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Continua em discussão.

A palavra está livre.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, caros colegas, eu gostaria de parabenizar toda a direção da Comissão, que está extinguindo seu mandato no dia de hoje. O ano passado foi um ano de muitos desafios. Nós aqui no Congresso mesmo tivemos embates importantes. Segundo minha opinião, o resultado deles não foi a favor da sustentabilidade, mas foi um resultado negociado pela maioria. O Código Florestal hoje está em vigor e oferece, evidentemente, oportunidades para que aqueles que ficaram na ilegalidade, aqueles que descumpriram a legislação possam se reenquadrar.

Acredito que além daquilo que está sendo julgado, das ações impetradas pelo Ministério Público, além daquilo, a legislação já está vigorando e a gente deve agora tentar tirar o maior proveito das coisas boas que existem nessas modificações, e uma delas é o cadastramento ambiental rural, que é importante, e que, se realizado em todo o Brasil, vai acarretar um importante instrumento de avaliação e de manutenção da nossa na biodiversidade.

Na questão do clima, Sr. Presidente, o mundo está vivendo, cada vez mais, um impasse entre os interesses locais, os interesses das nações e os interesses globais. Essa é a grande questão que se impõe e o Brasil joga com um papel importante dentro disso. E dentro do Brasil, o Congresso sempre foi uma vanguarda no sentido de levantar a questão da sustentabilidade, embora ultimamente, como já fiz referência, nós estejamos sofrendo talvez um surto de retrocesso, mas a nossa legislação é avançada, é boa, é respeitada, e o nosso País, ao contrário de muitos outros, ainda pode se firmar internacionalmente como um dos grandes países biodiversos do mundo, se não o maior. Por isso acho importante a atuação desta Comissão.

Acho que este é um ano em que não temos grandes compromissos internacionais, aqui no Brasil, no que diz respeito a essa temática, como foi o caso do ano passado, quando tivemos a Rio+20. Este ano também não temos eleições, é um ano em que podemos nos dedicar a fazer um bom trabalho, um grande trabalho. E evidentemente, como o meu nome foi lembrado para ser o relator, neste ano, da nossa Comissão, quero, desde já, dizer que, como é do meu feitio, nós iremos buscar sempre o consenso, iremos buscar sempre o entendimento e ele será fruto não somente das minhas ideias, mas das ideias da Comissão, que devem ser discutidas, devem ser publicizadas e a gente deve incorporar.

Vou, Presidente, tão logo seja designado, me debruçar num plano de trabalho que, certamente, na próxima reunião, sob a Presidência da Senadora Va-

nessa, vamos colocar em discussão e vamos começar um trabalho, que, acho, é o que todos nós desejamos.

O Deputado Márcio Macêdo, nosso ex-Presidente, Presidente que está saindo neste momento, fez um excelente trabalho. É um Parlamentar comprometido com a causa, é nosso colega na Comissão de Meio Ambiente, é nosso colega na Frente Parlamentar Ambientalista e a sua experiência e a sua liderança evidentemente não podem ser desperdiçadas.

Queremos esse apoio estreito e vamos trabalhar juntos, sem cores partidárias, ideológicas, no sentido de promovermos a sustentabilidade, promovermos debates sobre a questão do aquecimento, a importância que o Brasil tem dentro desse aquecimento – a Amazônia, nossos biomas – e a importância que ele tem também para o tão falado agronegócio brasileiro, porque o que estamos vendo hoje é que as mudanças climáticas já estão afetando a produção. Então, é do interesse da Nação, é do interesse dos ruralistas que também tenham um compromisso com o não desequilíbrio do clima, principalmente pelo que ele pode acarretar para a sua produção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Dando seguimento a nossa pauta, estamos em processo de eleição e votação, eu gostaria de consultar se há mais alguma indicação de nomes.

Não havendo, eu quero proceder à votação, dentro do princípio da aclamação que já aprovamos.

Aqueles que forem favoráveis fiquem como estão e os contrários que se manifestem. *(Pausa.)*

Então, está eleita a nova Diretoria. *(Palmas.)*

Declaro eleitos: Presidente da Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin; Vice-Presidente, Deputado Fernando Ferro; Relator, Deputado Sarney Filho.

Convido-os para tomarem assento à mesa dos trabalhos.

O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Sr. Presidente, só queria cumprimentar o nosso decano, Deputado André Zacharow, que sempre tem contribuído com esta Comissão nesses dois anos em que estive aqui na direção, seja como Relator, seja como Presidente. Sempre foi um parceiro e um companheiro que nos ajudou.

Eu queria cumprimentar o Senador Sérgio Souza, com quem, nesses dois anos, estivemos em parceria muito frutífera. Ele foi Presidente no primeiro ano; o Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente; e eu, Relator. Depois, fui Presidente. Nessa última gestão, a Senadora Vanessa foi a Vice e o Senador Sérgio assumiu a Relatoria. Eu quero cumprimentar vocês e, em nome de vocês, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes e que por aqui passaram nesta manhã de hoje e dizer que foi para mim uma experiência muito positiva ter estado na direção desta Comissão em dois momentos distintos, como Relator e Presidente, e acho que nós contribuímos para um debate intenso que foi feito nesses dois anos, sob um tema da maior relevância para o País e para o mundo.

Nós produzimos dois relatórios, duas peças, o que sintetizou um debate feito, seja nas plenárias e na reuniões ordinárias que fizemos aqui em Brasília, seja nas reuniões que fizemos fora da Capital Federal, nos Estados que acolheram a Comissão para fazer debates.

Esse é um tema jovem, que se impõe pela sua necessidade ao mundo e ao Brasil, mas é algo recente e é fundamental que esta Casa possa contribuir para aprofundar esse debate, para que essa discussão possa ser mais popularizada no conjunto da população. É algo que é inexorável, são problemas que envolvem as mudanças climáticas. Eles estão aí, não há como fugir, e têm que ser debatidos de forma sistemática, de forma organizada.

Acho que nós, nesta Comissão, conseguimos, na minha modesta opinião, dar contribuição tanto cobrando desta Casa como do Governo Federal posições em relação aos seus planos setoriais, em relação à Política Nacional de Mudanças Climáticas, como também nessa somação que foi o Brasil assumir metas significativas de redução das suas emissões de gases de efeito estufa. Todos nós sabemos que o Brasil não é parte dos países do Anexo I, mas assumiu, voluntariamente, metas ousadas, aproximadamente 80% das suas metas já foram cumpridas, e isso é mais do que todos os países do Anexo I nesse tempo. Então, é algo significativo que o País está fazendo. E está consolidando seus planos setoriais, tem que acelerar e fazer mais ações nesse sentido.

A política de combate ao desmatamento é algo que é obrigação do Governo, mas é um dever também do conjunto da sociedade brasileira, e o Parlamento brasileiro não pode se furtar a esse debate.

Estou muito feliz com o trabalho nesses dois anos aqui, seja como Relator, seja como Presidente, com os dois produtos que as direções produziram nesses dois anos. Desejo, sim, muito sucesso a vocês que estão chegando.

É muito bacana vermos se construir isso de forma consensuada, ver a Senadora Vanessa, o Deputado Ferro e o Deputado Sarney Filho com disposição para fazer o debate, para nos liderar aqui nesta Comissão para que nós possamos, neste ano, aprofundar e avançar mais no nosso papel de legisladores.

Eu espero que os projetos que estão no Senado e na Câmara que têm relação direta com o tema

possam entrar na ordem de prioridade, os projetos de pagamento dos serviços ambientais, o projeto Redd+, tanto no Senado quanto na Câmara, que possam entrar na ordem de prioridade, que possam ser votados nesta Casa. E esta Comissão tem o papel de tensionar e também de produzir debate político para que esta Casa possa cumprir o seu papel de debater os grandes temas nacionais relacionados às mudanças climáticas e também de produzir um arcabouço jurídico e legal que possa nortear a ação do Poder Público e da sociedade em relação a essa ação, que tem que ser conjunta, do povo, dos poderes constituídos, da iniciativa privada, de diminuição da emissão dos gases do efeito estufa e de superação das consequências das mudanças climáticas.

Então, boa sorte a vocês que estão chegando! Que Deus os ilumine e que possam fazer um grande debate! Podem contar comigo que estarei aqui, como membro, participando dos debates.

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Parabéns ao Deputado Márcio. Vamos aplaudi-lo.

Eu concedo a palavra agora ao Relator, que deixa hoje seu cargo, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado André Zacharow, que, atendendo ao nosso pedido, no ano passado, logo após o falecimento do nosso saudoso e querido Deputado Moacir Micheletto, veio ocupar uma vaga que é destinada ao PMDB da Câmara aqui nesta Comissão. E tem sido assíduo, tem produzido e debatido os principais temas que interessam a esta Comissão.

Estou aqui desde que cheguei ao Congresso Nacional. No momento, meu caro Presidente, no ano de 2012, Deputado Márcio Macêdo, no momento em que cheguei, a Comissão estava, de certa forma, parada. Eu cheguei ao Senado Federal em junho de 2011, e ela ainda não havia sido instalada. E nós instalamos esta Comissão – o Tomé, que é da Consultoria do Senado, lembra bem disso –, já no segundo semestre, ou no finalzinho do primeiro semestre, foi quando nós a instalamos, no ano de 2012, porque me parecia que não havia uma vontade política, um interesse maior pelas questões climáticas, porque nós vínhamos de uma agenda que vem desde 1992, da Eco92 e algumas COP's; e, com o tempo, após nós termos criado uma legislação específica e umas metas do Governo, a Comissão parece-me que tinha perdido o interesse dos Srs. Parlamentares.

Conseguimos resgatar isso no ano de 2011 e, em 2012, o Deputado Márcio Macêdo deu uma velocidade a esta Comissão, mostrando a importância que ela tem; o Deputado Alfredo Sirkis, tem, além da assiduidade, estado presente nos grandes debates e eventos mundiais que dizem respeito à questão da mudança do clima, como o nosso amigo, o Deputado Zequinha Sarney, que vai ser o Relator neste ano, acaba de ser eleito, como também a nossa colega aqui no Senado, a Senadora Vanessa Grazziotin, que será a nossa Presidente.

A presidência da Comissão e a relatoria – porque, pelo princípio da proporcionalidade caberiam aos partidos que têm as maiores bancadas, exercendo uma alternância entre Câmara dos Deputados e Senado – caberiam ao PMDB. Fui convidado para ser novamente o Presidente, e acho que já dei a minha contribuição à Comissão; já fiz o meu trabalho e sei da ansiedade e da competência da Senadora Vanessa Grazziotin para a condução desses trabalhos. Foi a nossa Vice-Presidente no ano de 2012 e está devidamente capacitada como uma Senadora que conhece as questões do Brasil, a importância do clima – porque representa um dos Estados que mais sofrem a influência das mudanças climáticas, que é o Estado do Amazonas. Então eu desejo a V.Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, também ao Deputado Márcio Macêdo e queria desejar ao Deputado Zequinha Dirceu um trabalho profícuo. E contem comigo no ano...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Zequinha Sarney.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Eu falei Macêdo, não é?

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Dirceu.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Dirceu. Risos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É do Estado do Paraná...

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – É verdade. É verdade. Isso é.... Mas são...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu já estou me sentindo paranaense também aqui.

O SR. SÉRGIO SOUZA (PMDB – PR) – Mas são todos Deputados – o Zeca Dirceu é nosso Deputado lá do Paraná e o Zequinha Sarney, que também tem grandes bandeiras, inclusive foi um dos que fomentou a criação dessa Comissão lá no ano de 2008, quando ela foi criada.

O ano de 2013 é um ano de consolidação. Eu acho que é um momento importante, Deputado Zacharow, porque é um ano em que as grandes causas políticas passam a ter mais interesses no cenário político, porque há mais vontade política no debate até mesmo porque antecede anos de eleições, e esses grandes debates sempre vêm à pauta.

Mas não vou deixar a Comissão, vou ficar aqui como membro e, além de outras funções que assumi

perante o Senado Federal, em Comissões como CCJ, como Comissão de Assuntos Econômicos, pretendo ser assíduo e participar dos grandes debates porque acho que aqui nascem as grandes ideias que vão impactar diretamente na vida do Planeta e na vida dos cidadãos hoje, amanhã e no futuro.

Obrigado a todos! Contem sempre comigo. (*Palmas.*)

O SR MÁRCIO MACÊDO (PT – SE) – Muito bem, Sérgio. Eu só queria um minutinho aqui para agradecer à equipe que nos ajudou nesses dois anos, e, neste ano, em especial, tanto às pessoas da minha assessoria, quanto da assessoria do Senador Sérgio, quanto os funcionários do Senado, da Câmara, das consultorias.

Queria agradecer o Flávio Schuch, a Rose, a Jacqueline, o José Francisco, a Gildete, a Aidê, a Marta, a Kelen, o Tomé e o Josiel, que foram fundamentais para a gente fazer tantos debates, a participação na Rio+20, a construção dos relatórios. Foi decisiva a participação dos senhores e das senhoras. Eu quero agradecer a todos vocês e também às assessorias dos parlamentares e das Bancadas do Governo e da oposição que participaram intensamente dos debates aqui conosco. Agradeço a TV Senado, a TV Câmara, os meios de comunicação que cobrem a nossa Comissão. Agradeço imensamente todos vocês por esses dois anos de debate intenso aqui.

Muito obrigado a todos. Sucesso para quem está chegando: para Vanessa, para Ferro e para Zequinha Sarney.

Sucesso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (André Zacharow. PMDB – PR) – Cumprimentando, mais uma vez, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Deputado Fernando Ferro e o Deputado Sarney filho, convido-os a virem agora à mesa, para tomarem assento.

Já vou passar a palavra à Presidente eleita, passando-lhe a Presidência deste colegiado.

Muito obrigado por tudo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Bom gente, primeiro, eu quero agradecer todas as observações, intervenções feitas pelos Parlamentares, agradecer ao nosso Presidente, que tem um nome muito difícil, Zacharow, que vem lá da Rússia – depois que se aprende não se esquece –, enfim, agradecer a compreensão, a competência e a capacidade de estar aqui, mais uma vez, conduzindo os trabalhos da Comissão de Mudanças Climáticas. E dizer da minha alegria de estar neste momento, primeiro deixando... Eu já fazia parte da Mesa como Vice-Presidente, e tivemos o Senador Sérgio Souza como Relator e o Deputado Márcio Macedo como Presidente, que foram companheiros dedicadíssimos a esta Comissão e tiveram a seu lado todo um conjunto de consultores, assessores, como ele já citou, e eu quero aqui reforçar esses agradecimentos, porque também fiz parte da Mesa, pelos desafios enfrentados.

Conversávamos hoje, pela manhã, Deputado Ferro, que temos um ano aparentemente mais tranquilo do que o passado, que foi o ano da Rio+20 e das eleições municipais em que muitos de nós estivemos envolvidos diretamente nesse processo eleitoral, inclusive a que fala neste momento. Mas este ano a tranquilidade é só aparente, porque, na realidade, existe a necessidade de se pôr em prática tudo aquilo que vem sendo aprovado, principalmente pelos organismos internacionais, aqui mesmo no Brasil. E nós podemos dar uma grande contribuição.

Hoje, pela manhã, conversávamos: as Nações Unidas acabam de formalizar um trabalho conjunto, um grupo de trabalho formado por três instituições de trabalho, de desenvolvimento industrial, a OIT, de desenvolvimento industrial e de pesquisa, juntamente com o Pnuma, que é o organismo do meio ambiente das Nações Unidas, para iniciar a aplicação de projetos – e serão selecionados sete países – de economia verde, ou seja, desenvolvimento sustentável.

Nós vivemos momentos importantes, porque, como o Deputado Zequinha falou e foi registrado, nós temos a grande tarefa de deixar para lá essa dicotomia de que quem produz está de um lado e quem defende o meio ambiente está de outro. Agora, queremos fazer isso com ações práticas e não apenas no discurso.

Entendemos que o Brasil é um País de grande vocação agrícola, tem que seguir produzindo, tem que seguir plantando, tem que seguir criando, mas é o País que tem a maior biodiversidade do Planeta também e que tem que seguir preservando isso tudo, porque nós não queremos que aconteça com a Amazônia o que aconteceu com a Mata Atlântica, que hoje tem resquícios.

Tenho a vivência de ter nascido no Sul, no Estado que tem o maior nível de preservação, talvez, o maior percentual da Floresta Tropical, que é a Amazônia.

Então, quero, nestas poucas palavras, agradecer a confiança do meu Bloco Parlamentar aqui no Senado, Bloco de apoio ao Governo, formado pelo PT, PCdoB, PSB e PDT, e também agradecer muito a compreensão dos outros Partidos políticos, dos outros Blocos, como o União e Força, sobretudo aquele composto pelo PMDB e demais Partidos – o PV faz parte também desse Bloco aqui no Senado – pela confiança de indicar o meu nome. Como disse o Senador Sérgio Souza, o PMDB teria a condição, o direito de indicar a Presidência e confiou na gente.

E quero dizer da minha alegria maior de estar ao lado de pessoas... Eu acho que daqui sou a mais nova. O Ferro é Deputado Federal desde 2005, o Sarney, o Zequinha, desde 1995, aliás, o Zequinha, desde 1983, ou seja, são Parlamentares dos mais experimentados do Parlamento brasileiro, e não só pelo tempo, mas pela produção, pela dedicação e pela competência, ambos Líderes de seus Partidos. Então, além de termos uma composição de Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, dos melhores, nós temos hoje uma Mesa, como tivemos antes, dedicadíssima. Precisamos dar à sociedade aquilo que ela espera de nós.

Antes de eu passar a palavra para ambos, eu só gostaria de fazer um registro. O Deputado Zequinha Sarney foi um dos grandes entusiastas pela criação desta Comissão, aliás, um dos autores da proposição de criação – a primeira proposição foi dele. O Deputado Zequinha Sarney sempre fez parte, ou como membro efetivo ou como membro suplente, desta Comissão e pela primeira vez, só agora, ele ocupa uma posição na Mesa e isso é muito importante também.

É claro que na Mesa nós temos pensamentos diferentes, mas o Parlamento é composto de pensamentos diferentes. Em alguns pontos, em algumas questões temos divergências, mas é essa divergência, é esse motor que faz com que a máquina se mova, que faz com que o Parlamento se mova. Isso é muito bom, portanto. Então, quero fazer esse registro.

Para mim é um orgulho ter o Deputado Fernando Ferro como Vice-Presidente e ter o Deputado Zequinha Sarney como Relator de nossa Comissão.

Dito isso, passo a palavra primeiro ao nosso Vice-Presidente, depois ao nosso Relator.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Obrigado, vou ser bem breve.

Quero agradecer aos nossos pares, aos nossos colegas, companheiros do Senado e da Câmara e expressar minha satisfação de poder estar nesta Comissão.

Tenho praticado na Câmara, em particular na Bancada do PT, uma relação política com parte da Bancada que se dedica a essa questão, ao crescimento da importância do debate sobre as questões ambientais no processo de desenvolvimento no crescimento do País.

Como sou engenheiro, sou da área de energia, tenho muita satisfação de ter participado do grupo, na Câmara, que deu contribuição ao esforço muito grande para introdução das fontes alternativas renováveis na nossa matriz energética, e aí temos um salto importante na utilização da energia eólica. Creio que a próxima fronteira, energia solar, tem a ver com as ações desta Comissão.

A um tema gostaria de dedicar uma atenção especial aqui, pedir uma atenção especial nesta Comissão, que é a questão do problema de desertificação, que tem a ver com a mudança climática, que é a situação do Semiárido brasileiro. Estamos enfrentando um problema gravíssimo de desabastecimento de água, de escassez de água. Nós estamos sofrendo muito com essa realidade, e as ações tomadas são paliativas. Eu acho que falta uma articulação maior de órgãos do Governo e uma visão de Estado para tratar dessa questão do Semiárido.

Acho que esta Comissão pode dar uma contribuição para promover o debate em torno dessa temática, que é urgente. Há uma série de ações emergenciais que estamos requerendo e que são praticadas: o direito à água, o básico para aquelas populações. Mas nós temos o rebanho sendo dizimado, uma situação econômica gravíssima, com a perda do Produto Interno Bruto, com o desmonte de estruturas de produção na área da agropecuária por conta do problema da estiagem, da seca.

De mais a mais, todo mundo sabe que é um problema natural. Isso faz parte do ciclo meteorológico daquela região. No entanto, se apresenta sempre como uma novidade. E não há nada de novidade. Vem do Século XVI a primeira identificação desse problema, os primeiros registros.

Na verdade, não temos uma política para o Semiárido, isso é um fato.

Eu digo isso, porque, há poucos dias... Senadora Grazziotin e Senador Sarney, no Semiárido, em Pernambuco, as pessoas não conhecem a Embrapa, por exemplo. A Embrapa é um centro de pesquisa de excelência para a agricultura da beira do rio São Francisco, onde há muita água, e é bom que seja assim para a fruticultura, para a agricultura de exportação. No entanto, nas regiões do sequeiro, mais para dentro, as pessoas sequer conhecem o que é a Embrapa, não sabem sequer o que significa a sigla.

Então, eu acho que há uma desarticulação muito grande, e a gente não pode permitir isso. Eu sei que a parte do enfrentamento, os processos de convivência com a seca requerem desenvolvimento em tecnologia, ciência para fazer isso.

O Semiárido brasileiro não é uma região miserável como se apresenta. É uma região de imenso potencial – potencial de energia solar, uma biodiversidade rica.

O bioma Caatinga é um bioma muito especial, com uma capacidade de regeneração impressionante. É uma floresta energética também a Caatinga. Sabendo utilizar, não há como desconhecer a sua importância. Esta sofrendo um processo de desmatamento muito grande. E passa como uma espécie de primo pobre do

debate sobre o desmatamento e a desertificação. Eu quero que o bioma Caatinga seja incorporado, como o Cerrado, a Mata Atlântica e a Amazônia, dentro dessas preocupações.

Nós sabemos que as respostas do Semiárido têm a ver com essa crise, têm a ver com a manutenção da Caatinga. Se não tivermos essa capacidade de articular os órgãos e uma política de estado para o Semiárido, nós vamos ficar padecendo e reproduzindo a tal indústria da seca.

Atualmente, a indústria da seca toma uma feição mais sofisticada. Não é a exploração mais brutal, grosseira e vulgar de outros tempos, mas é a dependência do carro-pipa, é a dependência de algumas políticas assistenciais que terminam promovendo uma situação de penúria para a região e de falta de sustentabilidade e de condições de cidadania.

Então, nós temos a convicção de que podemos dar uma contribuição nesta área. E o debate do Semiárido tem tudo a ver com as mudanças climáticas. Já se verifica um aprofundamento do problema da estiagem, neste ano em particular, com a identificação com os processos de mudança climática com repercussão, como já previsto antes. São regiões mais vulneráveis que serão seguramente mais agredidas pelas mudanças climáticas.

Então, temos essa preocupação. E eu estarei na linha de frente da atenção para essa temática aqui na Comissão de Mudanças Climáticas.

No mais, quero dizer que, para mim, é motivo de muita satisfação, é uma honra estar partilhando com vocês esta mesa e com todos que fazem esta Comissão. É um desafio importante, e esta Casa pode dar grandes contribuições sobre esta temática.

Era isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputado Fernando Ferro.

Vamos aplaudir. (*Palmas.*)

Antes de ouvir o nosso Relator, eu passo a palavra ao Deputado Sirkis, que talvez seja o mais assíduo desta Comissão Mista e que também já foi seu Vice-Presidente.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Inicialmente queria me congratular com a nova Mesa Diretora desta Comissão e desejar aos três um trabalho profícuo.

Penso que vivemos um momento importante na questão do aquecimento global, porque no nosso horizonte existe 2015, ano em que deverá, em princípio, ser negociado um novo acordo internacional do clima, indo muito além daquilo que foi o Protocolo de Kyoto, em 1997.

Neste momento, saltam aos olhos a distância entre o mínimo que é necessário para manter o aumento da temperatura do Planeta neste século abaixo de dois graus e a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera abaixo de 450 partes por milhão, PPM, que é o que os cientistas dizem o limite para prevenir, de fato, desdobramentos de ordem catastrófica.

O aquecimento global é um fenômeno irreversível. Está acontecendo, vai ter consequências extremamente graves e o que nós podemos fazer, nós humanidade, neste começo de século, é evitar que se torne, de fato, catastrófico para a geração dos nossos netos e bisnetos, do meio para o final do século, para o qual há previsões feitas por cientistas que são absolutamente assustadoras. E o pior de tudo é que a cada estudo a revisão nunca é no sentido de achar que o problema é mais moderado do que se imaginava anteriormente. A cada estudo se percebe que o problema é mais grave do que se pensava anteriormente.

Isso é muito bem ilustrado nos estudos em relação ao Ártico. O processo de derretimento do polo norte no Ártico é muito mais acelerado do que se imaginava alguns anos atrás. Existem estudos que dizem que, lá para o ano de 2030, o Ártico vai cessar de existir como geleira no período de verão e isso terá consequências muito graves em relação a uma série de outras coisas. Então, neste momento, tudo o que vem de cientistas do IPCC é alarmante.

Por outro lado, existem alguns outros dados que são de natureza positiva. Houve, nos últimos três anos, uma queda de emissões nos Estados Unidos, que é o segundo país mais emissor de gás de efeito estufa, vinculada basicamente a uma questão cujos impactos ambientais locais têm que ser mais bem estudados, mais a exploração do gás de xisto. A substituição do carvão pelo gás de xisto permitiu que os Estados Unidos diminuíssem pela primeira vez suas emissões. Então eles certamente têm menos desculpas a dar na hora de assinar compromissos internacionais. O Governo norte-americano tem que ser fortemente pressionado nesse sentido. Aliás, no dia 22 de abril, vai haver uma grande mobilização, em Washington, dos ambientalistas no Dia da Terra para pressionar o governo Obama no sentido de tomar atitude.

Por outro lado, eu estive na China no final do ano passado, numa visita extremamente interessante, embora tenha terminado com um enfarto, mas, fora isso, foi muito positiva e vi o enorme esforço que é feito no principal país emissor no sentido de reduzir essas emissões, que, é claro, na China, em nenhum momento se questiona, como é o caso, nos Estados Unidos, dos republicanos e da extrema direita. Na China, em nenhum momento se questiona a existência das mu-

danças climáticas ou o fato de elas serem provocadas pela ação da economia humana e se reconhece a gravidade da situação, não só das emissões como também da poluição de efeito local. E estão fazendo um esforço gigantesco no sentido de enfrentar essa questão, o que me parece meritório. E penso que, nos próximos anos, vamos ter transformações importantes também na China.

No caso da Índia, ainda há problemas em se admitir essa realidade. É o País que talvez, neste momento, esteja mais atrasado, dos quatro ou cinco maiores países emissores, mas há certos dados que são positivos.

O Brasil tem um papel absolutamente fundamental nesse processo. Nós somos, por um lado, um País, que, sem ser – como muito bem lembrou o Zequinha Sarney – signatário do Anexo I do Protocolo de Kyoto, a partir da Conferência de Copenhague, da COP 15 em Copenhague, assumiu metas, vem cumprindo essas metas; e, por outro lado, vem se posicionando de uma forma interessante no sentido de que o Brasil é, nas negociações, sempre o elemento de agregação, o elemento de mediação de conflitos, e sempre conduz em direção a uma síntese. A nossa diplomacia tem trabalhado com afinco, e, na medida em que estamos em contagem regressiva em relação a 2015... A conferência do clima, este ano, vai ser na Polônia, vamos passar pelo mesmo frio que se passou lá em Copenhague, novembro e dezembro, em Varsóvia, mas, de qualquer maneira, é um passo adiante.

Ressalto a colocação do Deputado Fernando Ferro, que me parece da maior importância, em relação às consequências do processo de aquecimento global no nosso País. Sabemos do efeito sobre a Amazônia: secas por um lado, enchentes por outro – não só como ameaça à floresta tropical Amazônica, temos o processo de desmatamento em si, mas o próprio aquecimento global já havido é ameaçador para o ecossistema amazônico. Aqui, na Região Centro-Sul, há enchentes e fenômenos extremos, coisas que nunca antes haviam existido: tornados em Santa Catarina, isso tudo. E no Nordeste, há o drama do agravamento da seca, que, como o Deputado notou, não é uma novidade, mas ela, de fato, tem se agravado.

Então, nesse contexto, o investimento na questão tecnológica e tentar enfrentar essa questão com a tecnologia é, de fato, muito importante.

O Deputado mencionou a questão do solar. Tivemos, no Ceará, grandes avanços na questão eólica; e Pernambuco tem tudo para ser um Estado de referência em todo o Brasil na questão solar. Eu tenho tido oportunidade de discutir essa questão com o Governador Eduardo Campos e com o seu Secretário de Meio Ambiente, meu querido amigo Sérgio Xavier, e existe um enorme empenho por parte do Governo do Estado de Pernambuco, neste momento, em avançar numa série de tecnologias limpas, inclusive no solar.

O Governador Eduardo Campos, junto com o Prefeito do Rio, Eduardo Paes, foram patrocinadores de um evento que foi conduzido aqui por esta Comissão – junto com a Comissão de Relações Exteriores e uma série de outras comissões, tanto da Câmara, quanto do Senado – que foi o Rio/Clima (*Rio Climate Challenge*), evento que eu tive a honra de coordenar e que mobilizou mais de 30 grandes especialistas de 14 países diferentes e terminou fazendo grandes recomendações, tanto para o processo de clima propriamente dito, quanto para a própria conferência Rio+20, entendendo que as duas coisas são muito vinculadas.

E eu chamo a atenção para cinco pontos, que são extremamente importantes, que são as cinco recomendações da Rio/Clima para a Rio+20. Eu penso que nós deveremos procurar, este ano, Sr. Relator, tentar ver como poderemos transformar cada um desses pontos sem que tenham alguma consequência em termos de legislação e de ação parlamentar. Muito brevemente, vou enumerá-los: a questão da revisão do PIB – o PIB, hoje, é um indicador extremamente precário: desmatamento, acidente de trânsito, etc. contam para aumentar o PIB; nós precisamos construir um indicador mais fidedigno e completo –; a questão de atribuir valor econômico para serviços prestados por ecossistemas – isto é tão importante para a Amazônia: que haja um valor econômico atribuído para tudo o que os ecossistemas fazem –; em terceiro lugar, a ideia de que é necessário termos o chamado New Deal Verde internacional, ou seja, um grande investimento público em recuperação ambiental, em tecnologias limpas, etc., coisa que o Brasil, de certa forma, já vem fazendo, mas precisa fazer muito mais; e a ideia, também, de que é necessária uma nova ordem financeira internacional, que, à época, chamamos de Bretton Woods do baixo carbono, que vincule as moedas à redução de emissões de gases de efeito estufa, como Bretton Woods vinculou as moedas ao padrão ouro.

Acho que isso precisa, de fato, entrar no Governo como um todo. Não tem sido assim. Temos segmentos do Governo que tem trabalhado bem, na maior parte das questões; é o caso, por exemplo, do Ministério do Meio Ambiente. Mas eu queria chamar a atenção dos colegas para um episódio envolvendo energia solar que me aconteceu no Ministério de Minas e Energia.

Muito resumidamente, fui autor de uma emenda, de 2011, destinada ao Senai, para capacitar mão de obra de nível técnico para a instalação de painéis solares, porque nós havíamos detectado, no Rio de

Janeiro, que um dos pontos de estrangulamento era a falta de eletricistas prediais preparados para instalação de painéis solares. Então, destinei R$2 milhões ao Senai, que é a instituição parapública, digamos assim, que cuida de formação de mão de obra, em uma emenda alocada ao Ministério de Minas e Energia. Pois bem, caros colegas, passaram nove meses me enrolando, criando questionamentos, pedindo detalhamento de projetos, até que foram entregues ao Ministério coisas praticamente no nível de um projeto executivo. Foram chupando por parte de pessoas que iam trabalhando voluntariamente, dando seu tempo, e, na última hora, resolveram não dar ao Senai esse repasse, sob a alegação absolutamente falaciosa de que o custo das apostilas do Senai era incompatível com os preços praticados pelo Ministério. Uma falácia, porque a base de cálculo tinha sido completamente errônea, além do que o Senai estava disposto a rever quaisquer custos desse tipo. O que aconteceu é que na semana final eles simplesmente desapareceram, pararam de atender os telefonemas, os *e-mails* deste Parlamentar, o que considero uma afronta ao Congresso Nacional, e deixaram vencer o prazo fatal para aplicação de emendas. Então, essa emenda foi perdida ou, eventualmente, até pior do que isso, pegaram essa emenda na mão grande e usaram de outra maneira.

Finalmente, depois de tudo isso consumado, foi recebido pelo Sr. Altino Ventura, Secretário, eu diria, de subdesenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, que simplesmente colocou no parecer que energia solar não era prioridade do Governo, que aquilo para eles não era absolutamente importante, porque energia solar ainda era muito cara. Eu tive a oportunidade de dizer que uma emenda parlamentar é um acordo, em última análise, da Presidente da República com cada um dos parlamentares em relação a uma microparte do Orçamento da qual é o parlamentar que define a prioridade, não o Ministério. Então, não cabia esse tipo de observação.

Acho que é importante que todos tomem conhecimento desse fato, que considero extremamente grave, até porque aloquei, este ano também, uma verba para a mesma coisa do Ministério. Estou fazendo um esforço gigantesco para tentar tirá-la desse Ministério e colocá-la em qualquer outro que dê um tratamento mais digno a uma emenda dessa natureza. Então, é importante que esta Comissão tome conhecimento desse fato.

Eu queria me congratular mais uma vez com a Mesa, agradecer a todos a atenção.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos.

E consideramos a primeira reunião de eleição e instalação quase uma audiência pública, com o Deputado Alfredo Sirkis sempre colaborando muitíssimo conosco e o Deputado Zequinha fazendo todas as anotações.

O Deputado Zequinha falará. Em seguida, nós encaminharemos para o encerramento, comunicando a presença do nosso Senador Vital do Rêgo, que vem prestigiar a nossa reunião, e foi eleito hoje Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Parabéns, Senador!

Deputado Zequinha, com a palavra.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Presidente, Deputado Sirkis, nobres Colegas, eu já tive oportunidade de fazer um breve apanhado daquilo que eu gostaria que implementássemos aqui neste ano legislativo.

Quero concordar plenamente com as preocupações do Deputado Sirkis, com as ponderações. Acredito que nós devemos nos debruçar aqui sobre duas vertentes básicas no que diz respeito a mudanças climáticas. Uma é o combate às mudanças climáticas, aos fatores que geram essa mudança, aos fatores humanos que geram essa mudança; e outra, evidentemente, as adaptações.

Pode até ser que existam muitas pessoas que não acreditam que as mudanças climáticas sejam feitas pelos homens, mas hoje, muitos daqueles que não acreditam que sejam feitas pelos homens já acreditam que está havendo a mudança climática. Essa é uma realidade, mesmo sem acreditar.

Então, nós já temos hoje, além do grande campo científico do IPCC e tudo – que para mim, para a maioria das pessoas, é uma evidência científica de que o homem interferiu no clima da terra e está ajudando a aquecê-la com mais rapidez, essa é uma realidade em que acreditamos –, além disso, mesmo aqueles céticos que não acreditam que é o homem já estão vendo, pelo que tem ocorrido no mundo, que as mudanças climáticas estão em andamento.

Então, no meu ponto de vista, combater e adaptar, essas duas vertentes básicas têm de ser as linhas de ações fundamentais da nossa atuação. E dentro disso, evidentemente é muito bem-vinda a sugestão do Deputado Sirkis, que exatamente nos coloca alguns temas que foram discutidos, paralelamente à Rio+20, que são importantes e certamente serão considerados na nossa avaliação.

No mais, sucesso, Presidente, a todos nós. Vamos tentar realizar um grande trabalho e também, evidentemente na segunda-feira, temos um pré-projeto já elaborado de atuação, vamos passá-lo à Mesa primeiro,

passamos por algumas consultas; depois vamos, na reunião, entregá-lo para os Parlamentares membros, como consulta ainda, e depois nós consolidamos e votamos esse plano de trabalho.

É isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Muito obrigada, nosso Relator, Deputado Zequinha.

Encerrando a reunião, eu convoco...Primeiro, já foi explicado – o nosso Relator é muito ágil – que nós fizemos questão de instalar a Comissão hoje, porque temos um ano de muito trabalho pela frente. O Deputado Zequinha, Deputado Sirkis, falava hoje da necessidade de ampliarmos, por exemplo, a comitiva parlamentar que participa das conferências COPs, conferência climática. Qual será essa próxima?

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – A vinte.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – COP–20. Devemos ter uma presença mais efetiva e envolver cada vez mais um número maior de parlamentares nesse tema.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Nesta comissão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Neste tema e nesta Comissão. Temos um plano no Brasil de mudanças climáticas. Enfim, temos todo um conjunto de medidas.

E, para a nossa próxima reunião, o debate será em torno do plano de trabalho, que será apresentado – o Deputado Zequinha já falou – na segunda-feira à Mesa. Na terça-feira, todos o receberão e abriremos prazo para sugestões.

Vamos fazer diferente. As nossas reuniões têm sido às quartas-feiras, às 14 horas, o que é muito difícil, porque o Parlamentar, na Câmara, sai das comissões muito tarde e tem de almoçar.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – E há as comissões especiais agora também.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E há comissões especiais de medida provisória. Vamos tentar, na semana que vem, na terça-feira, às 11 horas, pois é o tempo em que os Deputados chegam também das suas viagens, às 10 horas, às 10 horas e 30 minutos, está todo mundo já chegando em Brasília.

Então, convoco a próxima reunião para a próxima terça-feira. Que dia cai a próxima terça-feira? No dia 5. Dia 5 do mês de março, às 11 horas, neste mesmo plenário. Se houver mudança, todos serão avisados.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.*)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 2ª Reunião Da Comissão mista permanente sobre mudanças climáticas, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 5 de março de 2013, às onze horas, no plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo Ii – Senado Federal.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia cinco de março do ano de dois mil e treze, no Plenário número nove, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença do Senador Cristovam Buarque e dos Deputados Fernando Ferro, André Zacharow, Sarney Filho, Glauber Braga e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a presente Reunião destinada à apresentação e apreciação do Plano de Trabalho para o ano de 2013. Em seguida, passa-se a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para apresentação do Plano de Trabalho. Após a explanação são oferecidas sugestões pelos Deputados Fernando Ferro, Alfredo Sirkis, André Zacharow e Glauber Rocha. O Relator fará uma consolidação das sugestões e apresentará, na próxima reunião, o trabalho final para votação. A Senadora Vanessa Grazziotin convoca a próxima reunião para o dia 12 de março próximo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.– Senadora **Vanessa Grazziotin,** Presidente da CMMC.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008-CN, do Presidente do Congresso Nacional, que “cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas”.

A pauta desta reunião destina-se, tão somente, à apresentação e apreciação do plano de trabalho.

Há, sobre a mesa, requerimento extrapauta. Após debatermos o plano de trabalho, solicito a apreciação do mesmo.

Pergunto já se há alguma objeção em analisarmos um requerimento do qual foi dada entrada, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a realização de uma audiência pública.

Há alguma objeção?

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu só acho que, como nossa reunião de hoje não é deliberativa, no caso da apresentação do plano de trabalho, se número tivermos, assinaturas necessárias para deliberar, não vejo problema, mas se não houver, deixamos para a próxima reunião, que será deliberativa. Essa é minha sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Perfeito. Acatada. Seria o último item da pauta, porque primeiro tem que haver concordância para incluirmos extrapauta. Se alcançarmos o quórum, analisaremos. Do contrário, fica para a próxima semana.

Convido o Deputado Fernando Ferro a compor conosco a direção dos trabalhos.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Presidenta, como pretendo fazer algumas sugestões ao plano de trabalho, eu ficaria aqui na planície.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Perfeito. Então, vamos dar início. Eu também tenho algumas sugestões, pedindo, desde já, desculpas. Na realidade, nós não tivemos condições nem tempo, o Deputado Sarney Filho, o Deputado Fernando Ferro e eu, para nos reunirmos e trazermos uma proposta conjunta. Então, a proposta inicial é de autoria do nosso Relator. Depois, todos nós poderemos apresentar nossas sugestões.

Então, passo a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para fazer a apresentação de sua proposta.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidente.

Senhoras e senhores membros da Comissão, não vou me demorar na apreciação da interpretação da abertura. Quero só destacar o seguinte: este plano de trabalho, primeiro, não é intenso, em virtude do que a nossa experiência nos diz. Ano passado eu era suplente desta Comissão, pude assistir a algumas audiências públicas e vi que, na realidade, houve muitas audiências importantes, mas, pelo fato de ter sido muito intensa a agenda, elas não puderam ter tido a atenção dos Parlamentares que deveriam, ou melhor, que poderiam ter tido.

Então, nesse aspecto, fizemos uma proposta bem realista com o cotidiano das nossas atividades no Parlamento.

Em linhas gerais, nós, como eu já disse no começo, baseamos esse plano de ação em duas vertentes principais. Uma delas, que acredito seja a mais importante, é a do combate às mudanças climáticas, combate às emissões de gases do efeito estufa, e, dentro dessa perspectiva, o Brasil apresenta singularidades, como, por exemplo, o fato de que nossas emissões se dão, em maior parte, pelo uso do solo e pelo desmatamento, ao contrário de países desenvolvidos, em que isso ocorre mais em virtude da indústria, é mais a questão urbana. Então, dentro dessa linha de combate às emissões, nós envolvemos a Agenda Marrom, que é a agenda das cidades – vamos nos debruçar sobre ela também – e a Agenda Verde, que é a agenda da biodiversidade das florestas.

O outro item básico, a outra vertente é a da adaptação e mitigação. Nesse aspecto, vamos ouvir a Embrapa, por exemplo, para saber como essa nova realidade do clima está interferindo na produção agrícola brasileira, como ela vai interferir, segundo as projeções mais otimistas e mais pessimistas, como o Brasil vai se preparar, as grandes cidades. Dentro desse aspecto, também nós fizemos uma série de sugestões.

Quero dizer que essa proposta não está fechada ainda.

Como eu havia falado no dia da eleição, enviei uma cópia ontem para a Senadora Vanessa, para o Deputado Fernando Ferro, para que pudesse ouvir as opiniões, e também, como tem uma relação muito direta com o nosso trabalho, para o Deputado Sirkis. O único que mandou algumas sugestões, que já foram incorporadas – ele mandou três, duas foram incorporadas – foi o Deputado Sirkis. Então, quero, desde já, dizer que aqui não temos um plano fechado. É apenas uma sugestão, uma base para discussão.

Gostaria muito que até a próxima reunião pudéssemos já ter um plano definitivo, portanto, eu gostaria que, ao longo desta semana, pudéssemos receber as sugestões de todos os membros. Quem não for membro e achar que tem uma sugestão importante a ser dada, procure nossa assessoria, que estamos abertos a ideias que sejam interessantes e que possam ajudar nosso trabalho.

Dessa forma, a proposta fica assim.

Audiências públicas.

1) 12 de março, Brasília: Valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas. Convidados sugeridos: Deputado Arnaldo Jardim, representante do Ministério do Meio Ambiente e representantes do Ipea e da ONG Conservação Internacional.

Essas pessoas que estão sugeridas, evidentemente, também não são fixas. Eu só quero lembrar o seguinte: em uma audiência pública com mais de quatro pessoas expondo, ninguém vai prestar atenção, será uma audiência comprometida. Eu gostaria que ficássemos em três expositores aqui, nessas de Brasília, para

cada audiência pública. Pode haver necessidade... Já nas regiões, em que vamos uma vez e as audiências são filmadas, em geral nas assembleias legislativas e tudo, então, aí poderíamos fazer com mais expositores.

Então, Brasília, 12 de março: Valoração dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas.

2) 2 de abril, em Manaus. Mudanças climáticas e biodiversidade: REDD, PSA e outros instrumentos econômicos. Não vou citar os que estão sugeridos. Todos tiveram acesso à proposta, então, depois, cada um dá sua opinião a respeito.

3) Brasília. Adaptação: a sustentabilidade ambiental e o setor agrícola. Acabei de falar sobre isso.

4) Brasília. Mudanças climáticas e controle do desmatamento: situação do Cadastro Ambiental Rural (CRA) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Acho esse item importantíssimo, diz respeito à aplicação do Código Florestal.

5) Brasília: Agricultura de baixo carbono e extensão rural.

6) Cuiabá: Promoção da agricultura de baixo carbono, do manejo de ecossistemas e contenção dos desmatamentos.

7) Brasília: fontes de financiamento para ações de adaptação e mitigação.

8) Brasília: mecanismos financeiros e tributários para uma economia de baixo carbono.

9) Salvador: Mudanças climáticas e processos de desertificação. Segurança hídrica em cenário de escassez. Potencial nordestino para geração de energia limpa, eólica e solar.

10) Brasília: Criação de mecanismos para transferência tecnológica e capacitação no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

11) Florianópolis: Direcionamento do investimento do setor público e privado no sentido do acesso universal à energia limpa. Eficiência energética.

12) Brasília. Adaptação: ações preventivas no setor urbano com foco nas questões das enchentes e de outras catástrofes ambientais.

13) Rio de Janeiro: desenvolvimento urbano com foco em redução de emissões. Nesse caso do Rio, a ideia é convidar representantes do Instituto Ethos, do Programa Cidades Sustentáveis, do C40 Cities, que é um programa que surgiu na Rio+20. Só para lembrar, foram aqueles representantes das maiores cidades do mundo que resolveram assumir um compromisso de redução das suas emissões, por eles próprios. Então, importantíssimo, eu acho – e foi no Rio que foi assumido esse compromisso – chamar alguém desse grupo para falar sobre esse avanço ocorrido na Rio+20.

14) além disso, participação da Comissão na segunda edição do Rio Clima, Rio Climate Challenge II. Não tem ainda a data, é apenas uma previsão para quando for estabelecida a data, apenas para que a Comissão, se tiver que votar, já aprove. Ninguém sabe nem quando vai ser.

15) outubro e novembro, Brasília: audiências públicas em preparação à COP 19. Aquelas audiências anteriores, faremos todas antes de outubro. Em outubro e novembro, vamos nos dedicar às audiências públicas em preparação à COP 19, com foco específico dentro daquilo que será discutido na COP.

16) de 11 a 22 de novembro, a 19ª Conferência das Partes. Nossa ideia, que tenho discutido com a Presidente da Comissão, é que todos os membros efetivos da Comissão possam comparecer, se assim desejarem, com antecedência devida para que possamos trabalhar com a confirmação num prazo bastante anterior à COP, para que possamos levar nossa Comissão para lá. Por isso, estou dando foco na preparação, para que, ao chegarmos lá, os que forem saibam o que está acontecendo. Eu já fui a várias, não é fácil para quem não conhece a sistemática, então, iremos bem preparados para uma participação de alto nível. Há sempre parlamentares de diversos países, há sempre muitas reuniões, é algo muito bacana, acho que só vamos sair ganhando com isso. Tenho certeza.

Por fim, aqui em Brasília, vamos convidar representantes do Brasil na conferência, e também, evidentemente, os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras vão participar dessa audiência pública, dando suas impressões e seus relatos.

Essa é a proposta que entrego à Comissão, não para votação, não está fechada, mas para sugestões. Até o final, iremos decidir, na semana que vem, por voto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Entendi e agradeço ao Deputado Sarney Filho pelo trabalho competente. Creio que todos os temas sobre os quais temos que nos debruçar já estão devidamente elencados. Caso falte algum, pode ser acatado por sugestão agora ou mesmo no decorrer do ano, se algum problema aparecer.

Passo a palavra ao Deputado Ferro, que também tem algumas sugestões a apresentar.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu queria sugerir, no programa de trabalho, primeiro, que nós fizéssemos um apanhado da contribuição legislativa dos membros desta Comissão para as políticas de mudanças climáticas. Temos uma série de projetos de lei que estão paralisados pelo processo legislativo, com sua lentidão, e muitas vezes projetos importantes. Acho que seria fundamental que fizés-

semos um apanhado, uma seleção dos projetos que têm a ver com os objetivos desta Comissão e que nós possamos trabalhar para sua tramitação, para dar celeridade a sua tramitação.

Essa era a primeira questão.

Outro aspecto que eu gostaria de incorporar a essa sugestão são debates sobre os ecossistemas costeiros. Isso tem repercussão sobre o processo de urbanização e também os problemas que estamos tendo, principalmente nas áreas de manguezais, que têm a ver com essa questão das mudanças climáticas. Seria interessante ouvir especialistas dessas áreas, que isso pudesse ser incorporado na lista dessas preocupações.

A outra questão que acho importante, Srª Presidente e Relator, é a seguinte: nós discutimos a questão das emissões de gás carbônico, e o principal tributário desse processo é o desmatamento. Mas a outra questão que tem a ver com nossas preocupações nessa área é exatamente a questão do nosso sistema de transporte.

Seria interessante pensar na questão da mobilidade e dos modais de transportes hidro e ferroviário como componentes de uma política de melhoria da redução de emissão para o nosso País e para alterar, para dar uma matriz de transporte mais diversificada e mais sustentável, que infelizmente não é caso. O crescimento dos incentivos à frota de automóveis e coisas do tipo vão na contramão desse nosso objetivo de redução de gases. Acho que seria algo que poderíamos fazer.

Por último, uma preocupação que queria deixar, Deputado Zequinha Sarney, e expressei na reunião passada, é a questão do Semiárido. Gostaria que dedicássemos uma audiência específica sobre o Semiárido e o Bioma Caatinga. Gostaria inclusive de sugerir que, no mês de abril, no dia 28, que é o dia da Caatinga, fizéssemos uma audiência sobre esse assunto. É lá que está se manifestando com maior rigor e mais crueldade essa questão da estiagem e da seca. E os impactos sobre a população do Semiárido são muito sérios.

Isso é muito importante para somar ao conjunto de ações de Governo, que, me parece, são desarticuladas ou insuficientes para tratar o tema. Parece-me que temos que aprofundar um debate e melhorar a qualidade da intervenção sobre o que é o Semiárido brasileiro, esse ilustre desconhecido para o Estado brasileiro, hoje alvo de políticas pontuais, assistenciais e, no final, de eficiência...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – O item 9, dentro dessa desertificação, Deputado Fernando Ferro, não incorpora essas suas preocupações? O item 9?

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Em parte, mas o problema não é só a desertificação. O Semiárido tem que ter uma... O Semiárido é um espaço de produção...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Poderíamos detalhar Semiárido aqui, mas me parece que já está...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Desertificação em política de convivência com a seca. Acho que tem que incluir. A desertificação é um dos elementos da agressão do Semiárido. Mas temos que discutir tecnologia, formas de produção sustentável no Semiárido...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Podemos detalhar no item 9 essas preocupações...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – A desertificação é apenas um dos componentes do Semiárido...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – E aí faríamos todo o possível para que essa data...

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Possa coincidir com o dia 28 de abril, que é o dia da Caatinga.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Dia 28 de abril. Cai no domingo.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – É domingo. Então, fazemos na segunda ou na terça.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Na segunda.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Tanto faz. Pode ser aqui em Brasília. Inclusive, tenho uns problemas...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Estou sugerindo em Salvador. Na segunda-feira, em Salvador. Fazer em Salvador, porque pega o Semiárido... Pode falar. Foi a única sugestão sua que não acatei, Deputado Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Em relação a esse tema específico, eu tinha sugerido que fizesse em Recife, sem prejuízo de fazermos em Salvador em relação a outro tema, primeiro porque no caso Pernambuco ocupa um espaço mais central no processo de desertificação, quer dizer, um Estado ainda mais atingido do que a Bahia.

Por outro lado, tem havido, por parte do Governo do Estado de Pernambuco, uma série de iniciativas bastante incisivas na questão de energia limpa e da energia solar e eólica.

Então, acho que seria mais interessante se fazer lá, até porque é possível interagir com projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado. Tudo bem que aqui em Brasília é sempre mais fácil de se reunir, mas temos sete audiências em Brasília. Talvez pudéssemos... Se é para fazer em Salvador, talvez pudéssemos deixar de fazer uma em Brasília para fazer em Salvador, mas acho que é importante, em relação a esse tema, poder fazer em Recife.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Só um minuto, Deputado.

Na realidade, há duas propostas aqui. Primeiro, o Deputado Sarney, pelo que entendi, sugere que, nessa reunião em que se vai debater a desertificação, inclua-se seca, Semiárido. Visto que a audiência proposta será fora de Brasília, teremos mais tempo. Então, nós podemos dividir em duas Mesas. Aí seria acatada a proposta do Deputado Ferro, porque nós vamos estar fora mesmo. Há sugestão de que não seja em Salvador, mas em Recife. Essas sugestões estão sendo acolhidas e nós vamos votá-las na semana que vem. Hoje nós estamos apenas recebendo. Semana que vem decidimos como fazer.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – E as duas sugestões do Sirkis, todas as duas foram acolhidas de conteúdo. Essa aqui...

A. SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Deputado Fernando Ferro, eu também estou inscrita para apresentar sugestões. Se V. Exª pudesse dirigir a reunião para que, da mesma forma, eu pudesse apresentá-las.

Enquanto isso, Deputado Zequinha – eu chamava todo mundo de Deputado até então, e agora só chamo de Senador –, para falar sobre se aceita ou não as sugestões...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Confio na premonição.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Já que é assim vou chamá-lo de governador.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Bem, acho essas sugestões do Deputado Fernando Ferro muito bem-vindas. Quanto a essa questão de manguezais, realmente não estávamos dando o foco devido, aos ecossistemas costeiros, mas é muito importante; importantíssima. As outras já estavam, de certa maneira... Mas nós vamos explicitar essas preocupações. Então...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro. PT – PE) – Obrigado, Relator, pela acolhida das nossas sugestões.

Eu passo a palavra à nossa Presidenta, Deputada Vanessa, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Estão vendo? Olhem aí. O meu engano, Deputado, está escrito. O meu engano é melhor, porque eu sempre faço um *upgrade*.

Eu peço desculpas mais uma vez ao nosso Relator, porque, de fato, eu recebi as sugestões, dentro do período que ele estipulou para enviar, e nos enviou efetivamente, entretanto, o tempo não permitiu, Deputado Zequinha, que eu pudesse apresentar antes. Mas essa rodada aqui é para isto. O Relator inclui todas as sugestões na proposta dele, encaminhamos para os membros e, na semana que vem, aprovamos.

Eu procurei, lendo a proposta do nosso Relator, primeiro, levantar o questionamento do que seria melhor: reuniões quinzenais ou semanais? Acho que nós temos que decidir semana que vem se vamos fazer reuniões semanais ou quinzenais, porque a praxe desta Comissão é reunir toda semana.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Permite-me só um aparte?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu acho que quinzenais devem ser as audiências públicas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Nós podemos fazer reuniões administrativas. Por exemplo, se V. Exª permite um aparte, eu até me esqueci de fazer referência à primeira sugestão do Deputado Fernando, que é um apanhado sobre os projetos em andamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Eu acho que a nossa competente assessoria aqui pode já ir pegando esses dados. A Liderança do PV também tem muito disso, assim como a Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Então, é rapidinho. Hoje, com a informática, dá para colher isso. Depois a gente pode discutir como vai abordar esse tema, o que poderia ser feito em reuniões administrativas e não em audiências públicas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Perfeitamente. Estou até passando uma cópia do que fiz por escrito e, lendo a sua proposta, acho que para melhor organizar e entender os nossos trabalhos, visto que aqui nós não analisamos nenhum projeto, não deliberamos, eu entendi que o nosso Relator está sugerindo três eixos de atuação para esta nossa Comissão já com o adendo do Deputado Ferro. Primeiro, são os debates, audiências públicas que serão realizadas em Brasília e nos Estados, sempre contemplando as regiões – o Deputado já contempla as regiões. São cinco sugeridas, cada uma numa cidade de uma região diferente.

Então, apenas a título de organização, eu estou sugerindo a esta Comissão que realizemos, este ano ainda, no mês de junho, nós estamos em março – março, abril, maio e junho –, falta colocar aqui, repito: em junho, um seminário nacional de legisladores, não estaduais, para discutir a legislação de enfrentamento às mudanças climáticas, reunindo Deputados federais, Deputados estaduais, Senadores e Vereadores das cidades que têm um grande...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – A gente também podia ver a legislação internacional de alguns países.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Vou já chegar lá também. Esse seria um seminário nacional. Faríamos em parceria com a Unale, claro que não a Comissão sozinha. Poderíamos propor a parceria com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Comissão de Meio Ambiente do Senado, Unale, que é a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, os representantes dos vereadores. Enfim, acho que nunca fizemos isso para debater especialmente...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – A Comissão Legislativa da Câmara...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Exatamente.

O outro propõe um seminário no mês de junho. Em outubro – em novembro nós temos a COP –, a ideia é que façamos um seminário das Américas para discutir as políticas publicas de enfrentamento às mudanças climáticas, um seminário internacional, Deputado Zequinha. Até pensei em fazer, mas logo em seguida, haverá a COP. Como o senhor disse, os parlamentares do mundo inteiro se mobilizam para a COP. Acho que fazer um levantamento do nosso continente para nós é mais tranquilo. Poderíamos começar por aí. Essa seria a outra proposta, para outubro. É muito trabalho, mas acho que nós temos a capacidade de organizar grandes eventos.

O segundo eixo seria a participação em fóruns internacionais. Não me compete mais falar sobre isso. O Deputado Zequinha falou da importância da nossa participação nesses fóruns, sobretudo na COP.

O terceiro seriam ações a serem efetivadas. Não só debates; ações. Uma delas o Deputado Fernando Ferro propôs: o levantamento de todas as proposições em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados que tenham conexão com o tema tratado e, a partir disso, que se estipule um calendário de prioridades e façamos uma campanha. Os nossos seminários já serviram para isso. Façamos uma grande campanha. Nós temos muitos projetos de lei que estão tramitando...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Reunindo os temas, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Reunindo os temas e vendo... O que não estiver ali a gente apresenta.

O outro item é o levantamento da legislação brasileira federal, estadual e municipal sobre o enfrentamento das mudanças climáticas, porque existem muitas iniciativas dos Estados – alguns até têm plano de enfrentamento e outros não; têm leis e outros não. Alguns Estados têm até leis de pagamentos de serviços ambientais.

Então, seriam essas as ações que, basicamente, proponho. Já passei por escrito para o Relator, a fim de que, se acatar, colocar na sua proposta para disponibilizar para os demais membros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ferro. PT – PE) – Obrigado, Senadora.

Antes de devolver a condução dos trabalhos a V. Exª, eu gostaria de ilustrar, antes ainda de passar a palavra ao Deputado, citando uma das iniciativas do Governo. A Aneel recentemente emitiu uma resolução que permite a geração local e a incorporação dessa geração na produção de energia e a compensação pela produção de energias alternativas de caráter local. Isso é, inclusive, alvo de um projeto de lei que fizemos. Da mesma maneira, há várias iniciativas. Isso é bom. De qualquer forma, valorizo que o Governo tenha incorporado, que a Aneel tenha incorporado isso.

Mas o projeto sobre fontes alternativas é muito mais completo do que isso. Simplesmente pinçam algumas questões desse tipo e produzem uma resolução que, evidentemente, não tem consistência, não tem força e pode ser mudada pela resolução seguinte e terminam fazendo uma legislação muito flácida sobre a questão ambiental. Daí a importância de nós levantarmos essa legislação para ver se consolidamos um esforço junto à Mesa das Casas para votação dessas matérias, verificando onde estão os impasses, onde estão as resistências à aprovação delas. Acho que foi dentro dessa perspectiva que V. Exª colocou a questão.

Deputado André com a palavra.

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB – PR) – Primeiramente, eu queria parabenizar o nosso Relator, Deputado Sarney, pela apresentação desse programa que é muito objetivo e também pelas sugestões que já foram apresentadas pelo Deputado Fernando Ferro e pela Senadora Vanessa.

Eu venho do Paraná, Estado que apresenta um clima de transição entre o tropical e o subtropical. E as mudanças climáticas têm dado um impacto muito grande na área agrícola.

O Paraná se destaca por ser um grande produtor agrícola. E eu vejo aqui uma audiência que, acho, teria uma grande receptividade lá e uma grande participação colaborativa para a nossa Comissão, que seria o debate do item 3. Então, a minha sugestão é que, no mês de maio, essa reunião prevista para Brasília pudesse ser feita lá no Paraná, sobre sustentabilidade ambiental e o setor agrícola, e eu me encarregaria dessa promoção junto às cooperativas, ao Governo do Estado, à federação da agricultura. É o item 3.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Em vez de Brasília seria lá?

O SR. ANDRÉ ZACHAROW (PMDB – PR) – Em Curitiba.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Estão inscritos aqui os Deputados Sirkis e Glauber Braga, mas, antes, passo rapidamente a palavra...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Srª Presidente, gostaria só de dizer o seguinte: essas sugestões devem ser mandadas por escrito, para que possamos organizá-las.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Sim, porque precisamos, no mais tardar, até amanhã, encaminhar todos.

Só um adendo aqui do Deputado Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Eu estava lembrando aqui sobre essas questões de pesquisa com relação ao enfrentamento das mudanças climáticas o papel da nossa Estação Antártica Comandante Ferraz, que sofreu aquele acidente. De alguma maneira, esta Comissão pode fortalecer e enfatizar a importância dos trabalhos daquela Estação. Em algum momento, que possamos também saber do andamento da retomada desses trabalhos e da importância das pesquisas ali desenvolvidas. Elas se constituem em um ambiente que identifica uma série de fatores meteorológicos, climáticos, que repercutem no nosso País. Então, o maior domínio tecnológico e aprofundamento da qualificação nossa na pesquisa Antártica, sem sombra de dúvida, vai colaborar e contribuir para o trabalho naquela área.

Acho que a Comissão sobre Mudanças Climáticas deveria incorporar como uma de suas preocupações a defesa do fortalecimento daquela área de pesquisa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Gostaria de fazer um adendo à colocação do Deputado Fernando Ferro sobre a resolução da Aneel.

Acho que foi uma resolução importante, um passo que abre grandes possibilidades, mas existe um aspecto da resolução que devemos procurar pesar de forma decisiva. É o seguinte: houve um retrocesso em relação à primeira versão da resolução quanto à questão de unidades condominiais, ou seja, basicamente se proibiu que, na hora de se produzir energia distribuída, pudesse fazer-se isso em relação a CNPJs diferentes. Quer dizer, dentro de um determinado condomínio, por exemplo, onde você tem uma série de ou empresas, ou de residências, enfim, ou uma série de unidades, e também situações de determinadas empresas que estão situadas próximas às outras, tem de haver uma correspondência entre um único CNPJ e aquela fonte de energia distribuída.

Isso tem criado dificuldades para a chamada geração condominial, inclusive até em projetos de habitação do próprio Governo Federal. A dificuldade, segundo me explicou o Presidente da Aneel, em relação a isso não é da própria Aneel – esta estaria disposta, inclusive, a rever isso –, mas seria daquele fórum de secretários de fazenda dos vários Estados (Confaz), onde há três que discordam. Como eles procuram trabalhar por consenso, isso é uma dificuldade.

Então, seria interessante – e já é uma ação concreta – que pudéssemos exercer certa influência sobre esse processo, para que esse aspecto da resolução fosse revisto. De fato, ele aumentaria o potencial que essa resolução tem para estimular energia solar.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Gostaria só de dar um esclarecimento a esse respeito. É importantíssimo esse assunto, ele está na pauta do dia em todos os países. Diz respeito à microgeração de energia.

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, ano passado, fez uma audiência pública com a Aneel. Tenho certeza de que nós colaboramos com essa decisão da Aneel, porque era uma preocupação nossa. Estamos vendo que, na Alemanha, já está criando problemas, porque a microgeração é tão grande na Alemanha que as distribuidoras de energia já estão se sentindo prejudicadas. Então, o negócio lá é...

O Brasil está muito longe disso. Agora que temos uma regulamentação, agora que vamos começar. Inclusive há uma coincidência importante: a região do Brasil que tem maior insolação, que tem maior potencial eólico, é justamente a região da Caatinga, a região mais pobre.

Inclusive o Partido Verde, coordenado por minha pessoa, como Líder do Partido Verde, apresentou ao Governo Federal uma proposta de microgeração de rendas no Minha Casa, Minha Vida, e isso já está sendo estudado. Já há um projeto piloto sendo feito para que isso possa ocorrer. A ideia nossa foi antes da Rio+20, para servir como exemplo na Rio+20, mas infelizmente atrasou. Isso também está no meu relatório. Vamos ter uma audiência pública que irá incorporar esses projetos.

Acho importante, Deputado Fernando Ferro, que a gente incorpore essa preocupação do Deputado Sirkis, que é altamente procedente e diz respeito realmente a alguns Secretários de Fazenda de alguns Estados, de poucos Estados, que não aceitam isso. É o caso de a gente fazer, talvez, um projeto de lei com base nesse que já está aqui, avocarmos, pedirmos um projeto de lei e colocarmos isso, porque, se formos depender do Confaz, não vamos ter essa unanimidade. Cada Estado tem o seu interesse. Nós estamos vendo isso! No fundo no fundo, é o problema da Federação, é o problema da reforma tributária. Nós não vamos conseguir isso. Talvez seja um grande ganho para a Comissão se a

gente conseguir patrocinar essa mudança, fundamental para que a gente possa entrar nessa microgeração com força. Agora que a energia solar está mais barata, agora que há novas tecnologias, tenho certeza de que esse é um assunto de alto interesse para todos nós.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Deputado Sarney, a propósito, o PL...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Eu só quero lembrar, gente, que estamos em debate. Há o Deputado Glauber que está inscrito, mas ele já está concedendo...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – O tema é palpitante.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Deputado Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Só fazendo um adendo à preocupação do Deputado Sarney, o PL 630, que foi objeto de uma Comissão da Câmara dos Deputados que fez uma sínteses dos projetos ligados a energias renováveis, sugere, define, inclusive baseado na legislação alemã, um procedimento sobre isso. Então, já existe legislação sobre isso. O problema é que encontrou resistência...

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. *Fora do microfone.*) – Fez uma proposta de legislação.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Fez uma proposta de legislação, sim. O problema é que algumas empresas reagiram. Essa é a questão que nós estamos vivendo.

Essa é um dado interessante e com aspectos sociológicos, inclusive. Quero dizer, a concentração da produção de energia, de repente, está preocupada com a distribuição da geração de energia; ou seja, em vez de cinco ou seis produtores de energia, nós teremos milhares. Então, de certa maneira, é um processo de democratização da geração de energia com renda e que altera essas formas de produção que são características do sistema capitalista. De certa maneira, isso terá alguma repercussão. Mas algo interessante e que precisa ser exercitado é exatamente a rede de produção de energia que decorre dessa iniciativa que nós temos de aprofundar. Vamos encontrar resistência, evidentemente, nas distribuidoras que não querem perder esse mercado. Que ele seja mais democratizado e coletivo, como o é a possibilidade que se apresenta com essa situação.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Vamos passar a palavra ao Deputado Glauber.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Presidente Vanessa, Deputados Sarney Filho, Relator, Deputado Fernando Ferro, Deputado Sirkis, colaboradores da Comissão, objetivamente eu queria fazer, Deputado Sarney, uma sugestão.

Essa sugestão tem uma relação direta com o item 12, que trata da redução de risco de desastres e das catástrofes ambientais. E qual é a preocupação? Entendendo a colocação que o Deputado Sarney fez de que provavelmente um número maior de expositores – aqui, já teríamos três – poderia diminuir a eficiência do encontro, eu considero que seria muito importante, nem que isso se desdobrasse em uma outra audiência, em outro encontro, que pode até ser no Rio de Janeiro, que a gente tivesse a presença de um representante...

No Brasil, está-se montando o primeiro escritório da Estratégia Internacional da Organização das Nações Unidas para Redução de Desastres da América do Sul. O primeiro escritório está funcionando no Rio de Janeiro. Ele ainda não foi inaugurado, mas já tem um representante, que é o Sr. David, e já está em funcionamento. Acho que seria muito importante que a gente pudesse ouvir a representação da Estratégia Internacional, até porque, neste momento, eles estão na formação de um plano de trabalho do que vai fazer o escritório da Estratégia no Brasil.

Além disso, eu queria deixar, como sugestão, que a gente pudesse ter também nesse encontro um representante do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores. Por quê? Eu tive oportunidade de ser Relator do chamado Estatuto de Proteção e Defesa Civil, Lei nº 12.608, que é válida para o Território nacional, e a grande dificuldade que a gente sentiu nos trabalhos da Comissão foi exatamente essa interface entre a política de redução de riscos e desastres que é conduzida pelo Ministério da Integração, na Secretaria Nacional de Defesa Civil e também é conduzida em projetos no Ministério das Cidades e no próprio Ministério da Ciência e Tecnologia. Assim, seria uma demonstração clara, inclusive de natureza cultural, de que tudo que tem relação com a redução de risco necessariamente tem de passar pela política de alteração e de mitigação das alterações das mudanças climáticas pelas quais o Planeta vem passando.

Eu considero, Deputado Sarney, que seria da maior importância uma audiência com os atores da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Ministério do Meio Ambiente sentados na mesma mesa. Por esse motivo, se não for possível incluí-los nessa reunião, que a gente possa fazer em outra audiência pública a inclusão. Repetindo, uma audiência com os representantes da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores, que normalmente é quem toca a política internacional e, inclusive, quem coordena as delegações brasileiras nos fóruns interna-

cionais que tratam do assunto, com a presença, claro, do Ministério da Integração Nacional, podendo fazer essa relação conjunta.

Para finalizar, eu queria também fazer uma sugestão a esta Comissão. Haverá, em maio, mais um encontro da Plataforma Global para a Redução de Risco de Desastres. Ano passado, o Brasil participou com sua maior delegação. Se os membros da Comissão de Mudanças Climáticas considerarem uma possibilidade concreta, poderemos adensar a comitiva que participará, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores. Considero que esse poderia também ser um passo interessante para haver conexão nesta Comissão com aquilo que vem sendo feito em relação à política de redução de riscos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Quando é?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Em maio.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Onde?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSB – RJ) – Na Suíça, em Genebra.

Então, essas são as sugestões que eu queria deixar para o Relator, Deputado Sarney.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – O Sirkis pediu a palavra.

Em seguida, V. Exª dá o parecer.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Sim, eu queria voltar à questão anterior que estávamos discutindo, a questão da energia solar. Acho que, de fato, nós poderíamos usar a resolução da Aneel como base para um projeto de lei. É claro que um projeto de lei tem de ser um pouco mais vago do que uma resolução, porque a resolução tem a possibilidade de ser alterada. Assim, evitaríamos armadilhas de coisas muito rígidas para abalizar isso, que é extremamente importante.

No Brasil, estamos adotando uma política diferente de alguns países europeus, que criaram o chamado *feed-in tariff*, que é a compra, ou seja, obrigar as concessionárias a comprarem a energia elétrica a um preço mais caro do que aquele que elas vendem. Então, no caso, por exemplo, da Espanha, as concessionárias são obrigadas a comprar energia a um preço quatro vezes maior do que aquele que vende. Não estamos adotando esse critério aqui, mas o de um por um.

Por outro lado, as concessionárias têm interesse numa rede de energia distribuída para poder fazer frente a picos de demanda de energia elétrica. O problema, primeiro, é uma coisa muito nova para eles, inclusive tecnicamente; segundo, exige um investimento no chamado *smart grid*, a rede inteligente, que basicamente consiste num sistema de sensores de contadores, para poder fazer a contagem daquilo que é distribuído em relação ao que é recebido pela concessionária e assim por diante.

Então, há, de fato, uma resistência das concessionárias muito mais por falta, por inapetência, em fazer determinados investimentos, que nem são tão grandes assim, do que por uma certa, digamos, resistência burocrática a se mexer, a trabalhar, a fazer coisas, a inovar tecnologicamente. Mas o fato é que existe essa resistência por parte das concessionárias, o que atrasado o processo.

Outra questão que já mencionei aqui da última vez é a atitude escandalosa do Ministério de Minas e Energia. Este Ministério tem uma postura hostil à energia solar, pelo menos a Secretaria de Desenvolvimento Energético faz questão de colocar a sua hostilidade. Já mencionei aqui o que aconteceu com uma emenda que fiz para o Senai, a fim de formar mão de obra na instalação de painéis solares, que é um ponto de estrangulamento seriíssimo. Existe uma falta de mão de obra especializada nisso.

Então, acho que devemos fazer as duas coisas. Devemos apresentar uma legislação nesse sentido. O que ocorre com o projeto de lei a que V. Exª se referiu é que ele é muito vasto. Ele abre muito o leque. Então, havia ali, por exemplo, uma restrição corretíssima ao carvão, mas, por outro lado, criou-se uma reação no *lobby* do carvão aqui dentro do Congresso, e isso foi paralisante.

Assim, seria bom que fechássemos o escopo e simplificasse isso, para diminuir as áreas de atrito e concentrar naquilo que é o propósito, inclusive nem misturar muito. Quer dizer, fazer uma coisa específica ao solar; depois, eventualmente, fazer uma coisa específica ao eólico, porque quanto menos se abrir o escopo, menor vai ser o número de resistências e de complicações.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Acho que todos esses temas propostos já estão aqui. Há, no mínimo, três debates em que vamos discutir energia limpa. Um deles vai ser em Santa Catarina, com a participação da Itaipu. Vejo somente dois convidados; podemos até incluir um terceiro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – A resistência não é apenas com relação ao problema do carvão. Acho que há o problema das outras fontes. Há

uma incompreensão disso, inclusive até porque sugeri retirar aquela restrição. Na verdade, pedíamos que a energia gerada a partir do carvão pudesse ter uma contribuição, um imposto verde, para as forças alternativas, mas, aí, houve essa grita. Eu disse que não havia problema, que poderíamos tirar até para constituir o fundo de apoio a incentivo ao desenvolvimento de tecnologia, à implantação de uma matriz renovável. Concordei que retirasse isso em relação ao carvão para resolver, mas, mesmo assim, permaneceu uma reação da parte do Ministério.

Acho que há uma incompreensão desse aspecto e nós temos de criar um ambiente de debate para esclarecer isso, porque é completamente descabida essa resistência, ela está na contramão de tudo o que está acontecendo no mundo. Acho que nós podemos fazer um debate esclarecedor, e o Governo, que já criou o Proinfa e outras iniciativas, possa avançar, no sentido de prover o País de uma legislação que contemple assuntos renováveis, o que efetivamente é muito tímido.

Temos muito potencial hidrelétrico – e reconhecemos a sua importância –, mas o Semiárido, por exemplo, não tem mais potencial hidrelétrico. O Rio São Francisco completou. Restam mais mil e poucos megawatts exploráveis de hidrelétricos. Então, precisamos buscar outras fontes lá. Ou vamos entrar para energia nuclear – que é uma alternativa para alguns, ou vamos explorar as fontes naturais, como o sol, que é a grande alternativa do Semiárido.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Não tenha dúvida.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Deputado Zequinha.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Srª Presidente, só para encerrar a minha participação, a minha ideia também, ao fim deste ano, é a de que façamos uma publicação como essa.

No ano passado, durante a Rio+20, quando vimos que a sociedade não estava participando desta – muitos deles não sabia nem o que era –, nós, da Frente Parlamentar Ambientalista, fizemos um ciclo de palestras: Biomas, em Manaus; Recursos Hídricos, em Cuiabá; Energia, em Recife; Segurança Alimentar, em Porto Alegre; Meio Ambiente Urbano, em São Paulo; e Economia Verde, aqui em Brasília.

Então, publicamos cada uma dessas, bem sucintamente. Não é algo cansativo. Cada um deles ficou publicado. Por último, fizemos um resumo em português e em inglês, que distribuímos na Rio+20. Esse lançamento foi feito lá. Quer dizer, podemos, com as adaptações devidas, fazer a mesma coisa aqui na Comissão.

A proposta é esta. Temos até o modelo e já sabemos como fazê-lo. O importante é que façamos essas audiências públicas nas assembleias legislativas.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Claro. Claro.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Assim pegaremos a televisão e o rádio, os órgãos de informação das assembleias. Em geral, os presidentes das assembleias passam ao vivo. Depois, pedimos para que eles repitam o programa durante a semana.

Então, penso que esse será um caminho importante para que tornemos acessível o nosso trabalho sobre mudanças climáticas para os outros parlamentares, os deputados estaduais e vereadores, porque quando vamos à região, automaticamente, os deputados estaduais vão também, querem aparecer e participar. Isso é muito importante.

As adaptações sugeridas aqui não foram muitas. Acho que podemos incorporá-las, pois muitas delas já estavam aqui. Então, Srª Presidente, acredito que, na próxima semana, poderemos votar uma proposta, incorporando tudo isso que foi falado aqui.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Ótimo. Perfeitamente.

Quero, também, encaminhando para o encerramento da nossa reunião, só registrar que todos os Parlamentares que aqui compareceram apresentaram sugestões sem nenhuma exceção. É claro que reforçamos para que os Parlamentares as encaminhem por escrito, mas a nossa competente Secretaria, assessoria e a própria Mesa – nós já anotamos –, bem como o nosso Deputado Zequinha, já encaminharemos, a partir de amanhã, uma sugestão única, que também vamos votar até a semana que vem – portanto, está aberta até a semana que vem.

Em relação aos seminários que propus, talvez, por proposta do nosso Relator, fechamos em um seminário apenas, visto que dá muito trabalho – e esse seminário tem de ser muito participativo.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – E não saímos do foco também.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E não se saiu do foco também. Precisa ser muito participativo.

Fizemos contato com o Senador Cristovam, que apresentou requerimento, Deputado Sarney Filho, que solicita que essa proposta seja incluída no plano de trabalho. É uma audiência importante, sugerida para o dia 19 de março.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Dia 16 de março é Dia das Mudanças Climáticas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Exatamente. Dia 16 é Dia das Mudanças Climáticas. É uma audiência é muito explicativa, porque ela faz perguntas concretas para pessoas que ocupam posições importantes em relação a enfrentamento das mudanças climáticas no mundo e no Brasil.

Então, antes de encerrar a reunião, quero aqui solicitar a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação pelos membros desta Comissão.

Quem aprova a ata permaneça como se encontra. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião, convidando-os para a próxima, no mesmo dia, terça-feira, da semana seguinte, no mesmo horário.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

Edição de hoje: 328 páginas

(OS: 11240/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL